

The image is a composite of two historical photographs. The top photograph shows a massive herd of light-colored cattle, likely sheep or goats, being driven across a dry, open field. The animals are packed closely together, and several men on horseback are visible, managing the herd. The background features a line of trees and a clear sky. The bottom photograph depicts a river scene where several men are using long wooden poles to guide a line of oxen across the water. The oxen are harnessed together, and the men are positioned on the banks and in small boats. The overall color palette is a monochromatic sepia or brownish-red, giving it a historical and aged appearance.

Bom Jesus e a
Identidade Tropeira:
do Cone Sul ao Brasil

VOLUME 4

OKOS
EDITORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Bom Jesus e a Identidade Tropeira: do Cone Sul ao Brasil

Lucila Maria Sgarbi Santos
Véra Lucia Maciel Barroso
Organizadoras

Série Bom Jesus e o Tropeirismo

Volume 4

E-book



São Leopoldo
2025

Copyright: dos autores

1ª edição: 2025

Iconografia

dos autores, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Bom Jesus

Participação especial

Fabiana Sartor de Oliveira Borges

Arte da capa

Lucrecia Huff

Imagens de capa

Valter Fraga Nunes, Arlindo Batistel, Jonas Iungton e Sérgio Gaudério Barbosa

Revisão dos originais

Lucila Maria Sgarbi Santos e Véra Lucia Maciel Barroso

Editoração, impressão e acabamento

Evangraf - (51) 3336.2466

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Os textos são de responsabilidade de seus autores.

-
- B695 Bom Jesus e a Identidade Tropeira: do Cone Sul ao Brasil. [E-book]. / Organizadoras: Lucila Maria Sgarbi Santos; Véra Lucia Maciel Barroso – São Leopoldo, RS: Oikos, 2025. 397 p.; 16 x 23 cm.; il.; color. – (Série Bom Jesus e o Tropeirismo, v. 4.) ISBN 978-65-5974-293-6
1. Tropeirismo – História – Brasil. 2. Rio Grande do Sul – Tropeirismo – História. 3. Tropeirismo – História – Bom Jesus. 4. Tropeiro. 5. Patrimônio histórico - Cultura tropeira. 6. Família tropeira. 7. Indumentária. I. Santos, Lucila Maria Sgarbi. II. Barroso, Véra Lucia Maciel.

CDU 981

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Agradecimentos

Lucila Maria Sgarbi Santos

Coordenadora do SENATRO. Bom Jesus/RS

O livro traz a vantagem de a gente estar só
e ao mesmo tempo acompanhado.

Mario Quintana. 'Caderno H'

A forma mais conhecida de agradecer é dizendo *muito obrigado (a)*! Se o fazemos pessoalmente é mais fácil, pois nesse momento transmitimos emoções, deixando transparecer o que vai à nossa alma.

Ao escrever esse agradecimento, preciso escolher palavras que revelem o quão importante foi a ação de tantas pessoas que contribuíram para a realização de cada Seminário Nacional e Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo - SENATRO, bem como, na organização e edição de cada livro da Série Bom Jesus e o Tropeirismo. E espero que, como diz Quintana, esse livro os acompanhe, mesmo estando sós.

Meu muito obrigada, de coração, vai a todos e a cada um que, de uma maneira ou outra, fizeram parte dessa caminhada.

A UCS, desde 1992, emprestou seu nome como apoiadora e, muitas vezes, orientou os passos que deveríamos seguir para o sucesso do SENATRO. Hoje, a Universidade continua fazendo parte desse evento por meio do Campus de Vacaria. À UCS, o meu sincero obrigada.

O livro, ora editado, contempla os SENATROs realizados de 2008 a 2020, ou seja, sete eventos. No decorrer desse período, no que concerne às administrações públicas – trabalhamos com várias –, o meu sincero agradecimento aos secretários, à Câmara de Vereadores, ao Departamento Jurídico e aos demais órgãos ligados às administrações. Todos apoiaram o evento e foram importantes para sua realização, motivo para reconhecermos o quão importantes foram no decorrer desses anos.

O SENATRO é uma promoção da Prefeitura Municipal e realização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, razão pela qual lembramos os Prefeitos, bem como, as Secretárias de Educação e Cultura e Coordenadores de Cultura.

O IX SENATRO (13 a 17/04/2008) foi realizado na administração do Prefeito Sr. José Paulo Almeida. Neste período respondia pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura a Sr^a Adenair Pereira Velho, estando o Departamento de Cultura sob a coordenação da Sr^a Jussara Lisboa Madeira.

O X Seminário Nacional, o VII Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu aconteceram de 20 a 23 de abril de 2010, sendo Prefeito o Sr. José Paulo Almeida, Secretária Municipal de Educação e Cultura a Sr^a Claudia Natalina Paim de Almeida e Coordenadora de Cultura, a Sr^a Jussara Lisboa Madeira.

De 17 a 21 de abril de 2012 realizou-se o XI Seminário Nacional, o VIII Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a II Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu. No XI SENATRO era Prefeito Municipal o Sr. José Paulo Almeida, Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, a Sra. Claudia Natalina Paim de Almeida e Coordenadora de Cultura a Sr^a Jussara Lisboa Madeira.

O XII Seminário Nacional, o IX Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a III Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XII SENATRO aconteceu de 28/04 a 02/05/2014.

O XIII Seminário Nacional, o X Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a IV Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XIII SENATRO realizou-se de 14 a 18/04/2016.

O XIV Seminário Nacional, o XI Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a V Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XIV SENATRO aconteceu de 11 a 14 de abril de 2018.

O XII, XIII e XIV SENATROs foram realizados sob a administração do prefeito Sr. Frederico Arcari Becker, Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer a Sr^a. Gilce Maria Aver Leoni e Coordenadora de Cultura, Sr^a Jaqueline Maria Velho.

O XV SENATRO estava previsto para ser realizado de 31 de março a 04 de abril de 2020. Porém, o Decreto Municipal nº. 7205/2020 cancelou todos os eventos programados em função da Pandemia do Corona Virus – Covid 19. No entanto, concretizou-se a possibilidade de realizar o XV SENATRO *on line*, nos dias 24, 25 e 26 de novembro de 2020 e todos os trabalhos estão publicados no presente livro, sendo Prefeito Municipal o Sr. Diogo Grazziotin Dutra, Secretária Municipal de Educação e Cultura a Sra. Maria Niza Almeida Hoffmann e Coordenador do Departamento de Cultura, o Sr. Duclerc João da Silva. Por motivos alheios a nossa vontade, o Seminário on-line também não aconteceu, porém os trabalhos previstos para serem apresentados fazem parte do livro ora publicado.

Um acontecimento que enriqueceu sobremaneira o SENATRO foi a Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu, sonhada, planejada e executada pelos senhores Marco Aurélio Angeli (Zoreia); Sergio Aluísio Soares Barbosa (Sérgio Gaudério) e Valter Fraga Nunes, que teve seu início em 2010. No X SENATRO foi executada nos moldes das tropeadas de mulas arreadas que

abasteceram as fazendas dos Campos de Cima da Serra. A chegada da referida atividade coincide com a abertura oficial do SENATRO, emocionando os presentes, que a aplaude. Como agradecer aos componentes que viajam a suas expensas, enfrentando frio e, muitas vezes, chuva, para passarem às gerações atuais como era tropear e os fazeres do tropeiro. Deixamos a eles a nossa gratidão.

Precisamos lembrar e agradecer às equipes diretivas das escolas, os professores, funcionários e alunos, que, de uma forma ou outra, participam do SENATRO, contribuindo para o melhor desempenho do evento e seu pleno êxito.

À Emater, por meio da Srª Juruema Batista Velho, que esteve sempre presente assumindo a tarefa de organizar os artesanos de Bom Jesus, cujos trabalhos sempre despertaram o interesse dos visitantes pela criatividade e beleza de seu artesanato, o nosso carinho e gratidão.

À Associação Bom-Jesuense de Amigos da Cultura – ABAC, que desde sua fundação em 2002 vem, através de sua diretoria e demais componentes, participando ativamente da organização e execução do SENATRO – a todos o nosso carinho e que continuemos sempre participativos no sentido de tornar o SENATRO cada vez melhor.

Aos artesãos, nosso reconhecimento pelos dias que passaram engrandecendo o SENATRO com o material exposto e a cordialidade no trato com o público.

A Jaqueline Viana merece um carinho especial, pois em um trabalho voluntário idealizou, executou e doou as toalhas e demais objetos específicos para embelezar a mesa oficial do evento.

A comunidade bom-jesuense sempre apoiou o SENATRO, quer recebendo carinhosamente os visitantes, ou quer participando das palestras. À comunidade, como um todo, o nosso muito obrigado.

Difícil a tarefa de aquilatar o quão importante tem sido, ao longo de cada SENATRO, o trabalho e o envolvimento de toda a equipe da SMEC e das escolas de Bom Jesus para o bom andamento de cada evento de estudo do tropeirismo; a vocês o nosso reconhecimento e gratidão.

Neste momento, trazemos ao palco os atores desse evento: os palestrantes, painelistas e comunicadores. Sem eles não aconteceria o Encontro regado à pesquisa, estudos e gerador de conhecimento. Portanto, recebam todos os nossos aplausos.

Nosso agradecimento especial ao Senhor Aluísio Letti Grazziotin. Sem sua colaboração não teríamos como publicar esta vasta obra. Foi ele, como vereador no quadriênio 2017-2020, que destinou de sua verba da Emenda

Impositiva 2020, um valor para à Associação Bom-jesuense de Amigos da Cultura – ABAC, com a finalidade de editar os livros dos últimos Seminários sobre tropeirismo. O valor destinado permitiu a diagramação da obra, ora em mãos, intitulada: “Bom Jesus e a identidade tropeira: do Cone Sul ao Brasil”, a qual vem enriquecer a historiografia sobre o tema, como também valorizar e divulgar a contribuição dos autores.

Nosso carinho, amizade e reconhecimento à professora Véra Lucia Maciel Barroso, que, desde o I SENATRO em 1992, vem não só acompanhando passo a passo a organização e realização de todos os SENATROs e edição dos livros, como emprestando seu conhecimento e dispondo de seu tempo para que tanto o evento quanto os livros aconteçam com a maior perfeição possível. A você só podemos desejar que continues iluminando as atividades ligadas à História com sua luz e desprendimento. A você um sincero *muito obrigado*.

Lucrecia Huff dedicou horas de folga, adentrando a noite, para criar não só o *layout* de todo o material a ser impresso para cada SENATRO, mas também o *layout* das capas do quarto volume da Série Bom Jesus e o Tropeirismo e desse quinto volume. Tenha certeza de nossa gratidão, amizade e carinho.

Para além de nossos agradecimentos, pedimos que Deus proteja e ilumine a todos.

As mulheres sempre participaram das tropeadas, mas raramente tropeando. Elas organizavam o necessário para que os homens desfrutassem de algum conforto nas longas viagens. A elas, nosso reconhecimento e gratidão.

Mulheres Tropeando Saudades (SENATRO, 2012)



Fonte: Lucrecia Huff.

SUMÁRIO

Dar vez e voz ao SENATRO - Bom Jesus (2025)	
<i>Frederico Arcari Becker</i>	22
A importância do tropeirismo na formação cidadã dos estudantes e das comunidades tropeiras	
<i>Carla Luzia Ciotta</i>	23
Prefácio I	
<i>Diogo Grazziotin Dutra</i>	24
Prefácio II	
<i>Lucila Maggi Morais Cunha</i>	25
Mensagem I	
<i>Maria Niza Almeida Hoffmann</i>	26
Mensagem II	
<i>Márcia Freitas Oliveira</i>	28
Apresentação	
<i>Lucila Maria Sgarbi Santos e Véra Lucia Maciel Barroso</i>	29
HOMENAGENS	
Dezoito anos sem a professora Judith Carneiro de Mello	
<i>Rosa Maria Sidor Kremer e Amélia Podolan Flügel</i>	31
Marília Daros! Marília de Gramado	
<i>Andréia Mariana Fattori Franzen e Arthur Fattori Franzen</i>	33
João Lori de Abreu: um gaúcho pleno	
<i>Frutuoso Luiz de Araújo</i>	36
Homenagem ao tropeiro Manoel Gaspar	
Seu Manoel Gaspar – Manoel Maria da Silva e Dona Eva Vieira da Silva	
<i>Lucila Maria Sgarbi Santos</i>	37
A Manoel Gaspar, meu respeito e admiração	
<i>Eduardo da Silva Borges</i>	41
Seu Manoel: patrimônio vivo da cultura tropeira	
<i>Eleni Cássia Vieira e Carlos Roberto Solera</i>	42
A vida é um processo dinâmico	
<i>Gilce Maria Aver Leoni</i>	45

Ao Seu Manoel Gaspar, o tropeiro dos Campos de Cima da Serra, que nos deixou neste inverno de 2021 <i>Helmut Weiblen</i>	45
Seu Manoel Gaspar e o Senatro <i>Geraldo Barfknecht e Henrique Paulo Schmidlin</i>	47
Manoel Gaspar: o tropeiro que conheci! <i>Juruema Batista Velho</i>	48
O velho tropeiro <i>Luiz Antônio Alves</i>	50
Manoel Maria da Silva: <i>Seu Manoel Gaspar</i> <i>Luiz Carlos Baldasso</i>	51
Seu Manoel Gaspar, o conheci quando eu era um guri <i>Marcio Andrei Silveira</i>	52
Seu Manoel Gaspar, uma estampa de Cima da Serra <i>Sérgio Gaudério Barbosa</i>	54
Um remanescente do tropeirismo serrano gaúcho <i>Valter Fraga Nunes</i>	54
Reconhecimento e gratidão a Seu Manoel Gaspar <i>Véra Lucia Maciel Barroso</i>	57
Manoel Gaspar, o tropeiro <i>Willian Marcelo dos Santos Goulart</i>	58

VOLUME 1

1. TROPEIRISMO DE MULA

- El troperismo y sua idiosincrasia gaucha, desde la tierra gaucha de Mataderos en la ciudade autónoma de Buenos Aires: entre arreos de mulas, caballos y vacunos, nació el gaucho
Zulema Mabel Cañas..... 60
- Muares na vida e na economia do Brasil Colonial, antes das tropeadas de Cristóvão Pereira de Abreu
Geraldo Bonadio 68
- Caminho, mula e tropeiro: as tropas cargueiras na América Espanhola e no Brasil
Geraldo Bonadio 72
- Para onde iam as mulas antes de 1732?
Sérgio Coelho de Oliveira 76
- Criatórios de mulas em Sorocaba
Sérgio Coelho de Oliveira 80

- Para onde foram as mulas? Assimilação, adaptação e reinvenção do tropeirismo de mulas no Brasil: o tropeirismo como parte da história mundial do transporte e da tração animal
Geraldo Bonadio 84
- Para onde foram as mulas?
Véra Lucia Maciel Barroso 91
- Contrabando de mulas da Argentina para o Brasil
Sérgio Venturini 94
- A mula no velho oeste dos Estados Unidos
Rossano Viero Cavalari 98
- O Brasil desenhado nos passos dos muares: o caminho do tropeiro Cypriano
Lia Carolina Prado Alves Mariotto 107
- O criatório de mulas do Mato Queimado: Gramado de Alfredo Rodrigues da Silva ou Alfredo Procópio
Marília Daros 116
- Burros e mulas abrem estradas no século XX, no Paraná: Estrada do Cerne
Léa Maria Cardoso Villela 122
- Mulass açorianas: o companheirismo como parte da jornada
Marília Daros 127
- As mulas dos padres pelos sendeiros da fé colonial: o pitoresco dos convívios religiosos com as mulas no Caí médio e superior
Marília Daros 133
- As mulinhas do Seu Ivan
Sérgio Aluísio Soares Barbosa (Sérgio Gaudério) 139

2. VEREDAS, PASSOS, REGISTROS E PROTAGONISTAS DE CAMINHOS TROPEIROS

- A saga da família Dias Cortes no dilúculo curitibano e a abertura da vereda de Tramandaí em 1723
Henrique Paulo Schmidlin 141
- Manoel Gonçalves de Aguiar: o idealizador do Caminho das tropas
Carlos Roberto Solera 162
- Resgatando a figura de Bartholomeu Paes de Abreu
Sérgio Coelho de Oliveira 181
- O Caminho dos Conventos (1728-1730) entre o litoral (SC) e o planalto (RS/SC) e sua sequência pelo caminho velho até Curitiba (PR) pelas balizas e faróis orográficos
Henrique Paulo Schmidlin e Geraldo Jorge Barfknecht 185

- Atanagildo Pinto Martins e o Caminho das Missões
Adari Francisco Ecker..... 231
- Atanagildo Pinto Martins e a Fazenda Santa Bárbara
Linara Cristina dos Santos..... 261
- Rodrigo Felix Martins: a família de Atanagildo
Lea Maria Cardoso Vilella..... 271
- Tropeirismo nos séculos XVIII e XIX: a ocidentalização dos caminhos,
registros e passos no Rio Grande do Sul
Véra Lucia Maciel Barroso 274
- No rastro das tropas: roteiro de Itararé a Sorocaba
Sérgio Coelho de Oliveira 283
- Século XIX: a construção e manutenção de estradas para a circulação de
tropas de muares em Minas Gerais
Lidiany Silva Barbosa 297
- Desenvolvimento do Caparaó Capixaba: caminhos e tropeiros
Francimar Carlos Pinheiro 317
- Caminhos de tropas e as variáveis ambientais do Planalto
de Santa Catarina nas mensagens do governo provincial no século XIX
Marlon Brandt 330
- As estradas das carretas na Região Missioneira de Cruz Alta:
rotas precursoras para o tropeirismo
Rossano Viero Cavallari..... 338
- “Estrada da Serra dos Capados”: entre colonizadores, tropeiros e imigrantes
Almir Pontes Filho, Cristina Carla Kluppel e Tatiane Bissoli 345
- O caminho de São Manoel: relatos de tropeiros e moradores
Edgar Bueno Silveira e Pedro Henrique Tavares da Fonseca 369
- Caminho das tropas: do poente ao litoral, um caminho alemão
Luiz Cláudio Stähelin 375
- Serra do Pilão: o caminho dos tropeiros em Morro Grande/SC
Renata Carreira Corvino 387
- Entre vales e serra: os caminhos de tropeiros no território do Geoparque
e Cânions do Sul
Renata Carreira Corvino 392
- Consumância – Transumância
Henrique Paulo Schmidlin 393
- Tropeiros e coletores: fundamentos do sistema tributário e a passagem das
tropas pelas coletorias de Goiás (século XIX)
Ana Cláudia Alves de Aquino Garcia 395

- Quarenta anos de “Caminho das tropas”
Aimoré Índio do Brasil Arantes 426
- Uma linha, muitas histórias: o caminho entre a Ilha de Santa Catarina e Lages, nas primeiras décadas do século XXI
Adelson André Brüggemann 428
- Um engenheiro e o caminho das tropas:
o relatório de Henrique de Beaurepaire Rohhan de 1856
Ilton Cesar Martins e Grupo de Pesquisa Escravidão, Mestiçagem, Trânsito de Culturas e Globalização 437
- Inusitada aventura de resgate histórico gaúcho-catarinense, envolvendo Bom Jesus, São José dos Ausentes e Timbé do Sul/SC em abril de 2018
Henrique Paulo Schmidlin e Geraldo Jorge Barfknecht 446

3. TROPEIRISMO: ÍNDIOS E NEGROS

- Os índios e o tropeirismo no sul do Brasil (1634-1738)
Lauro Pereira Cunha 458
- Ataques de índios selvagens a tropeiros no século XIX
Lauro Pereira Cunha 488
- O papel do negro no tropeirismo
Filipe Cordeiro de Souza Alгатão 500
- O negro no tropeirismo: escravos e livres nas tropeadas em Lapa/Paraná
Cláudia Bibas do Nascimento 505
- Tropeiros negros na cidade de Taubaté nos séculos XVIII e XIX
Solange Cristina Virginio Barbosa 516
- Quilombos nos caminhos tropeiros
Solange Cristina Virginio Barbosa 526

4. TROPAS, TROPEIROS, TROPEADAS E FAMÍLIAS TROPEIRAS

- Tropeiro: sujeito interfronteiras
Greice Corrêa 528
- Reseros de la llanura bonaerense
Abel Anibal Zabala 535
- Um tropa desgarrada da história
Sérgio Coelho de Oliveira 544
- Nos arrabaldes da história do tropeirismo
Sérgio Coelho de Oliveira 551
- Tropas arreadas
Lucila Maria Sgarbi Santos 563

- Relatos de tropeiros vacarianos
Edgar Bueno Silveira, Jayane Eduarda Alves do Amaral e Júlia Ester Oliveira Boeno.. 567
- Reminiscências sobre tropeiros de Vacaria
Luci do Carmo Lima dos Santos..... 578
- Tropeadas serranas
Sebastião Fonseca de Oliveira..... 585
- Testemunhos: juro que vi e vivi
Marta Helena da Rosa, Vera Lúcia Mocelin e Sebastião Teixeira Corrêa..... 587
- Tropeiro da Serra e Tropeiro do Pampa: histórias, memória e identidade
Egizelda Brum Charão 590
- Memórias de tropeiros e criadores de porcos à solta da região de Fraiburgo/SC
Marlon Brandt 601
- Histórias de tropeiro
Duclerc João da Silva 610
- Experiências de infância na atividade tropeira: uma realidade nacional e regional: Praia Grande/SC (1920-1975)
Renata Carreira Corvino 613
- O culto à memória e a memória negada: um estudo sobre os tropeiros no Vale Histórico
Filipe Cordeiro de Souza Alгатão 622
- As peripécias da família Bianchi
Áureo Bertelli..... 632
- De Giruá a Itapetininga: histórias de um peão de tropa
Cecília Maicá..... 634
- João Ferreira dos Santos: a história viva do tropeirismo
Edgar Bueno Silveira e Natália da Silva Pereira..... 638
- Histórias de um avô tropeiro: Zulmiro Della Giustina
Alexandra Della Giustina Baldisserotto 643
- O tropeiro surdo-mudo
Hugo de Castro Bülow 645
- O tropeiro que marcou a história da família, acolhendo uma criança
Iria Jacoby de Oliveira 651
- Tropeiros no século XXI: uma discussão necessária
Filipe Cordeiro de Souza Alгатão 654
- Histórias tropeiras: entrevistas e pesquisa bibliográfica
Edgar Bueno Silveira, Jayane Eduarda Alves do Amaral e Leandra Cassol Vieira.... 663
- Tropeiros petroleiros
Emiliano Cilon Silveira 668

5. TROPEIRISMO: POVOAMENTO E EVOLUÇÃO URBANA

- O povoamento e o tropeirismo
Acácio Miranda da Silva 22
- Notas para uma história ambiental do tropeirismo no sul do Brasil
Marlon Brandt 29
- As rotas de tropas no perímetro urbano de Vacaria
Edgar Bueno Silveira e Felipe Lima Pires..... 41
- Lagoa Vermelha na rota das tropeadas
Itaci de Souza e Silva 47
- Ciclo do tropeirismo e o Passo do Pontão: marco zero do Rio Uruguai
Dirceu Carneiro..... 57
- Os tropeiros, a capela e a Igreja Matriz Senhor Bom Jesus
Lucila Maria Sgarbi Santos 67
- Tropeiros na formação da região do Planalto Médio
Maria Catharina Lima Pozzebon e Vânia Maria Oliveira de Freitas 78
- Criúva: uma vila tropeira
Maria Helena Rosa e Vera Lucia Mocelin..... 84
- Tropeando da serra ao litoral
Edgar Bueno Silveira..... 90
- Boca da Serra: um povoado que nasceu com o tropeirismo e decaiu junto com ele
Matusalém Roberto Ferreira..... 99
- Rolante no caminho das tropas: negação e reconstrução da memória
Franciele Grings dos Santos e Simone Adriana Grings dos Santos 115
- Garimpando nossa história: tropeirismo em Rio Pardo
Emiliano J. K. Limberger 125
- Pelotas: evolução urbana nos caminhos das tropas
Maria Roselaine da Cunha Santos 127
- Cidades tropeiras no Rio Grande do Sul
Luiz Antônio Alves 149
- O tropeirismo no sertão da Bahia
Idelma Aparecida Ferreira Novais..... 162
- Rua das tropas: um caminho tropeiro na área urbana da Lapa/Paraná
Cláudia Bibas do Nascimento..... 202
- Tropas, ranchos e memórias: comarca do Serro Frio/Minas Gerais
Zara Simões..... 213

- Importância do tropeirismo em Minas Gerais
Eleni Cássia Vieira 221
- O tropeirismo e as migrações internas das cidades do extremo-sul catarinense: o caso de Praia Grande/Santa Catarina (1910-1960)
Renata Carreira Corvino 240

6. MULHERES E O TROPEIRISMO

- Anna Rech, epopeia imigrante e o tropeirismo
Daniela Boff e Lorena Bachi Steffli..... 247
- Ana Rech: a saga heróica de uma mulher valente
Sebastião Teixeira Corrêa e Maria Almeida..... 249
- Garimpando nossa história: tropeira precursora na fronteira de Rio Pardo
Emiliano J. K. Limberger 253
- Protagonismo feminino no tropeirismo: interlaçando as condições de vida e de trabalho das mulheres da pequena propriedade colonial ítalo-gaúcha e as mulheres ligadas ao tropeirismo
Daiane Dala Zen..... 254

7. TROPEIRISMO, ECONOMIA E PECUÁRIA

- El resero de la pampa a *Mataderos*
Zulema Cañas Chaure 263
- Negociantes e tropeiros na província de Minas Gerais: características sociodemográficas e econômicas
Marcelo Magalhães Godoy 272
- A mineração e o tropeirismo
Eleni Cássia Vieira 312
- Da tropa xucra à tropa arreada: a Feira de Sorocaba e os arranjos produtivos e comerciais do troperisimo de mulas
Geraldo Bonadio 317
- As tropas e a cultura do café no Brasil
Acácio Miranda da Silva 322
- Feira de Santana: a “A Princesa do Sertão” baiano
Idelma Aparecida Ferreira Novais..... 325
- A feira de Capuame: pecuária e marchantaria na Capitania da Bahia (século XVIII)
Juliana da Silva Henrique 341
- O transporte e armazenamento de produtos pela Mesa de Inspeção da Bahia (século XVIII)
Idelma Aparecida Ferreira Novais..... 355

- Caminhos de comércio em um esboço de fragmento tropeiro: o Armazém de Vila Rosa
Jaqueline Posser Gallina 372
- Para além do Rio São Francisco: pecuária e comércio nos sertões do Piauí
Juliana da Silva Henrique 383
- Tropas arreadas e erva-mate no Paraná e norte catarinense
Silvestre Alves Gomes..... 397
- Mirando desde el sur, uma introducción al tema: los ganados
Uruguay Nieto Lissardy..... 407
- A gênese da animalia dos canídeos cimarrones
Kauê Cachuba de Abreu, Maude Nancy Joslin Mota, Nélio Sprea e Henrique Paulo Schmidlin 412
- Lhamas, mulas e camelos
Sérgio Coelho de Oliveira 437
- Campeira: a raça equina do tropeirismo no sul
Sérgio Lima Beck 441
- Cavalo campeiro
Aldair Goeten de Moraes 447

8. TROPEIRISMO E O TREM

- As tropas e o trem: a dinâmica econômica e cultural do sudoeste goiano (1920-1960)
Ana Cláudia A. Aquino Garcia 451
- EEEh! Segura a tropa que o trem vai passar: um olhar sobre o patrimônio cultural do Vale do Araranguá/SC (1920-1950)
Daniel Alves Bronstrup e Renata Carreira Corvino..... 478
- A chegada do trem causou a decadência do tropeirismo?
Véra Lucia Maciel Barroso 490
- O trem e a decadência do tropeirismo
Sérgio Coelho de Oliveira 493

9. INDUMENTÁRIA E “TRAIA TROPEIRA”

- A indumentária biriva ou tropeira tem alma
Sandra Maria Schmith Alves 503
- A indumentária tropeira na região sul do Brasil
João Lori de Abreu 508
- Indumentária do tropeiro no Paraná
Léa Maria Cardoso Villela.....516

- As bombachas do Padre Reis
José Carlos Veiga Lopes 523
- A relação do tropeirismo com indumentária no sul do Brasil e a formação da identidade da vestimenta gaúcha
Egéria Höeller Borges Schaefer, Ricardo Rodrigues Corrêa e Gabriela Carleto .. 526
- A traia tropeira na lista da inflação
Sérgio Coelho de Oliveira 539
- Facão sorocabano
Sérgio Coelho de Oliveira 543
- Antigos e modernos equipamentos para comando de rédeas no tropeirismo
Sérgio Lima Beck 549
- Tropeadas, berrante, pau de fuxico: esta é uma história do passado e do presente
Helenice Cunha e Luiz Fernandes Lopes Maia 565

VOLUME 3

10. USOS, COSTUMES, CULINÁRIA E MEDICINA TROPEIRA

- O cachorro dos tropeiros
Vera Rosane Silveira Moraes..... 22
- A importância da *ronda* nos pousos de tropeiros
Léa Maria Cardoso Villela..... 27
- Culinária tropeira e suas potencialidades no turismo dos Campos Gerais do Paraná: uma análise nos municípios de Castro, Lapa e Tibagi
Rúbia Gisele Tramontin Mascarenhas 34
- Pão na pedra e Nêgo deitado: uma culinária gaúcha ou tropeira?
Pedro Oliveira..... 65
- O sal e o revirado de charque
Matusalém Roberto Ferreira..... 68
- Milho e mandioca na alimentação dos tropeiros, com ênfase nas respectivas farinhas
Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo 72
- A medicina tropeira nas paragens do Iapó, Castro/Paraná: recursos empíricos, fé (rezas), credices (simpatias) e chás
João Maria Ferraz Diniz e Léa Maria Cardoso Villela..... 78
- Medicina no caminho das tropas
Maria das Graças Lins Brandão 91

11. PATRIMÔNIO CULTURAL E CULTURA TROPEIRA

- Os vestígios arqueológicos das estruturas viárias do caminho das tropas em Santa Catarina
Ana Lucia Herbert..... 98

- Valorização patrimonial dos registros arqueológicos e etnográficos relativos aos habitantes originários (ameríndios) nos territórios integrados pelo tropeirismo
José Otávio Catafesto de Souza 139
- Cultura tropeira
Luiz Antônio Alves 155
- Foro de la memória de *Mataderos*
Zulema Cañas Chaure 159
- Patrimonio rural en la ciudad: el resero de la pampa a *Mataderos*
Zulema Cañas Chaure 162
- Gestão ambiental da BR 285/RS/SC e as ações socioambientais: meio ambiente, cultura e tropeirismo
Amanda Montagna, Cauê Canabarro e Gustavo Arruda 171
- Tropeirismo em Campos Novos/SC: histórias, memórias e patrimônio cultural
Eneidy Padilha Rosa 180
- Tropeirismo na pauta nacional: a cultura permeia, como o cerne, todos os setores de desenvolvimento da sociedade
Duclerc João da Silva 201
- Olhares na bifurcação: o tropeirismo entre o passado e o presente
Maria Stela Schiavo Novaes 206
- Museu do tropeiro de Castro/PR
Léa Maria Cardoso Villela..... 217
- Projeto Tropeiro Brasil
Carlos Roberto Solera 219
- Projeto Paisagem Cultural do Caminho das Tropas
Ulisses Munarim e Fabiano Teixeira dos Santos 275
- Itinerário cultural da Estrada Real
Américo Antunes, Glauco Umbelino e Rodrigo Carvalho 281

12. TROPEIRISMO E ARQUITETURA

- A Vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)
Lucinda Ferreira Prestes 299
- A fazenda serrana: considerações sobre a arquitetura rural nos Campos de Lages e Cima da Serra
Fabiano Teixeira dos Santos 332
- A casa do planalto catarinense: arquitetura rural e urbana nos Campos de Lages, séculos XVIII e XIX
Fabiano Teixeira dos Santos 359

- Entre o litoral e o planalto: caminhos tropeiros e patrimônio edificado em Santa Catarina
Fabiano Teixeira dos Santos 361

13. TROPEIRISMO E TURISMO

- Na Serra do Fundo do Rio do Boi, um caminho tropeiro: subsídios para o Turismo Cultural no Parque Nacional de Aparados da Serra
Jaqueline Posser Gallina 382
- O salto do Turismo Rural Brasileiro
Carlos Roberto Solera 390
- Tropeadas turísticas em família
Zaira Suzana Jacoby de Oliveira 395
- El camino de la Costa: la integracion desde el turismo cultural
Cristian Pos Dalmás 397
- Rota turística do Passo do Pontão – SC/RS
Terezinha Benvinda Fornari Carneiro 402
- O SENATRO e o turismo nos Campos de Cima da Serra
José Paulo de Almeida 412

VOLUME 4

14. TROPEIRISMO, LITERATURA E FONTES DOCUMENTAIS

- El legado de Don Benjamín Ruales: versos de um resero
Olga Fernández Latour de Botas 22
- Libro de Viajes de Leon Palliere: vida y costumbres de America del Sur
Zulema Mabel Cañas 33
- Tropa e tropeiro nos dicionários do Brasil
Geraldo Bonadio 41
- Arrieros y acémilas en la literatura andina
Juan José García Miranda 53
- Poética do tropeirismo no Arraial do Tijuco
Elisa Maria Grossi Fabrin 78
- Tropeirismo na documentação eclesiástica gaúcha: habilitações para o casamento e justificações (1753-1767)
Diego de Leão Pufal 92
- Imagens tropeiras
Sérgio Aluisio Soares Barbosa 113

15. TROPEIRISMO: CRISTÃOS-NOVOS E GENEALOGIA

- Os cristãos-novos e o tropeirismo
Noely Zuleica Oliveira Raphanelli 125
- Cristãos-novos e o tropeirismo no sul do Brasil: um estudo de caso
Diego de Leão Pufal 133
- Tropeirismo e genealogia: trajetória de Antonio de Oliveira Machado:
da Província de São Paulo ao Continente de São Pedro
Diego de Leão Pufal 153
- A família Dias Cortes no sul do Brasil: bandeirantes e tropeiros
Diego de Leão Pufal 181

16. CEMITÉRIOS NOS CAMINHOS TROPEIROS

- Vida e morte de um tropeiro: o sagrado como fonte de pesquisa histórica
Luiz Carlos Ebert 246
- Coxilha Rica/SC: os cemitérios a beira dos caminhos de tropas
Elisiana Trilha Castro 249

17. TROPEIRISMO, ENSINO E EDUCAÇÃO

- A importância do aperfeiçoamento do professor para inserção do tema
tropeirismo
Vera Rosane Silveira Moraes 267
- Projeto Tropeirismo nas escolas
Valter Fraga Nunes, Marco Aurélio Angeli (Zoreia) e Lucila Maria Sgarbi Santos 270
- Mapas didáticos do ensino público no RS e outros dos caminhos tropeiros
comparados com a cartografia primária
Valter Fraga Nunes 274
- O tropeirismo na base curricular das escolas de Bom Jesus/RS (entre a teoria
e a prática): enraizamento, pertença, consciência, (re)conhecimento e
orientações práticas de sala de aula
Véra Lucia Maciel Barroso 290
- Valorização da cultura tropeira pela educação escolar
Amarildo Luiz Gaio 299
- O estudo do tropeirismo e da história regional na formação de professores:
memória oral e objetos históricos
Edgar Bueno Silveira 302
- Elaboração de projetos pedagógicos tropeiristas nas escolas
Silvestre Alves Gomes 324

- O tropeirismo como objeto de conhecimento na construção e implementação do referencial curricular da Secretaria Municipal de Educação de Cruz Alta
Sandra Denise Paula de Souza 325
- A cultura tropeira na educação escolar em Urupema/SC
Eleni Cássia Vieira 330

18. SEMINÁRIOS E TROPEADAS

- O primeiro Seminário Nacional sobre tropeirismo: anotações de um caminho sem volta
Marília Daros 353
- História e reflexões acerca do Seminário Nacional e Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo: SENATRO (1992 a 2020)
Lucila Maria Sgarbi Santos 356
- Bom Jesus/RS: Centro Brasileiro e do Cone Sul de Estudos e Produção do Conhecimento sobre o Tropeirismo
Véra Lucia Maciel Barroso 367
- I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu nos Campos de Cima da Serra Gaúcha (17-21/04/2010)
Marco Aurélio Angeli (Zoreia), Sergio Aluísio Soares Barbosa e Valter Fraga Nunes 371

Moções 391

Posfácio

Agradecimento à comunidade de Bom Jesus/RS (1989-2025)

Lucila Maria Sgarbi Santos 396

14. TROPEIRISMO, LITERATURA E FONTES DOCUMENTAIS

El legado de Don Benjamín Ruales: versos de un resero

Olga Fernández Latour de Botas

*Escritora, Pesquisadora e Professora. Universidad Católica Santa María
de los Buenos Aires. Buenos Aires/Argentina*

Pocas veces nos es dado conocer la obra de un poeta genuinamente popular, de extracción campera pero también de residencia urbana o suburbana, que haya querido organizar su producción a modo de autobiografía. Debemos al contacto realizado por el talentoso cineasta argentino Jorge Prelorán¹ la posesión de los escritos de don Benjamín Teófilo Ruales, posesión compartida seguramente con otras personas, ya que, dada la particular metodología adoptada por Prelorán para un gran proyecto editor, que con su muerte quedó trunco, los textos originales manuscritos, que le fueron entregados por la familia del poeta, habían pasado ya, antes de llegar a mí, por distintas miradas y manos eruditas. Yo, como homenaje al mismo Jorge Prelorán, que no toleró falsificaciones en sus inimitables películas documentales, no quisiera incidir en ellos en ninguna medida. Mi intención es presentar ante este SENATRO 2010 de Bom Jesús algunos de los textos en los que Ruales se muestra más claramente como un resero. Atribuyo a esas páginas, con conocimiento de causa, valor de documentos. Y aclaro que el autor era consciente de los valores encerrados en sus poemas porque había elaborado ya, antes de su muerte, un volumen con su Prólogo y una suerte de conmovedor epílogo.

Algo sobre la vida de Ruales, poeta resero

Benjamín Teófilo Ruales nació el 6 de febrero de 1870 en el partido de La Matanza, (Provincia de Buenos Aires, República Argentina), “donde fuera la pulpería de Ruales, después de don José Bazán”, y fue bautizado en la iglesia

¹ Jorge Ricardo Prelorán. Nació en Buenos Aires, Argentina, el 28 de marzo de 1933 y falleció en Culver City, USA, el 28 de mayo de 2009. Eminente realizador cinematográfico entre cuya profusa producción artística, se cuentan las películas documentales del Relevamiento Cinematográfico de Expresiones Folklóricas realizado por el Fondo Nacional de la Artes bajo la dirección del Dr. Augusto Raúl Cortazar.

de San José de Flores en 1872. Sus padres eran oriundos de Navarro, donde el progenitor era chacarero en sociedad con un señor de apellido Naón. La infancia de Benjamín transcurrió acompañando a su padre en labores agrícolas y de ganadería menor en distintos parajes de los campos porteños hasta que se afincaron definitivamente en San José de Flores donde se instaló la “casa paternal” al decir del poeta. “Tuve bastante escuela” declara antes de abocarse al relato de sus trabajos como peón de campo, que comenzaron en 1887, en diversas estancias de la Provincia de Buenos Aires donde aprendía los oficios rurales, pero no tuvo intención de quedarse demasiado tiempo ya que su vocación era viajar.

Según refiere, se había armado de siete caballos con una yegua madrina y con esa tropilla anduvo de Nort a Sur, donde lo nombraran o hiciera falta un peón. Su vida fue la de un típico paisano gaucho: trabajos varios, amigos muchos, patrones diversos, tropillas bien entabladas siempre. Relata sobriamente:

Hice de chasque por varias ocasiones, Fui puestero en Lobos[...] Trabajé por día y por viaje en La Calandria del Dr. Orestes Piñero. Estuve de capataz de campo en una estancia de Berizo en el año 1908”. Y continúa: “Entré de embreyador en Mataderos de Liniers. Estuve de puestero en Carmen de Areco allá por 1914. De allí pasé a capatacear una estancia llamada La Margarita en Germania. Después fui de capataz de Guillón a Salazar y a Catriló, en la estancia San Eduardo de Martínez de Hoz. En La Indiana, de Pereira Iraola fui mensual de campo y participé en las carneadas diarias, siendo mayordomo el señor Eduardo Catalá. Pasé en Pehuajó nueve años trabajando en viajes de resero. Recorriendo muchos pagos del Oeste y Sur de la pampa. Fui capataz de La Jobita en Monte Grande, del señor Estruganole. Al tiempo pasé a ser mensual del frigorífico Anglo, y luego trabajando por día en el frigorífico municipal de Liniers.

Y termina su prefacio con las siguientes palabras: “Ahora, a continuación, va mi historia en verso, echando el kilo (como vulgarmente se dice) para no olvidar ni el más ligero pasaje, alegre o triste. Buenos y malos ratos que pasa todo hombre que como yo haiga andado algo.”

Formas poéticas cultivadas por Ruales

En el corpus poético de Ruales el verso octosílabo es constante, si bien aparecen distintas formas estróficas. La estrofa predilecta de Ruales fue la décima espinela (8 *abba, accddc*), que cultivó con singular destreza. Veamos un ejemplo:

A MIS DIECISIETE AÑOS

Diecisiete años cumplí
 En casa de los Ramallos,
 Allí estaban mis caballos
 Que con gusto conseguí.
 Tío me decía a mi
 “Te gusta de ser resero?
 Hay que cuidar lo primero
 Los pingos pa’tabajar,
 Tusar bien y desvasar
 Y de ser buen compañero.

Fue un regalo la madrina
 Del noble tío Román,
 Porque él al ver el afán
 De pedir con voz divina,
 Cosa que nadie imagina
 Pero que yo la deseaba,
 Y como la precisaba
 El gaucho se percató,
 Y a mis caballos lee dio
 Una yegua que apreciaba.

Tener bozales y traba
 Que nunca te han de faltar,
 Hay que aprender a domar
 Y no echarlo de la taba,
 Y si se me presentaba
 Algún trabajo por día
 Que fuera con alegría
 A lo que se diera vuelta,
 Y corriese a rienda suelta
 Si el caso lo requería.

Con mi tropilla entablada
 Me dediqué a las andanzas,
 Cifrando mis esperanzas
 Hice vida moderada
 Hasta ser (sic) una topada
 Con el trabajo deseado,
 Que tanto lo había soñado
 Desde que era muy pequeño,
 Hasta llegar a ser dueño
 De esto que les he contado.

Además de la décima, encontramos otras dos formas estróficas: una es la cuarteta 8 *abba*, llamada redondilla, forma no folklórica entre nosotros pero que interviene, como se ha visto, en la estructura de la espinela, y otra es la sextina 8 *abbccb*.

De la primera hay una sola muestra que, curiosamente, ha puesto el poeta en boca de otro criollo, don Anastasio Álvarez, también como un esbozo de autobiografía que comienza así:

DON ANASTASIO ÁLVAREZ

1
 Soy Álvarez Anastasio
 Nacido allá en el Tandil,
 Y que tengo más de mil
 Domadas en el espacio.

2
 Allá por Olavarría
 Cerca ‘e la estación Recalde’
 Nunca hice el viaje de balde
 En domas que yo ofrecía.

3

*Pero así es la vida mia
Y cuando menos pensaba
El patrón me precisaba
Para que tarjase el día.*

4

*Como el trato era formal
Me entregó a mí una potrada
Que había de ser entregada
Aquí en esta Capital.*

5

*Al llegar yo con los potros
Dijeron sin pestañar:
“Si usted quisiera domar
Puede quedar con nosotros”.
/...../*

16

*Muchos amigos he hecho
Y no olvidaré de ellos,
Salud Galeano y Arguellos,
Y me doy por satisfecho.*

Son dieciséis redondillas iniciales seguidas por tres sextinas en las que habla Ruales y que producen la impresión de dejar la obra incompleta.

La otra estrofa es, precisamente, la sextina hernandiana.

Cómo cultivó Ruales la sextina de Hernández

Aunque en menor medida que la décima, don Teófilo Ruales adoptó no pocas veces la sextina 8 *abbccb*, estrofa que, introducida por José Hernández en 1872 como forma fundamental de su poema *El gaucho Martín Fierro*, había extendido rápidamente su cultivo a diversas manifestaciones de la poesía argentina y rioplatense.

*Aquí me pongo a cantar
Al compás de la vigüela,
Que el hombre que lo desvela
Una pena estrordinaria,
Como la ave solitaria
Con el cantar se consuela.*

(J. Hernández, *El gaucho Martín Fierro*, Canto I, v. 1-6)

El fuerte impacto de *El gaucho Martín Fierro*, acrecentado en 1979 por la aparición de *La vuelta de Martín Fierro*, segunda parte del poema, influyó tan profundamente en el arte poético popular que poco tardó la sextina de Hernández en ser incorporada al patrimonio de los cantores y payadores que ejercitaban la oralidad, así como al de los poetas “de pluma”, rurales y urbanos, que continuaron la tradición gauchesca y nativista hasta las pos-trimerías del siglo XIX.

Más tarde, por influencia de ellos y de la literatura impresa que circulaba en los medios obreros de las ciudades y suburbios y entre la peonada de las estancias – base de las famosas colecciones de Quesada y Lehmann-Nitsche que se conservan en la Sección Argentina del Instituto Iberoamericano de Berlín – la sextina de Hernández llegó a ocupar un lugar natural entre las formas cultivadas por los poetas criollos y criollistas del siglo XX.

Como ya lo hemos dicho en otros trabajos, la sextina de Hernández es distinta de otras formaciones de seis versos octosilábicos popularizadas en diversas regiones del mundo ibérico y sus vínculos estructurales respecto de la décima espinela – aquello de que se trata de una “décima descabezada”, descubierto por Ricardo Rojas – resultan evidentes.

La sextina hernandiana es la primera estrofa que aparece en la colección de nuestro poeta resero:

Mi historia, dijo Ruales

1

*Desde muy temprana edad
Salí a conocer el mundo
Y con coraje profundo
Me determiné a sufrir
Cómo quería vivir
Me dispuse en un segundo.*

2

*Le comuniqué a mis padres
Lo que había determinado
Y en un petiso montado
Les pedí la bendición,
Y ellos en gran confusión
Me decían: “¡Con cuidado!”*

3

*Por el año ochentaicinco /sic/
Esto a mí me sucedía
Era pa’ mí una alegría
Cuando de casa salí
Y a La Laguna me fui
A probar la suerte mía.*

4

*El capataz, don Juan Ferros,
Al verme me preguntó:
“¿venís juído?”. Dije: “No
Vengo yo por trabajar.”
“Bueno, te podés quedar,
Y eso averiguaré yo.”*

5

*Dos años y chapuceando
aprendí a trabajar,
cuando cuenta me iba a dar
de los trabajos por día,
mandó la firma Mandía
la orden de rematar.*

6

*Mandó hacer las divisiones
y clasificar la hacienda,
pa’ que todo allí se venda
al precio más elevado
por si venía del poblado
Algún criollo que algo entienda.*

Don Teófilo Ruales parece colocar a la décima y a la sextina en el mismo plano del repertorio de formas poéticas que, en propiedad – por tradición – la pertenecen y en una de sus composiciones titulada “Un pedido fallado”, quiere su picardía criolla jugar con ambas cuando, en sextinas, se refiere a la décima, a su manera de cantarla (“décima con trova”) y a las diversas categorías poéticas que, según se deduce, marcan con un antes y un ahora, la parábola de la decadencia.

Interesa especialmente allí la aparición de los términos “versos de floreo” y “floreos” ante los cuales Ruales manifiesta un decidido sentimiento de alteridad. Los coloca en el plano del “carnaval”, es decir de lo que es una “actuación” (performance) de inspiración folklórica” y no el folklore verdadero. Todo el poema es aleccionador en ese sentido.

Un pedido fallado

*Galeano se compromete
a hacer versos de floreo,
muy gauchones no los veo,
no son de tono formal,
solo allá pa’ carnaval
se cumplirá su deseo.*

*Yo he sentido en otros años
cantar muchos payadores
y recibir mil honores
de todos los que escuchaban;
con floreo no contaban,
sólo con trova de amores.*

*Era décima la trova
una versada de amor
adonde todo cantor
con la guitarra empezaba,
otro pie lo recitaba
a cual lo hacía mejor.*

*Yo de floreos no entiendo
amigo Ireneo Galeano,
hoy yo no le acepto Hermano
y me debe disculpar,
yo no se versificar
a lo “moderno”, paisano.*

*Cosas gauchas y notórias
todas ellas muy formales,
ansí versifica Ruales
con un mundo por delante,
queriendo salir triunfante
todo por partes iguales.*

*Vos querés que sea tan grande
cual poeta de los mejores
‘sta con los frangoyadores
min poderlos repechar,
mis versos pueden quedar
pa’ verse con reflectores.
/...../*

Sin ser tan numerosas como las compuestas en décimas, abundan en la obra de Ruales las piezas redactadas en sextinas formalmente semejantes a las del Martín Fierro, pero es importante destacar que los temas y el tratamiento estilístico que les brinda nuestro resero-poeta no acusan la influencia de don José Hernández hasta el punto de resultar imitativos. Benjamín T. Ruales es siempre él mismo; su canto es fruto de su vida, no importa con qué forma poética se exprese.

Los temas de Ruales

No resulta sencillo clasificar temáticamente el corpus poético de Benjamín Teófilo Ruales y la principal dificultad estriba en que cada composición abarca diversos hechos, muchas referencias temáticas distintas y, con frecuencia, varios subdesarrollos tópicos que pueden considerarse como entidades narrativas independientes.

Desde una macro-perspectiva diríamos que las principales categorías temáticas de la obra de Ruales son: 1) *autobiográfica*, 2) *biográfica*, 3) *paisajística*, 4) *reflexiva*. Prima en las dos primeras el género narrativo, hijo de la épica, y en las dos últimas el género lírico, pero no pueden separarse totalmente ambo géneros pues con frecuencia, y con felicidad, se entrecruzan en las estrofas de don Benjamín Ruales ambas vertientes poéticas.

La categoría *autobiográfica* podría, en rigor, abarcar toda la producción de Teófilo Ruales ya que en los versos que encuadramos en las otras tres categorías temáticas existe siempre algún elemento de subjetividad que coloca al autor en el marco de la vida de su biografiado, del paisaje que describe o de las reflexiones generales que plasma para compartir con lectores coetáneos y, acaso sin proponérselo explícitamente, también futuros. Según se indica en sus textos y a veces también al pie, en una anotación debida al mismo autor, estas composiciones proceden de distintas fechas y se refieren a diversas etapas de la vida de Ruales. Desde algunas que son recuerdos de infancia y adolescencia hasta las que incluyen las figuras de su esposa y de sus hijos simbolizados en un ramo de flores, la obra poética de Benjamín T. Ruales va pasando por las aventureras alternativas de una vida en la que el campo y la ciudad son dos polos claramente interrelacionados del continuo cultural al que el poeta pertenece. Son *autobiográficas*, entre otras, las piezas tituladas: *Mi primer viaje de resero*; *Una tropilla surera*; *Un viaje a Carlos Tejedor*; *Un viaje a Saladillo*; *Trabajos de campo*; *Mi oficio*; *Trabajos camperos en Timote*; *Remate en Blanca Grande*; *Remate de Guillón en Berutti*; *Un recuerdo del pasado mío*; *Las yerras de antes*; *Viaje a Cristiano Muerto*; *Reserando*; *Do-*

mas en Roque Pérez; Unas domas en Burzaco; En Gualaguaychú; Dome en lo de Guillón; Una liquidación de Henderson; Viaje a La Plata; Mi última tropilla; Viaje a La Tablada; Un viaje a Senta Fe; Recuerdos del pasado mío; Unas domas en Talleres; Lo que soy.

Las piezas *biográficas* suelen ser también encomiásticas respecto del sujeto aludido y se refieren generalmente a otros reseros, domadores o trabajadores rurales con los que en su vida ha hecho amistad: *Al Eduardo Trante; Al gaucho Julio Cabezas; Al azulero Anastasio Álvarez; Don Severo Acosta; Soy Pedro Melgar; Ruales a Ireneo Galeano; Soy Carlos Cabrera; De la vida de Pedro Robledo; Recuerdo de Pedro Melgar; A Agustín Aramburu; A José Becerra, entre otras.*

El cultivo de temas paisajísticos separa claramente a Ruales del poeta folklórico y lo encuadra claramente en la tradición del nativismo. El de la descripción del paisaje como finalidad de la composición poética no es tema folklórico en nuestro país y probablemente en ningún otro. La realidad es que está inmerso el hombre no requiere ser descripta cuando los destinatarios del canto son otros hombres para quienes sólo existe la misma realidad. Pero, evidentemente, el resero, constituye una espontánea excepción a tal regla. Su mundo, de plurales y cambiantes matices, es el que le brindan la huella o el camino. El mismo es “el resero” siempre y cuando posea, como complemento inseparable de tal “ser”, su tropilla. Composiciones como *Una tropilla surera; Amanecer en el campo; Mi cuchillo de plata: Para mi recado; Mi pingo picazo; Casa quinta de Ireneo Galeano; Las aves de mi corral; Atardeceres en campos abiertos; A mi guitarra; A mi lazo; Adiós pájaros cantores.*

En cuanto a las piezas que considero *reflexivas*, son aquellas en las cuales el autor evalúa situaciones manifiesta nostalgia por tiempos pasados, se queja o se lamenta por determinadas circunstancias o modificaciones que advierte en la sociedad. La presencia del inmigrante es una constante en el cambio de costumbres y el poeta se refiere a ello. Algunas de estas composiciones se titulan *Tristes protestas; Queja de un gaucho; Ausencia del pasado; Un lamento...* En algunos casos las reflexiones son más bien efusiones patrióticas como ocurre en *A mi patria y mi bandera*, por ejemplo.

Los caminos, con sus variados accidentes topográficos, sus ciudades y pueblos aledaños, las estancias y demás establecimientos ganaderos, proveen a los textos de un material riquísimo para análisis de muy distinto sentido que exceden el que nos hemos propuesto en esta simple presentación de un material tan lleno de interés.

El hombre que cuenta su vida es uno entre otros con los cuales se identifica. La jactancia está tan lejos de la autovaloración de Ruales como la

falsa modestia. El poeta se coloca en una posición literariamente notable: abre sus páginas *in media res*, como presuponiendo en los oyentes o lectores conocimientos previos generales – que hoy resultan rarísimos – y vuelca sus recuerdos de hechos a veces próximos y otros lejanos, con una admirable objetividad.

Cuando traza semblanzas, siempre parciales, de alguna otra persona, lo hace con respeto. Las referencias a otros criollos, que pueden ser el eje de composiciones como o aparecer intercaladas en textos autobiográficos, resultan importantes para complementar el cuadro de valores y desvalores que configuraron el universo ético de Benjamín T. Ruales. En algunos casos es simplemente una rebelión contra el “progreso” lo que pone triste al gaucho poeta:

A los gauchos de mi tierra

1

*Yo que de mi corta edad
Amé a esta patria mía,
Y que en el campo ténia
Todo lo que hube pasado,
Veo que se ha terminado
Lo que del gaucho existía.*

2

*Las yerras se han acabado,
También los grandes rodeos,
Y hasta parecen trofeos
De una raza que se va;
Es así la realidad
Y de muchos los deseos*

3

*Y los viajes de reseros
También van en decadencia,
Antes con mucha frecuencia
Los había retirados,
Cruzando así los poblados
Revestidos de paciencia.*

4

*Ya no hay cuadrillas de criollos
Preparados pa' esquilas,
Ni peonadas pa' trillar
Como en antes se hacía,
Se vino la tiranía
Haciendo al gaucho rodar.*

5

*Mas cuando el hombre es parejo
Solo se lo ve sufrir,
Y sin saber donde ir
Se abre cancha en el sendero,
Dejando de ser resero
Se va lejos a vivir.*

6

*Al sur a la Patagonia,
Al Oeste o a La Pampa,
Y con su bizarra estampa
Va en busca de lo perdido,
Pero siempre precavido
Pa' no caer en una trampa.*

7

*Porque también por Allá
Se encuentra gente rastrera
Y al gaucho de esta manera
Lo engaña con cuentos mil
Dejándolo sin candil
Al dormir sin cabecera.*

8

*Quiero decir, la tropilla
Se la extravían al momento,
Pero estando siempre atento
A lo bueno y a lo malo,
Le pega al mal gaucho un palo
Cerca del entendimiento.*

9

*Por ahí en los jarillales
Tal vez lao pase mejor,
Aunque se sienta el rigor
De la civilización;
Si ha muerto la tradición
Debemos tener valor.*

10

*No quedan más que los cuentos
De los trabajos camperos,
Los gauchos son los primeros
En recordar lo perdido;
Adiosito tiempo ido
Que nunca más ha'i volver,
Aunque alguno trata'e ver
La tradicional bailando,
Otros quedan sollozando
Cual un triste atardecer.*

Un capítulo aparte debe abrirse en cuanto al tema de “los extranjeros”. Tratado también con respeto y sin ánimo de polémica, este tema, en la obra de Ruales, muestra al criollo alarmado y sin repuestas ante un fenómeno social que acelera el cambio cultural y se refleja hasta en detalles de comportamiento que siente como extraños:

*Y en las modernas estancias
es todo muy diferente,
hasta el trato de la gente
que media en las circunstancias.
No son las largas distancias
que ha cambiado el paisanaje,
creo que es el porcentaje
de extranjeros que han venido
y que nunca han conocido
la humildad del gauchaje.
No quiero decir con esto*

*que todos sean iguales
hay criollos que no son leales
aunque estén en altos puestos.
Y no repudio los gestos
de proteger extranjeros,
aunque sean los primeros
en darnos un cimbronazo,
no hay que esperar el caso
en los grandes entreveros.*

De “Atardeceres en campos abiertos”.

Por otra parte, también colaboran estos retratos en la construcción de la polifacética imagen que exige todo intento de caracterizar a personas humanas: así, el resero es también hombre de campo y de ciudad, mensual, alambrador, puestero y artesano, músico y poeta.

Ruales se muestra como un observador participante de los cambios que se van produciendo en la sociedad de su tiempo, y que sus descripciones del paisaje no carecen nunca de un aspecto humano que la convierten en lo que la filosofía del existencialismo llamó “literatura comprometida”. Así ocurre cuando nos habla de “La pampa” que es una enumeración de grandes estancias y de sus propietarios hecha con puro orgullo de resero, “Amanecer en el campo” que es un despliegue lírico apoyado en sus conocimientos ornitológicos, o la ya citada “Atardeceres en campos abiertos” que comienza diciendo, emblemáticamente:

*Cuando el sol ha recorrido
la inmensidad de la pampa,
y en esos campos se estampa
lo que antes ha resurgido,
nunca se echan al olvido
quedando la resonancia
de lo que ha sido una estancia
sin postes, sin alambradas,
y a su alrededor poceadas
en esas largas distancias.*

Epílogo y homenajes

Don Benjamín Teófilo Ruales ha sido sin duda un hombre dotado de condiciones excepcionales. Vivió una existencia en plenitud y con armonía entre su cuerpo y su espíritu. Respetó a los demás, pobres y ricos, sin hacer diferencias fundamentales entre unos y otros cuando se trataba de criollos. Trató de comprender el cambio inmigratorio pero no se conformó con los modales extraños llegados con él. Reconoció a las tradiciones camperas como una fuente de virtudes que no debía secarse y dejó en sus versos elementos suficientes para ayudarnos a que ello sea posible. Su hija, doña Margarita Ruales, se ha mostrado digna mantenedora de tan preciosa herencia y es ella quien proporcionó a Jorge Prelorán el material que el cineasta me hiciera conocer y me pidiera colaboración para editarlo. A todos ellos mi homenaje de argentina tradicionalista.

Espero que la estampa de nuestro resero poeta de los campos porteños sea bienvenida en este importante foro de Bom Jesús, donde se honra la identidad gaúcha riograndense en la noble y emblemática figura de su “tropeiro”.



Libro de Viajes de Leon Palliere: vida y costumbres de America del Sur

Zulema Mabel Cañas

*Museologa, Pesquisadora, Especialista en Preservcion de Patrimonio y Presidente
Asociacion Civil Foro de la Memoria de Mataderos. Buenos Aires/AR*

Al celebrarse el 25 de Mayo de 2010 el Bicentenario de la Revolución de Mayo, primer grito de libertad para llegar a la Independencia de la República Argentina, llevo a este amable país, Brasil, para compartir con ustedes este acontecimiento histórico y presentar en este *X Senatro Nacional y VII Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo, en Bom Jesus*; el *Libro de Viajes* de León Palliere, quien nació en Río de Janeiro, y que realizó toda su obra en Buenos Aires, dedicando la mayoría de sus trabajo a la vida y costumbres de campo, aunando de esta manera la cultura y las tradiciones de los países hermanos de Latinoamérica.

En su obra de Palliere plasmo la vida y costumbres de América del Sur, las ciudades, la naturaleza, la campiña, el comercio, la gente con sus hábitos y celebraciones y en especial la vida del tropero, con los cuales compartió varias jornadas durante sus viajes, en incluso se deseaba ser uno de ellos, por su habilidad en arreo de mulas y el traslado mercaderías, y los describirá en sus relatos y los plasmará en sus ilustraciones, haciendo hincapié en la vida del gaucho, precisamente en la época que se desarrolla como producto social.

La actividad plástica en la Argentina desde 1810 hasta 1870 arroja una visión donde conviven las primeras expresiones de un arte nacional surgido de la obra de nuestros primeros pintores junto a aquellos que se denominó *pintores viajeros*.

Por ellos nuestra iconografía histórica costumbrista cuenta con una serie de publicaciones litográficas que documentan diversas épocas de la evolución fisonómica de nuestro pueblo, que comienzan a aparecer con la instalación de los talleres litográficos y de grabados.

Esa visión del siglo XIX la ofrecen artistas nacionales y extranjeros encabezados por el inglés E. E. Vidal quien en 1820 publica en Londres *Pinturesque Illustration of Buenos Aires and Montevideo*, sigue el Litógrafo francés César Hipólito Bacle que en 1835 publica su álbum *Trages y Costumbres de la Provincia de Buenos Aires*. En 1841, Carlos Enrique Pueyrredón edita sus *Recuerdos del Río de la Plata* y Alberico Isola, su *Álbum Argentino* en 1843.

De estos muchos pintores pocos han dejado un recuerdo tan fructífero y copioso como León Palliere, en donde se reproducen sesenta y cinco láminas en procedimiento litográfico, en ellas esboza con singular belleza y detallado minucioso los trajes, usos y costumbres, a lo que se suman interesantes paisajes de nuestro pueblo, que asomaba a la libertad bajo la organización nacional.

León Palliere nació en Río de Janeiro el 1º de enero de 1823, eran sus padres franceses y con varios artistas entres sus ascendentes, se registro su nacimiento en el Registro Civil de la Legación de Francia en Brasil. A los siete años es llevado a Francia y a los trece comienza sus estudios de dibujo en el taller de Francisco E. Picot. Abandonando este país en 1848, luego de una corta estadía en Buenos Aires, se traslada a Río de Janeiro donde se inscribe en la Academia de Bellas Artes como alumno de pintura. Es laureado y becado en el quinto concurso realizado en esa Academia en 1849, se dirige a Europa ingresando en la Academia de Francia, en Roma.

En los muchos viajes que realiza a Marruecos, España e Italia se despierta su interés por los croquis y apuntes de viajes que culminan luego con su obra *Viajes de América Española*.

En 1856 Palliere se embarca para Buenos Aires donde permanecerá por una década entre nosotros, y apenas llegado se relaciona con el floreciente ambiente artístico y social de nuestra ciudad. Es llamado por Doña Mariquita Sánchez Mandeville para dirigir la clase de dibujo en el Colegio de Huérfanas por ella fundado.

El 2 de mayo de 1858 se embarcara para Rosario, dando comienzo a su famoso viaje a través del centro del país; llega a Mendoza el 24 de marzo y a Santiago de Chile el 29 del mismo mes. Pasa a Valparaíso, Cobija y a través del Desierto de Atacama, arriba a Salta el 5 de septiembre. Pasa a Tucumán, Santiago del Estero, Córdoba y Rosario, para llegar a Buenos Aires a principios de Octubre.

Instalado nuevamente en Buenos Aires, puso una tregua en su actividad viajera; pero salía frecuentemente al campo para realizar la obra que nos ha legado. Como artista que se caracteriza por la vida de nuestro campo, solía viajar por el Ferrocarril Oeste hasta Morón en la Provincia de Buenos Aires,

ya que sobre el antiguo camino del Oeste se encontraban los más típicos cuadros de la vida rural de Buenos Aires, porque el progreso ya comenzaba a borrar lo que Palliere dejó documentado.

Viaja a Brasil en 1864, y retorna a Buenos Aires ese mismo año, para embarcarse por el Paraná en un nuevo viaje hacia Misiones.

Este Álbum se desarrollo durante sus viajes, en su *Libreta o Diario de Viajes* donde relata y dibuja todo lo que ve, en las litografías plasmo esas vivencias, si bien las litografías se reproducían y se vendían, el *Diario de Viajes*, recién se dio a conocer en 1945 gracias a la gentileza del *Dr. Antonio Santamaría*, perteneciente a una familia de consignatarios de ganado, que por su fervor nacionalista y su admiración por la investigación de la historia y las artes, fue gran coleccionista de la obra de Palliere.

Este Diario de Viaje comienza con su partida del Puerto de Buenos Aires hacia Rosario, donde relata su entorno y también intercala bosquejos de sus dibujos. Y describe Buenos Aires así:

[...] La ciudad está situada sobre un terreno llano, que no se eleva más de unos veinte metros sobre el nivel del río. Las casas son de techo plano de azotea y están pintadas de blanco, rosa o color pajizo, pero domina el blanco. De trecho en trecho se levantan los miradores, las torres y las cúpulas de las iglesias; sobre la derecha, hacia el norte y hasta el horizonte se extienden macizos de verdor. Son Palermo, San Isidro, San Fernando y el comienzo de las islas del delta formado por los ríos Uruguay y Paraná. Hacia la izquierda se deprime el terreno hacia la desembocadura del pequeño río de Barracas, gran centro de actividad del cabotaje y donde se encuentran los saladeros [...].¹

Pero Indudablemente a entrarse en las zonas alejadas de las ciudades, Palliere van a reflejar en su obra una etapa que comenzaría en el siglo XVII en que *los arrieros de mulas* eran de vital importancia en la economía

**Figura 1 – El Saladero. Republica Argentina.
Litografía Leon Pallieri**



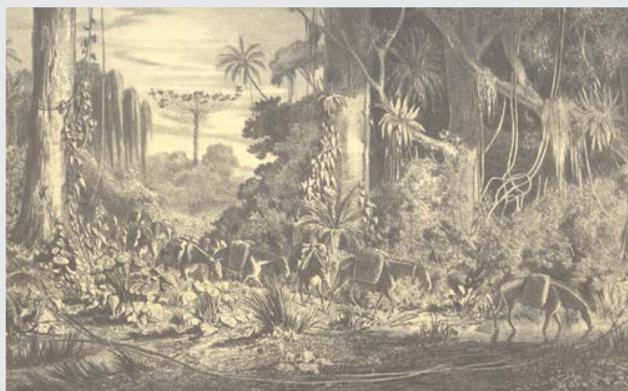
Fuente: acervo da autora.

¹ Escenas Americanas, reproducciones de cuadros, acuarelas y bosquejos. Litografía Pelvi Laín, Buenos Aires, 1864, p. 7.

de América del Sur, ya que el comercio de mercaderías en las ciudades del norte y litoral, fue el único medio de transporte en los caminos agrestes y en la cordillera, llegando hasta la Banda Oriental, Chile y a tierras paulistas, esta actividad dará origen a la *Cultura de las mulas*, y estos hombres llamados *arrieros o troperos* serán el comienzo de una clase cultural llamada *gaucho* que después se desarrollara con el caballo y el vacuno, herencia de estos bienes culturales son: el recado, los estribos de madera, llamados de baúl, el sombrero panza de burra, las botas de potro, el freno de goznes, el arreador, el freno mulero, etc., y describe la naturaleza del gaucho citando a Azara (GUIRALDES, 2003, p. 45) cuando dice:

El gaucho a pie es indolente y apático; peor a caballo el hombre y el animal parecen formar un solo ser; se diría que el mismo fuego circula por las venas de ambos. Tiene la mayor repugnancia por todo lo que no se haga a caballo y al galope; casi no sabe caminar a pie, aunque no se mas que para atravesar la calle, es siempre de mala voluntad. Si se reúne en la pulpería o en otra parte, permanecerá montado aunque la conversación se prolongue varias horas. Cuando va a pescar lo hace siempre a caballo, hasta para arrojar el anzuelo. Para sacar agua del pozo anuda la cuerda a la cincha y tira sin desmontar. Si tiene necesidad de argamasa, o de mezcla parecida, por poca que sea la prepara batiéndola bajo las patas de su caballo, haciéndolo ir y venir, pero sin apearse."Cuando un gaucho muere, lo llevan a la grupa, sentado como de costumbre y sostenido con palos. Oye misa a caballo desde afuera de la iglesia. En tales condiciones, sería difícil no poseer una extraordinaria destreza de jinete.

Figura 2 – Cargueros de yerba mate Brasil. Litografía de León Palliere



Fuente: acervo da autora.

Figura 3 – La pulpería de campo. Republica Argentina. Litografía León Palliere

Fuente: acervo da autora.

Seguirá su viaje con todos los inconvenientes que ello significaba, pero todo lo afrontará con la mejor disposición, algunas veces con personas que ira conociendo en los largos trayectos, otras, maravillado con el paisaje sustancial de America de Sur seguirá la ruta de los troperos que servirán de nexo entre las distintas regiones de este extenso recorrido. En una oportunidad que paro para hacer noche, al amanecer nos contará:

El día apunta y distingo el lugar; es muy lindo. *La posta* consiste en una casa no mal construida, con un ancho pórtico. Toda esta en orden. Existe un grupo de sauces llorones en un terreno aprisionado que se halla delante de la posta y cerca de una pequeña laguna, cuya agua es buena. Un arriero y sus mulas pasan también la noche en este posta, las albardas de los animales forman un círculo en los centros se hallan las mercaderías, componiendo un segundo círculo interior, en cuyo centro han dormido el arriero y sus peones. Las mulas pasaron la noche en un rastrojo y llegan siguiendo a una de ellas, que lleva un cencerro al cuello. Miro con interés como se las carga, esperando aprender a hacerlo yo también.²

Merece mi atención unas líneas que dedica a la actividad que desarrollaban los reseros que arreaban el ganado, actividad que fuera el eje fundacional del Barrio de Mataderos en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, y que hoy se dedicada casi exclusivamente al remate de ganado por medio del Mercado de Linies SA y de la industria cárnica y sus derivados, donde la idiosincrasia gaucha esta en nuestro sentir con una fuerte identidad del

² Diario de Viajes por la América del Sur. Buenos Aires: Ediciones Peuses, p. 126.

campo en la ciudad. Siendo esta actividad la que forjó la economía pecuaria argentina: y narra: “El principal comercio – por no ser el único- de los habitantes de Mendoza es el tráfico de ganado, que no tiene Chile. Las tropas vienen de las provincias argentinas. Son invernadas en las praderas de trébol y así no pasan menos de 50.000 cabezas por año. Comercian también con frutas, uvas y duraznos secos.” (GUIRALDES, 2003, p. 55).

Figura 4 – La posta – Santa Fé. Republica Argentina. Litografía León Palliere



Fuente: acervo da autora.

“El principal comercio – por no ser el único- de los habitantes de Mendoza es el tráfico de ganado, que no tiene Chile. Las tropas vienen de las provincias argentinas. Son invernadas en las praderas de trébol y así no pasan menos de 50.000 cabezas por año. Comercian también con frutas, uvas y duraznos secos.”³

Estamos de pie antes de salir el sol. Una tropa de 400 vacunos, aproximadamente ha pasado la noche en el potrero próximo. El capataz, D. Juanito, con cuatro o cinco hombres, los hace desfilan en orden, contándolos. Se dirigen a Bolivia, marchando en pequeñas etapas. Cambiamos algunas palabras. Se quejan de la sequía que hace sufrir al ganado; van montado en mulas.⁴

Y así compartirá estas escenas varias veces, ya que el camino del comercio es también su ruta, en momentos de descanso observa a estos arrieros en su trabajo y lo describe: “Durante este tiempo el arriero y dos peones han descargado sus mulas, quitando las monturas y herrando los animales. Para cargar y descargar, cubren con un poncho la cabeza la bestia, anudándolo por encima; y como ésta no ve, se queda quieta. Su hocico”. (CALVO, 2001, p. 3).

³ Diario de Viajes por la América del Sud. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1945, p. 130.

⁴ Diario de Viajes por la América del Sud. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1945, p. 231.

Recuerda mucho al camello, siendo de semejanza todavía mayor por la giba que forma el aparato que lleva sobre el lomo, especie de albarda hecha de paja, trapo y cuero

Sobre ella fuertemente cinchada, se pasa una doble cuerda de cuero. Encima se le coloca el primer fardo, que sostiene un hombre; el segundo se asienta un poco mas arriba del sitio que debe ocupar al otro lado, dejando resbalar ambos hasta la misma altura y haciendo un doble nudo con la cuerda de cuero. Esto se efectúa con gran destreza y lentamente. Encima si hay lugar, se coloca un cuero o el equipaje menudo, que se sujeta con otra cuerda de cuero. Realizado esto se desata el poncho y la mula queda libre, porque ninguna lleva cabresto. En todas partes las bestias no llevan nada; algunas solamente los bastos, sujetos con tientos, pero en ningún caso riendas.

A la cabeza de la tropa va un gaucho en su mula, tirando la yegua llamada madrina, que lleva un cencerro al cuello. El arriero marcha detrás de la tropa – razón de su nombre, porque arrea con el gesto o la voz toda mula rezagada, cuidando que ninguna se extravíe [...].⁵

Figura 5 – Caravana en el desierto de Atacama. Bolivia. Litografía León Palliere



Fuente: acervo da autora.

La maravillosa aventura de sus viajes, llevó a Palliere por lugares desconocidos para él, y se asombró de la vegetación de América, descubriendo el ombú y la pita en la pampa, los inmensos cactus en el norte, la Cordillera de los Andes, los ríos internos que conforman el delta del río Paraná, las selva misionera en Argentina; el desierto de Atacama en Bolivia, la exuberante selva brasilera, las quebradas de Valparaíso en Chile, entre otros lugares. Pero pudo apreciar otras culturas y otras comunidades como Los indios del Chaco y descubrió al gaucho y nuestras tradiciones siendo parte de Fiestas patronales, carreras de caballos, domas, riña de gallos, payadas y bailes.

De intercambiar experiencias con los troperos se sorprenderá de su costumbre alimenticia base exclusivamente en la carne asada, asado *como comida*

⁵ Diario de Viajes por la América del Sud. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1945, p. 139.

autóctona o *charqui* o *charque*, carne secada al sol, y veces un poco de pan, si lo consiguen en alguna pulpería y descubrirá el mate, adoptándolo como infusión.

Describió Las postas o casas donde pernoctaba cada noche, desde las más humildes hasta las más exquisitas, describiendo incluso su mobiliario y su gente.

En 1866, contando 43 años de edad, se retira definitivamente para ir a Francia, a la que sirvió en la guerra Franco-Prusiana. Expuso en París sus cuadros de temas americanos.

Se casa en 1878 con Louise Astree Chavanneau, y pasa los últimos años de su vida en Lorris, donde poseía unos bienes y donde falleció el 12 de febrero de 1887.

Este pintor viajero nos legó un material documental de gran valor histórico, que casi por completo se encuentra en Argentina, varias de ellas fueron utilizadas en billetes del Banco de la Provincia de Buenos Aires, como la *Pisadora de Maíz*, *El Corral* y *Tropas de Carretas en la pampa*.

Figura 6 – 1869 - Banco de la Provincia de Buenos Aires. Quinientos pesos fuertes: Anverso.: Busto del Gral. San Martín y Reproducción modificada de “La Pisadora de maíz” De León Palliere. Tinta negra sobre papel blanco, fondo celeste Reverso: Valor en números romanos Y letras. Impresión azul



Fuente: Museo y Archivo Histórico del Banco de la Provincia de Buenos Aires.

Esta investigación sobre el Libro de Viajes y la carpeta de Litografías Escenas Americanas” [...], no solo fue recobrar la historia de tantos tropeiros, reseros y arrieros que recorrían nuestra America soportando todas las adversidades que le deparaba el camino, para abastecer de alimentos a las poblaciones mas alejadas, para intercambiar los productos de cada región, para trazar los caminos, es recobrar esa impronta, a través de la visión de un pintor viajero que se arriesgó a lo desconocido, para dejar detallada la vida de nuestra gente y su entorno, con sus venturas y desdichas, compartiendo sus días y noches, siendo parte de nuestra vida cotidiana, y que hoy gracias a su narrativa y sus dibujos, podemos vivir el pasado. (CALVO, 2001, p. 4).

Sin duda León Palliere, supo reflejar en su obra la iconografía costumbrista de América, pero el *libro de viajes* tiene el mérito único e inapreciable de haber sido escrito por un artista que se propuso documentar sus impresiones de viaje; o sea “trazar un cuadro de dibujos tomados del natural” que constituye una de las más valiosas fuentes para el conocimiento de ese aspecto del pasado sudamericano.

Referencias

ASSUNÇÃO, Fernando O. *Historia del Gaucho: El gaucho Ser y Quehacer*. Montevideo: Editorial Claridad S.A., 2007.

CARRIL, Bonifacio del. *Iconografía de Buenos Aires*. Aníbal G. Aguirre Saravia. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: Instituto Salesiano de Artes Gráficas, 1982.

GIBERTI, Horacio C. E. *Historia Económica de la Ganadería Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Solar/Hachette, 1961.

PALLIERE, León. *Diario de Viajes por la América del Sud*. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1945.

PALLIERE, León. *Escenas Americanas, reproducciones de cuadros, acuarelas y bosquejos*. Buenos Aires: Litográfica Pelvilain, 1864.

ROLAND, Alfredo. *Historia Argentina: Panorama de la Pintura y el Grabado en la Argentina*. Plaza y Janes SA. Buenos Aires: Editores Argentina, 1981. Tomo III.



Tropa e tropeiro nos dicionários do Brasil

Geraldo Bonadio

*Jornalista, Historiador, Pesquisador, Escritor,
Membro da Academia Sorocabana de Letras. Sorocaba/SP*

Em 1853, a Tipografia Dois de Dezembro, de Francisco de Paula Brito (Rio de Janeiro, 1809/1861), afrodescendente e primeiro grande editor da então capital do Brasil, publicou o Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa. Seu autor, o capixaba Brás José da Costa Rubim (Vitória, ES, 1812-1871) listava, em pouco mais de 90 páginas, centenas de brasileirismos e expunha seu significado, sem os classificar gramaticalmente nem demonstrar, com apoio em obras literárias, a legitimidade deles.

Filho do português Francisco Alberto Rubim da Fonseca e Sá Pereira (1768-1842), oficial de Marinha e administrador que governou as Capitânicas do Espírito Santo (1812-1819) e do Ceará (1820-1821), Brás, quando da proclamação da Independência, acompanhou o pai em seu retorno a Lisboa, onde viveu a infância. Adulto, voltou adulto ao Brasil, ingressou no serviço público e filiou-se ao recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja revista publicou seus trabalhos, voltados principalmente para os aspectos geológicos e geográficos do rincão natal. Entre eles se destaca o Vocabulário Brasileiro, primeiro dicionário monolíngue do Brasil no entender do lexicólogo José Horta Nunes (2006, p. 205-211).

Província de relevo acidentado, o Espírito Santo utilizou intensivamente as tropas cargueiras no transporte de superfície dentro e fora de seus limites. Lenta, a princípio, a introdução dos muares foi acelerando-se em data posterior à publicação do livro. Até 1828, não havia em território Espírito-Santense mais que uma centena de burros (MORAES, 1989, p. 13). Essa talvez a razão de Rubim conceituar tropa como “multidão de bestas muares ou cavalares que têm a seu cargo ou possuem os fazendeiros, para transporem de uns a outros sítios os efeitos das lavouras”, tratando, como uma só e mesma realidade, a tropa cargueira, empresa de transporte pertencente e gerenciada por tropeiros, e os comboios e lotes de burros usados pelas fazendas tanto ali quanto em outras partes do Brasil.

Ambos os coletivos se compõem de semoventes, os procedimentos operacionais se assemelham, mas enquanto a tropa se ocupa de prestar serviços de movimentação de cargas e pessoas a quem, não detendo a propriedade das alimárias, contrata sua execução, mediante pagamento, com aqueles que as possuem. Do mesmo modo, sua definição de tropeiro, “tocador de lote das tropas rurais”, caracteriza, em verdade, o comboieiro.

Origem da palavra tropa

Originariamente, as palavras tropa e tropeiro estão associadas não à arte de narrar e sim a uma prática importantíssima na vida dos grupos humanos: o desenvolvimento das habilidades de contar e, num instante seguinte, criar termos específicos para designar os conceitos numéricos (ASIMOV, 1983, p. 5-16; KARLSON, 1961, p. 3-30; KASNER; NEUMAN, 1968, p. 38-71; NASCIMENTO, s.d., p. 20-22).

Francês nascido no Marrocos, George Ifrah, historiador dos números e da Matemática, constata que, ainda hoje, os povos primitivos, em diferentes partes do planeta, “só conhecem dois ‘nomes de números’ propriamente

ditos: um para a unidade e um outro para o par”. Apenas “os melhores em aritmética chegam a exprimir os números 3 e 4. Referem-se a eles articulando algo como: “dois-pum e dois-dois. [...] Além daí é a imprecisão, a confusão: empregam, então palavras que poderíamos traduzir por muitos, vários, uma multidão.” (1989, p. 15-16).

Tal normativa nada diverge daquela aplicada às inscrições pictóricas do velho Egito, que mandava repetir três vezes um mesmo hieróglifo ou acrescentar três pequenos traços verticais à imagem correspondente, seja para figurar três exemplares do ser ou objeto representado, seja para indicar seu plural. O pesquisador identifica procedimentos similares no chinês antigo, a ideia de floresta se expressava repetindo-se três vezes o pictograma de uma árvore, e na língua dos sumérios que se valia do termo *esh* (três) também com o sentido de muitos.

Evidencia, a seguir, a aproximação, observada na língua francesa, entre o numeral *trois* (três); o adjetivo ou advérbio *très* (muito, indicando no caso intensidade elevada a seu mais alto grau) e a preposição de origem latina *trans*, que, naquele idioma, tem o significado específico de *além de*.

Localiza, igualmente, em outras línguas contemporâneas (inglês, alemão e anglo-saxão), palavras com a dupla significação de três e afirma: todas “têm uma raiz comum com a palavra *throp* (amontoado), outrora utilizada em frâncico”, língua dos antigos francos, aparentada com velho saxão e com as línguas germânicas ocidentais.

“Deste último termo derivam, de um lado, o advérbio francês *trop* (muito) e seu homólogo italiano *troppo* (no sentido de muito, demais), e, de outro, o antigo termo do latim medieval *troppus* (rebanho, bando), que por sua vez originou os termos franceses *troupe* (grupo de pessoas ou tropa) e *tropeau* (rebanho), ao espanhol *tropa*, ao italiano *truppa*, ao inglês *troop* e ao alemão *trupp*.” (Idem, p. 17)

Tropa e tropeiro nos dicionários do Brasil

Em Portugal, registra o Dicionário Houaiss, a palavra *tropeiro* aparece pela primeira vez na *Vida de D. João de Castro*, livro publicado por Jacinto Freire de Andrade em 1651, que dela se vale para designar o condutor de tropas ou recoveiro e, numa segunda acepção, o condutor de bestas de carga ou de gado. O léxico atribui à palavra *tropeiro*, resultado etimológico da fusão do vocábulo *tropa* com o sufixo *eiro*, seis acepções distintas, todas classificadas como substantivos masculinos. Duas delas, mapeadas no Rio Grande do Sul, ali designam o comprador e vendedor de gado, bem como, o empresário

no ramo de transportes. Outra, cujo uso se estende a todo Brasil, designa aquele que trabalha na lavoura de café, milho, cana-de-açúcar e assim por diante. Nos domínios da ornitologia, nomina, melhor que o sinônimo cricrió, o *Lipaugus vociferans*, ave passeriforme, da família dos cotingídeos, de ampla distribuição na Amazônia e florestas do Leste brasileiro até o Norte do Espírito Santo, a qual, estimulada por um ruído qualquer, emite uma das vocalizações mais estridentes e conhecidas da floresta amazônica, de cuja reprodução onomatopaica veio sua denominação mais conhecida.

O cricrió mede cerca de 24 cm de comprimento, possui plumagem cinzenta e 19 outros nomes populares, dois dos quais ligados ao vocábulo que aqui examinamos, a saber: bastião, biscateiro, coniconiô, cricrió-seringueiro, frifriô, goela-d'água, gritador, namorador, pássaro-assobiador, pipiô, poaieiro, sabiá-tropeiro, seringueiro, sim-senhor, tem-tem-pium, tropeiro, viruçu, vissiá, viviô.

O Novo Aurélio, em sua 2ª edição revista e aumentada, de 1986 (Rio: Nova Fronteira), dá à palavra tropeiro nove significações, das quais nos interessa a sexta, classificada como brasileirismo: “Caravana de animais equídeos, especialmente os de carga”. Ao derivado tropeiro, Aurélio atribui três significados: “1. Bras. Condutor de tropa; arrieiro, bruaqueiro. 2. Bras., RS. Indivíduo que compra e vende tropas de gado, de mulas ou de éguas. 3. Bras. V. viviô.”

O Aulete Digital elenca nove significados para tropa, sendo a quinta, um brasileirismo, “caravana de animais de carga” com abonação extraída de Guimarães Rosa: “... os ciganos tinham viajado demais naqueles dois meses, em vindo tocando muito ligeiro e maltratando a tropa deles...” (GUIMARÃES ROSA, 1980).

Quanto a tropeiro, o Aulete Digital registra, antes da acepção ornitológica, três outras mais comuns: o que compra e vende tropas de gado (regionalismo do Rio Grande do Sul); o empresário de transportes e “aquele que conduz tropa de animais”, significado de mais ampla difusão no país, classificando como brasileirismo. Esta última utilização é abonada por texto extraído de Trezentas onças, narração integrante de Contos gauchescos & lendas do sul, de Simões Lopes Neto: “Ali logo frenteei com uma comitiva de tropeiros, com grande cavallhada por diante [...]” (SIMÕES LOPES NETO, s. d., p. 7).

Já a 2ª edição brasileira do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa de Caldas Aulete, produzida por Hamílcar de Garcia e por ele caracterizada como “exaustivo registro dos vocábulos usados no Brasil”, relaciona cinco significados diversos para a palavra tropeiro, o primeiro dos quais é aquele utilizado em Portugal, condutor de tropas; recoveiro. O verso esco-

lhido para abonamento: “O monótono canto de um tropeiro,” foi equivocadamente atribuído a Gonçalves Dias, mas pertence a Antônio Gonçalves Crespo e figura no soneto Na Roça, incluído em suas Obras Completas.

Garcia dá como brasileirismo o significado “condutor de bestas de carga ou manadas de gado grosso”, e o abona com um texto de Afrânio Peixoto (1929) constante do capítulo 1, parte 5, de Sinhazinha (1929): “[...] quando [...] apareceram algumas bestas carregadas e um tropeiro que as conduzia”. Registra, também, as seguintes acepções: (Rio Grande do Sul) O que compra e vende tropas de gado. // Empresário de transportes. // (Bras.) Ave, o mesmo que viruçu.

O coletivo de tropeiros, na definição dos diferentes dicionaristas aqui mencionados, é tropeirada, registrado, inclusive, por Bernardino José de Souza, em seu Dicionário da Terra e Gente do Brasil (1939), colidindo com a assertiva de Garcia, para quem tal coletivo estaria circunscrito ao Rio Grande do Sul.

Souza insere ainda, em seu Dicionário, um conjunto de vocábulos importantes para o estudo do tropeirismo, a saber:

“Bruaqueiro: brasileirismo que significa aquele que conduz gêneros alimentícios, das fazendas para os mercados das vilas ou povoações. Deriva de bruaca, mala de couro que serve para conduzir objetos que devem estar ao abrigo das chuvas” (Beaurepaire-Rohan). Couto de Magalhães à p. 114 de O Selvagem emprega-o no sentido de caipira, tabaréu: “Ainda hoje, não há talvez um só caipira de São Paulo, ou um bruaqueiro de Minas, a quem se possa dizer que é um ente imaginário o Saci Pererê, que ele julgou encontrar por desoras junto a alguma porteira, que lhe saltou na garupa ou que lhe fez alguma outra tropelia”. A respeito escreve Nelson de Sena (Revista do Arquivo Público Mineiro, a. XX, 1924):

A bruaca ou surrão de couro cru é destinada principalmente à condução do sal e gêneros alimentícios; e ainda é usada quer pelos canoeiros daquele rio, quer pelos pequenos tropeiros, conhecidos por bruaqueiros, que fazem, no sertão norte, mineiro, o comércio de transportes, de um mercado para outro, conduzindo sal, queijos, farinha, rapaduras, requieijos, ferragens, etc. A bruaca faz ali o papel do saco de anagem, usado na região cafeeira de Minas, ou dos balaios e jacás tecidos de taquara, empregados no Centro (região de Peçanha, S. João Evangelista, Guanhões, Ferros, Conceição, Serro e outras) para a condução de toucinho e cereais. É também muito de uso na Bahia. (p. 610).

“Cutingal: espaço onde viceja a cutinga.” À p. 52 do Oeste Paranaense de Lima Figueiredo, lemos: “Formando um fofa tapete verde, com altura de

cerca cinquenta centímetros, se desenvolvia extenso cutingal, onde viceja a cutinga, espécie de capim com folhas largas, que são aproveitadas pelos tropeiros para palha de cigarros”. (p. 160).

Encosto: segundo Henrique Silva, grande conhecedor do Brasil Central, em artigo publicado em A informação goiana de 15 de março de 1918, esta palavra é usada em todo o interior do Brasil no sentido de língua de campo cercado de matos e brejo, apenas com uma entrada, ou alguma várzea nas mesmas condições. Assim com este significado conhecemos o vocábulo no sertão de nosso nascimento. Usa-se em Mato Grosso com a significação de pedaço de campo conveniente à pastagem dos animais durante alguns dias. À página 100 da Rondônia de Roquette Pinto, lemos: ‘Cada vez que se chega no pouso, mais que depressa, procuram os tropeiros um bom encosto’. [...] (p. 170).

Madrinheiro: nome que, no sul do país, dão ao rapaz que anda na égua madrinha para regular o tempo da marcha da tropa ou tropilha. Madrinha é a égua (ou guêxa, com u mudo, mula) que, tendo ao pescoço uma campainha ou cincerro, precede a tropilha ou quadrilha dos cavalos, mulas e burros, servindo-lhes de guia ao longo das estradas. Acostumados com o som da campainha, os ditos animais dela não se apartam, já nas estradas, já nos campos de pousada.

Descrevendo a marcha do Batalhão Catarinense na Campanha do Alto Paraná, o capitão Mimoso Ruiz escreve:

A tropa de cargueiros do Batalhão que havia saído do entrincheiramento do Centenário às primeiras horas da manhã com destino a Formigas, a fim de abastecer-se de gêneros e munição, viu-se imprevisivelmente atacada ao chegar àquele povoado. Ela era composta de 13 cargueiros, sendo guiada pelo madrinheiro Pedro Balles, de 14 anos, e comandada pelo sargento Avelino Hermenegildo da Rocha... (Folha Nova, Florianópolis, edição de 17 de março de 1928. p. 242).

Tropa: em vários Estados do Brasil este vocábulo designa uma caravana de animais que levam mercadorias de uns para outros pontos. As tropas são os mais expeditos meios de comunicação nas terras do sertão brasileiro, onde não há rios navegáveis ou estradas de ferro. Na Amazônia chamam comboio.

O caipira é um obscuro e é um forte! Ei-lo tangendo suas tropas cargueiras, empoeiradas ou cobertas de lama pelos caminhos tortuosos e esburacados, furando matas virgens, galgando montanhas ásperas, vadeando rios revoltos e pestíferos, afrontando pântanos e atoledos, atravessando

campos e campos, vencendo dezenas de léguas a pé ou arcado e molengão sobre o burro manteúdo, ao monótono belém-belém do sino pendurado ao pescoço da madrinha ruana! (PIRES, Cornélio, *Seleta caipira*, p. 4).

No Rio Grande do Sul, segundo Callage e Romaguera Corrêa, [...] também usam o aumentativo tropão e os diminutivos tropinha, tropazinha, tropita. Podem ser as tropas também de éguas, de mulas, de gado de cria. Na descrição da viagem que fez às nascentes do Rio S. Francisco, Auguste de Saint-Hilaire informa que o nome de tropa se empregava no distrito diamantino no sentido de reunião de escravos dirigidos por empregados livres e prepostos à extração de diamantes em lugares a que chamavam serviços (Livro citado, Ed. Brasileira, p. 255, tomo 1). (p. 407).

Tropeiro: indivíduo que se ocupa em conduzir tropas, vezes como empresário de transportes, outras tantas como simples campeiro, chefe de outros tocadores. No Rio Grande do Sul, assim se apelidam também as pessoas que se ocupam em comprar e vender tropas de gado, de mulas ou de éguas. “Cruzavam tropeiros da terra, gente sã e escorreita, incitando aos estalos ásperos dos relhos e piraís compridos de trança fina, o trote leve da burrada, que se detinha por momentos a retouçar a babugem das margens, guizelentas as cabeçadas, com carregamento de cristal de rocha, surrões preciosos de bom fumo goiano, os malotes ajoujados de sola sertaneja, para as divisas estaduanas do grande rio.” (RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*, p. 22, grifo meu).

O tropeiro foi um dos mais fortes elementos da vida e do progresso de todos quantos trabalharam para grandeza e a unidade do Brasil. Eram eles que recebiam mercadorias em pontos diversos e que as traziam para o comércio entretidos com o seu lote, com a sua lida, com os seus cantares saudosos e nostálgicos e que iam dessa maneira, inconscientemente, tecendo o elo da solidariedade nacional. Partiam de todos os pontos de produção, choutando a sua tropa, que cadenciava o passo pelo retinir dos guizos da besta dianteira, e, atravessando os desolados chapadões do planalto, em demanda do porto de Santos, encordoavam os lotes por esta estrada descendo e subindo asperezas desta serra, como formigas em carregação, parecendo desaparecer ao volume e no peso das cargas, que, em movimento, davam a impressão de ir arrastando as alimárias. (Júlio Prestes. Discurso na inauguração do rancho do Paranapiacaba). (p. 408).

Vejamos, agora, a definição para tropeiro de Waldomiro Bariani Ortêncio (São Paulo: Ática, 1983): “O que comanda a tropa; pode ser dono ou empregado”.

O pesquisador goiano apoia-se em abonações de três autores: Ernani

da Silva Bruno (1970): “Tropeiro, negociante de animais ou dono de tropa cargueira”; Camilo Chaves (1943, p. 161): “Se tropeiro, chefiando lotes de cargueiros, conscienciosamente preserva das inclemências do tempo as mercadorias de sua guarda” e Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1974): “Havia ainda os ‘cargueiros’ para os mantimentos e objetos de cozinha, que eram fornecidos pelo dono da ‘tropa’. Vinham com esta os tropeiros, para o seu serviço, assim como cozinheiro ou cozinheira”. O pesquisador goiano registra ainda que tropeiro é nome dado ao juruba. (Pássaro de bela plumagem, azul, verde, pardo, que imita o tropeiro tocando os burros.)

Afonso Arinos sustenta que tropas e tropeiros são “coisas genuinamente nacionais, a começar do nome”, creditando ao “velho Moraes, nosso glorioso patricio”, no seu Dicionário da Língua Portuguesa, a primazia no registro das palavras tropa e de seu derivado tropeiro. A primeira ali apareceria assim definida: “(termo do Brasil) bestas de carga, que fazem o transporte de mercadorias onde não há vias férreas, ou fluviais, e seguem com os seus condutores como que em caravanas”. (1921) Tropeiro, por sua vez, é assim definido: “s.m. (t. do Brasil), condutor de tropa; homem que viaja com cavalgaduras de carga e cáfila, onde não há vias férreas ou fluviais, § (it.), negociante que compra e vende tropas de animais”.

Em verdade, a edição inicial do léxico de Moraes (1813) não traz o verbete tropeiro e alusão a ferrovia seria descabida, pois o Brasil, naquele momento, não tinha nenhuma estrada de ferro.

Moraes, brasileiro de nascimento que produziu seu dicionário em Portugal, na primeira edição deste define tropa de modo em tudo semelhante ao dos dicionaristas portugueses que o precederam: “[...] soldados de cavalaria § t. tropa; i. é, por companhias, esquadrões, batalhões, marchar em tropa, opõe-se a marchar à desfilada.” (1813).

Só em edição bem posterior e póstuma a obra amplia a redação do verbete tropa, que passa a ter o seguinte conteúdo: Tropa, s.f. Grande número de soldados de qualquer arma. || Os soldados, o exército. || Fig. A vida militar || Multidão de pessoas juntas; bando: aglomeração || Grande quantidade de coisas. || Grande porção ou caravana de animais de cargas. || Bras. Manada de gado grosso. || Bras. Ant. Reunião de escravos dirigidos por empregados livres e entregues à extração de diamantes em lugares chamados serviços. || bras. Grande porção de gado vacuum em marcha de um ponto para o outro (quase sempre para as charnecas). Sm. Pop. Soldado; praça de pré || T. fandanga, sf. Grupo de gente indisciplinada e em desordem, gente desprezível. (1813).

A edição póstuma inclui, também, o brasileirismo tropeiro, em verbete assim formatado: Tropeiro, s. m. Bras. Recoveiro || Aquele que conduz bes-

tas de carga ou manadas de gado grosso, como cavalos e bois; condutor de tropa manada de animais. || Indivíduo que se ocupa em comprar e vender tropas de gados, de mulas ou de éguas. || Empresário de transportes. || Aquele que nos matos do Brasil trabalha em cafezais, nos milharais, na cultura de cana de açúcar, etc. || Nome vulgar de uma ave do Brasil.

O Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Cândido de Figueiredo, em sua 3ª edição, consigna, no verbete tropa, a seguinte acepção: “f. Bras. Caravana de bestas de carga ou manada de gado grosso.” Registra igualmente a palavra tropeiro, que assim define: “m. Bras. Recoveiro. Aquele que conduz bestas de carga ou manadas de gado grosso, como cavalos, bois, etc. Empresário de transportes. (De tropa)”. (FIGUEIREDO, 1922).

A primazia do registro léxico dos dois termos, para além de qualquer dúvida, é, pois, de Brás da Costa Rubim (1853) que, na obra antes mencionada, inclui ainda os verbetes:

Tropa: multidão de bestas muares ou cavalares, que têm a seu cargo ou possuem os fazendeiros, para transporem de uns a outros sítios as fazendas ou efeitos das lavouras.

Tropeiro: o tocador de lote das tropas rurais.

Tropelha: magote de cavalos com uma égua mansa.

O autor consigna ainda outros verbetes relacionados à lida tropeira: Peçuelo: alforje de couro cru, que se traz sobre a garupa.

Cochonilho ou Cochinhilho: é uma sorte de pelueia grosseiríssima com todo o comprimento da lã, a qual deve ser churra, e serve de colchão e cobertura no inverno, e comumente para cavalgadas; eles são usados pela gente rústica da campanha, porque também há cochinchilhos de linho, ou seda, mais ou menos finos para as pessoas abastadas.

Rodeio: terreno com capacidade para reunir o gado em caso de necessidade.

Dos vocábulos por ele arrolados, alguns caíram em desuso e outros tiveram a sua grafia alterada com o tempo. Possoêlo é hoje peçuelos, termo usado no Rio Grande do Sul para designar uma espécie de alforje (saco) de couro, que se coloca na garupa do animal e onde se carregam roupas e objetos de uso pessoal. Pelueia seria o equivalente a acepção de pelúcia (tecido natural [...] de lã, [...], felpudo de um lado e liso de outro [...]); quantidade de pêlos; pelugem ou pelego (a pele do carneiro com a lã, colocada sobre os arreios para tornar o assento do cavaleiro mais confortável). (HOUAISS, 2001).

No Rio Grande do Sul a palavra tropa é empregada, com maior frequência, para designar ajuntamentos de gado bovino, não se utilizando, para tanto, o termo boiada, comum em outros pontos do país.

No poemeto campestre Antonio Chimango, Ramiro Barcelos (Cacho-

eira do Sul, RS, 1851/Porto Alegre, RS, 1916) que o assinou com o nome de Amaro Juvenal, narra a trajetória política de Antônio Augusto Borges de Medeiros (Caçapava do Sul, RS, 1864/ Porto Alegre, RS, 1961). Ambientado numa estância, na verdade é o Estado do Rio Grande do Sul, narra a trajetória de um peão muito esperto e oportunista, que ascende ao comando da fazenda através de suas manobras. Valendo-se dos versos de um personagem, o tio Lautério, Barcelos, depois de narrar o dia a dia de uma tropa, canta uma parte da saga de Borges, travestido de espertalhão campeiro, ao final de cada uma das cinco rondas em que se organiza a obra (JUVENAL, 1986).

Muitos dos episódios e cenas em que o poema se desdobra são comuns ao dia a dia dos tropeiros de gado, dos quais o autor trata naquele texto, e dos tropeiros de mulas. O leitor menos familiarizado com as coisas do Rio Grande do Sul, leva algum tempo para se dar conta de que, na verdade, se fala, ali, de boiadeiros.

É que, na antiga Província de São Pedro, os peões condutores de bovinos suplantavam em muito o número dos que conduziam muladas. Por essa razão, Pedro Ari Veríssimo da Fonseca (1982), ao registrar o cotidiano dos que se dedicam ao transporte e comercialização de muares, a eles se refere, individualizando-os, como tropeiros de mulas.

Exemplo recente dos diferentes sentidos da palavra tropeiro em português e espanhol, encontra-se na composição *Tocando em frente*, de Renato Teixeira (1997), cuja letra diz, a certa altura: “Penso que cumprir a vida seja simplesmente / Compreender a marcha e ir tocando em frente / Como um velho boiadeiro levando a boiada / Eu vou tocando os dias pela longa estrada / Estrada eu vou / Estrada eu sou.”

Vertidos para o castelhano por Antonio Tarrago Rios (1996), com o nome de “*Marchando al frente*”, os versos ficaram assim: “Como un tropero viejo llevando la tropa / voy andando dias / y por el camino voy / camino soy.”

A versão, no caso, está em perfeita sintonia com o Dicionário da Real Academia Espanhola que atribui à palavra tropeiro a condição de um regionalismo de utilização rural na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, cuja significação é a de condutor de carretas ou tropas de gado, especialmente vacum.

Tomé Cabral (1982), em seu Novo dicionário de termos e expressões populares, importante apanhado da linguagem do sertanejo da região do Cariri, na qual residiu 40 anos, não registra a palavra tropeiro, mas define tropa como “lote de animais (equinos, muares ou asininos) de carga ou de solta”.

O autor buscou as abonações em textos de João Clímaco Bezerra (“Postava-se uma tropa de burros com um carregamento de algodão”), Sinval Sá [...] me botei pro Crato com uma tropa de jumentos) e R. Batista Aragão (Os comboios eram numerosos em tropas de dez e mais burros), extraídas,

respectivamente, das seguintes obras: Não há estrelas no céu, p. 79; O sanfoneiro do riacho da Brígida, p. 65 e Pedra verde, p. 29. A pontuação e citações bibliográficas reproduzem com exatidão a obra em que foram colhidas.

Em recente trabalho, uma equipe de pesquisadoras da Unisinos (Maria da Graça Krieger, Alexandra Feldekircher Müller, Andréa Roberta da Rocha Garcia e Rosinalda Pereira Batista, 2006) considera dicionários fundadores da lexicografia brasileira, entre os publicados tanto em Portugal quanto no Brasil, os de Cândido de Figueiredo (1926) e Caldas Aulete (1958), e entre os editados exclusivamente no Brasil o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (1938); o Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, de Laudelino Freire (1939-1944), o Dicionário da Língua Portuguesa, de Antenor Nascentes (1961-1967) e o Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975). Desse elenco de seis obras, metade delas foi consultada para este relatório de pesquisa em andamento.

Conclusões preliminares

O tratamento dado a tropas e tropeiros, nos dicionários gerais da língua portuguesa produzidos em nosso país, é, de modo geral, insatisfatório. Um exemplo: o vocábulo tropeirismo não aparece entre os 381 mil que figuram no Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras.

No tocante ao tropeirismo de mulas, expressão que aqui utilizo de maneira ampliada, circunscrevendo os universos tanto das tropas xucras quanto as tropas cargueiras, seria necessária uma abordagem mais generosa.

São vários os tipos que podem ser enquadrados dentro da categoria tropeiro – ensina Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Um deles é o do negociante de animais que dispunha de um patrimônio e que o fazia valer reunindo um certo número de cabeças nas zonas de preamento e criação para vendê-las nas feiras e mercados urbanos, ou que se dirigia às regiões de cultura, realizando suas transações diretamente com os proprietários de terras. (1969, p. 63). A outra figura vinculada a essas atividades é a do condutor de tropas, ocupado propriamente com o mister de transportar mercadorias. O tropeiro parece ter-se desincumbido de seus encargos com regularidade, assegurando o trânsito normal de mercadorias e garantindo para si próprio uma qualificação profissional, em que pesem as condições precárias e aventureiras de suas viagens. (Idem, p. 65-66).

E, adiante: “Nesse grupo de condutores de tropas é preciso distinguir aqueles que mantinham tropas de aluguel, daqueles que eram camaradas de

fazendas. [...]” (Idem, p. 66).

Num paralelo grosseiro, o tropeiro que vende animais xucros seria o equivalente das revendedoras de veículos dos dias atuais, ao passo que o condutor de tropas seria aquele que, adquirindo veículos ao primeiro, os utiliza para a prestação de serviços de transporte de cargas ou de passageiros.

Na medida em que avançam as pesquisas sobre o tropeirismo, cresce a necessidade de que os dicionários da língua portuguesa produzidos no Brasil detalhem os verbetes consagrados às tropas, aos tropeiros, às atividades por ele desempenhadas e aos seus utensílios e traíais.

Um bom começo seria a dicionarização do próprio vocábulo tropeirismo.

Referências

ARINOS, Afonso. *Tropas e tropeiros*. In: Histórias e paisagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921.

ASIMOV, Isaac. Dígitos e – dígitos. In: *No mundo dos números*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 5-16.

FONSECA, Pedro Ari Veríssimo da. *Tropeiros de mulas*. Passo Fundo: Diário da Manhã, [1982].

GUIMARÃES ROSA, João. Corpo fechado. In: *Sagarana*. 23. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

JUVENAL, Amaro (Ramiro Barcelos). *Antônio Chimango*. Poemeto campestre. 24. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

KARLSON, Paul. Do Contar. In: *A magia dos números*. Porto Alegre, Globo, 1961, p. 3-30.

KASNER, Edward e NEWMAN, James. Além do gугоl. In: *Matemática e imaginação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 38-71.

KRIEGER, Maria da Graça; MÜLLER, Alexandra Feldekirche; GARCIA, Andréa Roberta da Rocha; BATISTA, Rosinalda Pereira. *O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do Português no Brasil*. Alfa (UNESP), São Paulo, 50 (2), p. 173-187, 2006.

MORAES, Ormando. *Por serras e vales do Espírito Santo: a epopeia das tropas e dos tropeiros*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1989.

NASCIMENTO, Adalberto. Enumeração e numeração. In: *Dos nove e outras matemáticas*. Itu: Ottoni, 2002, p. 20-22.

Dicionários de regionalismos

BARIANI ORTÊNCIO. Ver ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani.

CABRAL, Tomé. *Novo Dicionário de Termos e Expressões Populares*. Fortaleza: Ed. UFC, 1982.

EDITORA GLOBO (Org.). *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*. [Termos e expressões contidas nos vocabulários compilados por CORRÊA, Romaguera; CORUJA, Antônio

- A. P.; MORAES, Luiz Carlos de; CALLAGE, Roque.] Porto Alegre: Globo 1964.
- FILIPAK, Francisco. *Dicionário sociolinguístico paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- KICH, Bruno Canísio. *Pequena enciclopédia gaúcha*. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2011.
- LAYTANO, Dante de. *O linguajar do gaúcho brasileiro*. Porto Alegre: EST, 1981.
- NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. 5. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993
- OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. *Dicionário gaúcho*. 3. ed. Porto Alegre: AGE, 2005.
- ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani. *Dicionário do Brasil Central: subsídios à Filologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SCLHEE, Aldyr Garcia. *Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense*. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019, 2 v.
- SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 4. edição, Onomástica Geral da Geografia Brasileira. São Paulo: Nacional, 1939. v. 164, Coleção Brasileira. (www.brasiliana.usp.br ou www.brasiliana.com.br)



Arrieros y acémilas en la literatura andina

Juan José García Miranda

Universidad Nacional de Huamanga Ayacucho/Peru

*A Manka Senqa, Ninabambina y Petizo,
mulas y manso caballito
de mis recuerdos infantiles.*

Introducción

Manka Senqa¹ y Ninabambina² y petizo,³ fueron dos mulas y un caballo que no se borran de mi memoria. Con ellos, recuerdo las piaras de acémilas con los que nos trasladábamos en Ayacucho, con distintas direcciones para convivir con los pueblos de las étnias de Ancco Ayllu⁴ y Chungui en la pro-

¹ Manka Senqa. Viene de voces del runasimi (idioma nativo del Perú conocido como quechua). Manka es olla (de barro), Senqa es nariz. La olla como bajilla de cocina se le calienta con leña y se ennegrece por la base. El hocico de Manka Senqa era negra.

² Ninabambina. Significa Natural de Ninabamba. La mula procedía de la hacienda Ninabbamba.

³ “Petizo” nombre del caballo porque era muy pequeño frente a las demás.

⁴ En la provincia de La Mar, existe un distrito Anco que en tiempos remotos era reconocido como Ayllu. Es decir, los Ayllu quechua de Ancco y Chungui, son colindante con el territorio de los pueblos Chanka de las provincias de Andahuaylas y Chincheros en el departamento de

vincia de La Mar y que nos permitió recorrer junto a los arrieros por la selva del Río Apurímac entre los departamentos de Ayacucho y la provincia de Chincheros en el de Apurímac.

Manka Senqa era una mula menuda, *mañosa, engreída, jovial* de un color bayo claro con el hocico negro por el que recibió el nombre de Manka Senqa en alusión al color negro de la base de las ollas causada por la leña de los fogones de los hogares rurales. Según los campesinos entendidos, era la alegría de la recua de acémilas. Exigía mucha atención. Se le debía dar primero el forraje sino excretaba en el de los demás, o simplemente los pisoteaba. Para tratar con él se debía conocer su *genio* y sus *mañas* y hacer de este un animal dócil, como lo hacía su “dueño y amigo personal”,⁵ mi hermano. Por eso en los viajes largos con más de una piara de acémilas se le ponía el cencerro para que anuncie nuestro paso en los lugares estrechos de los caminos entre las montañas de Ayacucho.

Ninabambina era una mula muy alta, corpulenta, tolerante y muy leal. Cuidaba, con actitud humana, de su propietario, mi padre.⁶ Su fama acrecentó cuando en la selva peruana de Wayna Ozambre, mi padre había enfermado de gravedad, y la mula Ninabambina, junto con una perrita Diamela, viajó tres días para *avisar* a su esposa mi madre, de la emergencia. Al llegar a casa dio coces en el suelo y emprendió retorno hacia su dueño. Mi madre entendió el mensaje” viajó con la mula otros tres días y encontraron a mi padre afectado por una grave enfermedad y pudieron atenderlo hasta sanarlo. Gratitud por el que nunca se olvidará a Ninabambina y Diamela. Viajaron cruzando el río Apurímac que da nacimiento al río Amazonas, zonas de bosques donde abundan los pumas predadores naturales de los animales domésticos.

Petizo, en cambio, era un caballo pequeño muy dócil, de color alazán, amaestrado para el traslado de niños con quienes congeniaba y aguantaba sus travesuras. Era la madrina de las recuas y piaras de acémilas en los largos viajes.

Hazañas como éstas y las vicisitudes pasadas por los arrieros, ganaderos y viajeros han generado un sinnúmero de relatos que se narran entre ellos, en las pascanas,⁷ tambos⁸ o lugares de descanso y pernocte de los arrieros,

Apurímac cuyo lides prehispánico es Anccowayllu.

⁵ Mi hermano Carlos Edwin.

⁶ Mi padre, J. J. García Benavides, profesor rural.

⁷ Pascana. Palabra del runasimi o quechua que designa al lugar donde las acémilas eran aliviadas de su indumentario para dar paso al descanso, durante la noche.

⁸ Tambo, Durante el Perú prehispánico era los almacenes donde se depositaba productos comestibles para ser consumidas por la población en épocas de carencias alimenticias. En Argentina, Paraguay y Brasil, esta voz ha devenido en Estancias ganaderas donde se ordeñan a las vacas.

ganaderos, viajeros y *postillones*⁹ y de las tertulias en casa, en torno al fogón hogareño de los que nos ocuparemos en esta oportunidad.

El ensayo da cuenta de la literatura popular andina inspirada en tales vicisitudes de los transportistas que utilizan los caminos de herradura para arriar sus acémilas o conducir tropas de ganado en distintas direcciones. Relatos que han sido registrados o tomados de distintos autores que los han compilado y publicado, así como las que hemos obtenido de nuestra cosmovivencia. La memoria colectiva todavía guarda estos recuerdos pese a que paulatinamente va desapareciendo el arrieraje como actividad económica.

Los arrieros

El vocablo arriero tiene muchas acepciones. En genérico, viene de arrear, acto que anima a los animales a andar o caminar, casi siempre en tropel; designa al que se dedica al transporte utilizando acémilas. En el Perú, este término, tiene muchas acepciones: tropero,¹⁰ llamero,¹¹ wamanguino,¹² lipuku,¹³ viajante, negociante.¹⁴ Oficio que ha caracterizado y ocupado, y aún ocupa, a diversos pueblos y que parte de su simbología identitaria sigue siendo el arrieraje. Este sector poblacional tiene un modo de vida trashumante porque parte del año están fuera del hogar recorriendo diferentes pueblos con itinerario estacional que asocia ciclos productivos con festivo rituales. El arriero, puede tener un sistema parental que tolera la poliginia porque aparte de la esposa en el lugar de origen y de residencia principal, pueden tener hijos con parejas de otros lugares.¹⁵ La esposa y las otras parejas no se

⁹ Postillón. Encargado del traslado de remesas de correo de posta que a veces usaba acémilas. Sería el chaski prehispánico.

¹⁰ Tropero, transportista de todo tipo de animales (vacunos, equinos, ovinos, caprinos, etc.), de un hato a otro hato, de una zona a otra, por lo general para comerciarlo.

¹¹ Llamero, transportista que utiliza como medio de transporte la llama (camélido sudamericano). También pastor de llamas y alpacas.

¹² Wamanguino o huamanguino, comerciante que a través del arrieraje comercia productos urbanos en las zonas rurales. Operaban en la antigua región de Huamanga y que hoy conforman los departamentos de Apurímac, Ayacucho y Huancavelica en cuyas zonas rurales se les sigue llamando así.

¹³ Lipuku. Comerciante viajero de los Andes Centrales principalmente de la Región de Pasco en el Perú.

¹⁴ Negociante, designa en las zonas rurales aquel que compra y recolecta ganado y productos agropecuarios para luego transportarlos a las ciudades para beneficiarlos o comerciarlos. En las zonas rurales del Perú a los compradores de ganado ya sea trocando con productos urbano-industriales como con dinero.

¹⁵ La estructura de la familia del arriero puede ser poligámica; el varón con varias parejas e hijos. La matrilocalidad de la mujer hace que la esposa principal radica en el hogar base del arriero (lugar de origen) y algunas parejas en lugares a los que llega periódicamente. En todos los casos puede tener hijos.

conocen, pero sí los hijos, porque cuando tienen capacidad de viaje acompañan a sus padres en sus travesías.

La Dra. Olga Fernández Latour de Botas (2000), estudiosa argentina, en un encuentro del Seminario Internacional sobre Tropeirismo en Bom Jesús, Río Grande del Sur, Brasil, ha presentado un interesante trabajo sobre las significaciones y usos espaciales que tienen los términos de arriero, tropero en Latinoamérica, con los que compartimos. En Perú existe el arrieraje y también el tropero y junto a ellos el llamero. El arriero es el transportista que utilizando acémilas traslada equipajes, carga y personas de un lugar de origen a otro de destino; es genérico. El tropero, es el que traslada de un lugar a otro ganado de todo tipo por caminos especiales y muchas veces utilizando horas en las noches para no ser perturbado ni perturbar a los otros transportistas durante el día. El día sol es utilizado para pastar el ganado. El traslado es lento para evitar que los animales pierdan el peso.

En el Perú el arrieraje, como hemos señalado en los foros anteriores, se establece con la llegada de los españoles, anteriormente la mensajería oficial estaba a cargo de los Chaski¹⁶ y el transporte de productos era a través de llamas utilizadas como acémilas, para cuyo efecto se había construido una red vial de más de 25000 km de caminos troncales y secundarios comunicaba los principales centros administrativos del Tawantinsuyo y que, en parte, se conserva hasta la actualidad.¹⁷ La explotación de las minas de plata en Potosí, fomentó el desarrollo del arrieraje y una estrategia de crianza de equinos en Argentina en la segunda mitad del siglo XVI y desde el siglo XVII¹⁸ a través de mulas entre Lima, Potosí, Buenos Aires y lugares intermedios y alledaños, longitudinales y transversales, inicialmente utilizando el antiguo camino de los incas.

El uso de mulas para el transporte generó un mercado de ferias anuales de ganado equino y vacuno que se irradian desde Argentina, principalmente de Salta,¹⁹ en distintas direcciones y aún se conservan en el Perú asociado al

¹⁶ Chaski. Sistema de mensajería en el Perú prehispánico.

¹⁷ El sistema vial inca es conocido como Caminos del Inca, Hatun Ñan, Inka Ñan, Qhapaq Ñan y articulaba Ecuador, Perú, Bolivia, Argentina y Chile, teniéndose noticias que llegaba hasta lo que es Paraguay y parte de Colombia. Actualmente estos caminos están siendo identificados, estudiados y, según las condiciones, puestos en valor para ser declarados por la UNESCO como Patrimonio Cultural de la Humanidad.

¹⁸ Por la utilidad y la importancia en el transporte la Mula fue declarada como "Fulgur del Siglo XVII".

¹⁹ La crianza de mulas en Argentina fue planificada por el Virrey Toledo en la segunda mitad del Siglo XVI para reemplazar a las llamas como medios de transporte, porque las mulas tenían más resistencia. Los principales centros de crianza fueron Tucumán, Santa Fé y Salta y desde ahí se expandió también hacia Paraguay y Brasil. Su comercialización se hacía en ferias anuales de Semana Santa y Corpus Cristo. En Salta se llevaba a cabo la feria de mulas más grande del mundo.

arrieraje asociado y el comercio en las zonas donde aún no han llegado las carreteras, como es el caso de la ceja de selva, selva y sierra. Aparte de que en diferentes etapas las acémilas de los comerciantes arrieros fueron utilizados para conflictos sociales que van desde el bandolerismo social, movimientos internos y guerras.²⁰

La literatura oral

La literatura oral andina es extensa, engloba mitos, leyendas, cuentos, paremias, refranes, poemas, canciones y otros relatos creados por el pueblo, no tienen autor identificado, son plásticos y susceptibles a modificaciones por adaptaciones, recreaciones, reinterpretaciones, que son transmitidos mediante la oralidad y, al mismo tiempo, pautan el comportamiento no solo de los arrieros sino también de la población etnocampesina de los Andes peruanos. La mitología en cualquiera de sus formas tiene contenido formativo porque es medio de socialización y normativo porque regula el comportamiento social y por consiguiente es también medio de sanción social.

La literatura oral que presentamos corresponde a ciclos míticos diversos de los arrieros con las deidades tutelares (Apu y Wamani); los lugares encantados (lagunas, montañas, quebradas); las devociones y santificaciones populares; los bandoleros y cuatrerros, los relatos de recreación, chanza y esparcimiento; y, los del entorno familiar.

Mitología sobre arrieros y deidades tutelares andinas

La cosmovisión andina concibe el mundo como una unidad entre la naturaleza y la humanidad; se percibe, al mismo tiempo, como Natural y Sagrada y es considerada como fuente de vida y última morada del hombre. Como Naturaleza prodiga al hombre de los medios de subsistencia que permitirá su existencia: los recursos naturales; y, como elemento sagrado “cría a la humanidad” y asume cualidad maternal, por eso es denominado “Pachamama”²¹ o Madre Naturaleza. El mundo, el cielo con sus elementos, las montañas, las lagunas, la tierra, las aves, etc. son profanos y sagrados. Útiles

²⁰ Se ha registrado que las mulas que se traían de Salta hacia el Perú fueron utilizadas en las guerras de emancipación, posteriormente los aguerridos “morochucos” y montoneros utilizaron en conflictos internos y externos del Perú y hasta en la guerra interna de fines del siglo XIX, las acémilas, jugaron papel importante ya en manos de las fuerzas armadas y policiales, de los alzados en armas y de los ronderos (paramilitares).

²¹ Pachamama. Vocablo que viene de dos voces quechuas: Pacha: Universo, Naturaleza. Mama: Madre. Entonces es Madre Naturaleza. Chaski. Sistema de mensajería en el Perú prehispánico.

como recursos y materia de culto y rituales. La alusión a los elementos de la naturaleza en la literatura oral es recurrente principalmente de los considerados como los de objeto y escenarios de culto como el Apu o Wamani, la Mamaqocha,²² el Amaru,²³ entre otros. La trama de los relatos tienen componente axiológico porque refieren aspectos de valores morales, cognitivos y funcionales que norman y forman la vida social. Los relatos previenen, testimonian, sancionan, estimulan, premian, por eso las deidades panteístas locales como los Apu-Wamani benefician a los desvalidos y más pobres y sancionan de diversas maneras a los transgresores que faltan el respeto a la Pachamama.

El Wamani y el arriero

Este es un relato muy difundido en los Andes, trata de dos hermanos socio-económicamente opuestos. El mayor rico, explotador y sedentario y el menor laborioso, respetuoso y arriero. Cuentan que el arriero cuando trajinaba con una recura de acémilas, al caer la tarde acampó en un paraje solitario entre las montañas, ubicándose para pernoctar en una cueva. Antes de conciliar el sueño, cuando el arriero mascaba la sagrada hoja de coca (*Erithroxylon cocae*), previo pago a la Pachamama, escucho que los Wamani moradores de los cerros conversaban entre sí. Uno le decía al otro “¿Qué le vamos a dar a este nuestro hijo?, yo le daré ceniza”. El otro le respondía “yo le daré carbón” y el tercero agregaba “y yo harina de maíz”. Cuando despertó al día siguiente, pensaba en su “sueño” y, de pronto, vio entre su carga tres atados conteniendo ceniza, carbón y harina que los tomó con cariño y

²² El sistema vial inca es conocido como Caminos del Inca, Hatun Ñan, Inka Ñan, Qhapaq Ñan y articulaba Ecuador, Perú, Bolivia, Argentina y Chile, teniéndose noticias que llegaba hasta lo que es Paraguay y parte de Colombia. Actualmente estos caminos están siendo identificados, estudiados y, según las condiciones, puestos en valor para ser declarados por la UNESCO como Patrimonio Cultural de la Humanidad. Por la utilidad y la importancia en el transporte la Mula fue declarada como “Fulgor del Siglo XVII”. La crianza de mulas en Argentina fue planificada por el Virrey Toledo en la segunda mitad del Siglo XVI para reemplazar a las llamas como medios de transporte, porque las mulas tenían más resistencia. Los principales centros de crianza fueron Tucumán, Santa Fé y Salta y desde ahí se expandió también hacia Paraguay y Brasil. Su comercialización se hacía en ferias anuales de Semana Santa y Corpus Cristo. En Salta se llevaba a cabo la feria de mulas más grande del mundo. Se ha registrado que las mulas que se traían de Salta hacia el Perú fueron utilizadas en las guerras de emancipación, posteriormente los aguerridos “morochucos” y montoneros utilizaron en conflictos internos y externos del Perú y hasta en la guerra interna de fines del siglo XIX, las acémilas, jugaron papel importante ya en manos de las fuerzas armadas y policiales, de los alzados en armas y de los ronderos (paramilitares).

²³ Amaru: Serpiente sagrada, asociada al agua. Torrente de agua que emerge con fuerza de las entrañas de la tierra y se traslada como una serpiente por la superficie, arrasando a su paso lo que encuentra.

se llevó en la espalda y arriando la recua de acémilas continuó viaje hacia su hogar. A medida que se acercaba a casa su equipaje iba pesando más y más. Cuando llegó a la puerta de su casa se deshizo de su carga y constató que se habían convertido en oro, plata y cobre. Riqueza que le permitió incrementar su ganado y sus cultivos. Así revertió su pobreza con riqueza.

El hermano mayor egoísta y sin sentimiento comunal, rico y avaro, viendo la prosperidad del arriero, su hermano, le obligó a confesarle ¿Que había hecho para prosperar? El arriero se vio obligado a notificarle de lo ocurrido. Ante la noticia, el hermano, avaro y codicioso, fingiendo viajar llegó al mismo lugar, acampó en la misma cueva y cuando trataba de conciliar el sueño escuchó conversar a los Apu Wamani, quienes acordaron darle los mismos elementos que al hermano menor. Al día siguiente, el hermano del arriero encontró y cargó lo que habían dejado las deidades y retornaba a su hogar; empero los perros le ladraban, su esposa e hijos, al verlo, le lanzaron piedras, sus vecinos lo ahuyentaban mientras él trataba de decirles era el esposo, padre y vecino. Cuando se dio cuenta le había crecido cuernos, cola y el rostro se le había transformado en el de un ciervo. El avaro murió. Se dieron cuenta que era el hermano avaro porque tenía como piel el poncho que le había tejido su esposa.

La laguna de Ullucupata

Este es un relato con una lección de experiencia vivida. En 1963 cuando viajaba con unos arrieros desde las selvas peruanas hacia la sierra en el distrito de Chungui (Ayacucho, Perú), llegamos a la localidad de Ullucupata que tenía una hermosa laguna. Ésta se veía quieta y azulina a las tres de la tarde con límpido sol. El camino bordeaba la laguna e incitaba sentir esa maravilla y al mismo tiempo de acariciarla. En estas circunstancias recogí una piedra plana y cuando me disponía a lanzarla sobre el espejo de agua para ver cuantos rebotes podía dar, los arrieros mayores me llamaron la atención y me advirtieron que no haga semejante cosa. Empero, yo, por contradecirlos lancé la piedra y vi la furia en sus rostros y escuchaba preocupado la frase “machayman, machayman” (“a la cueva, a la cueva”). Todos, humanos y acémilas, aceleraron el paso para llegar pronto a la cueva donde acamparíamos. A medida que íbamos avanzando, el cielo azulino y limpio se iba nublando y oscureciendo antes de tiempo, mientras la suave brisa de la laguna se iba convirtiendo en viento. Cuando llegamos a la cueva iniciaba la garúa acompañada de vientos. Descargamos las acémilas y nos cobijábamos dentro de la cueva y el viento azotaba horizontalmente dentro de la cueva

y la lluvia con granizada menuda nos daba con fuerza en nuestros rostros, como si nos castigara. Los campesinos luego de proliferar sus ásperas y justas llamadas de atención, iban calmándose, mascando la sagrada hoja de coca. La lluvia pasó, muchas cargas se mojaron y el día dio paso a la noche.

Es en estas circunstancias cuando les pedí disculpas, los campesinos se tranquilizaron mascando la sagrada hoja de Coca y recordaron historias de la laguna encantada. Los arrieros, guardaban respeto a la laguna que según la tradición oral estaba en sus profundidades morada por un enorme toro de oro enlazado con una cuerda de oro y que al lazar la piedra había perturbado su tranquilidad y por eso había oscurecido el cielo, enviado los vientos, la lluvia y la granizada que nos obligó descansar en la cueva antes de culminar la jornada de viaje. Por mi actitud los arrieros perdieron un cuarto de día de jornada.

La laguna es sagrada, por eso se le llama Mama Qocha, tiene su ciclo y por si sola puede moverse con oleadas en las que los niños se bañan y los adultos lavan sus ropas utilizando detergentes vegetales como la *taqsana*.²⁴ Tiene sus momentos de quietud y en este no se le debe de ofender porque puede molestar. Lo que hice fue precisamente esto, faltarle el respeto lanzándole una piedra. Las consecuencias fueron horribles.

El granizo

Las lluvias, los vientos, las heladas, las granizadas en sus diversas formas expresan el estado de ánimo de la naturaleza y corresponde al trato que el hombre tiene con ella. Entre los pueblos andinos el hombre dialoga y trata con la naturaleza a diferencia de la sociedad occidental en el que el hombre lucha con la naturaleza para dominarla o someterla. Los relatos que registramos evidencian estas relaciones y tratos de los pueblos andinos con la naturaleza y es frecuente recoger relatos en los que las *deidades andinas son arrieros* que tienen como sus acémilas a las vicuñas, vizcachas, alpacas, zorros, ciervos, zorrinos y otros animales silvestres a quienes como los humanos dicen le hacen sus fiestas, sus marcas y señales por eso, ocasionalmente, los arrieros pueden encontrar animales silvestres adornados con cintas de colores.

El relato registrado por Condori-Gow (1982, p. 16) que a continuación reproducimos está asociado al granizo y como éste asume rol humano para mantener a su madre y en momentos el papel de arriero. El relato dice:

²⁴ Taqsana. So especies vegetales que se usan como jabón o detergente para lavar vestidos y también los cabellos especialmente de las mujeres.

Un comerciante de Camara dicen que estaba por una cumbre. En una pampa, en un rincón de piedra, vivía una mujer. Allí llegó el Camara. “Escóndete, mis hijos te podrían hondear”, dijo la mujer y lo tapó con un tinajón. Cuando estaba escondido el granizo entró tronando: “Estoy trayendo maíz, trigo estoy trayendo, pero también estoy trayendo cargados en las mulas”, dijo el granizo. Cuando los hijos del granizo detonaron tres veces, él llegó como un arriero. La viejita tenía de lo mejor en su casa, dicen. Papa, chuño, moraya,²⁵ huevos, trigo, maíz, habas. También había reunido muchos animales: maíz y a golpear las chacras detonando. De allí dicen que también trajo a la gente arreándola como a llamas y mulas. ¡Qué de veces el granizo está matando a la gente! Su espíritu trae después de matarla. Y la gente va llegando con papas, moraya y maíz cargados en mula. Lo mejor lleva. La madre del granizo es la nieve.

En este caso, el granizo aparece como abastecedor de productos a una anciana asumiendo el papel de arriero que transporta productos agrícolas y ganaderos en sus espaldas y en acémilas (llamas y mulas) y refiere a que a veces puede matar a la gente y llevarse lo mejor de los productos. En este caso, implícitamente, se entiende que esta actitud la asume cuando hay desequilibrios en la normativa humana. Lo que muestra es la identidad humano-naturaleza y la transmutabilidad que existe entre ambos.

Apachita o Saywa Rumi

Las Apachita²⁶ o Saywa Rumi²⁷ ubicados en las cumbres de los cerros por cuyas abras pasan los caminos por donde transitan los viajeros y los arrieros para entrar de un valle, una cuenca o una hoyo a otras. Según se dice “La fatiga del viaje, el cansancio es aviso misterioso de que no debe irse más allá sin ofrendar a la *apachito*”. El indio que lo siente y no le envía nada agradable a aquel espíritu coge una piedrecilla redonda del camino y comienza a frotarse el cuerpo con ella, a desperezar sus miembros fatigosos después de la fricción y arrojar la piedra portadora de sus fatigas, entre el montón de las otras sobre que se yergue el símbolo del cristianismo. Se dice que las hierbas absorben el cansancio el cansancio [...] se hace aún más evidente cuando practican esta misma operación con los animales que se les han rendido y,

²⁵ Chuño: papa deshidratada. Moraya: Papa congelada para deshidratar.

²⁶ Viene del runasimi o quechua Apachi que significa envío, encargo. Designa al lugar donde los arrieros y viajeros depositan sus ofrendas para las deidades tutelares andinas. Generalmente se localiza en las abras de las cumbres por donde pasan los caminos.

²⁷ Saywa Rumi. Cúmulo de piedras depositadas como ofrendas en las cumbres de los cerros. Comúnmente en estos lugares se coloca una Cruz de madera.

sobre todo, cuando materializan la intención del culto no por medio de una ofrenda, porque estos transeúntes precisamente no la tienen, sino por las piedrecillas que recogen del camino, las llevan consigo un regular trecho y los arrojan como ofrenda a la “apachito” (CASTRO POZO, 1979, p. 149-150).

Apachita en la Comunidad Campesina de Cancha Cancha, Ayacucho. Las apachitos se localizan en las cumbres, se practica en todo el sistema de montañas de los Andes que comprende a los países andinos de Perú, Ecuador, Bolivia y Argentina. Félix Colucio (1990) registra información en Argentina y lo mismo Claudia Forgiani y Norberto Pellicero. Los arrieros que entregan sus ofrendas aseguran que no tienen contratiempos durante sus viajes.

Tapuna²⁸ es un Wamani regional de la provincia de La Mar en el departamento de Ayacucho, protector de los pueblos Iquicha,²⁹ junto a esta deidad se localiza el abra del mismo nombre donde existe una Apachita en la que los viajeros que penetraban a la ceja de selva del valle formado por el río Apurímac, se hincaban y depositaban sus ofrendas para pedir protección y “preguntar” al señor Wamani ¿cómo le iría en su viaje? El Wamani, morador del Tapuna, a través del sabor, posición y forma³⁰ de las hojas sagradas de Coca les respondía y pronosticaba el éxito o fracaso del viaje. Con la masificación del uso del transporte motorizado esta práctica ahora ha sido asumido por los camioneros.

Empero, los montículos de piedra, las Cruces de los Caminos, las hornacinas en los que se depositan las ofrendas continúan operando. Los conductores de camiones, los pocos arrieros que transitan por la zona y los lugareños continúan todavía considerando al cerro como deidad tutelar.

Rocas Sagradas

Entre los componentes sagrados de las creencias andinas se ubican también un conjunto de rocas que, por su forma, tamaño, color los pobladores y arrieros le reconocen atributos sagrados. Uno de éstos es el pronóstico de un viaje.

²⁸ El nombre de la deidad local del señor Wamani Tapuna viene de la voz quechua Tapuy: preguntar y Tapuna significa “A quien se debe preguntar”.

²⁹ Iquicha. Etnia quechua del norte del departamento de Ayacucho protagonista de gestas contra los incas, los colonizadores españoles y gobiernos republicanos, buscando defender sus derechos.

³⁰ El sabor amargo o dulce, la forma redonda y sana de la hoja, la posición anversa de la sagrada hoja de coca anuncia si un proceso va culminar con éxito.

En el valle del Mantaro, departamento de Junín, existen varias rocas sagradas y uno de ellos Chapina Wanka³¹ está asociado a los viajeros y los arrieros. Tiene 17 metros de diámetro en su parte superior a donde se puede subir escalando con dificultad una altura de, aproximadamente, cuatro metros.

Los arrieros y viajeros antes de emprender un viaje “consultan a la roca” para saber si tendrán éxito, para lo cual arrojan sobre la roca desde la vera del camino (aproximadamente treinta metros), tres piedras juntas. Si las piedras caen y quedan agrupados sobre la gran roca, entonces el éxito será seguro; pero si alguna de las piedras cae a tierra el éxito será relativo. Si caen dos piedras fuera de la superficie de la roca no se recomienda el viaje; y, si caen fuera de la superficie las tres piedras no se debe de viajar. Es decir, puede observarse que existe un contenido esotérico del acto, pero siempre está asociado a rituales previos realizados antes de arrojar las piedras. Se masca la sagrada hoja de Coca y deposita las ofrendas debajo de la piedra.

Rocas sagradas como Chapina Wanka son frecuentes en los pueblos y los caminos de los Andes peruanos. Pero no todas las rocas sagradas están en los caminos y están asociadas a las prácticas de los arrieros. Por lo general existen otras que están lejos de los caminos y de los arrieros, se les identifican como rocas encantadas y se prohíbe en unos casos acercarse y en otros es motivo de peregrinaciones y rituales.

El Wamani como arriero y tropero

Así como los negociantes arrieros viajan no solamente conduciendo acémilas, se cuenta también que el Señor Wamani tiene su *ganado* y sus tropas de animales a los que conduce como cualquier arriero y tropero. Conduce sus recuas trasladando sus riquezas de un lugar a otro. “Sus gallinitas son las perdices, sus caballitos son los venados y las vicuñas, sus vaquitas son los ciervos” con los que carga sus bienes especialmente el oro.

El señor Wamani posee sus propios hatos ganaderos conformado por los animales silvestres. Los indígenas le llaman el “ganado del señor”³² a los zorros, zorrinos, pumas, vicuñas, guanacos, ciervos, venados, perdices, patos silvestres, etc. Cuando recoge sus “cosechas” y productos de extracción minera, vegetal o animal, los transporta en éstos animales que hacen

³¹ Chapina wanka viene de dos voces del quechua Wanka: Chapina que significa consulta y Wanka: roca sagrada.

³² El trato que se le da a los Apu, Wamani, Jirka, Achachi siempre es de Señor, Padre o Tayta. Tayta Wamani seguido del nombre nativo del cerro.

de acémilas. Según relatan, trasladan en piaras, algunos tienen cencerros, indumentaria de cabalgadura muy fina “tejidos con oro y plata”.

En muchos relatos los arrieros aducen haberse encontrado con el señor Wamani y sus “acémilas” conduciendo su tropa de ganado. Por eso es que el señor Wamani no solamente es arriero sino también es tropero. César Pérez (1985) y César Toro (1990) recogen mitos alusivos a estos acontecimientos. Por eso se cuenta de cómo arrieros encontraron o se encontraron con animalitos silvestres extraviados con sus atuendos, sus cargas (muchas veces de oro) e inclusive se dice que tienen sus marcas y señales con cintas. Los arrieros más pobres y que han tenido comportamientos solidarios, comunitarios, cultivadores de la reciprocidad andinas son los que se “han encontrado” con estos animales y consideran un “regalo del Señor Wamani”.

Lugares de protección de los arrieros

A lo largo de las rutas de los arrieros se encuentran lugares de riesgo y protección. Estos centros se identifican los *lugares peligrosos*³³ para los transeúntes por la orografía accidentada, los lugares de pantanos, lugares de frecuentes operaciones de asaltantes, cuatros y abigeos, desfiladeros con abismos a uno o ambos lados de los caminos.

Estos riesgos que afectan a los arrieros ha generado una vasta gama de relatos y la creación de sistemas de protección panteísta y cristianos conservando, a veces, procesos de paralelismo religioso. Se acude a la protección de la Pachamama, a los espíritus de las montañas y también al santoral católico ligado asociados a los viajeros, el ganado, principalmente San Antonio considerado Patrón de los viajeros, San Marcos Patrón de los ovinos, San Valentín de los equinos, Santiago Apóstol de los vacunos y camélidos, San Lucas que ayuda al amansamiento de equinos y vacunos.

A lo largo de los caminos se identifican estos lugares sagrados y protectores con los montículos de piedras, cruces y otros elementos. En nuestro caso son, junto con las Saywa Rumi, las Rocas Sagradas y los ríos, las *almitas del purgatorio*, el santoral católico re-creado desde la cosmovisión de los arrieros, las devociones populares y hasta los cementerios.

Cuando los viajes son largos los arrieros acampan donde les cae la noche después de cada jornada. Estos lugares de hospedaje ocasionales son

³³ Los lugares peligrosos pueden ser localizados en zonas cuya orografía puede ocasionar accidentes de las acémilas; o lugares donde la acción de las betas mineras que afectan no solamente a las acémilas sino también a los humanos; y los lugares donde se dice existen hechos considerados sobrenaturales.

variados: tambos, casas, carpas, cuevas, locales preestablecidos, capillas, cementerios y campo abierto. En todos los caminos y lugares, la presencia de ladrones, asaltantes y accidentes son latentes. La necesidad de prevenirlos ha generado un sistema de saberes, creencias y rituales preventivos para evitar o resarcir daños. Ejemplificamos estas situaciones con algunos relatos.

Las almitas protectoras de los viajeros

Los arrieros donde les cae la deben de suspender la jornada. Como se ha señalado los lugares de descanso y pernocte son diversos. Entre éstos están los cementerios identificados como lugares sacro-tenebrosos, ahí descansan los fallecidos y para los lugareños es un lugar de culto, de temor, respeto y ritual. Un lugareño no puede osar a introducirse en las noches. Sin embargo, para los arrieros y viajeros es un lugar seguro porque las “almitas se encargan de custodiar a los viajeros”, sus aperos, sus acémilas y ellos en gratitud dejan su ofrenda: sagrada hoja de coca, gotas de aguardiente asperjado en las cuatro direcciones de los puntos cardinales. Pernoctar en la capilla o en el atrio de la misma, del cementerio, es despreocupante.

En Cajamarca, Mercedes Marcel G., recogió un relato sobre almitas que cuidaban a los viajeros. El relato dice:

Un día desos, unos viajeros viajaban y viajaban y lo traiban bien cargados a sus animales, y venían descansando y así se tardaban en el camino, pidieron posada y los señores de una casa aceptaron; lo acomodaron sus animales en el potrero y sus cosas junto a los viajeros.

Pero, para esto, los que dieron la posada, eran ladrones y sólo aceptaron con el interés de robarles sus animales.

Cuando ya sintieron que los viajeros ya estaban dormidos, los ladrones salieron despacito a robar las mulas, pero al entrar al potrero, vieron alrededor una cantidad de gente con palos y látigos que les gritaban “¡ladrones; ladrones!”, y por más que quisieron entrar no pudieron porque recibían palos y latigazos.

Cuando se vieron perdidos, decidieron avisar a los dueños, engañándoles que habían escuchado ruido y al salir habían visto a unos hombres queriendo robar sus animales, pero que bastante gente lo defendía. Pero los dueños no se sorprendieron y les contestaron alegres “Nosotros dormimos tranquilos porque somos devotos de las Almitas y ellas nos cuidan a nosotros y a nuestros animales y cosas. Así que no nos preocupamos porque nos cuidan muy bien. Así cogieron sus cosas, alistaron sus mulas y siguieron su camino confiando en las almitas. (MIRES, 1988, p. 72).

Existen muchos relatos sobre las almitas, es el caso que me ha sido relatado por Amparo Orrego que nos relata como las almitas del purgatorio protegían a los arrieros que viajaban de Ayacucho a Huancayo. El relato dice:

Los arrieros que unían Ayacucho con Huancayo debían pasar por el camino de Waqoto donde el camino era angosto y frecuentemente caían al barranco las acémilas. Los viajeros tenían miedo este tramo porque cada vez desbarrancaba un animal. Sin embargo, había un arriero que pasaba sin temor y nunca tenía accidente alguno a pesar de tener mayor cantidad de acémilas y pocos peones.

Al coincidir los arrieros en una pasacana o tambo para descansar luego de una jornada de viaje durante las tertulias nocturnas, mientras cuidaban sus acémilas, conversaban entre sí y preguntaron al arriero ¿por qué no había tenido accidentes? Querían conocer los secretos. El arriero afortunado les respondió que no tenía accidentes porque siempre se encomendaba a las almas del purgatorio y que ellos le protegían (Entrevista, marzo 2004).

La función protectora de los cementerios

Los cementerios de los pueblos rurales andinos se construyen fuera del área habitable. El hecho de que en los camposantos moran las almas³⁴ se les considera un lugar de descanso y también de penas. Aquí se conjugan los buenos y malos espíritus, los que gozan de Dios y los que padecen en los infiernos o resarcan sus pecados en el purgatorio. Sin embargo, para los arrieros, cuando están lejos de sus lugares de residencia habitual los cementerios son lugares de protección y de hospedaje.

Los cementerios andinos tienen una distribución espacial especial: En la entrada existe un local a manera de corredor donde los acompañantes de un entierro hacen el último descanso antes de darle sepultura a un difunto. Luego la entrada, el camposanto donde se encuentran las tumbas y al fondo o en la parte más alta una capilla donde se hacen oraciones y esperan con el difunto hasta que lo fosa o la sepultura esté disponible.

El local de *descanso*³⁵ o la capilla, a veces, es utilizado como hospedaje y cuando esto ocurre son protegidos por las almitas del cementerio, para quienes siempre habrá oraciones. Los viajeros antes de hospedarse en tales

³⁴ En este caso se identifica al alma como los difuntos. En el habla popular andino quechua alma ha sido reconocido como sinónimo de fallecido. Y según la influencia del catolicismo impuesto las almas pueden gozar de Dios o penar y por eso es que en los cementerios se goza o se pena.

³⁵ Ambiente a la entrada del cementerio donde hacen su último descanso las almitas antes de enterrarlos.

escenarios se encomiendan a las *almitas*, les depositan sus ofrendas mientras mascan la sagrada hoja de coca y proceden al descanso. Las almitas les brindan protección durante la noche.

No obstante, se señala que un viajero debe evitar hospedarse en el cementerio de su propia localidad porque la protección es para los forasteros. Las almitas velan por los forasteros necesitados. Los lugareños que buscan pernoctar en el cementerio local los hacen porque están en falta y buscan refugiarse en estos lugares y eso se puede castigar con la muerte. Lugareño que pernocta en el cementerio local está *buscando la muerte o llamando a la muerte*.

Las devociones populares asociadas al arrieraje

La tradición oral andina ha posibilitado un proceso de reinterpretaciones del santoral católico desde la cosmovisión andina para adicionarlas a su sistema simbólico sagrado. Las imposiciones religiosas de occidente judeocristiano han sido reelaborados y así apropiados involucrados a la religiosidad andina. Así San Antonio, San Marcos, San Lucas, Santiago Apóstol han sido indigenizados, tienen dimensión humana y, por consiguiente, cumplen funciones, sienten y padecen como cualquier ser humano.³⁶ Por eso en las Cajas de San Marcos³⁷ estos Santos son infaltables. Desde la visión etnocampesina San Antonio es el patrón de los viajeros y caminantes, los protege, ayuda y también puede cometer errores como cualquier ser humano.

Arrieros y San Antonio

San Antonio ha sido entronizado como patrón de los viajeros, en la cosmovisión andina conserva su dimensión humana y está obligado a cumplir con sus funciones y obligaciones de cuidado de las acémilas, enseres e indumentaria de los arrieros. El incumplimiento de sus obligaciones es sancionado como cualquier ser humano común. Al respecto Landa (1993) registra el siguiente relato:

³⁶ Se identifica a los componentes del Santoral católico como seres humanos comunes y sus cualidades han sido panteizadas y reinterpretados como funciones. Por ejemplo, la Virgen María es identificada como Agua, luna que garantiza el agua; Santiago Apóstol como Rayo y Trueno; Santa Bárbara es “borracha” y por eso actúa con truenos y centellas generando temporales y calamidades; sin San Lucas no será posible Amansar bueyes y equinos.

³⁷ Retablos de artesanía ritual dedicada inicialmente a los ganaderos que adquirirían los campesinos y en la actualidad es suntuaria que adquieren los turistas.

Cuenta un arriero de Coracora, que en uno de sus viajes a Caravelí para proveerse de vino y Pisco, dejó sus asnos en un corral del cual desaparecieron en la noche; en la madrugada al percatarse de este suceso, enfadado cogió la figura de San Antonio que tenía en su bolsillo y lo arrojó increpando al *Santo* que no había cuidado de sus animales como era su deber, el cual al caer se rompió uno de los pies. El arriero se fue a buscar a los asnos por el camino y se sorprendió de verlos de regreso como si alguien los estuviera arreando. Como no vio a nadie, preguntó a un caminante que pasaba si había visto a alguien arreando a estos animales; le contestó que un hombre cojeando los estaba trayendo. Buscó el arriero a dicha persona; al no hallarlo, recordó inmediatamente que trató mal a San Antonio y que éste habría ido a buscar a los asnos.

El arriero pensó: “un hombre cojeando no podría ser otro que San Antonio que se había roto el pie por el golpe de la caída”. Arrepentido con esta actitud volvió a tomar la figurilla y la envolvió en un pañuelo, prometiendo hacer celebrar una misa en honor al Santo y mandarlo reparar con el imaginero, lo cual cumplió al volver a Coracora (LANDA, 1993, p. 107).

Luego, el mismo autor señala que

San Antonio es el protector de las mulas y por consiguiente también patrono de los arrieros. Es personaje importante en los Cajones de San Marcos. Los imagineros huamanguinos elaboraban estos cajones a pedido de los criadores y los enviaban o llevaban personalmente a los diferentes lugares. Muchos arrieros traían de Huamanga estos *San Marcos* para entregar a cambio de alguna oveja o cabra (LANDA, 1993, p. 46).

Niño Lachoq de Huancavelica

El Niño Lachoq es una versión recreada por los indígenas de Huancavelica del Niño Jesús, se le reconoce como protector de los arrieros. Él, los protege de las temporadas climáticas adversas, de los abigeos, asaltantes, bandoleros y cuatrerros de los caminos. Al respecto existen leyendas y relatos que dan cuenta de las hazañas o milagros del Niño Lachoq protegiendo a los arrieros.

Los relatos más frecuentes refieren al papel del Niño Lachoq tratan como protege a los arrieros principalmente de los asaltantes y cuatrerros de los caminos. Uno de los relatos más frecuentes refiere que cuando los arrieros que se encomiendan al Niño Lachoq están en inminente peligro de ser víctimas de los asaltantes, éste los protege cubriéndoles de neblina para que los malhechores no los vean o *enviando* yaros, truenos y granizadas al lugar donde se encuentran los acechadores. Basta una invocación de los viajeros para que el Niño Lachoq les dé su protección.

La fiesta principal del Niño Lachoq es en el mes de Enero y celebrado por los arrieros con gran pomposidad. En esta fiesta cuando la mayordomía es asumida por un arriero la vestimenta del Niño es el de un arriero y cuando no lo es le visten como militar, pues, también, se dice que apoyó a las guerrillas del Cáceres durante la Guerra del Pacífico.³⁸

Las canonizaciones populares

En el cristianismo y específicamente en el católico muchos personajes considerados como intermediarios entre Dios y la Humanidad fueron canonizados oficialmente como Santas o Santos. Muchos de éstos alcanzaron tal dimensión por su servicio, su humildad, sabiduría y por ser mártires. El martirologio y las cualidades de personas sustentan muchas canonizaciones oficiales y esta situación, al parecer, impacta en las poblaciones y ha permitido que toda muerte trágica genere un culto con las mismas características que las ortodoxas. Estas santificaciones “[...] no siempre respetuosa de la ortodoxia romana, suele canonizar de hecho a personas reales, e incluso imaginarias, a las que la tradición oral adjudica la realización de verdaderos milagros” (COLUCCIO, 1995, p. 7).

En el Perú y América Andina existen santuarios a la vera de los caminos de herradura y ahora carreteros son recurrentes. Mausoleos en miniaturas, capillas, cruces simbolizan estas sacralizaciones populares que junto a otras han generado cultos diversos que no son oficialmente aceptados por la Iglesia pero sí toleradas. En el caso de los arrieros, Castro Pozo registro el caso de Francisco Condorama que a continuación reproducimos:

Francisco Condorama

Hildebrando Castro Pozo (1924) señala que “Otra costumbre, extendida en casi todos los pueblos indígenas de la costa y sierra, en la que puede observarse restos de culto a los muertos, es el que se practica en recuerdo a los que fueron victimados en los caminos”. El autor continúa:

Los arrieros y demás transeúntes, como los habitantes de los caseríos o pueblecitos vecinos, clasifican a estos muertos en benéficos y maléficos,

³⁸ Existe en la memoria colectiva episodios que hacen referencia a la protección que brindaba el Niño Lachoq a los guerrilleros, montoneros y soldados que acompañaban a Andrés A. Cáceres cuando eran perseguidos por el ejército invasor. El Mariscal Cáceres fue protegido con los mismos procedimientos que a los arrieros. Según la tradición, también Cáceres fue identificado como arriero.

según lo que refiere la tradición acerca de su muerte y demás circunstancias de que fue rodeada.

Todo el que pasa por aquel camino o se encuentra en el trance de haber perdido o que le hayan robado un animal debe acercarse al túmulo o ofrendar al muerto en dinero, velas, naranjas, chancaca u otros productos de esta naturaleza que, quien venga atrás puede consumir con la condición expresa de devolver en ceras, a su regreso, el valor que estime conveniente; acerca de lo cual refiere la superstición muchas leyendas, entre las que, para ilustración escojo y consigno lo siguiente:

El espíritu de Francisco Condorama, asesinado a balazos, ha muchos años, por una pandilla de bandoleros, era bueno para todos los caminantes, quienes jamás se quejaron de pérdida alguna, aunque tuvieran que transitar por aquel trozo de camino en las oscuras noches de invierno.

La piara desfilaba tranquilamente al solo silbo de los arrieros; las cargas no se volcaban ni desviábanse fuera del camino [...] Las velas en la tumba del muerto constantemente ardían; de noche señalaban el rumbo del camino [...].

Pero hete que un buen día el muerto comienza a asustar: ya es un fantasma que separa del sendero a la recua, perdiéndola entre los matorrales; quejidos de alguien que parece sufrir una horrible tortura; llamaradas que cruzan el espacio perdiéndose entre los chilcales; sombras, en fin, que se tienden a interrumpir el aso y espantar los animales [...].³⁹

Era indudable el espíritu del muerto había cambiado. Y así transcurrieron las noches, los meses y años, y medrosos los transeúntes preferían pernoctar a una legua de distancia antes que aventurarse a sufrir un chasco. Pero como tiene su fin de repente se esparció la noticia que había muerto un yungano,⁴⁰ quien al confesarse antes de entregar su alma a nuestro señor, había declarado al sacerdote que debía *al alma* doce reales en medicitos⁴¹ dos libras de cera y unos atados de chancaca [...] Ordenaba que le devolvieran todo eso y algo más. Hoy el ánima de Francisco Condorama continúa tan buena y milagrosa como antes (CASTRO POZO, 1924, p. 131).

³⁹ Chilca. Vegetal arbustivo

⁴⁰ Yungano. Natural de la zona yunga. Región natural cálido. Puede ser occidental entre los 1000 y 2000 metros en la vertiente occidental de la cordillera de los Andes y Oriental la ceja de selva y selva. Existe en la memoria colectiva episodios que hacen referencia a la protección que brindaba el Niño Lachoq a los guerrilleros, montoneros y soldados que acompañaban a Andrés A. Cáceres cuando eran perseguidos por el ejército invasor. El Mariscal Cáceres fue protegido con los mismos procedimientos que a los arrieros. Según la tradición, también Cáceres fue identificado como arriero.

⁴¹ Medicito, refiere a la fracción de moneda que equivale a cinco centavos o céntimos de la moneda oficial del Perú, de la época: Sol de oro. Yungano. Natural de la zona yunga. Región natural cálido. Puede ser occidental entre los 1000 y 2000 metros en la vertiente occidental de la cordillera de los Andes y Oriental la ceja de selva y selva.

Sobre sanciones sociales

La literatura oral y popular guarda un conjunto de relatos asociados al control social. Los mitos regulan, controlan y sancionan el comportamiento individual o colectivo. Las transgresiones a la norma se sanciona de muchas maneras: castigos físicos, ostracismo, muerte. Pero, también hay sanciones psicológicas e ideológicas. En el Perú, son frecuentes los relatos sobre la transfiguración humana en animal cuando comete incesto, adulterio o tiene relaciones sexuales prohibidas. Los transgresores se transforman en animales: llama, mula, gallina, cerdo. Por lo general, se convierten en llama cuando mujeres y varones cometen incesto, se les denomina *jar-jar*, *jarjaria* o *jarqacha*.⁴² Se convierten en mula las mujeres que tienen amoríos con curas y los que cometen adulterio. Muchos relatos son dados como reales por arrieros que han *constatado* tales situaciones durante sus viajes, como los que reproducimos a continuación.

La mula

Una forma de sanción a la trasgresión a la norma es la conversión simbólica que se aplica a los causantes. En este sentido, es frecuente los relatos asociados como los incestuosos y los adúlteros son convertidos a la condición de animalidad. Cavero, (1990), en su libro *Incesto en los andes* hace referencia de estos casos y como los incestuosos son convertidos en llama y si un cura tiene relaciones sexuales con una mujer, son convertidos durante la noche en mulas, cerdos y otros animales.

También entre los arrieros se encuentra estas series de narrativa mitológica. Los arrieros y viajeros cuando durante su trajinar se encuentran con las ánimas de mulas, o cuerpos de seres humanos con cabezas de animales, se aducen que son de enamorados incestuosos convertidos en llamas o equinos que espantan y se relatan como experiencias vividas por los mismos arrieros y más modernamente por choferes de camiones.

A continuación, relatamos uno de estos registrados por Efraín Morote en 1955:

Un arriero contaba que mientras hacía un viaje llevando aguardiente de contrabando, una retozada mula se juntó a su recua. Iba adelante, pero al llegar a un puente, la mula se adelantó y poniéndose a la entrada, no

⁴² Se dan estas denominaciones porque aparte de adoptar las formas de animal emiten voces gangosas semejantes a tales palabras.

dejó que la recua siguiera. Vano fue todo intento del arriero. El animal pegadizo se levantaba entre las patas traseras y amenazaba sacarle la cabeza con las delanteras. Embarazado éste, le pegó una *severa paliza* a la intrusa; paliza de la que salió con la cabeza sangrante y el cuerpo molido.

El día se acercaba y, por fin, la mula dejó paso, huyendo precipitadamente en cualquier sentido.

Al día siguiente, el arriero llegó a una población, residencia del párroco que en el momento se hallaba en la capital del departamento de Ayacucho, en plenos ejercicios espirituales. Había un gran revuelo con la noticia de que Juanacha, hermosa *protegida* del cura se hallaba moribunda. La gente decía que mientras había ido la hermosa chola a unas chacras de *arakacha* que tenía el Señor Cura en *El Puente*, un arriero contrabandista le había pegado hasta herirle por varias partes la cabeza y molerle el cuerpo.

El arriero dice que narró su aventura de la noche, con su *sal* y su *pimienta*. La hermosa mula del puente, no era otra que Juanacha la virtuosa y hueraña *protegida* (MOROTE, 1952, p. 155).

Las sanciones ideológicas demuestran que la transgresión a la norma siempre lleva a que el humano deja su condición de tal para convertirse en animal hasta que sean identificados y redimidos por castigo. Lo humano está asociado al estado de cultura que debe sujetarse a pautas artificiales de conducta que deben de respetarse. El estado de naturaleza corresponde al animal que no se sujeta a pautas artificiales. En este caso los que transgreden la norma artificial vuelven ideológicamente al estado de naturaleza. Es decir, no merecen la vida humana.

Los zorros y el burro del arriero

Un viejo arriero que durante todo el día había transportado sal del cerro de Pasco a la quebrada, fue sorprendido por la oscuridad de la noche. Casi a tientas y con mucha suerte encontró una cueva donde se cobijó dejando a la entrada a su burro ya desprovisto de la carga que fue colocada al lado del animal. Así las cosas, se quedó dormido en tanto unos zorros que merodeaban la carga decidieron robarle la soga.

A la madrugada del día siguiente, cuando el arriero se dio cuenta del robo, se puso a llorar amargamente. Le habían robado todo lo que poseía. Al verlo el burro compadecido le dijo al anciano:

- No llores amo. Yo se quienes han robado tus sogas. Anoche no lo pude evitar porque los ladrones eran numerosos; pero no te preocupes, yo te los voy a recuperar.

Diciendo esto salió al campo y en la parte más visible se tiró al suelo de largo a largo simulando estar muerto. Un zorro que por allí pasaba lo vio

y muy contento fue a avisar a los demás que, premunidos de las sogas que habían robado, llegaron al lado del burro. Juzgando que por su tamaño y peso les sería muy difícil transportarlo adecuadamente de diversas partes del cuerpo con el fin de arrastrarlo a su guarida. Como no podían ni moverlo optaron por amarrarse ellos mismos al otro extremo de la soga; mientras los hacían, un zorrillo, el más pequeño de todos, observaba detenidamente al burro y al momento gritó:

- ¡¡¡Papá, papá, mi tío burro está vivo!!!

- ¡Tú cállate y no te metas –respondió enojado el padre!

Amarrados a las sogas, los zorros comenzaron a tirar del burro plenamente confiados. Cuando habían avanzado un corto trecho, el burro se incorporó y comenzó a correr a campo traviesa arrastrando tras de sí a los zorros amarrados que, en las aristas de las rocas se desplazaban, mientras el zorrillo desesperado gritaba.

- ¡¡Yo les dije que estaba vivo... ¡Yo les dije!!!...

Así el arriero recuperó sus sogas (PÉREZ, 1995, p. 84).

Como en los relatos anteriores está asociado a un valor moral: la honestidad y la honradez, que cuando son transgredidos merecen ser sancionados. El valor es la honestidad y la honradez y el antivalor el robo, el hurto. En el relato los zorros simbolizan el antivalor y el burro héroe el valor y el beneficiario el arriero. Similares relatos se registran en casi toda la sierra del Perú y que han sido compilados por distintos autores (TORO MONTALVO, 1997; PÉREZ, 1995; MIRES, 1994).

Sobre asaltantes, ladrones y cuatrerros

Los dedicados al oficio de arriero, tropero, llamero y otros, junto con los viajeros están sujetos a riesgos diversos y entre éstos a la acción de los asaltantes, bandoleros y cuatrerros que los despojan de sus pertenencias en los caminos y las acciones de los arrieros frente a los malhechores han generado también un conjunto de hazañas que se relatan con recurrencia. Robos de cargas y acémilas, raptos de mujeres, lugares emblemáticos donde operan los malhechores son temas recurrentes en los relatos.

Existen zonas donde los arrieros tienen que pasar o cruzar en caravana para hacer frente al acecho de los ladrones, abigeos, asaltantes y semejantes. Existen bandoleros que roban para su usufructo o enriquecimiento y otros para redistribuir su botín entre los pobladores de escasos recursos. Estas hazañas han generado, en la memoria colectiva, leyendas varias que recuerdan gestas como el Awlico en Antabamba, Apurímac cuya vida ha sido reprodu-

cido hasta en el cine; Luis Pardo en Apurímac cuya imagen ha merecido que el pueblo le haya erigido un monumento en su tierra natal; o, Pancho Pinilla en el departamento de La Libertad. Conforme pasa el tiempo, en la memoria popular se tejen y retejen muchas historias nuevas.

En la comunidad de Ñawinpuquio,⁴³ del Valle del Mantaro, don Baltasar Cristóbal,⁴⁴ viejo viajero, nos relataba que en su juventud viajaba a pie todos los años a trabajar a las islas guaneras de Ica, las plantaciones de algodón y uva en Ica, Cañete y de caña de azúcar en Lima. En la ruta había asaltantes, bandoleros y cuatrerros que esperaban a los viajeros, en lugares estratégicos, para robarles sus pertenencias.

Para contrarrestar los arrieros y viajeros se juntaban en determinados lugares para pasar en gran número para defenderse mutuamente. Así como se defendían capturaban, con la ayuda de los gendarmes, a los asaltantes, bandoleros y cuatrerros. Así, refiere que cuando tenía 18 años aproximadamente, los gendarmes, habían capturado a un bandolero y le habían cercenado los brazos y colocado sobre un pedestal en la plaza de uno de los pueblos de la costa,⁴⁵ a fin de que los malhechores viéndolo puedan desistir de sus actos delictivos.

Otros relatos

Los descansos en los viajes largos sirven para recuperar energías, preparar alimentos y pernoctar. Durante las noches, mientras mascan la sagrada hoja de coca, siempre hacen tertulias para intercambiar relatos y experiencias que corresponden a su propia vicisitud. Relatos que sirven para prevenir y también para ejercitar el talante festivo, creativo, lúdico y festivo de la vida. El caso que registramos nos muestra este carácter.

Ollita de barro, milagrosa. Los arrieros, viajeros y viajantes durante sus largos viajes llevan consigo su bajilla para cocinar sus alimentos. A estos viajeros se les conoce con el nombre de wamanguinos.

En cierta oportunidad un grupo de wamanguinos viajaban por parajes solitarios, acamparon e instalaron su carpa para descansar y pernoctar.

La encargada de preparar la comida hizo su *tullpa* o micharra⁴⁶ lejos de la carpa. Cocinó los alimentos en una olla de barro. Las ollitas de barro una

⁴³ Distrito de Ahuac, provincia de Chupaca, departamento de Junín.

⁴⁴ Campesino, viajero golondrino (temporario), que tenía más de ochenta años.

⁴⁵ Don Baltasar Cristóbal aseveraba que los bustos sin brazos de bronce, existentes en las plazas de los pueblos eran de los asaltantes.

⁴⁶ Fogón rústico hecho con tres piedras donde los campesinos cocinan sus alimentos calentando las ollas colocadas sobre las piedras utilizando como combustible la leña.

vez que han estado expuestos al calor la conservan y su contenido sigue hirviendo aun fuera del fogón.

Cuando termino de cocinar la sopita de chuño llevó el recipiente a donde estaba la carpa y lo puso sobre el suelo. La comida en la ollita seguía hirviendo. Es cuando observa un repentino visitante, procedente de Huanta ve que la ollita hierve sin necesidad de fuego y con admiración exterioriza su asombro y cuando pregunta a la cocinera ésta le contesta diciendo que es una ollita *milagrosa* y que solamente se le debe decir hierve ollita y la ollita hierve.

Entusiasmado por su descubrimiento el huantinito le ruega a la dueña le venda la ollita milagrosa. Esta accede y le da las instrucciones como debe usar y feliz se retira llevando la ollita para darle alegría a su mujer.

Al llegar a su casa le muestra a su mujer el hallazgo y quiere demostrarle el milagro y cuando está ya con los ingredientes del potaje empieza a pronunciar la frase de *hierve ollita, hierve ollita* y la ollita nada de hervir. La mujer le mira, se ríe del huantino y se va a su cocina, a sacar otra ollita de barro que está hirviendo con una deliciosa sopa de maíz y lo lleva donde está su esposo, lo deposita en el suelo para servir la comida que también está hirviendo y le dice a su esposo, esta ollita es también milagrosa mira como hierve sin necesidad de fuego.

El huantino recién se dio cuenta de que había cometido una *huantina-da*.⁴⁷ (GARCÍA / MIRANDA, 2002).

El relato ejercita el talante cognitivo, la argucia, la chanza, el sarcasmo, la burla y una lucha encubierta de una identidad con otras. Este relato registrado por nosotros también ha sido por Coluccio (1987) para México⁴⁸ y es pan andino.

⁴⁷ Huantino o huanteño es gentilicio de las personas nacidas de la localidad de Huanta, en Ayacucho. Tambien es una chanza y burla, existentes entre los habitantes de Huanta con los de la ciudad de Ayacucho. Se atribuye las torpezas o errores como propias de los opuestos, en este caso de los de Huanta y por eso estas calificaciones se les atribuye a ellos. Pero, en la literatura oral existe a manera de contrapunto también para los oponentes.

⁴⁸ Este relato es panandino, contado generalmente por los arrieros y también se han encontrado versiones semejantes en México y otros. Coluccio (1987) registró que “Pedro Urdemales no sabía cómo obtener dinero sin trabajar; entonces pensó poner en la orilla de un camino una ollita. Le puso lumbre y agua y empezó a hervir; luego colocó unas hojas alrededor, de manera que no se veía el fuego.

Pasaron unos arrieros y preguntaron cómo era que el agua hervía sin lumbre.

¡Ah! -dijo Pedro-. Es que mi ollita es de virtud.

Los arrieros dijeron:

Véndenos tu ollita.

No, si vale mucho.

Así los tuvo bastante tiempo, hasta que, después de mucho discutir, la vendió. Ellos, muy contentos, tan pronto como necesitaron poner a cocer su carne, nada más le echaron el agua y esperaron a que hirviera; pero nunca llegó el milagro.

Entonces se dieron cuenta que Pedro los había engañado” (COLUCCIO, 1987, p. 79).

A manera de conclusiones

Podemos decir que la literatura oral y popular tiene contenido normativo porque pauta, regula, controla el comportamiento individual y colectivo de la población. Estimula y castiga; educa y reeduca.

También tiene contenido formativo porque forma parte de los patrones de vida establecidos para sociedades concretas que ayudan a formar la personalidad de un individuo dentro de una comunidad.

Ambos casos, lo normativo y lo formativo, constituyen un sistema educativo de contexto que engrana al hogar, la comunidad (localidad) y el mundo total. La difusión de los relatos son producidos por los arrieros que articulan culturas, lenguas, tradiciones, pautas y patrones de comportamiento. Aspectos que se aprenden desde lo más íntimo del hogar que es el fogón hogareño lugar de tertulias y en los lugares de descanso de los arrieros, viajeros, caminantes, ganaderos que cuidan y transportan carga y animales vivos.

La literatura es oral y como tal está sujeto a procesos de adecuación a diferentes contextos espaciales, temporales de éstos y, por tanto, tiene contenido histórico que se nutre de un pasado vivido que se conserva como tradición dinámica en la vida contemporánea, por su capacidad de contextualización; asímos es proyectiva, porque se torna en fuente del que se sacan lecciones, saberes, técnicas y procedimientos que serán de utilidad para el futuro; y, por cierto, contenido progresivo que orienta para construir una sociedad de la armonía..

Finalmente, los relatos contienen valores morales, éticos, estéticos, cognitivos, articuladores temporales y espaciales y axiológicos que ejercitan, de cosuno, el contenido creativo, técnico productivo, festivo y ritual de la vida no solamente humana sino también de la vida natural, porque la comunidad humana forma también parte de la naturaleza toda. Naturaleza que es viva, dimensión humana, sagrada y con los que convivimos en la vida cotidiana.

En el cuadro sintetizamos los valores ético morales de los relatos mostrados tras el análisis del mensaje de cada relato por su valor social, simbólico y contextual de los pueblos que guarda su memoria colectiva y que forma parte de su cosmovisión o cosmogonía.

Tabela 1 – Cuadro sintético dos valores éticomorales

Relato	Trama central	Función simbólica y social	
El arriero y los Wamani	Conocimiento de cualidades del arriero	Valores	Estímulo para el que respeta las normas y sanción para los que la transgreden
La ollita de barro	Ollita que sigue hirviendo fuera del fogón	Cognitiva	Esparcimiento, chanza componente lúdico de la vida
El zorro, el burro y el arriero	Zorro ladrón y burro capturador de ladrones	Valores	Sanciona ladrones
Las almitas protectoras	Ladrones que quieren robar recua mientras arrieros duermen	Valores Cúltico	Castigo físico por espíritus
Laguna de Ullucupata	Castigo con vientos y aguaceros a viajero que disturbó su tranquilidad	Respeto a la naturaleza	Castigo de la naturaleza sacralizada
Saywa Rumi o Apachita	Ofrenda de piedras	Previsión y ofrenda	Protección del cansancio

Fonte: Juan José García Miranda.

Memoria configurada por un lado por la tradición andina que como resistencia conserva raíces ancestrales que considera el mundo total como ser vivo que cría la vida y necesita que la críen porque tiene vida, siente y padece como cualquier ser humano, que es material e inmaterial, sagrado y profano, abierto e incluyente, recíproco y sustento del sentimiento comunitario de la vida, cuya tradición es raíz y continuidad histórica, viva y móvil, cambiante y siempre renovador (GARCÍA, 2018).

Referências

- CASTRO POZO, Hildebrando. *Nuestra Comunidad Indígena*. Lima: El Lucero, 1924.
- CAVERO, Juan Ranulfo. *Incesto en los Andes*. Las “llamas demoniacas” como castigo sobrenatural. Lima: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, 1990.
- COLUCCIO, Félix. *Las devociones populares argentinas*. Buenos Aires: Nuevo Siglo; Biblioteca de la Cultura Argentina, 1995.
- COLUCCIO, Félix y Marta Isabel Coluccio. *Cuentos de Pedro Urdemales*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Plus Ultra, 1987.
- GARCÍA MIRANDA, Juan José. *La racionalidad en la Cosmovisión Andina*. Huancayo: Universidad Nacional del Centro del Perú, 2018.

GARCÍA, Miranda, Juan J. y Gloria Miranda Zambrano. “Gastronomía andina: sobre gustos y sabores”, en *Revista de Investigaciones Folclóricas*, n. 17, Buenos Aires, Argentina, 2002.

LANDA VÁSQUEZ, Ladislao H. *Arrieros y comerciantes 1890-1950, Aportes para un estudio de la provincia de Parinacochas*. Tesis. Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú, 1993.

MIRES ORTIZ, Alfredo. *El indio pishgo y otros cuentos*. Cajamarca, Perú: Biblioteca Campesina; Bibliotecas Rurales de Cajamarca-Acku Quinde; Asociación andina, 1994.

MIRES ORTIZ, Alfredo. *Los seres del más acá. Muestras sobrenaturales en la tradición oral Cajamarquina*. Tarea. Lima, Perú: Cabeza voladora, 1998.

MOROTE BEST, Efraín. “Qarqacha”, en: *Separata de Boletín Trimestral de Comissao Catarinense de Folklore*. Año IV, Junio. Septiembre, n. 15-16, Brasil, 1953.

PÉREZ ARAUCO, César. *El folklore literario del Cerro de Pasco*. Lima, Perú: Labor Centro de Cultura Popular y San Marcos, 1995.

TORO MONTALVO, César. *Mitos y leyendas del Perú*. Tomo II-Sierra, Lima, Perú: A.F.A. Editores S. A., reimpressão, 1997.



Poética do tropeirismo no Arraial do Tijuco

Elisa Maria Grossi Fabrin

Artista Plástica, Graduada em Design de Moda/Escola de Artes Guignart de Belo Horizonte. Diamantina/MG

A ênfase da poética do tropeirismo no Arraial do Tijuco, hoje cidade de Diamantina, Minas Gerais, recaí sobre Domingos José de Almeida um tropeiro morador do referido Arraial, que migrou para o Rio Grande do Sul no início do Século XIX. A vestimenta dos tropeiros foi a fonte inspiradora para a poética no tropeirismo, chamada *Estampoemas*. Este conceito, criado por Elisa Grossi, pode ser entendido como poemas de vestir. A proposta do uso do termo *Estampoemas* remete à união dos conceitos de roupa, panfleto e estandarte. No caso desta poética, os *Estampoemas* vêem contar por meio das indumentárias o contexto histórico dos tropeiros que saíram do Rio de Janeiro e da Bahia até o Arraial do Tijuco e, posteriormente da mudanças do Domingos José de Almeida até os estados do Sul do Brasil.

Antonil, em seu relato de 1711, conta que era possível se fazer a viagem do Rio de Janeiro até o Arraial do Tijuco em 30 dias, passando pelo Cami-

nho Velho. Isto numa macha de sol a sol, mas por raras vezes se conseguia tal marcha, pois os caminhos apresentavam-se com muitos obstáculos. A viagem era feita em condições árduas com imprevistos seja, das matas fechadas, trilhas sinuosas à beira de abismos, ladeiras íngremes, dentre outros (ANTONIL, apud MIRANDA, 2016).

Seguindo as margens dos rios Piruruca e Grande avistou-se o Tijuco, que não passava de um pequeno ajuntamento com poucas palhoças, que mais tarde com a descoberta de ouro e instalação dos garimpeiros, o Arraial começa a ter uma capela consagrada a Santo Antônio e casas de pau a pique, formando a primeira rua, a Burgalhau, e uma praça. “Lá habitavam garimpeiros, lavradores e escravos, alguns mercadores, padres, gente da Coroa, ciganos, salteradores, índios, quilombolas e animais ferozes vagavam nas cercanias do Arraial” (MIRANDA, 2016, p. 143).

Numa interligação entre passado e presente, Barbosa descreve, poeticamente, o Arraial do Tijuco:

[...] becos tortuosos aladeirados. Esquinas ora convenientes, ora inoportunas. Treliças, mucharabiês, chafaris. Portas de rangidos conspiratórios, rótulas se fecham furtivamente. Cochichos reprimidos, olhares de soslaio. [...] A que lembranças me remetem esses recantos obscuros esses pormenores de construção esses viveres cautelosos?

Que época me evoca esse clima tenso de conversas entre cortadas, de silêncio, reveladores? Que gentes povoariam esse nascentes arruamentos? Escravos, mucamas, reinóis, degredados, galês, tropeiros, mascates, garimpeiros, prostitutas, contrabandistas, intendentes, contratadores? Todos estes personagens me parecem familiares, assim como os ambientes que impunham a escolha de palavras, o sopesar de assuntos, a mania de manipulação. Só vislumbro um cenário com tais peculiaridades: o Arraial do Tijuco? (BARBOSA, 2020).

Nota-se na poesia do autor, o Arraial do Tijuco e suas diversidades, as quais só foram possíveis graças aos tropeiros, que em suas idas e voltas tornavam viável a vida no referido Arraial. Os tropeiros eram homens desbravadores e persistentes, que percorriam quilômetros de distância para interligar as vilas aos arraiais, além de passarem pelos garimpos, levavam cartas, mercadorias. Tudo isto, enfrentando serras escarpadas, lamaçais, dentre outros obstáculos.

Nessas andanças de idas e vindas por tantos lugares, os tropeiros levavam em meio aos lombos de seus mulas, aos viveres, os diamantes, as cartas, as diversas mercadorias, a moda. Esta que era representada, por

meio de suas vestimentas, era levada para todos os lugares que passavam, mesmo sem saber até o que era a moda. Estas roupas eram explicitadas nas peças de cada líder, bombacha, chapéu de aba larga, botas de cano longo e o lenço, que eram usuais entre os tropeiros. Tais peças inspiraram os *Estampoemas*, que constituíram a exposição “Poética do Tropeirismo no Arraial do Tijuco, de autoria de Elisa Grossi, apresentada no Seminário de Tropeirismo, em 2018, na cidade de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul.”

A seguir, a foto do brasão de abertura da referida Exposição.

A poética evidenciada na exposição em questão é o tropeirismo no Arraial do Tijuco e as mais recentes reflexões sobre o ciclo da vida de várias peças. Uma prática que segue a mudança de hábitos em relação ao respeito pelos tecidos que constroem as roupas reaproveitadas, viabilizando fazê-las viver mais tempo trocando de forma muitas vezes. Foram utilizadas metodologias resultantes de pesquisas em bordaria e práticas de estampa manual.

Os resíduos das indumentárias mostram muito além do problema técnico de uma logística reversa para o seguimento da moda. Os tecidos revitalizados, fenômeno desta descrição, exemplificam a cultura a que pertence,

ou seja, a moda e, carregam mensagens históricas simbólicas, sociológicas como no caso da exposição. Esta experiência, dos *Estampoemas* ligados a logística reversa, aponta possibilidades positivas, criativas e culturas neste momento do despertar da moda consciente.

O impulso que motivou Elisa Grossi a apresentar a nova proposta artística dos *Estampoemas* foi contar a história de Domingos José de Almeida, tropeiro que viajou para o Rio Grande do Sul com os bolsos cheios de diamantes e poeira para comprar muares, no entanto, acabou como um condutor de povos ao permanecer no Rio Grande (COUTO, 2002).

Figura 1 – Brasão de abertura da Exposição



Fonte: Arquivo de Elisa Grossi.

Sobre o diamantinense Domingos José de Almeida e Silva

Em 24 de agosto de 1820 ocorre a Revolução Constitucionalista do Porto, a qual foi deliberadamente festejada nas coxilhas do Sul, porque encontrou guarida na alma de um diamantinense chamado Domingos José de Almeida e Silva. Numa comemoração Domingos, adepto fervoroso da liberdade, discursou usando trechos das pregações de Tiradentes, mito da Independência Mineira, levando populações a vibrarem de entusiasmo com a conquista (COUTO, 2002).

Domingos José de Almeida e Silva nasceu no Tijuco em 9 de julho de 1797. Aos seus 22 anos viajou para a província do Rio Grande do Sul. Filho de Domingos José de Almeida e Silva e de Escolástica Maria Abreu casou-se, mais tarde, em Pelotas, com Bernardina Barcelos de Lima, com quem teve um único filho, que recebeu o nome de Piratinino. Estabeleceu-se com casa de fazenda em São Francisco de Paula (hoje Pelotas) (COUTO, 2002).

O principal objetivo de Domingos, nesta ida para o Sul, foi comercializar muares. No entanto, acabou como condutor de povos, envolvendo-se no movimento Farroupilha. Em 1835, Domingos José de Almeida entrou de corpo e alma com Bento Gonçalves na Revolução Farroupilha, sendo logo distinguido com o cargo de vice-presidente da República Rio-Grandense (COUTO, 2002). De acordo com o autor, no decênio da sobrevivência deste governo revolucionário, Domingos ocupou os mais destacados cargos como “Ministro da Justiça, Fazenda e Estrangeiros, Presidente do Conselho, diretor da Imprensa e Negociador de Tratados com as repúblicas do Prata”.

Laytano (citado por SOTER, 2002) afirma que foi ele o *cérebro* da Revolução Farroupilha. Também foi “[...] jornalista, deputado, relator da constituinte Republicana, charqueador, fundador da colônia e fabricante de arreios”. Foi Domingos José de Almeida e Silva que mandou vir o maquinário para o primeiro barco a vapor, o qual navegou na Lagoa dos Patos. Também foi ele “[...] que organizou uma sociedade para a desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo”. Com seu espírito empreendedor e realizador, criou a Biblioteca Pública de Rio Grande (SOTER, 2002, p. 292). Soter (2002) conta que ao chegar aos ouvidos de Domingos que a fome lavrava de maneira intensa no norte do seu estado natal, Minas Gerais, atingindo seu Arraial do Tijuco:

[...] iniciou uma grande subscrição cujo produto enviou logo como contribuição do filho, que distante e ausente ao longo dos anos não se esquecia da terra em que nasceu. É uma das características do *diamantinense*. Trazer sempre na retina e no coração a imagem do torrão natal (SOTER, 2002, p. 292, grifo nosso).

Em 1861, o diamantinense e abnegado *Paladino* da República Rio Grandense começa a sofrer ataques epiléticos, cada vez mais frequentes, até que no dia 6 de maio de 1871, em sua residência, na costa de Pelotas, “[...] fecha para sempre os olhos do grande patriota, cuja maior parte da vida foi só dedicada ao bem público” (SOTER, 2002, p. 293).

A preocupação ambiental

Nas décadas de 1960 e 1970 acontecia o momento do expansionismo, da corrida industrial e especuladora dos estados capitalistas *versus* estados socialistas, desenvolvidos cientificamente e tecnicamente. Ficou claro que os países mais ricos eram os grandes poluidores. Consumiam a maior parte da energia mundial, fabricavam todo tipo de novidades inclusive armas e degradavam sem limites os recursos naturais, em nome do progresso e da paz mundial. Tomada de consciência que mudou a argumentação e as atitudes. Os países do sul que já conheciam a pílula anticoncepcional conseguiam, gradativamente, baixar a taxa do crescimento demográfico, mas caminhavam para crescerem industrialmente. Já os países do norte começaram sofrer pressões dos governos e dos ambientalistas em *prol* do eco sistema.

A ideia do consumo sustentável surgiu depois da década de 1970, com o aparecimento do chamado ambientalismo público. Cobrava-se ética dos governos e estes se viram obrigados a tomar atitudes práticas e legislar em benefício das causas ambientais. Foi na década de 1980 que a urgência de atitudes reais e éticas tornou-se premente. Na década seguinte, nos anos de 1990, ficou claro que o estilo de vida e hábitos de consumo exagerado acelerava o impacto ambiental.

As novas posturas iniciadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 ou Eco-92, chamaram atenção para o hábito do acúmulo de resíduos gerados pelas compras desnecessárias, as quais levam à extinção de reservas minerais e fósseis, da flora, fauna e ao aquecimento global, transformando o mundo num lixão a céu aberto.

A partir dessas constatações, o indivíduo comum começa a olhar para seu papel e co-responsabilidades cotidianas no agravamento da crise ambiental. Criadores de moda do mundo inteiro denunciam hábitos insalubres e tomam atitudes que servem para minimizar os impactos degradantes, lançando tendências de moda éticas, com soluções economicamente viáveis, socialmente aceitas e ecologicamente corretas.

Moda, sustentabilidade e logística reversa

Na década de 1990 ocorre o consumismo exacerbado, em que os lixões cresceram, as pessoas lotaram seus guarda roupas com peças de qualidade e procedência duvidosas. Não se perguntavam como estas indumentárias eram feitas e por quem. O tempo e os escândalos foram apresentando-nos uma costura mal feita que descosture na segunda lavada.

Foi nessa mesma década de 1990 que ocorreu uma inversão de valores, em que a quantidade venceu a qualidade, cópias geraram pirataria e o hedonismo levou ao prazer momentâneo, que acabou no vazio. Os excessos produziram lixo e culpa. A moda foi usada, despudoradamente, para difundir um círculo vicioso, um estado de embriaguez que conduz o consumidor a comprar, comprar e comprar. É o caso, por exemplo, dos americanos que: [...] “buy and buy and buy Clothes. As a comparison Between American and European spending habits demonstrates, our appetite for fashion is not simply an inevitable consequence of affluence and available choice.” Para atender tamanha voracidade, as tendências implantadas pelos cientistas das fábricas de corantes e têxteis foram eliminando as fibras naturais e introduzindo artificialismos. Com isto, o sistema moda do criar passou a ser algo alucinante e instantâneo. As demandas deste novo cenário levaram os fabricantes à exploração de crianças e adultos, que por não conseguirem adquirir o alimento de suas famílias, eram escravizadas nas fábricas têxteis, simplesmente, para oferecer e cobrir os ocidentais de falsificações descartáveis, que multiplicam o lixo doméstico, degradando o meio ambiente.

Frente a esse cenário que ainda persiste, o segmento moda precisa libertar-se do peso de ser grande incentivador de hábitos doentios, como, consumismo e o descarte de peças a cada quatro meses. O apetite pela moda é uma preocupação mundial. A própria Rio 92 já apontou “a relação entre o estilo de vida e as práticas de consumo e problemas ambientais globais”, evidenciando para todo o mundo a necessidade de mudanças como a responsabilidade de cada setor produtivo dar um destino verde para seus resíduos sólidos (PORTILHO, 2005, p. 3). E isto não poderia ser diferente no contexto da moda com o reaproveitamento de tecidos, que pode eliminar o plantio ou coletas das fibras têxteis e todo processo de fabricação, considerados vilões ecológicos. Atitude já é exercida por muitas indústrias e estilistas do Brasil e do mundo.

O respeito pelos tecidos e insumos reaproveitados, os bordados manuais, a valorização dos artesãos e a cultura de que uma peça de vestuário pode viver muitas vidas, renovar-se dentro de várias tendências, buscando

reverter o consumismo compulsivo para o consumo consciente. Esta experiência aponta possibilidades positivas, criativas e culturais neste momento do despertar da moda consciente. O vestuário Humano é um assunto muito importante dentro do conceito sustentabilidade, como evidencia as mais recentes reflexões sobre o ciclo de vida das peças de vestuário. Uma prática que mudou hábitos com relação ao respeito pelos tecidos que constroem as roupas viabilizando seu reaproveitamento.

No momento em que muitos consumidores sentem-se desconfortáveis para comprar peças do vestuário que utiliza matéria prima de fonte não renovável, cuja fabricação gasta muita energia e emite poluentes no solo e na água, é oportuno ao segmento moda. Brosdadl (2007, p. 16) estudiosa do futuro da moda aponta: Eu sinto várias possibilidades por todas as partes, movimentos ambientais/ criativos/ culturais. O que significa a maior mudança na moda consciente. O tempo é este. O tempo é agora. (BROSDADL, 2007, p. 16).

Todos os debates e ações de ambientalistas levaram criadores, estilistas, cursos de *design* de moda e instituições governamentais à busca por adaptarem-se à nova ordem produtiva, comercial e social dentro do Sistema Moda. Neste sentido Lima (2006, p. 1) coloca que:

Para ser capaz de acessar uma metodologia de avaliação ambiental em seu cotidiano de desenvolvimento de projeto, o design necessita que ela seja de fácil utilização [...] é fundamental que ela se baseie em informações acessíveis, preferencialmente classificadas em escala qualitativa, como: ruim, regular e Bom.

De mesmo modo, o reaproveitamento de tecidos apresentado nesta poética buscou a metodologia de avaliação ambiental qualitativa, classificando todos os tecidos insumos e práticas produtivas dentro de resultados como: bom; regular e ruim. Uma experiência que buscou adaptar-se à nova ordem produtiva, comercial e social dentro do Sistema Moda.

Com isso, os *designers* viram-se diante de um novo desafio: reutilizar e reciclar peças descartadas por consumidores vorazes, trazendo o conceito de logística reversa para o contexto da moda. A Logística Reversa exige uma destinação ética, de forma natural para todo produto incluindo a roupa que atinge o final de sua vida útil. O sistema moda já utilizou muito papel, plásticos e resíduos de outros segmentos industriais. Hoje os criadores buscam a objetividade, criando peças de vestuário com resíduos sólidos, provindos da indústria da moda.

Os resíduos das indumentárias mostram muito além do problema técnico de uma logística reversa para o segmento moda. Os tecidos revitalizados exemplificam a cultura a que pertencem, ou seja, à moda e carregam mensagens históricas, simbólicas, sociológicas. Além disso, poucas pessoas compreendem que a roupa não é só algo que nos envolve e agasalha. Ela fala mais sobre nossa psique do que nossas palavras e gestos

Fato é que o século XXI caminha pela responsabilidade dos costumes, necessidade de reeducação e mudança no discurso dominante. De modo que, os dias atuais apontam com ênfase a responsabilidade dos costumes, do estilo de vida e do consumismo, tornando o ato de comprar desnecessário, sendo o centro da atenção nos discursos ambientais.

Os problemas ambientais causados pela produção, extração de matéria prima, gasto energético, emissão de carbono e poluentes, podem ser minimizados com a reinauguração de peças descartadas, que apontou notas boas ou regulares. O trabalho desenvolvido a partir dos *Estampoemas* pesquisados para compor a exposição “Poética do Tropeirismo no Arraial do Tijuco”, em 2018, pode ser um pequeno passo para a conscientização e mudança de hábitos. E quem sabe poderá se tornar em uma importante ideia para as indústrias de grande porte adotarem em suas atividades um setor de moda verde.

Estampoemas

Os *Estampoemas* são poemas de vestir, um conceito criado pela artista plástica Elisa Grossi, que reúne roupa, panfleto e estandarte. Os *Estampoemas* da exposição em questão têm como tema o tropeirismo.

A proposta por traz do conceito *Estampoemas* mostra a poética do desenvolvimento de peças a partir do reaproveitamento de tecidos e da metodologia da logística reversa pós venda e uso. Esta história fala de peças que deixaram de pertencer ao sistema moda, desapareceram, e foram reinauguradas dentro da visão do que foi vetorizado pela elaboração da exposição sobre tropeirismo, em 2018.

A linguagem poética do vestuário leva-nos ao parecer e à poesia de se transpor limites de usarmos o corpo como suporte do espírito, do tempo, de superação e de sociabilidade. O ato de tematizar os tecidos reinaugurados pelo conceito *Estampoema* mostra que o Sistema Moda não deve ser encarado apenas como objeto material, mas como algo que possui suas bases na poética, no *design*, na fantasia e no fetiche, cujas dimensões têm este forte lado simbólico. Além disso, a poética *Estampoema*, aponta que é possível dentro do segmento moda, reaproveitar com estilo e inovação, diminuindo

a avalanche de resíduos gerados pelas corporações do vestuário, ditadores do consumismo.

O quadro de desempenho do ciclo de vida é um parâmetro muito importante dentro do conceito Sustentabilidade uma vez que o:

[...] desempenho ambiental de um determinado produto, e a comparação, entre sumários de ciclo de vida e a tabela de classificação que serão geradas permitirá ao design, através de uma informação visual de percepção imediata, optar pelo componente mais adequado às suas necessidades de projeto e também com menor impacto ambiental (LIMA, 2006, p. 1)

A seguir o quadro de desempenho do ciclo de vida, tão significativo para o conceito *Estampoema*:

Quadro 1 – Desempenho do ciclo de vida

Quadro de desempenho						
Matéria-prima de fonte renovável ou não-renovável	Regular					Regular
	Bom					
Utilização de energia		Bom	Regular	Bom	Bom	Regular
Emissão de poluentes na água		Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
		Regular	Bom	Regular		
Emissão de poluentes no solo		Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
						Bom
Durabilidade / Necessidade de manutenção					Bom	
Distribuição Geográfica do produto		Regular		Regular		
Reciclabilidade / Reutilização	Bom					Bom
Biodegradabilidade / Impacto ambiental da deposição						Regular

Fonte: Adaptado de Lima (2006) pela autora.

Legenda: Bom ■ Regular ■ Ruim ■

A resposta a este *Check-list* proposto no quadro de ciclo de desempenho poderá gerar para o *design*, de maneira imediata, um resumo do desempenho

ambiental da peça, auxiliando-o na seleção de qual componente é mais adequado às suas necessidades de projeto para a peça, identificando, ao mesmo tempo, qual é de menor impacto ambiental.

Desse modo, os *Estampoemas* evidenciam reflexões e práticas seguindo a escala qualitativa desse quadro que qualifica questões fundamentais relativas à sustentabilidade. Assim, hábitos em relação ao respeito pelos tecidos foram construídos com o reaproveitamento de peças feitas com atenção, conseguindo vida útil e longa para cada roupa, com a troca de forma dentro da logística reversa. A Foto 2 mostra o segundo passo do processo da logística reversa com o trabalho de desassembragem de peças coletadas para criação dos *Estampoemas*:

Figura 2 – Segundo passo do processo logística reversa na moda: desassembragem de peças



Fonte: Arquivo de Elisa Grossi.

Observação: Reinaugurando peças descartadas pelo Sistema Moda, efetuado no Centro Mineiro de Referência em Resíduos de Minas Gerais em novembro de 2011.

O sistema moda conta com alguns profissionais que trabalham produtos têxteis, difíceis de serem decompostos no meio ambiente, e que têm a propriedade de trocar de forma muitas vezes de maneira atraente. Essas peças criadas por meio da reutilização, em ações isoladas, ou dentro do processo industrial geram novos objetos de moda. Com isto, muitas confecções descobriram que conseguem encantar e agregar valor intangível às suas marcas com peças sofisticadas feitas por reinauguração.

Tal constatação sentida na moda e que indicou a realização da poética do reaproveitamento de tecidos naturais e artificiais é que foi o objeto de expla-

nação do bate papo, realizado no último dia do Seminário de Tropeirismo, em 2018. A fim de melhor entendimento do conceito *Estampoemas* os itens da exposição realizada foram levados para o auditório, onde foram apresentadas, de maneira graciosa e coreográfica, as peças e os respectivos conceitos e técnicas para a construção de cada *Estampoema*. Buscou-se elucidar com isto, o traço pessoal e psicológico para a construção dos experimentos.

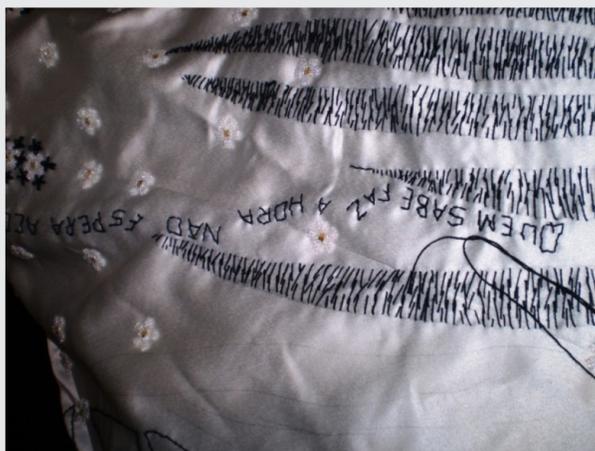
Assim, os *Estampoemas* são um estudo para o exercício da Logística Reversa na Moda (reaproveitamento natural de tecidos oriundos de peças rejeitadas por uma tendência de curto prazo). A distribuição do produto também vem sendo observada pelo consumidor consciente que vem aumentando dia após dia.

A exposição “Poética do tropeirismo no Arraial do Tijuco”

Depois de desassembleda uma roupa, inicia-se o estudo dos resíduos para se criar os *croquis*. Feito o *croqui*, é realizado o estudo para verificar se cabe na peça a aplicação de *design* de superfície, como bordado, rasgadura e estamparia, dentre outros. Conforme Udale (2011, p. 51):

O bordado contemporâneo é baseado em técnicas tradicionais. O ponto à mão é o alicerce, mas uma vez aprendido os princípios, você terá os fundamentos de um vasto conjunto de técnicas. Os três pontos básicos são os pontos Chato (retos) os pontos de nó e os pontos de laçada (UDALE, 2011, p. 51).

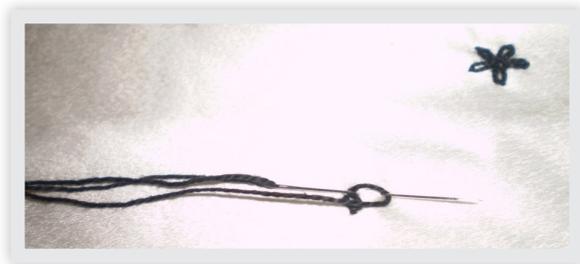
Figura 3 – Uma fantasia do ponto reto



Fonte: Arquivo de Elisa Grossi.

Os pontos de laçada são aqueles que formam uma laçada (UDALE, 2011, p. 51). Na Figura 4, o exemplo do ponto de nó, no miolo a imagem da flor e o exemplo do ponto de laçada nas pétalas:

Figura 4 – Exemplo de ponto de nó e do ponto de laçada



Fonte: Arquivo de Elisa Grossi.

Bordar e usar este tratamento de superfície para provocar um novo, cuidar do avesso com o mesmo apreço que se trabalha o direito, é reverter o usado em peça de intangível valor agregado, é salvar da extinção as fibras naturais.

Figura 5 – Exemplo do cuidar do avesso como se fosse o direito



Fonte: Arquivo de Elisa Grossi.

Observação: Ponto margarida, laçado, miolo das margaridas, ponto de nó, em linha Camila preta. Bordado com miçangas sextavadas douradas e miçangas circulares transparentes.

Tratar superfícies de segunda mão com bordaria e estamparia auxilia no iniciar de uma criação que pede sofisticação urbana e comercial. Prática pensada dentro da ecoconcepção, que procura reduzir impactos ambientais

e conservar a qualidade, buscando funcionalidade, desempenho para o consumidor atual e suas futuras gerações.

Figura 6 – Antonil em seu relato, da viagem pelo Caminho Velho, do Rio de Janeiro ao Arraial do Tijuco, por caminhos tortuosos e perigosos



Fonte: Arquivo de Elisa Grossi.

Figura 7 – Antonil em seu relato, o conceito Arraial do Tijuco



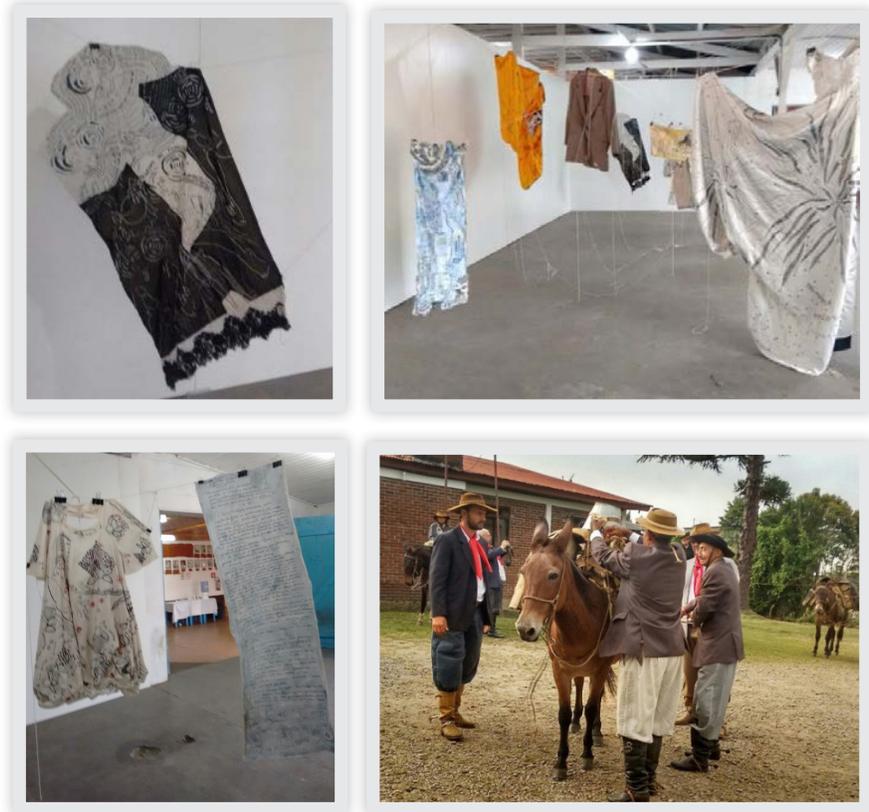
Fonte: Fotógrafa Cristina Queiroz.

Figura 8 – Conceito Domingos José de Almeida



Fonte: Fotógrafa Cristina Queiroz.

Figuras 9, 10, 11 e 12 – A Exposição traz o conceito de Domingos José de Almeida



Fonte: Arquivo de Elisa Grossi.

Conclusão

A consciência *fashion* do agora, aponta caminhos criativos e culturais como os *Estampoemas*, trabalhados em bordaria e estamparia, usando o corpo como suporte para mostrar a poética da moda sustentável. Houve na construção das peças preocupação com a energia renovada, aliada ao conforto, e aos valores ecológicos agregados que acompanham o movimento mundial da moda consciente.

Nos dias atuais, é chique ser ECO. As roupas éticas chegam às prateleiras com sofisticação, depois de uma devastadora onda de moda rápida. Os novos tempos prometem mudanças radicais na economia, política, diplomacia e comércio. A moda ética conta com grandes mitos nacionais e internacionais, que abraçam a causa da não poluição natural e subjetiva do que lhes cobre o corpo.

Estudar o ciclo de vida de cada peça para criar indumentárias dentro do conceito A poética do tropeirismo no Arraial do Tijuco.

Acho que no texto não cabe agradecimento, entendo que desvaloriza o texto apresentado, em todo caso fico pela tua decisão

Agradecimento

Elisa Grossi agradece à Lucila Maria Sgarbi Santos, o honroso convite para participar do Seminário de Tropeirismo de 2018, em Bom Jesus, no Rio Grande do Sul.

Referências

BARBOSA, Joaquim Ribeiro. Editorial. *A Voz de Diamantina*. 2020

BROSDABL, Deborah J.C. *Future fashion*. New York: White Papers, 2007.

COUTO, Soter. Diamantes ilustres. In: *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2002. p. 291-293.

LIMA, Flávio. *Avaliação do Ciclo de vida*. Dissertação (Mestrado) – Belo Horizonte. 2006.

MIRANDA, Ana. Viagem ao Ivituruí: as penas de mais uma travessia. In: *Xica da Silva: a Cinderela Negra*. Rio de Janeiro: Record, 2016. p. 50-63.

UDALE, Jenny. *Tecidos da moda*. Porto Alegre: ATMED, 2011.



Tropeirismo na documentação eclesiástica gaúcha: habilitações para o casamento e justificações (1753-1767)

Diego de Leão Pufal

Genealogista, Sócio correspondente do IHGRGS, Sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia – CGB e do Instituto de Genealogia de SC. Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC.

Objetivo da pesquisa

O tropeirismo vem há muito sendo estudado enquanto movimento social, econômico e político iniciado no século XVII, inclusive a forte herança cultural por ele deixada, desde a indumentária utilizada por seus integrantes, os usos e costumes, a questão gastronômica, além de outros aspectos. As publicações fruto do SENATRO bem demonstram a diversidade e possibilidades

que o tema nos proporciona. O desenvolvimento do sul do Brasil por meio das rotas e caminhos percorridos pelos tropeiros, cujos percursos permitiram a formação de lugarejos, vilas, cidades, até a formação de grandes municípios com o passar das décadas é uma questão a parte e que merece especial atenção.

Há nesse sentido muitos municípios gaúchos que apenas nasceram por força do tropeirismo e tiveram sua economia, ao menos inicialmente, fomentada pelas comitivas de muares, cavalos e outros animais e o intenso trânsito de pessoas durante séculos.

A pesquisa genealógica, no particular, permite muito bem identificar muitas famílias que seguiram este tão importante fluxo desde São Paulo, passando pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, ao final, formando uma grande teia de parentesco. Enquanto algumas famílias passavam tempos em determinado local ou região, sinalizando que, via de regra, o patriarca ia e vinha em suas comitivas, outras, no entanto, revelam um intenso e constante movimento, à medida que cada filho era batizado em uma freguesia (igreja), enquanto que os casamentos se davam em outro local, quando não alguns voltavam a se casar com parentes paulistas ou paranaenses, para o caso daqueles já estabelecidos em solo gaúcho.

A maior dificuldade, no entanto, está em saber a razão que levou vários indivíduos e famílias irem para o Rio Grande do Sul no início de sua colonização, na segunda metade do século XVIII. Há toda evidência que afora os desbravadores açorianos que desembarcaram a partir da década de 1740 em Santa Catarina, dirigindo-se ao Rio Grande do Sul, muitos militares aportaram para a defesa do território, assim como inúmeros tropeiros circularam em toda a região, sem esquecer de outros indivíduos que devem ter ali se fixado por questões outras. Contudo, a documentação deste período nem sempre permite identificar o papel, o mister que cada um destes indivíduos desenvolvia, ainda que se possa, em alguns casos, isto supor. À concessão de sesmaria, por exemplo, era inerente a ocupação da área, plantio e criação de animais, o que não autoriza pensar que todo proprietário e criador era necessariamente um tropeiro; se tinha o objetivo de financiar e explorar este movimento ou se apenas buscava novas oportunidades, servindo-se do contexto e possibilidades da época.

Neste cenário um tanto quanto incerto para se identificar quem era de fato tropeiro em terras gaúchas notadamente nos primeiros tempos, há que beber de outras fontes talvez nem sempre utilizadas pelos historiados e interessados.

Assim que o *objetivo da pesquisa* é exatamente identificar alguns dos tropeiros que passaram e/ou se fixaram no Rio Grande do Sul, baseando-se na documentação eclesiástica tida mais antigas do Estado, mais especificamen-

te nos processos de habilitação de casamento e justificações para casamento, datados de 1753 a 1767.

O fundo documental: processo pré-matrimonial ou habilitação para o casamento e a justificação

Nesta linha, é que buscando outros fundos documentais que permitissem ir além dos convencionais dados genealógicas (nomes, datas e locais), foram-me apresentadas as habilitações para o casamento e justificações de idade ou de estado civil ou, ainda, justificações de matrimônio, no particular, do início das paróquias do Rio Grande do Sul.

O processo pré-matrimonial ou proclamas matrimoniais como é tratado pelo direito canônico ou habilitação para o casamento, segundo o Código Civil Brasileiro, é resumidamente um procedimento realizado antes do matrimônio que objetiva verificar a existência de impedimentos para que os noivos possam casar-se, se são capazes, se não há alguma causa suspensiva para a realização do ato e se restam preenchidos outros requisitos. A essência é basicamente esta, embora existam algumas nuances para o direito canônico e o direito civil.

Para o primeiro (direito canônico) os cânones estabelecem normas e diretrizes¹ que resumidamente determinam uma prévia investigação antes do matrimônio para não impedir a sua válida e lícita celebração. Estabelece os impedimentos dirimentes em geral, os quais tornam a pessoa inábil para contrair validamente o matrimônio, e os impedimentos dirimentes em especial. Entre os primeiros está a impossibilidade de se dispensar do impedimento de consanguinidade em linha reta (casamentos entre pai e filha, mãe e filho, avô(a) e neto(a), p. ex.) e no segundo grau da linha colateral (entre irmãos), já entre os impedimentos em especial, podem ser citados como exemplo: a impossibilidade de o homem e a mulher casarem respectivamente antes dos 16 e 14 anos completos; a tentativa inválida daquele já ligado por vínculo de matrimônio anterior, mesmo que este não tenha sido consumado; o fato de um dos noivos não ser batizado na igreja católica; entre um homem e a uma mulher *“arrebataada violentamente ou retida com intuito de casamento”*, salvo se ela for separada do *“raptor e colocada em lugar seguro e livre”*² e, assim, escolha espontaneamente o matrimônio; a nulidade de casamento até o quarto grau inclusiva na linha colateral e, por afinidade, em linha reta em qualquer grau. Dispõe, ainda, que são incapazes

¹ Código de Direito Canônico, de 1983. Cân. 1063 e seguintes.

² Cân. 1089.

de contrair matrimônio os que não têm suficiente uso da razão, os que têm “grave falta de discrição de juízo a respeito dos direitos e obrigações essenciais do matrimônio”³ e os que não são capazes de assumirem as obrigações essenciais do casamento, por causas de natureza psíquica.

Para o direito civil,⁴ homens e mulheres podem casar com 16 anos, desde que autorizados pelos pais ou representantes legais, e de forma excepcional será permitido o casamento antes desta idade, “para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez”.⁵ A lei brasileira impede o casamento entre os ascendentes e descendentes, seja o parentesco natural ou civil (sogro e nora, p. ex.), os afins em linha reta, o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante; os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; o adotado com o filho do adotante; as pessoas casadas, e o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte. Estabelece causas suspensivas para o casamento, preceituando o artigo 1.523:

Art. 1.523. Não devem casar:

I - o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros;

II - a viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal;

III - o divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal;

IV - o tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas. [...]

Enquanto isto, para o processo de habilitação para o casamento, o artigo 1.525 do Código Civil prevê que o requerimento deverá ser assinado por ambos os nubentes e se fazer instruir com certidão de nascimento ou documento equivalente; autorização por escrito das pessoas sob cuja dependência legal estiverem, ou ato judicial que a supra; declaração de duas testemunhas maiores, parentes ou não, que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento que os iniba de casar; declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos e certidão de óbito do cônjuge falecido, de sentença declaratória de nulidade ou de anulação de casamento, transitada em julgado, ou do registro da sentença de divórcio.

³ Cân. 1095, § 2º.

⁴ Código de Direito Civil Brasileiro, de 2002, trata da matéria a partir de seu artigo 1.517.

⁵ Artigo 1.520 do Código Civil/2002.

Após os procedimentos específicos, o oficial fará um edital e o afixará durante 15 dias nas circunscrições do registro civil de ambos os nubentes e publicará na imprensa local, se houver, para dar conhecimento a toda e qualquer pessoa para que, conhecendo algum impedimento, possa alegar, instruindo com as provas ou indicando onde possam ser obtidas.

Tais aspectos, ainda que à luz da legislação atual, já permitem facilmente extrair a importância de todo estes processos, que em última análise tem o fito de obstaculizar ao casamento pessoas que assim estejam impedidas. Se atualmente ainda há uma série de exigências, quem dirá no século XVIII, em que a impossibilidade de os noivos juntarem certidões de seus registros de batismos exigiam-lhes o pagamento de uma fiança ou que suprisse a falta por uma justificação,⁶ em que ouvidas testemunhas. No mesmo sentido, a fim de cada um provar que não era casado ou que não havia outro impedimento, os padres questionavam a história de vida dos nubentes, inquirindo-se testemunhas que pudessem confirmar suas alegações. No caso da documentação estudada, notadamente por serem os noivos via de regra *imigrantes*, *migrantes* ou *forasteiros*, é que o interesse é redobrado, inclusive por permitir reconstruir o cenário social, ainda que de um recorte documental, destes primeiros tempos do Rio Grande do Sul.

O Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA)

As habilitações de casamento aqui estudadas, de 1753 a 1767, tratam-se de uma documentação eclesiástica, produzida pela igreja católica e que também tinha efeitos civis, a qual foi resgatada por obra do Monsenhor *Rubens Neis* durante décadas, enquanto responsável pelo acervo do AHCMPA, ao percorrer as paróquias mais antigas do Estado e reunir todos os processos que resistiram ao seu tempo.

Assim, não se trata de uma coleção completa, pois houve perdas, além de muitos dos processos estarem um tanto quanto danificados, serem de difícil leitura, quando não impossíveis de serem extraídos maiores dados, e, assim, muitos deles fora de acesso. Depois de recatalogados, higienizados e reorganizados, a historiógrafa do AHCMPA, *Vanessa Gomes de Campos*, fez uma suma das principais informações constantes nesta documentação, compreendendo aqueles feitos de 1753 a 1767, produzidos nas paróquias de

⁶ Há neste sentido justificações de idade, de estado civil, de ausência de impedimento e outras, com o objetivo de comprovar determinado fato que pudesse impedir eventualmente o matrimônio.

Viamão, Rio Pardo, Triunfo e Santo Antônio da Patrulha e, assim, dizente aos primeiros registros eclesiásticos gaúchos.

Esses dados me foram passados pela historiógrafa Vanessa e permitiram alcançar o meu objetivo inicial, de saber maiores detalhes de vida de alguns ancestrais e colaterais, traçar histórias de vida, percursos e atividades de todos estes personagens.

Analisando cada informação, pode-se delinear, ainda que de um recorte documental e temporal, a naturalidade e atividade destes primeiros colonizadores ou desbravadores em terras gaúchas.

Ressalta-se, outrossim, que embora o AHCMPA reúna vários outros fundos documentais de mesmo período (século XVIII), com destaque aos registros de batismos, casamentos e óbitos das paroquiais de sua divisão diocesana, neles há referência a nomes, naturalidades e datas de cada assento, mas não às profissões, local de residência e outras questões, se comparado àqueles processos.

Os dados extraídos

São ao todo 253 processos de habilitação para o casamento no período estudado, nestes compreendidas algumas justificações,⁷ das quais foram extraídos os dados concernentes àqueles que declararam expressamente serem tropeiros ou terem chegado ao Rio Grande do Sul nesta condição, bem como àqueles em que a informação, embora vaga, permita deduzir-se esta condição.⁸ Além disso, em alguns casos, a despeito de não se ter notícias da atividade dos noivos, se alguma testemunha se qualificou como tropeiro, incluíram-se os dados do respectivo processo.

⁷ Dentre estas justificações, como acima referido, encontram-se muitas para justificar a idade, estado civil, parentesco. Mas há algumas em que a parte requerente tenta, por exemplo, ter devolvido o valor que pagou a título de fiança pela ausência de alguma documentação, comprovando ser pobre e necessitar da quantia.

⁸ Nem todos os processos fazem referência à profissão dos noivos ou o percurso que fizeram até chegar ao Rio Grande do Sul. Em alguns deles o alvo era investigar o impedimento, buscando a dispensa da igreja católica para que pudessem casar. A este exemplo, pode-se citar o caso de: Francisco de Magalhães e Rita Maria da Conceição, ele filho de João de Magalhães e Ana de Brito e ela filha natural de Roque Soares e Hilária Ribeiro, sendo os noivos residentes em Viamão. O processo é do ano de 1753 (n. 13) no qual a noiva declarou que estava ajustada para casar com Francisco *“com quem tem vivido em público concubinato e porque os parentes do contraente fazem grandes diligências para impedir-lhe o matrimônio com o pretexto de desigualdade das pessoas”* e que, assim, *“deseja muito melhorar de vida e tratar da sua salvação, sendo como é notório pobre e muito desamparada, nem por outra via pode achar casamento e pode conseguir o que pretende está impedida em impedimento de afinidade de cópula ilícita em segundo grau cuja dispensa não pode impetrar por outra via em razão do grau de pobreza dos contraentes”*. Em resposta, o padre Carlos, da paróquia de Viamão, assim afirmou *“não carese de ser justificados e é de grande serviço a Deus amparar esta alma perdida de tantos anos para evitar os escândalos”*, com o que o frei João da Conceição acabou por dispensá-los do impedimento, impondo-lhes a penitência de trabalhar nas obras da Matriz por quinze dias, além de rezarem cinco rosários cada um.

- **Antônio Barbosa de Siqueira**, 23 anos, de Curitiba/PR, filho de João Barbosa Lemos e Maria Pires, com **Maria Madalena**, n. Viamão/RS, residente em Santo Antônio da Patrulha, filha de Sebastião Gomes e Isabel Garahie, índia (proc. n. 5 do ano de 1761). Disse o noivo que aos 10 anos de idade saiu da companhia de seus pais e foi para o “sertão de Sima da Serra aonde assistiu pouco tempo”, pois logo após “entrou a conchavar-se nas tropas” que iam para Curitiba, fazendo três viagens durante um ano, depois se radicando nos campos de Viamão. Francisco Pinto, 20 anos, solteiro, de Curitiba/PR, que vivia de andar no campo e morador nos campos de Viamão, disse conhecer muito bem o justificante, pois se criaram juntos e que Antônio saiu de idade de 12 anos para estes campos, fazendo tropeadas. O lagunense Bernardo de Moura, 23 anos, solteiro, residente nos mesmos campos, declarou que conheceu o justificante “pelo sertão a conduzir tropas e [...]” que também “viera na mesma ocupação de conduzir tropas e q. poderia ter di idade 10 anos [...]”

- **Antônio de Oliveira Machado**,⁹ com 27 anos, de Sorocaba/SP, filho de Manuel de Oliveira Leão e Margarida Freire de Andrade, com **Inácia Rosa de Jesus**, de 14 anos, da freguesia da Feteira, ilha do Faial, Açores, filha de Manuel Luís Rodrigues e Joana de Brum da Silveira (processo n. 7 do ano de 1755). O noivo declarou que saiu de sua pátria depois do falecimento de seus pais, indo para os campos de Viamão por onde andava até aquele momento “posto que fazendo algumas jornadas ao Rio Grande trabalhando na condução de tropas”, isto há cerca de nove anos. Dentre as testemunhas de Antônio, destaca-se Manuel Soares Pais, solteiro, de 26 anos, de Sorocaba/SP, soldado na comitiva de Cristóvão Pereira de Abreu, disse ter vindo para o RS na comitiva da expedição das Missões e conhecer Antônio de sua cidade natal, pois se criaram juntos.

- **Antônio Gomes**, de Chaves em Portugal, filho de pais incógnitos, com **Eugênia de Siqueira**, 20 anos, dos rincões de Curitiba/PR, filha natural de José de Mello Andrade e Vitória de Siqueira (proc. 22 do ano de 1757). O noivo queria provar seu estado de solteiro e assim disse que “pelas terras onde tem andado nunca fora casado”, enquanto que uma testemunha forneceu mais informações, afirmando que ele “andava tratando de seu negócio com cavalos comprando toucinho e outras coisas mais”, dando a entender tratar-se de tropeiro de muares.

- **Antônio Lopes de Negreiros**, 27 anos, da freguesia de Negreiros, Braga, Portugal, filho de Manuel Lopes de Negreiros e Ana Antônia, com

⁹ Veja: PUFAL, Diego de Leão. *Tropeirismo e Genealogia: trajetória de Antônio de Oliveira Machado: da Província de São Paulo ao Continente de São Pedro*, nesta obra.

Quitéria Rodrigues de Godoy, 14 anos, de Laguna/SC, filha de João Moreira e Simoa da Cunha (proc. n. 26 do ano de 1759). O noivo declarou que aos 8 anos fugiu da companhia de seus pais juntos com vários estudantes e foram para Lisboa, onde morou por alguns anos, enquanto esperava uma frota para o Rio de Janeiro. Após desembarcar no Rio de Janeiro

assistira pouco tempo porque logo fora para as minas, fizera algumas viagens andando tratando de sua vida e nessa lida sempre andara a melhor de 2 anos sem assistência certa enquanto andava na dita labutação e que passado este tempo viera pelo sertão para estes campos de Viamão aonde tem assistido a melhor de 12 anos ainda que não esteve assistindo porém andava tratando de sua vida conduzindo tropas para Curitiba e São Paulo porém das ditas partes pouco tempo habitava era somente enquanto vendia alguns de seus animais que levava

Disse, ainda, que

Tendo passado em escrito de casamento na vila de Paranaguá a uma moça porém indo ele depoente desta freguesia conduzindo alguns animais para Curitiba e no dito Registro fora obrigado pelo dito escrito e preso pelos soldados que fora entregue ao depois aos oficiais eclesiásticos porém logo de ambas partes houve uma composição em que a dita moça ou por seus procuradores lhe passaram uma quitação a rogo da sobredita e nunca mais prometera casamento a mulher alguma.

As testemunhas confirmaram suas declarações. João Ribeiro da Costa, solteiro, 29 anos, assistente em Cima da Serra, capataz de uma fazenda, natural de Travanca de Cima, Douro, Portugal, disse que

o conhecimento que tem do justificante é desta freguesia em tempo que o dito andava por Sima da Serra conduzindo suas tropas de gado e potrosainda que há alguns anos o que ele testemunha não sabe porque já tinha barba o justificante e o depois andara o dito justificante pela cidade de SP aonde gastou alguns tempos até o parar destes animais porém não sabe o tempo que gastou o dito justificante nem nunca lhe perguntara; sabe o que dito assistira na cidade do RJ pelo mesmo lhe manifestar em todo este tempo nunca ouvira dizer que tivesse casado.

Já João da Costa Ferreira, solteiro, 30 anos, vivia de sua agência, natural de Curitiba, disse que

sabe muito bem que o dito justificante saindo para o sertão com a tropa de Domingos Simões Marques na passagem do rio Itapetininga ou na vi-

zinhança lhe falara um Matias de tal para casar com uma filha sua que ele dito justificante lhe respondera não podia dar a resposta que vinha outra vez do sertão e que na volta tomara a sua resolução e sabe ele testemunha que saindo o Antonio Lopes Negreiros na companhia dele testemunha para a Vila de Sorocaba na tropa de João Antonio estando invernando nas vizinhanças do tal Matias de tal moça veio este a visitá-lo e a saber se ele se resolvia casar com sua filha o que o dito Negreiros respondera na presença dele testemunha que não porque todos eram camaradas que não estava na resolução de casar sua filha porque vinha a casar na freguesia de Viamão.

- **Antônio Moreira Leme**, de Sorocaba/SP, filho de Salvador Moreira da Silva e Ana Pedroso da Silva, “por hora assistente nestes Campos”, com **Maria da Candelária**, de Paranapanema/SP, filho de Matias Álvares de Gusmão e Maria da Silva Pinheiro (proc. n. 8, ano de 1756). O noivo nada declarou, mas as testemunhas por ele arroladas revelaram que era tropeiro. Assim, Francisco da Veiga, 20 anos, solteiro, de Curitiba/PR, que trabalhava na condução de tropas do sertão para São Paulo, assim como Francisco de Castro, solteiro, 21 anos, de Curitiba, disseram que eram “*camaradas*” de Francisco nas viagens pelo sertão na condução de tropas e “trabalhando em todo serviço que se lhes ofereciam e viajando pelo sertão”.

- **Antônio Pereira**, 24 anos, de Cotia/SP, *pardo*, filho de Gaspar Dias e Páscoa Pereira, com **Juliana Maria**, 14 anos, da aldeia de Santo Ângelo/RS, índia, residente na Guarda da Patrulha, filha de Rafael e Ana (proc. n. 1 do ano de 1759). Disse o noivo que aos 7 anos saiu da companhia de seus pais e foi para a cidade de São Paulo, onde assistiu no Palácio do Governador e Conde de Chargados (sic), saindo para os campos de Curitiba, onde residiu em uma fazenda sob a invocação de São Pedro e ali permaneceu por oito anos. A testemunha Manuel da Conceição Martes?, 30 anos, *pardo forro*, casado em SP, mas natural da freguesia de N. Sra. da Conceição da Praia, sapateiro, disse que conheceu Antônio enquanto peão na fazenda São Pedro em Curitiba, enquanto que Miguel Rodrigues, natural da aldeia de Santo Ângelo/RS, índio, 30 anos, casado em Cotia/SP, que disse ter a profissão de “*andar nos campos*”, declarou que conheceu Antônio de Cotia/SP desde que ele tinha 9 anos e depois se reencontraram em Curitiba “e que vindo ele testemunha de passagem pelos ditos campos se metera o dito justificante em sua companhia e com ele testemunha anda a melhor de 8 anos”, sinalizando que o noivo se juntou a uma tropeada para chegar ao Rio Grande do Sul.

- **Bartolomeu Bueno da Silva**, com cerca de 24 anos, de Guaratinguetá/SP, filho de João Bueno da Silva e Úrsula Luísa, e sua pretendente **Marga-**

rida da Silva, de 15 anos, da freguesia da Praia do Almojarife, ilha do Faial, filha de Manuel Garcia e Páscoa da Silva, sendo os noivos assistentes na freguesia de Viamão (processo n. 12, ano de 1753). Disse o noivo que “nunca sahira do pode de seos pais athe este tempo que veio na Companhia do Coronel Christovão Pereira de Abreo para as povoações das Missões”, enquanto a noiva declarou que sempre viveu na companhia dos pais “athe o tempo em que embarcara nas Ilhas por ordem de sua Majestade para as novas povoações das Missões”, junto com a irmã Águeda da Silveira. As testemunhas ouvidas, Lourenço Alves, casado, com cerca de 37 anos, de Guaratinguetá/SP; Manuel Soares Pais, solteiro, com 28 anos aproximadamente, de Sorocaba/SP e José Freire Garcia, 27 anos, solteiro, de Guaratinguetá, viviam de suas agências. O primeiro disse conhecer “muito bem o justificante” por serem do mesmo local, e o segundo referiu que teve uma grande amizade com os pais de Bartolomeu em Guaratinguetá, assim como com ele, “por razão de serem ambos Rapazes, e andarem brincando [...], depois de passarem mais de quatro annos se tornarão a encontrar e sempre andarão de camaradas”, supondo que nas tropeadas.

- **Bento Alves Xavier**, 19 anos, de Taubaté/SP, filho de João Raposo e... da Conceição, residente na freguesia de Viamão, com **Ana Maria**, de Viamão/RS, filha de João Moreira e Simoa da Cunha (proc. n. 10 do ano de 1761). Bento declarou que após a morte dos pais, saiu de sua pátria aos 11 anos de idade e foi para os Campos de Cima da Serra na companhia de Antônio Pereira, “donde aestio largo tempo”, depois passou para a freguesia de Viamão, onde passou a residir. Disse que durante este tempo todo vinha “andando sempre conchavado por pião em varias fazendas” e que depois de “sestar auzente da sua patroa fora conchavado em huma tropa de Sima da Serra, aonde foy Francisco Jorge Ribeiro porem que não passara da villa de Curitiba e q na ditta viagem e estrada, gastara a melhor de 7 mezes”. João Pinto da Silva, 27 anos, de Aiuruoca/MG, solteiro, vivia de seu negócio de tropas, disse que em uma romaria na companhia de sua mãe à capela de N. Sra. Aparecida, tomou conhecimento que o justificante estava vivendo em casa de seus pais, quando tinha 4 anos de idade. Declarou que apesar de ver o justificante por várias vezes em São Paulo, depois de tempos o encontrou na freguesia de Viamão, quando conversaram e soube que ali estava cerca de sete anos. Manuel da Silva, 35 anos, casado, de Rio das Mortes, vivia de seu trabalho e estava morando temporariamente em Viamão, declarou conhecer Brás de Guaratinguetá de idade de 9 anos e que há 8 anos este acompanhou o depoente até os campos de Viamão. Já Francisco Jorge Ribeiro, 26 anos, solteiro, de Laguna, residente nos campos de Viamão, vivia de seu trabalho

e sua fazenda, mencionou que estava indo para a cidade de São Paulo com uma tropa e nesse mesmo tempo se achava o justificante “em Sima da Serra de Viamão e logo se conhavara em a mesma tropa por pião e q. teria de idade 12 anos [...]”.

- **Bento de Oliveira**, 24 anos, de Taubaté/SP, *pardo forro*, filho natural do *preto cativo* Manuel Rodrigues e da índia Serafina, administrada de Miguel Feliz, com **Angélica**, 14 anos, de Rio Grande/RS, *crioula*, filha natural de Felipe e de Teresa de Jesus, *preta Mina*, solteira, sendo que os noivos residiam na freguesia de Viamão desde 1742 (proc. n. 17, do ano de 1753). Angélica declarou não conheceu o pai, porque ele morreu quando ainda ela era criança e, após isto, sua mãe foi comprada por Manuel de Barros Pereira, quando ambas foram trazidas para os campos de Viamão e mesmo depois que sua mãe foi alforriada, continuaram a viver em casa de Manuel. Bento disse que saiu de sua pátria aos 9 anos de idade para os campos de Viamão na companhia de seu amo Miguel Feliz e “sempre andara na sua companhia até o presente tempo que haverá 16 anos”. Apesar de Bento não ter declarado sua condição de tropeiro, uma das testemunhas isto revelou. Disse Francisco Pinto Bandeira, tenente de dragões do regimento de Rio Grande, 50 anos, de Laguna/SC, que Pedro

viera de sua pátria de mui tenra idade o que sabe [...] porque estando governando a guarda de Viamão haverá melhor de 14 anos aí tomara conhecimento do justificante que andava no caminho da Serra conduzindo tropas na companhia de Miguel Felis, seu amo, que o tinha trazido de Taubaté em mui tenra idade,

Enquanto o próprio amo, Miguel Felis de Oliveira, de 58 anos, viúvo, de Taubaté e que declarou viver de negociações nos campos de Viamão, narrou que Pedro era filho de Serafina, índia e sua administrada, e o trouxe aos 8 anos para estes mesmos campos “aonde sempre estivera na companhia dele testemunha haverá 15 anos”.

- **Bento Xavier de Souza**, 18 anos, do Rio de Janeiro/RJ (Candelária), filho de Francisco Xavier e Ana Vieira do Rosário com **Antônia da Costa**, 15 anos, de Viamão/RS, mas batizada em Laguna/SC, filha de Pedro e Joana da Costa, todos *pardos forros*, salvo o pai dela que era escravo de Manuel de Araújo Guimarães e todos moradores na fazenda de Tramandaí (proc. n. 20 do ano de 1756). Disse o noivo que de idade de 8 para 9 anos “saira de sua pátria na companhia do Coronel Cristovão Pereira de Abreu” para os campos de Viamão, por onde “tem andado a melhor de 10 anos sem mais tornar à sua pátria”. As testemunhas arroladas por Bento confirmaram suas

declarações: (a) André Francisco Coimbra, 38 anos, de Coimbra, Portugal, cabelereiro, disse conhecer o justificante do Rio de Janeiro, de quem era amigo, o qual saiu de sua pátria de 9 para 10 anos; (b) Alexandre Rodrigues de Vergueiro, solteiro, 22 anos, de Pindamonhangaba/SP, vivia de seu trabalho e declarou que veio com o justificante para os campos de Viamão “a melhor de 10 anos” e que “sempre andaram de camaradas” e (c) João da Silva, solteiro, 19 anos, de São Paulo/SP, vivia de seu trabalho, disse conhecer o justificante quando foi ao Rio de Janeiro “na condução de uma tropa de gado do licenciado José Tavares” e que não tinha ele mais que 8 a 9 anos “e logo se ausentou do mesmo RJ o justificante na companhia do Coronel Cristóvão Pereira e desde esse tempo não tornara mais à sua pátria e sempre andara por estes Campos.”

- **Brás Fernandes Garcia**, de São Paulo (Guarulhos)/SP, filho de Domingos e Isabel, com **Bárbara Rita de Almeida**, de Taubaté/SP, filha natural de Geraldo Pinheiro e Ana Maria de Almeida (proc. n. 5 do ano de 1760). Embora o péssimo estado do documento, extrai-se que Brás teria ido para Santana de Parnaíba aos 10 anos de idade, depois para Goiás por bastante tempo e largando da tropa foi para Viamão. Neste sentido, algumas de suas testemunhas disseram que Brás, assim como elas próprias eram tropeiros. Antônio Corrêa Garcia, 20 anos, de Parnaíba/SP, solteiro, vivia de seu trabalho, disse conhecer o justificante, pois eram vizinhos em Parnaíba

e q. teria de idade dez annos [...]; depois de ter sua idade andara no caminho dos Guoiazes [...] tempos eq. no dito caminho andou tempo bastante porem que largando da dita condução veyo p/esta freguesia de Viamão, aonde se acha morador [...]; elle testemunha q. algumas viagens q. o just. [...] testemunha feyto seu camarada.

Antônio de Souza Pereira, de Santa Bárbara das Minas Gerais, vivia de suas tropas, casado, residente em Viamão, declarou conhecer Brás de mais de 10 anos, quando ele conduzia tropas no caminho de Goiás.

- **Diogo**, *crioulo*, escravo do padre Manuel Pinto de Figueiredo, com **Felícia**, 14 anos, de Sorocaba/SP, *preta forra* e escrava de Manuel dos Santos Robalo (proc. n. 19 do ano de 1753). O processo está bem danificado sem possibilidade de ler o declarado pelos pretendentes, mas importante o relato da testemunha Francisco da Costa, solteiro, de São Francisco do Sul/SC, que declarou viver de seu trabalho na condução de tropas e que “*o que tudo sabe porque ele testemunha tem por ofício andar conduzindo tropas pelo caminho do sertão para SP e em Sorocaba conhecera a justificante na companhia de sua mãe Ana mina escrava de Manoel dos Santos Robalo de idade de 7 para 8 anos e*

logo viera a mesma justificante para a vila de laguna onde esteve poucos anos na companhia de Claudio Guterres e da [dita vila] viera para estes campos e sempre morou com o Claudio Guterres”.

- **Diogo Trilho**, 36 anos mais ou menos, de Antequera, Andaluzia, Granada, Espanha, filho de Bartolomeu Trilho e Francisca Ribeiro, com **Suzana do Rosário**, 15 anos aproximadamente, da freguesia da Ribeira Seca, ilha de São Jorge, Açores, filha de José Martins da Cunha e Maria do Espírito Santo, casais mandados para as Missões e assistentes em Rio Pardo (processo n. 6 do ano de 1755). Disse o noivo que aos 4 anos de idade saiu de sua pátria com os pais para a cidade de Ecida (sic), onde viveu de 4 para 5 anos e dali fugiu para Málaga, embarcando nos navios de guerra e sempre navegando até o tempo que naufragou nas praias de Laguna/SC, há 15 anos, onde vivia e “a todo este tempo andado por este Viamão, trabalhando na condução de tropas pela serra”. Miguel Fernandes, 39 anos, casado em Viamão, da Andaluzia, Espanha, vivia de sua fazenda, foi testemunha de Diogo, declarando que com ele fugiu de sua pátria, embarcando em navios de guerra e sempre “andarão de camaradas the o tempo que naufragarão na Laguna onde ficarão”. Domingos Rodrigues Correia, casado em Viamão, com cerca de 50 anos, da freguesia de São Brás, bispado de Fão, Algarve, Portugal, que vivia de sua agência, abonou o que declarado por Diogo, acrescentando que o naufrágio em Laguna se deu no ano de 1742 e “desde então the o presente andou o justificante trabalhando nestes campos na condução de tropas pera o Certão”.

- **Estevão Pereira de Camargo**, 20 anos, de Santana de Parnaíba/SP, pardo forro, residente em Santo Antônio da Patrulha/RS, filho de Manuel Pereira de Camargo e Francisca da Silva, com **Maria Teresa**, de Angola, Conga, escrava de Félix Ferreira (proc. n. 2 do ano de 1761). Estevão declarou que “de idade de 10 anos fora na companhia de seu pai para as Minas dos Goiazes que o dito seu pai andava com cavalos e que no dito caminho andara ele depoente 3 anos; da última viagem que fez fugira da companhia de seu pai e viera embarcar-se em a vila de Paranaguá e veio para a Ilha de SC e daí seguiu sua viagem para estes Campos de Viamão na companhia de João Nunes o cangalheiro [?] e que nestes campos está assistindo a melhor de 7 anos tratando de andar no campo feito peão.” Brás da Silva, 22 anos, solteiro, de Laguna/SC, que vivia de “andar no campo”, residente nos campos de Tramandaí, e Domingos da Rocha, 25 anos, pardo forro, de Jundiá/SP, que também vivia de “andar no campo”, confirmaram os dizeres de Estevão.

- **Felipe de Santiago**, 24 anos, de Córdoba, Argentina, filho de José Oliva e Joana Tilo, com **Inácia Fernandes**, 13 anos, de Viamão/RS, filha de Raimundo Fernandes e Natália de Oliveira (proc. n. 3 do ano de 1761). Fe-

lipe declarou que *“de idade de 10 anos saíra da sua pátria e viera para a cidade do Buenos Aires feito peão em uma tropa e que na dita cidade esteve [corroído] anos, e nesse tempo lhe assentaram praça de soldado e veio para a campanha de Missões com o Exército aonde andou a melhor de 9 anos e que da dita Missões desertou e veio para a fortaleza do RP e de lá se passou a esta freguesia de Viamão em uma e outra parte está morando a melhor de 3 anos”*. Suas testemunhas, Silvestre Ortiz, peão, solteiro, 23 anos, natural de Córdoba, Argentina, Simão Ercra, solteiro, 40 anos, de Tucumán, vivia de andar no campo e Marcelo Hibara, peão, também de Tucumán, 22 anos, solteiro, todos vivendo nos campos de Viamão, disseram que foram *“camaradas”* de Felipe em sua jornada desde Buenos Aires.

- **Félix Rodrigues Fernandes**, 20 anos, do Desterro (Florianópolis)/SC, filho natural de Francisco Rodrigues e Luzia Fernandes, com **Cristina Guterres**, 12 anos, de Viamão, filha de Sebastião Guterres e de Laura de Brito, índia das Missões (proc. n. 7 do ano de 1759). O noivo disse que *“de idade de 13 anos saíra da companhia de seus pais para a vila de Laguna aonde habitou um ano assistindo na casa do defunto Manoel Gonçalves e que fazendo o dito Manoel Gonçalves uma viagem para estes campos (...)sua fazenda viera também ele depoente, na mesma companhia e por cá ficara andando trabalhando no ofício do campo e aqui está assistindo a melhor de 6 anos”*. A testemunha revelou a condição de tropeiro do noivo, foi assim que Francisco Muniz de Almeida, 38 anos, solteiro, da ilha de São Sebastião/SP, residente em Viamão, disse ter sido peão em uma tropa pelo sertão há uns 5 anos, quando conheceu Félix como *“camaradas”*, com quem depois passou a morar em Viamão.

- **Francisco Antônio de Amorim**, 21 anos, de Florianópolis/SC, filho de Manuel Antônio de Amorim e Andreza de Jesus, com **Isabel Correia do Prado** ou **Isabel de Siqueira**, de Taubaté/SP, viúva de Estevão da Costa, residente em Rio Pardo, filha de Estácio Veiga e Isabel Correia (proc. n. 19 do ano de 1760). Disse o noivo foi para os Campos de Viamão após a morte de seus pais, juntamente com seu tio Salvador de Souza *“e que poderia ter de idade 10 anos e nestes campos está morando a melhor de 10 anos sempre na companhia de seu tio, exceto 3 anos que sempre anda com o capitão Francisco Pinto Bandeira às corridas de gado pela campanha.”* As testemunhas não esclarecem no que consistiam as corridas de gado, mas tudo indica que trabalhou no arrebatamento de animais.

- **Francisco da Rosa**, 20 anos, da freguesia da Boanova, ilha do Pico, Açores, filho de Manuel da Rosa e Maria da Costa, com **Teodósia da Silva**, 16 anos, de Viamão/RS, parda forra, filha de Escolástica Peixoto, índia das Aldeias (proc. n. 5 do ano de 1759). Francisco disse que *“da idade de 11 anos*

[corroído] a seus pais e viera em companhia do Padre Domingos; porque neste tempo ele depoente para a vila de Laguna em companhia do Alferes Antonio Francisco e que na dita vila [corroído] e que estâncias de fora fugindo ele depoente do dito alferes e viera assistir para a casa do alferes Francisco Manoel de Souza, aonde morou 3 anos e meio, e nesse tempo se metera em uma tropa de gado que ia para o sertão em companhia de José da Fonseca e de Jacinto Roque e fora na dita campanha até o RJ e em toda esta viagem até se recolher outra vez a estes campos de Viamão quatro anos.” A segunda testemunha arrolada por Francisco, o açoriano Antônio Agostinho Castelo Branco, 30 anos, da ilha Terceira e morador em Porto Alegre, disse ter reencontrado Francisco nos campos de Viamão em casa do alferes Francisco Antônio Manuel de Souza, onde andava “feito seu pastor de ovelhas, e ainda era muito rapaz sem ponta de barba que ainda agora não tem o de todo.”

- **Francisco Félix da Silva**, de Taubaté/SP, filho natural de Miguel Félix de Oliveira e Maria da Silva Moraes, com **Rita Nunes de Siqueira**, com 13 anos, de Santana de Parnaíba/SP, filha de João Nunes de Siqueira e Gertrudes Maria da Assunção (proc. n. 7 do ano de 1756). Disse o noivo que de 9 para 10 anos saiu de sua pátria com seu pai para os campos de Viamão, onde sempre andou e na condução de algumas tropas pelo caminho do sertão para São Paulo e Minas e sempre andara como volante a uma parte para outra sem fazer morada certa”, dizendo que estava há 6 anos assistindo em Viamão em uma fazenda de seu pai em Cima da Serra. As testemunhas de Francisco eram seus conhecidos de tropeadas: Antônio Domingues, solteiro, 20 anos, de Iguape/SP, disse ser andante no caminho do sertão, sendo camarada do justificante há 4 anos; João Gonçalves de Freitas, solteiro, 24 anos, dito andante no caminho do sertão e parente de Francisco, também afirmou que “haverá 7 para 8 anos que sempre andaram de camaradas [...] no caminho do sertão”.

- **Francisco Pacheco**, 32 anos, da freg. de Vila Nova, Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores, morador da freguesia de Viamão e vindo dos Açores agregado a um casal de número, filho de Sebastião Pacheco e Francisca Nunes, com **Ludovina Barbosa Monteiro**, viúva de Miguel Antônio Barbosa, falecido em Triunfo/RS, filha de Antônio Monteiro [Lobo] e Maria Leme Barbosa (proc. n. 15 do ano de 1760). O noivo declarou que saiu de sua pátria aos 25 anos “encostado ao casal de El Rey” para a ilha de Santa Catarina, onde permaneceu por seis meses, depois se transportando por terra na companhia do reverendo vigário José Carlos da Silva que também foi para os campos de Viamão, onde estava morando. Disse que depois de vir para estes campos “dera algumas viagens a São Paulo, com seus animais, e nessas

viagens que deu sempre gastou a melhor de 6 anos andando sempre sem nunca ter prezistência certa”. Uma de suas testemunhas, o também açoriano Manuel Vieira de Mello, de 24 anos, natural de Santa Bárbara, ilha Terceira, casado, morador em Viamão, que vivia de suas lavouras, disse que “*conhesse muyto bem por virem ambos na mesma embarcação dos transportes de sua Magestade p/ilha de SC [...] que poderia ter de idade 20 anos [...] e que haveria 13 anos que vierão p/ a ilha de SC [...] elle testemunha da dita ilha de SC fora p/SP e que passados alguns annos ouvira o Just. na dita cidade andando [...] tropas deste Viamão pello certão e que nunca fazeo asistencia... estava somente aquelle tempo enquanto vendia os seus animais e alguns de seu amo*”. As outras duas, também dos Açores, Manuel Francisco de Souza, 25 anos, da ilha Terceira, casado, morador em Porto Alegre, vivia de negócio de comprar e vender, e Bartolomeu Cardoso, 50 anos, da ilha Terceira, casado, morador em Porto Alegre, vivia de seu trabalho de roças, declararam conhecer Francisco de sua terra natal, confirmando sua vinda para o Brasil naquelas condições e que assistia na freguesia de Viamão.

- **Inácio Alves de Gusmão**, 24 anos, de Curitiba/PR, filho de Matias Alves de Gusmão e Maria da Silva, naturais de São Paulo, com **Maria Inácia**, 14 anos, da Colônia do Sacramento, Uruguai, filha de Manuel Fanel, inglês, e Maria da Silva, das ilhas Canárias (processo n. 14, ano de 1755). Disse o noivo que logo depois de seu nascimento foi com seus pais para as minas de Piaí, onde ficaram de 4 a 5 anos, dali partindo para Sorocaba, até que de 13 para 14 anos “*viera para esta freguesia de Viamão assistindo na fazenda de seus pais em Sima da Serra*”. As testemunhas não esclareceram em que condição Inácio chegou em Viamão, mas apenas que o conheciam ou a seus pais, merecendo destaque, contudo, o relato de José Antônio de Vasconcellos, 36 anos, casado em Viamão, vivia de suas fazendas, ao mencionar que recebeu o justificante “*pelo amor de Deus*” nas suas fazendas na freguesia de Viamão há 6 anos, quando veio de Rio Grande após a morte de sua mãe e “*pouco conhecimento tem do justificante*”. Possivelmente Inácio tenha sido ligado ao tropeirismo.

- **Inácio Rodrigues Pais**, 24 anos, da freg. de N. Sra. da Piedade, São Paulo, residente em Rio Pardo, filho de Domingos Rodrigues Pais e Beatriz Vieira, com **Maria Tomásia**, da freguesia de Cedros, ilha do Faial, Açores, filha de João Garcia e Isabel Dutra, “*dos casais del Rey*” (proc. n. 4 do ano de 1761). Inácio disse que

[...] de idade de 11 anos saíra da companhia de seus pais e viera para a vila de Curitiba para a companhia de seu irmão Pedro Rodrigues, aonde

assistiu 6 meses, e que da dita vila viera pelo sertão para esta freguesia e que logo se ajustara em uma tropa e fora outra vez à dita vila de Curitiba, porém que desta vez não assistira tempo algum porque logo voltou para os campos de Sima da Serra, aonde assistiu na fazenda de Manoel de Barros Pereira no tempo de 6 meses feito peão, e logo depois se passara a estes Campos e que aqui tem andado trabalhando por várias fazendas e nesta freguesia também até que se passou para a fortaleza do Rio Pardo aonde está morando há mais de 4 anos assistindo na fazenda de Cosme da Silveira e que por todo este tempo se meteu de meio a melhor de 12 anos.

- **José de Moraes**, 25 anos, de Santana de Parnaíba/SP, *pardo forro*, filho de João de Moraes e Isabel de Almeida, com **Ana da Silva**, 30 anos, de São Paulo/SP, *parda forro*, filha natural de JoséCastelo e Josefa (proc. n. 8 do ano de 1753). Declarou o noivo que junto com seus pais e na companhia de Pedro Vaz migrou para os campos de Viamão e que “*sempre andara no sertão conduzindo tropas para São Paulo e agora na comitiva*” do coronel Cristóvão Pereira de Abreu. A noiva disse que desde criança foi criada em casa do capitão-mor José de Dois (sic) e dali passou para a casa de Simão de Toledo, onde viveu até o tempo que “*veio pelo Sertão para estes Campos*” há um ano mais ou menos, na comitiva do mesmo cel. Cristóvão “*com quem viera pelo sertão*”. As testemunhas confirmaram suas declarações: Jorge Moreira, solteiro, 40 anos, da freguesia da Penha, vivia de seu trabalho, disse conhecer o justificante de sua terra natal desde pequeno, onde foram vizinhos e há poucos anos ele saiu para os “*campos de Viamão a granjear sua vida na condução de tropas e agora viera novamente na companhia do coronel Cristóvão Pereira de Abreu*”; Antônio Castanho Pais, solteiro, 23 anos, de Santana de Parnaíba/SP, vivia de sua agência, declarou que se o justificante José se criou na casa de seu pai José Fernandes Pais, de onde aquele e o depoente saíram para Viamão “*onde sempre andara na condução de tropas pelo caminho do sertão*”, assim como Lourenço Bicudo de Brito, solteiro, 24 anos, morador em Viamão, de Jacaréi/SP, vivia de sua fazenda, também andou com o justificante pelo caminho do sertão conduzindo tropas para São Paulo. Já Manuel Gomes, soldado na conduta de Cristóvão Pereira de Abreu, 30 anos, casado em São Paulo, e Pedro Celestino da Cunha, solteiro, de 34 anos, *pardo forro*, oficial de sapateiro, de São Paulo/SP, disseram conhecer a justificante (a noiva) de anos, referindo aquele que veio com Ana para Viamão na mesma comitiva.

- **José Veloso**, 20 anos, de Curitiba/PR, *pardo forro*, filho de Antônio Veloso e Maria de Oliveira Pinto, com Rosa Maria, 15 anos, natural das

“*Missões de Castela*”, índia tape, batizada em Rio Grande, filha de Josefa Maria (proc. n. 7 do ano de 1753). Disse o noivo que sempre viveu com os pais enquanto vivos eram, isto é, até a idade de 15 anos e do Paraná “*viera para estes campos de Viamão e andara na condução de tropas para São Paulo*”, juntando-se na “*conduta*” de Cristóvão Pereira de Abreu. José de Freitas da Silva Formoso, solteiro, 29 anos, *pardo forro*, da vila de Parragon, declarou ser soldado da conduta de Cristóvão Pereira de Abreu, foi testemunha do noivo José, referindo que este quando teve “*idade capaz de trabalhar viera para este caminho do sertão a conduzir tropas para São Paulo e daí viera ele testemunha para estes campos na conduta do Coronel Cristóvão Pereira de Abreu.*” Manuel Rodrigues, solteiro, 25 anos, *pardo forro*, de São José dos Pinhais/PR, também soldado da conduta de Cristóvão Pereira de Abreu, testemunhou para José dizendo que este saiu para os campos de Viamão para “*comer por seu trabalho*”, enquanto que Valentim Alves de Araújo, curitibano, 27 anos, *pardo forro*, também soldado da mesma conduta, disse conhecer o noivo há 15 anos, de quem era amigo.

- **Luís Gomes da Silva**, 27 anos, de Paranaguá/PR, filho de Manuel Gomes Rodrigues e Inês, com **Laureana Rodrigues**, 13 anos, de Viamão/RS, mas batizada em Laguna/SC, filha de João Martins Rodrigues e Luiza da Silva (processo n. 15 do ano de 1755). Disse o noivo que com 17 anos saiu de sua pátria para os campos de Viamão, “*onde sempre andara laboreando no Caminho da Serra e sertão na condução de tropas*”. Duas das testemunhas de Luís eram seus amigos de infância, pois se criaram juntos e ambos estavam à época trabalhando como peão, Antônio Rodrigues de Figueiredo, 27 anos, solteiro, e João Cordeiro, 24 anos, ambos de Paranaguá/PR, declararam que “*haverá 3 anos e andam juntos tratando de suas vidas na laboreação de Peões*”, enquanto que Manuel Correia da Fonseca, solteiro, 25 anos, da mesma cidade, disse que fez muitas viagens na Serra “*de camaradas*” com o noivo.

- **Manuel Correia da Fonseca**, 25 anos, de Santana de Parnaíba/SP, *pardo livre*, filho natural de Francisco Costa e Leonor de Távora, com **Domingas Ribeiro**, 14 anos, de SC, filha de Sebastião Ribeiro Coutinho e Maurícia Machado (proc. n. 9 do ano de 1756). O noivo disse que de 7 para 8 anos saiu de sua pátria com seu pai para Curitiba/PR, onde estiveram poucos anos e dali saíram para os campos de Viamão, onde “*tem andado no caminho do sertão e na condução de tropas e quando viajava na companhia de seu pai não mais idade que 10 anos*”.

- **Manuel do Nascimento de Jesus de Barros**, 21 anos, da freguesia de N. Sra. das Mercês, cidade de São Paulo, *pardo forro*, filho natural de

Francisco de Barros e Emerenciana da Conceição, com **Inácia do Espírito Santo**, da freguesia de N. Sra. do Desterro do Campo Grande da cidade do Rio de Janeiro, *parda forra*, filha de pai incógnito e Maria, *preta* e escrava de Antônio Gonçalves Padilha (proc. n. 3 do ano de 1763). Disse o noivo que 10 para 11 anos veio para “*o caminho do Sertão com um tropeiro Manoel Corrêa onde tem residido no serviço do campo tratando de sua vida.*” Dentre as testemunhas ouvidas, destaca-se o dito pelo João Nunes, 60 anos, de Paranaíba, viúvo, vivia de sua lavoura e residia em “*Santo Antônio do Desterro da Guarda Velha*”, de que conheceu os pais do noivo e que na idade de 10 para 11 anos este veio para “*este caminho do sertão*” na companhia de um tropeiro e “*tem residido no mesmo sertão ganhando seus sellarios em levar tropas*”.

- **Manuel Mendes**, 15 anos, de Laguna/SC, filho de José Mendes e Eugênia Dias, com **Maria de Jesus**, 15 anos, da ilha Terceira, Açores, Portugal, filha de Mateus Pereira e Catarina de Jesus, dos casais que Sua Majestade mandou para as Missões (proc. n. 11 do ano de 1755). Manuel declarou que aos 8 ou 9 anos saiu de Laguna/SC com o cunhado Bernardo Baptista, o que confirmado pela testemunha José Correia de Oliveira, soldado dragão, bem assim por Inácio Pereira de Lima ou de Senna, 40 anos, de Mogi das Cruzes/SP, que disse viver da condução de tropas e que nesta condição conheceu o justificante há 9 ou 10 anos.

- **Marcos Pereira da Silva**, 18 ou 19 anos, da freg. de São Pedro Velho, Salvador/BA, *pardo forro*, residente em Viamão, filho natural do capitão Gonçalo Pereira da Silva e Antônia da Silva, com **Maria**, escrava de Domingos de Araújo, de nação Benguella, residente em Viamão (proc. 4 do ano de 1757). O noivo declarou que foi enjeitado e que saiu de sua “*pátria*” em companhia de um frade e que “*era rapaz*” e, assim, veio para os campos de Viamão junto “*de uns tropeiros que vieram a fazer tropas e que andara por cá uns anos pouco mais ou menos [...] conchavado em uma tropa para Curitiba e voltou outra vez parra baixo*” com um religioso do Monte do Carmo frei Bernardo de Godoy há 1 ano mais ou menos. Dentre suas testemunhas encontraram-se o cabelereiro André Francisco Coimbra, do bispado de Coimbra, Portugal, 40 anos, solteiro, morador de Viamão, que disse conhecer o justificante desde a vila de Sorocaba e Curitiba e que desde que o depoente migrou para os campos de Viamão, onde estava residindo a 5 anos, tornou a ver Marcos e saber que sempre foi solteiro, e Francisco Leme que declarou conhecer Marcos há 8 anos mais ou menos do convento de São Bento e ter conhecimento de que ele foi para Sorocaba ainda “*rapas pequeno*” em companhia do dito frade e depois passou para os campos de Viamão.

- **Mateus Monteiro**, 18 anos, de Jacarepaguá/RJ, *pardo forro*, morador em Rio Pardo, filho natural de Antônio Monteiro, com **Micaela Rodrigues**, da aldeia de São Lourenço, índia, moradora em Rio Pardo, filha de Eugênio Rodrigues e Maria Rosa (proc. n. 3 do ano de 1757). O noivo disse ter sido criado em casa do mestre de campo Antônio Dias Delgado, talvez enjeitado, de onde saiu aos 12 anos rumo à vila de Rio Grande, onde ficou dois anos e dali saiu em companhia do exército com Cristóvão Pereira de Abreu para a expedição das Missões, permanecendo de 4 para 5 anos, dizendo-se praça de peão. Suas testemunhas, Jerônimo Teixeira, 33 anos, e Inácio Fernandes, solteiro, 24 anos, aquele de Jacarepaguá e este do Rio de Janeiro, disseram conhecer o justificante, aquele desde pequeno, enquanto este afirmou que ambos andaram pescando no Rio de Janeiro e que também veio com “*camaradas*” para o Rio Grande do Sul.

- **Pedro Celestino da Cunha**, 34 anos, da cidade de São Paulo (Sé), filho de Mateus da Cunha e Inácia Ribeiro da Assunção, com **Ana Maria dos Santos**, de 20 anos, de São Paulo/SP, filha de Crispim dos Santos e Antônia Rodrigues de França, ambos os noivos *pardos forros* (processo n. 16 do ano de 1753). Disse o noivo que seu pai era pernambucano e sua mãe de Santos/SP, com quem conviveu até os 28 anos, vindo para os Campos de Viamão, onde andara de 3 para 4 anos, “*tornara para São Paulo pelo caminho do Sertão e de São Paulo viera outra vez para estes Campos de Viamão na conduta*” do cel. Cristóvão Pereira de Abreu. Dentre as testemunhas, destacam-se os relatos de (a) Agostinho Gonçalves, 33 anos, do Porto, Portugal, casado em São Paulo, soldado da conduta de Cristóvão Pereira de Abreu, afirmando que morou mais de oito anos na mesma freguesia do justificante, em Atibaia/SP e que após este esteve preso na cidade de São Paulo, de onde o coronel Cristóvão Pereira o tirou para “*o trazer na sua conduta e não ouviu mulher alguma que embarcasse sua jornada*”, e (b) Albano Gomes da Costa, solteiro, 30 anos, de São Paulo/SP, alfaiate e soldado na conduta de Cristóvão Pereira de Abreu, que disse conhecer o justificante e “*sempre se trataram como irmãos*”.

- **Sebastião Rodrigues da Cruz**, de Paranaguá/PR, filho de Jerônimo Rodrigues e Francisca Silveira, com **Petronilha Carvalho de Oliveira**, de 12 anos, de Viamão/RS, filha de Manuel e Francisca Carvalho de Oliveira, ambos de Laguna (proc. 11 do ano de 1756). Disse o noivo que com meses de idade foi com os pais de Paranaguá para Curitiba/PR, onde tiveram criação e que aos 10 anos de idade saiu da casa de seus pais para “*estes campos de Viamão pelo sertão na condução de tropas*”.

Uma rápida análise destes processos proporciona uma série de conclusões, sem prejuízo de outras. As mais evidentes indicam que estas pessoas

que chegaram ao Rio Grande do Sul na condição de tropeiros integravam comitivas encabeçadas por gente com cabedal que as financiava e vinham em grandes grupos pelas regiões serranas e litorâneas. Gente de diversas origens e idades integravam os bandos, inclusive mulheres e crianças, sendo que nem todas estas pessoas eram necessariamente ligadas ao campo e à atividade pastoril, talvez ingressas na vida de tropeiro para poderem chegar ao sul em maior segurança. Muitos dos justificantes nestes processos, assim como algumas testemunhas, declararam que integraram a comitiva de Cristóvão Pereira de Abreu e não raras vezes se mantiveram no Rio Grande do Sul, fixando-se em regra nos vastos “*campos de Viamão*”, alguns em *Cima da Serra* e outros na região de *Rio Pardo* e quase sempre mantendo a sua atividade à lida com animais. Além disso, as naturalidades de cada um dos noivos, noivas e testemunhas vem a confirmar o intenso trânsito de pessoas entre as regiões sul e sudeste do Brasil, no particular, durante o século XVIII, com a formação de muitas teias familiares e laços de amizade que se criaram nestas idas e vindas. Neste aspecto, calha lembrar que estes personagens, dentre os quais encontra-se gente vinda de SC, PR, SP, RJ, MG, BA, além de índios, negros, portugueses, espanhóis, uruguaios, argentinos, chilenos, ao lado evidentemente da considerável imigração açoriana no mesmo século para o Rio Grande do Sul, sem prejuízo de outras naturalidades, povoaram o Rio Grande do Sul e deram origem ao gaúcho.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS (AHCMPA): processos de habilitações de casamento e justificações.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Lei n.º 10.406, de 10/01/2002, publicada no DOU de 11/01/2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm, consultado em 18/03/2018.

- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado em 25/01/1983 pelo Papa João Paulo II e atualizado com a Carta Apostólica de 18/5/1998. Disponível em www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/codigo_de_direito_canonico_1983.pdf, consultado em: 18/03/2018.

Agradecimentos:

Vanessa Gomes de Campos e Prof.^a Véra Lucia Maciel Barroso.



Imagens tropeiras

Sergio Aluísio Soares Barbosa (Sérgio Gaudério)

Pesquisador da História sulina, Tradicionalista, um dos idealizadores e fundador do Grupo Cristóvão Pereira de Abreu e Cavaleiro da Ordem dos Cavaleiros do RGS, São Francisco de Paula/RS

Este despretensioso trabalho tem por finalidade reavivar as imagens que fizeram parte de personagens que, hoje, só conhecemos assim, por velhas fotos, relatos orais, e eventuais matérias impressas. Julgo, modestamente, que é de suma importância o estudo e a pesquisas de caminhos tropeiros, trajetos percorridos a casco de mula em tempos pretéritos, importante, por óbvio, também é voltar as pesquisas para aquelas que personalidades que abriram caminhos, Francisco de Souza Farias, Cristóvão Pereira de Abreu, etc., não menos importante é deitar os olhos em pesquisas em autoridades que tiveram o descortínio de olhar os horizontes que se abririam com novas rotas e mandaram os desbravadores, abrir os caminhos por onde ampliar-se-ia a história e o desenvolvimento. Tudo isto se reveste de vital importância.

Julgo, todavia, importante estudarmos o modo de vida, o cotidiano, o trajar, o vocabulário restrito daqueles anônimos, aqueles tropeiros que, no seu anonimato, também fizeram história, em nada menos importantes do que aqueles retro citados.

Neste trabalho, busco através de fotos, umas antigas, outras nem tanto, dar uma ideia do vestir, dos costumes, do modo de encilhar de tropeiros que em seus caminhos, fizeram brotar povoados, cidades e que, através de empíricas oficinas, selarias, ferrarias, deram origem a importantes indústrias que nos orgulham.

Através da fotos, amarelecidas pelo decorrer do tempo, poderemos notar os tecidos com que eram feitas as roupas, as encilhas, em seus vários aspectos, o laço, ferramenta indispensável do tropeiros, trançado, principalmente com 4 ou 6 tentos, muito diferentes dos levados hoje nos tentos que mais parecem lacinhos de pealar ovelhas. As roupas, todas discretas, de cores sóbrias, bem diferentes das que vemos hoje em rodeios, que mais parecem alegorias das escolas de samba do Rio de Janeiro. Observemos as bombachas e as comparemos com algumas de hoje que, na verdade são calças de punho, que se somem rego a dentro.

Os lenços notamos imediatamente a diferença com algumas fitinhas mimosas usadas hoje, à guisa de lenço. Todos os aspectos citados podere-

mos observar através de um exame um pouco mais acurado das fotos apresentadas. Faço parte de um grupo *Tropeiros Cristóvão Pereira de Abreu*, que me enche de orgulho pelo trabalho que realiza em prol da cultura tropeira, nosso grupo faz e estimula a pesquisa dos nossos usos e costumes tropeiros, deitando os olhos neste vasto leque de aspectos que envolvem o viver tropeiro e, por termos seriedade no nosso trabalho, fizemos questão de ambientar nossas vestimentas lá pelo início do século XX, sem dar a mínima abertura para os modernismos, para o linguajar impróprio, para o comportamento inadequado. Os integrantes do nosso grupo não perdem a oportunidade de adquirir conhecimentos, quer conversando com pessoas que detêm conhecimento sobre a matéria, quer através da leitura, quer através de visitas a locais por onde transitou a história.

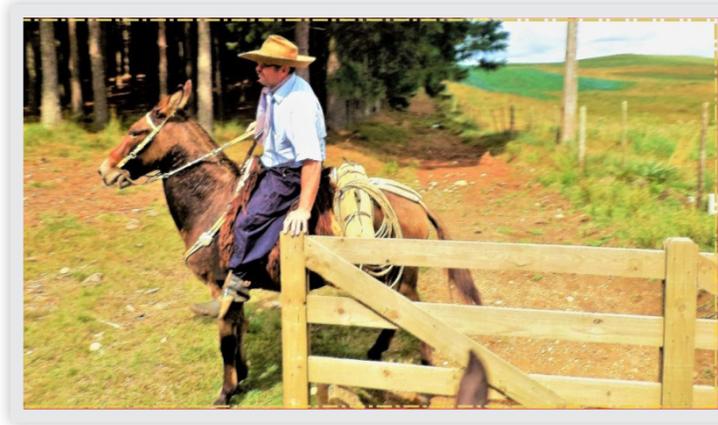
Assim, embora neste livro não possa apresentar e comentar como fiz no SENATRO, vou apresentar algumas fotos comentadas sobre o que apresentei, dando, assim, uma pálida ideia do meu trabalho.

Figura 1 – Uma foto bem característica. Seis cavaleiros, bem montados em burros e mulas, sendo que o primeiro da esquerda para a direita usa estribos de picaria (é o que tem uma copa enfeitada por baixo, onde senta a bota). Uma curiosidade: parece que só um dos cavaleiros não usa suspensórios, artefato para segurar as bombachas, hoje em absoluto desuso (início do século XX)



Fonte: acervo do autor.

Figura 2 – Imagem típica de uma tropeada. O tropeiro abrindo uma cancela para o *cruzu* da tropa. Nesta foto, o comandante dos tropeiros Cristóvão Pereira de Abreu – Marco Aurélio Angeli, Zoreia – numa das tropeadas, demandando o SENATRO, em Bom Jesus/RS (2018)



Fonte: acervo do autor.

Figura 3 – Foto muito interessante, vendo-se uma variedade de trajes, lenços, botas e chapéus, observando-se na fila da frente, sentado, o segundo da direita para esquerda, de chapéu preto, o famoso personagem *Baiano Candinho*, morador nas Bananeiras, que lutou na Guerra do Paraguai. Morreu assassinado na porta de sua casa quando foi receber cantadores de Reis (século XIX)



Fonte: acervo do autor.

Figura 4 – Objetos de uso diário do tropeiro – a carona, peça da encilha e que na sesteada serve de mesa, o pratinho de madeira e a caneca de guampa, que em cima da serra é chamada de coquinho. Serve para tomar água, café de chicolateira, e, porque não, servir uma canha de serra-baixo? (2016)



Fonte: acervo do autor.

Figura 5 – Esta imagem mostra ao fundo uma cerca de achas de pinheiro, muito comum nas fazendas em tempos passados (para cerca de mangueiras eram compridas e usadas na horizontal, para cercados de pátios, hortas etc. eram curtas finas e usadas na vertical, estas chamadas estaquetas, tramadas com arame e bem juntas impedindo o ingresso de animais. ambas feitas com cunhas de ferro). Encilha serrana, com pelego preto, redeas trançadas em couro cru, com cachos, e o gaúcho com um relógio de bolso, no paletó (meados do século XX)



Fonte: acervo do autor.

Figura 6 – Corredor antigo, por onde passaram as grandes tropas no século XVIII, saindo de vários locais e demandando a Sorocaba. A foto aborda o trecho da Capela do Arrepio até o Hortêncio Dutra, em Bom Jesus. Deste local demandavam até ao Passo da Guarda de Santa Vitória. Vemos o corredor, ladeado de taipas de pedras, com grandes cicatrizes no solo pelo transitar das tropas. Os Tropeiros de Cristóvão Pereira de Abreu percorreram a casco de mula este trecho por onde cruzou a história tropeira. Em 2016, tropeada para o SENATRO



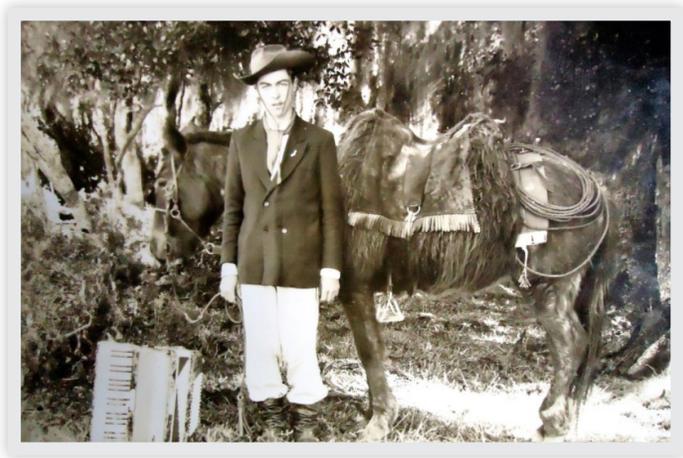
Fonte: acervo do autor.

Figura 7 – Os companheiros Marco Aurélio Angeli e Valter Fraga Nunes foram convidados a fazer uma apresentação sobre o Tropeirismo. O convite foi formulado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho-MTG, para compor a parte cultural da FECARS, Festa Campeira do Rio Grande do Sul, em Rolante. Evento cercado do maior sucesso graças ao aprofundamento do tema desenvolvido, em seu sentido teórico e prático. Na foto um aspecto da palestra com destaque para as *traias* (*avios*) usadas pelos tropeiros (em 2017)



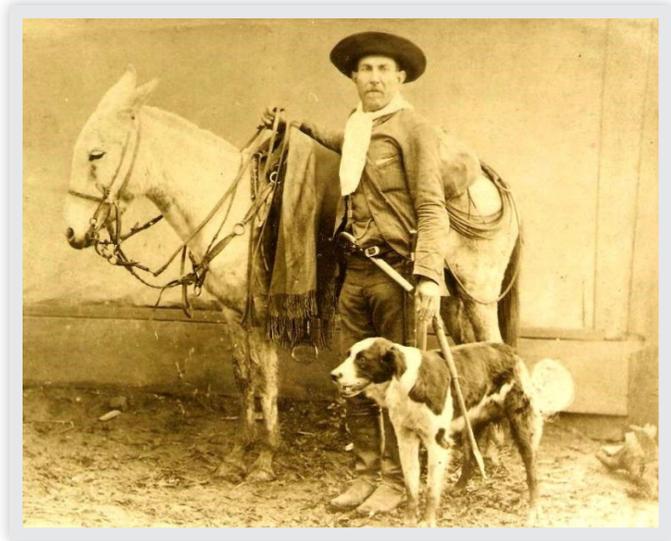
Fonte: acervo do autor.

Figura 8 – A foto mostra várias características do gaúcho serrano: encilha tipicamente dos Campos de Cima da Serra, com pelego preto, badana, buçal com a cabeçada defendendo uma orelha (costume serrano, usado para segurar a cabeçada do freio atrás das orelhas, impedindo que corra para o pescoço), mala de capa típica (meados do século XX)



Fonte: acervo da família.

Figura 9 – Cavaleiro acompanhado de seu cachorro, com a montaria muito bem encilhada. Observa-se que se preparou para a foto: pala na cabeça dos arreios, rebenque sobre o lombo do cão (meados do século XX)



Fonte: acervo do autor.

Figura 10 – Uma foto do Dr. Getúlio Vargas, estancieiro em São Borja, revolucionário e ex-Presidente da República, em sua correta postura de gaúcho de a cavalo (por volta de 1948)



Fonte: acervo do autor.

Figura 11 – Foto de um gaúcho serrano, com encilha de cima da serra: pelego grande, rédeas com cachos, buçal com a cabeçada defendendo a orelha, aparecendo ainda uma característica das fazendas antigas, a cerca de xaxim (meados do século XX)



Fonte: acervo do autor.

Figura 12 – A saga tropeira está materializada por monumentos em várias cidades que homenageiam aqueles descobridores de caminhos. Da E/D Sérgio Gaudério Barbosa, Wernek, Marco Aurélio Angeli e Valter Fraga Nunes, em Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, hoje a vibrante Lages (em 2015)



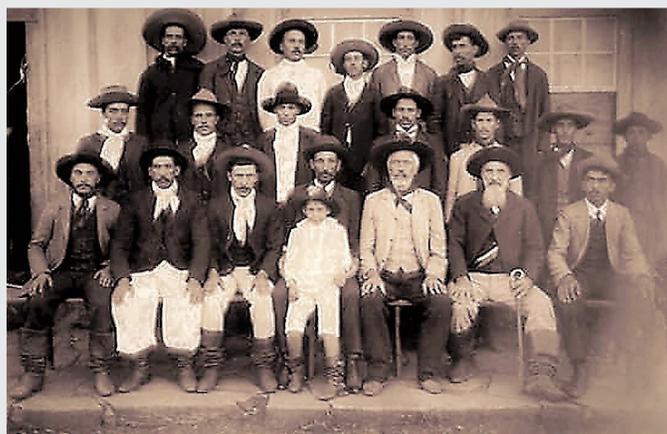
Fonte: acervo do autor.

Figura 13 – O tropeiro e pesquisador, Valter Fraga Nunes, dos *Tropeiros Cristóvão Pereira de Abreu*, junto ao Monumento aos Tropeiros, em São Francisco de Paula/RS, durante uma tropeada para o SENATRO em Bom Jesus (em 2018)



Fonte: acervo do autor.

Figura 14 – Reunião de gaúchos, vendo-se uma variedade de chapéus, lenços, botas e bombachas. Na fila da frente, sentados, da direita para a esquerda, o segundo personagem usa barba comprida, a la império (início do século XX)



Fonte: acervo do autor.

Figura 15 – Cavaleiro com cavalo tordilho, muito bem encilhado, não estribando na ponta da bota (meados do século XX)



Fonte: acervo do autor.

Figura 16 – Foto antiga de tropeiro, preparado para uma foto, portando um pala sobre o ombro, encilha com badana enfeitada, pelego preto e mula tosada a ponta de lança (primeiro quartel do século XX)



Fonte: acervo do autor.

Figura 17 – Lá vem a tropa estendida, com os tropeiros, com suas montarias bem encilhadas, Marco Aurélio Angeli (E) e José Cardoso da Fonseca (D), ponteando a tropa com destino a um rodeio em São Francisco de Paula (RS). Referida tropa se deslocou do Lageado Grande até o local do festejo, sendo composta por mais de 400 rezes (em 2010)



Fonte: acervo do autor.

Figura 18 – Uma foto por volta de 1930, da Fazenda Rodeio das Pedras, de propriedade do saudoso Dinarte Santos, hoje Passo da Ilha, São Francisco de Paula/RS. Nela vemos as mangueiras fechadas com achas de pinheiros, feitas com cunhas de ferro. As achas para mangueira eram utilizadas, como se nota na foto, na horizontal. Gado todo cruzado a zebu, cruza muito utilizada naqueles tempos, ao contrário de hoje em que as raças europeias são largamente utilizadas



Fonte: acervo do autor.



Fonte: acervo do autor.

Figura 19 – Uma foto tropeira dos Tropeiros Cristóvão Pereira de Abreu, durante uma tropeada para o SENATRO de 2018. Analisemos a foto: o tropeiro (Sérgio Gaudério) está no serviço, portando um arreador com cabo tirado do mato, encilha típica serrana, com badana de veado pardo, pelego mouro de negalhas soltas e cabeçada do buçal defendendo uma orelha, conforme uso nos Campos de Cima da Serra. Com um olhar mais acurado vemos as esporas com o papagaio para cima; segundo a literatura, usavam os birivas. Observamos também, como era muito usado, os passadores dos loros, feitos manualmente de osso. As rédeas, para um observador de maior atenção são de sedenho, trançado a mão

Figura 20 – Uma sesteadada, muito curiosa, tendo um dos gaúchos trajando chiripá e vincha. Talvez, olhando com mais vagar a cuiá, nos remeta ao seu local de origem; podem ser da margem direita do rio Uruguai (fins do século XIX)



Fonte: acervo do autor.



15. TROPEIRISMO: CRISTÃOS-NOVOS E GENEALOGIA

Os cristãos-novos e o tropeirismo

Noely Zuleica Oliveira Raphanelli

*Mestre em Literatura e Cultura Judaica e Doutoranda/Departamento de História/USP.
Sorocaba/SP*

Introdução

No início da década de 1990, fui atraída pelo tema *Cristãos-novos na formação da cultura brasileira*, oferecido no curso de Pós-Graduação em História na Universidade de São Paulo. Professora de História, o que eu sabia sobre o povo judeu repousava sobre dois pilares: os fatos bíblicos da Antiguidade e o Holocausto, ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial no século XX, de sorte que cerca de um milênio da História Judaica estava obscuro para mim e para a maioria dos docentes, inclusive os do ensino superior, como pude constatar posteriormente.

Entretanto, no decorrer das leituras e das aulas do curso, deparei-me com um vasto e rico universo histórico em que os judeus foram protagonistas de fatos que mudariam a história da humanidade. E isto se inseria exatamente no intervalo de tempo que eu desconhecia. Na ocorrência de inúmeras diásporas relatadas a partir de fontes bíblicas, os judeus sofreram, através dos séculos que se seguiram, muitos reveses, expulsões, perseguições e morte na luta para manter sua identidade e as tradições ancestrais que marcaram seu perfil como nação apátrida, cuja religião foi o elemento mantenedor de sua sobrevivência cultural e histórica.

A saga de Sefarada¹ descortinava-se envolvente ante meu desejo e disposição de mergulhar num universo fascinante que eu somente compreenderia se buscasse as raízes para poder depois saborear os frutos: a compreensão da dimensão do legado sefardita nas Américas, em especial na América Portuguesa.

¹ O mesmo que ocidente; refere-se à Península Ibérica, mais precisamente à Espanha.

Contexto histórico

Os cristãos-novos e o tropeirismo

Como os cristãos-novos estão ligados às atividades das tropas?

Em 1621 foi fundada nos Países Baixos² a Companhia das Índias Ocidentais para sacramentar o reinício dos saques às colônias espanholas dos Felipe da Espanha. Felipe IV toma uma decisão que podemos dizer infeliz para Companhia de Jesus. Fecha o porto de Buenos Aires e cancela as franquias que permitiam o comércio com os portos de Rio Janeiro. Para anular os efeitos prejudiciais do monopólio, entra em uso o antigo recurso do contrabando, associado a esta inevitável figura do português com todo o seu conjunto de aliados: os flamengos e os Cristãos-novos que vinham mascatear rio acima.

A rota do contrabando começava em Buenos Aires, traficando desde escravos a peças de sedas vindas do Oriente, por intermédio de contrabandistas portugueses que usavam rota alternativa, descendo pelo Rio Tietê, alcançando o Paraná, o Paraguai até Potosi. Em São Paulo, surge uma burguesia ativa, ligada a esse comércio. O Padre Lourenço Castanho Taques, o banqueiro do sertão, expandiu muito sua fortuna trazendo prata de Potosi.

Os portugueses de São Paulo, Bandeirantes, buscavam suprir a pobreza da economia do planalto com a caça do índio, que era levado para mão de obra dos engenhos do Norte e Nordeste. Alguns desses aventureiros eram CN e provocaram a destruição do projeto jesuítico, entre eles Raposo Tavares, o demolidor das reduções, que exterminou seis dos dez povos do Guairá. Fez 20.000 prisioneiros. A empresa foi permitida pelo governador da província de Assunção do Paraguai, D. Luís de Céspedes e Xeria, que precisava de mão de obra escrava para seus engenhos e dos parentes de sua mulher Vitória de Sá, prima de Salvador Correia de Sá y Benevides.

A família Correia de Sá fez de São Paulo um fundo de Cristãos-novos ao ocupar os principais cargos de comando e governança. A etnia judaica dominava a capitania de São Paulo, inclusive no clero. Elementos da família receberam o hábito da Ordem de Cristo e alguns tornaram-se fidalgos da Casa Real. Isto mostra que os Estatutos de Pureza de Sangue nem sempre foram observados no Brasil devido às necessidades práticas e as deficiências do sistema português de colonização. O clã dos Correia de Sá não se preocupava em apagar suas origens. Ao contrário, casavam-se entre si para retardar a assimilação.

² Na América meridional, o termo português generalizou-se como sinônimo de judeu.

Existem referências documentadas à origem judaica de alguns bandeirantes como Raposo Tavares, Bartolomeu Bueno, Fernão Dias e Garcia Rodrigues Paes, o construtor do Caminho Novo. Documentos da época denunciavam abusos e a extrema crueldade dos bandeirantes. Francisco Araque, em seu livro *Insignes Missioneros* (1976, p. 53), refere-se a eles como “mamelucos del Brasil, gente atrevida, belicosa y sen ley que tienem solo de christianos ao Baptismo y son mas carniceros que los infieles”.

A carta do Padre Nicolau Durand ao Padre Francisco Crespo, ambos jesuítas, afirmava que “são indivíduos que não respeitam nem dias santos nem jejuns [...] Invadem igrejas, profanam objetos de culto, desacatam os sacerdotes, matam e aprisionam índios catequizados.” E o Padre Crespo, num memorial ao rei da Espanha, escreveu: “[...] muchos deles son christianos nuevos. mostrando-se sospechosos em la fee en el dicho proceder.” (GONÇALVES, 1981, p. 55).

É importante elucidar que o fenômeno da conversão forçada (marranismo) é tipicamente ibérico, e a partir disto, é possível identificar três níveis de religiosidade e de visão de mundo, decorrentes do impacto da conversão. A eminente historiadora Anita Novinsky³ define a conversão como *homem dividido* entre dois mundos que o acolhem e rejeitam ao mesmo tempo.

Houve aqueles que acabaram por identificar-se verdadeiramente com os ideais cristãos, tornando-se católicos piedosos. É o caso de alguns santos espanhóis de origem judaica como Frei Luís de Leon, San Juan de Sá Cruz e Santa Teresa d'Avila, verdadeiros expoentes do catolicismo espanhol. Outro grupo de antigos judeus, premido pelas circunstâncias do medo e da perseguição, aceitou o batismo exteriormente, mas continuaram a observar os ritos da tradição judaica em segredo, no recesso de seus lares e no coração. A isto se chama criptojudaísmo, mais genericamente marranismo, de forma que o termo marrano passou a ser pejorativo, sinônimo de falsidade. Desta vertente, um outro grupo se formou: aqueles que se tornaram laicos até mesmo ateus, descrentes da religião e do Deus, tanto judeu como cristão, que permitiu tamanha violência contra os seguidores da fé mosaica, chegando a perpetrar por vezes desmandos movidos pelo interesse material como foi o caso dos bandeirantes e outros aventureiros. Neste caso, a ordem prática superou o sentimento de religiosidade.

As reduções estavam nos domínios Portugueses e a Espanha era interessada em conservá-las assim, pois serviam de barreira contra a penetração dos

³ Historiadora e escritora, pioneira na pesquisa sobre Inquisição e cristãos-novos no Brasil, detentora de farto material e processos inquisitoriais, tendo formado uma escola de pesquisadores na Universidade de São Paulo para aprofundamento do tema com um número expressivo de publicações.

portugueses no Peru, fonte principal da prata circulante no Brasil. Os índios das reduções, já pacificados, alcançavam preços maior nos engenhos brasileiros, privados da mão de obra africana por causa da invasão holandesa.

Garcia Rodrigues Paes

No que respeita à circulação de tropas e mercadorias, destacou-se Garcia Rodrigues Paes, bandeirante arrojado e pertinaz, considerado, por alguns como o “primeiro construtor rodoviário brasileiro.” Sua inestimável contribuição deu-se no incremento da comunicação e desbravamento do território. Ao logo do Caminho Novo, foi possível instalar um sistema de controle que evitaria o contrabando tão comum nos tempos colônias. Os pedágios do Caminho registravam o ouro saído das minas em direção ao porto do Rio de Janeiro.

Ele recebeu em 1709 uma carta de agradecimento de D. João V e em 1718, a Fazenda Real emitiu em favor dele uma promissória de 5.000 cruzados e quatro sesmarias. Mas tudo isto nunca saiu do papel.

Diferente do que ocorreu com os Correia de Sá, a respeito de toda sua dedicação em benefício da coroa portuguesa, os impedimentos de sangue frustraram as intenções de Garcia Rodrigues Paes quando ele requereu o hábito da Ordem de Cristo. Sua família estava entrelaçada com outras da progênie cristã nova como os Betim e os Vaz de Barros. Era filho do sertanista Fernão Dias Paes Leme, o Governador das Esmeraldas, cuja esposa Maria Garcia Rodrigues Beting, era de conhecida ascendência judaica. Consta que em meio a uma discussão, defronte à igreja da matriz em São Paulo, o Governador D. Francisco de Sousa, irando-se, chamou-o de *cão judeu*. Daí, os impedimentos de sangue de seu filho Garcia Rodrigues Paes para obter o hábito da Ordem de Cristo.

A família Ferreira Armonde

O ouro da América Portuguesa atraiu forasteiros de várias partes do mundo. Francisco Ferreira Armonde deixou a Ilha Terceira nos Açores e veio às minas, integrando as grandes levadas vindas do Reino de Portugal juntamente com toda condição de pessoas vindas de todos os recantos do Brasil em busca de enriquecimento rápido e, não se pode descartar a hipótese da família Ferreira Armonde ser de origem cristã nova. Estabeleceu-se na Fazenda dos Moinhos na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, não foi o único forasteiro que construiu ali sua vida.

Os primeiros moradores da Borda do Campo criaram raízes na região, concentrando terras e controlando as rotas comerciais do mercado interno. Os primeiros proprietários dedicavam-se à agricultura e pecuária, estabelecendo ranchos para o suprimento dos viajantes. Lançaram-se também ao comércio e transportes de tropas. Nessas atividades diversificadas, integraram-se à *malha mercante* do Caminho Novo, transformando-se em *Senhores do Caminho*

Forasteiros, cristãos-novos ou não, acumulavam assim grandes fortunas como se pode perceber na relação de bens de Francisco Armonde, na qual constavam escravos, cavalos, bestas muares, gado, porcos e cabra para subsistência, ouro lavado, cobre, estanho, prata, ferramentas, roupas.

O Caminho Novo

O caminho mais utilizado para o abastecimento dos núcleos mineradores foi o Caminho geral do sertão, mais tarde, Caminho Velho que ligava a região das minas a São Paulo e Rio de Janeiro. Era a rota usada inicialmente pelos sertanistas e que passou a ser regular a partir de 1696, tornando-se a principal via de comunicação entre o litoral e as minas. A viagem, cheia de insegurança, para o transporte do quinto em tropas, levava 74 dias.

Esta difícil realidade clamava por um percurso mais conveniente e menos exaustivo. Em 1698, Garcia Rodrigues Paes iniciou a abertura do Caminho Novo que em cerca de 3 anos, já escoava um fluxo importante de pessoas e mercadorias entre o Rio de Janeiro e a Borda do Campo. Concluída em 1725, a rota possibilitava a viagem em 25 dias. Foi o resultado da iniciativa dos colonizadores paulistas e portugueses em parceria com as autoridades, garantindo o escoamento do ouro e o abastecimento das minas.

Alguns historiadores afirmam que o caminho já existia há milhares de anos, utilizado por indígenas que, após um período de resistência, entregaram-no aos colonizadores. No início, a atividade mineradora em torno dos rios foi marcada por graves crises de fome. Isto estimulou o cultivo de roças nas terras exploradas (datas) e ao longo dos caminhos.

O ir e vir das tropas nesse caminho tornou possível a entrada de mercadorias e a saída de ouro e diamantes, contribuindo inegavelmente para a formação e fixação de uma variedade mais urbanizada e estável, já que requeria a criação de pontos de abastecimento que pontilhavam o trajeto e facilitavam o empreendimento de longas viagens. Fazendas contavam com ranchos e pousadas que ensejavam aos viajantes descansar. Isso gerava uma troca lucrativa para ambas as partes, a venda de alimentos aos viajantes, que

pernoitavam e pagavam ainda pelo uso do pasto a seus animais. Auguste de Saint-Hilaire registrou essa atividade ainda no século XIX.

Esta ocupação ocorreu concomitante ao comércio que propiciava acumular ouro e diamantes em troca da prestação de serviços, além de outras atividades, como a indústria têxtil doméstica, siderurgia, artesanato em couro, madeira e cerâmica. Pecuária e agricultura também cresciam aumentando a produção de milho e mandioca. Aumentava ainda a produção dos engenhos com açúcar, aguardente e rapadura.

Nas primeiras décadas do século XVIII, o comércio consolidou sua importância na urbanização, já que os primeiros povoados começam a surgir a partir da atividade mineradora, adquirindo um caráter mais estável em torno das primeiras moradias e da construção de capelas, que muitas vezes nomeavam os arraiais ao longo dos caminhos e suas bifurcações. Elevados à condição de vilas, nos povoados criaram-se as primeiras instituições públicas: câmara, cadeia, pelourinho.

Era frequente que os cristãos-novos erigissem capelas como marco inicial de um núcleo de povoação. Chegavam mesmo a construir belas igrejas. Assim procedeu Garcia Rodrigues Paes em suas terras. O santuário de Nossa Senhora do Desterro, no Goitacazes, Nossa Senhora do Rosário, por Salvador Correia de Sá, ambas no Rio de Janeiro, são exemplos dessa prática frequente. Esta foi também a gênese das futuras cidades de Sabará e Ouro Preto, por onde passaram Borba Gato, os Pedroso de Barros, os Silva Bueno. Eles instituíram capelas conforme lhes permitiam as posses. Testemunharam, assim, sua adesão ao cristianismo.

Os cristãos-novos que emigraram para as minas procuravam manter suas ligações, congregando-se em determinadas irmandades como a de São Miguel e das Almas, da Borda do Campo. Eram todos donos do comércio, rancheiros às margens das estradas, compradores de ouro de contrabando, comboieiros de negros e ambulantes, sendo em suas mãos quase todo comércio de movimento. Acumulavam assim grandes fortunas, tornando-se suas famílias as mais poderosas da região.

A condução do ouro e outros materiais para o Rio de Janeiro, era feita por tropas de mulas, sendo importantíssima a existência do Caminho Novo que facilitava essas transações. A incorporação do Caminho Novo trouxe desenvolvimento às terras da Borda do Campo e Garcia Rodrigues Paes foi o primeiro a tomar posse oficialmente das terras da região. Em 1703, seu primo Domingos Rodrigues Fonseca Leme edificou a casa-sede da fazenda e concluiu a capela de Nossa Senhora da Piedade. Em 1713, recebeu doação da sesmaria de uma légua na Borda do Campo, aproveitando o momento

de mudanças administrativas para expandir seus domínios. Essa estratégia transferiu os primeiros proprietários em *Senhores do Caminho* e esse mecanismo facilitava e propiciava o controle de terras e das rotas comerciais no mercado interno. Favorecia ainda o prestígio, o poder e o acesso a cargos oficiais de milícias e da administração colonial.

Em 1724, com a vinda de Domingues Leme para São Paulo, a fazenda foi adquirida por Manoel Dias de Sá, tendo sido anexada às sesmarias de seu pai Manoel de Sá e Figueiredo, na Serra da Mantiqueira. A família Sá esteve presente nos primórdios da região. Luis Fostes de Bustamonte e Sá foi juiz de fora no Rio de Janeiro. Após a invasão francesa de 1709, foi para as minas e estabeleceu-se às margens do Caminho Novo. Manoel Dias de Sá foi o terceiro dono da Borda do Campo. Sua viúva, mãe de sete filhos, casa-se com o compadre Manoel Lopes de Oliveira que juntamente com o tio José Lopes de Oliveira, estavam entre os maiores proprietários de terra da região da Borda do Campo, em meados do século XVIII, obtendo sesmarias.

Manoel expandiu suas terras, seguindo a mesma estratégia familiar, pelos sertões da Serra da Mantiqueira até as cabeceiras do Rio Pinho. Em 1768, vendeu sua fazenda ao Coronel Francisco Gomes Martins, qual por sua vez, vendeu-a a seu irmão José Aires Gomes, futuro intendente e o maior proprietário de terras da região e o segundo da Capitania de Minas Gerais. Ele deixou São Felix de Gondifelos, termo de Barcelos, arcebispado de Braga, chegando às Minas no início do século XVIII. Após seu casamento com Clara Maria de Melo em 1725, no Rio de Janeiro, estabeleceu-se às margens do Caminho Novo no Engenho do Mato, a fazenda contava com uma capela de São Miguel e Almas, rancho de viajantes e era passagem de tropas.

Em 1785, ele casa-se com D. Inácia Oliveira que, mesmo após a prisão do marido e do sequestro de bens por ser inconfidente, continuou grande proprietária, comprando em leilões, terras sequestradas e por demais desvalorizadas pela devassa, solicitando em seguida demarcação em nome dos filhos em terras adjacentes à Fazenda da Borda do Campo.

O casamento de D. Maria Inácia é um exemplo de relações familiares, capazes de garantir os privilégios da riqueza e do prestígio. Esta estratégia de acumular terras foi adotada por integrantes da família Sá. Agraciados com sesmarias na região do Caminho Novo, foram constituindo um grande patrimônio que acabava por permanecer quase sempre entre membros da mesma família, ampliado, no mais das vezes, por laços de matrimônio.

Importante assinalar que, neste contexto, o papel das tropas era bastante relevante na dinâmica econômica e social das vilas, sendo responsável pelo transporte de mercadorias e informações. Funcionavam na verdade

como um serviço postal que interligava regiões, favorecendo o povoamento, visto que colaborava com o suprimento das necessidades inerentes ao processo de colonização e ocupação do território.

Concluindo, estes dados demonstram como os cristãos-novos estiveram presentes e foram ativos no desbravamento e no povoamento dos territórios das Américas Espanhola e Portuguesa, contribuindo para a exploração e aproveitamento desses domínios recém descobertos. A despeito da vigilância, das perseguições e ocorrência das visitas, estes homens pragmáticos dominaram o comércio, através de uma poderosa rede de comunicação ativa que garantiu não só seu êxito, mas muitas vezes sua sobrevivência. Esta ação foi de extrema importância para desbravar terras do Novo Mundo, em grande parte inacessíveis, onde abundavam riquezas decantadas há séculos pelo imaginário medieval e renascentista.

Os cristãos-novos, no limiar da modernidade, foram agentes importantes no movimento de expansão que ligava a América do Sul a outras partes do mundo conhecido. Detinham contatos de grande relevância através de sua atuação prioritária no comércio mundial. Tomaram parte ativa no alargamento das fronteiras que foram se definindo com o passar do tempo.

E que outro modo havia para dinamizar sua ação civilizadora senão através das tropas? Nada seria possível sem esse elemento indispensável para vencer distâncias e obstáculos, mantendo a comunicação e incrementando o comércio do sul ao setentrão?

As atividades tropeiras foram o moto principal nesse processo de colonização, de ocupação do solo, transportando cargas essenciais para vilas que surgiam nesse contexto, estabelecendo a comunicação entre regiões por caminhos inóspitos que só o muar foi capaz de transpor.

Referências

- ALMEIDA, Aloísio. *O tropeirismo e a Feira de Sorocaba*. São Paulo: Luzes, 1962.
- ALMEIDA, Aloísio. *Vida e morte do Tropeiro*. São Paulo: Martins; FUA, 1971.
- HEHL, Arthur Neiva. *Imigração Semita no Brasil*. (mimeo).
- KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. (Tradução: Anita Novinsky). São Paulo: Pioneira, 1997.
- NOVINSKY, Anita W. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- NOVINSKY, Anita W. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense. 1980.
- OLIVEIRA, Sérgio. *A Face Oculta do Sacramento*. Porto Alegre: Revisão. 1993.
- POLIAKOV, Leon. *De Maomé aos Marranos*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- RAIZMAN, Isaac. *História dos Israelitas no Brasil*. São Paulo: Buch Presse.1937.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do Solo Brasileiro*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1976.

SALVADOR, José Gonçalves. *Povoamento e Conquista das Capitâneas do Sul*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1978.

RAPHANELLI, Noely Zuleica Oliveira. *Judeus de Sorocaba: um resgate histórico*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1998. (Orientação: Anita Novinsky).

RESENDE, Edna Maria. Os Senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. *Mal Estar e sociedade*. Barbacena, a. II, n. 2, 2009.

WISNITZER, Arnold. *Os Judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Pioneira; Edusp.1960.



Cristãos-novos e o tropeirismo no sul do Brasil: um estudo de caso

Diego de Leão Pufal¹

Genealogista e Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC

A história dos cristãos-novos inicia-se com a conversão forçada ao catolicismo dos judeus originários da Espanha e Portugal, ditos *sefarditas*, na década de 1490. Especificamente em Portugal, o rei D. Manuel muito embora esta imposição, proibiu a investigação familiar, permitindo que os *conversos* continuassem, em segredo, a prática do judaísmo. O filho e sucessor de D. Manuel, D. João III, juntamente com o Papa, instituiu o Santo Ofício da Inquisição, em 1536, que perdurou por 285 anos, cujo funcionamento era altamente secreto, como afirma Anita Novinsky (2015, p. 45). Segundo a mesma historiadora, “a Inquisição introduziu na civilização portuguesa uma ‘cultura do segredo’ que predisponha o povo à dissimulação.”

Foi uma instituição vinculada ao Estado e buscava satisfazer as ambições financeiras e centralizar o poder político. Seu funcionamento consistia em investigar e punir todos aqueles que agiam ou discursavam contra à fé, com poder de confisco e prisão. As denúncias “formavam a base da continuidade de funcionamento do Tribunal” e todas elas eram válidas, independentemente de quem as fizessem (NOVINSKI, 2015, p. 48-49). O processo tramitava em segredo, o acusado não era cientificado das razões da prisão, nem de quem o denunciou e, por outro lado, tinha que delatar os seus pares.

¹ Sócio-correspondente do IHGRGS, do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de SC. E-mail: diegopufal@gmail.com; blog: <http://puf.blogspot.com.br/>

Nesse cenário, como não poderia ser diferente, os cristãos-novos se dispersaram para vários países, inclusive o Brasil, e adotaram nomes e sobrenomes tipicamente lusitanos, em sua grande maioria. No entanto, como adverte Marcelo Bogaciovas, em sua tese de mestrado, há que desfazer uma série de mitos, inclusive na formação de apelidos (sobrenomes) utilizados pelos cristãos-novos, afora outros (2015, p. 47-48):

Um dos mais frequentes erros que muitos historiadores e genealogistas cometem é generalizar que os apelidos de origem animal ou vegetal têm por antepassado um cristão-novo. Assim, Carvalho, Lobo, Figueira, não necessariamente são apelidos de cristãos-novos. [...] Outro erro corrente é o de afirmar que o casamento entre primos é indício de a família ser cristã-nova. Era também comum entre cristãos-velhos, e a endogamia não se dava apenas por motivos econômicos. Afinal, era mais simples entabular casamento entre pessoas conhecidas, do mesmo grupo familiar. [...] Os conversos, ou, como popularmente passaram a ser denominados, cristãos-novos, tiveram que adotar nomes e sobrenomes tipicamente católicos e portugueses. Os nomes deveriam ser dos santos católicos. O apelido seria de cristão-velho e sua escolha deveria recair sobre algo que caracterizasse o convertido, ou pela sua origem geográfica, profissão, nome da propriedade [...].

É conhecida a presença judaica no Brasil desde o século XVI e apesar dos esforços de Portugal, muitos deles seguiram com as práticas judaicas às escondidas, com os seus negócios e se integraram à população e à sociedade local. Em São Paulo não foi diferente, sendo sabido que, pelo século XVI, havia um grande número de cristãos-novos na vila de São Paulo, embora a população não fosse tão significativa. A este respeito Bogaciovas (2015, p. 87) afirma que da união entre o branco português, de cristãos-novos e o índio nasceu o paulista, *o elemento mais formidável das bandeiras que andaram pelo Brasil*. A historiadora Anita Novinski (2015, p. 152-153) assevera que

São Paulo foi uma região marcada por uma população heterodoxa, grande parte de origem judaica e descrente. O sucesso econômico permitiu sua ascensão social, e seus descendentes constituem hoje as famílias mais tradicionais da sociedade paulista. Muitos ficaram conhecidos como bandeirantes. [...] Novas pesquisas vieram alterar diversas ideias que tínhamos sobre os bandeirantes. E uma das informações que mais contribuiu para essa mudança foi o conhecimento de que um grande número de bandeirantes, entre eles Raposo Tavares, eram de origem judaica [...]. O fato de serem cristãos-novos transforma radicalmente o quadro da Guerra das Missões Jesuíticas. O ódio que os bandeirantes nutriam pelos jesuítas tinha profundas razões ideológicas.

Estudando profundamente o tema, Bogaciovas, após examinar vários processos produzidos pelo Tribunal do Santo Ofício, habilitações de gênero² e outras fontes, elenca algumas famílias cristãs-novas paulistas, muitas delas ligadas aos bandeirantes: de Tristão Mendes, de Sebastião de Freitas, Pedroso de Barros e Vaz de Barros, Barreto (três irmãos, filhos de Francisco Barreto e Brites Pinto), Cardoso de Negreiros, Raposo Tavares e Rocha do Canto. O mesmo autor refere, ainda, outras famílias paulistas com fama de cristãs-novas: os Mota, os Fernandes Povoadores, Taques, Proenças, de José de Camargo, de Maria Betim, de Bernardo de Quadros, de Isabel João (casada com Gabriel Rodrigues), Lopes (de Inácio Lopes Munhoz), de Gonçalo Simões Chassim, de Inácio de Almeida Lara, etc.

Presentemente, Portugal, como forma de reparação histórica, passou a conceder a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos descendentes de judeus sefarditas (leis de 2013 e 2015), exigindo um estudo genealógico para identificar algum antepassado judeu, a ser certificado pelas Comunidades Israelitas de Portugal e depois levado à Conservatória para concessão ou não do pleito. Em razão disso, ainda que a investigação seja difícil pela própria condição histórica a que submetidos os cristãos-novos, a Comunidade Israelita de Lisboa (CIL) certificou serem judeus outros conhecidos personagens paulistas ou lá radicados nos primórdios, como Antônio Rodrigues de Alvarenga,³ Bartolomeu Bueno da Ribeira e Antônio Bicudo (Carneiro), açoriano, sem prejuízo de outros.

Se não todos, quase todos estes indivíduos citados são referidos nas clássicas obras de Pedro Taques de Almeida Paes Lemes, *Nobiliarquia Paulistana*, e de Luiz Gonzaga da Silva Leme, *Genealogia Paulistana*, relativamente à gênese das famílias paulistanas, antepassadas dos primeiros bandeirantes e também de grande parte dos tropeiros que circulou ou permaneceu no sul do Brasil.

Por conta dos entrelaçamentos genealógicos deste pessoal de São Paulo, aqueles que descendem dos primeiros paulistas têm, entre os seus ancestrais, algum cristão-novo. É que, como referiu José Gonçalves Salvador (1976, p. 4):

[...] nobres e plebeus, clérigos e gente de todas as classes e profissões participaram do caldeamento peninsular [referindo-se a Portugal]. Ainda em pleno século XVII, quando vigoravam leis impedindo os casamentos mistos, eles se realizavam. Por esse tempo, dizia com acerto o padre jesuíta, Diogo de Arede,

² Trata-se de um processo, chamado de habilitação de *Genere et Moribus*, de natureza eclesiástica, que era feito para comprovar a pureza de sangue para que o candidato fosse aceito em certos cargos e ofícios. Assim, p. ex., aqueles que queriam ser padres deviam provar que não eram descendentes de judeus, mouros e negros, além de preencher outros requisitos.

³ Desconhece-se, porém, a prova documental apresentada para tal certificação.

que os cristãos-novos estavam de tal modo incorporados às famílias cristãs-velhas que nenhuma havia de consideração isenta de sangue hebreu.

Esse arranjo familiar que encontramos em Portugal, acompanhou o cristão-novo para o Brasil e, ainda que, com algumas nuances, se repetiu no caso em São Paulo. Isto é, criou-se uma verdadeira teia genealógica entre estes cristãos-novos, portugueses e índios, com muitos casamentos consanguíneos, até pelo número da população da época, que se repicou ao longo dos séculos. Muitos dos tropeiros que transitaram pela região sulista brasileira, naturalmente por descenderem daqueles primeiros, também se encontram na mesma situação. Para tanto a única forma de identificar tal condição é por meio da genealogia e da história de cada um dos antepassados, inclusive para que se possa identificar se o indivíduo foi de fato tropeiro; se em decorrência do tropeirismo chegou ao sul – àqueles migrados notadamente nos séculos XVIII e XIX para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina – ou por motivo outro.

Digo isso, pois tenho entre meus ancestrais diversos com origem remota em São Paulo, fixados no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, durante os séculos XVII a XIX, circularam por toda a região. Alguns eram tropeiros como encontrei em documentos – a documentação raras vezes refere a profissão e a atividade que este pessoal desenvolvia, salvo algumas declarações existentes em processos judiciais e eclesiásticos que permite identificar que determinada pessoa ou grupo era tropeiro, o que muitas vezes se dá mais por dedução lógica em razão da época, local e contexto em que inserido determinado indivíduo, enquanto outros seguiram o fluxo das bandeiras e do tropeirismo, como consequência destes importantes movimentos que também levaram à expansão do território brasileiro. Por meio destes ancestrais, consegui relacionar aqueles cristãos-novos com o tropeirismo, encontrando diversas linhas que descendem por muitas vezes dos velhos judeus, mais especificamente de Sebastião de Freitas, Antônio Bicudo e Manuel Fernandes Ramos (dos Fernandes Povoadores). Embora não tenha como trazer neste artigo toda a minha ligação genealógica com estes cristãos-novos e relacioná-la com o tropeirismo, o faço com relação às inúmeras vezes – sete – que descendo do capitão Sebastião de Freitas.

Para se entender a descrição da genealogia, esclareço que todos os descendentes de Sebastião de Freitas são precedidos de dois números. O primeiro número refere-se à geração e o segundo, a uma ordem cronológica dentro da geração e relativamente àquele (Sebastião). P. ex., o número “2-1” refere-se à segunda geração de Sebastião, tratando-se, portanto, de seu primeiro filho. O número “3-2” diz com a terceira geração de Sebastião, de seu segundo

neto. Para se saber quem foram os pais do “3-2”, deve-se voltar no texto à 2ª geração, ou seja, ao indivíduo precedido do n. 2 imediatamente anterior ao “3-2”. As abreviaturas utilizadas seguem-se ao final do texto.

1. Capitão **SEBASTIÃO DE FREITAS** nasceu por volta de 1568 em Lagoa, no distrito de Faro, na região do Algarve, Portugal e faleceu em 1644 em São Paulo/SP. A seu respeito, escreveu Silva Leme (SILVA LEME, 1903, v. VII, p. 168-169):

2. Sebastião de Freitas, natural de Alagoa da cidade de Silves no Algarve, f.º de Manoel Pires, pessoa nobre, que foi provedor da santa casa de misericórdia da dita cidade, passou ao Brasil em praça de soldado da companhia do capitão Gabriel Soares, que veio a Bahia em 1591 com o governador geral d. Francisco de Souza para o acompanhar ao sertão a descobrimento das minas de prata que tinha ido oferecer a el-rei d. Felipe um Roberio Dias, natural da Bahia, assegurando que havia mais prata no Brasil do que Bilbao dava ferro em Biscaia, e pedindo por prêmio à mercê de marquês das Minas, que se lhe não conferiu, e foi somente despachado como administrador geral das ditas Minas, sendo o título de marquês conferido a d. Francisco de Souza. Da Bahia passou a S. Paulo Sebastião de Freitas, onde prestou muitos serviços, porque em 1594 acompanhou ao capitão Jorge Corrêa ao sertão a mover guerra contra o bárbaro gentio, que havia vindo pôr um cerco à vila de S. Paulo. Em 1595 acompanhou ao capitão Jeronimo Pereira de Souza ao mesmo sertão, levando seus escravos a dar guerra ao inimigo gentio, em bem e utilidade da capitania. Por este e outros serviços foi armado cavaleiro em 1600 em S. Paulo por d. Francisco de Souza, com faculdade régia. Em S. Paulo foi pessoa de respeito autoridade e estimação tendo sempre as rédeas do governo, e em 1606 recebeu de Jeronimo Corrêa Souto Mayor capitão-mor governador da capitania, loco-tenente do donatário Lopo de Souza, a patente de capitão da gente de Piratininga do campo de S. Paulo, para com ela acudir em todas as ocasiões de rebate de inimigo na costa.

Marcelo Bogaciovas (2015, p. 384) ao referir sobre a visitação do Santo Ofício a São Paulo, com base no relatório do ano de 1628, transcreve a denúncia que recaiu sobre Sebastião de Freitas, em que o próprio declarou ser *xn*,⁴ mantida a grafia da época:

Denunciou se hum Sebastião de Freitas natural do Algarve. Estando com outros moradores da mesma villa de Sam Paulo, na casa em que Estavão

⁴ Como eram denominados os cristãos-novos nos documentos de época.

se pos hum deles a Ler per hum Livro de outavas da vida de S. Joseph autor Joseph de [Valdevivesso], no canto da Anunciação da Virgem nossa Senhora, E como concebera sem obra de varão ficando virgem, disse o Sebastião de Freitas que não podia conceber sem homem lhe fazer tal cousa por palavras mui deshonestas, E çuais. Veo se acusar delas E negou ser xº nº, E parecendo lhe que podia Eu saber que era xº nº foi ter com o Reytor da Casa que nesta villa tem os padres da Companhia para que me falasse, E lhe tomasse declaração como era xº nº, E assi o veo declarar. O mesmo autor complementa (2015 p. 109-111, grifo meu): Sebastião de Freitas é o tronco de uma das famílias levantadas por Silva Leme na sua 'Genealogia Paulistana'. Foi bisavô do Comissário do Santo Officio o Padre Gaspar Gonçalves de Araújo, habilitado em 1713. Sebastião de Freitas serviu de testemunha na inquirição de limpeza de sangue que se fez em 6 de agosto de 1640 na vila de São Paulo, trasladada no processo de *genere et moribus* do Padre Domingos da Cunha, onde foi qualificado como capitão e homem da governança de São Paulo, onde era morador, com 72 anos de idade, pouco mais ou menos [...].

O processo de habilitação de *genere et moribus* mais antigo existente no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo é o de seu neto Sebastião de Freitas, no ano de 1644. Ali constou como *Capitão Sebastião de Freitas, Irmão Provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, capitão da vila de São Paulo e depois capitão de ginetes da mesma vila*. Se nenhum rumor ou fama foi levantada contra o Capitão Sebastião de Freitas no processo de *genere et moribus* de seu neto, o mesmo não aconteceu quando um outro neto seu, Dr. Sebastião Fernandes Corrêa, fez a Leitura do Paço.

O Dr. Sebastião Fernandes Corrêa nasceu cerca de 1659 na vila de Santos e formou-se em bacharel pela Universidade de Coimbra. Fora advogado por dois anos na Relação do Estado do Brasil, conforme constou na provisão real, sendo rei D. Pedro II de Portugal, do cargo de ouvidor geral da cidade do Rio de Janeiro e repartição. Fez-se o registro dessa provisão em 13 de outubro de 1694 na cidade de Salvador.

Sebastião Fernandes Corrêa fez Leitura do Paço, por provisão de Sua Magestade, em 8 de fevereiro de 1687. Em 1689 havia três anos era morador na cidade de Lisboa. Ao se fazer inquirições na vila de São Paulo, terra de sua parte materna, averiguou-se que havia rumor de ter sangue de cristão-novo. A defesa do habilitando foi a de que os inimigos de sua família o infamavam, e que era errada esta fama, a qual se poderia desfazer...

porquanto seu avô Sebastião de Freitas era natural da cidade de Silves, e pode Vossa Magestade mandar fazer esta diligência quando não bastem as razões que deram em seus juramentos os ditos Reitor do Colégio, e Vigário da Matriz da dita vila.

Voltando a Sebastião de Freitas, este veio para o Brasil em 1591, como soldado da companhia do Capitão Gabriel Soares, acompanhando o Governador Geral D. Francisco de Sousa. Esteve em 1594 com Jorge Corrêa na

campanha contra os bárbaros gentios que puseram em cerco a vila de São Paulo. Uma vez mais, em 1595, fez guerra ao gentio, acompanhando, com seus escravos, o Capitão Jerônimo Pereira de Sousa. Em 1599 distinguiu-se combatendo piratas estrangeiros que atacaram a vila de Santos. Por estes serviços foi ramado cavaleiro em 1660 por D. Francisco de Sousa. Recebeu patente de capitão da gente de Piratininga do campo de São Paulo, em 12 de outubro de 1607, das mãos de Jerônimo Corrêa Souto Maior.

Como visto, Sebastião de Freitas foi bandeirante e denunciado, em 1628, ao visitador do Santo Ofício como blasfemo, após contestar, por palavras muito *desonestas*, que Nossa Senhora não poderia gerar a um filho sem a intervenção de um homem e ainda continuar virgem. Intimado a comparecer à mesa, negou ser judeu, mas “temeroso do que lhe viesse a suceder, correu ao colégio da Companhia de Jesus e solicitou ao reitor que o fosse desdizer em seu nome, porque, na verdade, ele o era,” como escreveu José Gonçalves Salvador (1976, p. 4). Não obstante, décadas depois um de seus descendentes tentou *apagar* esta *fama*, com receio de sofrer consequências, muito embora a família Freitas já estivesse a gerações seguindo uma vida *normal* no Brasil, e bem inserida social e politicamente. Desconhece-se tenha o Santo Ofício processado de fato Sebastião de Freitas, embora tenha atuado em algumas Capitânicas do Brasil, a demonstrar certa flexibilidade ou conveniência.

SEBASTIÃO DE FREITAS casou-se em meados de 1594 em São Paulo/SP com **MARIA PEDROSO**, ali nascida por volta de 1577 e f. 17.7.1666, filha de Antônio Rodrigues de Alvarenga, português do Lamego, vindo para a vila de São Vicente em 1531 a serviço do Rei, patriarca da família Alvarenga,⁵ e de Ana Ribeiro. O casal de Sebastião e Maria teve oito filhos, dentre os quais descendo de quatro⁶ deles Maria Pedroso, Ana Ribeiro de Alvarenga, João de Freitas e Isabel de Freitas, como segue.

⁵ SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*, v. V, p. 214.

⁶ Houve um homônimo, o cel. Sebastião de Freitas, n. pv. 1627, São Paulo/SP e f. 1690, Taubaté/SP, c/c Maria Fragoso, do qual descendo 4 vezes. Alguns pesquisadores o dão como filho de Antônio Pedroso de Freitas e Clara Parente e neto paterno do cap. Sebastião de Freitas e Maria Pedroso. Porém, tal hipótese está equivocada pela questão temporal. Ainda que Antônio e Clara tenham tido um filho de nome Sebastião, este nasceu em 1645, quando o cel. Sebastião de Freitas e Maria Fragoso já estavam tendo filhos. O genealogista Luiz Gustavo de Sillos, de São Paulo, no artigo *Maria Pedroso, a filha esquecida de Sebastião de Freitas*, publicado na revista da ASBRAP n.º 26/2019, traz à luz uma forte hipótese, no sentido de que o cel. Sebastião era filho de Fulano Ferreira de Melo e Maria Pedroso e, assim, neto materno do cap. Sebastião de Freitas e de Maria Pedroso. Hipótese esta que, por ser muito crível, adotei para a minha genealogia.

2.1 **MARIA PEDROSO**⁷ n. pv. 1600 em São Paulo, onde pv. de 1620/1622 c/c (I)... **Ferreira de Melo**,⁸ f. antes de 23.10.1638, quando do segundo casamento de Maria com **João de Barros Freire**, n. Setúbal, Portugal, f.º Luís de Barros de Alcaçova e Maria da Silva de Pedrosa. Do 1º casamento Maria Pedroso houve o filho:

3.1 Coronel **Sebastião de Freitas** (levou o nome do avô materno), n. pv. 1627 em São Paulo/SP e f. 1690, Taubaté/SP. C/c **Maria Fragoso**, n. 1627, São Paulo e f. 3.1687, Taubaté/SP, deixando 9 filhos, uma casa no local de 2 lances com corredor, com quinta de taipa coberta de telha, um sítio em que morava com 200 braças, com uma casa de três lances e alguns índios administrados. Faleceu com testamento feito em 27.2.1684 e aberto em 17.3.1687. Não sabia ler, nem escrever o nome. Maria era filha do lisboeta Baltasar Lopes Fragoso e Mariana Cardoso. Sebastião e Maria foram pais de 9 filhos, dentre eles:

4.1 Coronel **Sebastião de Freitas Cardoso** n. pv. 1648 em São Sebastião/SP e f. depois de 1726. Foi juiz de ordinário e de órfãos. Cerca de 1669 c/c **Isabel de Faria Albernaz**, n. pv. 1650 e f. 1696, Taubaté/SP, f.ª do capitão Salvador de Faria Albernaz, bandeirante e fundador de Itabira/MG, e Francisca Duarte Ribeiro. Pais de:

5.1 **Sebastião Ferreira Albernaz** b. 17.7.1670, Taubaté, onde f. 18.7.1726, com testamento, no qual, *duente em cama de Doença* e temendo a morte, encomendou a *alma a Santissima Trindade* e pediu que seu corpo fosse sepultado no alpendre da igreja e convento de Santa Clara. Foi mestre de campo regente das vilas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá em 1720; capitão-mor por patente de 1717; provedor dos reais quintos do ouro de Minas Gerais. A 10.5.1700, Taubaté c/c sua prima, abaixo citada, **Isabel Ferreira de Castilhos**, b. 22.3.1682, Taubaté/SP, onde f. 16.4.1751, f.ª de José de Castilho Moreira e Isabel Fragoso. O casal teve 12 filhos, dentre eles os religiosos Francisco de Loyolla, João Albernaz e:

6.1 **Úrsula dos Santos** n. pv. 1718 em Taubaté e f. 7.9.1798, Castro/PR, com todos os sacramentos, viúva, com 80 anos mais ou menos, sem testamento por ser pobre e foi sepultada ao pé do arco, no interior da igreja Matriz de Castro. Em Taubaté c/c o capitão **Geraldo Pinheiro da Veiga**, ali b. 26.11.1692 e f. 28.4.1765, São Paulo/SP,

⁷ Dada por SILVA LEME como se fosse a mesma sua irmã Maria de Freitas, o que elucidado por SILLOS no artigo referido na nota anterior. Na realidade existiram duas irmãs de nome Maria, uma *Maria de Freitas* e outra *Maria Pedrosa*.

⁸ Alguns netos, filhos do coronel Sebastião de Freitas, seguiram com o sobrenome Ferreira de Mello.

f.º do capitão-mor Antônio Corrêa da Veiga, sertanista, e Marta Nascimento Portes ou Marta Moreira. Pais de:

7.1 **Antônio Ferreira de Miranda** b. 27.9.1738, Taubaté/SP e f. 4.7.1813 em Piraí do Sul (Castro/PR), sepultado no interior da Matriz de Castro. Morava com a família nos Campos Gerais de Curitiba, onde era proprietário de um sítio, local em que residia, distante 4 léguas de Iapó. Criava alguns animais, tinha 4 escravos e plantava milho e feijão (1772); em 1776 plantava fumo, milho e feijão e vivia de suas lavouras. Já nas décadas de 1780-1800 o encontrei como almotacel e juiz presidente da Câmara de Castro. Disse que aos 12 anos saiu de sua freguesia para viajar. Em 9.2.1764 Antônio já era morador em Curitiba/PR, quando em Mogi das Cruzes/SP c/c (I) **Maria do Rosário**, b. 5.7.1742, Mogi das Cruzes e f. 24.9.1797 em Piraí do Sul/PR, com 45 anos, sepultada na capela-mor da Matriz de Castro, f.ª Gaspar de Oliveira, açoriano, e Margarida Corrêa Carassa ou Margarida de Jesus Corrêa. Antônio c/c (II) d. **Antônio Maria de Melo**, b. 7.1.1782, Castro e f. 7.7.1854 na estância da Fortaleza, em Castro, f.ª do capitão-mor Manuel de Melo Rego e Isabel de Melo/de Arruda César. Houve 10 filhos do 1º casamento e 7 do segundo, dentre aqueles:

8.1 alferes **Reginaldo Ferreira de Miranda** ou **Reginaldo Pinto de Oliveira** ou **Reginaldo Pereira Pinto** n. 1765 em Santana de Iapó, Castro/PR e f. 22.3.1827, com inventário autuado em Porto Alegre/RS, deixando 7 filhos, 4 escravos, 19 reses de criar e um pedaço de campo. Não descobri o que trouxe Reginaldo ao Rio Grande do Sul, mas suponho que tenha vindo na condição de militar. A 18.9.1789 em Triunfo/RS c/c **Eufrásia Maria da Conceição**, ali b. 11.3.1772 e onde f. 9.6.1815, f.ª Francisco de Oliveira Raposo e Angélica Maria Pereira de Souza. Pais de:

9.1 **Francisco de Oliveira Pinto** ou **Pinto de Oliveira/Guedes** n. 23.6.1790, Triunfo e já f. 1822 em Herval, General Câmara/RS. C/c pv. 1810 c/c **Dorotéia Joaquina dos Santos**, b. 4.1.1789 em Triunfo, f.ª do alferes Joaquim José dos Santos Lima e Inácia Barbosa de Menezes (neta de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, já certificado pela CIL, pois descendente da família Callaça, cristã-nova). Pais de:

10.1 **Inácia Barbosa de Oliveira** n. 2.9.1821, Triunfo/RS e f. 1887, Santa Maria/RS, deixando 3 filhos, uma casa de moradia com galpões, mangueiras, cozinha, cercados e arvoredos;

um pedaço de campo ao lado deste estabelecimento; 86 reses mansas, 12 éguas, 2 potros, 2 cavalos mansos e 450\$500 em espécie. Não sabia assinar o nome e pv. 1837 c/c **João Alves de Oliveira**, b. 30.4.1820, Santa Maria, onde f. 17.3.1876, f.º de Mariano Alves de Oliveira e Maria Joaquina do Nascimento. Pais de 7 filhos, sendo que apenas 3 eram vivos em 1887, dos quais descendo de 2 deles:

11.1 **Benedito Alves de Oliveira**, n. 13.12.1837, Santa Maria e f. 2.3.1917, Boca do Monte, Santa Maria, onde foi criador no Rincão dos Brasil. A 2.10.1858 em Santa Maria c/c sua parenta **Maria Francisca dos Reis**, n. 1839, Cachoeira do Sul e f. 1911, Santa Maria, abaixo mencionada. Pais de:

12.1 **Maria José Alves de Oliveira** (Sinhá) n. 13.8.1865, Santa Maria, onde f. 15.10.1933. Ali a 13.5.1888 c/c **José da Silva Brasil**, ali n. 8.11.1856 e onde f. 20.10.1933, f.º de João Thomaz da Silva Brasil⁹ e Francisca Gomes de Oliveira. José foi professor público, escrivão judicial e registrador do cartório de registro civil de Santa Maria. Pais de:

13.1 **Mário da Silva Brasil**, engenheiro e poeta, n. 2.3.1889, Boca do Monte, Santa Maria e f. 2.11.1962, Porto Alegre. Casou a 4.9.1915, São Gabriel/RS com sua prima, **Celina Laureano da Silva**, abaixo citada. Pais de Flávio, Glauco, Ione, Helena, Paulo, Carmen e:

14.1 **Maria Laureano Brasil**, professora e poetisa, n. 25.6.1928, Porto Alegre, onde f. 14.10.2019 e ali a 4.9.1947 c/c seu primo distante **Nerly Antônio de Leão**, ali n. 10.12.1921 e f. 19.10.1978, f.º Floriano Antônio de Leão e Jenny Coelho Netto. Pais de Newton Brasil de Leão e:

15.1 **Dóris Brasil de Leão**, defensora pública, n. 23.3.1950, Porto Alegre, onde a 14.10.1972 c/c **Helmut Luis Schmidt Pufal**, n. 10.08.1948, Porto Alegre, f.º Pedro Corrêa Pufal e Odette Luiza Schmidt. Pais de Tiago, Bárbara, Sabrina e:

⁹ Sobre a família Brasil: PUFAL, Diego de Leão. As origens da família Brasil: de Viamão a Santa Maria da Boca do Monte. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Raízes de Viamão*. Porto Alegre: EST, 2008.

16.1 **Diego de Leão Pufal** n. 10.6.1979, Porto Alegre, autor deste trabalho.

11.2 **Francisca Alves de Oliveira** n. 16.10.1849, Santa Maria/RS e f. 8.10.1936, Porteirinha, Dilermando de Aguiar/RS. A 25.1.1864, Santa Maria, c/c seu primo **João Lauriano da Silva**, n. 9.2.1839, São Gabriel/RS, onde f. 11.10.1871, local em que foi criador de gado, f.º de José Lauriano da Silva e Maria Francisca Alves. Pais de:

12.1 **João Laureano da Silva**, criador, n. 10.5.1871, Cacequi e f. 23.3.1936, Pau Fincado, São Gabriel. A 5.7.1896 em Dilermando de Aguiar c/c sua prima **Placidina Martins da Silveira**, abaixo citada. Pais de: Belarmina, Isabel, Cassiano, Galdino, Maria Rosa, Ineína (Neia), Plácido, Ary, Francisco, Otília e:

13.1 **Celina Laureano da Silva** n. 5.9.1898, Dilermando de Aguiar e f. 18.10.1984, Porto Alegre. A 4.9.1915, São Gabriel, c/c o seu primo (acima citado), o Dr. **Mário da Silva Brasil**.

4.2 **Isabel Fragoso** n. pv. 1650/1655, Mogi das Cruzes/SP e f. Taubaté/SP. Em 1669 c/c **José de Castilho Moreira**, n. Mogi das Cruzes e f. 29.7.1684, Taubaté, com testamento, no qual pediu à sua testamenteira e esposa fosse sepultado no convento de Santa Clara, com hábito de São Francisco, de onde era irmão. Foi juiz ordinário e de órfãos na década de 1680 ao menos e filho de Francisco Álvares Corrêa e Guiomar de Alvarenga. Pais de 8 filhos, dentre eles:

5.1 **Isabel Ferreira de Castilhos** b. 22.3.1682, Taubaté/SP, onde f. 16.4.1751 e a 10.5.1700 c/c seu primo **Sebastião Ferreira Albernaz**, acima citados.

2.2 **ANA RIBEIRO DE ALVARENGA** n. São Paulo/SP. C/c **Sebastião Fernandes Corrêa**, n. pv. 1605, Santa Eulália, Ponte de Lima, Portugal e f. 1658, Santos/SP. Foi primeiro Provedor e Contador da Fazenda Real da Capitania de São Vicente e São Paulo. Pais de:

3.1 **Maria Pedroso** n. pv. 1620, talvez em São Paulo, onde f. 1681. Ali em 1640 c/c **Simão de Toledo Piza**, b. 4.11.1612, Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores, e f. 1668, São Paulo/SP, f.º de João Castelhanos Piza e Gracia da Fonseca. Pais de:

4.1 **João de Toledo Castelhanos** n. 5.5.1642, São Paulo/SP, onde f. 2.2.1727. Foi capitão-mor e exerceu vários cargos públicos, como a de juiz ordinário e de órfãos. C/c **Maria de Lara**, f.^a Lourenço Castanho Taques e Maria de Lara. Pais de:

5.1 **Teresa de Toledo Castelhanos** n. pv. 1670, São Paulo e f. 1721, Taubaté. C/c o capitão **Salvador Cardoso Guedes/Fragoso Guedes**, n. 1662, São Paulo, onde f. 1700, f.^o do capitão Pedro Fragoso e Vicência de Siqueira Mendonça (bisneta de Antônio Bicudo, cristão-novo). Pais de:

6.1 **Maria de Lara de Toledo/de Almeida** n. pv. 1699, Baependi/MG ou Taubaté/SP. Antes de 1721 c/c **Francisco Rodrigues Ribeiro Almeida Rafael** ou apenas **Francisco Rafael Ribeiro** ou **Francisco Rodrigues Rafael**, n. pv. 1695 na cidade de Lisboa, Portugal e f. 1750. Pais de:

7.1 **Antônio Lopes de Toledo** b. 8.1.1727 em Baependi/MG e f. 27.7.1817 em Castro/PR, sepultado no cemitério da Lança. Possivelmente Antônio tenha migrado de MG para SP e depois para o PR em razão do tropeirismo, onde residia em 1772 no bairro de Pirai e, após, em Morungaba, com a esposa e 7 filhos, dono de um sítio com campos de terras de lavradias, 2 éguas, 1 potro e 1 escrava. Plantava milho e feijão. A 7.7.1754, Capão Alto (Castro, registrado em Curitiba) c/c **Inácia Dias de Freitas**, n. 30.5.1731, Curitiba, f.^a de Matias de Freitas e Teresa Pinto de Jesus. A 8.3.1761 em Sorocaba/SP c/c (II) **Catarina de Proença Lemes da Silva**, n. 1740, Itu/SP e f. 26.5.1806 no bairro da Lança, em Castro/PR, de sarampo, f.^a João Leme da Silva/Mainardi e Joana da Motta de Oliveira, ambos descendentes de Manuel Fernandes Ramos, talvez cristão-novo. Pais de, do 2^o casamento:

8.1 **Inácia da Silva Lara** b. 25.7.1767, Capão Alto (Castro, registro em Curitiba/PR) e f. 17.4.1844, no bairro Socavão, em Castro/PR, de prolongada enfermidade. C/c **Brígido da Silva Furtado**, n. 20.11.1747, Tamanduá/PR e f. 2.12.1826 no bairro de Santa Cruz, em Castro, f.^o Antônio de Souza Furtado, de Mairiporã/SP, migrado para os Campos Gerais do Paraná, talvez como tropeiro, e de Maria Dias de Freitas.¹⁰ Brígido foi dono da fazenda de Socavão, criava animais e exerceu alguns cargos públicos, como Ouvidor Corregedor de Castro. Esteve em Lages/SC e pelo seu percurso poder ter sido tropeiro. Pais de 15 filhos, destes:

¹⁰ Sobre a família Freitas: PUFAL, Diego de Leão *Tropeirismo e genealogia*. In: SANTOS, Lucia Maria Sgarbi et al. (Org.). *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*. Porto Alegre: CORAG; EST, 2016.

9.1 **Quitéria da Silva Furtado** ou **Quitéria de Lara** n. 1780, Castro/PR, onde f. 23.4.1834, de *malina*, no bairro Socavão, onde antes de 1792 c/c o sargento **Salvador Luís da Silva/Dias** ou **Salvador de Góes**, n. 1767, Curitiba e f. 15.2.1864 em Castro, *de empate de ourinas*, com 1 século mais ou menos, cuja filiação ainda não descobri. Pais de 16 filhos, muitos destes seguiram os caminhos do tropeirismo, passando por Vacaria até atingir a região de Cruz Alta, Missões e Planalto Médio, no RS. Pais de:

10.1 **Escolástica Maria de Oliveira/de Lima** ou **Escolástica da Silva Furtado** b. 18.9.1796, Castro/PR e f. 19.9.1869 em Dilermando de Aguiar/RS. A 3.2.1818 em Castro c/c **Luciano de Souza Leal**, n. 1789 em Curitiba e f. 4.11.1864 em Dilermando de Aguiar/RS, *quase derepente de huma mordedura de aranha de presada*, filho de pais incógnitos, exposto em casa de Escolástica dos Santos Pereira, viúva de Pedro de Souza Leal. Luciano e Escolástica passaram à Lapa/PR, depois voltaram a Castro e de lá para o RS, seguindo a rota do tropeirismo, não se sabendo se ele foi tropeiro. Pais de 10 filhos, destes:

11.1 **Salvador de Souza Leal** b. 1.11.1818, Lapa/PR e f. 13.10.1911, Dilermando de Aguiar/RS. Foi capitão da Guarda Nacional e criador na Porteirinha, em Dilermando, onde tinha terras e escravos. Foi casado 2 vezes, a 1ª a 20.1.1836 em Santa Maria/RS com **Eugênia Francisca da Silveira**, b. 9.2.1806, Rio Pardo/RS e f. 21.1.1885, Santa Maria, f.^a Vicente Peres da Silva e Inês Francisca da Silveira. Pais de:

12.1 **Belarmina Francisca da Silveira** n. 2.2.1845, Santa Maria/RS e f. 19.7.1930 no Capão da Chácara, em Dilermando de Aguiar, de gripe. A 19.2.1860, Santa Maria c/c **Plácido Martins Alves**, ali b. 28.11.1834 e f. 16.3.1923, Dilermando, f.^o de Antônio Martins de Moraes e Maria Dias Cortes.¹¹ Pais de:

13.1 **Placidina Martins da Silveira** n. 10.10.1877, Dilermando de Aguiar e f. 28.7.1921, São Gabriel. C/c seu parente **João Laureano da Silva**, acima citados.

¹¹ Sobre a família Dias Cortes veja nesta publicação, o artigo *A família DIAS CORTES no sul do Brasil: bandeirantes e tropeiros*, de Diego de Leão Pufal.

2.3 **JOÃO DE FREITAS** (f.º de Sebastião de Freitas) n. pv. 1613, São Paulo/SP, onde f. entre 26.8 e 2.9.1655, com testamento, no qual encomendou a sua alma e pediu fosse sepultado na mesma sepultura de seu pai, acompanhamentos e missas. Disse ter 4 filhos com sua esposa, José, 6 anos, Ana, 3 anos, Joaquim, 3 anos e Maria, 3 anos, e que tinha em sua casa uma *mameluca por nome Ynes, filha minha*, com Generosa, para quem deixou 20\$000 réis para ajudar em seu casamento. Declarou que tinha outro filho bastardo de nome Rafael que *me fugiu um ano pouco mais ou menos com dois negros da terra meus* e outra de nome Isabel. Talvez seja o mesmo João de Freitas, sertanista de São Paulo que figurou na bandeira de João Mendes Geraldo, de 1645 a 1645 e que foi ao sertão dos guaianases, indígenas que se achavam no rio Iguazu (FRANCO, 1953, p. 167). C/c **Ana de Moraes**, n. pv. 1635, São Paulo/SP e f. antes de 25.12.1661, casada em segundas núpcias com Francisco Pinto, f.ª de Baltazar de Moraes de Antas e Inês Rodrigues. Pais de 4 filhos, dentre eles:

3.1 **Joaquim Pedroso de Moraes** n. 1652, São Paulo/SP e f. após 1696, Minas Gerais. Foi nobre cidadão de SP, onde ocupou todos os honrosos cargos da República (LEME, 1980, III, p. 270). C/c **Maria Ribeiro da Silva**, n. São Paulo, onde f. 16.5.1701, f.ª do alferes Francisco da Silva Colaço e Ana Ribeiro de Alvarenga (bisneta de Antônio Rodrigues de Alvarenga, dito cristão-novo). Pais de:

4.1 **Inês Pedroso de Moraes** n. pv. 1680, São Paulo/SP, onde c/c **Estanislau Corrêa Ribeiro**, b. 30.5.1671, Santana de Parnaíba/SP e f. 1732, Paranaguá/PR; foi escrivão da Câmara de SP e tabelião público de SP, f.º do cap. Lourenço Corrêa Ribeiro e Maria Pereira de Azevedo. Pais de:

5.1 **Maria Pereira de Azevedo** n. pv. 1700 em São Paulo e f. Jundiáí após 1746. A 28.2.1724 em Santana de Parnaíba/SP c/c o alferes **João Damasceno Cordeiro**, ali n. pv. 1700 e f. 1737, Jundiáí/SP, f.º do capitão-mor Antônio de Oliveira Cordeiro e de Maria de Abreu Lima. Pais de:

6.1 **Escolástica Cordeiro de Abreu** ou **Escolástica Pedroso de Moraes** b. 18.11.1728, Santana de Parnaíba/SP e f. talvez em Jundiáí. Em 1746 em São Paulo/SP c/c **Manuel Afonso Taborda**, b. 7.1.1719, Jundiáí, onde f. 1779, f.º José Afonso Taborda e Verônica Garcia Bernardes. Em 1766 consta no censo de Jundiáí a residência de Manuel, que vivia de sua roça, com 48 anos, a esposa e 11 filhos, dentre eles:

7.1 **José Pedro/Pedroso de Moraes** n. 1749, Jundiáí/SP, migrado para Curitiba/PR, talvez em decorrência do tropeirismo, onde a

3.11.1770 c/c **Francisca Lourença de Jesus**, ali n. 14.11.1746, f.^a do alferes Manuel Lourenço Vidal e Francisca dos Passos de Jesus. Pais de:

8.1 **Reginalda Maria de Jesus** n. pv. 1771, Curitiba/PR, onde a 11.11.1792 c/c **Rafael Alves de Oliveira**, b. 26.7.1758, na capela de Santa Bárbara, Castro/PR e f. 21.3.1804 em Gravataí/RS, f.º Francisco Álvares de Oliveira/de Aguiar e Maria da Silva Furtado,¹² paranaenses estabelecidos em Vacaria/RS e depois Gravataí/RS. Pais de:

9.1 **Robéria Maria Rafaela** n. 27.5.1794, Piratini/RS e f. 8.12.1840, Porto Alegre/RS. Em 1817, Gravataí/RS c/c **Francisco de Souza Leal**,¹³ n. 19.11.1794, na cidade do Porto, Portugal e f. 22.3.1856, Porto Alegre/RS, onde desempenhou vários cargos públicos, f.º Francisco de Souza e Teresa Angélica de Jesus. Pais de:

10.1 **Ernesto de Souza Leal** n. 10.7.1834, Triunfo/RS e f. 11.9.1903, São Leopoldo/RS. Foi professor público. Nas décadas de 1860/1870 residia em Osório, onde regia a escola do sexo masculino, e, em 1873, em Ivoti. Em 1896 foi aposentado da *cadeira do sexo masculino de Santa Maria do Butiá, município de S. Leopoldo*, por se achar *inválido para continuar no magistério*. A 22.10.1861 em Osório/RS c/c **Felisberta Antônia Inácia de Oliveira**, ali n. 3.2.1846 e onde f. entre 1871/1873, f.^a natural de Zeferino Antônio de Oliveira e Antônia Inácia de Oliveira. Pais de:

11.1 **Ernesto de Souza Leal Filho** ou Ernesto de Souza Leal de Oliveira n. 15.9.1863, Osório/RS e f. 12.7.1908, Porto Alegre, de tuberculose. Foi comerciante/mascate. Teve com a cunhada **Camilla Coelho Netto**, n. 15.7.1884, São Leopoldo, e f. 18.4.1902, Porto Alegre, a filha:

12.1 **Jenny Coelho Netto** n. 11.7.1901, São Leopoldo, e f. 3.4.1984, Porto Alegre, onde a 18.12.1920 c/c **Florianópolis Antônio de Leão**, comerciante, n. 5.8.1899, Porto Alegre, onde f. 26.10.1974, f.º de Gasparino Antônio de

¹² Sobre a família Dias de Freitas, veja o artigo *Tropeirismo e genealogia*. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi. *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*. Porto Alegre: CORAG; EST, 2016, v. 1, p. 263-298.

¹³ Sobre esta família veja o artigo *A família Souza Leal no quadrante patrulhense*, de Diego de Leão Pufal. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel; LAUCK, Fernando Rocha. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST, 2012, p. 462-475.

Leão¹⁴ e Leocádia de Almeida Lemos. Pais de:

13.1 **Nerly Antônio de Leão**, economista, bacharel em direito e funcionário do Banco do Brasil, n. 10.12.1921, Porto Alegre, onde f. 19.10.1978. Ali a 14.9.1947 c/c **Maria Laureano Brasil**, acima e abaixo citados.

2.4 **ISABEL DE FREITAS** (f.^a de Sebastião de Freitas) n. pv. 1615, São Paulo/SP, onde f. 1655, com testamento, no qual pediu para ser sepultada no convento de N. Sra. do Monte do Carmo. C/c **Brás Leme**, n. pv. 1625, f.^o Aleixo Leme e Inês Dias. Pais de:

3.1 **Maria Leme Pedroso/da Silva** n. pv. 1640 e f. antes de 25.2.1702. Em 1662 c/c o capitão **João Machado de Lima**, n. pv. 1618, São Paulo/SP e f. 1696 em Santana de Parnaíba/SP, f.^o Brás Machado e Ana da Costa. Pais de:

4.1 **Ana Maria Leme** n. pv. 1680, Sorocaba/SP. Em 1696 em Santana de Parnaíba c/c **Agostinho Mendes Freire/de Andrade**, b. 13.5.1675, São Paulo/SP e f. 19.7.1701, Sorocaba/SP, f.^o de Gonçalo Freire de Andrade e Margarida Mendes/Fernandes ou Domingues. Pais de:

5.1 **Margarida Freire de Andrade/de Lima** n. pv. 1680/1685, Santana de Parnaíba/SP e f. antes de 1745. A 11.5.1714 em Sorocaba/SP c/c seu primo **Manuel de Oliveira Falcão/de Leão**, ali n. pv. 1675/1680 e f. antes de 5.1736, f.^o de Antônio de Oliveira Falcão e Ana Rodrigues de Torales/de Peralta. Talvez seja o mesmo Manuel de Oliveira Falcão, um dos primeiros descobridores de ouro em Mato Grosso em 1720 (FRANCO, 1953, p. 144). Pais de:

6.1 **Antônio de Oliveira Machado**¹⁵ n. pv. 1728, Sorocaba/SP e f. 4.1.1783, Rio Pardo/RS. Chegou ao RS como tropeiro, como declarou em sua habilitação de casamento em 2/1755 em Viamão. Disse que permaneceu em Sorocaba até o falecimento dos pais e depois disto foi para os Campos de Viamão, *fazendo algumas jornadas ao Rio Grande trabalhando na condução de tropas*. Após se mudou para a região de Rio Pardo, onde passou a viver da agricultura e da criação de animais,

¹⁴ Para a história e genealogia da família Leão, vide: *A família Leão e a Fazenda Padre Eterno: história e genealogia* na obra: PRIAMO, Vania Inês Avila et al. (Org.). *Raízes de Nova Hartz*. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012, v. II, p. 196-240.

¹⁵ Sobre Antônio veja o artigo: Tropeirismo e Genealogia: trajetória de Antônio de Oliveira Machado: da Província de São Paulo ao Continente de São Pedro, de Diego de Leão Pufal, também publicado nesta obra.

como se extrai do inventário de seus bens. Em 1755 em Viamão/RS c/c **Inácia Rosa de Jesus**, n. 1741, Feteira, ilha do Faial, Açores, Portugal e f. 14.1.1814, Rio Pardo/RS, f.^a Manuel Luís Rodrigues e Joana de Brum e Silveira. Pais de:

7.1 **Joaquim José de Oliveira** b. 25.7.1778, Rio Pardo/RS, onde f. 1846 e onde vivia em um rancho de capim com seus arvoredos e tapumes. Ali a 27.6.1796 c/c **Silvana Maria de Ascensão**, ali b. 9.8.1780 (em 1846 residia em Cruz Alta) e f. 13.7.1849, Rio Pardo, sepultada no cemitério do Senhor Bom Jesus dos Passos, f.^a de Manuel Nunes de Souza (n. Velas, Ilha de São Jorge, Açores) e de Ana Maria da Ascensão (b. 1760, Rio Pardo). Pais de:

8.1 **Maurícia Clara de Oliveira** n. 8.9.1800, Cachoeira do Sul e f. 28.2.1840, Santa Maria. A 15.2.1825, Caçapava do Sul c/c **Bernardo José dos Reis**, n. pv. 1800, São Paulo/SP ou Rio de Janeiro/RJ e f. após 1855 em Santa Maria, f.^o de Antônio José Barroso ou Manuel José Vieira e Maria Francisca dos Reis. Bernardo foi alferes, depois tenente, estabelecido na Boca do Monte, em Santa Maria. Pais de:

9.1 **Maria Francisca dos Reis** n. 1839, Cachoeira do Sul e f. 1911, Santa Maria, onde c/c seu parente **Benedito Alves de Oliveira**, acima citados.

A exemplo desta genealogia que cuida exclusivamente de minha linha ancestral, poderia citar outros descendentes de Sebastião de Freitas que se radicaram no Rio Grande do Sul, alguns comprovadamente tropeiros, enquanto outros seguiram os caminhos destes. Portanto, este verdadeiro povoamento de parte do Rio Grande do Sul pelos descendentes daqueles primeiros paulistas envolvidos nas bandeiras e no tropeirismo não foi algo efêmero, pois perdurou por séculos, trazendo novos hábitos e costumes e incorporando outros.

Por outro lado, embora meus avós maternos, Nerly Antônio de Leão e Maria Brasil de Leão, fossem descendentes de alguns cristãos-novos, como é o caso de Sebastião de Freitas, de Antônio Bicudo, afora outros, por certo que nenhum deles teve conhecimento deste fato. Ao que se sabe nenhum costume ou tradição judaica era realizada, ao menos de forma consciente e a partir dos avós de meus avós, nem havia indicativo outro destes parentescos. O mesmo digo com relação à herança tropeira, ainda que tivessem costumes

antigos, mais decorrentes do contexto em que viveram, do que por herança familiar.

Não há como negar, porém, a existência de vestígios culturais imateriais próprios de cristãos-novos em várias comunidades sulistas, o que até pode indicar de fato a presença de *conversos* e seus descendentes nestas localidades – sem generalizações é claro –, como também de que houve apropriação cultural pelos *cristãos-velhos* de usos e costumes marranos ao longo de mais de quatro séculos de convivência. Neste sentido, como lembra Miguel Frederico do Espírito Santo, in *Caminhos dos Cristãos-Novos na América Meridional*¹⁶ (2011, p. 51):

Os judeus portugueses sentiam-se mais seguros para judaizar na campanha do que nas cidades e nos povoados, daí muitos índios – aos seus serviços – terem apreendido costumes judeu-portugueses, embora os portugueses não pretendessem fazer prosélitos. Dom Diogo de Gongora, governador e capitão-geral das Províncias do Rio da Prata e do porto de Buenos Aires, em memorial de 1621 ao rei da Espanha, fez menção da existência de índios judeus nas campanhas platinas.

Ora, se naquele tempo já havia esta transmissão cultural judaica a alguns índios, com o decorrer dos séculos, toda evidência atingiu àqueles estranhos ao judaísmo, que incorporaram no seu cotidiano alguns usos e costumes marranos, transmitindo-os às gerações seguintes. Interessante, nesta mesma linha, é comparar o hábito de tomar chimarrão, de origem indígena, presente em toda a América do Sul e amplamente difundido em muitos estados brasileiros com o avanço do gaúcho em especial para o sudeste e centro-oeste. O que parece soar estranho é que esta prática é difundida em comunidades predominantemente de descendentes de italianos e alemães no Rio Grande do Sul, não fosse a já referida apropriação cultural, cada vez mais presente em nossa sociedade.

É lógico que não se quer negar – nem poderia – a forte presença judaica, expressada em algumas tradições ainda características em muitas comunidades e a possibilidade de que muitos de nós – como é o meu caso – descendam de cristãos-novos. O que se repele é justamente achar que determinado sobrenome por ter nome de árvore ou animal, ou por haver casamentos entre primos na família ou outros mitos do gênero levem à conclusão equivocada e desprovida de qualquer prova que, repito, deve ser feita pela genealogia.

¹⁶ Artigo publicado em *Cristãos-novos e Inquisição na América Meridional*. Porto Alegre: EST, 2011.

Abreviaturas utilizadas

“b.” para “batizado(a)”; “c/c” para “casou com”; “f.” para “falecido(a)”; “n.” para “nascido(a)”, e “pv.” Para “por volta de”

Referências

AMATO, Marta (Org.) *Acréscimo à Genealogia Paulistana*. Ed. em CD Room, v. X, a. 2003.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Cristãos-novos em São Paulo (séculos XVI-XIX): assimilação e nobilitação*. São Paulo: ASBRAP, 2015.

FRANCO, Francisco de Assis C. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1953.

KÜHN, Fábio; GUTTFREIND, Ieda (Org.). *Cristãos-Novos e Inquisição na América Meridional*. Porto Alegre: EST, 2011.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LOPES, José Carlos Veiga. *Fazendas e sítios de Castro e Carambeí*. Curitiba: Torre de Papel, 2004.

LOPES, José Carlos Veiga. *Primórdios das Fazendas de Jaguariaíva e região*. Curitiba: J. C. V. Lopes, 2002.

NOVINSKY, Anita et al. *Os judeus que construíram o Brasil: fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos: povoamento do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SETTE, Bartyra; JUNQUEIRA, Regina Moraes; BUTTROS, Sílvia do Prado (Org.). *Projeto Compartilhar*. Disponível em <http://www.projetocompartilhar.org/>

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia, 1903.

Fontes documentais

ARQUIVO DA CÚRIA DE BAGÉ/RS: livros de batismos, casamentos e óbitos de São Gabriel.

ARQUIVO DA CÚRIA DE CACHOEIRA DO SUL/RS: livros de batismos e casamentos de Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul.

ARQUIVO DA CÚRIA DE CASTRO/PR: livros de batismos, casamentos e óbitos de Castro.

ARQUIVO DA CÚRIA DE CURITIBA/PR: livros de batismos, casamentos e óbitos de Curitiba e Lapa.

ARQUIVO DA CÚRIA DE OSÓRIO/RS: livros de batismos e casamentos de Osório.

ARQUIVO DA CÚRIA DE SANTA MARIA/RS: livros de batismos, casamentos e

óbitos de Santa Maria e São Pedro do Sul.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS (AHCMPA): habilitações de casamento; livros de batismos, casamentos e óbitos de Rio Pardo e Triunfo.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS): processos de inventários de Rio Pardo, Porto Alegre, Santa Maria e São Gabriel; registro civil de Santa Maria, Dilermando de Aguiar e São Gabriel.

ARQUIVOS PESSOAIS dos genealogistas/pesquisadores Diego de Leão Pufal, João Simões Lopes Neto, Jorge Godofredo Felizardo (AHCMPA) e Moacyr Domingues (IHGRGS).

Sites

COELHO, H. V. Castro. *Povoadores de S. Paulo - Estevão Ribeiro*. Artigo publicado na Revista da ASBRAP, n. 09, 2002, Disponível em http://www.asbrap.org.br/artigos_asbrap.html#revista09, consulta em mar 2020.

FAMILYSEARCH. Sítio da igreja mórmon - igreja dos Santos dos Últimos Dias. Registros diversos, disponível em: <https://familysearch.org/>

PORTUGAL. Lei n. 37/81, de 03 de outubro de 1981 e suas alterações. Lei da Nacionalidade. Disponível no sítio do Ministério Público de Lisboa: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=614A0006&nid=614&tabela=lei_velhas&pagina=1&ficha=1&nversao=6, consulta em mar 2020.

RECORDS PRESERVATION. Sítio na internet, disponível em http://www.recordspreservation.org/index_new.html

RICHA, Lênio Luiz. *Genealogia Brasileira. Estado de São Paulo. Os títulos perdidos*. Disponível em https://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_pttoledospizas.htm

SETTE, Bartyra; JUNQUEIRA, Regina Moraes e BUTTROS, Sílvia do Prado (org.). *Projeto Compartilhar*. Disponível em <http://www.projetocompartilhar.org/>

SILLOS, Luiz Gustavo de. *Maria Pedrosa, a filha esquecida de Sebastião de Freitas*, artigo publicado na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (ASBRAP), n.º 26, ano de 2019. Disponível em http://www.asbrap.org.br/artigos_asbrap.html#revista26, consulta em mar 2020.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia, 1903.



Tropeirismo e genealogia: a trajetória de Antônio de Oliveira Machado: da Província de São Paulo ao Continente de São Pedro

Diego de Leão Pufal¹

Genealogista e Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC

O tropeirismo foi um importante movimento econômico em toda a América Latina que perdurou por séculos, atingindo sensivelmente o desenvolvimento de toda a região sul do Brasil e, em especial, do Rio Grande do Sul.

O contingente de pessoas que ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX transitou por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no particular, foi considerável, fruto direto ou indireto da atividade tropeira, e que implicou na ocupação do solo gaúcho. Esse avanço ao sul, ligado à atividade pastoril e que tudo a ela se vincula, repercutiu e fomentou a economia gaúcha, permitindo a exploração e a conquista de novas localidades, com a criação de fazendas, estâncias e novos caminhos, formação de vilas e cidades, além de outros aspectos que contribuíram à formação do estado.

Tais aspectos se deram de maneira gradual, “abrindo-se”, de início, vários “caminhos de tropas” desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, tanto pelo litoral, como também pela região serrana, até chegar às Missões. O objetivo destes *caminhos* não era somente econômico, mas também e inclusive uma maneira de conquistar, garantir e povoar territórios mais ao sul, tanto que após (e concomitantemente) houve a emigração açoriana dirigida ao Rio Grande do Sul, com o fito de assegurar a posse da região das Missões. Nesse sentido, escreveu Roselys Vellozo Roderjan (*Raízes e pioneiros do Planalto Médio*), ao tratar da expansão para os campos gerais de Curitiba:

[...] A abertura da Estrada do Viamão, além de servir aos interesses econômicos, com o advento do tropeirismo, atende objetivos estratégicos e políticos, propiciando a ligação de São Paulo com o continente de São Pedro e o povoamento e posse do interior dessa região do Brasil Meridional. [...] A concessão de novas sesmarias no início do século XVIII promove a ocupação dos campos do primeiro e segundo planaltos paranaenses e o estabelecimento de várias fazendas, onde se desenvolve a pecuária. Os ‘pousos’ de tropeiros, situados ao longo dos caminhos, darão origem a povoações.²

¹ Sócio-correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de SC. E-mail: diegopufal@gmail.com; blog: <http://puf.blogspot.com.br/>

² RODERJAN, Roselys Vellozo. *Raízes e Pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1991, p. 25-27.

Como exemplo deste povoamento e desenvolvimento advindo da *Província de São Paulo*, que à época compreendia São Paulo, Paraná e parte de Santa Catarina, ainda no séc. XVIII, têm-se os *Campos de Cima da Serra*. Os atuais municípios de São Francisco de Paula, Vacaria, Bom Jesus, São José dos Ausentes e adjacências demonstram tal fato, pois além de incorporarem várias das rotas utilizadas para o transporte de animais, também serviram de morada, de pouso ao viajante e de internada para o gado.

Portanto, sem olvidar dos índios que há muito habitavam esta vasta região e que tinham os seus próprios caminhos, os tropeiros podem ser considerados desbravadores desse espaço, por literalmente dilataram as fronteiras dos Campos Gerais, em franca conquista ao sul e em busca de novos mercados econômicos.

[...] O tropeirismo foi, portanto, devido o grande movimento de tropas e a criação de pastos, o responsável pelo surgimento das primeiras estâncias no Rio Grande do Sul. O conceito de tropeirismo aqui apresentado transcende seu simples significado, e se apresenta como uma unidade arquitetônica de sistemas, pois pela identificação de um novo tipo de modelo econômico que ele criou, vale pelos seus diversos campos de constituição e pelos seus múltiplos efeitos. Ou seja, como fenômeno histórico de natureza econômica em seu princípio, ele vai promover a integração econômica, ou a globalização em termos atuais. Ele é o responsável assim entre outras coisas por um ciclo econômico nacional e com ele fez surgir em terra antes considerada de ninguém pelos portugueses cidades em seu caminho.³

Contudo, a atividade tropeira não se limitava a carrear o gado *vacum*, ligando-se ao negócio de tropas, ao charque, compra e venda de muares, além de outras, proporcionando a vinda ao Rio Grande do Sul de toda espécie de pessoas e pertencentes a diferentes classes sociais e culturais. Estes desbravadores, embora os riscos que estavam submetidos em seus caminhos pelo sul do Brasil, como os ataques de animais, dos “bugres”, a geografia acidentada, por exemplo, acabaram por trazer também suas famílias. De acordo com Rosely Vellozo Roderjan⁴:

Essas comunidades campeiras se originaram de células fundamentais de povoamento onde os seus primeiros povoadores, na sua maioria, estavam ligados por laços de parentesco. Elas desenvolveram histórias regionais

³ MOSCHEN, Valquíria; BORGES, MARIA NELI FERREIRA; PEGORINI, Marco André. *Resgate da história sócio-econômica de Vacaria a partir de sua ocupação até 1930*. Caxias do Sul: Ed. UCS, p. 97.

⁴ Op. cit., fl. 3.

semelhantes, partes de um complexo que deveria ser estudado como um conjunto.

A partir disso, como não poderia ser diferente, o tropeirismo tem fundamental importância à genealogia, enquanto estudo que busca estabelecer a origem de um indivíduo ou de uma família, permitindo a ligação entre às várias famílias desde São Paulo e Paraná e sua relação com a fundação de cidades ao longo dos caminhos percorridos. Nessa linha, o que a pesquisa genealógica tem propiciado é a conclusão de que muitos descendentes das primeiras famílias que chegaram em São Paulo ainda no século XVI e seguintes, embora o distanciamento do parentesco, permaneceram ligados por novos casamentos, pela mesma atividade e ocupando o mesmo espaço geográfico ainda que em diferentes momentos. De forma mais clara e exemplificativa, é de fácil constatação que muitas famílias (ou alguns de seus integrantes) que moravam nos *Campos Gerais* do Paraná, além de serem muitas vezes parentes entre si, seguiram de (e arredores) Curitiba para Castro; de Castro para Lapa; de Lapa para Lages/SC; de Lages para Vacaria/RS e a partir daí ganharam o Rio Grande do Sul. Neste Estado, muitos seguiram seus caminhos conforme os seus interesses, mas seus descendentes voltaram a se relacionar pelo matrimônio com primos ou como associados em algum negócio. E um ponto muito interessante é que, pelas constantes idas e vindas de determinados indivíduos nas rotas das tropas, alguns ficaram no meio do caminho, casando-se com parentes distantes – ou no caso do Rio Grande do Sul, com muitos açorianos ou seus descendentes – e formando um novo núcleo familiar. É dizer que esses desbravadores não permaneciam em um único lugar, demonstrando grande mobilidade, por inúmeras razões, e que a atividade tropeira se não sempre, ao menos era constante e inerente à economia familiar.

Tal fato constatei com o estudo da minha genealogia, que, a despeito de não conseguir precisar com exatidão se alguns eram ou não tropeiros ou se migraram em consequência disto, ao encontrar muitos antepassados nesse contexto. É pertinente lembrar que essas famílias transitaram e percorreram os *Campos de Cima da Serra* e os de *Viamão*, algumas certamente vindas por aquele trajeto de Curitiba/Castro/Lapa/Lages/Vacaria até alcançar Viamão, enquanto outras, talvez, por outros caminhos, aproveitando a parte litorânea, como: Tibagi/Castro/Curitiba/São Francisco do Sul/Laguna e dali até Viamão, pela praia.

Dentre meus antepassados, alguns seguiram estes caminhos:

- **Antônio de Oliveira Machado**, nasceu por volta de 1728 em Sorocaba/SP, f.º de Manuel de Oliveira Falcão e de Margarida Freire de Andrade. Casou-se em 1755 em Viamão/RS e depois seguiu para a fronteira de Rio Pardo.

- **Antônio Ferreira de Miranda**, nascido em Taubaté/SP entre 1734/1740, igualmente descendente dos primeiros povoadores de São Paulo, migrou para Mogi das Cruzes/SP, onde casou em 1764, depois indo para Castro/PR. Antônio e a esposa Maria do Rosário não vieram para o sul, mas dois de seus filhos: o alferes Reginaldo Ferreira de Miranda/Pinto de Oliveira e José Ferreira de Miranda, nascidos em 1765 e 1769, vindos pela serra catarinense e gaúcha, até se casarem em Triunfo/RS com as irmãs Eufrásia Maria da Conceição (1789) e Francisca Rosa da Conceição (1791), filhas de Francisco de Oliveira Raposo (proprietário da Fazenda do Raposo, em Gramado/RS)⁵ e de Angélica Maria Pereira de Souza.

- **Brígido da Silva Furtado**, irmão de Maria da Silva Furtado,⁶ abaixo citada, nasceu em Tamanduá/PR em 1747, casando-se em Castro/PR com Inácia da Silva Lara, descendente da família Lopes de Toledo, com origem em Minas Gerais e São Paulo. Embora este casal não tenha vindo para o RS, seus descendentes seguiram este caminho. Desceram de Castro, passando por Lages/SC, por Cima da Serra e, após, destinaram-se às Missões e ao Planalto Central do RS.

- **Francisco Álvares de Oliveira**, nasceu em Curitiba em 1728, onde se casou com **Maria da Silva Furtado**, nascida em Castro ou Curitiba/PR ou Jacaréi/SP. Este casal, com origem em São Paulo, saiu de Curitiba, indo após para Ponta Grossa e Castro/PR; depois migrou para Cima da Serra, em Vacaria/RS. Ali, temendo o ataque dos bugres,⁷ destinou-se a Viamão, Gravataí, Porto Alegre e Triunfo. Um de seus filhos, Daniel Álvares da Silva, de Viamão voltou a São Paulo, vivendo e deixando descendência em Ibiúna/SP.⁸

⁵ A este respeito: A Fazenda Raposo, de Sebastião Fonseca de Oliveira. *Raízes de Gramado*. Gramado: Centro Municipal de Cultura, 1999, p. 99-108.

⁶ Ambos descendentes de Mathias de Freitas, cuja genealogia foi tratada no artigo *Tropeirismo e genealogia*, pelo mesmo autor na obra: SANTOS, Lucila Sgarbi et al. (Org.). *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*. Porto Alegre: CORAG; EST, 2016, v. 1, p. 263-298.

⁷ “Francisco Alves de Oliveira, homem casado, se mudou para as partes de Viamão com toda sua família, e vendeu sua fazenda a Joaquim Antônio de Oliveira, este haverá 3 anos”, conforme anotou o alferes da Companhia Auxiliar de Vacaria, em 23.3.1781, em uma relação das fazendas abandonadas antes da invasão dos bugres, compreendendo o período de 1777 a 1780. OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das Sesmarias Serranas: História e Genealogia*, p. 37-38.

⁸ Vide AMATO, Marta. *Acréscimos à Genealogia Paulistana*. Edição em CD, v. 12, p. 471 e seguintes.

- **João Dias Cortes**, capitão, curitibano e descendente de paulistas e embora tenha desbravado os Campos Gerais de Curitiba, assim como seu pai, o também capitão Guilherme Dias Cortes, não chegou a vir para o sul. Porém, diversos de seus filhos seguiram a rota do tropeirismo, passando por Lapa/PR, depois por Lages e Laguna/SC, até chegar à Serra Gaúcha para, depois, se espalhar para as Missões, Planalto Central e pela região sul do Estado, como Canguçu e adjacências.

- **José Mariano de Salles** ou **José Álvares Mariano**,⁹ nascido cerca de 1750 em N.ª Sr.ª Aparecida/SP. Casou-se (I) em Sorocaba em 1770, passando após a Lapa/PR, onde se casou novamente (II) em 1784, passando por Lages/SC, até chegar à Serra Gaúcha. Dali se destinou a Triunfo (1795) e logo em seguida a Cachoeira do Sul e depois às Missões (Alegrete, São Francisco de Assis, São Borja, Santiago do Boqueirão) e, após, para Santa Maria.

- **Manuel José de Leão**, tenente, nascido em Laguna em 1759, foi charqueador, sesmeiro, com fazenda em Cima da Serra, denominada Santo Antônio dos Ausentes em sociedade com Antônio Manuel Velho, para quem vendeu sua parte em 1816. Esta fazenda Santo Antônio dos Ausentes, juntamente com outras duas, deram origem ao município de São José dos Ausentes. Manuel José de Leão e filhos foram fortes negociantes no Rio Grande do Sul, mexendo com gado, charque e escravos, inclusive na região serrana gaúcha.¹⁰

A análise da genealogia de qualquer um dos personagens supramencionados como estudo de caso, leva à conclusão de que o tropeirismo, enquanto movimento econômico, contribuiu maciçamente para o povoamento do Rio Grande do Sul. Idas e vindas de indivíduos que, traçando destinos, mudando fronteiras e conquistando o território gaúcho, em verdadeira explosão demográfica, acabaram por aqui ficando, assimilando e influenciando a cultura local. Juntamente com açorianos, índios e castelhanos, deram origem ao gaúcho, mais tarde relacionando-se com outras etnias, no avançar das décadas e dos séculos.

Para ilustrar, citarei parte da descendência deste meu antepassado **Antônio de Oliveira Machado**,¹¹ a demonstrar a trajetória de alguns e o avan-

⁹ Sobre a vida e descendência de José Mariano de Salles, vide: PUFAL, Diego de Leão; MOUSQUER, Zélce. *Famílias Portuguesas nas Missões: os Mariano de Salles*. In: blog *Antigualhas, histórias e genealogia*, disponível em: <http://pufal.blogspot.com.br/>

¹⁰ Para maiores detalhes, vide: *A família Leão e a Fazenda Padre Eterno: história e genealogia*, artigo publicado por Diego de Leão Pufal. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Nova Hartz*. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012, v. II, p. 196-240; e *A Fazenda de Santo Antônio dos Ausentes, um pouco de sua história*, artigo apresentado e publicado na obra: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*. Porto Alegre: CORAG; EST, 2016, v. 3, p. 49-53.

¹¹ SILVA LEME, na *Genealogia Paulistana*, v. VIII, fl. 239, cita-o como Antônio Domingues de Oliveira.

ço ao Sul,¹² que foi tropeiro e nesta condição chegou ao Rio Grande do Sul. Ao se habilitar para casar no ano de 1755, em Viamão/RS,¹³ Antônio declarou que “*sempre estivera na companhia de seus pais enquanto vivos e depois de seu falecimento, saíra de sua pátria para estes Campos de Viamão por onde andara até o presente, posto que fazendo algumas jornadas ao Rio Grande trabalhando na condução de tropas e tem vivido por estes Campos haverá melhor de nove anos*”, assinando seu nome – a indicar que foi alfabetizado e que permite concluir certa posição econômica de sua família, diversamente da de sua esposa, a qual não sabia assinar o próprio nome.

Para comprovar suas alegações e a própria circunstância de que era solteiro e não havia impedimento para casar, Antônio arrolou como testemunhas três conterrâneos, sendo que todos estavam à época nas partes de Viamão. Foi assim que testemunharam **Manoel Soares Pais**, natural de Sorocaba, solteiro, com 26 anos, soldado na comitiva de Cristóvão Pereira de Abreu da expedição de Missões, dizendo que o noivo (Antônio) e ele se criaram juntos na mesma vila “*em grande amizade entre os pais de um e de outro*”; **Sebastião da Costa**, também de Sorocaba, onde casou, que vivia de seu trabalho, com 28 anos, mencionou que Antônio e ele eram vizinhos em Sorocaba, com amizade dos pais de ambos e que “*o justificante se ausentou de sua pátria por falecimento de seus pais*”, e **Francisco Rodrigues Machado**, de Sorocaba, onde casou, que vivia de sua fazenda, com 40 anos, referindo ter vivido muitos anos em Sorocaba “*e desde criança conhecera ao justificante, por serem vizinhos*”.

Essas três testemunhas, todas sorocabanas, estavam no Rio Grande do Sul ao menos antes de 1755. Depuseram em favor de outro paulista, a sinalizar que vieram explorar e povoar as terras sulinas; que aqui chegaram como tropeiros, tendo sido uma delas inclusive soldado de Cristóvão Pereira de Abreu, enquanto outra já estabelecida com sua fazenda, dando ideia de que chegara há tempos ao sul. A esse propósito, Antônio disse que estava *andando e vivendo nos Campos de Viamão há mais ou menos 9 anos*, portanto, desde 1745/1746, *trabalhando na condução de tropas*, o que permite concluir idas e vindas à sua terra natal neste serviço.

Dada a condição do Rio Grande do Sul nesta época, que estava ainda sendo ocupado, Antônio possivelmente ou se casaria com alguma paulistana, lagunense ou açoriana. Foi assim que ele conheceu **Inácia Rosa de**

¹² Utilizar-se-ão as seguintes abreviaturas: “AHCMPA” para “Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre”; “APERS” para “Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul”; “b.” para “batizado(a)”; “c/c” para “casou com”; “f.” para “falecido(a)”; “n.” para “nascido(a)”; “n.m.” para “neto(a) materno(a)” e “n.p.” para neto(a) paterno(a).

¹³ AHCMPA. Processo de habilitação de casamento de Antônio de Oliveira Machado e Inácia Rosa de Jesus, ano de 1755, número 07.

Jesus, natural da ilha do Faial, nos Açores, de apenas 14 anos de idade, anal-fabeta, pois não assinava o nome, filha de Manuel Luís Rodrigues e Joana de Brum e Silveira, chegada em Viamão por volta de 1753, que “*sempre vivera na companhia de seus pais na sua pátria e de lá saíra com os mesmos pais mandados por sua majestade para as povoações de Missões, e neste Viamão está há mais de dois anos*”, como declarou ao se habilitar para casar.

Esse casamento uniu Antônio, descendente de alguns dos primeiros portugueses que chegaram em São Vicente/SP ainda no século XVI, do cacique Tibiriça e de paraguaios imigrados para São Paulo, com Inácia Rosa, açoriana, vinda para o Brasil com seus pais, na condição de casal de *El-Rey*, para povoar as Missões. Talvez por isso que Antônio e Inácia não permaneceram em Viamão, rumando para a fronteira de Rio Pardo, que compreendia neste tempo uma considerável região. Posteriormente, seus descendentes se espalharam por todo o Rio Grande do Sul: Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Santa Maria, São Gabriel, Canguçu, Cruz Alta, Porto Alegre, Alegrete e tantas outras cidades, como pode ser visto na descrição de sua genealogia. Além disso, cumpre anotar que não foi possível saber se Antônio, depois de se casar, continuou com suas tropeadas, pois a documentação neste sentido é escassa para não se dizer inexistente, mas é possível supor que tenha se instalado em Cruz Alta ou nas proximidades da grande *fronteira* de Rio Pardo e, assim, permaneceu de algum modo ligado à atividade.

Antepassados de Antônio de Oliveira Machado

1. **Antônio de Oliveira**, n. Portugal, foi o genearca da família em São Paulo, cavaleiro fidalgo da casa de el-rei, emigrando para o Brasil no cargo do primeiro feitor da fazenda real da capitania de São Vicente, por mercê de D. João III, em 1537; foi tenente do donatário Martim Afonso de Souza, e capitão-mor desta capitania em 1538. Retornou a Portugal depois de concluir seu primeiro governo, trazendo em 1542 sua esposa Genebra leitão de Vasconcellos e alguns filhos, como refere Silva Leme.¹⁴ Foram pais de:

2. **Antônio de Oliveira Gago**, n. 1535, Portugal, chegando ao Brasil em 1542. Casou com Isabel Gonçalves, já f. em 1593, tida por alguns pesquisadores como f.^a de Diogo Gonçalves Castelão e Branca Mendes. Pais de:

¹⁴ Op. cit., v. VIII, fl. 483.

3. **Antônio de Oliveira Falcão** (O Velho), f. 1613 no sertão do Parauapava, Goiás.¹⁵ Casou com Ângela Fernandes, f.^a de Manuel Fernandes Ramos (n. cerca de 1540, Moura, Portugal e f. 1589, São Paulo/SP, que chegou a São Vicente na segunda metade do séc. XVI e exerceu vários cargos de governo¹⁶) e de Suzana Dias (n. 1554/1556 e f. 1629/1634 em Santana do Parnaíba/SP), por esta, neta de Lopo Dias e Beatriz Dias (esta f.^a de Martin Afonso Tibiriçá,¹⁷ régulo de Piratininga). Pais de:

4. **Antônio de Oliveira Falcão**, que pelo inventário paterno nasceu antes de 1613,¹⁸ em São Paulo e f. 30/3/1687 em Sorocaba/SP, com testamento, deixando por sua alma 33 missas e um ofício e foi sepultado na igreja matriz local, com a cruz da fábrica e a cruz de São Bento. Casou duas vezes, a primeira com Antônia Gil e, a segunda,¹⁹ com Ana Rodrigues de Torales ou Ana Rodrigues de Peralta, n. cerca de 1650 no Paraguai e f. 14/3/1726 em Sorocaba/SP, sem os sacramentos por ter falecido repentinamente, mas com testamento. Ana foi f.^a de Gabriel Ponce de León (n. cerca 1610 em Guairá, Paraguai e f. 7/10/1655 em Santana de Parnaíba/SP,²⁰ casou com sua sobrinha) e d. Maria de Torales (n. cerca 1620, Guairá, Paraguai e f. 28/2/1686 em Sorocaba/SP), n.p. do capitão Barnabé de Contreras (n. cerca 1570, Guairá) e Violante de Gusman, n.m. do capitão Baltazar Fernandes (fundador de Sorocaba,²¹ f.^o dos citados Manuel Fernandes Ramos e Suzana

¹⁵ RICHIA, Lênio Luiz. *Genealogia Brasileira. Estado de São Paulo – Os Títulos Perdidos*. Disponível em: http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptoligagos.html

¹⁶ SILVA LEME. Op. cit., v. VII, p. 224.

¹⁷ BARATA, Carlos Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras* (São Paulo: Ibero-América Comunicação e Cultura, 1999), assim referem: “Tibiriça - Sobrenome brasileiro, tomado de uma alcunha do tupi, chefe [...]. Principia-se esta antiga família da terra, no chefe índio Tibiriça, principal, maioral ou cacique do gentio da aldeia de Inhapuambuçu. Natural da terra paulista, onde teria nascido por volta de 1465. Por ocasião do combate contra os índios Tupiniquins, que confederados com outras tribos tinham pouco antes dado um formidável assalto à nascente povoação de São Paulo de Piratininga, foram repelidos graças ao valor e intrepidez do chefe Tibiriçá. Tinha o comando da pequena força da povoação, e, correndo a todos os pontos das fortificações, animava a todos e assim conseguiu repelir o inimigo com grande perda destes. Foi batizado com o nome de Martim Affonso Tibiriçá. Tibereça, do tupi, corruptela de tü-übü-re-saba, contração de tübü-reçaba, a vigilância da terra, o vigia ou guarda da terra; o maioral ou principal. [...] Parte de sua descendência adotou o sobrenome Dias [...]”

¹⁸ Há dúvidas, em razão da idade, se o Antônio de Oliveira Falcão c/c Ana Rodrigues de Torales seria este próprio Antônio ou um filho deste. É que, pela cronologia, possivelmente houve uma geração entre este Antônio e aquele que casou com Ana Rodrigues de Torales, salvo se este Antônio tenha se casado já com avançada idade, o que não foi possível descobrir, pois a documentação eclesiástica desta época infelizmente não mais existe.

¹⁹ SILVA LEME. Op. cit., v. VII, p. 237.

²⁰ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana*. v. I, p. 187.

²¹ Nesse sentido, refere SILVA LEME (Op. cit., v. VII, p. 226-227): “Capitão Baltazar Fernandes, foi o fundador de Sorocaba. Em 1645, saindo de Parnaíba com alguns genros, fundo nesse lugar a capela de N. Senhora da Ponte de Sorocaba, sendo a povoação elevada à categoria de vila em 1661. Essa capela foi doada por Baltazar, por escritura pública lavrada em 1660 em Parnaíba, aos frades de S. Bento juntamente com uma parte de terras e com a terça do doador, sob a condição de os frades rezarem uma missa a cada mês.”

Dias) e de Maria de Zunega (n. Villarrica, Paraguai, f.^a dos referidos capitão Barnabé de Contreras e Violante de Gusman). Antônio e Ana foram pais de no mínimo oito filhos,²² dentre eles:

5. **Manuel de Oliveira Falcão** ou **Manuel de Oliveira Leão**, n. cerca de 1670/1679 em Sorocaba/SP e já f. a 10/5/1736. A 27/5/1700 em Sorocaba c/c (1) Margarida Ribeiro ou Gonçalves, n. São Paulo/SP, f.^a de Amaro Vicente Carrasco e Maria Luís do Passo. A 11/5/1714 em Sorocaba, Manuel c/c (2) Margarida Freire de Andrade ou Margarida de Lima, n. 1680/1685 em Santana de Parnaíba/SP e já f. em 1755, f.^a de Agostinho Mendes Freire ou Agostinho Mendes de Andrade (n. São Paulo e f. 19/7/1701, Sorocaba) e de Ana Maria Leme (n. Sorocaba), n.p. Gonçalo Freire de Andrade (n. cerca 1650 e f. 2/11/1697, Sorocaba) e Margarida Mendes ou Fernandes (bisneta de Pedro Domingues, um dos primeiros povoadores de São Vicente²³) e n.m. capitão João Machado de Lima (n. cerca 1618, São Paulo e f. 1696, Santana de Parnaíba) e Maria Leme Pedroso (bisneta de Braz Teves e Leonor Leme, passados da ilha da Madeira, Portugal, para São Vicente/SP). Manuel e Margarida foram pais de²⁴:

6. **Antônio de Oliveira Machado**, n. 1728 em Sorocaba/SP, tropeiro, migrado para o Rio Grande do Sul em meados de 1744/1745.

²² Filhos de Antônio de Oliveira Falcão e Ana Rodrigues de Torales:

- 1) Manuel de Oliveira Falcão, acima tratado.
- 2) Antônio de Oliveira Falcão, n. Sorocaba/SP, onde a 15/5/1690 c/c (1) Mariana Freire de Jesus, f.^a de Gonçalo Freire de Andrade e Margarida Mendes/Fernandes; no mesmo local a 16/2/1727, Antônio c/c (2) Isabel de Almeida.
- 3) Bartolomeu de Zunega, n. Sorocaba, onde f. 6/11/1729 e ali casou a 25/2/1702 com Ana Maria Leme, f.^a de João Machado de Lima e Maria Leme Pedroso.
- 4) João de Oliveira Falcão, n. São Paulo. A 12/7/1696 em Sorocaba c/c Luzia Freire de Carvalho, f.^a de Gonçalo Freire de Andrade e Margarida Mendes/Fernandes.
- 5) Gabriel Ponce de Oliveira, n. Sorocaba. Em 1693 em Itu c/c Maria Valente, f.^a de Nicolau Valente e Maria Dias da Costa.
- 6) Ana Maria de Torales, n. Sorocaba, onde a 20/2/1686 c/c Paschoal Gonçalves.
- 7) Catarina Rodrigues, n. Sorocaba, onde a 11/1698 c/c Bartolomeu de Candia.
- 8) André de Zunega, n. Sorocaba, onde a 9/8/1700 c/c Antônia das Neves Domingues.

²³ Vide SILVA LEME. *Op.cit.*, v. VIII, p. 102.

²⁴ Há uma lacuna nos registros de batismos de Sorocaba de 1720/1737, que impediu de saber quem foram os filhos do casal, com exceção de Manuel de Oliveira, citado por SILVA LEME (*Op. cit.*, v. VII, p. 239) e dois Antônio, um b. a 24/7/1718 e que deve ter falecido ainda criança, e o outro Antônio de Oliveira Machado, tratado neste artigo.

Descendentes²⁵ de Antônio de Oliveira Machado

1 -**Antônio de Oliveira Machado**, n. 1728, Sorocaba/SP e f. 4/1/1783 em Rio Pardo/RS, com inventário autuado a 20/2/1783.²⁶ Casou cerca de 2/1755 em Viamão/RS com Inácia Rosa de Jesus, n. 1741, Feteira, ilha do Faial, Açores, Portugal, e f. 14/1/1814 em Rio Pardo/RS,²⁷ filha de Manuel Luís Rodrigues (n. cerca 1710, Feteira, onde casou a 2/10/1737) e Joana de Brum e Silveira (n. cerca 1715, Feteira), n.p. José Rodrigues e Catarina Luís e n.m. José Silveira de Brum e Catarina de Matos, todos da ilha do Faial. Como referido, Manuel Luís e Joana foi casal de El-Rei, vindo para o Brasil para povoar as Missões no RS, para garantir a posse para a Coroa Portuguesa.²⁸ Após o falecimento de Antônio, Inácia casou-se a 05/2/1784 em Rio Pardo com Luís da Silva, n. 1746, Curitiba/PR, filho de Custódio Álvares de Faria ou Custódio Alves Leme e Ana de Góes de Siqueira ou Ana da Silva. Sabe-se que no ano de 1780 Antônio recebeu uma sesmaria,²⁹ com ½ légua quadrada, com as seguintes confrontações: “*campos na fronteira do Rio Pardo, havidos por doação que lhe fez Manoel Pinto Bandeira. Pelo Norte se limitam com o Rio Pardo e Antonio Martins, pelo Sul com João dos Santos, por um arroio que o divide; pelo nascente com Antonio de Oliveira Machado e pelo poente com Manuel Pinto*”. Interessante notar que esta sesmaria era contínua com outra já pertencente a Antônio e que se localizava na *fronteira* do Rio Pardo, a sinalizar que talvez fosse mesmo para as bandas das Missões. Já por ocasião do inventário de seus bens, de 1783, foram referidos como herdeiros seis filhos e um patrimônio constituído por ouro e prata: 4 pratos e 4 colheres de estanho; machados, enxó goiva, foice, martelo, forno de co-

²⁵ Todos os descendentes de Antônio são precedidos de dois números. O primeiro número refere-se à geração e o segundo, a uma ordem cronológica dentro da geração e relativamente ao patriarca Antônio de Oliveira Machado. P. ex., o número “2-1” refere-se à segunda geração de Antônio, tratando-se, portanto, de seu primeiro filho. O número “3-2” diz com a terceira geração de Antônio, de seu segundo neto. Para se saber quem foram os pais do “3-2”, deve-se voltar no texto à 2ª geração, ou seja, ao indivíduo precedido do n. 2 imediatamente anterior ao “3-2”. Assim, se conseguiu descobrir os nomes de 52 netos e 100 bisnetos de Antônio e Inácia.

²⁶ APERS. Inventário dos bens de Antônio de Oliveira Machado, processo n. 19, maço 1, do cartório de órfãos e ausentes de Rio Pardo, ano de 1783.

²⁷ A informação está no inventário de seus bens: APERS, processo n. 188, maço 9, cartório de órfãos de Rio Pardo. Porém, não consta este assento nos livros da igreja católica de Rio Pardo, fazendo supor que Inácia tenha falecida em local distante da atual cidade de Rio Pardo, que à época era um vasto território.

²⁸ Manuel e Joana foram pais de Inácia Rosa de Jesus e de Quitéria de Brum, n. cerca de 1740, Feteira, Faial e f. 3/12/1786 em Rio Pardo/RS, onde a 12/7/1759 c/c (1) João Caetano de Moraes, n. Portugal, e a 25/1/1773 c/c (2) Francisco Borges Coelho, n. Angra do Heroísmo ou Biscoitos, ilha Terceira, Açores.

²⁹ AHRS. Livro n. 6º de Registro Geral de terras, fl. 113.

bre, roda para mandioca, enxadas, arado, arma de fogo e grossa; animais: 44 vacas leiteiras, 31 vacas e bois tambeiros, 9 éguas de criar, 5 éguas mansas, 1 cavalo, 1 burro, mulas e 10 potros de dois anos; escravos: José, crioulo, 30 anos, e Maria, de nação angola, 30 anos, mulher de José, e raiz: um sítio, onde vivia, com uma casa de pau-a-pique, coberta de capim, com currais e lavouras e $\frac{1}{4}$ de légua em quadras.

As condições de vida neste tempo eram escassas, bastando ver pelos bens deixados por Antônio. Sua família residia em um sítio, em uma casa de pau-a-pique coberta de capim, vivendo da agricultura e de alguns animais, cujos escravos deviam servir à casa e à criação. Apesar disso, dos processos de inventários, todos os filhos de Antônio foram alfabetizados, pois assinavam o nome.

Foram seis os filhos de Antônio e Inácia, que seguem.

2-1 **Antônio Lourenço de Oliveira Machado**, b. 4/7/1756, Rio Pardo/RS, onde a 10/7/1773 c/c (1) Páscoa Valentina Pedroso de Moraes, ali b. 14/4/1761, f.^a de Manuel Pinto Bandeira/Ramires (n. 1722, Laguna/SC) e Maria Pedroso de Moraes (n. Taubaté/SP), n.p. José Pinto Bandeira (n. Valongo, Porto, Portugal) e Inocência Ramires (índia carijó) e n.m. Gaspar Correia Moreira e Ana Pedroso de Moraes. Antônio a 10/10/1778 em Rio Pardo c/c (2) Cipriana Cortes Eleutéria, n. 1757, Biguaçu/SC, f.^a de Manuel Espíndola de Castro e Felícia Maria Rosa do Sacramento, ambos da ilha Graciosa, Açores. Houve do 2º casamento de Antônio os filhos:

3-1 **Julião de Oliveira Cortes**, n. cerca 1779, Rio Pardo, onde f. 1º/9/1857 e onde, a 16/2/1814, c/c Teresa Maria de Jesus/da Silva/dos Santos, ali n., f.^a do alferes José Antônio da Silva e Andreza Maria dos Santos, citados. Pais de:

4-1 **Manuel Juliano de Oliveira Cortes**, n. 1º/10/1814, Rio Pardo, b. fazenda da Cruz Alta. C/c sua prima Inácia Caetano de Oliveira, f.^a de Antônio Joaquim da Silva Santos e Juliana Leonor de Ataíde. Pais de: Leonora, n. 24/3/1847, José, n. 9/3/1849 e Cipriano, n. 23/11/1854, todos em Rio Pardo.

4-2 **Juliana**, n. 21/8/1816, Rio Pardo, onde f. 23/12/1818, de *maligna*.

4-3 **Julião de Oliveira Cortes**, n. 17/2/1819, Rio Pardo. A 27/2/1840, na capela do Sr. Bom Jesus dos Passos, em Rio Prado, c/c Rita Clara dos Santos, ali n. 16/11/1820, f.^a de João Bernardo dos Santos e Senhorinha Maria dos Santos. Pais de: João, n. 6/1/1841, Maria, n. 23/2/1845, João, n. 16/1/1847, Francisco, n. 15/6/1857, todos em Rio Pardo, Carolina, n. 15/6/1865, Santa Cruz do Sul, e Vasco de Oliveira Cortes, n. Rio Pardo (onde a 29/6/1881 c/c Amábilis Silveira de

Freitas).

4-4 **Cipriano de Oliveira Cortes**, n. 10/6/1820, Rio Pardo.

4-5 **Maria Juliana de Oliveira**, n. 25/7/1823, Rio Pardo, onde a 20/10/1849 c/c seu primo Antônio José de Oliveira, ali n. 19/2/1818, f.º de Antônio de Oliveira Machado e Marcelina Rosa de Jesus.

4-6 **Josefa**, n. 10/7/1825, Rio Pardo.

4-7 **Francisca de Oliveira Cortes**, n. 16/5/1833, Rio Pardo, onde a 5/10/1862 c/c seu primo Bibiano de Oliveira Cortes, ali n. 25/1/1839, f.º de Antônio de Oliveira Machado e Marcelina Rosa de Jesus.

3-2 (homem), b. 14/1/1781, Rio Pardo.

3-3 **Florinda Angélica de Oliveira** ou **Florinda de Oliveira Cortes**, n. 10/3/1783, Rio Pardo. C/c o capitão Bernardo Soares Louzada, n. Rio Pardo, f.º do cap. Francisco Soares Louzada (n. Florianópolis/SC) e Inácia Soares dos Santos Sodré, n.p. Baltazar Soares Louzada (n. Santa Catarina de Monte Sinai, Lisboa, Portugal) e Isabel Rodrigues de Mira (n. São Francisco do Sul/SC) e n.m. José Soares dos Santos (n. Cachoeira/BA) e Clara Damásia Maria (n. São Gonçalo/RJ). Pais de:

4-8 **Maria**, n. 19/3/1803, Rio Pardo.

4-9 **Francisco Soares Louzada**, n. 11/5/1804, Rio Pardo. C/c Rita Coutinho de Melo, n. Triunfo, f.ª de Antônio José Coutinho (n. ilha de Santa Maria, Açores) e Violante Inácia de Melo (b. 1774, Triunfo). Pais de: Francisco, n. 23/11/1845, Canguçu.

4-10 **Clara Soares Louzada**, n. 27/7/1806, Cachoeira do Sul. A 28/1/1832, Canguçu c/c Ciríaco José de Almeida, n. Cerro Largo, f.º de Antônio José de Almeida (n. Curitiba/PR) e Inocência Maria do Nascimento/Saldanha (n. Rio Pardo). Pais de: Inocência, n. 23/11/1834 e Maria, n. 8/10/1846, ambas em Canguçu.

4-11 **Felício Soares Louzada**, n. 3/10/1808, Canguçu. A 7/5/1832 em Triunfo c/c Maria Cândida de Melo, ali n. 6/2/1796, f.ª de Antônio José Coutinho e Violante Inácia de Melo, acima citados. Pais de: Antônio, n. 13/7/1835, Triunfo.

4-12 **José Soares Louzada**, n. 4/4/1811, Canguçu.

4-13 **Abdon Soares Louzada**, n. 20/7/1814, Canguçu.

4-14 **Isabel de Oliveira Louzada**, n. 5/3/1817, Canguçu.

4-15 **José Soares Louzada**, n. 11/8/1820, Canguçu.

4-16 **Francisca Soares Louzada**, n. 16/7/1822, Canguçu.

4-17 **Antônia Soares Louzada**, n. 11/12/1824, Canguçu, onde a 26/9/1850 c/c José Maria Morales, n. Pelotas, f.º de Domingos José Bonilha e Maria das Dores Morales.

3-4 **Esméria Maria da Conceição**, b. 6/8/1785, Rio Pardo, onde a 29/5/1802 c/c Lourenço Franco Moreira, n. Guarulhos/SP, f.º de Gonçalo Moreira de Carvalho e Ana Gertrudes França. Em 1815 Lourenço era alferes do Regimento de Dragões. Pais de:

4-18 **Florinda**, n. 19/3/1803, Rio Pardo.

4-19 **Jeremias**, b. 8/9/1807, Rio Pardo.

4-20 **David**, n. 22/8/1809, Rio Pardo.

4-21 **Venâncio**, n. 16/5/1812, Rio Pardo, onde f. 14/3/1815.

4-22 **João**, n. 25/6/1814, Rio Pardo, onde f. 1º/7/1814, de *tétano*.

4-23 **Cipriano**, n. 27/7/1816, Rio Pardo.

3-5 **Antônio de Oliveira Machado** ou **Antônio de Oliveira Cortes**, b. 5/7/1787, Rio Pardo e f. 21/1/1862, Santa Cruz do Sul/RS, de contusão de um pé. C/c Marcelina Rosa de Jesus, n. Osório, f.ª de Salvador Nunes de Carvalho e Rosa Maria de Jesus. Pais de:

4-24 **Manuel de Oliveira Cortes**, n. 8/4/1813, Rio Pardo. A 10/10/1833, Canguçu c/c Inácia Soares Louzada/Mendes, ali n., f.ª de Joaquim Soares Louzada (n. Rio Pardo e irmão de Bernardo, acima citado) e Feliciano Maria Mendes (n. Santo Amaro). Pais de: Feliciano, n. 31/8/1834, Rio Pardo, Joaquim, n. 26/9/1840, Marcelina, n. 28/3/1849 e Eufrosina de Oliveira Cortes, n. 10/3/1860, os últimos em Canguçu.

4-25 **Rosa**, n. 15/4/1816, Rio Pardo.

4-26 **Antônio José de Oliveira**, n. 19/2/1818, Rio Pardo, onde a 20/10/1849 c/c sua prima Maria Juliana de Oliveira, acima citados.

4-27 **Cipriano**, n. 8/11/1820, Rio Pardo.

4-28 **João de Oliveira Cortes**, n. 12/7/1829, Rio Pardo.

4-29 **Bibiano de Oliveira Cortes**, n. 1º/12/1833, Rio Pardo, onde f. criança.

4-30 **Bibiano de Oliveira Cortes**, n. 25/1/1839, Rio Pardo, onde a 5/10/1862 c/c sua prima Francisca de Oliveira Cortes, acima citados.

4-31 **Marcelino de Oliveira Cortes**, n. 17/3/1841, Rio Pardo.

3-6 **Antônio José de Oliveira**, n. Rio Pardoc/c Maria Teresa de Jesus, ali n., f.ª do alferes José Antônio da Silva e Andreza Maria dos Santos, citados. Pais de:

4-32 **Joaquim**, n. 28/4/1822, Rio Pardo.

3-7 **Dorotéia**, b. 30/11/1789, Rio Pardo.

3-8 **José de Oliveira**, n. 13/10/1792, Rio Pardo, onde f. 30/11/1792.

3-9 **Juliana Leonor de Ataíde**, b. 25/4/1794, Rio Pardo, onde f. 25/7/1866, de meningite. C/c Antônio Joaquim da Silva Santos, n.

9/3/1796, Rio Pardo, f.º do alferes José Antônio da Silva e Andreza Maria dos Santos, citados. Pais de:

4-33 **Inácia Caetano de Oliveira**, n. Rio Pardo, onde c/c seu primo Manuel de Oliveira Cortes, ali n. 1º/10/1814, acima citados.

4-34 **Antônia Joaquina da Silva**, n. 1º/4/1830, Cachoeira do Sul. A 9/6/1849, Rio Pardo, c/c Joaquim José Borges, ali n. 24/6/1820, f.º de Miguel Joaquim Borges (n. Vila da Praia, ilha Terceira, Açores) e Teresa Maria de Jesus (n. Rio Pardo).

4-35 **Cipriano Joaquim da Silva**, n. 4/1/1832, Rio Pardo, onde a 13/7/1861 c/c Maria Andréia da Silva, n. cerca 1845, Cruz Alta, onde f. 6/4/1863, f.ª de Cipriano José da Silva e Pacífica Maria dos Santos.

4-36 **Abel**, n. 4/1/1835, Rio Pardo.

4-37 **Maria Inácia da Silva**, n. 16/11/1838, Rio Pardo. A 27/8/1859, Cruz Alta, c/c Sebastião José da Silva, n. 18/12/1837, Rio Pardo, f.ª de Cipriano José da Silva e Pacífica Maria dos Santos.

4-38 **Joaquina Francisca Cortes**, n. Rio Pardo. A 3/8/1867, Cruz Alta, c/c José Ferreira dos Santos e Silva, n. 8/11/1834, Rio Pardo, f.º de João Ferreira dos Santos e Silva e Ana Maria Soares.

2-2 **Maria Teodora de Jesus**, b. 21/5/1759, Rio Pardo, onde a 2/9/1775 c/c o tenente Francisco Xavier Bernardes, n. São Paulo (Santo Amaro) e f. 25/2/1795, Rio Pardo, f.º de José Carlos dos Santos e Maria Antônia do Ó. Em 1795 Francisco era tenente de auxiliares do Regimento de Dragões.

2-3 **Cristina Angélica de Jesus**, n. 1766, Rio Pardo e f. 25/9/1843, Cachoeira do Sul. A 11/10/1785 em Rio Pardo c/c o tenente Felisberto dos Santos de Moraes, ali n. 1769, b. 18/8/1782 e f. 29/4/1841 em Cachoeira do Sul, f.º de José dos Santos Moraes (n. Santo Antônio do Fújol?, Lisboa, Portugal) e Catarina de Souza ou do Espírito Santo (n. Topo, ilha de São Jorge, Açores), n.p. Pedro Gonçalves e n.m. Caetano de Souza Lopes e Maria de Souza. Pais de:

3-10 **Francisco dos Santos Moraes**, b. 4/8/1784, Rio Pardo. A 9/10/1827, São Gabriel, c/c Maria Ferreira da Costa, n. Caçapava do Sul, f.ª de Reginaldo Ferreira da Costa e Matildes Pedroso de Lima. Pais ao menos de:

4-39 **Gabriel dos Santos Moraes**, n. Santa Maria, onde a 25/3/1870 c/c Francisca Ana Fernandes Pena, ali n., f.ª de José Fernandes Pena e Manuela Celestina. Pais ao menos de Adalgisa Penna de Moraes, n. 11/5/1874, Santa Maria e f. 1946, Porto Alegre, c/c Dr. João Rodrigues Vellinho, n. 1862, Porto Alegre e f. 13/6/1902, Santa Maria, f.º Manuel Rodrigues Vellinho e Inácia Luísa da Silva, ambos de Porto Alegre.

- Adalgisa e João foram pais, por sua vez, de seis filhos, dentre eles o Dr. Moysés de Moraes Vellinho, advogado e historiador.
- 3-11 **Brígida**, b. 16/8/1786, Rio Pardo e f. talvez na infância.
- 3-12 **Felisberto dos Santos Moraes**, b. 23/9/1788, Cachoeira do Sul e f. talvez na infância.
- 3-13 **Serafim José dos Santos** ou **Serafim dos Santos Moraes**, n. 6/11/1790, Cachoeira do Sul e já f. 1846. C/c Maria Francisca dos Santos/Oliveira, b. 5/6/1810, Cachoeira do Sul, f.^a de Gaspar Rodrigues de Oliveira (n. São Paulo/SP) e Maria Teresa/Francisca de Jesus (n. 1789, Rio Pardo). Pais de:
- 4-40 **Felisberto dos Santos Moraes**, n. 11/5/1828, Cachoeira do Sul.
- 4-41 **Felisberta**, n. 20/10/1829, Rio Pardo.
- 4-42 **Manuel**, n. 20/5/1833, Cruz Alta.
- 4-43 **Francisca Maria dos Santos**, n. 14/3/1837, Rio Pardo, onde a 20/3/1862 c/c Januário Gomes de Moraes, f.^o de José Gomes de Moraes Ipê e Joaquina Maria de Campos.
- 4-44 **Gaspar dos Santos Moraes**, n. 12/9/1838, Rio Pardo, onde f. 25/7/1839, de *catarreira*.
- 4-45 **João José dos Santos**, n. 27/5/1842, Rio Pardo e já f. 1910, Santa Maria, onde a 10/2/1872 c/c sua prima (1) Leopoldina Alves de Oliveira, ali n. e já f. 1874. A 8/3/1874 em Santa Maria João c/c sua prima e cunhada (2) Rosalina Alves de Oliveira, n. 25/6/1854, Santa Maria e já f. 1910, ambas f.^{as} de Francisco Alves de Oliveira e Diolinda Alves dos Reis, abaixo citados. Houve do 2º casamento os filhos José Francisco dos Santos (n. 1874, casado a 26/7/1895 em Santa Maria com sua prima Francelina Vieira Barroso) e Maria Amélia dos Santos (n. 1876, Santa Maria, onde a 30/7/1896 c/c seu primo Geraldo dos Santos Barroso).
- 4-46 **Antônio dos Santos Moraes**, n. 6/8/1844, Cachoeira do Sul. A 5/5/1866, Rio Pardo c/c Maria Luiza do Carmo, f.^a de José Antônio de Souza e Bernardina Maria de Jesus.
- 4-47 **Manuel Rodrigues dos Santos**, a 1º/7/1855, Rio Pardo, c/c Ana Joaquina de Deus, ali n. 2/6/1830, f.^a de Manuel de Deus Machado e Felicidade Maria da Conceição.
- 4-48 **Jesuína Maria dos Santos**, a 7/11/1857, Rio Pardo, c/c Antônio Vieira Barroso, seu primo, abaixo citados.
- 3-14 **Clara**, n. 30/4/1793, Cachoeira do Sul e já f. 1846.
- 3-15 **Mariana**, n. 1º/8/1795, Cachoeira do Sul e já f. 1846.
- 3-16 **Francisca Quirina dos Santos**, b. 4/8/1798, Cachoeira do Sul,

onde f. 4/1823. Ali a 15/4/1822 c/c Francisco Guedes de Azevedo, n. Rio Pardo, f.º do cap. Alexandre Guedes de Azevedo (n. São Bartolomeu, Porto, Portugal) e Maurícia Clara de Oliveira (n. Triunfo), n.p. Antônio de Azevedo de Moraes e Antônia Luísa Guedes e n.m. Francisco Gomes de Carvalho (b. 1746, Rio Grande) e Brígida Francisca de Bittencourt ou Brígida Clara de Oliveira (b. 1760, Rio Grande). Pais de:

4-49 **Francisco Guedes de Azevedo**, n. 1822, Cruz Alta.

4-50 **Francisca Quirina Guedes**, n. 1822, Cruz Alta. A 21/10/1847 em Santa Maria c/c Francisco Barreto da Fontoura, n. 29/4/1825, Cachoeira do Sul, f.º de Antônio Adolfo da Fontoura/Antônio Adolfo Charão (n. Triunfo) e Graciana Maria Pacheco/Sardinha (n. Rio Pardo).

3-17 **Felisberto dos Santos Moraes**, b. 3/10/1799, Cachoeira do Sul e já f. em 1846.

3-18 **Brígida Francisca dos Santos**, n. 31/12/1802, Cachoeira do Sul. C/c Alexandre Guedes de Azevedo, f.º do cap. Alexandre Guedes de Azevedo (n. São Bartolomeu, Porto, Portugal) e Maurícia Clara de Oliveira (n. Triunfo), acima citados. Pais ao menos de:

4-51 **Antônio Guedes de Azevedo**, n. 18/1/1835, Cachoeira do Sul.

4-52 **Maurícia de Azevedo**, n. 13/11/1846, Cachoeira do Sul.

3-19 **Josefa Branca dos Santos**, n. 4/11/1805, Cachoeira do Sul, onde em 1824 c/c Francisco Guedes de Azevedo, n. Rio Pardo, f.º do cap. Alexandre Guedes de Azevedo (n. São Bartolomeu, Porto, Portugal) e Maurícia Clara de Oliveira (n. Triunfo), acima citados. Pais, ao menos de:

4-53 **Felisberta Guedes de Azevedo**, n. 7/3/1827, Cachoeira do Sul. C/c o capitão João Adolfo da Fontoura, ali n., f.º de Antônio Adolfo da Fontoura/Antônio Adolfo Charão e Graciana Maria Pacheco/Sardinha, acima citados.

4-54 **Jesuíno Guedes de Azevedo**, n. 28/9/1833, Cruz Alta.

2-4 **José Joaquim de Oliveira**, n. 1771, Rio Pardo, onde f. 6/12/1838 e onde a 28/9/1824 c/c sua prima³⁰ Andreza Maria dos Santos, b. 5/11/1768, Viamão e f. 3/12/1843, Rio Pardo, viúva do alferes José Antônio da Silva e f.^a de Manuel Vieira de Melo (n. Santa Bárbara, ilha Terceira, Açores, casado a 13/11/1756 em Sorocaba) e Maria dos Santos Robalo (n. Sorocaba/SP), n.p. Antônio Vieira de Melo e Joana da Conceição e n.m. capitão-mor Manuel dos Santos Robalo (n. Vila de

³⁰ Andreza, pelo lado de sua mãe, é descendente de várias famílias paulistanas, como os Leme, Oliveira, Fernandes e tantas outras, também antepassadas de José Joaquim.

Pena Macos ou Lisboa, Portugal) e Maria Moreira Maciel (n. Sorocaba, onde casou a 12/6/1727 e f. 15/2/1788, Rio Pardo).

2-5 **Ana Maria Leme da Silva** ou **Ana Maria Lemos**, n. 1774, Rio Pardo e f. 30/9/1808 em Cachoeira do Sul. A 11/9/1788 em Rio Pardo c/c Simplicio dos Santos de Moraes, n. Rio Pardo, f.º de José dos Santos Moraes e Catarina de Souza, acima referidos. Pais de:

3-20 **Constância dos Santos**, n. Rio Pardo. A 16/1/1808, Caçapava do Sul, c/c (1) João Mariano, “pardo liberto”, n. Castro/PR e f. antes de 7/5/1818, f.º de Agostinho Veloso e Margarida Pinto. A 7/5/1818, Caçapava, Constância c/c (2) João Carlos, n. Paraguai, f.º de Lourenço da Veiga e Francisca de Figueiredo. Houve do 1º casamento ao menos o filho:

4-55 **Manuel**, n. 7/1809, Caçapava do Sul.

3-21 **Feliciano dos Santos Moraes**, n. 27/3/1791, Cachoeira do Sul.

3-22 **Vasco dos Santos Moraes**, n. 15/6/1793, Cachoeira do Sul.

3-23 **Constantino dos Santos Moraes**, n. 20/8/1793 (sic), Rio Pardo.

3-24 **Florisbela**, n. 9/9/1795, Cachoeira do Sul.

3-25 **Justiniana**, n. 5/6/1796, Rio Pardo.

3-26 **Simplicio dos Santos Moraes**, n. 8/8/1798, Cachoeira do Sul, que deve ter f. pequeno.

3-27 **Juliana Maria dos Santos**, b. 6/2/1798, Cachoeira do Sul, onde a 18/12/1817 c/c João José Braseiros/Brazeiro, n. 23/10/1796, Rio Pardo, f.º de João José Braseiros (n. São Paulo) e Inácia Maria da Conceição (n. Rio Pardo). Pais de:

4-56 **João Braseiros**, n. 2/7/1817, Cachoeira do Sul.

4-57 **Josefa dos Santos Brazeiro**, n. 16/4/1823, Alegrete, onde a 1º/11/1843 c/c Florentino de Abreu Machado, ali n. 16/4/1823, f.º de Alexandre de Abreu Valle Machado (n. Portugal) e Maria Francisca de Oliveira (n. Rio Pardo).

4-58 **Maurício dos Santos Brazeiro**, n. 22/9/1825, Alegrete.

4-59 **Veríssimo dos Santos Brazeiro**, n. 21/1/1829, Alegrete.

4-60 **Cirino dos Santos Brazeiro**, n. 24/11/1830, Alegrete.

4-61 **Ana dos Santos Brazeiro**, n. 31/8/1832, Alegrete.

4-62 **Inácia dos Santos Brazeiro**, n. 31/8/1832, Alegrete.

4-63 **Clementina dos Santos Brazeiro**, n. 2/9/1834, Alegrete.

3-28 **Florisbela Joaquina dos Santos**, b. 13/10/1799, Cachoeira do Sul, onde a 14/10/1815 c/c Antônio Branco Ribeiro, n. Santana de Parnaíba/SP, f.º do alferes José Branco Ribeiro (n. Santo Amaro/SP) e Catarina Nunes de Siqueira (n. Santana de Parnaíba). Pais ao menos de:

- 4-64 **Ana**, n. 18/7/1818, Cachoeira do Sul.
- 4-65 **Maria**, n. 27/7/1820, Cachoeira do Sul.
- 3-29 **Feliciano dos Santos Moraes**, b. 13/10/1799, Cachoeira do Sul.
- 3-30 **Simplício dos Santos Moraes**, n. 5/11/1802, Cachoeira do Sul. C/c Felicidade Perpétua de Oliveira, n. Rio Pardo, f.^a de Antônio Francisco de Moraes (n. Porto Alegre, casado a 26/11/1810, Rio Pardo) e Ana Maria de Jesus/das Neves (n. Rio Pardo), n.p. Francisco de Moraes (n. N. Sra. da Assunção, ilha de Santa Maria, Açores) e Maria do Nascimento (n. Porto Alegre) e n.m. Manuel Rodrigues Gularte e Cipriana Maria da Conceição, naturais de Rio Pardo. Pais, ao menos, de:
- 4-66 **Ana**, n. 17/1/1830, Cachoeira do Sul.
- 4-67 **João**, n. 12/5/1846, Cachoeira do Sul.
- 3-31 **Zeferina**, n. 25/12/1802 (sic), Rio Pardo.
- 3-32 **Maria**, n. 29/10/1804, Caçapava do Sul.
- 3-33 **Andreza Maria dos Santos**, n. 1^o/5/1805, Cachoeira do Sul, onde a 2/2/1820 c/c João Batista dos Santos, n. 10/8/1787, Tamanduá/PR, f.^o de João Batista dos Santos (n. Curitiba) e Joana Maciel de Sampaio (n. Curitiba), n.p. Manuel dos Santos Cardoso (n. Curitiba) e Gertrudes Maria Nunes (n. Itu) e n.m. Manuel Martins Valença (n. Paranaguá/PR) e Maria de Araújo (n. Curitiba). Pais ao menos de:
- 4-68 **João Batista dos Santos**, n. 1^o/12/1824, Cachoeira do Sul. A 6/10/1854, Rio Pardo c/c Josefa Maria da Luz, f.^a Bento José de Freitas e Benta Maria de Jesus.
- 4-69 **Ana**, n. 12/12/1828, Cachoeira do Sul.
- 4-70 **Emília dos Santos Batista**, a 10/9/1857 em Cruz Alta c/c Laurindo José dos Santos, exposto em casa de Manuel José de Souza.
- 4-71 **Inácio Batista dos Santos**, n. Rio Pardo, onde a 19/8/1861 c/c Belizia Pereira da Luz, ali n., f.^a de Francisco José Pereira da Luz e Leonor Rosa Brum.
- 3-34 **Bernarda**, n. 8/6/1806, Caçapava do Sul.
- 3-35 **Guerino**, n. 9/6/1808, Caçapava do Sul.
- 3-36 **Maria**, n. 10/1/1814, Caçapava do Sul.
- 3-37 **Veríssimo dos Santos de Moraes**, n. cerca 1810/1815, Cachoeira do Sul. C/c sua prima Matilde Fagundes, ali n., f.^a de Alexandre Álvares Fagundes (n. Curitiba ou São José dos Pinhais/PR) e Quitéria Marques de Brum (n. 1783, Rio Pardo), n.p. Domingos Fagundes dos Santos (n. Paranaguá/PR) e Custódia Álvares de Araújo (n. Curitiba) e n.m. Francisco Borges Coelho e Quitéria de Brum, acima citados. Pais ao menos de:

4-72 **José**, n. 17/2/1835, Cachoeira do Sul.

2-6 **Joaquim José de Oliveira**, b. 25/7/1778, Rio Pardo e f. 1846,³¹ deixando um rancho de capim com seus arvoredos e tapumes, um campo de cercados e cinco escravos.³² A 27/6/1796 em Rio Pardo c/c Silvana Maria de Ascensão, ali b. 9/8/1780 e em 1846 residente em Cruz Alta, mas f. a 13/7/1849 em Rio Pardo, sepultada no cemitério do Senhor Bom Jesus dos Passos, f.^a de Manuel Nunes de Souza (n. cerca 1740, Velas, Ilha de São Jorge, Açores, casado a 9/8/1775 em Rio Pardo) e de Ana Maria da Ascensão (b. 23/4/1760, Rio Pardo), n.p. Manuel de Souza Pereira (n. cerca 1705, Velas, onde casou a 2/5/1729 e f. 17/9/1796, Rio Pardo) e de Luzia Pacheco (n. Velas) e n.m. João da Silveira (de Matos) Machado (n. 1720, Topo, ilha de São Jorge, também casal de El-Rei vindo para povoar as Missões, no RS) e Ana Maria de Assunção. Silvana era bisneta de Pedro Nunes Amaral e Maria de Souza (pais de Manuel); de Manuel Gonçalves Pereira e Maria Pacheco (pais de Luzia); Francisco da Silveira de Matos e Ana Alexandrina Machado (pais de João) e de Manuel Francisco Teixeira e Maria Jorge (pais de Ana Maria), todos da ilha de São Jorge. Joaquim e Silvana foram pais de:

3-38 **Constantino José de Oliveira**, n. 15/4/1797, Cachoeira do Sul.

3-39 **Antônio Joaquim de Oliveira**, b. 9/10/1798, Cachoeira do Sul. Em 1846 estava casado. Teve, porém, com Umbelina Maria da Silva, de nação guarani, o filho Amâncio, b. 28/8/1834, Rio Pardo.

3-40 **Maurícia Clara de Oliveira**, n. 8/9/1800, Cachoeira do Sul e f. 28/2/1840, Santa Maria. A 15/2/1825, Caçapava do Sul c/c Bernardo José dos Reis, n. cerca de 1800, São Paulo/SP ou Rio de Janeiro/RJ e f. depois de 1855 em Santa Maria, f.^o de Antônio José Barroso ou Manuel José Vieira e Maria Francisca dos Reis. Bernardo foi alferes, depois tenente, estabelecido no distrito da Boca do Monte, em Santa Maria.

Interessante anotar que Mário da Silva Brasil, bisneto de Maurícia e Bernardo, ao se referir em sua biografia (1950) acerca da avó materna, Maria Francisca dos Reis, filha deles, assim mencionou:

[...] A meia légua da casa de meus avós paternos moravam meus avós maternos. A minha avó, que se chamava Maria Francisca de Oliveira era sobrinha do bravo almirante Barroso que legou um nome à Pátria, cobrindo-se de glórias na guerra do Paraguai. Faleceu no ano de 1911, com

³¹ Ano em que autuado seu inventário. No entanto, não foi encontrado o registro em Rio Pardo de 1845/1846. Considerando que sua esposa neste ano de 1846 residia em Cruz Alta, é possível que Joaquim tenha falecido por ali ou nas proximidades.

³² APERS. Inventário dos bens de Joaquim José de Oliveira, processo n. 513, maço 23, cartório de órfãos de Rio Pardo, ano de 1846.

72 anos, tendo deixado 10 filhos, sendo minha mãe, Maria Alves Brasil, a única mulher, nascida em 13 de agosto de 1869. [...]

Apesar da referência a Francisco Manuel Barroso da Silva, o Almirante Barroso, não foi possível ainda descobrir o parentesco e/ou confirmar a hipótese.

Bernardo e Maurícia foram pais de:

4-73 **Diolinda Alves dos Reis**, b. 1º/5/1826, Rio Pardo. A 15/7/1844 em Santa Maria c/c Francisco Alves de Oliveira, ali b. 2/4/1827, f.º de Mariano Alves de Oliveira (n. 1773, Cachoeira do Sul) e Maria Joaquina do Nascimento (n. 1790, Triunfo), n.m. José Mariano de Salles e Margarida Joaquina Leme da Silva, acima citados. C/ descendência em Santa Maria.

4-74 **Leonor Patrício dos Reis**, n. 26/4/1829, Rio Pardo. A 6/1/1847 em Santa Maria c/c Joaquim Pereira da Silva, n. Porto Alegre, f.º de Pacífico Nunes e Ana Maria do Nascimento. C/ filhos em Santa Maria.

4-75 **Antônio Vieira Barroso**, b. 11/11/1831, Santa Maria. Residia em Cruz Alta e a 7/11/1857 em Rio Pardo c/c sua prima Jesuína Maria dos Santos, ali n., f.º de Serafim José dos Santos e Maria Francisca dos Santos, acima citados. Possivelmente o mesmo Antônio Vieira teve ao menos um filho natural dom Leocádia Maria de Jesus/dos Santos.

4-76 **Maria Francisca dos Reis**, n. 1839, Cachoeira do Sul e f. 1911, Santa Maria, onde a 2/10/1858 c/c Benedicto Alves de Oliveira, n. 13/12/1837, Santa Maria e f. 2/3/1917, Boca do Monte, Santa Maria, f.º de João Alves de Oliveira (b. 1820, Santa Maria) e Inácia Barbosa (n. 1821, Triunfo), n.p. Mariano Alves de Oliveira e Maria Joaquina do Nascimento, acima citados e n.m. Francisco de Oliveira Pinto e Dorothea Joaquina dos Santos. Benedicto foi criador no Passo do Raimundo, hoje Rincão dos Brasil, na Boca do Monte. Pais de:

5-1 **João Mariano (Alves) de Oliveira**, n. 7/6/1858, RS e f. 20/10/1933, Boca do Monte, onde foi criador. C/c Maria do Carmo Leite, n. 23/5/1868, RS e f. 1º/1/1933, Boca do Monte, f.ª de Bonifácio de Souza Leite e Fláubia Maria dos Santos, ambos de Santo Amaro. Pais de 9 filhos.

6-1 **Maria Mercedes Alves de Oliveira**, n. 1880/1886, Santa Maria e f. 12/9/1956, Boca do Monte. A 11/6/1898 em Santa Maria c/c (1) seu tio João Inácio Alves de Oliveira, ali n. 23/6/1876, f.º de Benedito Alves de Oliveira e Maria Francisca dos Reis. C/c (2) Manuel Antônio Tavares, n. 1884/1886, f.º de Joaquim Tavares de Moura/Moreira e Maria Marques de Azevedo. Houve ao menos 1 filha do 1º casamento e 9 do segundo.

- 6-2 **Idalina Alves de Oliveira**, n. 20/12/1886, Santa Maria. A 24/6/1905 em São Pedro do Sul c/c Olympio Thomaz da Silva Brasil, n. 25/12/1875, Santa Maria e f. 4/4/1957, Dilermando de Aguiar, agricultor e criador, f.º de João Thomaz da Silva Brasil e Francisca Gomes de Oliveira. Pais de 5 filhos.
- 6-3 **Idalêncio Alves de Oliveira**, n. 10/11/1887, Santa Maria, onde f. 20/12/1955, agricultor. A 16/7/1910, Dilermando de Aguiar, c/c Antônia Gonçalves de Moraes, n. 5/3/1890, f.ª de Pedro José Gonçalves de Moraes e Rita Gonçalves de Moraes. Pais de 7 filhos localizados.
- 6-4 (mulher), n. 30/1/1891, Santa Maria.
- 6-5 **Juvenal Alves de Oliveira**, n. 1895, Boca do Monte. A 10/9/1921 em Dilermando de Aguiar c/c Maria Ribeiro dos Santos ou Maria Xavier, n. 1904, Boca do Monte e f. 18/2/1972, Santa Maria, f. de Octacílio Xavier e Vicência Ribeiro da Silva. Pais de 8 filhos localizados.
- 6-6 **Ordalina Alves de Oliveira**, n. 1896/1897 e f. 12/2/1945, Dilermando de Aguiar, onde a 25/7/1915 c/c João Sauzen Filho, n. 5/8/1888, agricultor, f.º de João Sauzen e Catharina Pasch. Pais de 9 filhos.
- 6-7 **Idalina Alves de Oliveira**, n. 12/1898, Santa Maria, onde a 8/1/1929 c/c seu primo Graciano dos Santos e Silva, n. 7/5/1889, Boca do Monte, f.º de Quintino dos Santos e Silva e Maria Inácia Alves de Oliveira.
- 6-8 **Bonifácio Alves de Oliveira**, n. 6/2/1899, Santa Maria, onde criador e agricultor. Ali a 24/11/1923 c/c Adélia ou Adylia Ramos, n. 1º/11/1904, Santa Maria, f.ª de Orozimbo Ramos da Silva e Lucila Alves Medina. Pais de 6 filhos.
- 5-2 **José Benedicto Alves de Oliveira**, n. 30/4/1862, Santa Maria e f. 22/2/1944, Santana do Livramento. Foi casado deixando duas filhas Anita (Nicota) e Quequeta.
- 5-3 **Antônio Alves de Oliveira**, n. 9/3/1864, Santa Maria.
- 5-4 **Maria José Alves de Oliveira** (Sinhá), n. 13/8/1865, Santa Maria, onde f. 15/10/1933. Ali a 13/5/1888 c/c José da Silva Brasil, ali n. 8/11/1856 e onde f. 20/10/1933, f.º de João Thomaz da Silva Brasil³³ (n. 1824, Santo Antônio da Patrulha e f. 15/6/1904, Boca

³³ Sobre a família Brasil, veja: PUFAL, Diego de Leão. As origens da família Brasil: de Viamão a Santa Maria da Boca do Monte, publicado na obra: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Raízes de Viamão*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 673-691.

do Monte) e Francisca Gomes de Oliveira (b. 1840, Santa Maria). José foi professor, escrivão judicial e depois registrador do cartório de registro civil de Santa Maria. Pais de:

6-1 **Mário da Silva Brasil**, n. 2/3/1889, Passo do Raimundo (hoje Rincão dos Brasil), na Boca do Monte, em Santa Maria e f. 2/11/1962, Porto Alegre. Casou a 4/9/1915, São Gabriel com sua prima terceira, Celina Laureano da Silva, n. 5/9/1898, Dilermando de Aguiar, e f. 18/10/1984, Porto Alegre, f.^a de João Laureano da Silva (primo de Maria José Alves de Oliveira, e, portanto, sobrinho de seus pais) e Placidina Martins da Silveira, ambos de Dilermando de Aguiar. Mário foi engenheiro, professor catedrático da UFRGS, escritor e poeta. Pais de:

7-1 **Flávio Laureano Brasil**, n. 23/5/1916 e f. 2/7/1916, Porto Alegre.

7-2 **Glauco Laureano Brasil**, n.15/5/1917, Porto Alegre, onde f. 18/4/1984. Ali a 9/4/1942 c/c Sarah Vieira de Carvalho, ali n. 18/12/1919 e onde f. 6/2/2000, f.^a de Demétrio Rodrigues de Carvalho (n. 1887, Porto Alegre) e Hercília Vieira (n. 1888, Tapes), n.p. Antônio Rodrigues de Carvalho Júnior e Antonieta Brochado de Oliveira, ambos de Porto Alegre, e n.m. Manuel Vieira Rodrigues e Maria Hortência Vieira Rodrigues, ambos de Tapes. Glauco foi Engenheiro-Civil da Prefeitura de Porto Alegre. Pais de: Eneida (c/c José Hildebrando de Abreu Pesce); Elisabeth (c/c Irio Gonçalves Brasil) e Eliane (c/c João Lino Gava).

7-3 **Ione Laureano Brasil**, n. 3/1/1922, Porto Alegre, onde a 3/1/1945 c/c Ruy Cheuiche Ferreira, n. 19/2/1921, Caçapava do Sul e f. 16/4/2011, Porto Alegre, f.^o de Fredolino Francisco Ferreira e Alita de Vargas Cheuiche, ambos de Caçapava, n.p. Manuel Tertuliano Ferreira ou Manuel Tertuliano de Brum e Silvana Tergina Teixeira de Souza, ambos de Santana da Boa Vista e n.m. Julião Cheuiche (n. 1869, Zahlé, Líbano) e Maria Cândida de Vargas (n. RS). Ione é professora, e Ruy, médico-veterinário. Pais de: Lilia (c/c José Rosito); Nei; Leila (c/c Vitor Paulo Pereira) e Nelson (c/c Maria Isabel Cardoso de Mattos).

7-4 **Helena Laureano Brasil**, n. 2/4/1924, Porto Alegre, onde f. 28/12/2004. Ali a 19/5/1948 c/c José Bado Goulart, n. 18/10/1922, Alegrete, e f. 25/5/2013, Porto Alegre, f.^o de Estácio Dutra Goulart (n. 1887, Itaqui) e de Luiza Bado (n. 1897,

Itaqui), n.p. José da Silva Goulart (n. 1850, São Borja) e Josefa Dutra de Lemos (n. 1857, San Eugenio, Uruguai) e n.m. Ramão Baddo (n. 1869, Itaqui) e Feliciano Brum (n. RS). José Bado Goulart foi poeta, jornalista e aposentado pelo Banco do Brasil. Sem descendência.

7-5 **Maria Laureano Brasil**, n. 25/6/1928, Porto Alegre, onde f. 14/10/2019 e onde a 14/9/1947 c/c Nerly Antônio de Leão, ali n. 10/12/1921 e f. 19/10/1978, f.º de Floriano Antônio de Leão (n. 1899, Porto Alegre) e Jenny Coelho Netto (n. 1901, São Leopoldo), n.p. Gasparino Antônio de Leão³⁴ (n. 1865, São Jerônimo) e Leocádia de Almeida da Soledade (n. 1867, Porto Alegre) e n.m. Ernesto de Souza Leal Filho³⁵ e Camilla Coelho Netto.³⁶ Maria é professora e poetisa; Nerly foi advogado e economista, e aposentou-se pelo Banco do Brasil. Pais de:

8-1 **Newton Brasil de Leão**, n. 30/7/1948, Porto Alegre, onde c/c Maria Carmen Genta, ali n. 22/4/1952, f.ª de Marcelo Paschoal Genta e de Alba Mirandola. Newton é desembargador do TJRS e Maria Carmen, comerciante. Pais de Daniel, Lucas e Alex Genta de Leão.

8-2 **Dóris Brasil de Leão**, n. 23/3/1950, Porto Alegre, onde a 14/10/1972 c/c Helmuth Luis Schmidt Pufal, ali n. 10/8/1948, f.º de Pedro Corrêa Pufal (n. 1925, f. 1991) e de Odette Luiza Schmidt (n. 1927 e f. 2015), ambos de Porto Alegre, n.p. João Luiz Pufal (n. 1892, Veranópolis) e Julieta Corrêa da Silva (n. 1900, São Leopoldo) e n.m. Helmuth Schmidt Filho (n. Taquara) e Luiza Pierina Scorcioni (n. Porto Alegre). Dóris é defensora pública e Helmuth, comerciante. Pais de:

9-1 **Tiago de Leão Pufal**, n. 15/2/1977, Porto Alegre. C/c Cecília Schmitt, n. 18/3/1978, Taquara, f.ª de Adalberto Schmitt e Nair Beck. Pais de: Isadora, n. 9/7/2007, Rio de Janeiro, e Marina Schmitt Pufal, n. 23/4/2010, Porto Alegre.

³⁴ Sobre a família Leão, veja: PUFAL, Diego de Leão. *A família Leão e a Fazenda Padre Eterno: história e genealogia*, artigo publicado na obra: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Nova Hartz*. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012, v. II, p. 196/240.

³⁵ Sobre a família Souza Leal, veja: PUFAL, Diego de Leão. *A família Souza Leal no Quadrante Patrulhense*, publicado na obra: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Santo Antônio da Patrulha 2009*. Porto Alegre: EST, 2012, p. 462-475.

³⁶ Sobre a família Coelho Netto, veja: PUFAL, Diego de Leão. *Os trabalhos do engenheiro francês Jean-Charles Pompée Demoly no litoral norte gaúcho*, artigo publicado na obra: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.). *Raízes de Capivari do Sul*. Porto Alegre: EST: Evangraf, 2015.

9-2 **Diego de Leão Pufal**, n. 10/6/1979, Porto Alegre. Servidor público do TJSC e autor do presente. Residente em Imbituba/SC.

9-3 **Bárbara de Leão Pufal**, n. 28/1/1981, Porto Alegre. C/c Edmar Bürger, ali n. 19/2/1973, f.º de Ivo Bürger e Edi Kuhn. Pais de Melissa Pufal Bürger, n. 25/12/2010, Porto Alegre e Matheus Pufal Bürger, n. 4/3/2018 em Porto Alegre.

9-4 **Sabrina de Leão Pufal**, n. 18/1/1986, Porto Alegre. Casou a 1º/3/2014 em São José dos Pinhais/PR com Gleidson Pereira de Souza, n. 16/4/1980, Porto Alegre, f.º de Renato Silva de Souza e Araci Vaz Pereira. Pais de: Luiz Henrique e Gabriel Pufal de Souza, gêmeos, n. 6/2/2019, Porto Alegre.

7-6 **Paulo Laureano Brasil**, n. 21/12/1936, Porto Alegre, onde a 16/5/1959 c/c Miriam Ilza Müller, ali n. 24/4/1940 e f. 19/2/2014, f.ª de Reinaldo Frederico Müller (n. 1910, Aquidauana/MS) e Clélia Britto (n. 1911, Porto Alegre), n.p. Anton Friedrich Müller (n. Alemanha) e Irma Kessler (n. Porto Alegre) e n.m. Astrogildo de Oliveira Britto e Elsa Kessler. Paulo é coronel, militar reformado. Pais de: Maria Cristina, Marcelo José, Jacqueline, Mário Henrique e Adenilson Brasil.

7-7 **Carmem Laureano Brasil**, n. 16/4/1939, Porto Alegre, onde a 26/12/1959 c/c seu primo irmão Ronald Albanus Brasil (Chico), n. 27/6/1932, Santa Maria, f.º de Ernani da Silva Brasil e Ernestina Albanus, abaixo citados. Carmen é professora aposentada e Ronald, advogado, residentes em Santa Maria. Pais de: Carla e André Brasil.

6-2 **Maria José Alves Brasil** (Zezé), n. 28/7/1892³⁷ ou 10/5/1898, Santa Maria e f. 3/3/1961, Porto Alegre. A 16/11/1923, Santa Maria, c/cRamão Galvarros, n. 21/4/1894, Uruguaiana e f. 8/6/1959, Santa Maria, f.º de Frutuoso Galvarros, (n. Burgos, Espanha) e Carmen Sociega, (n. Uruguaiana). Pais de: Denyse (c/c Galdino Bueno Filho); Dionéia (c/c João Nanito Adams); Dóris (c/c Ibanez Rodrigues Pizarro); Duclos (c/c Ewelín Zottmann) e Dinau Brasil Galvarros (c/c Zeni Moraes).

6-3 **Ademar Alves Brasil**, n. 5/8/1893, Silveira Martins e f. 7/4/1952, Santa Maria, solteiro, sem descendência.

³⁷ Conforme consta no registro civil de Santa Maria, cujo ato se deu em 9/8/1892. Porém, foi feito um registro tardio, em 1923, no qual consta que Maria teria nascido a 10/5/1898.

6-4 **Francisca Alves Brasil** (Chiquita), n. 5/11/1890 ou 1894, Santa Maria e f. 1946, Porto Alegre. A 20/5/1919, Santa Maria, c/c Francisco Benck, n. 19/6/1886, Torres, filho de Friedrich Wilhelm Benck e de Balbina Schenck/Schwanck. O casal não deixou descendência.

6-5 **Jacy Alves Brasil**, n. 19/1/1897, Santa Maria, onde f. 23/1/1959, solteira, sem descendência.

6-6 **Waldemar Alves Brasil**, n. 6/1/1898, Santa Maria, onde f. 3/1/1899.

6-7 **Nero Alves Brasil** (Homero), n. 26/3/1899, Santa Maria, onde f. 7/2/1972. Casou a 10/5/1924, Dilermando de Aguiar, com Araci Martins Pereira, n. 8/8/1908, Porteirinha, Dilermando de Aguiar e f. 13/5/1962, Santa Maria, f.^a de José de Souza Flores e Angelina Martins da Silveira. Pais de: Edison, Paulo, Milon, Niso, Plauto, José Augusto, Luiz Fernando, Antônio Carlos e Maria Inês Brasil.

6-8 **Saul Alves Brasil** (Sadi), n. 31/3/1900, Santa Maria, onde a 15/12/1932 c/cFlorinda Menezes Souto, n. 18/10/1995, Santana do Livramento e f. 18/10/1995, Santa Maria, f.^a de João Menezes Souto e Maria Eulina de Menezes. Pais de: José Renato Souto Brasil, f. sem descendência.

6-9 **Cacilda Alves Brasil**, n. 2/10/1900, Santa Maria, onde f.1924 e a 9/1/1924 c/c Braz Brando Mazzille, n. 24/11/1897, Itália, f.^o de Salvatore Mazzille e de Constanza Brando. O casal não deixou descendente.

6-10 **Cícero Alves Brasil**, guarda-livros, n. 27/7/1901, Santa Maria, e f. Porto Alegre, onde a 29/1/1938 c/c Marina Rodrigues da Silva, n. 4/1/1916, Rio Grande, f.^a de Orlando Rodrigues da Silva e Adelina de Araújo. Pais de: Thays, Laís e Vitor Hugo Brasil.

6-11 **Athos Alves Brasil**, n. 21/5/1903, Santa Maria, onde f. 16/4/1976. Ali a 15/9/1934 c/c sua prima irmã, Horacelha Brasil, ali n. 26/2/1907 e f. 4/7/1980, Porto Alegre, f.^a de Antônio Clodomiro Brasil e de Guiomar Ramos. Sem descendentes.

6-12 **Ernani da Silva Brasil**, n. 5/11/1905, Santa Maria, onde f. 20/5/1976. Ali a 26/12/1929 c/c Ernestina Albanus (Tina), ali n. 20/11/1910 e f. 8/7/1986, f.^a de Carlos Albanus e de Ana Bürger. Ernani seguiu como registrador do registro civil, sucedendo o pai. Pais de: Ronald (c/c Carmem Laureano Brasil) e José Carlos Brasil (c/c Anny Luiza Clara Knoblock).

- 5-5 **Pedro Alves de Oliveira**, n. 26/6/1869, Santa Maria. A 12/9/1899, Dilermando de Aguiar c/c Ubaldina Pereira Rodrigues, f.^a de Zeferino Pereira da Silva e Lúcia. Pais ao menos de Arientina Alves de Oliveira.
- 5-6 **Domingos Alves de Oliveira**, n. 10/2/1871, Santa Maria.
- 5-7 **Valentim Alves de Oliveira**, n. 28/6/1872, Santa Maria, onde f. 1936. Ali a 26/6/1909 c/c Maria José da Silva Brasil, ali n. 23/6/1871, f.^a de João Thomaz da Silva Brasil e Francisca Gomes de Oliveira, acima citados. Pais ao menos de 1 filha.
- 5-8 **João Inácio Alves de Oliveira**, n. 23/6/1876, Santa Maria, comerciante. Ali a 11/6/1898 c/c sua sobrinha Maria Mercedes Alves de Oliveira, acima citados.
- 5-9 **Frederico Alves de Oliveira**, n. 18/11/1877, Boca do Monte. Em 1940 residia em Passo Fundo. A 17/3/1898, Santa Maria, c/c Mafalda Soares, n. 1872/1879, Dom Pedrito, f.^a de José Antônio Soares e Maria Soares de Brum. Pais de 3 filhos localizados.
- 5-10 **Pandonor Alves de Oliveira** (Pandico), n. 12/3/1884, Santa Maria, onde f. 1964. Criador. Teve filhos com Maria da Costa e com Manuela, casando-se a 12/2/1910 em Santa Maria com Aristotelina Menna Barreto (Tota), n. 15/9/1892, Santa Maria, onde f. 28/7/1974, com quem teve 12 filhos.
- 4-77 **Geralda Francisca dos Reis** ou **Geraldina Francisca Barroso**, n. Santa Maria e já f. 5/1931. Ali a 5/9/1854 c/c João Francisco Pereira, n. São Borja, f.^o de Antônio Pereira e Francisca Pires.
- 4-78 **Anacleto José dos Reis**, n. Cachoeira do Sul.
- 3-41 **Joaquina Angélica de Jesus**, n. 8/8/1802, Rio Pardo. C/c (1) Antônio Cordeiro/Cardoso de Melo, n. 15/4/1799, Rio Pardo, f.^o de José Joaquim de Macedo (n. Açores) e Úrsula Maria dos Santos (n. Rio Pardo). Pais de:
- 4-79 **Silvano**, n. 26/2/1824, Rio Pardo.
- 4-80 **João**, n. 31/7/1825, Rio Pardo.
- 4-81 **Lauriano Cordeiro de Mello**, n. 17/5/1827, Rio Pardo, onde f. 13/8/1850.
- 3-42 **Severina Joaquina de Oliveira** ou **Joana Silvana**, n. 20/7/1804, Rio Pardo. A 15/4/1822, Porto Alegre, c/c Manuel Lopes de Aro ou Manuel Lopes Dias, n. Santo Antônio de Biscaia, Espanha, f.^o de José Lopes Dias e Matar Teresa de Macaredo. Pais de:
- 4-82 **Paulino**, n. 22/6/1827, Porto Alegre.
- 3-43 **João José de Oliveira**, b. 14/9/1806, Rio Pardo. Em 1846, solteiro.
- 3-44 **Manuel José de Oliveira**, n. 18/5/1808, Rio Pardo e já f. 1846.

- 3-45 **Delfino José de Oliveira**, n. 25/6/1810, Rio Pardo. C/c Zeferina Antônia de Lima ou Zeferina Lauriana de Fraga, n. Cachoeira ou Rio Pardo, f.^a de Laureano José de Fraga e Dorotéia Antônia de Lima. Pais de:
- 4-83 **Felisberto José de Oliveira**, n. 3/2/1833, Rio Pardo.
 - 4-84 **Delfina**, n. 20/8/1833 (sic), Rio Pardo.
 - 4-85 **Serafim José de Oliveira**, n. 05/11/1834, Rio Pardo.
 - 4-86 **Manuel José de Oliveira**, n. 25/9/1837, Alegrete.
 - 4-87 **Joaquim José de Oliveira**, n. 19/11/1840, Alegrete.
 - 4-88 **Leôncio José de Oliveira**, n. 12/9/1843, Alegrete, onde a 2/2/1873 c/c Carlota da Silva Prates, ali n., f.^a de Cândido Antônio da Silva e Maria Cândida Prates.
 - 4-89 **José de Oliveira**, n. 17/3/1846, Alegrete.
 - 4-90 **Maria**, b. 12/12/1847, com 4 meses, Alegrete.
 - 4-91 **Marfisa**, n. 25/12/1850, Alegrete.
- 3-46 **Maria**, n. 4/5/1812, Rio Pardo. Em 1846, solteira.
- 3-47 **Felisbina** ou **Florisbina Quintanilha de Oliveira**, n. 29/3/1814, Rio Pardo, onde a 26/6/1835 c/c (1) alferes João Batista da Silva, n. 10/7/1791, Rio Pardo, f.^o do alferes José Antônio da Silva e Andreza Maria dos Santos, citados. A 24/1/1849 c/c (2) Antônio Luís Pereira, n. Rio Pardo, f.^o de José Antônio Pereira e Luísa Francisca dos Anjos. Houve do 1^o casamento os filhos:
- 4-92 **Joana**, n. 23/8/1829, Rio Pardo.
 - 4-93 **Cândida**, n. 3/10/1831, Rio Pardo.
 - 4-94 **João**, n. 28/10/1833, Rio Pardo.
 - 4-95 **Maria Cândida da Silva**, n. Rio Pardo.
 - 4-96 (mulher), n. 23/6/1837, Rio Pardo.
 - 4-97 **Abel**, n. 13/11/1840, Rio Pardo.
- 3-48 **Felipe José de Oliveira**, n. 3/2/1816, Rio Pardo, onde f. 13/2/1837.
- 3-49 **Francisco José de Oliveira**, b. 1818, Rio Pardo. A 22/10/1842, Alegrete c/c Florisbela Maria Procópia, ali n., f.^a de Manuel João Pinto e Alexandrina da Conceição. Pais de:
- 4-98 **Alexandrina**, n. 24/12/1842, Alegrete.
 - 4-99 **Manuel**, n. 24/8/1845, Alegrete.
 - 4-100 **Antônio**, b. 15/8/1847, com 9 meses em Alegrete.
- 3-50 **José de Oliveira**, b. 14/4/1821, Rio Pardo, onde f. 14/5/1826.
- 3-51 **Inácio José de Oliveira**, n. 11/10/1823, Rio Pardo. Em 1846, solteiro.
- 3-52 **Florinda Maria de Oliveira**, b. 19/10/1827, Rio Pardo. C/c Feliciano José Nunes Pinto, n. cerca 1821, Rio de Janeiro e f. 8/6/1865, Rio Pardo, f.^o de Joaquim José Nunes Pinto e Maria do Rosário. Pais de:

4-1 **Olinto Nunes Pinto**, n. 12/1/1849, Rio Pardo.

4-2 **Desidéria Nunes Pinto**, b. 15/6/1851, Rio Pardo, onde a 26/9/1869 c/c Celestino Machado Soares, ali n., f.º de Leão Machado Soares e Ana Maria de Jesus.

Referências

AMATO, Marta (Org.). *Acréscimos à Genealogia Paulistana*. Edição em CD room, v. 12, ano 2002.

BARATA, Carlos Almeida e BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero-América Comunicação e Cultura, 1999.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana*, v. I. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MOSCHEN, Valquíria; BORGES, MARIA NELO FERREIRA; PEGORINI, Marco André. *Resgate da história sócio-econômica de Vacaria a partir de sua ocupação até 1930*. Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul, 2007.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das sesmarias serranas: História e Genealogia*. Porto Alegre: EST, 1996.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Raízes de Gramado*. Gramado: Centro Municipal de Cultura, 1999.

RICHA, Lênio Luiz. *Genealogia Brasileira. Estado de São Paulo - Os Títulos Perdidos*. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/>

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1991.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia, 1903.

Fontes documentais e acervos

ARQUIVO DA CÚRIA DE BAGÉ/RS: livros de batismos, casamentos e óbitos de São Gabriel.

ARQUIVO DA CÚRIA DE CACHOEIRA DO SUL/RS: livros de batismos e casamentos de Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul.

ARQUIVO DA CÚRIA DE PELOTAS: livros de batismos e casamentos de Canguçu.

ARQUIVO DA CÚRIA DE SANTA MARIA/RS: livros de batismos, casamentos e óbitos de Santa Maria.

ARQUIVO DA CÚRIA DE SOROCABA: livros de batismos, casamentos e óbitos de Sorocaba.

ARQUIVO DA CÚRIA DE URUGUAIANA: livros de batismos e casamentos de Alegrete.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS (AHCMPA): habilitações de casamento; livros de batismos, casamentos e óbitos de Rio Pardo, Triunfo, Viamão e Porto Alegre.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS): livro n. 6º de Registro Geral de terras.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS): inventários de Rio Pardo.

Arquivos dos genealogistas Diego de Leão Pufal, Helder Oliveira (ilha do Faial, Açores), João de Araújo Fabrício (IHGRGS) João Simões Lopes Neto, Jorge Godofredo Felizardo (AHCMPA), Moacyr Domingues (IHGRGS) e Osmar de Moura Luiz.

FAMILYSEARCH. Sítio da igreja mórmon – igreja dos Santos dos Últimos Dias. Registros diversos, disponível em: <https://familysearch.org/>



A Família Dias Cortes no sul do Brasil: bandeirantes e tropeiros

Diego de Leão Pufal¹

Genealogista e Analista Jurídico do TJSC. Imbituba/SC

Nas últimas edições do SENATRO tenho tentado, por meio da genealogia e fontes documentais, demonstrar a importância do tropeirismo especialmente para o desenvolvimento do sul do Brasil. O tropeirismo não foi algo isolado, pois envolveu a América do Sul e funcionou como verdadeiro mecanismo econômico, político e social. Promoveu parte do povoamento do sul do Brasil (PR, SC e RS) a partir do século XVIII, seguramente em todas as suas regiões, com a criação de novas freguesias e vilas. Fomentou outras atividades comerciais e trouxe consigo uma bagagem cultural. Portanto, o movimento tropeiro gerou muita riqueza, não necessariamente econômica e nem sempre perceptível, como se vê da vasta gama de possibilidades de estudos por ele proporcionado.

Antes disto e concomitante ao tropeirismo, os sertanistas e bandeirantes, à sua maneira e ao seu tempo, também expandiram o território brasileiro e sabidamente andaram pelo sul do Brasil a partir do século XVII. Ainda

¹ Sócio-correspondente do IHGRGS, sócio do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto de Genealogia de SC. E-mail: diegopufal@gmail.com; blog: <http://puf.blogspot.com.br/>

que os propósitos das bandeiras fossem outros, auxiliou para o desenvolvimento da região sulista.

Nesses cenários é que encontrei a família DIAS CORTES,² com origem em Santana da Parnaíba/SP (século XVII), migrada para Curitiba/PR, cujos descendentes com o passar dos tempos estabeleceram-se em várias cidades paranaenses (Castro, São José dos Pinhais, Balsa Nova, Campo Largo, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Tibagi, Guarapuava e tantas outras), após em Santa Catarina (Laguna, Lages e arredores), até chegarem ao Rio Grande do Sul – literalmente para todas as regiões do estado. Estas migrações, porém, não se deram de imediato, mas sim de forma gradual e perduraram por mais de 200 anos, como revela a genealogia.

No particular, a genealogia que segue foi baseada sobremaneira nos registros de batismos, casamentos e óbitos da igreja católica de diversas cidades; processos de inventários *post-mortem* e registro civil. Evidentemente não se mostra completa, inclusive pela impossibilidade de se ter conhecimento do destino de cada integrante, pela ausência ou acesso a inúmeras fontes, pelo fato de não seguirem necessariamente com o sobrenome paterno e por outras particularidades. Ao lado disto, a pesquisa seguiu bem dizer os caminhos das tropas e das mais antigas *freguesias*, analisando-se, sempre que possível, os livros das igrejas dos locais³ por onde passaram estes desbravadores e seus descendentes. Por outro lado, considerando que a família é enorme, sendo impossível descrevê-la em poucas linhas, tive que privilegiar os ramos radicados no Rio Grande do Sul, dois dos quais os de meus avós maternos Nerly Antônio de Leão e Maria Laureano Brasil.

Para se entender a descrição da genealogia, esclareço que todos os descendentes de Guilherme Dias Cortes são precedidos de dois números. O primeiro número refere-se à geração e o segundo, a uma ordem cronológica dentro da geração e relativamente àquele (Guilherme). P. ex., o número “2-1” refere-se à segunda geração de Guilherme, tratando-se, portanto, de seu primeiro filho. O número “3-2” diz com a terceira geração de Guilherme, de seu segundo neto. Para se saber quem foram os pais do “3-2”, deve-se voltar no texto à 2ª geração, ou seja, ao indivíduo precedido do n. 2 imediatamente anterior ao “3-2”. As abreviaturas utilizadas seguem-se ao final do texto.

² Também grafado como Cortês, mas para fins de padronização, adotou-se Cortes.

³ Ainda não foram pesquisados todos os livros, por serem muitas as igrejas.

Alguns descendentes de Guilherme Dias Cortes:

1. Capitão **GUILHERME DIAS CORTES** nasceu por volta de 1660, Santana de Parnaíba/SP e f. 26.10.1714, Curitiba/PR. O historiador Ermelindo de Leão (1928, v. II, p. 489), citando Antônio Vieira dos Santos, disse que o mais antigo Dias Cortes⁴ que se tem notícias no Paraná foi o cap. André Dias Cortes⁵ que, a 30.3.1677 arrematou a construção das cadeias de Paranaguá, sendo suposto pai de Guilherme, cuja informação confirmei pelo fato deste ter herdado os escravos daquele. Guilherme foi capitão, morador de Curitiba e compôs sua primeira Câmara de Vereadores em 1698, além de ter sido juiz ordinário e distrital. O historiador Francisco Negrão (1926, vol. I, p. 580) referiu que Guilherme figurou na administração da República e, como oficial da Câmara, mediu as terras do Rocio da Vila em 1º.5.1693. Em 1679 como bandeirante e preador de índios fez uma bandeira à região sul e deu nome à atual cidade de Curitiba/SC. Faleceu com testamento e deixou, afora outros: a) um sítio no Barigui, onde residia em uma casa de um laço e duas tacaniças de pau-a-pique coberta de telhas, com suas senzalas cobertas de palha e mais meia légua de terras entre os rios de Barigui e o de Passaúna, havidas por dote por sua esposa de seu pai, Baltazar Carrasco dos Reis, e b) uma sesmaria nos Campos Gerais, de uma légua de frente por duas de sertão, entre os rios Iapó e das Fortalezas,^{6,7} limitando ao norte com terrenos de Manuel de Lima Pereira, pelo ribeirão das Figueiras, e ao sul pelo rio Iapó. Guilherme teve uma filha, talvez antes de seu casamento, que se chamou Felipa dos Reis, nascida pelos idos de 1680 em Curitiba. Por volta de 1682 c/c **MARIA DAS NEVES DA LUZ**, ali n. ou em Santana de Parnaíba/SP pv. 1667 e onde f. após 1722, filha do capitão Baltazar Carrasco dos Reis, o Velho (n. cerca 1620, São Paulo e f. 1697, Curitiba; foi sertanista, aprisionou muitos índios; foi juiz de órfãos na vila de Parnaíba e após se mudou para Curitiba) e de Isabel Antunes da Silva (n. pv. 1625), n.p. de Miguel Garcia

⁴ O mesmo historiador citou a presença do capitão João Dias Cortes como um dos vultos dos primórdios de Paranaguá, que assinou o termo da instalação da vila e que, em 1654, era juiz ordinário e presidiu a medição do rocio da vila (LEÃO, 1929, p. 963). Talvez João fosse irmão de André Dias Cortes.

⁵ Talvez descendente de Jerônimo Dias Cortes e N... Camacho, pais ao menos de: Ana Camacho, f. 1613, SP e Jerônima Dias Cortes c/c Bartolomeu Camacho, mencionados por SILVA LEME (v. I, p. 31). Pela falta de documentos de Santana de Parnaíba no período, não consegui descobrir os antepassados de André Dias Cortes.

⁶ Para Geraldo Barfknecht, talvez se trate de Monte Negro que o filho Zacarias vendeu após a morte de seu pai.

⁷ De acordo com Veiga Lopes (2004, p. 326) trata-se de parte da Fazenda Taquara (Mocambo), em Castro.

Carrasco⁸ (n. São Lucas de Cana Verde, Espanha) e Margarida Fernandes e n.m. João de Pinha e Domingas Antunes. Guilherme teve 13 filhos:

2.1 **Felipa dos Reis**, filha natural de Guilherme talvez com uma índia,⁹ n. pv. 1681 em Curitiba, onde f. 29.9.1770 com 80 anos *mais ou menos, bastarda* e solteira. Viveu (não casaram) com **Francisco Veloso da Costa da Silva**, n. pv. 1663, Curitiba, f.º do cap. Antônio da Costa Veloso (n. pv. 1630, Setúbal, Portugal) e Ana Maria Leme/da Silva (n. pv. 1640, SP), n.m. Mateus Martins Leme, 1º capitão-mor de Curitiba e seu fundador e Antônia de Góes. Pais de,¹⁰ n. Curitiba: Maria Veloso da Silva, b. 25.12.1695; Domingas, b. 31.10.1704; Catarina Veloso da Silva, b. 2.12.1704, e de:

3.1 **Luzia Veloso da Silva** b. 27.4.1699, Curitiba, onde f. 20.12.1773, sem testamento por ser muito pobre. C/c o cap. **Manuel Pinto do Rego**, n. 1678, Santos/SP e f. 8.6.1748, Curitiba, f.º de Diogo Pinto do Rego e Maria de Brito e Silva. Pais de, n. Curitiba: Francisco Veloso da Silva/Costa/Pinto, b. 20.4.1716; Ana Pinto, n. 24.5.1729 (ali c/c Francisco de Albuquerque), e de:

4.1 **Diogo Pinto do Rego** b. 24.12.1717, Curitiba. Teve ao menos 2 filhas naturais com **Luzia**, índia administrada de Luzia Veloso. Após, a 23.8.1752 em Curitiba c/c **Águeda Cardoso de Abreu**, ali n. 1736, f.ª Luís Cardoso de Abreu/de Santiago e Joana Pacheco de Abreu. Nos censos de 1765, 1776 e 1778 Diogo vivia de suas lavouras no bairro de Tatuquara. Diogo foi pai de, n. Curitiba: Escolástica, n. 25.2.1752 (f.ª natural de Luzia); Vitorino Pinto do Rego, n. 16.8.1757; Vitória Vitoriana Pinto do Rego, n. 1767; Salvador Pinto do Rego, n. 1774, e de:

5.1 **Francisca Pinto** n. pv. 1750, Curitiba (f.ª natural de Luzia), onde a 4.11.1768 c/c **José Álvares Valente**, ali n., f.º natural de Guilherme Valente Ferreira ou Dias Pereira e Isabel Carvalho.

5.2 **Maria Pinto do Rego** n. 9.9.1754, Curitiba, onde a 2.3.1778 c/c **Manuel Antônio de Araújo**, ali n., f.º Antônio de Araújo Miranda e Domingas Rodrigues Antunes/Antunes Palhano.

5.3 **João Pinto do Rego** n. 3.10.1760, Curitiba, onde a 2.9.1792 c/c sua prima **Gertrudes Ribeiro de Góes**, ali n. 1767, f.ª de Plácido de Góes Ribeiro e Quitéria Dias Cortes. Pais de, n. Curitiba: Felicidade Maria (onde a 12.8.1813 c/c Antônio da Rosa); Maria Pinto (onde

⁸ Para maiores informações consulte SILVA LEME (v. VI, p. 649) e NEGRÃO (v. I, p. 152).

⁹ Pois no registro de batismo de Águeda, neta de Felipa, consta que ela era solteira e serva do cap. Gaspar Castanho.

¹⁰ Sempre que referido “pais de”, não quer dizer necessariamente que o casal teve apenas os filhos mencionados na genealogia.

a 28.8.1821 c/c seu primo Albino José Ribeiro), Joana Pinto (onde a 9.6.1821 c/c Carlos Antônio Ribeiro) e:

6.1 **Francisco Pinto Ribeiro** n. Curitiba, migrado para o RS, onde em 1816 em Santa Maria c/c **Ana Maria Antunes**, n. 3.7.1800, Castro/PR, f.^a José Antunes Maciel e Maria Francisca de Almeida. Pais de Felicidade, n. 1.4.1821, São Gabriel/RS.

5.4 **Ana Pinto do Rego** n. 1765, Curitiba, onde a 31.7.1793 c/c **Antônio Fernandes**, n. Santa Ana, Coimbra, Portugal, filho de Manuel da Silva e Maria da Silva. Pais de: José Fernandes, n. Curitiba (onde a 26.8.1818 c/c Maria Joaquina de Araújo).

5.5 **Luzia Pinto do Rego** n. 1768, Curitiba, onde a 25.8.1795 c/c **José Inácio**, n. Lisboa (N. Sra. dos Anjos), f.^o de Manuel Moreira e Cláudia Ventura.

5.6 **Isabel Pinto** n. 1770, Curitiba, onde a 16.8.1796 c/c seu primo **Miguel Ribeiro Cubas**, n. 1776, Rio Verde, Curitiba, f.^o Bento Cubas Ribeiro/Ribeiro Cubas e Isabel Dias Domingues.

5.7 **Maria Pinto da Conceição** n. 1772, Curitiba, onde a 30.8.1799 c/c **João Manuel**, ali n., f.^o de Manuel José Lopes e Mariana Teresa.

5.8 **Manuel Pinto de Abreu** n. Curitiba, onde a 30.9.1800 c/c sua prima **Ana Joaquina**, ali n., f.^a de Francisco das Chagas de Abreu e Margarida Dias da Luz. Pais de Ana Joaquina Pinto, n. Curitiba (onde a 11.2.1836 c/c Francisco das Chagas Barbosa) e Manuel Pinto de Abreu, n. 1827, Curitiba (onde a 27.6.1848 c/c Gertrudes Maria Machado).

4.2 **Maria Veloso Pinto** ou **Maria Pinto do Rego** b. 1.2.1723, Curitiba, onde a 19.5.1737 c/c **Domingos de Freitas**, n. Calhão, Funchal, ilha da Madeira, f.^o de Antônio de Freitas e Maria das Neves. Pais de, n. Curitiba: Luzia de Freitas, n. 6.11.1738 (c/c Manuel Corrêa), Maria, n. 2.4.1740, Escolástica, n. 19.3.1742, Maria, n. 19.3.1742, Maria de Freitas Pinto, n. 27.8.1746 (c/c Manuel da Cunha Reis), Manuel, n. 9.11.1749, Maria, n. 21.10.1751, José, n. 5.11.1753, e de:

5.1 **Bento de Freitas Pinto** n. 8.10.1744, Curitiba, onde a 25.6.1771 c/c **Josefa Maria da Silva/dos Passos**, n. 19.3.1747, São José dos Pinhais/PR, f.^a de Estevão Ribeiro Baião/da Silva e Feliciano Fernandes dos Reis. Pais de Estevão Ribeiro de Freitas, n. Curitiba (onde a 10.7.1797 c/c Brígida Maria), e de:

6.1 **José Policarpo de Freitas** n. Curitiba. A 14.4.1814 em Cachoeira do Sul/RS c/c **Maria Gonçalves de Siqueira**, b. 26.5.1796, Campo Largo/PR, f.^a Domingos Lourenço e Ana Maria Gonçalves

ves de Siqueira. Pais de 11 filhos n. Cachoeira do Sul/RS: Manuel, a 14.4.1815; Joaquina, a 14.10.1816; Pacífico José de Freitas, a 5.6.1818 (c/c Claudiana Fernandes Freitas); José, a 1.4.1822; Severina, a 8.11.1823; Joana, a 2.11.1826; João, a 26.5.1828; Emerenciana, a 22.5.1830; Hilário, a 8.4.1832; Francisco, a 22.5.1834 e Hipólito, a 13.8.1838.

6.2 **Bento José de Freitas** n. Curitiba. A 8.7.1816 em Cachoeira do Sul/RS c/c **Benta Maria de Jesus**, n. Triunfo/RS, f.^a de Roberto Rodrigues da Silva ou Roberto Antônio Rodrigues Valente e Teresa Maria de Jesus. Pais de, n. em Cachoeira do Sul: Maria, a 28.6.1817; Roberto, a 1.5.1819, Josefa Maria da Luz, a 21.5.1821 (c/c João Batista dos Santos); Inácia, a 15.3.1824; João, a 2.3.1829; Felicidade, b. 19.4.1831 e Manuel, a 12.11.1838.

6.3 **Antônio José da Trindade** n. Curitiba. A 7.11.1817 em Cachoeira do Sul/RS c/c **Maria da Luz da Assunção**, n. Curitiba, f.^a de Antônio Valente da Cruz e Maria Rita de Jesus.

6.4 **Maria Joaquina do Espírito Santo** n. Curitiba, onde a 26.7.1808 c/c seu primo **Salvador Rodrigues da Cruz/Valente (da Silva)**, ali n. 1775, f.^o Felipe Ferreira Valente/Valente da Cruz e Quitéria Rodrigues da Silva. Pais de, n. Cachoeira do Sul/RS: Ana Maria do Espírito Santo, b. 14.6.1809 (c/c Joaquim Simões da Silva, com filhos em Alegrete/RS); João Rodrigues da Cruz, b. 16.12.1810; Gertrudes Maria Rodrigues, a 19.9.1812 (c/c Serafim Antônio Simões, com filhos em Alegrete); Escolástica, a 13.3.1816; Bento Rodrigues da Cruz, b. 11.11.1817 e Salvador Rodrigues da Cruz, b. 15.8.1819 (c/c Ágada Maria da Conceição, com filhos em Alegrete).

4.3 **Mécia Pinto Veloso** ou **Pinto do Rego** b. 23.12.1725, Curitiba, onde a 5.9.1740 c/c **Domingos Rodrigues da Silva**, n. Sorocaba ou São Paulo (Santo Amaro), f.^o Domingos Rodrigues Machado e Maria Domingues. Pais de, n. Curitiba: Maria, a 14.6.1744; Miguel, a 29.9.1745; Salvador, a 15.7.1747; Paulo, a 11.1.1749; José, a 8.1.1751, e:

5.1 **Quitéria Rodrigues da Silva** n. 2.7.1741, Curitiba, onde a 10.5.1756 c/c **Felipe Ferreira Valente/Valente da Cruz**, ali n. 1736, onde f. 24.1.1800, f.^o do cap. Francisco Valente Ferreira e Inês Dias Ferreira/Nogueira. Quitéria e Felipe moravam em 1776 no bairro Tatuquara em Curitiba e viviam se suas lavouras. Pais de, n. Curitiba: Gertrudes Maria da Cruz (n. 1756 e a 8.10.1795 c/c Francisco

de Chaves de Almeida); Maria da Luz da Assunção (n. 9.9.1761 e a 18.5.1790 c/c Antônio Bonete); Manuel, n. 1764; Miguel, n. 1766; Mécia, n. 1771; Bento José de Lima (a 20.7.1808 em Curitiba c/c Francisca Soares da Assunção) e:

6.1 Roberto (Antônio) Rodrigues da Silva/Valente n. 1773, Curitiba. Teve ao menos 1 filha com **Teresa Maria de Jesus**, n. Salvador/BA. Depois a 23.6.1794 em Taquari/RS c/c **Emerenciana Ribeiro da Silva** ou **Emerenciana Maria de Jesus**, n. Triunfo/RS, f.^a Manuel Ribeiro da Silva e Maria Pereira de Jesus. Com Teresa Roberto teve a filha Benta Maria de Jesus, n. Triunfo/RS (c/c seu primo Bento José de Freitas, acima mencionados). Com Emerenciana, Roberto teve:

7.1 Maria Angélica da Silva n. Taquari/RS, onde a 20.8.1815 c/c **Felipe Pereira Maciel/de Ávila Maciel** ou **Pereira de Ávila**, b. 19.9.1787, São José/SC, f.^o Daniel Pereira Maciel/de Ávila e Rosa Joaquina de Jesus. Pais de: Balbina, b. 2.7.1818, Taquari; Albino de Ávila Maciel, n. 20.9.1820, Cachoeira do Sul (talvez seja o mesmo com descendentes nas Missões, c/c Joaquina Fagundes de Freitas); Justino de Ávila Maciel, n. 8.7.1822, Cachoeira do Sul (onde c/c Carlota Maria de Jesus); Manuel de Ávila Maciel, n. 15.10.1824, Cachoeira do Sul (onde c/c Flora Gomes de Escobar e pais de Maria Manuela de Ávila, ali n. 10.1860, c/c seu primo João Dias Cortes); Lucrecia Maria da Silva, n. 10.8.1826, Cachoeira do Sul (onde c/c Serafim Machado de Azevedo); Rosa de Ávila Maciel, n. 11.1.1830, Cachoeira do Sul/RS (c/c Damião Damasceno Rosado); Casemira, n. 3.11.1831, Cachoeira do Sul e Cesário de Ávila Maciel, n. Cachoeira do Sul (onde c/c Leopoldina Gomes de Escobar).

6.2 Salvador Rodrigues da Cruz/Valente n. 1775, Curitiba, onde c/c **Maria Joaquina do Espírito Santo**, ali n., f.^a Bento de Freitas Pinto e Josefa Maria da Silva/dos Passos. Pais de, n. Cachoeira do Sul/RS: Ana Maria do Espírito Santo, b. 14.6.1809 (c/c Joaquim Simões da Silva, com filhos em Alegrete); João Rodrigues da Cruz, b. 16.12.1810; Gertrudes Maria Rodrigues, n. 19.9.1812 (c/c Serafim Antônio Simões, com filhos em Alegrete); Escolástica da Cruz, n. 13.3.1816; Bento Rodrigues da Cruz, b. 11.11.1817 e Salvador Rodrigues da Cruz, b. 15.8.1819 (c/c sua prima Ágada Maria da Conceição, acima citados).

6.3 Ana da Cruz Rodrigues/Valente n. Curitiba. A 7.6.1775, São

- José dos Pinhais/PR c/c **Caetano Moreira**, b. 17.6.1751, Curitiba, f.º Domingos Ribeiro da Cunha e Maria Rodrigues de Castro. Pais de: Maria Moreira da Cruz que, a 30.11.1799 em Curitiba, c/c seu primo João Bonete de Siqueira, f.º Manuel Bonete Vareiro/Ribeiro e Maria Gonçalves de Siqueira ou de Chaves.
- 6.4 **Antônio Valente da Cruz** n. Curitiba. Em São José dos Pinhais c/c **Maria Rita de Jesus**, ali n., f.ª Francisco de Godói e Feliciano Rodrigues. Pais de Maria da Luz da Assunção (n. Curitiba e que, a 7.11.1817 em Cachoeira do Sul/RS c/c seu primo Antônio José da Trindade) e Joaquina, b. 9.2.1812 em Cachoeira do Sul.
- 6.5 **Maria dos Santos da Cruz** n. Curitiba, onde a 20.6.1790 c/c **Antônio José Mariano**, n. Lapa/PR, f.º José da Veiga de Godói e Isabel de Chaves de Almeida. Pais de, n. Lapa: Manuel, b. 1.4.1791; Veridiana Maria (c/c Domingos Gonçalves Coura) e José, b. 11.3.1808 e f. 2.4.1811.
- 5.2 **Manuel Rodrigues de Lima** n. 8.1.1743, Curitiba e f. entre 1811/1815 em Rio Pardo/RS, onde a 8.10.1781 c/c **Joana Maria do Nascimento**, ali n., f.ª Antônio Ferreira da Rocha e Mariana de Jesus. Pais de, n. Rio Pardo: Manuel de Santana Lima, Eleutério Rodrigues Lima, João Rodrigues, Felício Rodrigues de Moraes (a 24.12.1834 em Alegrete/RS c/c Damásia Maria de Almeida), Lina Rodrigues da Silva, Maria, Jerônima, Joaquina, Messias Rodrigues e Clarinda Rodrigues.
- 3.2 **Maria Veloso da Silva** b. 24.6.1709, Curitiba. C/c **Sebastião de Castro da Maia**, n. 1696, São Francisco do Sul/SC e f. 9.5.1766, São José dos Pinhais. Pais de, n. Curitiba: Joana da Maia Vieira/Ferreira da Maia n. 29.10.1731; João, n. 16.7.1736; Francisco n. 2.8.1748 e f. 2.12.1748, São José dos Pinhais; José, n. 11.8.1752, e de:
- 4.1 **Antônio da Maia Vieira** n. 6.8.1729, Curitiba. A 29.7.1765, São José dos Pinhais c/c **Maria Soares da Graça**, b. 18.4.1734, Curitiba, f.ª de Antônio Martins Soares/Garcia Soares e Maria da Graça Nunes.
- 4.2 **Isabel Vieira Veloso** n. 13.3.1734, Curitiba, onde a 22.2.1751 c/c **João Dias Peres**, ali n., f.º Salvador Dias Peres e Domingas Rodrigues.
- 4.3 **Quitéria Vieira da Silva** n. 24.1.1739, Curitiba, onde a 27.11.1756 c/c seu primo **Inácio Garcia Carrasco**, ali n. 15.9.1730, f.º José Carrasco e Domingas do Rosário.
- 4.4 **Maria da Maia** n. 24.12.1743, Curitiba, onde a 28.7.1766 c/c **Inácio Rodrigues da Silva**, n. São Paulo (Santo Amaro), f.º Martinho Pires da Rocha e Maria da Silva.

4.5 **Felipe da Maia** n. 1.5.1746, Curitiba. Foi Cabo-de-Esquadra da Cia. de Cavalaria Auxiliar organizada em Vacaria/RS em 1778. C/c **Margarida de Oliveira**, f.^a José da Luz e Suzana Xavier. Pais de, n. Vacaria: Ana; Feliciano Maria (c/c Domingos José de Macedo, moradores de Araranguá/SC); Joaquina Maria da Maia; Manuel da Maia (c/c Manuela de Souza Sardinha); Maria do Rosário (c/c Josias Pereira Fróes); Inácia, n. 15.7.1794; Ana, n. 6.1.1796 e Inácia Maria Vieira (c/c Fulgêncio José Rodrigues, antepassados do genealogista Mauro Esteves).

4.6 **Maria da Maia** n. 22.12.1749, Curitiba e a 8.10.1766 em São José dos Pinhais c/c **José Fernandes**, n. 12.3.1747, Curitiba, f.^o Miguel Fernandes Paes/França e Maria Nogueira da Assunção.

3.6 **Felícia/Feliciano Veloso da Silva**¹¹ b. 13.3.1710, Curitiba. Dada como índia carijó. C/c **Lourenço Pinto**, índio carijó. Pais de João, n. 6.10.1731, Curitiba.

3.3 **Dorothea Veloso da Silva**¹² b. 20.11.1711, Curitiba, onde f. 19.4.1752, sem testamento, *nem tinha de que por ser pobre*. Ali a 4.11.1738 c/c **João Cardoso Pinto/da Silva**, ali b. 18.12.1714, f.^o natural de Manuel Pinto Ribeiro e Joana Lemos de Siqueira, solteira. Pais de, n. Curitiba: José, n. 9.9.1741; Helena Pinto Ribeiro, n. 25.1.1743 (onde c/c Antônio Fagundes) e Maria, n. 16.10.1746.

3.4 **Águeda Veloso da Silva** b. 13.6.1715, Curitiba e f. após 1778. Viveu em Tatuquara, bairro de Curitiba, onde c/c **Antônio de Lima de Siqueira**, b. 16.11.1693, Curitiba e onde f. 27.11.1758, sem testamento, por ser pobre, f.^o de Luís de Siqueira e Maria de Lemos ou Ana Leme Fernandes de Siqueira. Pais de, n. Curitiba: Pedro de Lima de Siqueira, a 7.4.1734; Miguel de Lima, a 16.8.1738; Salvador de Lima, a 24.11.1740, onde f. 13.12.1740; Luís, a 27.4.1742; Quitéria, a 2.10.1743; João de Lima de Siqueira, a 13.5.1747 (ali c/c Isabel França Moreira); Rosa de Lima, em 1751; Maria, a 15.3.1755; Maria de Lima de Siqueira, b. 25.5.1757 (a 17.1.1776, São José dos Pinhais c/c Antônio Fernandes França/Paes) e:

4.1 **Maria de Lima Siqueira** n. 2.4.1732, Curitiba e f. antes de 12.1778. A 22.5.1757 em São José dos Pinhais c/c **Antônio de Souza Pereira**, n. Penafiel ou Lisboa, Portugal, f.^o Manuel Pereira e Mariana de Souza. Pais de: Gertrudes Maria de Souza, Manuel, n. 7.1.1774, São José dos Pinhais, onde f. 15.1.1774, e de:

¹¹ Em seu batismo é dada apenas como filha de *Phelipa*. A julgar pelo sobrenome que Felícia ou Feliciano seguiu, talvez seja filha de Francisco Veloso da Silva e Felipa dos Reis.

¹² Em seu batismo é dada apenas como filha de *Phelippa*, serva de Gaspar Carrasco.

5.1 **José Antônio de Souza Pereira** n. 1765, Curitiba e f. antes de 1834. A 29.4.1793 em Rio Pardo/RS c/c **Maria Gertrudes da Costa**, n. pv. 1775, Triunfo/RS, f.^a Sebastião da Costa e Ana Maria da Conceição. Pais de, n. Encruzilhada do Sul/RS: Francisco, b. 21.9.1793; Manuel, b. 16.1.1795; Manuel, b. 2.11.1796 e:

6.1 **Maria Madalena de Souza** n. pv. 1800, Cerro Largo, Uruguai. A 9.6.1823 em Herval/RS c/c **Francisco Inácio Pinto da Fonseca**, n. 1785, Rio Grande/RS, f.^o Inácio José da Fonseca e Conde e Maria Joaquina Antônia Pinto. Pais de 4 filhos n. Herval: Cipriano Serafim Pinto, Marfisa Alexandrina Pinto, Francisca Inácia Pinto e Albano Fonseca.

4.2 **Manuel de Lima e Siqueira** n. 15.4.1736, Curitiba. Talvez seja o mesmo que c/c **Maria Rodrigues Pinto**, cujos filhos migraram para o RS: Daniel José de Lima, n. Curitiba, a 17.4.1801 em Caçapava do Sul/RS c/c Vicência Maria da Conceição/Lopes Lencina, com descendentes em Bagé/RS, e Luís José de Lima, n. São Francisco do Sul/SC, c/c Damásia Maria Rosa do Espírito Santo, de Rio Pardo/RS, cujos filhos casaram-se em Caçapava do Sul.

4.3 **Francisco de Lima**¹³ n. 29.7.1752, Curitiba. Migrou para o RS, radicando-se em Gravataí, onde a 15.2.1792 c/c **Francisca Maria Pedroso**, ali n. pv. 1770 e f. após 1853, f.^a Inocêncio Álvares Pedroso e Teodósia ou Teodora Maria, índia guarani. Pais de 11 filhos,¹⁴ dentre eles:

5.1 **Antônia Luiza de Lima** n. 27.6.1805, Gravataí/RS e f. 27.9.1853, Porto Alegre/RS. Viveu com **Salvador José de Leão**, casando-se apenas a 24.5.1829 em Triunfo/RS. Salvador n. 25.12.1789, Laguna/SC e f. 9.6.1829, Porto Alegre, f.^o tenente Manuel José de Leão¹⁵ e de Maria Antônia de Jesus. Manuel e seus filhos eram charqueadores em Charqueadas/RS. Antônia teve 6 filhos com Salvador, após, teve 2 outros filhos naturais, 1 com **Justo José Luís**, n. 1795 na ilha de São Jorge, Açores, f. 21.4.1835, Triunfo, f.^o de João José Luís e Maria da Conceição, e 1 com **David Canabarro**, que fez a Revolução Farrou-

¹³ Em alguns registros de batismos de suas netas seu nome às vezes aparece como José Francisco de Lima.

¹⁴ Descendência no artigo *A família Álvares Pedroso*, de autoria de Diego de Leão Pufal e Herculano L. Einloft Neto, disponível no blog *Antigualhas, histórias e genealogia*, no endereço: <http://pufal.blogspot.com/search/label/fam%C3%ADlia%20Pedroso> Aqui vou me ater ao meu ramo ancestral.

¹⁵ Sobre a família Leão, veja: PUFAL, Diego de Leão. A família Leão e a Fazenda Padre Eterno: história e genealogia. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (Org.). *Raízes de Nova Hartz*. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2012, v. II.

ilha, n. 22.8.1796, Taquari e f. 12.4.1867, f.º José Martins Coelho e Mariana Inácia de Jesus. Filhos de Antônia e seus companheiros:

6.1 **Florisbela de Leão** n. 28.11.1819, Charqueadas/RS, onde f. pequena.

6.2 **Florisbela Maria de Leão** n. 2.4.1820, Charqueadas e f. 25.5.1855, São Jerônimo/RS. C/c **Manuel Martins da Silveira Lemos**, n. 17.4.1808, Rio Pardo/RS e f. 6.5.1876, São Gabriel/RS, f.º Antônio Martins da Silveira Lemos e Dorotea Felícia de Souza. Pais de, n. Porto Alegre: Florisbela de Lemos, n. 1836 e f. 26.7.1837; Cândida Martins Lemos, b. 11.7.1840 (c/c o major Timóteo de Faria Corrêa, com descendência em São Gabriel) e Dorotea Martins Lemos, n. 9.1.1851 e f. solteira.

6.3 **Cândido José de Leão** n. 22.7.1821, Charqueadas e f. 22.6.1855, São Jerônimo. A 21.5.1842 em Porto Alegre c/c **Balbina Benjamim Guimarães**, n. 1826, Montevidéu, Uruguai e f. 8.2.1852 na ilha da Paciência, Charqueadas, f.ª do cap. Joaquim José Guimarães e Dorotea Rodrigues. Pais de Afonso José de Leão, n. 13.7.1843, Triunfo e Cândida de Leão, n. 8.11.1850, Triunfo.

6.4 **João Antônio de Leão** n. 2.5.1823, Charqueadas e f. antes de 28.12.1893. Foi solicitador de causas e suplente de Juiz Municipal. Ali a 1º.8.1863 c/c **Inês Rosa dos Santos**, n. 21.1.1847, Triunfo e f. Porto Alegre, f.ª de João Victor Cardoso dos Santos e Ana Rosa de Jesus. C/ **Maria Diolinda Pereira**, João Antônio de Leão teve 4 filhos naturais: José, Diolinda, Emília e Cândido. Com Margarida Francisca da Silva, João Antônio teve o f.º João. De João Antônio e Inês houve Manuel Antônio de Leão n. 3.1864, São Jerônimo, onde f. 26.8.1864, e:

7.1 **Gasparino Antônio de Leão** n. 25.5.1865, São Jerônimo e f. 10.8.1920, Porto Alegre, onde foi chineleiro e sapateiro. Ali a 2.1.1887 c/c **Leocádia de Almeida da Soledade**, n. 10.1.1867, Porto Alegre, onde f. 30.11.1907, de tuberculose, f.ª natural de Luiz Antônio de Almeida Lemos e Rita Cândida da Soledade. Pais de, n. Porto Alegre: Jerônimo Antônio de Leão n. 30.09.1886 (ali c/c Maria Conceição Dias); José Antônio de Leão n. 11.11.1887 e f. 18.1.1889; Alayde de Leão (tia Chininha) n. 19.11.1888, onde f. 11.12.1966 (c/c Egas Pires dos Santos); Natalícia de Leão, n. 2.11.1890 (ali c/c Pedro Moacir das Neves); Manuel Antônio de Leão, n. 2.12.1891, onde f. 8.12.1891; Francelina de Leão, n. 28.6.1892, onde f. 4.1.1894; Olympia de Leão, n. 5.11.1894,

onde f. 10.12.1955 (c/c Nelson Pinto Miranda); João Antônio de Leão Neto, n. 1.1898, onde f. 6.2.1898; Maria de Leão, n. 23.6.1901, onde f. 9.7.1901; Pedro Antônio de Leão, n. 6.1903, onde f. 23.6.1903; Inácio Antônio de Leão, n. 6.1903, onde f. 30.6.1903 e de:

8.1 **Floriano Antônio de Leão** n. 5.8.1899, Porto Alegre, onde f. 26.10.1974. Foi comerciante. Ali a 18.12.1920 c/c **Jenny Coelho Netto**, n. 11.7.1901, São Leopoldo e f. 3.4.1984, Porto Alegre, f.^a natural de Ernesto de Souza Leal Filho e Camilla Coelho Netto. Pais de:

9.1 **Nerly Antônio de Leão** n. 10.12.1921, Porto Alegre, onde f. 19.10.1978 e onde a 4.9.1947 c/c sua prima distante **Maria Laureano Brasil**, ali n. 26.6.1928 e f. 14.10.2019, f.^a do dr. Mário da Silva Brasil e Celina Laureano da Silva, abaixo citados. Pais de Newton Brasil de Leão e:

10.1 **Dóris Brasil de Leão** n. 23.3.1950, Porto Alegre, onde a 14.10.1972 c/c **Helmuth Luis Schmidt Pufal**, ali n. 10.8.1948, f.^o de Pedro Corrêa Pufal e Odette Luiza Schmidt. Pais de Tiago, Bárbara, Sabrina e **Diego de Leão Pufal** n. 10.6.1979, Porto Alegre. Autor do presente artigo.

7.2 **João Antônio de Leão** (filho) n. 1^o.4.1870, Porto Alegre, onde f. 15.4.1929. Ali a 3.8.1902 c/c **Angelina Ribas**, ali n. 1878 e f. 30.12.1902, f.^a de Maria Vicência dos Santos.

6.5 **José Manuel de Leão** n. 2.12.1825, Charqueadas, onde f. pequeno.

6.6 **Salvador José de Leão** n. 12.1.1829, Charqueadas e f. 1^o.11.1909, Porto Alegre. Capitão da Guarda Nacional. A 17.4.1875, São Jerônimo c/c **Maria Luiza Schneider**, n. 1848, São Jerônimo e f. 1^o.4.1908, Charqueadas, f.^a de Jacob Schneider e Margarida Elisabeth Licks.

6.7 **João Luís de Lima Leão** (f.^o de Justo) n. 1832, Charqueadas e f. 20.6.1881, São Jerônimo, onde casou a 17.1.1855 com **Feliciana Luiza da Conceição**, ali n., f.^a Feliciano Machado da Veiga e Guimarães Maria da Conceição.

6.8 **Deolinda de Lima Canabarro** n. 7.10.1839 e f. 10.1.1917, Zurich, Suíça. A 7.10.1858, São Jerônimo, c/c o major **João da Câmara Canto**, n. Caçapava do Sul/RS e f. 28.6.1884, Uruguaiana/RS, f.^a José da Câmara Canto e Umbelina Firmina de Jesus. Pais de Joana da Câmara Canto, n. 1861, Uruguaiana/RS (c/c o

cel. Joaquim Antônio Vasques) e Honorina da Câmara Canto, n. 22/12/1864, Uruguaiana (c/c dr. Antônio Alves Pereira e, após, c/c Fridolin Luchsinger).

2.2 Capitão **Zacarias Dias Cortes**, o Velho (f.º de Guilherme Dias Cortes e Maria das Neves da Luz), n. 1683, Curitiba. Foi sertanista que, em 1723,¹⁶ elaborou e encaminhou à Câmara de São Paulo um roteiro, que depois serviu para a abertura da Estrada das Tropas ou Estrada dos Conventos.¹⁷ Realizou bandeiras em busca de ouro em Iguaçú e atingiu o norte do rio Uruguai. Casou com **Maria Leme da Silva**, a Moça, n. Curitiba, f.ª do cap. Manuel Picão de Carvalho e Maria Leme da Silva. Não houve descendência de Zacarias e esposa.

2.3 Capitão **Pedro Dias Cortes** b. 9.7.1684, Curitiba. Foi provido no posto de capitão dos solteiros de Curitiba a 28.10.1716, pertenceu à governança local e exerceu os cargos de procurador do Conselho da Câmara, Oficial da Câmara e Juiz Ordinário. Teve ao menos 4 filhos naturais com **Isabel Alves**, escrava, n. Curitiba e f. antes de 1751. Após, a 17.8.1740 em Curitiba c/c **Maria Leme de Jesus/Siqueira**, n. 1709, Itu/SP e f. 31.8.1754, Curitiba, viúva de Pedro Leme Barbosa, f.ª João do Prado Leme/Leme do Prado e Mécia Nunes de Siqueira. Com Maria, Pedro teve outros 4 filhos:

3.1 **Antônio Álvares das Neves** (f.º Isabel) b. 7.8.1714, Curitiba. No censo de 1765 morava no bairro de Barigui, com 58 anos, junto com 2 agregados e 2 crianças: Caetano Alves das Neves, com 2 anos e Inácio Dias Cortes, com 6 anos e 2 escravos. Em 1776 Antônio vivia no mesmo local, de seus negócios, tinha 3 cavalos e era vizinho do irmão Miguel.

3.2 **Miguel Dias Cortes** b. 16.8.1716, Curitiba. Viveu no bairro de Barigui de suas lavouras e f. antes de 1782. Ali a 29.6.1754 c/c **Ana Pereira de Oliveira/Oliveira Paes**, ali n. 15.2.1739 e f. 1777, f.ª Domingos de Góes Castanheda e Petronilha Garcia. Pais de, n. Curitiba: Isabel, a 8.7.1756, Pedro Dias Cortes, n. 4.9.1758, Francisco Moreira de Oliveira, a 6.11.1760 (c/c Josefa Maria do Espírito Santo e:

4.1 **João Moreira Dias Cortes (de Oliveira)** b. 19.12.1763, Curitiba. Com 4/5 anos migrou para Cachoeira do Sul/RS, onde a 14.10.1786 c/c **Isabel Maria de Siqueira/de Siqueira Chaves**, b. 13.4.1773, Rio Pardo/RS e f. 5.10.1809, Cachoeira, viúva de Felipe da Silveira de

¹⁶ De acordo com Geraldo Barfknecht, o correto seria em junho de 1725.

¹⁷ Conforme o mesmo pesquisador Geraldo Barfknecht em comunicação particular, informou-me que Zacarias pouco deve ter ajudado na estrada dos Conventos (trecho litoral-serra e depois Ausentes-Bom Jardim da Serra-Urubici). Disse ser possível que o tenha feito no trecho de Curitibaanos, Lages à atual Curitiba.

Andrade e f.^a natural de Francisco de Siqueira Cortes e Leonor Paes Domingues. Pais de, n. Cachoeira do Sul: Maria, b. 5.4.1788, Francisco, n. 31.1.1790, Lucas, n. 7.10.1792, Ana, n. 13.6.1794, Jeremias, n. 20.7.1795, Constantina, b. 20.5.1797, João Moreira Cortes, n. 23.6.1799 (a 27.2.1836 em Alegrete c/c Cristina Joaquina/Maria Nunes) e Isabel Maria Moreira, b. 15.1.1810 (a 2.7.1831 em São Gabriel c/c Elias Antônio Dias).

3.3 **Maria das Neves da Luz** (levou o nome da avó), n. Curitiba, onde a 5.8.1751 c/c **Tomé Corrêa Lopes**, ali b. 30.12.1725, f.^o João Corrêa e Inês Ferreira Valente ou Inês Pereira. Pais de Ana, n. 14.2.1754, Curitiba.

3.4 **Manuel Dias Cortes** b. 24.1.1722, Curitiba.

3.5 **Maria do Nascimento de Jesus** (f.^a de Maria Leme de Jesus) n. 1.11.1741, Curitiba, onde a 20.2.1776 c/c **José de Oliveira de Sampaio**, ali n. 10.1.1740 e f. 27.4.1762, f.^o do cap. Francisco de Siqueira Cortes e Catarina Mendes Barbuda. Sem filhos.

3.6 **José Leme do Prado** n. 2.4.1744, Curitiba e f. após 1819. Viveu em Barigui em Curitiba, era auxiliar e vivia de suas lavouras, possuía 10 cabeças de gado (1776) e 1 escravo. A 18.4.1765 em Curitiba c/c **Isabel Diniz de Sampaio**, ali n. 8.9.1748, f.^a de João Diniz Pinheiro e Francisca Maciel de Sampaio. Pais de, n. Curitiba: Antônio Leme do Prado n. 1771; Francisco Leme do Prado n. 1773; Ana n. 1776, e de:

4.1 **João (José) Lemes de Sampaio/São Paio** n. 1767, Curitiba e f. 12.7.1819, Caçapava do Sul ou Bagé/RS. A 12.11.1798 em Cachoeira do Sul/RS c/c **Mathilde Álvares da Silva**, b. 11.10.1785, Rio Pardo/RS, f.^a Roque Alves Palhano e Maria da Silva Rosa, ambos de Curitiba. Pais de, n. Rio Pardo: Isabel Lemes n. 1800, em 1819 era solteira; José Bento de Sampaio n. 1803, e de:

5.1 **Francisco Lemes do Prado** n. 8.6.1805, Caçapava do Sul, onde a 21.9.1827 c/c **Gertrudes Marques de Jesus**, n. Bagé, viúva de João Pereira Bueno.

5.2 **Antônio Lemes de Sampaio** n. 1807, Caçapava do Sul. C/c **Ana Gertrudes Alves**, n. Bagé, f.^a João Antônio Alves e Rita Maria de Jesus. Pais de, n. Bagé: Sebastião, n. 30.8.1844; Coslação?, n. 3.1.1846, e Maria Matildes Sampaio, n. 21.9.1846.

5.3 **Manuel Lemes Diniz** n. 1809, Caçapava do Sul e f. 21.11.1863, Bagé, deixando 4 filhos, 13 escravos, 464 reses de criar, 93 novilhos, 15 bois mansos, 250 ovelhas, 50 éguas, 10 cavalos mansos, meia légua de campo no Rio Negro, Bagé, além de outros pertences de casa. C/c **Florisbela Marques da Silva** (Flora), n. Rio Grande/RS, f.^a Iná-

cio Marques da Silva e Ana Pedroso de Jesus. Pais de, n. Bagé: Ana, a 8.11.1843 e f. antes do pai; Bernardina Diniz, n. 1846; Manuel Leonço Diniz, a 18.6.1847 (c/c Isabel Correia); Mathildes Diniz (c/c João Antônio Lemes e Delfina Diniz (c/c Luciano Barbosa).

5.4 **Maria Lemes** n. Caçapava do Sul. C/c **José Marques da Silva**, f.º Inácio Marques da Silva e Ana Pedroso de Jesus. Pais de Felício, n. 11.6.1832 e Joana Luísa, a 27.5.1846, ambos em Bagé.

4.2 **Francisco Leme do Prado** n. 1769, Curitiba, onde a 23.8.1795 c/c **Ana Maria do Espírito Santo**, ali n., exposta em casa do capitão-mor Lourenço Ribeiro de Andrade.

4.3 **Maria Benedita de Jesus**, n. 1775, Curitiba, onde a 24.7.1787 c/c o cap. **Luciano José de Chaves**, exposto em casa de Ana Martins das Neves. Veja descendência em NEGRÃO (v. I, p. 586).

4.4 **Felicidade Perpétua do Céu** n. Curitiba, onde a 23.7.1806 c/c **Manuel Carlos Diniz**, ali n., f.º Bento Diniz Sampaio e Ana Maria de Jesus.

4.5 **Inácio Lemes de Sampaio/Lemes do Prado**, n. Curitiba, migrou para o RS. A 3.11.1813 em Caçapava do Sul c/c **Simiana Pires Bandeira**, n. Rio Pardo/RS, f.ª Pedro da Silva de Moraes e Engrácia Pires Bandeira/de Menezes. Pais de Matildes Lemes do Prado, n. Caçapava do Sul (c/c Manuel Quintana, n. Encruzilhada do Sul e pais de, n. Bagé: Manuel Inácio Quintana, n. 18.9.1843 e Felisbina Quintana, n. 8.5.1848).

4.6 **José Bento de Sampaio** n. Curitiba, migrou para o RS. A 27.5.1818 em Caçapava do Sul c/c **Eufrásia Maria Álvares**, viúva de Antônio Vale. Pais de Ana Lemes, n. Bagé (c/c Bibiano Alves) e Joaquim Lemes do Prado, n. Bagé (c/c Matildes Leme do Prado).

4.7 **Joaquim Modesto Lemes do Prado** n. Curitiba, migrou para o RS. A 8.11.1810 em Caçapava do Sul c/c sua prima **Maria Valéria da Silva**, n. 2.6.1797, Cachoeira do Sul, f.ª de Antônio Valério de Lemos ou Antônio Bicudo (bisneto de Catarina Dias Cortes e João Batista de Oliveira) e Eufrásia Maria Alves da Silva, ambos da Lapa/PR. Pais de João Modesto Lemes do Prado, n. Caçapava do Sul, c/c Fidência da Silva Gomes, que foram pais de Modesta, n. 4.9.1844 e Onofre Lemes do Prado, n. 25.12.1845, ambos em Bagé.

3.7 **Antônio José do Prado** n. 21.10.1748, Curitiba, onde a 19.9.1765 c/c **Ana Maciel de Sampaio**, ali n. 3.9.1750, f.ª João Diniz Pinheiro e Francisca Maciel de Sampaio. Em 1789 Antônio, como tenente, estava residindo em Lages/SC, com 4 agregados.

3.8 **Margarida Leme de Santana** n. 19.7.1751, Curitiba, onde a 22.9.1767 c/c **Brás Alves Natel**, n. 1742, Ilha de São Sebastião/SP, f.º João Lucas de Araújo e Margarida Pires. Na década de 1770 Brás residia no bairro da Tatuquara em Curitiba, onde era auxiliar e vivia de suas lavouras, com seus animais, escravos, esposa e filhos. No RS há vários Alves Natel possivelmente descendentes de Brás, tanto na região de Bagé, como em Cima da Serra. Foram pais de, n. Curitiba: Manuel, n. 1772; Úrsula Maria das Virgens, n. 1774 (onde a 26.8.1788 c/c Manuel João Domingues, pais de Maria Matildes, n. 1789 e ali c/c Antônio Teixeira Lima, cujo filho João Teixeira de Lima migrou do PR, radicando-se em Soledade/RS, pois ali casou a 4.2.1857 com Delfina Francisca de Oliveira); Joana Rosa Rodrigues do Prado, n. 1777, onde a 14.2.1792 c/c Pedro Teixeira da Cruz); Maria do Rosário Natel (a 4.10.1798 em Curitiba c/c Francisco de Borja de Andrade; Luís, n. e f. 1782; Luís, n. e f. 1784, e de: 4.1 **José Alves Natel** n. 1776, Curitiba. Migrou para o RS, onde c/c (I) **Brígida Soares Louzada**, n. Rio Pardo/RS, f.ª Pedro Soares Louzada (n. Balsa Nova/PR) e Ana Soares do Rego. C/c (II) a 18.3.1848 em Caçapava do Sul **Joana Felícia da Silva**, n. 14.10.1791, Taquari, f.ª Manuel da Silva Jorge e Antônia Maria de Bittencourt. Do 1º casamento houve: Maria Alves Natel, n. Rio Pardo (a 22.10.1820, Caçapava do Sul c/c Ricardo José de Magalhães); Brígida Alves Natel, n. Caçapava do Sul (onde a 3.6.1845 c/c João Branco de Moraes) e Celestino Alves Natel, n. Caçapava do Sul (onde a 23.3.1848 c/c Inocência Fausta de Magalhães).

2.4 **Luzia Dias Cortes** ou **Luzia Martins das Neves** n. pv. 1685, Curitiba, onde f. 7.6.1737. Ali c/c o cap. **Manuel de Lima Pereira**, n. 1670, São Paulo/SP e f. 10.3.1735, Curitiba, f.º de Manuel de Lima Pereira e Isabel Barbosa. Manuel pertenceu à governança de Curitiba, onde foi procurador do Conselho, em 1722. Pais de Maria das Neves, b. 11.2.1705, Curitiba, onde f. 7.5.1774, solteira; 3.6 Rita b. 21.10.1722, Curitiba, e de:

3.1 **Guilherme Dias Cortes** b. 25.8.1715, Curitiba, onde f. 18.3.1791. Residia no bairro de Tindiquera. Ali a 8.2.1755 c/c **Maria Rodrigues Biculo/de Jesus**, b. 27.6.1728, Curitiba e f. após 1791, f.ª João Batista de Castilho e Maria Biculo Camacho. Pais ao menos de 9 filhos, n. Curitiba: Manuel, a 16.1.1756; Luzia Maria de Lima, a 1.4.1758 (onde a 22.7.1790 c/c Venâncio José de Almeida); Maria Madalena de Jesus, em 1.5.1760 (onde a 19.6.1793 c/c José da Costa Rosa); João, em 1768; Ana Maria de Jesus, em 1772 (onde a 15.6.1789 c/c José Joaquim da Silva); Antônio Dias de Lima (ali a 10.8.1802 c/c Joana Carvalho de Assunção) e:

4.1 **Rafael Pinto de Figueiredo** n. 1764, Curitiba e f. após 1822 no RS, para onde migrou. C/c **Maria Antônia de Jesus**, n. 1764, Vacaria/RS e f. 19.3.1822 em Santo Antônio da Patrulha/RS, f.^a Antônio Borges Vieira e Teresa Rodrigues de Jesus. Pais de 9 filhos, n. em Santo Antônio da Patrulha: Esméria Antônia de Figueiredo (ali a 7.5.1813 c/c Vicente Pereira dos Santos); Laureano Pinto de Figueiredo, a 16.9.1788; Felisberta Antônia de Jesus, b. 6.10.1790 (ali a 7.1807 c/c Francisco Antônio de Figueiró); Rafael Pinto de Figueiredo, b. 26.8.1794; Dionísio Antônio de Oliveira, b. 23.10.1796 (ali c/c Belarmina Antônia de Oliveira); Maria Antônia de Jesus, b. 4.6.1798 (a 22.9.1816, Osório, c/c Felisberto Antônio da Silva); Eufrásia Pinto de Figueiredo, n. 26.2.1801 (c/c José Rodrigues de Jesus); Zeferino, a 15.7.1804 e Marcelino, b. 14.11.1810.

3.2 **João Pires de Santiago** b. 5.1.1717, Curitiba. Foi morador do bairro do Barigui, onde vivia de suas lavouras. Teve 2 filhos naturais com **Andreza Garcia/Gonçalves**, índia, n. Curitiba e ao menos outro com **Isabel Carvalho de Assunção**, n. Curitiba. Após, a 28.3.1744 ali c/c **Ana Maria do Prado**, n. Itu/SP, f.^a João Leme do Prado/do Prado Leme e Mécia Nunes de Siqueira, acima referidos, com quem teve mais 9 filhos. Filhos com Andreza: Francisco Pires Santiago, b. 15.2.1741, Curitiba (onde a 16.8.1768 c/c Maria Gonçalves da Silva/Rodrigues da Silva) e Inácia Pires de Jesus, n. Curitiba (onde a 2.11.1751 c/c Antônio Dias de Camargo). Filhos de João com Isabel: Paulo Pires de Santiago, que segue. Filhos de João com Ana Maria: Inácio Pires de Lima, que segue; Francisco Pires do Prado, n. 16.10.1748, Curitiba; Mécia Maria Angélica, n. 1750, Curitiba (onde a 30.8.1774 c/c Salvador Nunes de Aguiar); Manuel de Lima Pereira, n. 3.10.1752, Curitiba (onde a 8.12.1776 c/c Ana Maria de Jesus); Maria Leme, n. 14.9.1754, Curitiba (onde a 9.1.1783 c/c José Gonçalves Pimenta); Antônia Gertrudes dos Passos, n. 10.9.1756, Curitiba (onde a 20.11.1775 c/c Manuel Rodrigues dos Santos, com descendência em Palmeira/PR); Luzia Pires do Prado ou Luzia Antônia de Jesus, n. 8.12.1758, Curitiba (onde a 18.1.1776 c/c Manuel Ferreira de Souza, com descendência em Castro/PR); José Pires de Lima, n. 22.12.1760, Curitiba (onde a 18.9.1787 c/c Francisca Mendes de Sampaio, com descendência em Palmeira) e João Pires de Lima, n. 22.12.1760, Curitiba (onde a 19.1.1794 c/c Rosália/Rosaura Soares de Castro, com descendência em Palmeira), e de:

4.1 **Paulo Pires de Santiago** (f.^o de Isabel) n. pv. 1736, Curitiba, onde f. 28.1.1812 e a 22.8.1756 c/c **Rosa Leite Ferreira/da Silva**,

n. 15.1.1741, Curitiba, onde f. 1.8.1813, f.^a Salvador de Cândia Ferreira e Ana Leite da Silva/Ana Dias. Pais de, n. Curitiba: Isabel de Santiago, n. 1.10.1757; Feliciano Leite da Silva, b. 26.8.1766 (onde a 20.6.1791 c/c João Vieira da Silva); José de Lima, b. 17.12.1767 (onde a 1.11.1797 c/c Ana Maria Rodrigues); Luísa Leite da Silva (onde a 9.11.1784 c/c Miguel Luís da Costa); Maria de Lima de Jesus (onde a 22.1.1788 c/c Antônio Leme da Paz); Margarida dos Santos Pereira (onde a 15.10.1793 c/c seu primo Felipe de Santiago); Ana Bárbara da Silva (onde a 28.1.1796 c/c Manuel Francisco Leme); Francisco, b. 28.2.1771; Rita, b. 8.1.1780; Domingos, b. 19.12.1785, e:

5.1 **João Pereira de Lima** n. 22.6.1759, Curitiba, migrou para o RS. C/c **Joaquina Inocência** ou **Maria de Jesus**, n. 1759, Triunfo/RS e f. 9.10.1836, Alegrete/RS, f.^a Francisco Xavier de Assunção e Maria de Ávila. Pais de: Reginaldo Pereira de Lima, b. 23.5.1780, Santo Amaro/RS; João Pereira de Lima, n. 20.3.1784, Santo Amaro; Januário Pereira de Lima, b. 2.11.1789, Rio Pardo/RS; Vicente Pereira de Lima, n.20.1.1797, Rio Pardo; Lina, n. 27.9.1798, Rio Pardo, e de:

6.1 **Albino Pereira de Lima** n. 1780, Santo Amaro/RS e f. 11.1.1840, Alegrete. A 1.12.1798 em Rio Pardo/RS c/c (I) **Matilde Joaquina de Assunção**, ali n., f.^a Custódio Leite Ferreira de Bittencourt e Maurícia Rosa da Conceição. Albino a 4.1.1836, São Borja, c/c (II) **Manuela Leocádia de Abreu**, n. São Borja/RS, f.^a Francisco José de Abreu e Leocádia Joaquina de Siqueira. Com Matilde houve 14 filhos: Mafalda Francisca de Lima, n. 1805, Alegrete, onde f. 27.8.1837 (c/c I José Monteiro Mâncio e, após, com o cap. José Ribeiro de Almeida); Felisbina Matilde de Lima, n. 1814, Caçapava do Sul e f. 22.2.1840, Alegrete; Manuel Pereira de Lima, n. 2.10.1822, Alegrete (c/c Maira Nunes de Siqueira); Bento Pereira de Lima, n. 6.4.1824, Alegrete (c/c Rita Clara da Silva); Francisca Carolina de Lima, n. 1.10.1825, Alegrete (c/c Vasco José de Abreu); Carlota, n. 27.4.1827, São Francisco de Assis; Senhorinha Firmina de Lima, n. 12.5.1828, São Francisco de Assis (c/c Teodósio Teixeira de Lima); Albina Joaquina de Lima, n. 7.10.1830, Alegrete; Vasco Pereira de Lima, n. Caçapava do Sul (c/c Joana Clara da Silveira); Águeda Joaquina de Lima, n. Caçapava do Sul (c/c Antônio Jacinto de Oliveira); Faustina Álvares de Lima, n. Caçapava (c/c Felizardo José de Mello); capitão Modesto Pereira de Lima (c/c Gertrudes Ferreira da Fonseca); João Pereira de Lima, n. Caçapava (c/c Jacinta Mariana de Oliveira) e Israel Pereira de Lima, n. Caçapava

(c/c Maria Clara da Silva). Com Manuela houve 3 filhos, n. Alegrete: Cândido, n. 31.12.1836; Manuel, n. 2.10.1837 e Leocádia, n. 13.1.1840.

6.2 **Luminata Joaquina de Lima** b. 23.8.1791, Encruzilhada do Sul. C/c **Apolinário Antônio Pereira da Silva**, n. Taquari, f.º Antônio Pereira da Silva e Maria Angélica. Pais de, n. Alegrete: Luís, n. 22.2.1827; Maria, n. 1830; Vicência Pereira de Lima (c/c Pacífico da Silva Medeiros, seu primo, antepassados da genealogista Leika Rompokos); Maria Angélica de Lima; Antônio Medeiros da Silva; Faustina Joaquina de Lima; Constantino Pereira de Lima, Sezefredo; José, José Pereira de Lima; Francisco Pereira da Silva; Ana Joaquina de Lima; João Pereira de Lima e Luís Pereira de Lima.

6.3 **Ana Joaquina de Lima** n. Caçapava do Sul/RS. C/c **José Xavier da Silva**, n. Santa Maria/RS, f.º Gonçalo Xavier da Silva e Margarida Rodrigues de Siqueira. Pais de Modesto Ferreira da Silva, n. 15.7.1824, Alegrete (a 26.7.1858 em Cruz Alta c/c Silvina Emília da Silva) e Maria, n. 5.9.1826, São Francisco de Assis.

4.2 **Inácio Pires de Lima** ou **Inácio de Lima Pereira** (f.º de Ana Maria) n. 18.8.1745, Curitiba e já f. 1828. Morador no bairro de Barigui em Curitiba, onde vivia de suas lavouras; após migrou para Palmeira/PR. A 17.6.1765, Curitiba, c/c **Clara Pereira Telles**, ali n. 21.1.1747 e f. 21.8.1828, Papagaios Novos, Palmeira/RS, f.ª Agostinho Rodrigues de Andrade e Gertrudes Pereira Telles. Pais de 5 filhos, n. Curitiba: José de Lima Pereira, n. 1768; Maria Lemes de Jesus ou Maria Pires, n. 1769 e f. 4.12.1825, Palmeira (c/c o alferes Francisco Tomas Cardoso, com descendência em Palmeira); Inácio de Lima Pereira, n. 1771 (c/c I Joana Maria e II Ana Ferreira de Jesus); Ana Maria de Jesus, n. 1772 (c/c Bento de Siqueira Cortes, com descendência em Palmeira, dentre eles o filho Pedro de Siqueira Cortes, que participou da exploração dos Campos de Guarapuava e os de Palmas) e Ângela, n. 1775.

3.3 **Zacarias Dias Cortes** (sobrinho) b. 11.11.1718, Curitiba, onde f. 13.8.1794, sem testamento, *por ser pobre*. Residia no bairro de Campo Largo e a 5.8.1745 c/c **Ana da Silva Leme** ou **Ana Pires da Silva**, b. 13.6.1712 e f. 23.12.1786, f.ª Bento Pires Leme e Maria de Siqueira Cortes. Pais de Maria, n. 10.5.1746, Curitiba, e Maria, n. 10.5.1749, Curitiba, onde f. 11.5.1754.

3.4 **Teresa Martins das Neves/de Jesus** b. 10.3.1720, Curitiba e f. 1.9.1808, bairro Santo Antônio, Castro. A 6.4.1739, Curitiba, c/c **Francisco Ribeiro da Silva**, n. pv. 1700, Curitiba ou SP e já f. 1804, f.º do

cap. Antônio Ribeiro da Silva/Baião e Maria de Siqueira de Almeida. Pais de Ana n. 13.1.1747, Curitiba; Antônia b. 30.3.1754, Capão Alto; João Ribeiro b. 8.7.1755, Capão Alto; Damiana n. 30.3.1761, Capão Alto; José Sutil (c/c Maria de Lima, pais de Miguel, b. 7.10.1756, Capão Alto), e de:

4.1 **Luzia de Almeida Lima** n. 8.7.1740, Curitiba. A 15.7.1755 em Capão Alto/PR c/c o tenente **José Sutil de Oliveira**, n. 1716, Parapanema/SP e f. 6.4.1823, Castro/PR, f.º Sebastião Sutil de Oliveira e Catarina Soares de Oliveira. Pais de Miguel Sutil, n. 7.10.1756; Inácia Maria de Oliveira, n. 28.2.1759, Capão Alto (c/c Joaquim Antônio de Sá, com descendência em Castro); Cirino Sutil, n. 20.7.1762; Francisca de Oliveira, n. 1764; Claudiana Maria de Oliveira, b. 18.10.1768, Capão Alto (c/c José da Silva Moreira, com descendentes em Castro e Cruz Alta/RS); José, b. 15.2.1722, Capão Alto; Feliciano do Carmo de Oliveira, b. 25.10.1774 (c/c Pedro da Silva Moreira); Sebastião Ribeiro da Silva, b. 14.10.1776, Castro (c/c Maria da Paz); Claro, b. 24.10.1782, Castro; Joaquim José de Oliveira, b. 28.7.1782, Castro (c/c Angélica Soares e Teresa Ferreira de Jesus), e Joaquina Sutil de Oliveira, n. 1795 e f. 27.5.1845, Machadinho, Castro (c/c Dionísio Praxedes dos Santos).

4.2 **Maria de Almeida** n. 8.12.1742, Curitiba e f. 8.4.1809, Carrapato, Castro. A 18.7.1768 em Capão Alto c/c **Ângelo da Silva Xavier**, n. 29.1.1743, Curitiba, f.º Francisco da Silva Xavier e Luzia Fernandes de Siqueira. Pais de: Francisco Xavier; José Xavier, n. Castro (onde c/c Maria Pinheiro do Espírito Santo); Maria Xavier; Antônio Xavier e:

5.1 **Antônia Ribeiro da Silva** b. 9.4.1776, Castro e f. antes de 6.1822. C/c o alferes **Bento Correia de Mello**, n. 1765, Curitiba e f. 4.1843, na fazenda de Itaquatiá, Alegrete/RS, f.º Bento Maciel Barbosa/César e Apolônia Cardoso de Freitas. Pais de: alferes Antônio Correia de Melo, b. 25.12.1796, Castro (c/c Betânia Mendes de Almeida/Arruda); Bento Correia de Melo, n. 10.11.1799, Castro (c/c Elísia Gomes de Arruda); João Corrêa de Melo, n. 8.3.1802, Caçapava do Sul/RS e Maria Antônia Corrêa de Mello, n. 24.3.1804, Encruzilhada do Sul (c/c Gabriel Antônio Rolim).

5.2 **Lúcia Maria da Silva/Almeida** n. 1771, Castro. C/c **Bento Maciel Barbosa/César**, n. 1747/1751, São João de El-Rei/MG ou Atibaia/SP e f. 18.5.1831, Ponta Grossa/PR, f.º João Maciel Barbosa/César e Marcela Lopes de Siqueira/Castilhos. Pais de, n. Castro: Ana Joaquina Micaela, b. 16.8.1786 (c/c João Rodrigues de Oliveira); Justo, b. 29.6.1789; Luzia Maciel, b. 19.2.1793; Teresa César, n. e

f. 2.12.1796; Teresa, b. 24.9.1797; Angélica, b. 23.6.1798; Onistalda, n. 16.7.1800; Francisco, n. 2.10.1802; Antônio, n. 2.10.1802 e f. 21.8.1806; Maria, n. 17.3.1804; Balbina, n. 7.12.1807, Pitangui; Maria, b. 13.1.1811, e Bárbara Serena da Silva, n. Ponta Grossa (onde c/c Francisco José de Almeida).

4.3 **Domingos Ribeiro de Lima/da Silva** n. 5.10.1744, Curitiba. A 17.8.1768, Pitangui, c/c **Marcela da Costa Rosa/Martins**, n. 12.8.1749, Pitangui, f.^a Domingos Martins Fraga e Isabel da Costa Rosa. Pais de, n. Castro: Isabel Maria (c/c Antônio Antunes Maciel, com descendência em Castro); Cecília Martins (c/c Manuel José de Santa Ana); Francisco, b. 2.9.1773; Maria, b. 25.7.1780; Maria, b. 7.5.1782 e Manuel, b. 26.2.1786.

4.4 **Escolástica de Almeida** n. 23.2.1749, Curitiba e f. antes de 1801. A 18.7.1768 em Capão Alto/PR c/c **Francisco de Farias**, n. 6.11.1749, Balsa Nova/PR, f.^o Salvador de Faria e Ângela ou Arcângela Nunes de Siqueira. Pais de, n. Castro: Teresa de Farias de Almeida (ali a 30.11.1797 c/c Antônio Rodrigues da Luz); Maria de Farias (ali c/c Cipriano de Souza Neto) e Gertrudes de Almeida (ali c/c João Pires Monteiro).

3.5 **Manuel de Lima Pereira** b. 8.12.1724, Curitiba e já f. em 1818. Viveu no bairro de Carrapatos, onde tinha poucos animais e lavouras, com cultivo de feijão e milho. A 1.12.1753 em Curitiba c/c **Maria Luís do Espírito Santo**, ali n. 31.5.1732 e f. 1.7.1818, Castro, f.^a Luís Fernandes de Siqueira e Luzia Leme da Silva. Pais de: Francisco de Lima Pereira, b. 8.3.1758, Pitangui; Antônio de Lima Pereira; Luzia Pereira; Henrique de Lima Pereira, b. 25.12.1776, Castro; Rita de Lima, n. 1778, Capão Alto, e:

4.1 **Benedito de Lima Pereira/Pereira de Lima** n. 13.7.1760, Curitiba. Viveu em Castro/PR e após migrou para Canguçu/RS, onde a 21.5.1801 legitimou sua união com **Teresa Maria de Jesus**, n. São José dos Pinhais ou Curitiba e já f. em 1.11.1814, f.^a João Batista Pereira e Isabel Martins. Pais de:

5.1 **Antônia Maria de Jesus** n. Castro. A 9.1.1804, Canguçu c/c **Domingos Rodrigues de Quevedo**, n. Itapetininga/SP, f.^o José Rodrigues de Quevedo e Ana Maria de Jesus. Pais de, n. Canguçu: Joaquim Rodrigues de Quevedo, n. 1.8.1814; Teresa, n. 13.6.1825; e de:

6.1 **Ana Maria de Jesus** n. 21.8.1805, Canguçu, onde a 26.6.1823 c/c (I) **José Francisco de Moraes**, n. Itapetininga, f.^o Antônio Francisco de Moraes e Francisca França da Silva. Ana c/c (II) **Antônio Rodrigues de Carvalho**, n. 28.4.1803, Canguçu, f.^o Antônio José de Carvalho e Ana Maria de Quevedo. Com descendência em

Canguçu.

6.2 **Maria Antônia de Jesus** n. 15.9.1807, Canguçu, onde a 21.12.1828 c/c **Jesuíno Bueno de Oliveira**, n. Piratini/RS, f.º Joaquim Bueno da Silva e Joaquina Maria Pires.

6.3 **Domingos Rodrigues de Quevedo** n. 22.1.1810, Canguçu, onde a 12.11.1832 c/c **Luzia Correia da Silva**, n. 21.12.1805, no bairro do Tronco, Castro/PR, f.ª José Corrêa da Silva e Brígida Maria Ribeiro/de Lima.

6.4 **Clara Maria de Jesus** n. 4.11.1812, Canguçu, onde a 1.12.1831 c/c **Antônio Xavier de Moraes**, n. Itapetininga, f.º de Antônio Francisco de Moraes e Francisca França da Silva.

6.5 **Gertrudes Maria de Quevedo** n. 8.11.1817, Canguçu, onde c/c seu primo **Manuel Rodrigues de Quevedo**, ali n. 17.9.1812, f.º Joaquim Rodrigues de Quevedo (irmão de Domingos) e de Ana (Joaquina) Coutinho da Rocha.

6.6 **Matildes Maria de Jesus** n. 2.11.1819, Canguçu, onde c/c **Joaquim Fernandes de Moraes**, n. 20.3.1812, Capela de Santana/RS, f.º Antônio Francisco de Moraes e Francisca França da Silva.

6.7 **Antônia Maria de Lima** n. 18.8.1821, Canguçu, onde c/c **Bernardo Tavares de Almeida**, ali n., f.º Manuel Tavares de Almeida e Maria Madalena de Jesus, de Sorocaba.

6.8 **Justino Rodrigues de Quevedo** n. 4.5.1827, Canguçu, onde a 25.5.1848 c/c **Angélica Rodrigues Barbosa**, ali n., f.ª Joaquim Rodrigues Barbosa e Cândida Gonçalves da Silva.

5.2 **Serafim Pereira de Lima** n. Curitiba e f. antes de 10.1870, talvez em São Francisco de Assis/RS. Migrou para Canguçu/RS, onde a 1.11.1814 c/c (I) **Maria Joaquina da Rocha**, n. Rio Pardo, f.ª Francisco Coutinho/Xavier da Rocha e Vicência Maria/Inácia. Serafim a 29.8.1828, Canguçu, c/c (II) **Maria Joaquina da Silva**, ali n., f.ª Bento Soeiro da Rosa/da Rosa Soeiro e Joana Corrêa da Silva/Rodrigues de Quevedo. Do 1º casamento houve: Francisco, n. 7.10.1815; Matildes, n. 8.9.1817; Laurinda Joaquina de Lima, n. pv. 1820 e f. 9.8.1902, 3º distrito de Santiago/RS e Carolina, n. 2.2.1824, todos em Canguçu. Do 2º casamento houve:

6.1 **Maria Joaquina Pereira de Lima** c/c **Cesário da Silva Flores**, f.º Serafim José da Silva Flores e Maria Antônia da Silva. Com descendentes em São Francisco de Assis e Santiago do Boqueirão/RS.

6.2 **Maria Isabel de Lima** n. São Francisco de Assis, onde a

10.1.1872 c/c **Cândido Alves do Prado**, n. São Martinho da Serra/RS, f.º João Alves do Prado e Rita da Silva.

6.3 **Manuel Bibiano de Lima** n. São Francisco de Assis, onde a 10.1.1872 c/c **Virgínia Pedroso de Oliveira**, n. São Martinho da Serra, f.ª Joaquim Mariano de Oliveira e Rosa Pedroso de Morais.

6.4 **Manuel Pereira de Lima** n. São Francisco de Assis, onde a 16.6.1872 c/c **Veríssima Alves Machado**, ali n. 1845, f.ª Veríssimo Alves Machado e Maria Fausta de Oliveira.

6.5 **Teresa Pereira de Lima** n. São Francisco de Assis, onde a 15.6.1872 c/c **Francisco de Lima de Araújo**, n. Castro/PR, f.º José Antônio de Lima e Maria Joaquina.

6.6 **José Pereira de Lima** n. 1840, São Francisco de Assis. A 5.2.1878 em Santiago do Boqueirão c/c **Fausta Maria Alves**, n. 1852, f.ª Bento José Alves e D... Pedroso de Morais.

6.7 **Rita Pereira de Lima** n. 1851, no 6º distrito de São Francisco de Assis, onde a 30.7.1873 c/c **Delfino Francisco de Paula**, n. 1844, Santa Maria/RS, f.º Maria Francisca da Conceição.

6.8 **Bento Pereira de Lima** n. 16.8.1851, São Francisco de Assis, onde a 16.10.1870 c/c (I) **Leonarda Maria da Silva**, ali n., f.ª Leonardo Pedroso de Morais e Altina Maria da Silva. Bento teve uma filha natural com **Lina Pedroso de Morais**, de nome Plácida Pereira de Lima (n. 1899, c/c Pedro Flores da Costa no 5º distrito de Santiago/RS). Com Leonarda teve os filhos: Florentina Pereira de Lima (c/c Manuel Leão de Lima); Sebastião Pereira de Lima, Silvano Pascoal de Lima, Severo ou Severino Henriques de Lima e:

7.1 **Serafim Francisco de Lima** n. 8.12.1871, São Francisco de Assis, onde viveu com **Faustina Rabello**, f.ª de Henrique Longuinho de Souza Rabello e Maria Severina da Silva. Pais de Firmino Lima (c/c Rosa Sestini e avós da historiadora Sandra Lima Jatahy e do genealogista Fernando Augusto Lima Monteiro Santos).

5.3 **Matildes Maria Pereira/da Trindade** n. Castro ou Curitiba. A 23.12.1806 em Canguçu c/c **Pedro José de Oliveira**, n. São Vitor, Braga ou Porto, Portugal, f.º Antônio José de Oliveira e Maria de Jesus. Pais de Clarinda, n. 20.10.1809, Canguçu. Matildes teve de pai incógnito o filho Álvaro, n. 2.5.1826, Jaguarão.

5.4 **Albertina de Lima** n. Canguçu. C/c **Domingos da Costa**, n. Porto Alegre, f.º João Pinto da Mota e Lauriana da Rocha. Pais de Constância, n. 6.1.1828, Canguçu.

- 4.2 **Manuel de Lima Pereira** n. Castro. C/c **Luzia Maria de Souza**, n. Florianópolis/SC, f.^a Brás de Sousa Neto e Jacinta Maria da Encarnação, açorianos. Pais de: Francisca Pereira, n. 1797, Castro, onde f. 18.6.1811, e Manuel de Lima de Souza, n. 4.5.1800, Castro (a 2.1.1821 em Palmeira/PR c/c Maria Angélica de Almeida).
- 3.6 **Quitéria Pires de Santiago** b. 12.8.1726, Curitiba, onde a 1.3.1745 c/c (I) **João Ribeiro Maciel**, ali b. 12.8.1713 e f. 6.6.1772, São José dos Pinhais, f.^o do cap. Antônio Ribeiro da Silva/Baião e Maria de Siqueira de Almeida. Quitéria em 1774 c/c (II) **Bartolomeu Franco**, n. Curitiba, f.^o João Franco Moreira e Isabel Cardoso de Pazes. Do 1.^o casamento houve os filhos, n. São José dos Pinhais: Maria, n. 3.4.1746, Antônio, n. 14.3.1748, Francisca Ribeiro de Lima, b. 20.8.1752 (onde a 28.5.1779 c/c Felipe Neri de Carvalho) e Vitoriano, n. 7.7.1754, este em Curitiba. Do 2.^o casamento houve:
- 4.1 **Manuel Pereira de Lima** n. Curitiba, passou para o RS, onde a 9.1.1798, Cachoeira do Sul, c/c **Maria Barbosa da Conceição** ou **Maria Francisca de Jesus**, n. Rio Grande, f.^a João Cordeiro da Cruz e Maria Barbosa da Conceição. Pais de: José, b. 1809, Santa Maria/RS, Florinda, b. 1814, Santa Maria, e Maria Domingues de Lima, n. Cachoeira do Sul (a 7.1.1823, Canguçu c/c José da Silva Guimarães).
- 3.7 **Pedro de Lima Pereira** n. 1.11.1731, Curitiba, onde a 7.6.1759 c/c **Luzia Dias de Meira**, ali n. 14.2.1744, f.^a Manuel Dias Colaço e Maria Dias de Siqueira/Luís de Góes. Pais de 4 filhos, n. Curitiba: Luís de Lima Pereira, n. 24.8.1760, Antônio de Lima Pereira, n. 1763, Manuel de Lima Pereira, n. 1765 e Isabel.
- 2.5 **Catarina Dias Cortes/de Sene/Martins** b. 10.10.1689, Curitiba, onde em 1708 c/c o alferes **João Batista de Oliveira** (às vezes Pereira), n. Santos/SP e f. 1744 nas minas de Cuiabá, f.^o Manuel Pereira da Luz e Isabel da Costa. João foi da governança de Curitiba. Pais de, n. Curitiba: Josefa Pereira b. 6.1.1709 (onde c/c Miguel Paes); Isabel b. 20.1.1715; Diogo b. 20.6.1717; Guilherme Pereira b. 16.6.1728 (em 1789 morava em Castro com o cunhado José Ribeiro Cunha e com 1 escravo) e de:
- 3.1 **Manuel dos Santos Cardoso** b. 19.2.1711, Curitiba, onde a 6.4.1744 c/c **Gertrudes Maria Nunes/do Prado**, b. 16.1.1720, Itu/SP, f.^a João do Prado Leme/Leme do Prado e Mécia Nunes de Siqueira. Pais de:
- 4.1 **Manuel dos Santos de Oliveira** n. 22.4.1750, Curitiba, onde a 11.10.1779 c/c **Maria Mendes dos Passos**, ali n., f.^a Manuel Martins Valença e Maria de Araújo. Descendentes em Tamanduá e Palmeira.

4.2 **João Batista dos Santos** n. pv. 1751, Curitiba e f. 3.1.1802, Lapa. A 25.2.1772, Curitiba, c/c **Joana Maciel de Sampaio**, n. 8.2.1758, Tamanduá, f.^a Manuel Martins Valença e Maria de Araújo. Pais de:

5.1 **Francisca Batista dos Santos** n. Curitiba. A 4.11.1788, Tamanduá, c/c **Manuel José Teixeira**, n. Curitiba, f.^o Antônio José Teixeira e Maria Rodrigues Moreira. Pais de: Joaquim Antônio Teixeira n. Palmeira (onde a 18.6.1816 c/c Maria Clemência) e José Manuel Teixeira, n. Palmeira (onde a 21.1.1817 c/c Rosa Carmelica da Candelária).

5.2 **João Batista dos Santos** n. 10.8.1787, Tamanduá. Migrou para Cachoeira do Sul/RS, onde a 2.2.1820 c/c **Andreza Maria dos Santos**, ali n. 1.5.1805, f.^a Simplício dos Santos de Moraes e Ana Maria Leme da Silva ou Ana Maria Lemos. Pais de: João Batista dos Santos, n. 1.12.1824, Cachoeira do Sul (a 6.10.1854, Rio Pardo, c/c Josefa Maria da Luz); Ana, n. 12.12.1828, Cachoeira; Emília dos Santos Batista (a 10.9.1857, Cruz Alta, c/c Laurindo José dos Santos) e Inácio Batista dos Santos, n. Rio Pardo (onde a 19.8.1861 c/c Belisária Pereira da Luz).

5.3 **Joaquim Batista dos Santos** n. Palmeira, onde a 11.5.1823 c/c sua prima **Maria Antônia de Jesus**, ali n., f.^a Antônio José de Góis e Maria Inácia de Andrade.

5.4 **Manuel Batista dos Santos** n. Curitiba, onde a 14.2.1804 c/c **Maria Narcisa**, ali n., f.^a do alferes Gabriel Narciso Bello e Mari do Nascimento.

3.2 **João Batista Pereira** b. 21.9.1712, Curitiba. A 3.12.1742 em Itu/SP c/c **Ana de Meira**, ali n., f.^a Bernardo de Quadros e Francisca Cubas de Brito/de Meira.

3.3 **Maria Pereira Cardoso/Cardoso de Jesus** ou **Maria da Assunção** b. 15.5.1719, Curitiba e já f. em 1795. Ali a 5.10.1740 c/c **Jerônimo Machado Castanho**, ali b. 10.10.1717 e já f. em 1795, f.^o de Salvador Nunes de Abreu e Ana Paes de Almeida. Pais de, n. Curitiba: Antônio, n. 19.1.1742; João Machado, n. 9.1.1752 (a 29.10.1795, na Lapa, c/c Antônia Gonçalves de Siqueira/Siqueira Cortes); Florência Machado, n. 28.6.1755 e f. 5.9.1777, Lapa, solteira; Brígida, n. 8.4.1763, e de:

4.1 **Jerônimo Pereira dos Santos** ou **Jerônimo Machado dos Santos** n. Curitiba e dado como gentio da terra (índio) em seu casamento, assim como sua esposa. Migrou para Triunfo/RS, onde a 26.8.1772 c/c **Maurícia Pereira da Silva**, ali n., f.^a Sebastião Rodrigues da Cruz e Petronilha Carvalho de Oliveira. Pais de Jacinta, b. 15.3.1784, Triunfo, mas n. Gravataí, e de:

5.1 **Inácia Pereira da Silva** b. 16.7.1773, Triunfo, dita índia. A 16.4.1788 em Gravataí/RS c/c **Inocêncio Álvares Pedroso**, acima citado, n. 1730/1738, Aiuruoca/MG, viúvo de Teodósia Maria, f.º do cap. Miguel Pedroso (Alho) e Maria Corrêa de Miranda. Houve descendência.¹⁸

5.2 **Antônio Machado dos Santos** n. Triunfo. C/c **Florinda Maria da Conceição**, n. Viamão, f.ª Tomás Peixoto e Maria Joaquina da Conceição. Pais de filhos, n. Pelotas: Antônio, n. 25.8.1817, Manuel Machado dos Santos, n. 31.5.1821 (c/c Canguçu) e Flora, n. 19.3.1823.

4.2 **Maria Pereira Cardoso** n. Curitiba. A 10.7.1773, Lapa, c/c (I) **João de Medeiros de Matos**, n. ilha de São Miguel, Açores, Portugal, f.º Bartolomeu de Matos e Josefa de Medeiros. A 21.11.1797, Lapa, Maria c/c (II) **Ângelo Martins Leme**, n. pv. 1761, Campos Gerais, f.º Mateus Martins Leme e Luzia Rodrigues. Com descendência na Lapa e Castro.

4.3 **Vitória Pereira Cardoso** ou **Vitória Machado** n. 24.2.1747, Curitiba, onde a 1.7.1767 c/c **Pedro de Lemos Bicudo**, ali n. 21.6.1742, f.º natural de Antônio de Lemos Bicudo e Maria Rodrigues de Góes. Possivelmente toda a família ou parte dela passou para o RS. Pais de, n. Lapa/PR: Maria, b. 19.11.1770; Miguel, b. 30.9.1773; Feliciano, b. 29.9.1775; Paulino, b. 22.10.1783; Policarpo, b. 25.10.1784; Gabriel, n. 16.4.1788, e:

5.1 **Antônio Valério de Lemos** ou **Antônio Bicudo** b. 4.2.1769, Lapa. Migrou para Cachoeira do Sul/RS, onde a 12.2.1792 c/c **Eufrásia Maria Alves da Silva**, b. 19.4.1778, Lapa, f.ª Roque Alves Palhano e Maria da Silva Rosa. Pais de, n. Cachoeira do Sul: Bernardo Alves Palhano, n. 19.5.1793 (a 28.5.1814, Caçapava do Sul, c/c Constância Maria do Espírito Santo); Manuel, n. 2.4.1795, e Maria Valéria da Silva, n. 2.6.1797 (a 8.11.1810 em Caçapava do Sul c/c seu primo Joaquim Modesto Lemes do Prado, acima citados).

5.2 **Inocência Rodrigues** b. 4.1.1781, Lapa. A 23.11.1815, Caçapava do Sul/RS, c/c **Manuel Álvares de Faria**, n. Curitiba, f.º Salvador José Alves/de Faria e Quitéria Cardoso.

4.4 **Ana Paes de Almeida** n. 20.7.1758, Curitiba. A 4.9.1776, Lapa, c/c **Manuel Rodrigues de Oliveira**, n. 10.7.1743, Pitanguí, f.º Ma-

¹⁸ Descendência no artigo *A família Álvares Pedroso*, de autoria de Diego de Leão Pufal e Herculano L. Einloft Neto, disponível no blog *Antigualhas, histórias e genealogia*, no endereço: <http://pufal.blogspot.com/search/label/fam%C3%ADlia%20Pedroso>

nel Carvalho de Oliveira e Luzia Martins/de Góis. Pais de, n. Lapa: Reginaldo Rodrigues de Oliveira, b. 28.12.1777 (ali a 5.10.1797 c/c Antônia de Góis de Siqueira); Maria Joaquina do Pilar (ali a 13.5.1798 c/c Felisberto José do Prado) e Manuel, b. 1.5.1782.

3.4 **Antônia Pereira dos Santos** b. 21.6.1721, Curitiba e f. 9.1768, Castro. A 29.12.1742, Itu/SP, c/c **Antônio de Quadros Bicudo**, ali n. pv. 1712 e f. 28.7.1767, Castro, fº Bernardo de Quadros e Francisca Cubas de Brito/de Meira. Pais de Francisco de Quadros, n. 25.5.1760, Pitangui e f. criança; José Pereira de Quadros, n. Pitangui, e de:

4.1 **Inácia Pereira de Quadros** n. Castro. A 19.5.1763, Curitiba, c/c **Antônio de Lima Siqueira** (sobrinho), ali b. 23.12.1724, f.º Felipe Leme de Siqueira e Sebastiana Pedroso de Siqueira.

4.2 **Francisca Antônia de Quadros** b. 14.3.1749, Pitangui. A 7.1.1777, Curitiba, c/c **Francisco da Cruz**, n. Granada, Espanha, f.º Francisco da Cruz e Maria Marques.

4.3 **Ana de Quadros** b. 25.7.1750, Pitangui e f. 23.6.1834 no bairro Santo Antônio, Castro. C/c **Luís de Melo Rego**, b. 14.3.1749, Pitangui e f. 6.10.1826, Castro, f.º do dr. Manuel de Melo Rego e Ana Barbosa Leme. Pais de Bernardo b. 4.3.1789, Castro, e de:

5.1 **Luciano Antônio de Mello Rego**, ajudante, b. 24.12.1775, Castro, onde f. 29.1.1851 e a 26.5.1798 c/c sua prima **Ana de Mello**, b. 27.7.1775, Castro, onde f. 30.6.1849, f.ª Pedro Pereira dos Santos e Mariana de Melo Rego, abaixo citados. Pais de, n. Castro: Flora de Melo, b. 24.12.1798 (ali a 17.3.1815 c/c seu primo Isaias de Mello); José Albano de Melo, n. 17.9.1802 (ali a 22.2.1834 c/c Ana Maria de Melo); Ana Esméria de Mello, n. 30.1.1808 e f. 19.1.1853 (a 10.10.1827 c/c João Rodrigues Biscaia); Francisca, b. 30.4.1810 e f. 6.2.1811; Francisco, b. 5.1810 e f. 6.2.1811; Francisco, b. 25.12.1812; Jeremias, b. 27.11.1814 e Bento Antônio de Mello, b. 15.10.1816 (ali a 30.1.1841 c/c sua prima Aldabrandina de Melo).

5.2 **Joaquim Luís de Melo** n. 1780, Castro, onde f. 14.11.1828 e ali a 3.11.1797 c/c sua prima **Felizarda de Melo**, ali b. 31.5.1778, f.ª Pedro Pereira dos Santos e Mariana de Melo Rego, abaixo citados.

5.3 **Angélica Maria de Melo** b. 29.10.1780, Castro, onde a 1.5.1810 c/c **Manuel Ribeiro**, n. Vacaria/RS, f.º Júlio da Costa e Vitória de Jesus. Pais de Joaquim Ribeiro, b. 2.6.1813 e Maria, b. 29.2.1816, ambos em Castro.

5.4 **Maria do Espírito Santo** b. 14.6.1783, Castro, onde a 26.1.1801 c/c **Antônio da Luz de Almeida/Corrêa da Luz**, b. 1771, Capão

Alto, f.º José Corrêa de Moraes/de Almeida/de Abreu e Antônia Ribeiro da Silva/de Almeida. Antônio e filhos passaram para São Francisco de Assis e Alegrete/RS. Pais de, n. Castro: Antônio, n. 10.4.1802; Francisco, n. 6.3.1803; Fidélis, n. 6.12.1804; Manuel de Almeida, n. 1.7.1808, e de:

6.1 **Ana Florinda/Joaquina da Luz** n. 12.7.1806, Castro. A 15.5.1822 em Alegrete/RS c/c **Silvério Antônio da Fontoura**, n. 28.12.1785, Viamão e já f. em 12.1831, f.º João Silveira da Luz/Dorneles e Rosa Maria da Conceição/de Jesus. Pais de, n. Alegrete: Felisbina Florinda da Fontoura, n. 20.4.1823, Durasnal, onde f. 20.10.1890 (ali a 20.8.1840 c/c I seu tio José Corrêa da Luz e, após, a 12.1.1844 c/c II José de Chaves Alves da Cruz ou José de Chaves da Cruz); Maria Antônia da Fontoura, n. 1823, Durasnal, onde f. 2.12.1890 (teve filhos com José de Chaves Alves da Cruz); Vasco da Fontoura, b. 18.9.1830, com 5 meses, e Quintilhano da Fontoura, n. 22.10.1831.

6.2 **José Corrêa da Luz** n. talvez São Francisco de Assis. A 20.8.1840, Alegrete c/c sua sobrinha **Felisbina Florinda da Fontoura**. Pais de José Alves Corrêa, n. 1850, Durasnal, Alegrete.

6.3 **Alda Brandina da Luz** n. São Francisco de Assis. A 15.1.1845, Alegrete c/c **Matias da Silva Moreira**, n. Castro, f.º João da Silva Moreira e Quitéria Maria de Jesus.

5.5 **Francisco de Quadros** b. 3.11.1785, Castro, onde a 29.3.1808 c/c sua prima **Isabel Maria de Melo**, ali b. 26.12.1784 e f. 13.11.1823, f.º de Pedro Pereira dos Santos e Mariana de Melo Rego, abaixo citados. Pais de, n. Castro: Manuel Caetano de Mello, n. 11.1.1809 (ali a 27.2.1828 c/c sua prima Cândida de Mello); José, b. 2.12.1810; Eliseu, b. 6.1.1813; Balbina, b. 28.5.1814; Ana, b. 6.8.1816; Francisco, b. 6.8.1819; Felisbina de Quadros (ali a 1.10.1828 c/c Antônio de Melo Rego) e Fermino, b. 23.11.1823.

5.6 **Luís Antônio de Mello** b. 24.6.1794, Castro. Passou para São Borja/RS, onde deve ter c/c **Ana Francisca de Almeida**, n. Cachoeira do Sul/RS, f.ª de Antônio de Almeida Toledo e Teresa de Toledo Jaques/Paes de Toledo. Pais de: Ana de Almeida de Toledo ou Ana de Quadros e Mello, n. São Borja e f. 1867, Itaqui (c/c I o cap. Antônio Castanho de Araújo e, após, c/c II José Tieté Jardim); Rufina, n. 26.7.1819, São Borja; Elói, n. 18.7.1822 e Luísa, b. 4.7.1831.

5.7 **Maria da Conceição/da Nunciação de Mello** n. Castro, onde a 14.6.1810 c/c seu primo **Manuel dos Santos Pereira**, acima citados.

4.4 **Bernardo Pereira de Quadros** b. 3.9.1752, Pitangui. C/c **Branco Bueno de Moraes**, n. Castro, f.^a José Corrêa de Moraes/de Almeida/de Abreu e Antônio Ribeiro da Silva/de Almeida. Pais de, n. Castro: Maria, b. 12.6.1789; Lizardo, b. 18.11.1796; Gabriel de Quadros, b. 1.1.1799; Fermiano de Quadros, n. 13.3.1803; Ana Emília de Quadros, n. 17.12.1805 e f. 1896, Passo Fundo; João de Quadros, n. 18.3.1808, e de:

5.1 **Ana Florência/Florinda de Quadros** b. 18.3.1784, Castro, onde f. 6.3.1863 (Quartelá), onde a 9.10.1798 c/c o alferes **Álvaro Gonçalves Martins da Anunciação**, ali b. 25.3.1780 e f. 8.10.1858, f.^o do cap.mor Rodrigo Félix Martins e Ana Maria de Jesus. Pais de, n. Castro: Maria, b. 1.3.1803; José Mariano, n. 4.2.1803; Joaquim, n. 18.10.1804; Manuel, b. 17.6.1806; Ana Maria da Conceição/de Jesus, n. 3.10.1808 (ali a 24.6.1827 c/c Manuel Ribeiro da Silva); Jesuína, b. 3.11.1812 e Álvaro, b. 25.10.1821.

5.2 **Luzia Maria de Quadros** b. 18.9.1785, Castro e f. 10.10.1816 em viagem para o sul. A 21.2.1803, Castro c/c o alferes **Rodrigo Félix Martins**, ali b. 25.12.1782, f.^o do cap.mor Rodrigo Félix Martins e Ana Maria de Jesus. Pais de José Martins n. 10.7.1805, Castro e f. 8.9.1805, Tibagi; Rodrigo Martins b. 21.4.1814, Castro e já f. 1853; Maria Martins b. 30.1.1816, Ponta Grossa e f. 25.8.1816, Castro, e de:

6.1 **Joaquim Roberto Martins** n. 10.12.1803, Castro e f. 1874, Passo Fundo/RS. A 16.5.1823, Castro, c/c **Ana Emília de Quadros**, ali n. 17.12.1805 e f. 1896, Passo Fundo, f.^a Bernardo Pereira de Quadros e Branca Bueno de Moraes. Pais de Firmino, n. Passo Fundo.

6.2 **José Fidélis Martins** n. 14.7.1806, Castro. C/c **Hermegilda Corrêa Martins**, pais de, n. Cruz Alta/RS: Ana, n. 7.10.1842; Elesbão Martins, n. 15.10.1844 (c/c Ambrosina Vargas); Luzia Emília Martins (c/c Honorato Amâncio de Quadros); Maria Timótea Martins (c/c Francisco Manuel de Quadros); Procópio José Martins (c/c Delminda Quadros); Manuel Joaquim Martins (c/c Maria Clarinda Quadros); Clarimundo Martins; Surpício Martins; Roberto Martins (c/c Ana Maria Vargas) e Duclinda Maria Martins (c/c Adolfo Schettert).

6.3 **Ana Claudina Martins** b. 8.12.1809, Castro e f. 12.2.1879, Passo Fundo/RS. C/c **Bernardo Pereira de Quadros**, n. 10.10.1800, Castro, f.^o Bernardo Pereira de Quadros e Branca Bueno de Moraes. Pais

de, n. Cruz Alta/RS: Hilfibia Maria de Quadros, b. 30.9.1832 (c/c Fabrício Luís de Quadros); Generoso Martins de Quadros, b. 8.7.1834; Rodrigo Martins de Quadros; Delminda Quadros (c/c Procópio José Martins); Ana Maria de Quadros (c/c Pedro Bueno de Quadros); Maria Clarinda de Quadros (c/c Manuel Joaquim Martins); Josina Maria e Maria Rita de Quadros (c/c João Maria Carpes).

6.4 **Francisco Leandro Martins** b. 13.4.1811, Castro e f. 19.9.1871, Passo Fundo. C/c **Maria Benedita/Joaquina do Amaral**, b. 2.4.1821, Castro, f.^a Francisco de Paula Pinto e Maria Eulália do Amaral. Pais de, n. Passo Fundo: Sebastiana Helena da Silva, n. 1840 (c/c Francisco Lemes de Oliveira Júnior); Alonso Pinto do Amaral, n; 1848; Veri... Maria do Amaral, n. 1853; Ana Perpétua do Amaral, n. 1855; Abrahão Pinto do Amaral, n. 10.1.1856, Capão Alto, Cruz Alta e Maria Juliana do Amaral, n. 1860.

6.5 **Francisco Xavier Martins** b. 22.9.1812, Castro. A 24.2.1845, Cruz Alta/RS c/c **Ana Antônia Martins**, n. 15.8.1827, Cruz Alta, f.^a Francisco Correia de Lemos e Ana Pereira.

5.3 **Reginalda Bueno de Moraes** b. 21.7.1787, Castro, onde a 8.1.1818, c/c o seu cunhado, alferes **Rodrigo Félix Martins**, acima citado. Pais de: Maria Leduína do Nascimento, b. 6.9.1818, Castro (c/c Antônio Pereira de Quadros); Manuel Martins, b. 8.3.1822, Castro e Maria das Dores do Nascimento (a 1.7.1825, Cruz Alta/RS c/c o cap. José Ribeiro da Fonseca Leme).

5.4 **Francisco Leandro/Leonardo de Quadros** n. pv. 1794, Castro e f. 27.2.1844, Cruz Alta. C/c (I) **Carlota Joaquina do Amaral**, n. 1804 e já f. 8.1834, possível f.^a Antônio Ribeiro de Oliveira e Ana maria do Amaral. C/c (II) **Balbina do Amaral**, talvez sua cunhada. Pais de: Fabrício Luís de Quadros, n. Cruz Alta (onde c/c sua prima Hilfibia Maria de Quadros); Honorato Amâncio de Quadros, b. 17.2.1832, Cruz Alta (a 26.7.1855 em Passo Fundo c/c Luzia Emília Martins), Virgínia, b. 8.8.1834, Cruz Alta e Francisco (f.^o do 2^o casamento), n. 4.12.1844, Cruz Alta.

5.5 **Joaquim Manuel de Quadros** b. 10.12.1794, Castro, onde a 29.1.1815 c/c **Pulquéria Borges de Macedo**, ali b. 15.1.1799, f.^a do cap. Cirino Borges de Macedo e Rosa Maria da Silva. Pais de, n. Castro: José, b. 3.8.1815; Maria, b. 1.11.1818; Fortunato, b. 22.11.1820 e Bernardo, b. 28.9.1822.

5.6 **Bernardo Pereira de Quadros** n. 10.10.1800, Castro. C/c sua prima **Ana Claudina Martins**, b. 8.12.1809, Castro e f. 12.2.1879,

Passo Fundo, f.^a do alferes Rodrigo Félix Martins e Luzia Maria de Quadros, acima citados.

5.7 **José Antônio de Quadros/Moreira** n. Castro, onde a 25.12.1813 c/c **Alda Brandina de Jesus/da Piedade**, ali b. 26.12.1798, f.^a do alferes José Manuel Ferreira e Iria Balbina da Piedade. Passaram para Cruz Alta/RS. Pais de: Clementina, b. 1.1.1815; Francisco, b. 2.11.1816; José, b. 16.7.1818; Luzia, b. 1.11.1821; Fermino, b. 29.5.1822; Joaquim, b. 23.5.1823, todos em Castro; João, b. 5.6.1827; Laurindo, b. 30.9.1832; Hermenegilda Hermínia, b. 8.7.1834 (a 15.1.1855, Cruz Alta c/c João Alberto Correia) e Severino, n. 4.2.1840, estes em Cruz Alta.

4.5 **Luzia Maria de Quadros** b. 18.7.1754 na fazenda da Campina (Curitiba) e f. 1789, Castro. C/c o cap. **Inácio Taques de Almeida**, n. pv. 1734, Sorocaba ou SP e f. 3.10.1802, Castro, onde foi juiz, vereador e Presidente da Câmara em 1789, f.^o cap. Inácio Taques de Almeida e Margarida da Silva/Pedroso de Almeida. Pais de: Francisco, n. 1776, Castro; Maria, b. 25.7.1789, Castro, e:

5.1 **Ana Vitória de Almeida** n. 1783, Castro, onde a 9.1.1796 c/c o ten. **Lúcio Álvares Martins Gavião**, b. 8.9.1776, Castro e já f. 1817, f.^o do cap.mor Rodrigo Félix Martins e Ana Maria de Jesus. Pais de, n. Castro: Generosa, b. 27.12.1798 e Generoso Pinto Leal (c/c Pacífica Perpétua de Jesus).

5.2 **Balduino José de Almeida Taques**, coronel, n. 1785/1787, Castro, onde f. 16.2.1865 (Guartelá). Ali a 8.2.1809 c/c d. **Maria Antônia de Macedo e Silva**, ali n. 1789 e f. 19.6.1849, f.^a do cap. Cirino Borges de Macedo e Rosa Maria da Silva. Pais de, n. Castro: Inácia, b. 26.8.1811; capitão Inácio Taques de Almeida, b. 26.8.1811 (passou para Santo Ângelo/RS, onde a 9.1.1882 c/c Gertrudes Domingues Bueno, sem filhos); Ana, b. 1.8.1813; José, b. 29.7.1815; Maria Balduína de Macedo, b. 14.6.1817 (a 30.4.1840, Pitangui, c/c Francisco de Assis Ribas); Francisca, b. 18.2.1821; Libânia, b. 20.11.1822; Joaquim, b. 30.12.1824; Delfina, b. 28.1.1827 e Francisco, b. 15.2.1829.

4.6 **Antônio Pereira de Quadros** b. 6.6.1756, Pitangui/PR e f. 20.1.1822, Ponta Grossa. A 14.2.1795, Castro, c/c **Maria Flávia da Rocha Carvalhais**, b. 9.4.1769, f.^a do alferes Bartolomeu da Rocha Carvalhais e Maria/Margarida Domingues de Araújo. Pais de, n. Castro: Maria, n. 2.4.1799; Maria Joaquina de Quadros, n. 29.8.1805 e f. 17.1.1806, Ponta Grossa; Antônio, n. 20.10.1806 e Manuel, n. 1.4.1808.

4.7 **Maria Joana/Joaquina de Quadros** n. 6.6.1758, Pitangui/PR. C/c **Felipe Garcia de Lima**, n. 23.4.1743, Curitiba e f. 9.12.1822, Catanduva, Castro, f.º Felipe Leme de Siqueira e Sebastiana Pedroso de Siqueira. Pais de, n. Castro: Joaquim, b. 25.8.1777 e f. criança; Vitoriano Lima, n. 1780; Antônio, b. 24.7.1785; Ana, b. 26.5.1787; Joaquim Garcia de Quadros, n. 1791 e onde f. 22.9.1855 (ali a 3.11.1829 c/c Maria Corrêa do Rosário); Carlos, b. 14.3.1795; Bento, b. 21.9.1798; Maria Benta/Francisca de Lima (ali a 11.6.1817 c/c Lourenço Vieira da Rosa), e:

5.1 **Floriana Garcia/da Silva de Quadros** b. 25.5.1774, Castro, e f. 10.2.1853 (Catanduva) e onde a 15.7.1794 c/c **Antônio Corrêa Almeida**, n. 1763, Castro, onde f. 30.5.1858, f.º Bernardino Correia de Almeida/Leme e Maria Rodrigues do Prado/de Freitas. Pais de, n. Castro: Maria Corrêa de Almeida, b. 1.11.1798 (ali a 14.1.1817 c/c Francisco Antônio dos Santos); Antônio, n. 7.6.1801; Florisbela Corrêa de Almeida, n. 6.2.1806 (ali a 9.6.1819 c/c Antônio Gomes Vieira da Rosa), e de:

6.1 **Mariana de Jesus/Corrêa** n. 4.8.1803, Castro, onde a 4.2.1817 c/c **Salvador Teixeira de Ávila**, ali n. 6.10.1799, f.º do alferes Vicente Pires/Ferreira de Ávila e Clara Teixeira do Carmo. Pais de: Maria, b. 8.4.1818, Castro, onde f. 25.9.1822; Ana Teixeira, b. 10.1.1821, Castro (onde a 18.9.1832 c/c Leonardo Rodrigues); Salvador Teixeira de Ávila, b. 30.8.1822, Castro; Maria, b. 25.10.1828, Castro e Maria Teixeira de Ávila, b. 28.6.1834, Castro e f. 23.10.1875, Santo Ângelo/RS (a 7.7.1842 em Lages/SC c/c Antônio Domingues Bueno, com quem teve 12 filhos¹⁹).

5.2 **José Jacinto de Lima** ou **José Garcia de Lima de Quadros** b. 28.9.1775, Castro, onde f. 15.1.1830 e a 15.6.1802 c/c sua prima **Agostinha de Melo**, ali b. 4.1.1783 e f. 22.9.1852, f.ª Pedro Pereira dos Santos e Mariana de Melo Rego. Pais de, n. Castro: Modesto, n. 13.5.1803; Joaquim, n. 16.3.1805; Leonardo, n. 13.7.1808; Manuel, b. 8.12.1811; Ana, b. 9.6.1814; Francisca, b. 30.11.1815; Maria de Jesus de Melo, b. 25.4.1817 (onde a 29.5.1838 c/c seu primo Valério Rodrigues Biscaia); Iria de Melo, b. 14.1.1819 (onde a 19.10.1841 c/c Pedro José Lemes); Ildefonso, b. 13.2.1820; Francisco, b. 25.1.1823;

¹⁹ Com descendência descrita in Famílias Portuguesas nas Missões: família Domingues Garcia/Domingues Bueno, de autoria de Zélce Mousquer e Diego de Leão Pufal, no blog Antigualhas, histórias e genealogia, disponível em <http://pufal.blogspot.com/2017/08/familias-portuguesas-nas-missoes-os.html>

Aldabrandina de Melo, n. Castro (onde a 30.1.1841 c/c Bento Antônio de Melo) e Antônio José de Melo, n. Castro (onde a 7.8.1845 c/c Eusébia Biscaia).

5.3 **Francisco Garcia de Quadros** b. 25.10.1779, Castro, onde f. 14.9.1826 (Catanduva), onde a 16.12.1806 c/c sua prima **Joaquina Maria de Ávila**, ali n., f.^a Gabriel de Oliveira Rosa e Maria do Espírito Santo de Ávila. Pais de, n. Castro: Benedito, n. 23.12.1807; Eloio, b. 29.12.1809; Bento José de Quadros, n. 1810 (ali a 18.6.1833 c/c Agostinha Maria de Ávila); Manuel, b. 14.4.1812; José Garcia de Quadros, b. 28.4.1814 (ali a 18.9.1837 c/c Maria Corrêa de Almeida); Francisco, b. 8.12.1815; Salvador Garcia de Quadros, b. 1.2.1818 (ali a 12.6.1838 c/c Constância Garcia); Joaquim, b. 10.10.1819; Ana Garcia da Rosa, b. 4.7.1821 (ali a 9.1.1838 c/c Joaquim Vieira da Rosa); Maria, b. 28.1823 e Francisca, b. 3.10.1824.

5.4 **Ana Teresa/Maria de Quadros** b. 3.3.1790, Castro, onde a 16.2.1808 c/c **Joaquim Rodrigues de Lima/Biscaia**, n. 1790/1791, Castro ou Curitiba e f. 16.1.1858, Castro (Catanduva), f.^o de José Rodrigues Biscaia e Ângela Rodrigues de Lima ou Ângela Rodrigues de Siqueira. Pais de, n. Castro: Flora Maria, n. 20.3.1809 (ali a 10.8.1822 c/c João Evangelista); Francisco, b. 3.10.1810; Valério Rodrigues Biscaia, b. 26.12.1812, onde f. 24.5.1846 (ali c/c sua prima Maria de Jesus de Melo); Maria, b. 5.3.1815; Roberto Rodrigues Biscaia, b. 4.1.1818 (a 18.1.1845, Ponta Grossa c/c Rosa Vieira do Espírito Santo); Felisbino Lima, b. 16.2.1830 e Jeremias Rodrigues Biscaia, n. 1833, onde f. 8.2.1856.

3.5 **Vitória de Assunção/Pereira de Jesus** b. 14.10.1723, Curitiba e f. 3.1.1804, Castro. A 12.7.1767, na capela de N. Sra. do Carmo c/c **José Ribeiro da Cunha**, n. 1721, Santa Eulália de Barrosas, Guimarães, Braga, PT e f. 11.2.1804, Castro, f.^o de José Ribeiro da Cunha e Domingas Francisca.

3.6 **Antônio Pereira dos Santos** b. 13.2.1726, Curitiba e já f. 4.8.1834. Em 1742 c/c (I) com **Antônia de Quadros**. A 16.11.1766, Pitangui, c/c (II) **Maria da Silva Rosa**, n. 13.6.1739, Curitiba, f.^a de Francisco da Silva e Maria da Costa Rosa. A 17.10.1769 em Iapó (Castro) c/c (III) **Joana Bueno de Almeida**, n. 1754, Apiaí/SP e f. 4.8.1834, Castro, f.^a Inácio de Sá e Arruda e Antônia de Almeida Bueno. Houve do 3^o casamento:

4.1 **Francisco de Paula Pereira**, alferes, n. Curitiba e f. 25.6.1833, São Borja/RS, onde a 12.10.1813 c/c **Antônia Pereira de Escobar**, b. 8.10.1798, Santo Antônio da Patrulha/RS e f. 15.11.1867, São Borja,

f.^a Antônio Pereira de Escobar e Leocádia Antônia Pereira/Antunes. Pais de: Maria, b. 10.1.1815, Castro e f. antes de 1867; Umbelina, b. 21.12.1816, Lages/SC; Antônio, b. 25.2.1818, São Borja/RS e f. antes de 1867; Rita de Paula, n. 1823 (c/c José Antunes Monteiro); Francisco de Paula Butuí, n. 1828 (c/c Carolina Amália do Amaral); Serena Rosa Pereira, n. 1830 (c/c Jerônimo Rodrigues Magarino) e Veridiana Pereira de Escobar, n. 3.3.1832, São Borja (c/c Carlos Correia Vasques, bisavôs de João Belchior Marques Goulart, Presidente do Brasil).

4.2 **Manuel dos Santos Pereira**, n. 1779, Castro, onde f. 13.1.1839 e ali a 14.6.1810 c/c sua prima **Maria da Conceição/da Anunciação de Mello**, ali n., f.^a Luís de Melo Rego e Ana de Quadros. Pais de, n. Castro: Francisca, b. 4.6.1811; Balbina, b. 1.1.1815; Francisco, b. 2.10.1816; Matias, b. 26.7.1818; Ana dos Santos Pereira, b. 21.5.1820 (onde a 23.10.1838 c/c José Marins Loureiro) e Antônio Pereira dos Santos (ali a 15.12.1838 c/c Alexandrina Rodrigues de Araújo, n. Cruz Alta/RS).

3.7 **Pedro Pereira dos Santos** n. 11.3.1733, Curitiba e f. 11.12.1804, Castro, onde foi fazendeiro. A 3.3.1772, Santana do Iapó (Castro) c/c **Mariana de Melo Rego**, n. Itu/SP, f.^a do dr. Manuel de Melo Rego e Ana Barbosa Leme. Pais de, n. Castro: Maria, b. 28.12.1773; Joaquim, b. 25.3.1774; Ana de Mello, b. 27.7.1775 e f. 30.6.1849 (ali a 26.5.1798 c/c seu primo Luciano Antônio de Melo Rego); Felizarda de Melo, b. 31.5.1778 (c/c seu primo Joaquim Luís de Melo); Maria, b. 27.8.1780; Agostinha de Melo, b. 4.1.1783 (c/c seu primo José Jacinto de Lima); Isabel Maria de Melo, b. 26.12.1784 e ali f. 13.11.1823 (a 29.3.1808 c/c seu primo Francisco de Quadros); Bento, b. 26.1.1788; Manuel, b. 11.10.1790; Maria Joaquina de Melo Rego, b. 13.2.1796 e Maria, n. e f. 30.12.1799.

2.6 **Ana Martins das Neves** n. 1691, Curitiba, onde c/c o cap. **Manuel de Chaves de Almeida**, n. Itu/SP e f. antes 20.4.1739, f.^o Paulo de Anhaia Almeida/Bicudo e Inês de Chaves das Neves e Silva. Pais de Paulo de Chaves de Almeida b. 2.8.1726, Curitiba, e de:

3.1 **Maria das Neves Silva** b. 4.5.1721, Curitiba, onde a 20.4.1739 c/c **Salvador Fernandes de Siqueira**, ali b. 1.10.1713 e f. 4.1.1767, São Francisco do Sul/SC, f.^o do tenente Antônio Fernandes de Siqueira/Lima e Catarina de Siqueira Cortes. Pais de, n. Curitiba: Manuel de Chaves, n. 10.12.1742 e f. 26.1.1759, São José dos Pinhais/PR; José, n. 12.8.1745; Ana Martins das Neves, n. 10.11.1747 (a 18.7.1763, São José dos Pinhais c/c Francisco Luís Pedroso); João de Chaves de Almeida, n. 9.5.1750

(onde a 11.8.1794 c/c Gertrudes Maria); Vitória Fernandes de Siqueira, n. 14.6.1752 (onde a 13.9.1770 c/c Francisco Tavares de Miranda); Inês de Chaves de Siqueira, n. 20.1.1755 (onde a 4.6.1799 c/c Antônio Fernandes França/Paes); Maria Fernandes (a 13.6.1793, Curitiba, c/c Victor Antônio) e Maria de Jesus (a 3.12.1800, Curitiba, c/c Ângelo Luís de Matos/Matoso).

3.2 **Inês de Chaves das Neves** b. 22.7.1722, Curitiba, onde f. 1.1783 e onde a 22.11.1740 c/c o cap. **Sebastião Teixeira de Azevedo**, ali b. 19.5.1710, f.º do cap. José Teixeira de Azevedo e Maria Rodrigues da Fé Side. Pais de: Manuel Teixeira de Azevedo, n. 12.11.1741, São José dos Pinhais e f. antes 3.1786, no RS (a 7.1.1774, Rio Pardo/RS, c/c Eulália Maria do Espírito Santo da Gama Pais); Maria de Oliveira Side, n. 18.8.1743, Curitiba (onde a 17.11.1763 c/c Antônio de Meira Colaço); Antônia, n. 4.12.1745, Curitiba; José Teixeira de Azevedo, n. 23.12.1746, Curitiba e f. MG; Ana Martins de Oliveira, n. 9.6.1749, Curitiba (onde a 3.9.1773 c/c Francisco Dias de Meira Collaço); Luzia de Oliveira Side (a 22.4.1782, Curitiba, c/c João Batista Fernandes) e João, n. 9.3.1761, Curitiba.

3.3 **Mécia Martins das Neves** n. 4.5.1724, Curitiba, onde a 29.1.1753 c/c **Miguel Pereira Lino/Lima**, ali b. 10.10.1725, filho de Manuel Pereira dos Passos e Isabel Luís Tigre/de Melo. Pais de, n. Curitiba: Joana, n. 9.9.1754; Manuel, n. 28.1.1758 e Maria, n.12.4.1760.

3.4 **Isabel de Chaves** b. 29.4.1728, Curitiba, onde a 27.11.1741 c/c **Luís Tavares de Miranda**, n. São Francisco do Sul/SC, f.º Francisco de Miranda Tavares e Antônia Rodrigues de Siqueira

2.7 **José Dias Cortes** b. 1.3.1693, Curitiba, onde f. 30.8.1768. Fez parte da governança de Curitiba e foi procurador do Conselho de 1724 a 1730. Foi capitão e almotacel em 1737. C/c (I) **Maria das Chaves e Cruz**, ali n. 1709 e f. 8.10.1744. A 16.7.1749 em Sorocaba/SP c/c (II) **Inácia Leme de Jesus**, n. Sorocaba, f.ª Domingos Rodrigues Machado e Lucrecia Pedroso. Sem descendência.

2.8 **João Dias Cortes**, capitão, b. 17.12.1694, Curitiba, onde f. 25.7.1756. Por volta de 1725 c/c **Isabel Domingues Valente**, b. 1.3.1708 em Curitiba, onde f. 29.10.1787, f.ª do cap. Francisco Valente Ferreira e Antônia das Neves Domingues ou Antônia Dias Moreira. João teve ao menos um filho natural com **Domingas da Silva**, n. Curitiba, que vivia na casa de João Garcia, de nome João Dias Cortes, o Moço. Pais de: Guilherme Dias Cortes, b. 11.2.1726; Francisco Dias Cortes, b. 29.8.1727; Alexandre Dias Cortes, n. 5.5.1729 e f. 2.3.1732; Simão Dias Cortes, n. 28.10.1731 e f. 2.6.1747; Joana Dias Cortes, n. 3.7.1745 e f. 27.1.1749; Isabel, b. 25.6.1746,

estes em Curitiba; Isidoro Dias Cortes, b. 29.7.1772; Ângelo Dias Cortes, b. 4.11.1777, estes na Lapa/PR, e de:

3.1 **Antônio Dias Cortes/Domingues** n. 2.4.1734, Curitiba, onde a 8.8.1753 c/c **Inês de Chaves de Siqueira**, ali n. 2.8.1735, f.º Francisco de Anhaia de Almeida e Maria Martins Ramos. Antônio migrou para Lapa/PR, depois para Lages/SC e após Triunfo e Santa Maria/RS. Pais de, n. Curitiba: Francisco Dias Cortes, n. 12.11.1759 e f. 26.8.1781, Lapa; Salvador Dias Cortes, n. 1761 e f. 4.3.1812, Cachoeira do Sul/RS, sem testamento por ser pobre, de febre; Gertrudes, n. 11.2.1762, onde f. 28.4.1762; José Dias Cortes, n. 1763, e de:

4.1 **Manuel Dias Cortes** n. 25.12.1755, Curitiba. A 17.5.1780 na Lapa c/c **Antônia Francisca de Toledo**, n. 1767, Curitiba, f.ª José Francisco de Toledo e Teresa Maria de Jesus. Pais de: Ana, b. 30.11.1781, Lapa; Quitéria Maria Dias, b. 29.11.1787, Lapa (a 8.6.1805, Triunfo/RS c/c Antônio José das Neves); José, b. 2.2.1792, Lapa; Rafael Dias Cortes, n. 1794, Lapa, onde f. 12.5.1812; (nome ilegível), b. 29.6.1797, Lapa; Eufrosina, n. 1800, Lapa, onde f. 8.3.1806, e:

5.1 **Marinha Dias Cortes/de Toledo** b. 14.10.1783, Lapa. A 26.10.1799, Triunfo/RS, c/c (I) **João Furtado de Medeiros**, n. 1767, Sorocaba/SP e f. 15.2.1810, Cachoeira do Sul/RS, f.º Domingos Furtado de Medeiros e Maria Francisca. A 14.4.1814, Cachoeira do Sul, c/c (II) **José Luís Matoso**, n. Curitiba e f. antes de 1874, f.º Ângelo Luís de Matos/Matoso e Gertrudes Maria do Espírito Santo. Houve do 2º casamento os filhos:

6.1 **Jacinto Luís Matoso** n. Cachoeira do Sul. Talvez tenha c/c (I) **Rosa Francisca Severo**, n. São Borja/RS, pais de Osório, ali. n. 13.2.1855 e Manuela Matoso (c/c Manuel Ferreira Machado), e c/c (II) **Escolástica de Siqueira**, pais de Francisca Luís Matoso, n. 1861, São Borja, onde c/c Pedro Santiago.

6.2 **Floribela Maria Matoso** n. Cachoeira do Sul. C/c (I) **José Joaquim Barbosa** e c/c (II) **Adriano de Santiago**.

6.3 **Florinda Maria/Luísa Matoso** n. Cachoeira do Sul. C/c **Saturnino de Godóis**, n. Entre-Rios, Argentina, pais de Felisberta, n. 27.8.1850 e Romualda, n. 7.2.1851, São Borja.

6.4 **Manuel Luís Matoso** n. 1820, Cachoeira do Sul e f. 1.4.1860, São Borja, onde c/c **Maria Eufrásia Antunes/Antônia Maciel**, ali n. Pais de: Josefa Luísa Matoso, n. São Borja (onde c/c Joaquim José de Santa Ana), Manuel Luís Matoso, Nicolau, b. 16.1.1851, com 3 anos, São Borja, e Isidoro, n. 2.4.1854, São Borja.

- 6.5 **José Luís Matoso** (possível filho), n. 1820, São Borja, onde a 10.6.1880 c/c **Cipriana da Cruz**, ali n. 1830 e pais de Jesina, n. 1863 e Silvéria Matoso, n. 1864, São Borja.
- 5.2 **Joana Dias de Toledo** b. 22.8.1785, Lapa. A 1.8.1801, Triunfo/RS c/c **Joaquim Antônio de Pontes/dos Santos**, n. Sorocaba/SP, f.º Inácio Pedroso Pontes e Maria Gonçalves Moreira. Pais de, n. Cachoeira do Sul: Felícia, b. 1.11.1807; Juliana, b. 2.4.1812; Manuel, b. 25.2.1815; Domingos, n. 29.5.1816 e Claudina, n. 6.8.1818.
- 5.3 **Rafael Dias Cortes/de Toledo** b. 8.11.1789, Lapa. A 23.7.1816, Cachoeira do Sul/RS c/c **Bibiana Maria Joaquina**, n. pv. 1800, Cachoeira, f.ª Vicente Rodrigues de Anhaia e Joaquina Maria de Godóis. Pais de, n. Cachoeira do Sul: Manuel, n. 7.6.1818; Antônio, n. 25.5.1818 e Jesuíno, n. 8.1820.
- 4.2 **Maria Dias Cortes/dos Santos** n. pv. 1757, Curitiba, onde a 9.7.1782 c/c **Manuel Pires da Paixão** ou **Manuel da Silva Paixão**, ali n. 19.3.1755, f.º Gregório da Silva e Maria Pires de El-Rei. Manuel e Maria passaram para o RS e foram pais de José, b. 9.5.1785, Lapa; Francisca Martins dos Santos b. 4.5.1795, Triunfo (teve a filha natural Maria, n. 2.6.1829, Cachoeira do Sul) e de:
- 5.1 **Ana Maria da Paixão** b. 8.8.1789, Lapa. A 19.2.1803, Triunfo/RS, c/c **Gabriel Carneiro**, n. 1779, Castro, f.º José Raimundo Serano e Quitéria Carneiro.
- 5.2 **Bárbara Joaquina dos Santos** b. 26.5.1793, Triunfo. A 18.5.1813, Cachoeira do Sul, c/c **Antônio Ribeiro Pinto**, viúvo de Bárbara Maria Gonçalves. Pais de Maria, b. 8.6.1814, Cachoeira.
- 5.3 **Maria Joaquina da Paixão** b. 27.9.1797, Triunfo. A 20.10.1817 em Cachoeira do Sul c/c **Manuel de Souza Nunes**, n. Santo Amaro/RS, f.º Salvador de Souza Nunes e Joana Maria de Souza.
- 4.3 **Luísa Dias Cortes/de Siqueira** ou Luísa Maria da Conceição/dos Santos n. 1762/1768, Lapa ou Curitiba/PR e f. antes de 1/1816. A 24.5.1785, Lapa, c/c **José Alves de Souza**, n. 1741/1750, Vila do Pilar ou Paranaguá/PR e f. antes de 1859, f.º Salvador Dias das Neves e Paula Alves/Veloso. Pais de:
- 5.1 **Josefa Maria dos Santos** b. 2.4.1786, Lapa. A 22.7.1800, Triunfo/RS, c/c **Antônio Rodrigues de Oliveira**, n. Sorocaba/SP, f.º João Rodrigues Maciel e Mariana Francisca Freire de Jesus.
- 5.2 **Manuel Joaquim Álvares** n. 1787, Lages/SC. C/c **Maria de Chaves**, b. 16.3.1800, Santo Antônio da Patrulha/RS, f.ª Pedro de

Chaves de Almeida e Joaquina Maria/Antônia de Jesus. Pais de Luísa, n. 15.8.1817, Triunfo.

5.3 **Joaquim Alves dos Santos/de Souza** b. 4.2.1788, Lapa. A 19.11.1808, Cachoeira do Sul/RS, c/c **Isabel Maria da Conceição/de Jesus**, ali n., f.^a Luís da Silveira e Maria Josefa Antônia. Pais de José, b. 3.3.1814 e Umbelina, n. 4.9.1816, ambos em Cachoeira.

5.4 **Ana Alves de Souza/Ana Maria de Jesus** b. 19.9.1789, Lages/SC e já f. 1845. A 18.6.1805, Triunfo/RS c/c **João de Chaves Siqueira**, n. 1775, Curitiba e f. 15.6.1836, Santa Cruz do Sul, onde vivia de seu trabalho de retirar madeira; f. sem testamento por ser pobre, f.^o Paulo de Chaves de Siqueira/de Almeida e Joana Cardoso Esteves. Pais de: Joaquim, n. 18.6.1810, Porto Alegre; João José de Chaves ou João Alves de Chaves, n. 8.3.1814, Triunfo (ali a 5.3.1823 c/c Rosaura Maria da Conceição/Álvares); Firmina de Chaves, n. 2.4.1816, Triunfo (ali em 1834 c/c Francisco José da Silva Moreira); Paulo, n. 1.9.1817, Triunfo; Joana, n. 2.12.1820, Triunfo; Florisbela, n. 2.7.1822, Triunfo; Jesuína Alves de Souza/de Chaves, n. Gravataí (a 1.12.1827 em Triunfo c/c I Antônio Rodrigues da Cruz, após c/c II José Custódio Alves); Severo Luís (Alves) de Chaves, n. Triunfo (ali em 1859 c/c Maria José da Conceição) e Jeremias de Chaves, n. Triunfo (ali c/c Ana Maria da Conceição).

5.5 **Joana Maria Álvares de Souza** b. 3.9.1791, Lages/SC e f. após 8.1844. A 18.6.1805 em Triunfo/RS c/c (I) **Luís de Chaves de Siqueira**, n. 8.7.1759, Curitiba/PR e f. 5.8.1823, Triunfo, viúvo de Beatriz Joaquina, f.^o Paulo de Chaves de Siqueira/de Almeida e Joana Cardoso Esteves. A 2.1829 em Triunfo c/c (II) **Rufino Antônio da Fonseca**, n. Jaguarão ou Rio Grande e já f. 4.1850, f.^o Joaquim Antônio da Fonseca e Joaquina Rodrigues Velho. Filhos com Luís, n. Triunfo: Maria n. 8.4.1812; Álvaro de Chaves n. 20.1.1820; Jesuína Alves de Souza (mãe de Maria, n. 28.5.1844, Triunfo) e:

6.1 **Israel Alves de Chaves/de Chaves Siqueira** n. 25.2.1807, Triunfo, onde c/c sua prima **Florinda Alves da Silva/de Souza**, abaixo referida. Pais de: Lúcio Alves Chaves, n. Triunfo (onde a 16.2.1884 c/c Adelina Raquel Lopes); Maria, n. 5.1834, Porto Alegre, onde f. 10.6.1834; Paulino Alves Chaves, n. 30.8.1843, Triunfo; Rita, n. 18.12.1849, Triunfo; Olívio Alves Chaves, n. 14.10.1851, Triunfo (c/c Rita Barbosa) e Luísa Alves de Chaves ou Luísa Maria da Conceição, n. Triunfo (c/c seu primo Severo Alves de Chaves).

6.2 **Jeremias de Chaves de Souza**²⁰ n. 19.8.1808, Triunfo, onde a 29.9.1831 c/c **Na Florência/Custódia de Jesus**, n. 1.7.1814, Gravataí, f.^a Custódio Álvares Pedroso e Umbelina Maria Joaquina.

6.3 **José Luís de Chaves** n. 20.10.1815, Triunfo. C/c **Joaquina Maria Álvares** ou **Joaquina Custódia Álvares**, n. 3.5.1819, Gravataí, f.^a Custódio Álvares Pedroso e Umbelina Maria Joaquina.

6.4 **Delfina Alves de Chaves** n. 2.3.1818, Triunfo e f. antes de 5.1863. A 7.10.1834, Porto Alegre c/c **Francisco Antônio de Campos**, n. São Paulo/SP, f.º Felipe Neri de Campos e Francisca de Almeida Leite. Pais de Francisco, n. 27.6.1835, Porto Alegre, e João Francisco de Campos, n. 23.4.1837, Porto Alegre (c/c Ana Maria de Jesus).

6.5 **Manuel de Chaves** n. Triunfo ou Porto Alegre e f. antes de 7.1846. C/c **Leonor Rodrigues da Silva**, n. Triunfo, sua prima, f.^a José Alves de Souza e Ana Maria de Jesus. Pais de Domingas, n. 4.8.1845, Triunfo.

Joana Maria Álvares de Souza e Rufino A. da Fonseca foram pais de:

6.6 **Firmiana Alves de Souza/de Chaves** n. 5.6.1829, Porto Alegre. A 19.4.1845, Triunfo, c/c **Roque Joaquim Antônio** ou **Joaquim Antônio Roque**, n. São Paulo (Santo Amaro), f.º Antônio José e Rita Maria de Jesus. Pais de, n. Triunfo: Luís, n. 4.4.1849; Prudêncio, b. 22.5.1851 com 4 meses; Maria Antônia Alves de Souza/Custódia Alves, n. 17.6.1860 (c/c seu primo João Alves de Souza); Maria, n. 15.5.1863; Manuel, n. 7.9.1867; Alexandrina Alves de Souza (c/c Manuel Joaquim de Araújo/Araújo Lopes) e Laurinda Alves Chaves (c/c Leôncio José da Silva).

6.7 **Maximiano Antônio da Fonseca/Alves** n. 21.3.1832, Triunfo. C/c **Joaquina Maria dos Anjos** ou **Joaquina Antônia dos Reis**, n. São Leopoldo, f.^a Luísa Maria da Silveira ou Luísa Antônia do Amaral. Pais de: Eufrázio, n. 25.5.1856, São Leopoldo; Ana Antônia da Fonseca, n. 16.3.1858, São Leopoldo (c/c Cláudio Gomes dos Santos); José Antônio da Fonseca, n. 14.1.1859, São Leopoldo (c/c Cristina Antônia da Silva); Ana, n. 21.2.1861, Porto Alegre; Emília, n. 10.8.1862, Porto Alegre; Joaquim Antônio da Fonseca, n. 30.3.1864, Porto Alegre (c/c Silvinia Antônia) e Cândido Antônio da Fonseca (c/c Maria Antônia Martins de Campos).

²⁰ Veja a descendência no artigo A família Álvares Pedroso, de autoria de Diego de Leão Pufal e Herculano L. Einloft Neto, disponível no blog *Antigualhas, histórias e genealogia*: <http://pufal.blogspot.com/search/label/fam%C3%ADlia%20Pedroso>

6.8 **Vasco Alves de Souza** n. 11.1.1836, Triunfo. A 27.10.1856, Gravataí c/c sua prima **Maria José da Conceição**, n. Triunfo, f.^a Manuel Pereira e Esméria Alves de Souza/Esméria Maria de Jesus. Pais de, n. Triunfo: Bernardino, n. 17.8.1857 e Rufino, n. 30.8.1859.

6.9 **Antônio Alves de Souza** n. Triunfo. C/c (I) **Fausta Maria da Conceição**, n. São Jerônimo, f.^o Diogo dos Reis e Florinda Maria da Conceição/das Neves. C/c (II) **Florisbela da Silva**, f.^a José Francisco da Silva e Venância Rodrigues de Jesus. Filhos em Triunfo.

5.6 **Paula Alves de Souza** ou **Paula Maria de Jesus** b. 26.7.1795, Lages/SC. A 20.1.1810, Cachoeira do Sul/RS c/c **Felisberto José da Silveira** ou **Felisberto Antônio da Silva**, n. 9.5.1791, Viamão/RS, f.^o Antônio Francisco da Silveira e Maria Joaquina do Nascimento. Pais de, n. Triunfo: Florinda Alves da Silva/de Souza, n. 20.3.1822 (c/c seu primo Israel Alves de Chaves) e Florisbela, n. 24.3.1824.

5.7 **Salvador Alves de Souza**²¹ n. 13.2.1800, Triunfo e já f. 12.1863. C/c **Maria Custódia Alves** ou **Maria Antônia da Conceição**, n. 15.9.1808, Gravataí, f.^a Custódio Álvares Pedroso ou José Custódio Alves e Umbelina Maria Joaquina.

5.8 **Maria Luísa da Conceição** n. 2.1.1802, Triunfo. A 18.6.1816, Taquari c/c **Boaventura de Araújo Lopes**, n. Triunfo e f. Montenegro, f.^o José de Araújo Lopes e Francisca Leite de Oliveira. Pais de, n. Triunfo: Faustina de Araújo Lopes, n. 20.2.1823 (c/c João Marcelino Ribeiro/de Freitas); Maria, b. 11.3.1826, com 2 meses; José de Araújo Lopes, b. 14.6.1828, com 6 meses (c/c Antônia Cândida da Silva e, após, c/c Isabel Maria de Oliveira); Cândida Luísa da Conceição/de Araújo Lopes, n. 4.12.1829 (c/c Elias Alves de Souza); João Boaventura ou Vitorino de Araújo Lopes, n. 1.1832 (c/c Maria Narcisa da Conceição/do Rosário); Boaventura de Araújo Lopes, n. 1.6.1834; Genoveva Lopes, n. 28.9.1836, Porto Alegre; Ana Alves de Souza, b. 10.9.1839, com 8 meses em Porto Alegre; Luís de Araújo Lopes, b. 22.5.1851, com 10 anos, Triunfo (c/c Inácia Ledovina/Prudência da Conceição e, após, c/c Idalina Carpes); Joaquim de Araújo Lopes/Alves de Araújo, n. São Jerônimo (c/c Senhorinha Alves de Souza); Maria Madalena, n. Triunfo (c/c Antônio Dias de Freitas) e Maria Clara da Conceição (c/c Manuel da Silva Ferreira Costa).

5.9 **Esméria Maria de Jesus/Alves de Souza**, n. 5.10.1803, Triunfo.

²¹ Idem.

Talvez tenha tido filhos com **Manuel Pereira**. A 13.9.1822, Canguçu c/c **Quintilhano de Camargo de Assunção**, n. 1766, São Paulo (São Roque) e f. 28.10.1826, Canguçu, f.º Bento de Camargo e Maria de Ascensão. Talvez Esméria tenha após c/c **Manuel Joaquim de Souza/Gularte**. Com Manuel, Esméria teve a f.ª Maria José da Conceição, n. Triunfo (c/c seu primo Vasco Alves de Souza); Com Quintilhano, teve a f.ª Zeferina, n. 19.4.1823, Canguçu, e com Manuel Joaquim, a f.ª Maria Inácia Alves de Souza, n. Triunfo.

5.10 **Maria Custódia** n. Triunfo. C/c **Salvador Alves**, f.º Custódio José e Milena Antônia. Pais de Senhorinha, n. 10.8.1831, Triunfo.

5.11 **Luís Alves de Souza** ou **Luís Antônio Alves** n. Lages/SC. A 2.7.1808 em Cachoeira do Sul c/c (I) **Maria Antônia da Silva/dos Santos**, n. Florianópolis (N. Sra. das Necessidades), f.ª de Manuel Antônio da Cunha e Ana Maria do Nascimento. C/c (II) **Paula Maria da Conceição**, n. Gravataí, f.ª José Cascaes e Josefa Maria. Pais de Maria, b. 10.9.1816, Capela de Santana e Zeferino, n. 2.7.1822, Triunfo (do 1º casamento) e de Clarinda Alves de Souza, n. 10.2.1832, Triunfo; Luís Alves de Souza, n. 25.10.1834, Triunfo e Maria Caetana de Souza (c/c Manuel Antônio de Oliveira).

4.4 **João Dias Cortes** b. 21.11.1770, Lapa/PR. A 8.2.1801, Triunfo/RS c/c **Maria Bernarda da Silva**, n. Santo Antônio da Patrulha, f.ª Manuel Brás Villa Verde e Maria Bernarda. Pais de João Dias Cortes, n. 20.1.1802, Triunfo (a 30.9.1850, São Borja c/c Alexandrina Maria de Mello); Antônio Dias Cortes, n. 3.12.1803, Triunfo; Jordão Dias Cortes, b. 21.3.1806, Cachoeira do Sul; Ana Dias Cortes, b. 29.8.1809, Cachoeira; Martinho Dias Cortes, n. 12.8.1810, Cachoeira; José Dias Cortes, n. 27.6.1816, Santa Maria; Joaquina, n. 19.2.1821, Cachoeira; Manuel, n. 20.10.1825, Cachoeira; Floriana, n. 4.2.1827, Cachoeira e de:

5.1 **Ana Dias** b. 9.6.1810, Cachoeira do Sul, onde c/c **José Joaquim Rodrigues**, n. São Paulo, f.º Manuel Rodrigues e Angélica Vieira. Pais de João, n. 15.8.1833, Cachoeira.

5.2 **Joaquim Dias Cortes** n. pv. 1820, Cachoeira do Sul e f. antes 1898. C/c **Florinda Maria Gomes**, n. 7.4.1821, Cachoeira do Sul e f. pv. 1868, f.ª Inácio Moreira da Silva/Inácio José Moreira e Ana Gomes de Castilhos. Pais de Ana, n. 2.4.1849, Cachoeira; Maria Florinda Gomes, n. 1850, Cachoeira, onde f. 15.12.1912 (c/c cap. Delfino Carvalho Bernardes; José Soares de Lara e Leocádio Martins Pinto); João Dias Cortes, b. 22.12.1853, com 3 meses, Cachoeira (onde c/c

Maria Manuela de Ávila); Manuel Dias Cortes, n. 7.8.1855, Cachoeira (onde c/c Ana Machado Dias) e Antônia Dias Cortes ou Antônia Florinda Gomes, b. 1.6.1859, Cachoeira (onde c/c Manuel José de Lara).

5.3 **Tristão Dias Cortes** n. 10.10.1823, Cachoeira do Sul, onde c/c sua prima **Josefa Clara da Luz/da Silva**, ali n. 15.8.1834, f.^a José Teixeira da Silva/José Batista Colaço e Ana Maria da Luz. Pais de Miguel Dias da Silva, n. 5.7.1853, Cachoeira (onde c/c Maria José Gomes); Manuel, n. 1.4.1856, Cachoeira e João, n. 2.7.1857, Cachoeira.

4.5 **Ângela Maria Dias** b. 17.9.1775, Lapa/PR. C/c **José Teixeira da Silva**, b. 28.9.1777, São José dos Pinhais/PR, f.^o Manuel Colaço da Veiga e Ângela Maria Pedroso/de Jesus. Pais de: Antônio Teixeira da Silva, n. 22.7.1813, Triunfo/RS; Quitéria, b. 28.10.1815, Capela de Santana/RS e de:

5.1 **João Teixeira da Silva** n. 10.4.1800, Triunfo. C/c **Ana Maria da Luz**, b. 1.7.1811, Cachoeira do Sul, f.^a João Batista dos Santos e Floriana Maria Clara de Jesus. Pais de Floriana, n. 6.7.1826, Cachoeira.

5.2 **José Teixeira da Silva/José Batista Colaço** n. 10.2.1807, Canguçu/RS. C/c sua cunhada **Ana Maria da Luz**, b. 1.7.1811, Cachoeira, com quem teve os filhos Rogério Teixeira da Silva, n. 7.8.1828, Cachoeira; Josefa Clara da Luz/da Silva (c/c seu primo Tristão Dias Cortes); João, n. 6.8.1836, Cachoeira e Cândida, n. 28.7.1837, Cachoeira.

5.3 **Justina Maria** n. Cachoeira do Sul, onde c/c **Jacinto Antônio**, n. Itu/SP, f.^o Luís Barbosa e Teresa Maria da Candelária. Pais de Manuel, n. 8.8.1827, Cachoeira.

4.6 **Gertrudes Maria Dias/dos Santos** b. 10.11.1780, Lapa/PR. A 22.4.1799, Triunfo/RS c/c **Joaquim Manuel da Costa**, ali n., f.^o Manuel Joaquim da Costa e Josefa Maria de Jesus. Pais de Manuel, n. 5.6.1800, Triunfo e Manuel, n. 10.5.1806, Cachoeira do Sul.

4.7 **Francisco Dias Cortes** n. Curitiba ou Lapa. A 4.11.1790 em Lages/SC c/c **Maria Francisca de Oliveira**, n. São José dos Pinhais, f.^a Francisco de Oliveira e Ana Maria da Maia. Pais de João, b. 17.8.1794, Lages; Isabel, n. 20.11.1801, Triunfo/RS; João, b. 27.12.1806; Cirino, n. 13.5.1809; Fidélis, b. 17.5.1813 e Feliciano, n. 26.6.1816, estes em Cachoeira do Sul.

3.2 **Maria Dias Cortes/Domingues** n. 1.12.1736, Curitiba e f. 27.10.1777, Lapa. A 10.9.1794, Curitiba c/c **Antônio Corrêa da Silva**, b. 25.12.1728, Itu/SP e f. RS, f.^o Francisco Cubas Ribeiro ou Francisco

Ribeiro de Proença e Maria de Chaves da Silva (SILVA LEME, v. VIII, p. 402 e IV, p. 401). Antônio após a morte da esposa passou a Lages/SC e depois ao RS. Pais de Maria, n. 9.1751, Curitiba, onde f. 4.10.1751; Maria, b. 29.9.1773, capela de Tamanduá/PR; Manuel Corrêa da Silva, b. 12.2.1775, Lapa, onde f. 22.2.1777; Gertrudes, n. 1776, Lapa (em 1792 estava em Lages talvez c/c João Rodrigues Pereira); Maria, b. 17.9.1777, Lapa, onde f. 25.10.1777; Maria, b. 10.10.1777, Lapa e de:

4.1 **Maria Corrêa Domingues/Dias** n. 4.11.1752, Curitiba e f. antes de 1778. A 10.9.1771, Lapa c/c **Francisco de Almeida Prado**, n. Taubaté/SP, exposto em casa de João de Figueiredo e Margarida de Faria. Pais de: Antônio, b. 10.6.1772, Lapa e Joana, b. 17.2.1776, Lapa.

4.2 **Miguel Corrêa da Silva** n. 8.11.1754, Curitiba. A 7.1.1784, Laguna/SC c/c **Teresa Antônia de Jesus**, n. 21.10.1754, Rio Grande/RS, f.ª Manuel Rodrigues Goulart e Margarida de Santo Antônio. Pais de:

5.1 **Joaquim Corrêa** b. 5.9.1784, Lages/SC. A 6.4.1812, Cachoeira do Sul/RS c/c **Francisca Nunes de Souza**, índia, n. São Francisco de Paula ou Vacaria, f.ª João Nunes Leite/Leite de Carvalho e Ana Maria de Souza. Pais de, n. Canguçu: Romão, n. 10.4.1813; Evaristo, n. 20.9.1814; Teresa, n. 22.10.1815 e Faustino, n. 17.4.1817.

5.2 **Ana Antônia de Jesus** b. 5.9.1784, Lages. A 27.6.1801, Canguçu/RS c/c (I) **Francisco Antônio Alcaraz**, n. Montevideu, Uruguai ou Laguna/SC e já f. 1807, f.º Tomás Alcaraz ou Manuel Francisco e Maria Soares. A 3.1.1807, Canguçu, Ana c/c (II) **Louis Hipólite**, n. Paris (São Martinho), França, f.º François Hipólite e Maria das Neves. Houve do 1º casamento: Maria Francisca de Jesus/do Nascimento, n. 18.11.1803, Canguçu e f. antes 1832 (a 22.1.1822, Alegrete c/c Antônio José de Oliveira). Houve do 2º casamento, Félix, b. 18.6.1809; Gabriel, b. 9.6.1811 e Felisberta, b. 27.5.1814, todos em Cachoeira do Sul.

5.3 **Manuel Corrêa da Silva** n. 10.11.1785, Lages. A 27.5.1808, Cachoeira do Sul c/c **Cândida Maria Joaquina**, n. Rio Pardo, f.ª Joaquim Cardoso e Maria Pinheiro. Pais de Porfírio Corrêa da Silva, n. 18.10.1822, Alegrete (c/c Angélica José dos Santos); Joaquim Corrêa da Silva, n. 4.1.1825, Alegrete e f. 7.2.1887, São Borja (c/c Maria Fernandes); Ana Corrêa, n. Alegrete (c/c Hildebrando Pereira da Silva) e Luís Corrêa da Silva, n. Santana do Livramento (c/c Nazária Claudina).

5.4 **Miguel Corrêa da Silva** n. 29.9.1787, Lages. C/c **Cândida Maria Joaquina**, n. Rio Pardo/RS, f.ª Úrsula Maria Cândida. Pais de Porfírio, b. 21.7.1823, com 9 meses, Alegrete.

- 5.5 **Marinha Antônia de Jesus** b. 8.2.1789, Lages. A 3.11.1803 em Canguçu c/c (I) **Joaquim da Silva Moreira** ou **Joaquim de Souza**, n. Cabo Frio/RJ, f.º Bernardo da Silva Moreira ou Bernardo de Souza e Antônia Gomes. Marinha c/c (II) **Joaquim Antônio da Silva** ou **Joaquim José**, n. Porto, Porto, Portugal, f.º Antônio Francisco e Maria Josefa. Pais de Ana, n. 2.4.1805, Canguçu; José, n. 28.7.1822 e Angélica, n. 7.12.1824, ambos em Alegrete e filhos do 2º casamento.
- 5.6 **Francisca Antônia de Jesus** b. 8.8.1789, Lages. A 26.8.1804, Canguçu, c/c **André Francisco Rodrigues**, n. Macaé/RJ, f.º Tomás Francisco Rodrigues e Antônia da Silva.
- 5.7 **Antônio Corrêa da Silva** b. 15.12.1793, Lages e f. 1834, Alegrete. C/c **Ana Josefa do Espírito Santo/dos Santos Cardoso**, n. Santa Maria.
- 5.8 **Francisco Corrêa da Silva** ou **Francisco de Paula** n. 1794, Lages. A 30.9.1811, Cachoeira do Sul c/c **Francisca Mariana Xavier de Paula**, ali n. 26.12.1795, f.ª Salvador Nunes de Farias e Ana Maria de Moraes. Francisco c/c (II) **Maria Francisca Dutra**, n. Rio Grande, f.ª Antônio de Souza e Maria Dutra. Pais de Veríssimo Corrêa da Silva, n. Alegrete ou São Miguel das Missões (c/c Maria Antônia da Silva) e Cândida, b. 8.2.1814, Canguçu, esta do 2º casamento.
- 4.3 **Ana Dias da Silva/Corrêa** n. 8.12.1758, Curitiba. A 4.8.1772, Lapa c/c **Antônio Garcês da Cunha**, b. 29.12.1749, Tamanduá/PR, f.º Miguel Garcez da Cunha e Maria de Góis de Siqueira. Pais de:
- 5.1 **João Corrêa da Silva** b. 22.2.1778, Lapa. A 11.2.1812, Triunfo/RS c/c **Desidéria Jacinta**, n. Curitiba, f.ª Salvador Jacinto Antunes e Antônia de Souza de Miranda ou Antônia de São José. Pais de Germano, n. 2.9.1812 e João, n. 19.5.1815 e f. 13.3.1818, ambos em Capela de Santana.
- 4.4 **Francisca de Chaves Cortes** n. 4.4.1761, Curitiba e talvez seja a mesma que f. 14.2.1840, São Borja/RS, com 65 anos, viúva. A 29.11.1774 na Lapa c/c **Domingos Fagundes dos Santos**, n. Paranaguá/PR, f.º Domingos Fagundes dos Reis/das Chagas e Maria Antônia Ribeiro de Assunção/de Gusmão. Pais de Francisco, b. 28.11.1778, Campo Largo/PR e f. 3.6.1780, Lapa; Angélica Maria dos Santos, b. 3.5.1780, Lapa (a 27.12.1795, Lages c/c Francisco Soares da Silva) e de:
- 5.1 **Ana Brígida (Fagundes) dos Santos** b. 8.1.1777, Lapa, onde c/c (I) a 25.8.1790 **Mathias de Madureira Calheiros**, n. Sorocaba/SP, f.º Teresa Maria da Conceição. C/c (II) **José Correia de Moraes/de Almeida**, b. 8.3.1775, Castro, f.º José Corrêa de Moraes/de Almeida/

de Abreu e Antônia Ribeiro da Silva/de Almeida. Pais de Francisco, b. 24.6.1796, Lages (f.º do 1º casamento) e de Francisca, b. 13.10.1814; José, n. 19.6.1817 e Joaquim, n. 24.9.1819, nascidos em Cachoeira do Sul (f.ºs do 2º casamento).

4.5 **Desidério Corrêa da Silva** n. 1764, Lapa e f. 12.3.1822, Canguçu/RS. A 1.6.1790, Lapa, c/c **Ana Maria de Castilhos** ou **Ana Baptista de Castilhos**, ali b. 10.5.1772, f.ª Manuel Baptista de Castilhos e Joana Rodrigues de Siqueira/Siqueira Cortes. Pais de, n. Canguçu: Maria, n. 12.1800 e f. 4.1.1801; Cândida, n. 30.3.1802 e f. 5.7.1802; João Corrêa da Silva, n. 6.6.1803 (a 29.7.1830 em São Gabriel/RS c/c Lucrecia Martins dos Santos); Cândido, n. 16.8.1805; José, b. 26.7.1811, 40 dias; Belisário, n. 27.4.1813 e de:

5.1 **Esméria Maria da Silva** n. pv. 1798, Rio Grande. A 6.2.1815, Canguçu c/c **Felisberto André de Freitas**, n. Porto Alegre, f.º Manuel Antônio da Cunha Freitas e Maria Umbelina do Rosário. Pais de, n. Canguçu: Salvador, n. 20.11.1815; Ana Fermina de Freitas, n. 11.4.1817 (onde a 27.7.1844 c/c João Teixeira de Araújo); Felisbina, n. 22.9.1818; Delfina, n. 26.7.1820; Maria, n. 3.9.1822; Cipriana Angélica de Freitas, n. 16.6.1824 (onde a 29.7.1848 c/c Eduardo Antônio da Silva); Bernardina Ângela de Freitas, n. 2.5.1826 (onde a 3.3.1851 c/c Justino Pereira Duarte); Felipe Tiago de Freitas, n. 1.5.1828 (onde a 18.1.1851 c/c Joaquina Teresa de Jesus) e Manuel Isidoro de Freitas, n. 4.4.1837 (onde a 30.8.1862 c/c Eulália Antônio Motta).

5.2 **Eleutério Corrêa da Silva** n. Canguçu, Rio Grande ou Piratini. C/c (I) **Brígida Maria da Silva**, n. Alegrete, f.ª Silvestre Antônio dos Santos e Quitéria Maria dos Santos. C/c (II) **Manuela Maria Gomes**, n. Mercedes, Uruguai. Pais de (1º casamento): Escolástica, n. 30.10.1829, Alegrete; (2º casamento); Guiomar Corrêa da Silva, n. 29.10.1831, Alegrete (onde c/c Januário da Rosa); Floriano Corrêa da Silva, n. 15.2.1834, Alegrete (onde c/c Raquel Pereira dos Santos – antepassados do historiador Anderson Romário Pereira Corrêa); Vasco, b. 21.2.1841, com 10 meses e 8 dias, Alegrete e Cândida, n. 2.3.1846, Alegrete.

5.3 **Henrique Corrêa da Silva/Batista da Silva** n. 15.3.1809, Canguçu e f. 11.11.1861, Alegrete. A 6.7.1824, Canguçu, c/c **Luciana Vaz Bragança** ou **Luciana Teresa Vaz de Jesus**, n. 6.7.1806, Rio Grande e f. antes 1850, f.ª Francisco José Vaz Bragança ou Francisco José da Silva e Teresa Francisca de Jesus. Pais de: Florisbela, n. 7.2.1830,

São Gabriel; Arão, n. 1.11.1831, Alegrete; Carlota Corrêa da Silva, n. 19.2.1833, Alegrete (a 19.7.1849, Livramento, c/c Manuel Barreto Pereira Pinto – antepassados do historiador Anderson R. P. Corrêa); Cândido Corrêa da Silva, n. 4.10.1834, Alegrete (a 25.9.1852, Livramento c/c Amábíla da Silva); Ormecinda, b. 22.2.1841, com 1 ano, em Alegrete; Bento, n. 21.9.1843, Alegrete; Januário, n. 18.9.1844, Alegrete; Cândida, n. 12.12.1845, Alegrete; Amélia Corrêa da Silva, n. Alegrete (a 15.10.1850, Livramento c/c Simão Antônio Zejol) e Florisbelo Corrêa da Silva, n. Canguçu e f. antes de 1903 em Quaraí (a 18.11.1852, Livramento c/c Teodora Gonçalves da Luz – antepassados da pesquisadora Ivete Apratto Motta).

5.4 Silvana Maria Corrêa da Silva n. 7.6.1817, Canguçu, onde c/c **Francisco José Nunes** (Chicuta), n. 6.10.1818, Canguçu, f.º Bibiano José Nunes e Maria Joaquina da Cruz. Pais de, n. Alegrete: Clara Maria Nunes (ali a 29.8.1868 c/c Pedro Peres da Silva); Maria Nunes da Conceição, n. 1843 (ali em 1870 c/c Claro Pereira dos Santos); Olegário José Nunes, n. 7.3.1845; Joaquim José Nunes, n. 3.9.1846; Emerenciano Nunes, n. 7.9.1848 e f. 9.8.1925, Pavoré (c/c I Joaquina Alves Teixeira e II Cândida Alves Teixeira, sua cunhada); Virgília, n. 13.2.1850, e Silvano José Nunes, n. 3.4.1851.

4.6 Joana Dias Cortes n. 1766, Curitiba, b. 13.3.1773, capela de Tamanduá/PR e f. 30.10.1816, Santa Maria/RS, sem testamento por ser pobre. A 27.8.1785 na Lapa/PR c/c **Antônio Martins da Silva** ou **Antônio Pereira Martins/Alves Gomes**, n. 1760, Mogi das Cruzes ou Itu/SP e f. após 1816, f.º Martinho Pereira e Catarina Gomes. Pais de: Antônio Martins da Silva, b. 25.4.1789, Lapa; Serafim Martins da Silva, n. 23.7.1802, Triunfo/RS; Ana Angélica de Jesus, n. Santa Maria/RS (c/c Ângelo de Moura e pais de Antônia, n. 17.7.1830, Alegrete) e de:

5.1 Ana Dias Cortes/Martins da Silva b. 25.4.1798, Lapa e f. 1838, São Xavier, Júlio de Castilhos/RS. A 16.2.1802 em Triunfo/RS c/c **Manuel Antônio Palácio**, n. pv. 1775, Laguna/SC e f. antes de 2.1858, f.º Máximo Antônio Pais ou Máximo Antônio Monteiro Siqueira e Catarina Rodrigues Monteiro/Palácio. Viúva, Ana teve filhos com **José Rodrigues da Luz**. Houve do 1º casamento: Florisbela Martins Gomes, n. pv. 1809, Santa Maria (c/c Manuel Martins); Delfina Maria dos Prazeres Cortes ou Delfina Maria da Conceição Cortes, n. pv. 1810, Santa Maria (c/c cap. Manuel Joaquim Alves); Maria Martins, b. 1811, Santa Maria (c/c Joaquim Teixeira da Silva); Madalena, n. 1814, Santa Maria e Bernardino Martins Gomes,

n. 1817, Cachoeira do Sul (c/c Manuela Pedroso). Houve do 2º casamento, n. Santa Maria: Maria, n. 15.12.1816; José, b. 21.4.1820; Josefa Maria, n. 1825; Salvador Rodrigues da Luz, f. 1838; Florentina Maria da Luz, n. 1827; Joaquim Rodrigues da Luz, n. 1829; Gabriel Rodrigues da Luz, n. 1831; Maria Rodrigues da Luz, n. 1833 e Maria Joana, n. 1835.

5.2 **Eufrásia Maria da Conceição** b. 19.5.1791, Lapa e f. 1866, São Martinho da Serra (Júlio de Castilhos/RS). A 5.8.1808, Cachoeira do Sul/RS c/c **Salvador Nunes de Farias**, n. 1780/1790, Sorocaba/SP e f. 6.8.1846, São Martinho, f.º Pedro Nunes de Farias e Maria Rodrigues do Espírito Santo. Pais de, n. Santa Maria: Constância Maria da Conceição, b. 20.10.1805 (c/c Rafael José de Siqueira); Maria, n. 10.6.1808; Maria Núncia da Conceição, b. 6.1.1811 e f. 16.2.1853, São Martinho (a 27.11.1833, Santa Maria c/c Antônio Teixeira Cabral); Joana Dias Cortes, n. 9.12.1813, Santa Maria e f. antes de 1846; Manuel Nunes de Farias, n. Santa Maria e f. 18.8.1870, São Martinho (c/c Joana Barbosa Rangel); Angélica Maria da Conceição (c/c José Moreira); Crispim Nunes de Faria (c/c Maria Prestes dos Santos); José Nunes de Faria, n. 1828 (c/c Balbina Machado); Ana Dias Cortes, n. 1831 e f. 28.1.1899, São Martinho (c/c Estácio Martins da Silva); Antônia Maria da Conceição, n. 1833 (c/c Joaquim Prestes dos Santos) e Maria Madalena Leites, n. 1835, que residia em Cruz Alta.

5.3 **Maria dos Prazeres Cortes** n. pv. 1793, Lages/SC e f. 9.7.1853, Porteirinha, Dilermando de Aguiar/RS. A 12.7.1812, Cachoeira do Sul c/c **João Alves/Gonçalves Gomes**, b. 7.7.1777, Rio Pardo/RS e f. 29.7.1837, São Gabriel, f.º Marcos Gomes da Silva e Maria Alves Braga. Pais de Angélica Alves Cortes, b. 4.10.1821, Santa Maria e f. criança; Teresa Alves Cortes, b. 1.6.1824, Santa Maria e f. criança; Manuel Alves da Silva, b. 18.2.1825, Santa Maria; Inácio Alves Gomes/da Silva, b. 12.11.1826, Santa Maria (teve a f.ª Vitorina, de mãe incógnita, n. 29.11.1855, São Gabriel), e de:

6.1 **Salvador Alves Martins** n. 1.8.1813, Santa Maria. C/c **Ana Antônia Lopes** ou **Ana Dias Soares/Soares Pedroso**, n. São Martinho da Serra/RS e pais de Maria Alves da Silva, n. São Gabriel (onde a 9.9.1851 c/c João Laguna de Almeida); Honório/Honorato Alves Martins, n. 4.1836, São Gabriel; Dinarte Alves Martins, n. 2.8.1840, Alegrete; Mafalda, n. 14.5.1844, Alegrete; Manuel, n. 21.12.1845, Alegrete; Pantaleão, n. 8.11.1847, Alegrete; Joana, n.

7.1.1854, São Gabriel; Maria, n. 24.10.1855, Alegrete e João, n. 24.10.1857, Alegrete.

6.2 **Maria Dias Cortes** n. 25.2.1815, Santa Maria, onde f. antes de 1840. c/c **Antônio Martins de Moraes**, n. 15.6.1810, Rio Pardo/RS e f. após 1856, f.º Miguel Martins Laia e Perpétua Maria do Rosário. Pais de Geraldo Martins Alves, n. 14.4.1833, Santa Maria e f. 15.4.1904, Dilermando de Aguiar, solteiro; Perpétua Martins Alves, n. pv. 1836 em Santa Maria e f. antes de 1900 (c/c Cândido Martins Alves/de Moraes) e:

7.1 **Plácido Martins Alves** b. 28.11.1834, com mês e meio, Santa Maria e f. 16.3.1923, Dilermando de Aguiar, onde foi juiz de paz e criador de gado. A 19.2.1860, Santa Maria, c/c **Belarmina Francisca da Silveira**, ali n. 2.2.1845 e f. 19.7.1930, Dilermando, f.ª Salvador de Souza Leal e Eugênia Francisca da Silveira. Pais de 15 filhos²²:

8.1 **Placidina Martins da Silveira** n. 10.10.1877, Dilermando de Aguiar e f. 28.7.1921, São Gabriel. A 5.7.1896 em Dilermando c/c **João Laureano da Silva**, criador, n. 10.5.1871, Cacequi e f. 23.3.1936, Pau Fincado, São Gabriel, f.º João Lauriano da Silva e Francisca Alves de Oliveira. Pais de: Belarmina, Isabel, Cassiano, Galdino, Maria Rosa, Ineína, Plácido, Ary, Francisco, Otilia e:

9.1 **Celina Laureano da Silva** n. 5.9.1898, Dilermando de Aguiar e f. 18.10.1984, Porto Alegre. A 4.9.1915, São Gabriel, c/c o seu primo, o dr. **Mário da Silva Brasil**, engenheiro, n. 2.3.1889, Boca do Monte, Santa Maria e f. 2.11.1962, Porto Alegre, f.º José da Silva Brasil e Maria José Alves de Oliveira. Pais de Flávio, Glauco, Ione, Helena, Paulo, Carmen e:

10.1 **Maria Laureano Brasil** n. 25.6.1928, Porto Alegre, onde f. 14.10.2019 e ali a 4.9.1947 c/c seu primo distante **Nerly Antônio de Leão**, acima citados. Pais de:

11.1 **Dóris Brasil de Leão** n. 23.3.1950, Porto Alegre, onde a 14.10.1972 c/c **Helmuth Luis Schmidt Pufal**. Pais de Tiago, Bárbara, Sabrina e **Diego de Leão Pufal** n. 10.6.1979, Porto Alegre, autor deste trabalho.

²² Veja a descendência no artigo Famílias Portuguesas nas Missões: família de Antônio de Moraes e Maria da Trindade, de autoria de Diego de Leão Pufal e Zélce Mousquer, no blog *Antigualhas, histórias e genealogia*, disponível em <http://pufal.blogspot.com/2012/04/familias-portuguesas-nas-missoes.html>. Aqui vou me ater ao meu ramo ancestral.

6.3 **Policarpo Alves Cortes da Silva** b. 25.6.1819, Santa Maria. C/c sua prima **Joana Paz de Siqueira/Paes de Figueiredo**, n. São Gabriel, f.^a Silvério Paes de Siqueira e Águeda Maria de Jesus. Pais de, n. São Gabriel: Marcos, n. 6.10.1842; Rosalina, n. 30.12.1845; Eufrásia, n. 7.10.1849; Manuel, n. 28.3.1853 e Policarpo, n. 4.8.1855.

6.4 **Marcos Alves Gomes/Martins** n. 1819, Santa Maria e f. 9.10.1902, São Pedro do Sul/RS, criador e agricultor. A 30.5.1853 em São Gabriel c/c **Maria Leocádia de Ávila**, n. Santa Maria, f.^a Miguel Antônio (Ferreira) de Ávila e Ana Maria de Jesus. Pais de: Torquato Alves Gomes, n. 26.5.1854, São Gabriel (onde c/c Felisberta Brum); Honorato Alves de Ávila, n. 13.6.1855, São Gabriel (c/c Besilica Soares dos Santos); Vitorina Alves Gomes, n. 8.11.1859, São Gabriel e f. antes de 1902; João de Ávila Gomes, n. 1867, São Pedro do Sul; Alzira Alves Gomes, b. 1869, São Gabriel e f. antes de 1902; Pedro Alves Gomes, n. 1873, São Pedro do Sul; Ana Gomes, n. 1875, São Pedro do Sul (c/c João Batista da Silva); Vitória de Ávila Gomes, n. 1876, São Pedro do Sul (c/c Pedro Alves da Silva); Fausta, n. 1880, São Pedro; Marcolina, n. 1882 e Antônia, n. 1883, São Pedro do Sul.

6.5 **Maria Madalena dos Prazeres Cortes** n. 1829, São Gabriel e f. antes de 1899. A 5.10.1855, São Gabriel, c/c **Joaquim Marcos da Silva**, n. Porto, Portugal, f.^o Antônio José Ribeiro e Ana Maria de Jesus. Pais de Ana, n. 15.2.1857, São Gabriel; Maria Fausta da Silva, n. São Gabriel e f. antes de 1900 (a 17.2.1882, São Vicente do Sul c/c seu primo Feliciano Alves Gomes); José Marques da Silva (c/c Josefina Alves) e Marfisa Marques da Silva (c/c Claro Alves dos Santos).

6.6 **Mafalda Alves dos Prazeres Cortes** b. 5.4.1830, com 6 meses, Santa Maria e f. 24.6.1912, São Gabriel, onde a 30.10.1850, c/c o ten. **Joaquim José da Silveira Júnior**, ali n., f.^o cirurgião-mor Joaquim José da Silveira e Joaquina Rosa. Pais de, n. São Gabriel: João Alves da Silveira, n. 1851; Sebastião Alves da Silveira, capitão, n. 1856; Zosino Alves da Silveira, tenente, n. 20.1.1858 (c/c Maria Silveira Gulate de Vargas); Antônio Alves da Silveira, n. 1860; Alberto Alves da Silveira, n. 1862 e Ermelinda Alves da Silveira, n. 1864 (c/c João de Ávila Gomes).

6.7 **Antônio Alves Gomes** n. 21.9.1831, Santa Maria. Residia em São Vicente do Sul. A 4.10.1855, São Gabriel c/c **Belmira Martins Lemes/Laia**, ali n., f.^a Fortunato Pereira Lemes e Senhorinha Mar-

tins Laia. Pais de Feliciano Alves Gomes, n. 28.10.1856, São Gabriel (c/c Maria Fausta da Silva, sua prima); Maria Alves Gomes, n. 20.12.1858, São Gabriel e Deolinda Alves Gomes, n. 1871, São Vicente (c/c Eugênio Lanes de Almeida).

6.8 **Ana Fausta Alves Cortes** n. 11.3.1835, Santa Maria. Em 1853, Cachoeira do Sul c/c o ten.cel. **Manuel Pinto de Aguiar**, n. Santa Maria, f.º do major Baltazar Pinto de Aguiar e Luzia Francisca de Lima/Cabral. Depois radicaram-se em Itaqui, pais de Malvina Alves de Aguiar c/c Irineu Caetano de Mello.

6.9 **Fausta Alves Cortes** n. 1836, São Gabriel, onde a 15.6.1854 c/c **Antônio Corrêa Vidal**, n. 15.8.1827, Cachoeira do Sul e f. 22.9.1875, Pau Fincado, São Gabriel, f.º Eleutério Corrêa Vidal e Francisca Maria de Jesus. Pais de Francisco, n. 9.3.1856, Francisca, n. 9.3.1856, São Gabriel; Eleutério, n. 9.10.1859 e Eulália, n. 12.2.1861, estas em Cachoeira do Sul.

5.4 **Manuel Martins da Silva** n. pv. 1805, Cachoeira do Sul. A 29.11.1833, Santa Maria c/c **Firmina Angélica (Peres) da Silva**, b. 7.6.1814, Cachoeira e f. 1873, São Pedro do Sul, f.ª Manuel Peres da Silva e Luzia Angélica da Silva/de Chaves de Almeida. Pais de Maria Angélica da Silva, n. 1835, São Martinho da Serra e f. 1871/1873 (c/c Valeriano Baptista Bueno); Cândida Angélica da Silva, n. 1837, Santa Maria (c/c João Rodrigues da Silva); Policarpo Martins da Silva, n. 1839; João Martins da Silva, n. 1840 (c/c Maria Justina de Andrade); Antônio Martins da Silva, n. 1841; Patrícia, n. 1845; Manuel, n. 1847; Maximiano Martins da Silva, n. 1851, Santa Maria e f. 9.5.1897, São Pedro do Sul (c/c Maria Francisca de Mendonça); Luzia Angélica da Silva, n. 1854 e Pedro Martins da Silva, n. 1856.

4.7 **Felipe Corrêa da Silva** n. 1772, Lapa, onde a 22.6.1790 c/c **Isabel Maria Maciel/de Aguiar**, ali n. 1776, f.ª João Rodrigues de Aguiar e Juliana Rodrigues Antunes. Pais de Maria, b. 5.11.1796, Lages/SC; Tristão, n. 1800 e f. 15.9.1806, Canguçu/RS; Juliana, n. 25.8.1801; José, n. 3.8.1803; Ana, n. 7.5.1806; Francisca, n. 7.7.1808; Floriana, n. 3.10.1810, estes em Canguçu, e:

5.1 **Maria Rodrigues** b. 22.2.1792, Lapa. A 30.11.1804 em Canguçu/RS c/c **Francisco Machado**, n. Piaí/PR (sic), f.º Francisco Machado e Maria Mariana de Oliveira. Pais de, n. Canguçu: Faustina, n. 9.7.1809; Angélica, n. 17.11.1811; Florentino, n. 14.8.1813 e José, n. 20.10.1815.

3.3 **Antônia Dias Cortes/Domingues** n. 8.11.1738, Curitiba, onde a 22.1.1759 c/c **Sebastião Bonete de Siqueira Vareiro**, ali n. 17.12.1730, f.º Martinho Bonete Vareiro e Helena de Siqueira Veloso. Pais de: Salvador, n. 1767, Curitiba (talvez seja o c/c Helena de Siqueira Veloso, que b. o filho Salvador a 9.11.1781 em São Francisco de Paula/RS); Marta Dias Domingues, n. 1769, Curitiba; Brígida Dias Domingues, n. 1770, Curitiba; Mamede Dias Bonete ou Mamede Bonete de Siqueira, b. 22.8.1770, Lapa (a 9.2.1793, Curitiba c/c I Ana Maria de Jesus; a 25.6.1799 em Curitiba c/c II Beatriz da Luz); Gertrudes Dias Domingues, b. 1.11.1772, Lapa (a 13.1.1799, Curitiba c/c Antônio Rodrigues de Pina); Simão, b. 16.2.1775, Lapa; Manuel, b. 2.5.1778, Lapa; Gabriel Bonette da Assunção, n. Lapa (a 7.7.1789, Curitiba c/c Bárbara Serena da Luz e ali a 8.10.1800 c/c Clara Maria), e de:

4.1 **Maria Dias Domingues** n. 12.11.1759, Curitiba. A 14.4.1782, Lapa c/c **Miguel Rodrigues Antunes/Side**, n. 26.9.1753, Curitiba, f.º Antônio Rodrigues Side e Maria Benita Maciel. Pais de, n. Lapa: Antônio, b. 23.2.1783; Graciliano, b. 1.10.1784 e Maria, n. 27.8.1786, onde f. com 1 dia.

3.4 **Quitéria Dias Cortes** n. 1.9.1741, Curitiba, onde a 14.7.1763 c/c **Plácido de Góes Ribeiro**, ali n. 29.8.1740, f.º Francisco Cubas Ribeiro/Ribeiro de Proença e Maria Madalena de Assunção. Pais de, n. Curitiba: Águeda de Góes Ribeiro/Ribeiro de Cubas, n. 1766 (ali a 25.3.1758 c/c Pedro de Marafigo, antepassados do genealogista Henrique Fendrich); Gertrudes Ribeiro de Góes, n. 1767 (ali a 2.9.1792 c/c seu primo João Pinto do Rego); Maria, n. 1773; Manuel, b. 20.10.1773; Plácido Ribeiro das Neves, n. 1777 (a 10.2.1814, Castro c/c Clara Maria de Oliveira) e Margarida, n. 1781.

3.5 **Vito Dias Cortes/Domingues** n. 20.7.1784, Curitiba. A 7.7.1771, Lapa, c/c (I) **Ana Cristina da Cunha**, n. pv. 1750, Curitiba, e f. 23.9.1773, Lapa, f.ª Miguel Garcês da Cunha e Maria de Góis de Siqueira. A 26.10.1779, Lapa, c/c (II) **Josefa Pereira Nunes**, n. 1758, Curitiba e f. 11.11.1822, Lapa, f.ª João Pereira Nunes e Joana Rodrigues da Paz. Pais de (c/ Josefa), n. Curitiba: Domingos, n. 1776; José, n. 1782; Ana, n. 1784; Delfina, n. 1787; Maria, n. 1789; Veríssimo, n. 1792 e Venâncio, n. 1794.

3.6 **Isabel Dias Domingues** b. 25.6.1751, Curitiba, onde a 2.7.1769 c/c **Bento Cubas Ribeiro/Ribeiro Cubas**, ali b. 20.4.1745, f.º Francisco Cubas Ribeiro/Ribeiro de Proença e Maria Madalena de Assunção. Pais de, n. Curitiba: Maria, n. 1772, onde f. 23.1.1775; Francisco, n. 1772 e f.

antes de 1790; Maria, n. 1775 e f. antes de 1782; Miguel Ribeiro Cubas, n. 1776 (onde a 16.8.1796 c/c Isabel Pinto, sua prima); João, n. 1779; Maria, n. 1783; Maria Ribeiro, n. 1787 (onde a 21.1.1801 c/c Manuel José da Paixão) e de Francisco, n. 1789.

2.9 Joana Dias Cortes ou Joana Garcia/Martins das Neves n. 1695, Curitiba, onde c/c **João de Siqueira Chaves de Almeida** ou **João de Siqueira e Silva**, b. 26.2.1705, Itu/SP e f. 1725, Curitiba, f.º Paulo de Anhaia Almeida/Bicudo e Inês de Chaves das Neves e Silva. Pais de Apolônia, n. 11.8.1735, Curitiba; Ângela, ali n. 16.10.1739 e de:

3.1 Maria de Chaves e Silva n. Curitiba, onde a 9.3.1744 c/c **Antônio Pereira/Machado de Almeida**, ali b. 15.9.1722 e f. antes de 9.1786, f.º João Paes de Almeida e Maria dos Passos dos Santos. Pais de, n. Curitiba: Anacleto, n. 28.12.1745; Ângelo Manuel Machado, n. 21.12.1746 (a 19.8.1800, Castro c/c sua prima Josefa Maria); Inocência, n. 3.1.1749; alferes Manuel Ângelo Machado, n. 12.7.1750 (a 26.8.1794, Castro c/c Josefa Maria do Prado); Antônio, n. 1.3.1753; Claudiana Maria de Almeida (onde a 20.9.1786 c/c Antônio José Pereira); Bento José Machado, n. Castro (onde a 26.8.1794 c/c Antônia Maria de Jesus) e Liberato, n. 9.8.1757.

3.2 Inês de Chaves da Silva/Nunes de Chaves n. 1722, Curitiba, onde a 4.2.1745 c/c **João Soares Fragoso**, n. 1711, Taubaté/SP, f.º do cap. Álvaro Soares Fragoso e Catarina Garcia de Unhatte. Pais de: Maria Soares, n. 2.12.1745, Curitiba (c/c Manuel da Mota); João Francisco de Oliveira, n. 15.5.1747, Curitiba (onde em 1771 c/c Ana Maria da Costa/de Oliveira); Maria, b. 20.2.1765, Capão Alto; Silvestre, b. 15.12.1768, Capão Alto e de:

4.1 Miguel José de El-Rei n. 19.12.1748, Curitiba e f. antes de 1829. A 5.6.1771, Curitiba, c/c **Marcelina da Mota de Oliveira/Alves da Mota**, b. 20.3.1756, Capão Alto/PR, f.ª Inácio da Motta de Oliveira/Alves da Motta e Maria da Costa Ferreira. Pais de, n. Castro: Francisco de Paula, n. 1773 e f. antes de 1855 (onde a 6.5.1795 c/c Maria Soares de Oliveira); Arcângela Alves de Oliveira/da Mota, b. 27.10.1774 (onde a 9.1.1798 c/c Bento José da Silva/de Almeida); Rosa, b. 20.11.1777; Maria da Luz, b. 6.10.1780 (onde a 9.1.1802 c/c Antônio Francisco de Anhaya Bicudo); Inácia, b. 23.8.1783 e f. 27.12.1796; Miguel José das Dores, b. 26.3.1786 e f. 1.1.1864, na fazenda da Taquara, Mocambo, Castro (onde a 11.5.1829 c/c Antônia Maria Teixeira); Francisca Soares de Jesus, b. 3.9.1788 (onde a 12.6.1809 c/c Inácio dos Santos); Escolástica Maria de Assunção/Anunciação, n. 1795, b. 26.7.1808 (onde

a 23.8.1808 c/c Francisco Rodrigues Teixeira); Ana Maria do Nascimento, b. 23.10.1796 (onde a 8.5.1817 c/c José Francisco da Silva) e Delfina, n. 7.6.1799 e f. 28.7.1806.

4.2 **Manuel Soares Xavier** b. 2.4.1752, Pitangui/PR e f. 20.1.1801, Castro. C/c **Francisca da Silva/Teixeira**, b. 8.9.1765, Castro, onde f. 6.5.1810, f.^a José Teixeira de Azevedo e Teresa da Silva de Jesus. Pais de, n. Castro: Felipe Soares Benício/Diniz, b. 10.9.1784 (onde a 8.7.1802 c/c Ana Maria de Almeida); José, b. 16.1.1788; Maria Soares da Silva, n. 1793, onde f. 31.8.1863 (ali a 21.8.1803 c/c Manuel Joaquim de Chaves/de Anhaya); Manuel Martir de Chaves (a 17.6.1802 em Castro c/c sua prima Maria Mécia de Escudeiro); Gertrudes de Jesus (a 24.1.1805 em Castro c/c Manuel da Mota) e Maria Francisca Soares Teixeira (a 27.7.1821 em Castro c/c Joaquim Alves Barreto).

4.3 **Catarina Antunes de Oliveira** b. 15.8.1756, Capão Alto/PR e f. 30.7.1822, Castro. C/c **Vitorino Teixeira da Silva**, b. 22.10.1758, Capão Alto, f.^o José Teixeira de Azevedo e Teresa da Silva de Jesus. Pais de, n. Castro: Vitorino, b. 6.7.1782; Maria da Silva, n. 1788; Francisco, b. 29.10.1796, onde f. 2.11.1796, e de:

5.1 **Joaquim José Teixeira** b. 1.4.1781, Castro, onde f. 7.6.1837. Ali a 20.9.1808 c/c I **Margarida Soares de Oliveira/Rodrigues Teixeira**, b. 19.6.1768, Capão Alto, f.^a Antônio Rodrigues Teixeira e Bernarda Soares de Oliveira. A 9.12.1829, Castro, c/c II **Fabiana Domingues Garcia**, ali n. 1810, onde f. 9.4.1860, f.^a Gertrudes Domingues. Houve do 1.^o casamento, n. Castro: Manuel Teixeira, b. 22.4.1810; Francisca Soares Teixeira, b. 26.11.1811 (onde a 9.4.1831 c/c Gabriel de Oliveira Leme) e Joaquim Teixeira, b. 30.11.1814.

5.2 **Ana Angélica do Espírito Santo** b. 21.2.1785, Castro, onde a 24.9.1807 c/c seu primo **Frutuoso Lino Lemes de Almeida**, ali b. 17.10.1784, f.^o Salvador Lopes de Toledo/Lopes de Almeida e Maria Pires da Silva. O casal migrou para São Gabriel/RS. Pais de: Francisca, n. 2.11.1808; José, b. 19.12.1810, Castro, onde f. 12.1.1811; Manuel, n. 7.6.1821 e Leopoldina, n. 18.1.1825, estes em São Gabriel/RS.

5.3 **Manuel Teixeira da Silva Bicudo** b. 30.10.1786, Capão Alto. A 25.4.1810, Castro, c/c **Joaquina Lopes de Almeida**, f.^a Salvador Lopes de Toledo/Lopes de Almeida e Maria Pires da Silva. O casal migrou para Cruz Alta/RS. Pais de: João Batista Teixeira, b. 6.8.1811, Jaguariatiba, Castro (ali a 7.6.1838 c/c Matildes Domingues); Maria Josefa Teixeira, b. 21.9.1820, Castro (a 20.10.1838 em Cruz Alta/

RS c/c seu primo José Antônio) e José Albano da Silva, b. 3.5.1826, Castro (ali a 23.6.1842 c/c sua prima Cândida Maria).

5.4 **José Manuel Teixeira** n. pv. 1789/1795, Iapó, Castro. A 8.1.1815 em Caçapava do Sul/RS c/c sua prima **Constância Maria da Silva/de Jesus**, b. 27.1.1799, Sorocaba/SP, f.^a José Gonçalves da Silva e Isabel Maria do Espírito Santo. Pais de: Porfíria Maria Teixeira da Silva, n. 9.12.1821, São Gabriel/RS (onde a 12.8.1850 c/c Joaquim Martins Rodrigues); Brás Teixeira da Silva, n. 10.1.1826, São Gabriel (onde c/c Cândida Francisca da Silva) e Hermelinda, n. 9.8.1831, São Gabriel.

5.5 **Manuel Bernardes da Silva** b. 21.1.1790, Castro, onde a 18.3.1817 c/c sua prima **Antônia Maria de Jesus**, ali b. 2.6.1796, f.^a Ezequiel Lopes de Toledo/de Almeida e Isabel de Siqueira Chaves. Pais de, n. Castro: Ana, b. 11.1.1818; Isabel, b. 7.11.1819 e Manuel, b. 17.7.1823.

5.6 **Maria José Teixeira do Espírito Santo** b. 27.5.1793, Castro, onde a 17.6.1810 c/c (I) **João Antônio Graminho**, n. 1782, ilha de São Miguel, Açores, e f. 1.1.1830, Castro, f.^o Manuel Antônio Graminho e Ana Cordeiro de Jesus. A 22.5.1839, Castro, c/c (II) **João Alves Furtado**, n. 1795, Sorocaba/SP e f. 23.9.1853, Castro, f.^o João Alves do Prado e Teresa Maria de Jesus. Houve do 1º casamento, n. Castro: Felício Teixeira, b. 16.8.1812 (c/c sua prima Maria do Espírito Santo); Antônio, b. 21.11.1813; Joaquim, b. 30.10.1814; Maria, b. 15.8.1816; José, b. 21.10.1817; Manuel, b. 6.8.1819; Feliciano, b. 26.11.1820; Vitorino, b. 2.6.1822; Maria, b. 8.12.1823; Salvador, b. 28.8.1825; Francisca, b. 17.3.1827; Maria, b. 7.5.1829, Piraí do Sul, e Maria Joaquina da Conceição (ali a 1.7.1846 c/c seu primo Salvador Teixeira da Silva).

5.7 **Apolônia Antunes Teixeira** n. 1795, Castro, onde f. 7.8.1845. Ali a 8.2.1802 c/c (I) **Salvador Leme da Silva**, b. 20.4.1737, Itu/SP, f.^o João Leme da Silva/Mainardi e Joana da Mota de Oliveira. A 29.4.1809, Castro, c/c (II) **Bernardino Rodrigues de Almeida**, f.^o Antônio Rodrigues de Almeida e Maria Cardoso. Houve do 1º casamento: Ana Angélica do Espírito Santo/Pereira Leites, n. 27.2.1803, Castro (onde a 14.1.1817 c/c Joaquim Felicíssimo Alves de Castro, n. Sorocaba, pais de José, n. 6.4.1823, Alegrete/RS; Januário, n. 17.5.1833, Alegrete e Joaquina Alves de Castro, n. Alegrete).

5.8 **Francisco (Victorino) Teixeira da Silva** b. 18.2.1798, Castro, onde a 9.5.1815 c/c **Ana Maria Lopes de Almeida**, ali b. 12.5.1799

e onde f. 28.2.1852, f.^a Bento José (Lopes) de Almeida e Helena Maria Pires da Silva. Pais de, n. Castro: Maria do Espírito Santo, b. 17.7.1816 (c/c Felício Teixeira); José Francisco da Silva, b. 2.12.1818 (c/c Ana Maria do Nascimento); Joaquim Teixeira da Silva, b. 26.3.1820 (migrrou para Cruz Alta/RS, onde a 14.5.1844 c/c sua prima Alexandrina Soares de Chaves); Manuel, b. 6.8.1821; João Francisco Teixeira da Silva, b. 20.11.1821 (c/c Elíbia Maria da Conceição); Antônio, b. 15.1.1826; Salvador Teixeira da Silva, b. 19.10.1827 (c/c Maria Joaquina da Conceição); Ana, b. 24.10.1829 e Inácio, n. 8/1838 e f. 18.12.1838.

5.9 **João Teixeira da Silva** n. 5.7.1800, Castro, onde a 12.10.1843 c/c sua prima **Veneranda Soares**, ali n., viúva de Pedro Soares.

4.4 **Alexandre Soares Fragoso/de Chaves** n. Castro/PR. C/c **Francisca Josefa Cavalheiro**, ali n., f.^a José Manuel Cavalheiro e Teresa Maria de Jesus. Migrou para o RS e foi pai de, n. Canguçu: Lourenço, n. 10.8.1802; José, n. 30.5.1804; Henrique, n. 21.3.1806, e de:

5.1 **Maria Soares Chaves** n. pv. 1786, Curitiba. A 11.1.1806, Canguçu c/c (I) **Francisco José Borges**, n. Ja.../SP, f.^o José Francisco da Silva e Quitéria? Leite de Siqueira. Depois teve de pai incógnito a filha Andréa, n. 1.6.1813, Piratini.

5.2 **João Manuel Soares** ou **João Soares Fragoso** n. pv. 1795, Curitiba ou RS. A 5.2.1817, Castro/PR, c/c (I) **Ana Teixeira/do Espírito Santo**, ali n. 1795, onde f. 15.8.1845, f.^a Antônio Teixeira Ramos e Helena Álvares de Oliveira. Seria o mesmo ou um irmão quase homônimo c/c (II) **Feliciana Paes da Silva**, n. Alegrete/RS, f.^a de Feliciano Paes da Silva e Josefa Maria. Com Ana houve a f.^a: Florisbela Soares Cavalheiro, b. 12.11.1817, Castro (ali c/c Francisco Sutil de Oliveira, cuja filha Firmina Soares Paiva c/c seu primo Sátiro Soares Chaves, com descendentes em Santiago do Boqueirão/RS); Alexandrina, b. 4.7.1824, Castro e Maria Soares da Silva, n. Missões/RS (a 9.3.1843 em Castro c/c José Antônio de Oliveira). Com Feliciana: Alexandre, b. 30.9.1830, 1 mês, em Alegrete.

5.3 **Agostinho Soares Cavalheiro** n. pv. 1799/1805, Canguçu ou Rio Grande. C/c **Maria de Almeida Lara**, n. São Borja, f.^a natural de Cláudio de Almeida Lara e Joana Maria da Conceição (às vezes Maria de Jesus). Pais de, n. Alegrete: Procópio Soares Cavalheiro, n. 19.7.1828 (c/c Inácia Francisca de Vasconcelos); Manuel, n. 8.6.1830; Manuel, b. 12.3.1834, com 4 meses; Maria, b. 10.2.1836; Maria Alexandrina Cavalheiro/de Almeida, n. 15.11.1839 (c/c Jo-

aquim Nunes de Miranda); Mariano, n. 30.12.1841 e Cândida, n. 11.3.1845.

5.4 **Alexandre Soares Chaves** n. 11.9.1800, Canguçu e f. 27.7.1855, São Borja. C/c sua prima **Maria Francisca de Almeida**, n. 15.12.1800, Castro/PR, f.^a Antônio Lopes de Almeida e Ana Francisca do Pilar. Pais de Francisca Soares Chaves n. RS (c/c José Bernardo Alves) e de:

6.1 **Sátiro Soares Chaves** n. 12.1.1827, São Francisco de Assis/RS. C/c sua prima **Firmina Soares Paiva/Subtil**, f.^a Francisco Subtil de Oliveira e Florisbela Soares Cavalheiro. Pais de: Felizardo, n. Santiago; Policarpo Soares Chaves, n. 1855, Santiago (ali c/c Virgínia Cardoso da Silva); Marcírio Soares Chaves, n. 1857, Santiago (c/c Dorotéia Rodrigues da Silva); Jeremias Soares Chaves, n. 1859, Santiago (c/c Leonor Maria do Nascimento); João Soares Chaves, n. 23.6.1861, São Francisco de Assis; Fortunato, n. 22.7.1863, São Francisco de Assis; Firmino Soares Chaves, n. Santiago (ali c/c sua prima Leonor Maria do Nascimento); Dinarte; Gregório; Damaciana Soares Chaves, b. 23.7.1868 com 2 anos em São Francisco de Assis (c/c Israel Soares Paiva); Alexandrino, n. 5.10.1870, São Francisco de Assis; Isidro Soares Chaves, n. 1.9.1874, São Francisco de Assis (c/c Maria José Flores Machado); Guilhermina, Marta, Leodina e Francelina Soares Chaves, n. Santiago (c/c João Rodrigues Neres).

6.2 **Alexandrina Soares Chaves/de Assis de Almeida/Cavalheiro**, n. RS, onde c/c **Zacarias Pereira de Ramos**, n. 1817 e f. 2.10.1883, São Francisco de Assis/RS, possível f.^o Francisco Pereira de Ramos e Francisca Corrêa do Nascimento. Pais de: Deolinda Pereira Ramos, n. pv. 1846, São Francisco de Assis (onde c/c Zeferrino José Machado); Maria Pereira Ramos, b. 23.10.1850, São Borja (c/c José de Siqueira Chaves); Francisca Pereira de Almeida, n. 1855, São Francisco de Assis e f. 1935 (c/c Avelino José Machado); Juvêncio, n. 1855/1856; Mariano, n. 15.12.1859, Itaqui; Margarino, n. 1859/1860; José, n. 1861/1862; Raimundo, n. 30.8.1862, Itaqui; Belmira Pereira Ramos, n. 1861, no 6^o distrito de São Francisco de Assis (c/c Manuel Rodrigues da Silva); Leonídia Pereira Ramos, n. 15.1.1863, São Francisco de Assis (c/c João Hilário da Silveira); Cândida Cavalheiro, n. 20.1.1865, São Francisco de Assis (c/c Faustino Chaves de Almeida); Zeferina Pereira Ramos, n. 3.1.1867, São Francisco de Assis (c/c Joaquim Correia de Almeida);

Israel Pereira Ramos, n. 15.5.1868, São Francisco de Assis e f. antes de 1883, e Angelino Pereira Ramos, n. 8.5.1875, São Francisco de Assis.

6.3 **Saturnino Soares Chaves** n. 1841, RS, onde c/c **Josefa Chaves de Almeida**, pais de Alexandrino Soares Chaves, n. 1872, RS (criador, a 27.5.1896, Jari/RS c/c sua prima Bernardina Soares Chaves).

6.4 **Israel Soares Chaves** n. 1844, São Francisco de Assis, onde a 6.8.1870 c/c **Silvana Alves da Silva**, ali n., f.^a Bernardino Alves da Silva/de Siqueira Chaves e Senhorinha Maria Lopes/de Almeida. Pais de, n. São Francisco de Assis: Galdina, n. 20.10.1872; Saturnina, n. 23.10.1874 e Bernardina Soares Chaves, n. 1880 (c/c seu primo Alexandrino Soares Chaves).

3.3 **Rita Nunes de Siqueira** n. 11.8.1735, Curitiba. A19.8.1753 em Pitangui/PR c/c **Amaro Dias de Freitas**, n. 1722, Santos/SP, f.^o Matias de Freitas²³ e Teresa Pinto de Jesus. Pais de Meralda, n. 1764, Castro; Eufrásia, n. 1766, Castro; Inácia, n. 1769. Castro; Prima, n. 1770, Castro, e de:

4.1 **Francisco Nunes de Freitas** b. 23.7.1754, fazenda da Tapera, Curitiba e f. antes de 4.6.1805. A 22.7.1801 em Castro c/c **Inácia Maria de Jesus**, ali b. 14.4.1784, f.^a Marcelino Rodrigues de Oliveira e Maria da Cunha Ferreira. Pais de José, n. 5.9.1802 e Francisco, n. 13.5.1805, ambos em Castro.

4.2 **Ângela de Freitas/Ribeiro de Córdova** b. 16.11.1755, Capão Alto/PR e f. 25.10.1806 em Castro, afogada. C/c **Francisco Pereira do Ó**, n. 1740, Paranaguá/PR, f.^o Miguel Lopes Coutinho e Maria das Neves. Pais de Maria Joaquina de Jesus, b. 22.4.1777, Castro (c/c Francisco Alves de Moraes); Rita, b. 23.11.1779, Castro; Bento Pereira de Ramos, b. 19.3.1782, Castro (c/c Ana Corrêa do Nascimento); Narcisca Lopes Pereira, b. 27.7.1786, Castro, onde f. 18.2.1863 (c/c Domiciano da Costa Ramalho); José Manuel Pereira, b. 19.3.1790, Castro (c/c Ana Corrêa), e de:

5.1 **Escolástica Pereira da Silva/de Córdova** b. 15.6.1784, Castro, onde a 19.2.1800 c/c **Manuel de Lima Barbosa**, n. Paranapanema/SP, f.^o José de Moraes Franco e Isabel Barbosa Leite. Pais de, n. Cas-

²³ Sobre a família de Mathias de Freitas, veja Tropeirismo e genealogia: a trajetória da família de Mathias de Freitas: da Província de São Paulo ao Continente de São Pedro, de Diego de Leão Pufal, publicado na obra: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. (Org.) *Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes*. Porto Alegre: Corag; EST, 2016, v. 1, p. 263-299.

tro: Manuel, n. 16.1.1801; Ana, n. 29.7.1802; Antônio, n. 10.5.1807; Isabel, n. 10.8.1808; Jesuíno, b. 21.12.1809, e do cap. Claro José de Lima, b. 22.8.1813, Castro e f. 10.8.1868 em Lagoa Vermelha/RS (c/c Bertolina Afonso Pereira e chegou ao RS por volta de 1844; foi suplente de subdelegado e dono da fazenda do Rabão, criava mulas e comercializava escravos).

5.2 **Antônia Dias de Freitas** n. 28.11.1800, Castro e f. 10.12.1864, São Francisco de Assis/RS. A 16.6.1814, Castro c/c seu primo **José Lopes de Almeida/de Toledo**, ali n. 1791 e f. 9/1874, São Francisco de Assis (Santo Isidro), f.º José Lopes de Toledo e Maria da Paz. Pais de: Maria Dias de Freitas/Lopes de Almeida, b. 18.1.1815, Castro (c/c seu primo Antônio Pereira de Ramos); Ana Dias de Freitas, n. 1817 (c/c Antônio Prestes de Oliveira); Fausta Dias de Freitas, n. 1819, São Francisco de Assis (c/c Claro Barbosa Cáceres); Maria Aldina Dias de Freitas, n. 1821, São Francisco de Assis (c/c Claudino Gomes de Siqueira e Clementino Antônio do Couto); Laura Dias de Freitas, n. 1823 (c/c Olivério Pereira Ramos); Maria da Trindade Dias de Freitas, n. 1825, São Francisco (c/c José dos Anjos Medeiros); Inácio Lopes de Almeida, n. 1827, São Gabriel (c/c Ana Fragoso de Jesus); Januária Dias de Freitas, n. 1831, São Francisco de Assis (c/c Joaquim Bueno de Godóis); Alexandra/Alexandrina Dias de Freitas, n. 1831, São Francisco de Assis (c/c Quirino Antônio/José Garcia); Castunina/Castorina Dias de Freitas, n. 1833, São Francisco de Assis (c/c Francisco Ferreira de Assunção); Generoso Lopes d Almeida, n. 1834, São Francisco de Assis (c/c Laurinda Maria do Amarante Bicudo); Firmina Dias de Freitas, n. 1830/1835, São Francisco de Assis (c/c Bernardino de Oliveira Prestes); Leocádia Dias de Freitas, n. 1837, São Francisco de Assis (c/c Nicolau José Corrêa); José Lopes de Almeida Filho, n. 1839, São Francisco de Assis (c/c Clemência Barbosa Cáceres); Floriano Lopes de Almeida (c/c Laufrida Pires da Silva); Fidêncio Lopes de Almeida, tenente (c/c Mathilde da Costa Pavão/Mathilde Francisca da Assunção e Zeferina/Severina Maria da Silva) e Carolina Dias de Freitas (c/c Cândido Antônio de Souza).

5.3. **Francisco Pereira de Ramos**, n. Castro, onde a 20.5.1811 c/c **Francisca Corrêa do Nascimento/da Luz**, ali, n. e f. 31.5.1834, São Borja/RS, f.ª Joaquim José Luís e Tomásia Corrêa. Pais de Antônio Pereira de Ramos, b. 30.8.1812, Castro (c/c sua prima Maria Dias de Freitas/Lopes de Almeida); Gertrudes, b. 16.1.1814, Castro; Francisco, b. 17.1.1816, Castro; Cândida, b. 11.9.1817; Castro; Za-

carias, n. 1817 e f. 1883, São Francisco de Assis/RS (c/c sua prima Alexandrina Soares Chaves/de Assis de Almeida) e Manuel Pereira de Ramos, n. 1822 (c/c Maria Rodrigues, em 1861, São Francisco de Assis/RS).

4.3 **Teresa (Maria) Dias de Jesus** n. 1760, Castro, onde f. 29.5.1844. C/c **João Alves Teixeira**, n. 26.1.1740, Curitiba e f. 14.7.1817, Castro, f.º do cap. Vitorino Teixeira de Azevedo e Isabel Alves de Faria. Pais de, n. Castro: Francisco, b. 29.10.1773; Damiana ou Ana Alves Teixeira, b. 3.11.1776, onde f. 18.2.1861 (c/c Salvador da Luz de Pontes); Agostinho, b. 8.6.1780; Anacleto Alves Teixeira, b. 3.5.1782 (c/c José de Souza Neto); João Alves Teixeira, b. 18.7.1795 (c/c Francisca de Paula); Maria Alves Teixeira, b. 17.4.1797 (c/c Francisco de Paula Furtado/de Souza); Salvador, b. 27.1.1799; Salvador Alves Teixeira, n. 8.1.1800, onde f. 6.9.1848 (c/c Luzia de Sá de Almeida); Delfina Alves Teixeira, n. 12.4.1801 (c/c Antônio José de Almeida); Joaquim Alves Teixeira (c/c Fabiana Luísa Correia, em 1834, Castro), e de:

5.1 **Maria Arcângela de Jesus**, b. 5.3.1775, Castro, onde c/c **Francisco (Inácio) Antunes Maciel**, ali n. 1773, f.º Francisco Antunes Maciel/Soares Cardoso e Teresa Maria de Jesus. Pais de, n. Castro: Margarida, b. 27.9.1795; Antônio, b. 28.10.1797; Maria, n. 15.4.1800 e Joaquim Antunes Maciel, n. 29.10.1804 (c/c Angélica Maria de Jesus, casal que migrou para Vacaria e depois para as Missões/RS, gerando os filhos Maria da Conceição Antunes c/c Guilherme Antônio de Melo; João; Antônia Maria de Jesus c/c Salvador José de Siqueira; Manuela Antunes c/c Firmiano Barbosa de Ramos e José Antunes Maciel c/c Francisca Josefa de Siqueira).

5.2 **Hipólito Alves Teixeira** b. 20.9.1778, Castro, onde a 24.5.1802 c/c (I) **Maria Francisca de Jesus**, ali n. pv. 1786 e onde f. 16.9.1810, f.ª Felipe Fogaça de Almeida e Antônia Soares de Oliveira. Após, ao que tudo indica, Hipólito mudou-se para Vacaria, Santa Maria e São Borja/RS, onde c/c (II) **Andreza Maria de Jesus**. Filhos c/ Maria, n. Castro: Ivo, n. 21.10.1803; Clara, n. 24.9.1805; Bento, n. 6.5.1807 e Narcisa, n. 22.1.1809. Filhos c/ Andreza: Carlota Maria de Jesus, n. Vacaria (onde a 29.6.1845 c/c seu primo Antônio Alves Teixeira); Paulina Maria Teixeira, n. Vacaria (ali a 29.6.1845 c/c seu primo Pedro Alves Teixeira) e Simplício, n. 1814, Santa Maria.

5.3 **José Alves Teixeira** b. 11.6.1784, Castro e f. 23.5.1868, Lagoa Vermelha/RS. Teve filhos com **Manuela Maria de Jesus**: João Alves Teixeira, ali n. (c/c Ana Joaquina Boaventura); Maria Alves Teixei-

ra (c/c Florêncio de Tal); Manuel e Salvador Alves Teixeira. José teve após, com **Luísa Antônia da Silva**, o filho Bernardino Alves Teixeira. 5.4 **Alberto Alves Teixeira** n. 1787, Castro, onde a 22.11.1820 c/c **Escolástica de Castro**, ali n. 15.10.1799, f.^a Antônio de Castro Solano e Maria Moreira/Alves Diniz. O casal teve a filha Ana, b. 29.7.1821 em Castro, depois migrou para Vacaria, onde nasceram Cândida Alves Teixeira, n. 3.5.1823 (c/c Antônio Padilha); José, n. 15.11.1824; Pedro Alves Teixeira, n. 29.10.1825 (c/c sua prima Paulina Maria Teixeira); Antônio Alves Teixeira (c/c sua prima Carlota Maria de Jesus) e Josefa Alves Teixeira (c/c Joaquim Antônio de Souza).

5.5 **Manuel Alves Teixeira** b. 19.2.1789, Castro, onde a 17.9.1812 c/c **Catarina Maria da Silva/de Jesus**, ali b. 8.9.1796 e f. 22.4.1840, f.^a Brígido da Silva Furtado e Inácia da Silva Lara. Pais de, n. Castro: Maria, b. 18.11.1813; Antônio Alves da Luz, b. 22.11.1815 (ali c/c Luísa Maria de Oliveira, cujos filhos migraram para Cruz Alta/RS); Maria, n. 1816 e f. 19.1.1822; Melquior Alves de Faria, b. 26.1.1817 (ali c/c Florisbela Maria Furtado); Vicente, b. 30.5.1817; Luciano, b. 12.3.1818; Vitoriana Alves da Nunciação, b. 28.6.1820 (ali c/c Francisco de Deus Martins); Maria de Deus, b. 31.10.1824 (ali c/c Antônio Alves Ferreira); Manuel, n. e f. 16.1.1826; Salvador, b. 25.12.1826 e f. 17.8.1827; Iria, b. 21.1.1828 e f. 26.8.1830; Leopoldino Alves Teixeira, b. 7.6.1829 (ali c/c Francisca Maria de Oliveira, migraram para Santo Ângelo/RS); Deolinda Maria (c/c Joaquim Ferreira, casal que migrou para São João Mirim/RS) e Teodora Alves da Silva (c/c José Luís da Silva).

4.4 **Maria Arcângela Dias Ribeiro** n. 1762, Castro, onde c/c **Joaquim Antunes Maciel** ou **Joaquim Francisco de Jesus**, ali n., f.^o Francisco Antunes Maciel/Soares Cardoso e Teresa Maria de Jesus. Pais de, n. Castro: Manuel, b. 22.4.1777; José Valentim Maciel, b. 25.5.1779 (onde a 3.9.1798 c/c Maria Francisca de Almeida); Miguel, b. 9.6.1783; Delfina Maria, b. 2.11.1785 (onde a 14.8.1798 c/c Manuel Antônio da Fonseca), e de:

5.1 **Escolástica Maria do Espírito Santo** b. 5.6.1781, Castro, onde a 7.5.1797 c/c **Reginaldo Alves dos Santos**, n. Sorocaba/SP, f.^o Joaquim Alves de Castro e Ana da Fonseca. Pais de Constância Maria do Espírito Santo, b. 22.9.1798, Castro (c/c Silvestre José de Pontes); Angélica/Ângela Maria do Espírito Santo, n. 15.1.1801, Castro (c/c Francisco Manuel Antunes); Salvador Alves dos Santos, n. pv. 1814, Vacaria/RS (c/c sua sobrinha Florinda Maria do Espírito Santo); Ana

Maria do Espírito Santo, n. Santa Maria/RS (c/c João Tavares) e Josefa Maria do Espírito Santo (c/c Francisco Rodrigues Tavares); Com descendência em Cruz Alta, Lagoa Vermelha e Vacaria.

4.5 **Eufrosina Dias de Freitas** n. 1766, Castro, onde f. 4.1.1846. Talvez seja a mesma c/c **João Pinto da Luz**, ali n. 1766, pais de, n. Castro: Manuel Pinto, b. 8.5.1793 (c/c Maria Angélica do Espírito Santo); Francisca, b. 12.2.1797 e f. 10.3.1806; João Pinto da Luz/da Conceição, b. 25.12.1798 (c/c Bernarda Arcângela Paes e Emerenciana Leme da Silva); Serafim Nunes da Luz, n. 19.10.1801 (c/c Floriania Maria do Nascimento, migrou para Cruz Alta/RS); Calisto, n. 6.9.1803 e f. 23.2.1806; Arcângela da Luz, b. 8.5.1806 e f. 11.5.1806; Ana da Luz, n. 28.12.1808 (c/c Felizardo Garcia) e Maria de Freitas, b. 22.7.1810 (c/c Cipriano Alves).

4.6 **Ana Esméria** ou **Esmeralda Martins** ou **Esmeralda Maria de Jesus** n. 1763, Castro e f. 31.5.1828, Ponta Grossa/PR. A 17.1.1796, Castro c/c (I) **Joaquim de Oliveira**, ali n., f.º Ana Monteiro. C/c (II) **Inácio Antunes Maciel**, n. 1759, Castro, f.º Francisco Antunes Maciel/Soares Cardoso e Teresa Maria de Jesus. Com Joaquim houve a f.ª Ana, b. 11.4.1814, Castro. Com Inácio houve os f.ºs: Ana Esméria de Jesus, b. 2.12.1777, Castro (c/c Salvador da Costa Rosa); Antônio Francisco Antunes, b. 27.2.1780, Castro (c/c Ana Maria Ferreira da Luz e Angélica Maria Leite, com descendência em Vacaria/RS); Maria Teresa de Jesus, b. 31.3.1782, Castro (c/c Antônio da Costa Rosa); Quitéria Maria de Jesus, b. 26.7.1784, Castro (c/c João José Rodrigues); Branca, b. 27.7.1786, Castro; Teresa Maria Antunes, b. 26.7.1790, Castro (c/c João Manuel de Campos, com descendência em Cruz Alta/RS); Escolástica Maciel, n. 1793, Pitangui/PR; José Antônio Antunes/Nunes, n. 18.3.1799, Castro (c/c Maria Arcângela Alves de Menezes); Rita Margarida, n. 16.2.1801, Castro (c/c Albino da Luz Rodrigues); Miguel, n. 12.1.1804; Florência, n. 7.11.1805; Maria, n. 12/1805 e Ana Escolástica, todos n. Castro (c/c Antônio Manuel).

4.7 **Floriano Nunes de Freitas** b. 27.4.1774, Castro, onde c/c **Teresa de Jesus**, ali n., e f. 3.11.1840, Ponta Grossa. Pais de, n. Castro: Manuel Francisco Antônio, b. 10.6.1794; Joaquina, n. 15.6.1796; Joaquina, b. 15.12.1796; Marcelo Antônio Francisco, n. 23.6.1802 e Rita, b. 18.10.1812.

4.8 **Antônio Dias de Freitas** n. 1774, Castro. Migrou para o RS, onde a 12.11.1815, Caçapava do Sul c/c **Rosa Maria de Lara**, n. 24.12.1799, Cachoeira do Sul, f.ª Estevão Rodrigues de Lara e Luzia Gonçalves Moreira. Pais de Eufrásia Clara de Freitas, n. Bagé/RS (onde a 18.12.1837

c/c Raimundo de Paula Ribas); Henrique Dias de Freitas, n. 15.10.1837, Bagé e Leopoldina Romana da Silva Freitas, n. Bagé (onde c/c Manuel Antônio Rodrigues).

4.9 **Calisto Nunes de Freitas/de Siqueira** b. 28.6.1778, Castro, onde a 20.7.1803 c/c sua prima **Maria Lopes de Almeida**, ali b. 6.6.1786 e já f. 10.1833, f.^a Salvador Lopes de Toledo/de Almeida e Maria Pires da Silva. Pais de, n. Castro: Maria, n. 8.7.1804 e f. 10.5.1806; Josefa, n. 1805 e f. 16.8.1805; José, n. 20.9.1806; Maria Nunes de Freitas, n. 30.10.1807 (c/c Manuel Vieira Neto, casal migrado para Santo Ângelo e região,²⁴ antepassados dos pesquisadores Antônio Corrêa, Darwin Machado dos Santos e Klaicon Kubota); José, n. 25.2.1809; Joaquina, b. 14.4.1811; Pedro Nunes, b. 17.8.1812 (a 28.5.1834, Cruz Alta/RS c/c Ana Perpétua da Trindade); Francisca, b. 17.10.1813; Maximiano/Marciano Teixeira, b. 20.10.1814 (a 11.10.1833, Cruz Alta/RS c/c Maria Constantina); Brígida Nunes de Almeida (a 3.2.1834 em Cruz Alta/RS c/c Policarpo de Assumpção) e Joaquim José (a 28.5.1834, Cruz Alta, c/c Florinda Perpétua da Trindade).

3.4 **Paulo de Anhaya Bicudo** n. 8.7.1741, Curitiba e f. 29.8.1816, Castro. A 17.10.1764, Capão Alto/PR c/c (I) **Antônia da Costa Ferreira** n. Curitiba, f.^a José da Costa Ferreira e Maria da Assunção. C/c (II) **Francisca Josefa Cavalheiro** ou **Maria Francisca Cavalheiro**, n. Castro e f. antes de 1798, f.^a Manuel José Cavalheiro e Isabel Pinto de Sampaio. A 23.10.1804, Castro, c/c (III) **Plácida Maria Alves**, ali b. 17.10.1779, f.^a Francisco Álvares de Oliveira/Palhano e Emerenciana Lemes da Silva ou Ribeiro Lemes. Houve do 2º casamento: Francisco, b. 6.1.1771, Capão Alto; José Joaquim de Anhaya, b. 27.10.1774, Castro (ali a 12.12.1798 c/c Joana Maria Alves de Oliveira); Manuel Joaquim de Chaves/Anhaya, b. 27.10.1774, Castro, onde f. 25.1.1851 (ali a 21.8.1803 c/c Maria Soares da Silva); Josefa Maria, b. 18.4.1778, Castro (ali a 19.8.1800 c/c seu primo Ângelo Manuel Machado); Ana Francisca do Pilar, b. 20.6.1780, Castro (ali a 1.5.1798 c/c Antônio Lopes de Almeida) e Antônio Francisco de Anhaya Bicudo, b. 26.12.1782, Castro, onde f. 14.3.1819 (ali a 9.1.1802 c/c Maria da Luz). Houve do 3º casamento, n. Castro: Joaquim, n. 27.9.1807; João, n. 27.9.1807; Bernardo, b. 19.10.1811, e Agostinho, b. 3.2.1816.

2.10 **Miguel Dias Cortes** n. 1696, Curitiba, onde f. em 1704.

²⁴ Descendência em Famílias Portuguesas nas Missões (família Bueno de Arruda), no blog Antigualhas, histórias e genealogia, artigo de autoria de Diego de Leão Pufal e Zélce Mousquer, disponível em <http://pufal.blogspot.com/search/label/fam%C3%ADlia%20Bueno%20de%20Arruda>

2.11 **Isabel das Neves** n. 1699, Curitiba, onde f. em 1704.

2.12 **André Dias Cortes** b. 1.5.1705, Curitiba e f. antes de 1735, onde c/c **Maria Gonçalves dos Santos**, ali b. 8.11.1712, f.^a do cap. Miguel Luís Corrêa e Maria Álvares Pedroso. Talvez sem descendentes.

* * *

Da análise das informações constantes nesta genealogia, ainda que incompleta, conclui-se que alguns de seus membros eram tropeiros, enquanto que outros chegaram ao Rio Grande do Sul em consequência do movimento do tropeirismo e tudo aquilo que representou social e economicamente para a região sulista.

Além disso, é possível identificar inúmeros sobrenomes tipicamente paulistas e paranaenses, os quais continuaram a ter representação no Rio Grande do Sul. O mesmo se diga com relação aos diversos casamentos consanguíneos que perduraram durante séculos, e a miscigenação com índios, negros e portugueses nas primeiras gerações, até que outros elementos europeus chegassem em solo gaúcho.

O que espanta é que em média de cinco a seis gerações contando com o do patriarca Guilherme Dias Cortes, parte de seus descendentes literalmente tomaram o Rio Grande do Sul, e se estabeleceram em todas as regiões gaúchas (isto até meados de 1860): Alegrete, Arroio Grande, Bagé, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Canguçu, Capela de Santana, Charqueadas, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Gravataí, Herval, Itaqui, Jaguarão, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago do Boqueirão, Santo Ângelo, Santo Antônio da Patrulha, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Jerônimo, São Miguel, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Soledade, Taquari, Triunfo, Triunfo, Uruguaiana e Vacaria.

A família Dias Cortes, portanto, está entranhada em todo o sul do Brasil. Não há como dissociá-la das raízes da genealogia gaúcha, assim como muitas outras vindas do Paraná e de São Paulo, que se iniciou bem dizer com os bandeirantes e se destacou com o tropeirismo.

Abreviaturas utilizadas:

“b.” para “batizado(a)”; “c/c” para “casou com”; “f.” para “falecido(a)”; “n.” para “nascido(a)”; “n.m.” para “neto(a) materno(a)”; “n.p.” para neto(a) paterno

Referências

- HAIGERT, Francisco Evaldo Vieira. *São Francisco de Assis: nossas origens - Pioneiros*. São Francisco de Assis: Ed. do autor, 1998.
- LEÃO, Ermelindo Agostinho de. *Contribuições históricas e Geográficas para o Dicionário do Paraná*. Curitiba: Graphica Paranaense, 1929, v. III.
- LEÃO, Ermelindo de. *Diccionario Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: Graphica Paranaense, 1928, v. II.
- LOPES, José Carlos Veiga. *Fazendas e sítios de Castro e Carambeí*. Curitiba: Torre de Papel, 2004.
- LOPES, José Carlos Veiga. *Introdução à história de Tibagi*. Curitiba: J. V.C. Lopes, 2002.
- LOPES, José Carlos Veiga. *Origens do Povoamento de Ponta Grossa*. Curitiba, 2000.
- NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Curitiba: 1926, v. I.
- NEVES, Ilka. *Canguçu-RS - Primitivos Moradores. Primeiros Batismos*. Pelotas: UPFEL, 1998.
- OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Memórias das Fazendas Serranas*. Porto Alegre: Evangraf, 2018.
- PEREIRA, Cláudio Nunes (Org.) *Genealogia Tropeira*, disponível em <https://sites.google.com/site/valdeneisilveira/genealogiatropeira>
- RODERJAN, Roselys Vellozo. *Raízes e pioneiros do Planalto Médio*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Universidade de Passo Fundo, 1991.
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia, 1903.
- SIMÕES, Antenor. *Santiago, sua terra, sua gente*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.
- Fontes documentais e acervos**
- ARQUIVO DA CÚRIA DE BAGÉ/RS: livros de batismos, casamentos e óbitos de São Gabriel; Bagé e São Vicente do Sul.
- ARQUIVO DA CÚRIA DE CACHOEIRA DO SUL/RS: livros de batismos e casamentos de Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul.
- ARQUIVO DA CÚRIA DE CASTRO/PR: livros de batismos, casamentos e óbitos de Castro e Palmeira.
- ARQUIVO DA CÚRIA DE CRUZ ALTA/RS: livros de batismos e casamentos de Cruz Alta.
- ARQUIVO DA CÚRIA DE CURITIBA/PR: livros de batismos, casamentos e óbitos de Curitiba e Lapa.
- ARQUIVO DA CÚRIA DE PELOTAS/RS: livros de batismos, casamentos e óbitos de Canguçu e Jaguarão.
- ARQUIVO DA CÚRIA DE SANTA MARIA/RS: livros de batismos, casamentos e óbitos de Santa Maria e São Pedro do Sul.

ARQUIVO DA CÚRIA DE URUGUAIANA: livros de batismos e casamentos de Alegrete.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE/RS (AHCMPA): habilitações de casamento; livros de batismos, casamentos e óbitos de Gravataí, Triunfo, Taquari, Porto Alegre, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Capela de Santana, São Jerônimo e Montenegro.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS): processos de inventários de Rio Pardo, Santa Maria, São Borja, Bagé, São Gabriel e Porto Alegre.

ARQUIVOS PESSOAIS dos genealogistas/pesquisadores Anderson Romário Pereira Corrêa, Antonio Correa, Cristiano Silveira Goulart, Demétrio Alves Leite, Fernando A. L. Monteiro Santos, Geraldo Barfknecht, Gilson Justino da Rosa, Henrique Fendrich, Ivete Appratto Motta, João Simões Lopes Neto, Jorge Godofredo Felizardo (AHCMPA), Leandro Ramos Betemps, Leika Rompokos, Luiz Antônio Alves, Mauro Esteves, Moacyr Domingues (IHGRGS), Nelson Soares Keffer, Tânia Arruda Kotchergenko e Zélce D. Mousquer.

FAMILYSEARCH. Sítio da igreja mórmon - igreja dos Santos dos Últimos Dias. Registros diversos, disponível em: <https://familysearch.org/>



16. CEMITÉRIOS NOS CAMINHOS TROPEIROS

Vida e morte de um tropeiro: o sagrado como fonte de pesquisa histórica

Luiz Carlos Ebert

Acadêmico de História/FACCAT. Três Coroas/RS

Por estes dias, curtindo o ócio, possibilitado pelos dias de descanso, num agradável sábado de sol, me deparei, enquanto caminhava no Vale do Quilombo, interior do município de Três Coroas, com uma construção atípica em meio a um potreiro vizinho à estrada.

Em um lance ousado, pulo a cerca de arame farpado e vou potreiro a dentro e logo tenho uma grande surpresa. Descubro que a construção se trata de um velho mausoléu, cercado por um muro e tendo ao centro um monumento com um busto em bronze, logo pensei comigo mesmo: “Que túmulo estranho!”

Observo que na lápide, que se tratava de uma obra pitoresca e exótica, continha gravações, no primeiro momento pareciam uma série de palavras soltas, então comecei a lê-las.

Transcrevo a seguir as inscrições dos lados da lápide, lembro que em todos os textos, respeitei a ortografia original. À frente do jazigo:

Esta catacumba foi feita por Frederico Trott e tem o fim de guardar o corpo do mesmo no enchuto depois de falecido. No tempo de vida passou pelos rigores do tempo onde tinha campanha no Rio Grande no Sul e Santa Catarina. 2 viagem para São Paulo com 800 bestas cada viagem. 1 viagem para o Mato Grosso com 900 bestas aonde eu fui capataz e gerente de serviço. Meu sócio Paulino Pereira capitalista e dono do negócio lucros e prejuízos bem repartido. As 2 viagem de São Paulo fomos feliz porém a viagem do Mato Grosso foi péssimo negócio. Eu tinha 21 anos de idade. Dia e noite só força maior que atacava. Descanço teve muito poucos enquanto os outros alguns estavam debaixo da coberta enchuta, eu resistindo aos rigores do tempo como Deus mandava. Dia e noite para ganhar a fazenda da grapiapunha que nos damos em doação para nossos filhos reservando uso e fructo de toda a propriedade da fazenda e toda a comvinação na fazenda e nas propriedades. Continuação do letreiro no lado oeste do monumento.

Primeiramente me chamou a atenção o português, a falta de pontuação e por fim despertou-me a curiosidade em conhecer um pouco mais da história de quem ali descansava em paz, reconstruindo um pouco do seu passado a partir desta narrativa supostamente onisciente e mais um tanto que pude formular pela minha imaginação.

Segui então para a outra face do mausoléu, onde me deparei com três estrelas, sobre as mesmas:

Minha geração dos avós era Allemanha e eram dos centenários que desembarcaram em São Leopoldo. Meu avo faleceu na Guerra dos Farrapos em arma, meus pais já eram nascidos no Brazil. O falecido meu querido pai já fez a Guerra do Paraguay. Eu sobre isto tive sorte fiz só a revolução de 1893, um e meio anno na força nordeste em armas com isto dou um viva a nossa querida pátria o Brazil. Mais um viva à república brasileira mais um viva ao Partido Republicano e mais um viva aos meus amigos e parentes que me querem bem. Os falsos e invejosos longe de mim. Fazenda da Grapiapunha 12.05.1928.

A partir deste momento compreendi um pouco da história que estava ali escrita, ou melhor, cravada na pedra, podendo ser contemplada por muitas pessoas apaixonadas por aventura e história. Tratava-se da história de um tropeiro que tinha uma grande preocupação com o registro da história de sua própria vida, seus sacrifícios, seu zelo pelas conquistas materiais, seu civismo e sua atuante vida política.

Seguindo, no lado leste deparei-me com os seguintes dizeres:

Este monumento foi feito por Frederico Trott como lembrança para toda a eternidade do jeito que foi feita a Fazenda da Grapiapunha e o mais a que pertence eu quero que seja respeitado, tanto o cemitério como tudo que pertence à fazenda e que nunca pode ser vendido, nem tanto pode entrar em inventário servindo só para o casal e mais uma pessoa conforme está escrito na pedra com isso eu peço os meus e os estranhos de respeitar e me reparar o que aqui esta feito, também peço aos governos municipal, estadual, e federal a fazerem o favor auxiliarem com o poder e com a lei depois eu estar falecido. Quem tiver o mau pensar e querer estragar o que aqui esta feito será condenado em nome da lei para 20 annos de prisão na casa. Correção porque gente falsa há muita que gosta de estragar o que os outros fizeram dos meus tenham muitos bons como melhor não podem ser para o casal velho mais tenho dois enxertos de fora que são irmãos sobre certos assuntos são muito ruins, se elles pudessem estragar a Fazenda da Grapiapunha e tudo o que lhe mais pertence seria um gosto para elles, e se elles quiserem provarem quando eu for vivo eu dou sobre que elles conversam e proçederam e com isto todos sabem que são elles

no fim dou viva a todos os que me querem bem e que procedem direito. Saudações Estação Sander, Quilombo, Fazenda da Grapiapunha, 12 de maio de 1928. Frederico Trott.

Pelo descrito, se percebe que o tempo passa, mas os problemas familiares são os mesmos: a falta de caráter, a falta de valor à propriedade e o descaso com a história.

Por fim, dando a volta em torno do túmulo, já no lado oeste, li com atenção as últimas inscrições:

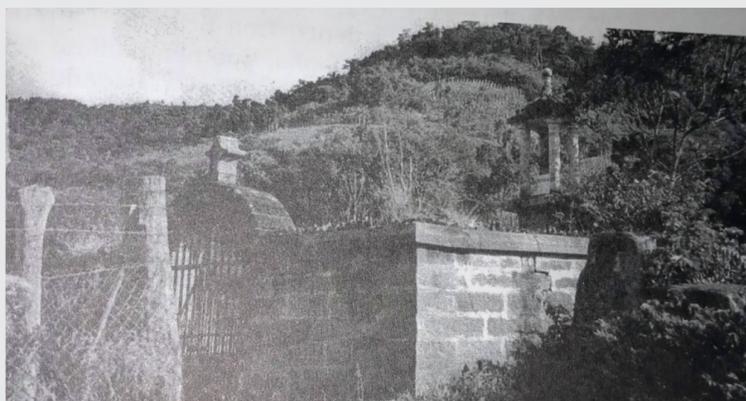
Como dono velho para conservar conforme reza o trabalhão a herança que os queridos pais nos deixaram era pouco. Muito agradecemos Deus que der bom céu para eles a única pessoa que me ajudou a ganhar a dita fazenda e os demais pertences foi a minha estimada esposa Emilia Trott outros pouco ajudaram. Assim eu peço a Deus que o meu corpo depois de morto descanse em nome de Deus que minha querida espoça depois de falecida ocupando o lugar della à minha direita que tenha o mesmo descance. Outra pessoa da minha confiança que queira ocupar o lugar da minha esquerda, quando o meu corpo estiver descansando pode ocupar si eu aceitar em vida a pessoa que queria ocupar o lugar da minha esquerda depois que eu esteja descansando ahi precisa ser pessoa da minha confiança e ter me feito muitos favores, não sendo isto o referido cemitério ficara somente o casal velho. Saudações aos meus amigos e meus parentes que me querem bem.

Fazenda da Grapiapunha 12.05.1928. Frederico Trott.

Ao finalizar as leituras, logo se percebe que este mausoléu com certeza pode fazer parte de um roteiro histórico-cultural, pois é possível identificar elementos que demonstram fragmentos da história da época da colonização, através da estatuária, dos epitáfios e dos símbolos, um verdadeiro museu a céu aberto.

Também se pode observar informações que identificam a preservação da memória familiar e coletiva, das crenças religiosas, da ideologia política, da formação étnica, da genealogia, da perspectiva de vida e de outras inúmeras informações de relevância para a pesquisa e preservação do patrimônio histórico.

Espero especialmente que este breve relato sirva para resgatar a imagem e comprovar a importância dos *campos santos* para a preservação de nosso patrimônio histórico cultural, pois sem grandes pesquisas e sem muitas referências bibliográficas, se pode sim realizar um trabalho de pesquisa, que neste caso, fez-se com uma rápida visita a um jazigo. Espero que quem leia este texto sinta-se minimamente informado sobre este fato histórico, bem como, sinta-se curioso em visitar o referido local para complementar sua pesquisa.

Figura 1 – Vista Geral do mausoléu de Frederico Trott (Três Coroas)

Fonte: acervo do autor.



Coxilha Rica/SC: os cemitérios a beira dos caminhos de tropas

Elisiana Trilha Castro

Dr^a. em História Cultural/UFSC, Presidente da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais/ABEC, Historiadora do Memorial Funerário Mathias Haas/Mhaas e Membro da Rede de Apoio às famílias e amigos de vítimas da Covid-19 no Brasil. Florianópolis/SC

O presente artigo irá apresentar os resultados do inventário de cemitérios da região da Coxilha Rica (SC) publicado no ano de 2011.¹ O inventariamento foi realizado por meio do projeto “Cemitérios no Caminho: estudo do patrimônio funerário ao longo do Caminho das Tropas (Lages/SC)”, aprovado no Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura (01/2009) da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). A aprovação possibilitou a catalogação de 20 cemitérios, localizados na região da Coxilha Rica, levando em consideração a representatividade dos sítios de sepultamento, o tempo e os recursos disponíveis para sua execução.

¹ HERBERTS, Ana Lucia; CASTRO, Elisiana Trilha. *Cemitérios no caminho: o patrimônio funerário ao longo do Caminho das Tropas nos Campos de Lages*. Blumenau, SC: Nova Letra, 2011. 363 p.

Na área de pesquisa, que abrangeu, principalmente, a região da Coxilha situada entre os rios Pelotas, Lava-Tudo e Vacas Gordas, no Planalto Catarinense, os 20 cemitérios inventariados pertencem a 3 municípios e estão assim distribuídos: 14 em Lages (Cemitério São Sebastião, do Faxinal, de Morrinhos, Guarda-Mor, da Tapera, São Jorge, Negreiro, Pousinho I, Pousinho II, Cajuru I, Cajuru II, do Carlinhos, Rincão do Perigo, das Bananeiras), 5 em Capão Alto (Santo Antônio do Pelotas, Alto da Serra, dos Varelas, do Vigia, do Escurinho) e 1 em Correia Pinto (Cemitério Correia Pinto Velho).

Os cemitérios inventariados fazem parte do contexto histórico dos caminhos meridionais, especificamente, do Caminho das Tropas, onde os Campos de Lages (SC) desempenharam um papel importante. Durante o levantamento de campo confirmou-se a relevância cultural dos sítios de sepultamentos para a região que foi um local estratégico para o pouso das tropas e para a engorda dos animais arrebanhados nos campos naturais da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e que seguiam para a região mineradora. Apesar do precário estado de preservação, os cemitérios ainda preservavam importantes vestígios históricos sobre a ocupação da região e suas relações com o comércio, o desenvolvimento e a articulação de caminhos que cortavam e uniam o país, além de contribuir para a formação da paisagem local.

A realização do inventário, etapa essencial para a preservação dos bens culturais, possibilitou documentar os elementos e singularidades de cada sítio, fornecendo importante documentação sobre o conjunto de bens que formam o patrimônio cultural funerário da região. A documentação foi realizada por meio do levantamento em campo onde foram utilizados dois modelos de fichas: uma para o registro dos dados gerais dos cemitérios e outra para o registro individual das unidades tumulares. Em ambas foram adotados elementos da ficha do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN. A partir desta etapa foi elaborada uma ficha final para cada cemitério (presentes no livro), contendo os resultados da coleta, atendendo as particularidades e tipos encontrados em cada cemitério, com informações sobre localização, topografia, tipologia das unidades de sepultamento, ornamentos, materiais construtivos ou de acabamento, a distribuição espacial, os ritos funerários, dentre outros aspectos.

Durante a etapa de campo não foram adotadas metodologias de pesquisas intrusivas, tais como a escavação dos túmulos com fins científicos. Juntamente com o preenchimento das fichas, os túmulos foram fotografados em detalhes e confeccionou-se uma planta baixa, em escala, com a localização das sepulturas no sítio, que receberam um número arábico de forma crescente. As estruturas observadas como lápides isoladas, ornamen-

tos avulsos, covas abertas, acessos, presença de vegetação, dentre outros, também foram localizados em planta baixa.

Este procedimento de identificação e registro das sepulturas foi adotado em todos os cemitérios registrados, com exceção do Cemitério do Escurinho onde o estado de abandono e a vegetação alta dificultaram sobremaneira a localização de suas estruturas funerárias. Os demais cemitérios foram registrados em circunstâncias nas quais se encontravam, com sua área interna limpa ou com pouca vegetação.

Por meio do inventário foram registradas o total de 655 sepulturas e de 509 sepultados (Tabela 1), mas estima-se que o número de sepultados deve ser muito superior ao registrado, dado que muitos sepultamentos não possuem identificação e foram encontradas lápides com dados ilegíveis. Há casos, inclusive, onde não restaram estruturas funerárias visíveis comprovando a existência dos sepultamentos.

Tabela 1 – Quantificação dos cemitérios, número de sepulturas e sepultados

Cemitério	Sepulturas	Sepultados
<i>Do Escurinho</i>	55	48
<i>Correia Pinto Velho</i>	57	56
<i>De Morrinhos</i>	47	40
<i>Do Pousinho I</i>	12	10
<i>Do Pousinho II</i>	1	1
<i>Cajuru I</i>	10	6
<i>Cajuru II</i>	4	3
<i>Guarda-Mor</i>	25	20
<i>Do Faxinal</i>	22	8
<i>Negreiro</i>	40	26
<i>São Sebastião</i>	14	5
<i>Do São Jorge</i>	22	11
<i>Da Tapera</i>	5	6
<i>Do Carlinhos</i>	1	1
<i>Do Vigia</i>	113	81
<i>Dos Varelas</i>	147	135
<i>Do Rincão do Perigo</i>	4	1
<i>Fazenda das Bananeiras</i>	7	3
<i>Alto da Serra</i>	13	10
<i>Santo Antônio do Pelotas</i>	56	38

Fonte: elaborada pela autora.

Boa parte dos cemitérios está em estado de abandono e suas unidades tumulares não apresentam nenhuma evidência de ritos funerários ou indício de manutenção recente. Dos 20 cemitérios inventariados, somente em 8 deles foram encontrados sinais de uso, como a presença de ritos funerários e lápides com registro de sepultamentos recentes.

Contudo, mesmo os sítios que ainda recebiam sepultamento apresentavam problemas de conservação, dentre eles, o acúmulo de água e infiltrações nas construções, pela exposição à chuva (Figuras 1 e 2), musgos, líquens e vegetação sobre os túmulos, além de rachaduras. Tais fatores são fruto tanto de sua alocação a céu aberto e à mercê das intempéries, como da ausência de ações de conservação das unidades para além das realizadas pelas famílias e responsáveis pelos cemitérios. Os fatores de destruição menos encontrados foram o vandalismo e a queima, além da ausência de pichação e grafite nos vinte cemitérios.

Figura 1 – Estado de conservação - Cemitério do Cajuru II, 2008



Figura 2 – Estado de conservação - Cemitério Rincão do Perigo, 2010



Fonte: acervo do projeto.

A maior parte não apresentava delimitação, mas foram encontradas algumas de basalto, empregado nos muros de taipa de pedra. Também era raro encontrar calçamento, iluminação ou portões que somados à ausência de vigilância, de manutenção do local e ao fato de estarem a céu aberto, acabavam por tornar as sepulturas em artefatos ainda mais vulneráveis (Figuras 3, 4, 5 e 6). Na época da realização do projeto somente a Prefeitura Municipal de Capão Alto disponibilizava um encarregado para realizar a conservação dos cemitérios nas comunidades do Vigia, Vacas Gordas e de Santo Antônio do Pelotas. A limpeza dos sítios ocorria, na maioria deles, no período de Finais e naqueles cujos parentes visitavam seus entes ali sepultados. A seguir, as tabelas apresentam dados compilados sobre o estado de conservação dos cemitérios:

Tabela 2 – Distribuição dos cemitérios por estado de conservação

Estado de Conservação	geral	drenagem	segurança	iluminação	calçamento	limpeza
Ruim	5	0	15	20	20	10
Regular	14	18	5	0	0	8
Bom	1	2	0	0	0	2
Total	20	20	20	20	20	20

Fonte: elaborada pela autora.

Tabela 3 – Distribuição dos cemitérios por fatores de destruição

Fatores Destruição	musgos e líquens	ferrugem	descolamento da superfície	descascamento de tinta	erosão	danos por vegetação	danos por umidade	queima	rachaduras	vandalismo	apodrecimento de madeira
sim	18	16	13	14	12	14	20	5	18	1	12
não	2	4	7	6	8	6	0	15	2	19	8
Total	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20

Fonte: elaborada pela autora.

Fonte: acervo do projeto.

Figura 3 – Danos por umidade na placa de mármore no Cemitério dos Varelas, 2010

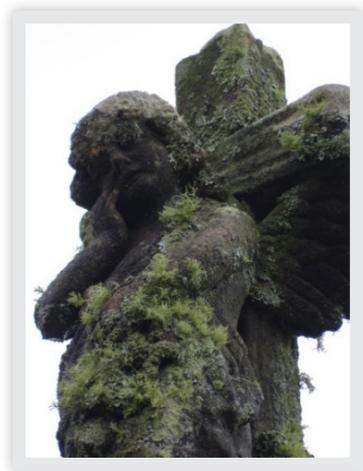


Figura 4 – Rachaduras e partes quebradas da tampa tumular no Cemitério Negroiro, 2008



Fonte: acervo do projeto.

Figura 5 – Escultura de cruz e anjo coberta por musgos no Cemitério dos Varelas, 2010



Fonte: acervo do projeto.

Figura 6 – Vandalismo: retirada de letras e cruz metálica de cabeceira no Cemitério de Morrinhos, 2007



Fonte: acervo do projeto.

Sem a realização da manutenção e da limpeza com regularidade, acumulavam-se também os insetos e as plantas causando avarias nas sepulturas. Também sem delimitação, os conjuntos ficavam sujeitos aos danos causados pelo trânsito de animais da região, que escavavam a terra afetando a estrutura das construções (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Vespas dentro de um túmulo no Cemitério Guarda Mor, 2007



Figura 8 – Formigueiro no Cemitério Correia Pinto, 2007



Fonte: acervo do projeto.

Dos cemitérios visitados, a maioria com preocupantes problemas de conservação, os cemitérios da Tapera e do Escurinho estavam em pior estado. Nestes locais, foi fácil encontrar estruturas funerárias em vias de destruição, tombadas pela erosão e fora de seu contexto original.

Sobre a localização, nenhum dos cemitérios estava situado em núcleo urbano. Dos vinte inventariados, seis estavam instalados em sede de fazendas, quatro em locais isolados, 5 em comunidades rurais e 5 próximos de estradas ou de vias de acesso.

Outra característica destes sítios era a gestão comunitária. Os sepultamentos eram realizados majoritariamente pela comunidade e muitos dos sepultados não possuíam atestado de óbito. Deste modo, a lápide era o único registro de seu último momento.

Com relação ao número de sepulturas, os cemitérios podem ser classificados como de pequeno porte.² Dez deles apresentavam até 20 unidades, sendo que sete possuíam até 10 sepulturas e apenas 8 cemitérios, entre 20 e 60 unidades. Dois deles, apresentavam um conjunto maior formador por 100 a 150 sepulturas. Importante dizer que tais números correspondem ao que pôde ser apurado em campo e não ao número de sepultamentos realizados e mesmo ao número real de sepulturas. O estado de muitas unidades encontradas desmontadas, com partes deslocadas do seu contexto original ou compostas de materiais construtivos menos resistentes ao tempo, principalmente, nos sepultamentos tipo covas simples, acabou por dificultar o registro mais preciso da quantidade das estruturas funerárias existentes e de sepultamentos.

Quanto a área (em m²) de cada sítio e distribuição espacial, boa parte dos cemitérios pesquisados são de pequeno porte.³ Do total de treze deles, seis são de porte médio e apenas um está classificado como de grande porte. As sepulturas infantis, unidades de sepultamento de porte diminuto, apa-

Figura 9 – Conjunto de inocentes no Cemitério de Morrinhos, 2007



Fonte: acervo do projeto

² Para esta análise considera-se de pequeno porte cemitérios com até 40 sepulturas, de médio porte acima de 41 até 100 sepulturas e de grande porte acima de 101 sepulturas.

³ Considera-se um cemitério de pequeno porte até 500m², médio porte de 501 até 1.000m², e grande porte acima de 1000m².

recem em 17 cemitérios, mas somente o cemitério de Morrinhos (Figura 9) possuía um conjunto de inocentes, formado por sepulturas infantis reunidas em um espaço separado no cemitério.

Os conjuntos de inocentes, local para guardar aqueles que são considerados *anjos*, conforme os estudos de Rita de Cássia Luiz da Rocha e Mirian Ferreira dos Santos (2010), são encontrados em cemitérios de várias localidades pelo Brasil. Aos não batizados ou pagãos, por vezes, não era permitido adentrar o espaço do cemitério. Somente os batizados eram, geralmente, sepultados em conjunto, como apresenta o estudo de Cícero Joaquim dos Santos (s.d.). Também o enterro de crianças é cercado de particularidades, muitas vezes contando com cortejos e ritos repletos de figuras de anjos (VAI-LATI, 2002).

Cabe salientar, que um dos recursos empregados para a identificação de sepultamentos de inocentes foi o tamanho reduzido das sepulturas (Figura 10). Contudo, dado que muitas sepulturas não possuíam identificação ou apresentavam lápides danificadas, a sua datação e a identificação de sepultamentos ficou comprometida, o que pode ter prejudicado igualmente as análises de períodos de maior uso, na verificação dos sepultamentos mais antigos e a identificação do conjunto de sepultamentos infantis destacado. Podem ter existidos conjuntos de inocentes nestes cemitérios, mas diante do estado dos acervos encontrados, somente num deles era possível identificar sua presença.

Quanto ao período de uso foram localizados sepultamentos entre as décadas de 1860 a 2010 em edificações funerárias onde se podia observar as principais mudanças ocorridas na configuração dos cemitérios neste período. Começando pelos túmulos com arquitetura formada por anjos e com certo investimento material, típico das últimas décadas do século XIX e começo do XX, como no caso dos exemplares encontrados nos cemitérios Guarda Mor (1862), Tapera (1891), Pousinho II (1895)⁴ e Escurinho (1894) e que pos-

Figura 10 – Sepultura infantil revestida de azulejo no Cemitério dos Varelas, 2010



Fonte: acervo do projeto

⁴ No Cemitério do Pousinho II foi identificada uma única data de falecimento (23/05/1895).

suíam os sepultamentos mais antigos; até túmulos mais contemporâneos revestidos em granito, presentes nos cemitérios do Vigia, Carlinhos e dos Varelas, por exemplo (Figuras 11 e 12).

Figura 11 – Unidade em mármore encimada por anjo e cruz no Cemitério Guarda Mor, 2004

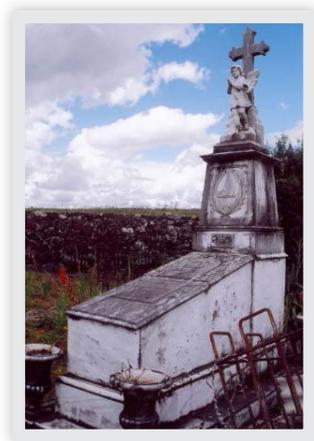


Figura 12 – Modelo revestido em granito no Cemitério dos Varelas, 2010



Fonte: acervo do projeto.

Mesmo podendo haver ainda sepultamentos anteriores ou posteriores aos períodos analisados, a partir do que foi possível apurar nas lápides legíveis⁵ percebe-se que os cemitérios pesquisados estavam ativos por um longo período. É o caso do Cemitério Guarda-Mor, que funcionou por 115 anos, com enterramentos entre 1862 e 1977, o de Correia Pinto Velho com 104 anos de sepultamentos (1903-2007) e o Varelas com 96 anos (1913-2009). Outros apresentavam um período de uso mais curto entre 10 ou 20 anos, como o Pousinho I (1943-1966) com 23 anos, Cajuru I (1915-1931) com 16 anos e Cajuru II (1918-1925) com 7 anos.

A partir do levantamento individual de cada sepultura foi possível verificar que a década de 1860 caracteriza-se por ser o período mais antigo de sepultamento, encontrada em apenas um cemitério, o Guarda-Mor. Nove cemitérios possuíam sepultamentos entre as décadas de 1890 e 1910, e no geral, as décadas de 1910, 1940 e 1960, são as que mais apareceram como a datação mais antiga de sepultamentos, conforme a Tabela 3:

⁵ Nos cemitérios do Pousinho II e Rincão do Perigo, há uma única data registrada de falecimento, 23/05/1895 e 29/04/1966, respectivamente. Portanto, em ambos os casos não se tem ideia da sua cronologia de uso e estes não foram considerados na tabulação dos dados.

Tabela 4 – Distribuição dos cemitérios por década de falecimento mais antigo

Década de falecimento mais antigo	nº	%
1860	1	5%
1890	3	15%
1900	2	10%
1910	4	20%
1930	1	5%
1940	3	15%
1950	1	5%
1960	4	20%
2000	1	5%
Total	20	100%

Fonte: elaborada pela autora.

No período do levantamento, as datas mais recentes observadas encontravam-se na década de 2000, totalizando 35%, seguida da década de 1970, perfazendo 20% e os períodos de maior uso, com destaque para a década de 1960, seguida pelas décadas de 1950 e 2000. Mas em 45% do total, isto é, em nove cemitérios, não foram identificados o período de maior uso pela ilegibilidade dos registros nas lápides.

A cruz das almas ou cruzeiro é outro dos elementos encontrados em materiais diversos, como madeira, metal ou mesmo em arenito em 13 cemitérios inventariados. A sua adoção sinaliza a presença de lugares considerados sagrados para os cristãos, tais como cemitérios, igrejas e praças. Nos cemitérios, por vezes, os cruzeiros marcam locais onde se observa a realização de rituais, como o acendimento de velas e a colocação de oferendas para o culto das almas.

O acervo também é composto por modelos variados de sepulturas. A maior parte delas é do tipo túmulo,⁶ mas também foram encontrados jazigos⁷ e covas simples.⁸ Os tipos menos encontrados foram os mausoléus,⁹ presentes em apenas três cemitérios e os formatos tipo amontoados de pe-

⁶ Túmulo: construção erguida, em memória de alguém, no lugar onde se acha sepultado. Podendo abrigar um ou mais sepultamentos, o túmulo é composto por uma construção tumular que pode cobrir o espaço da sepultura ou delimitá-la, podendo ainda conter lápide vertical ou cabeceira.

⁷ Jazigo: edificação utilizada nos cemitérios para sepultamento de várias pessoas, geralmente de menor porte que o mausoléu e maior que o túmulo.

⁸ Cova simples: é o tipo de sepultamento que não possui construção tumular sobre o espaço do corpo sepulto. A cova simples é composta, geralmente, por uma cruz, cabeceira ou outro tipo de sinalização da sepultura

⁹ Mausoléu: trata-se de um túmulo de grande porte, que ultrapassa as dimensões do túmulo e do jazigo por meio de formas que remetem a casas, capelas e que podem agregar diferentes referenciais, como esculturas e outros ornamentos, podendo abrigar um ou mais sepultamentos.

dras, que estavam presentes em apenas quatro. Os cemitérios destacam-se pelo pouco investimento em grandes construções ou em alegorias, excetuando poucos casos, como no Cemitério Cajuru I, onde foi encontrada uma Pietá ou no Cemitério do Guarda Mor onde está a sepultura da família Ramos contendo um anjo e outros elementos decorativos (Figuras 13 e 14).

**Figura 13 – Escultura da Pietá no Cemitério do Cajuru I.
Foto: Nery da Silva, 2008**



Figura 14 – Sepultura da Família Ramos no Cemitério Guarda Mor, 2007



Fonte: acervo do projeto.

Importante destacar que no século XIX e nas primeiras décadas do XX, período de funcionamento de cemitérios como o do Cemitério Guarda-Mor, o de Correia Pinto Velho e o Varelas, as classes mais abastadas costumavam investir na construção e ornamentação dos túmulos, majoritariamente com grandes mausoléus onde era comum encontrar uma estatuária requintada, muitas delas importadas de países como a Itália (BORGES, 2002) (Figuras 15, 16, 17 e 18).

Figura 15 – Jazigo no Cemitério de Morrinhos, 2007



Figura 16 – Mausoléus no Cemitério Correia Pinto Velho, 2007



Fonte: acervo do projeto.

Figura 17 – Cova simples no cemitério São Jorge, 2007



Figura 18 - Túmulo em alvenaria no Cemitério das Bananeiras, 2010



Fonte: acervo do projeto.

Foram também encontradas unidades tumulares com diferentes tipos de delimitação (Figuras 19, 20, 21 e 22) sendo as mais comuns, as de gradis metálicos, de arenito e de alvenaria. Dentre os materiais construtivos e de acabamentos mais utilizados estão o metal, arenito, a alvenaria, a granitina e o granito. Já os menos encontrados são a ardósia, o piso cerâmico e o mármore, presentes em apenas quatro cemitérios e em pouca quantidade tal como o bronze, outro material nobre. A pouca ocorrência do mármore e do cobre pode também estar relacionado com o período dos sepultamentos, em sua maioria, ocorrida no século XX e em décadas nas quais estes materiais não eram comumente utilizados na arquitetura funerária.

Figura 19 – Delimitação em alvenaria no Cemitério São Jorge, 2007



Figura 20 – Delimitação com pedras no Cemitério do Vigia, 2010



Fonte: acervo do projeto.

Figura 21 – Delimitação em gradil metálico no Cemitério de Morrinhos, 2007



Figura 22 – Delimitação em gradil de madeira no Cemitério do Vigia, 2010



Fonte: acervo do projeto.

O conjunto de ornamentos é variado e formado cruces, anjos, imagens sacras, vasos, elementos decorativos variados, epitáfios e fotografias presentes em boa parte dos cemitérios (Figuras 23, 24, 25 e 26). O ornamento menos comum foi a alegoria.¹⁰

Figura 23 – Cruz esculpida em arenito com elementos fitomorfos no Cemitério de Morrinhos, 2007



Figura 24 - Cruz metálica trabalhada no Cemitério de Morrinhos, 2007



Fonte: acervo do projeto.

¹⁰ Alegoria: obra de arte representando uma ideia abstrata. Uma representação figurativa, que transmite outro conceito para além do literal, geralmente encontrada em esculturas.

Figura 25 – Imagem sacra no Cemitério dos Varelas, 2010

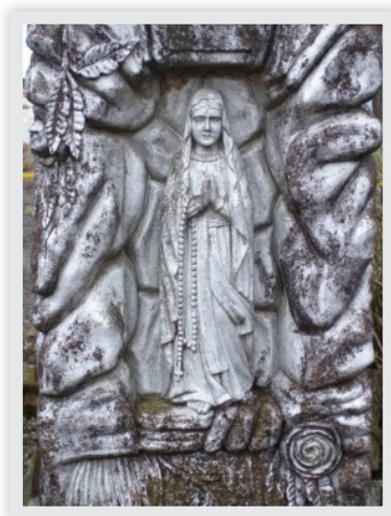


Figura 26 – Composição em relevo em arenito no Cemitério Guarda Mor, 2007



Fonte: acervo do projeto.

Os epitáfios também compõem o acervo inventariado com formatos e inscrições variadas. Eles aparecem em frases ou versículos bíblicos e na forma de abreviaturas e siglas que remetem a antigas expressões como “Ao pé” que em uma das interpretações mais comuns remete a “Estando ao pé da cruz orai por...”. Outra sigla encontrada foi “A. J. OS R. M. D...”, significando “Aqui jaz os restos mortais de...”.

Em treze, dos vinte cemitérios inventariados, apesar do estado de conservação e mesmo de abandono de alguns deles, foi encontrado evidências de ritos funerários, como a colocação de flores naturais ou artificiais nos túmulos e velas (Figuras 27 e 28). Os sepultamentos recentes encontrados na época do levantamento, juntamente com os ritos funerários, confirmaram o uso destes sítios e a importância destes locais na dinâmica das comunidades.

Figura 27 – Velas no Cemitério Correia Pinto Velho, 2007



Fonte: acervo do projeto.

Figura 28 – Altar com flores, imagem sacra e fotos em mausoléu no Cemitério dos Varelas, 2010



Fonte: acervo do projeto.

Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo catalogar os cemitérios da região da Coxilha Rica, evidenciando a importância tanto de sua preservação quanto do estudo das práticas culturais, através da relação das comunidades com os seus cemitérios. Tendo como referências as pesquisas de diferentes autores, entre os quais Philippe Ariès (2003), José Carlos Rodrigues (1983) e Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira (2007), buscamos neste inventário, sobretudo, chamar a atenção para a importância cultural dos cemitérios e dos rituais fúnebres.

A morte, comum a todos os seres vivos e presente em todas as culturas, como destaca José de Anchieta Corrêa (2008), parece não participar do cotidiano e tampouco de nossas reflexões cotidianas. Apesar de ganhar espaço na mídia, em registros e notícias de mortes violentas ou nas calamidades, por exemplo, a morte não é muito vista, no horizonte das preocupações ordinárias. A “sempre desejada” em todas as suas manifestações, como cantou o poeta Gonzaguinha, tem mais atenção, com certeza.

Ainda que os noticiários não deixem de nos avisar da existência da morte, é comum que ela seja apresentada de forma velada e discreta (CORRÊA, 2008, p. 7), notadamente nos centros urbanos, com poucos cortejos, preferencialmente em cemitérios jardins, sem trajes pretos e velórios em casas. E assim, a finitude incontestável de cada ser humano pode até mesmo ocultar-se por detrás das altas estatísticas de assassinatos e das perdas de vidas no trânsito, num evitamento de ideias que possam apontar para a possibilidade da nossa morte e a de quem amamos, mesmo sendo uma certeza que poucos se arriscam a contestar.

O número de estudos e projetos com o objetivo de dar atenção ao campo das representações e manifestações fúnebres tem crescido nos últimos anos. Entretanto, José de Anchieta Corrêa (2008) afirma que praticamente desconhecemos, em nosso país, toda uma cultura acerca da morte e ele está longe de estar enganado. Passados mais de 10 anos de sua afirmação, pode-se confirmar isto na trajetória da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). Embora a ABEC já conte com 15 anos de existência, com a divulgação e promoção do tema por meio de atividades, congressos e publicações somados aos esforços de pesquisadores de diferentes localidades do país, sabe-se que ainda estamos apenas começando a conhecer e compreender a rica complexidade cultural presente nos cemitérios e nos rituais fúnebres.

Embora seja *persona non grata* no cotidiano e mesmo, em grande medida, em linhas de pesquisas acadêmicas, da Morte se ouve que ela nos equipara já que não se pode negar que ela chegará para todos. Porém, a tal igualdade não é de fato uma equidade. Numa simples visita ao cemitério, motivada pela perda de alguém ou mesmo para observar os acervos cemiteriais, algo que recomendo, percebe-se que a forma como cada grupo ou pessoa materializa e ritualiza a perda de um membro ou familiar pode variar de acordo com a região, status social, questões religiosas, escolhas estéticas, dentre outros fatores que acabam por criar um universo próprio e diverso em cada cemitério que se adentre.

Especialmente no âmbito religioso, são muitas as formas de representar a morte. Pode-se citar a diferença entre cemitérios católicos e protestantes. Um cemitério ou uma sepultura católica difere em sua arquitetura de uma protestante, por apresentar imagens e outros objetos relacionados com os santos de devoção, terços e velas como ritos. No caso desta pesquisa, por exemplo, não foram encontrados elementos religiosos relacionados com o culto cristão protestante (CASTRO, 2010 b).

Por certo se pode afirmar que o patrimônio cultural funerário se constitui, notadamente, num documento cultural peculiar de cada sociedade, grupo ou comunidade. Algo observado nos 20 cemitérios inventariados neste estudo: eles fazem parte de um conjunto formado por um tipo específico de sítios que podem ser denominados cemitérios rurais. Muitos deles estavam localizados em propriedades particulares como fazendas ou nas proximidades destas, e tinham como característica, em sua grande maioria, de pequeno e médio porte.

Outra característica em comum é o uso de materiais construtivos ou de acabamentos encontrados na região, como é o caso do basalto, empregado nos muros de taipa de pedra. Eram também, em sua maioria, locais criados e mantidos pelas próprias comunidades para o sepultamento, distantes dos centros urbanos. Não possuíam coveiros, sendo os próprios parentes

e amigos que providenciavam todos os trâmites necessários para o sepultamento.

Outra particularidade desses espaços foi ausência de outros registros dos seus sepultamentos, o que eleva a importância do inventário que, em diferentes aspectos, permitiu coletar e disponibilizar os dados dos sepultados em listas no livro. E para além dos elementos materiais, o conjunto ainda apresenta uma série de manifestações, ritos e práticas, ademais de guardar os restos mortais de homens e mulheres que contribuíram na construção e formação da paisagem da região que atualmente é conhecida por Coxilha Rica.

Os cemitérios aqui apresentados podem ser denominados cemitérios convencionais a céu aberto¹¹ e apresentavam uma configuração cada vez mais rara nas cidades contemporâneas, se pensarmos no aumento de projetos cemiteriais que preferem adotar o estilo cemitério jardim, com túmulos formados apenas por uma lápide e flores como ritos ou os cemitérios verticais. Também é nesses cemitérios de comunidades rurais, pelo interior de nosso país, que muitos ritos, poucos vistos nos centros urbanos, ainda são preservados. Velórios em casa e cortejos até o cemitério, muitas vezes a pé, foram presenciados nas comunidades pesquisadas.

Em tempos de busca pela juventude e beleza e mesmo diante do atual afastamento da morte na vida contemporânea, com o fim de muitas práticas como o velório em casa, longos cortejos e o luto representado pelas roupas pretas, tal como abordou Nobert Elias em sua obra *O silêncio do moribundos* (2001), o cemitério é testemunha, por meio de sua arquitetura e dos ritos ali encontrados, do momento derradeiro entre os vivos.

No inventário está uma parte do universo funerário da antiga região dos Campos de Lages com uma amostra significativa dos seus cemitérios, contudo é fato que existem outros locais a serem inventariados. Igualmente é importante salientar que o inventário por si só, não é capaz de atuar na preservação dos cemitérios. Ele é um primeiro importante passo para ações efetivas de proteção, entre as quais, destacam-se o tombamento (patrimônio material) e o registro (patrimônio imaterial).

Este estudo mostrou cemitérios e caminhos e onde os dois universos se encontram. Desvelou, por detrás de uma vegetação, por vezes mais alta que os túmulos, um acervo de elementos particulares como os túmulos de arenito, os terços colocados sobre cruzeiros, os epitáfios com abreviações, as cabecei-

¹¹ Entende-se por cemitérios a “céu aberto”, convencionais, tradicionais, extramuros ou monumentais aqueles, em sua maioria, surgidos no Brasil no século XIX e que se caracterizam pela presença de sepultamentos realizados em construções funerárias, como túmulos ou mausoléus, podendo também aparecer na forma de cova simples, fora do espaço interno das igrejas.

ras em formato de grutas. Características que lhes dão uma identidade e que os tornam suporte das crenças, valores e cosmologia das comunidades que os criaram. Novos e velhos caminhos por onde passaram tropeiros e onde atualmente estão localidades ou cidades que surgiram a partir do movimento de transporte de mercadorias, gado e homens. Hoje seus cemitérios são mais do que um registro dos que que por ali passaram, eles são um testemunho do presente e da vida que ainda está ao longo do caminho.

Referências

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2002.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da; SANTOS, Mirian Ferreira dos. Os “anjos” voando no Campo Santo: representações da morte na infância. *Vôos: Revista Polidisciplinar Eletrônica da Faculdade Guairacá*, América do Norte, 1, mar. 2010. Disponível em: <http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/11/7>. Acesso em: 14 out. 2010.

BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 19-44.

CASTRO, Elisiana Trilha. Cemitérios, nosso patrimônio nacional: a ação do IPHAN com relação ao patrimônio funerário brasileiro. IV Encontro Nacional da ABEC, 2010, Piracicaba. *Anais do III Encontro Nacional da ABEC*, 2010.

CASTRO, Elisiana Trilha. Cemitérios Protestantes: marcas de um outro sagrado em uma outra terra. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9, 2010, Florianópolis. *Anais do Fazendo Gênero*, 9, 2010b.

CORRÊA, José de Anchieta. *Morte*. São Paulo: Globo, 2008.

ELIAS, Nobert. *A solidão dos moribundos: seguido de “Envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Anjos clandestinos: a construção das memórias sobre os cemitérios de Pagãos no Cariri cearense. XII Encontro estadual de História do Ceará, História: políticas públicas e práticas culturais, *Urca*, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda e Assaré, s.d.

OLIVEIRA, Maria Manuel Lobo Pinto de. *In memoriam, na cidade*. Tese (Doutoramento em Arquitetura, Concentração Cultura Arquitetônica) – Universidade do Minho, Braga, 2007.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. *Saber Científico*. Porto Velho: 2 (2): 1-36, jul./dez., 2009.

VAILATI, Luiz Lima. Os Funerais de “Anjinhos”: na literatura de viagem. *Revista Brasileira de História*, v. 22. São Paulo: 2002.

17. TROPEIRISMO, ENSINO E EDUCAÇÃO

A importância do aperfeiçoamento do professor para inserção do tema tropeirismo

Vera Rosane Silveira Moraes

Professora de História e Pesquisadora. Canela/RS

“O passado que um historiador estuda não é um passado morto, mas que continua existindo no presente, na forma de vestígios que sobreviveram.” (COLLINGWOOD, R. G. *A ideia da História*. Oxford: Ed. da Universidade de Oxford, 1939, p. 22).

A grande função da História é a de abrir a compreensão do mundo e suas relações, para que isso ocorra é de fundamental importância que alguém se capacite para conduzir esse processo, que o compreenda e saiba ler nas entrelinhas as suas mensagens, que faça as conexões e depois amarre-as para lhes dar sentido.

No ambiente escolar, essa figura fundamental é o professor. É ele quem melhor encarna esse personagem condutor da história. Atualmente temos várias realidades escolares, algumas organizadas e ricas em recursos didáticos, tecnológicos, humanos. Em outras, a escassez predomina. Para um professor o desafio é o mesmo, se basear seu trabalho na abundância e descurar no uso dos recursos não vai alcançar resultado efetivo. Bem como se ficar esperando a providência divina na escassez, também nada realizará.

Como então encontrar o equilíbrio? Como resolver a questão?

Os pensadores atuais colocam a colaboração entre os professores como um caminho para a excelência na aprendizagem. Consideram importante a formação profissional, mas destacam que ao colaborar com os colegas dividindo conhecimento, informações, experiências, assistindo aulas e partilhando projetos eles valorizam a organização escolar e conquistam autonomia para evoluir. Essa autonomia não significa fazer o que quer, mas fazer o que precisa ser feito, a coisa certa.

Para o tema *Tropeirismo* isso se aplica perfeitamente. Vivemos numa região formada e desenvolvida pelo tropeirismo como atividade básica. Desde o início da colonização essa foi a atividade que permitiu a organização econômica, a distribuição espacial e estendeu-se a todas as atividades. Ignorar isso seria desmerecer todo um processo que está dentro de nossas casas, nas

nossas escolas, nas instituições culturais e, principalmente, na vida de cada um de nós. Somos por essência tropeiros!

O professor pode usar como base para seu trabalho, visitas guiadas ao Museu Municipal, que tem uma grande coleção de artefatos, de testemunhos orais de tropeiros, familiares e um grande acervo de fotografias. Recomenda-se que o professor vá antes ao local e explore todas as possibilidades de trabalho, que conheça as fontes e organize uma visita sabendo o que mostrar aos alunos. Fundamental explicar as normas e regras de uma visita ao museu, desde a postura ao olhar os objetos, voz baixa, entre outras, pois esses alunos estarão preparados para visitar qualquer museu no mundo, sem constrangimentos.

Outro local importantíssimo são as bibliotecas, das Escolas, a Municipal, levando a turma a chegar nesses locais com um roteiro de pesquisa organizado. Orientar na busca pela bibliografia disponível, consultar a rede de pesquisas via internet, registrar os tópicos encontrados e a fonte consultada. Uma atenção muito especial ao banco de dados que Bom Jesus dispõe, uma preciosidade pouco procurada.

No tocante ao banco de dados referente aos relatos e histórias do cotidiano dos tropeiros, temos desde a formação das tropas, a fabricação toda artesanal do arriame, a doma dos animais, a organização da tropa e seus condutores, isso tudo degradado e registrado por escrito, bem como o acervo fotográfico, em vídeo e bibliográfico do passado tropeiro de Bom Jesus e outras regiões do Rio Grande do Sul e da América Latina.

Como um dos objetivos desse XIV SENATRO é o Turismo e suas relações com a comunidade, é importantíssimo que tratemos sobre como as escolas podem formar cidadãos nessa área. O Turismo como atividade econômica é uma vertente rica para qualquer cidade, ele proporciona um intercâmbio sem par. Ao chegar ao seu destino o turista traz um sonho a ser atendido, um produto a ser ofertado e que levará nossa imagem para seu lar. Essa imagem retratará como somos, como tratamos quem nos visita e reflete nosso preparo para tal.

Aí entra a função do professor, como coordenador, orientador, instrutor de alunos que estarão aptos a entrar nesse mercado de trabalho do Turismo. Para ilustrar, o início do Turismo no nosso Estado está ligado ao tropeirismo, quando surgiram as hospedarias que serviam refeições aos tropeiros, pasto às tropas, potreiro e galpão, além de armazém com gêneros de primeira necessidade, daí se transformando numa rede de hospedagem que cobria todas as regiões e de caráter de propriedade privada. Elas se assemelhavam às Casas de Pasto, em Portugal, que cumpriam funções

semelhantes e que também se transformaram em hotéis e pousadas com a evolução do tempo.

Importante ressaltar que nesses conteúdos sobre Turismo é fundamental trabalhar com os alunos os tópicos geográficos do município: climáticos, históricos, gastronomia, cultura local, aspectos econômicos, pontos turísticos, a organização de um guia de informações feito pelos alunos com tudo que mais define a sua cidade, dados completos sobre endereço da rede hoteleira e gastronômica.

Mas o mais importante é trabalhar a hospitalidade, dar a informação com educação, de forma correta, demonstrar interesse em receber, procurar criar redes de serviços que atendam ao turista em todas as suas demandas. Cooperativar o Turismo.

Outra sugestão para que o tropeirismo seja trabalhado nas escolas são as gincanas envolvendo o tema. Bom Jesus é rica em cenário, elementos culturais e entidades gauchescas que desenvolvem a temática. Voltamos ao tema de colaboração já citado, envolver os colegas de turma, as turmas da escola, as escolas da rede e assim a cidade toda. Isso dá trabalho, mas o resultado é a excelência do aluno formado, conhecedor de sua História, agente de transformação, sujeito e cidadão.

Para alimentar o repertório do professor, agora transformado em agente de uma mudança de perspectiva econômica, faz-se imperioso que ele tenha hábitos de estudo. Muita leitura complementar ao tema, assistir filmes, documentários, reportagens em várias mídias que tratem sobre o tropeirismo, a História do Rio Grande do Sul, do nosso país, a formação de grupos de estudos e de viagens aos pontos estudados dentro do nosso município, para que ao ser questionado ou procurado para orientar sobre um aspecto sintase capacitado para tal. Nada mais constrangedor do que ficar à margem do assunto por falta de estudo...

O professor é a chave para qualquer projeto vingar, precisa sentir-se parte dele, opinar sobre sua dinâmica e, principalmente, assumir sua identidade de sujeito na história.

Nesses tempos em que nos sobrecarregaram de funções suplementares ao processo educativo, não podemos perder a oportunidade de crescermos e mostrarmos o valor de nossa profissão, sem a postura diminuta de vítima. Somos professores, somos a mudança, somos fundamentais, nada acontece sem nossa participação!



Projeto tropeirismo nas escolas

Valter Fraga Nunes

Biólogo, Mestre em Botânica. Viamão/RS

Marco Aurélio Angeli (Zoreia)

Produtor Rural. Taquara/RS

Lucila Maria Sgarbi Santos

Professora, Idealizadora e Coordenadora do SENATRO. Bom Jesus/RS

Conhecer sua história, suas origens, sua cultura, são prioridades para identidade de um povo. São particularidades, são costumes, são crenças, são vivências que caracterizam a personalidade de uma comunidade, é o que a diferencia de outros núcleos humanos. A tradição nada mais é que a manutenção da vida ativa de um povoado, que é passado de geração a geração. No entanto, a tradição tem perdido força ao longo de muitos anos, dando lugar a modernidade. Ninguém se opõe a evolução tecnológica, mas ela deve ser sustentável e sem perda da identidade cultural regional. É esta identidade que nos diferencia dos demais povoamentos. Nem melhor, nem pior, simplesmente autêntico.

Figura 1 – Projeto Tropeirismo nas Escolas



Fonte: acervo dos autores.

As atividades rurais cada vez mais cedem ao progresso tecnológico, deixando hábitos usados por gerações anteriores ao relento do passado e mais tarde esquecidos. O Projeto Tropeirismo nas Escolas, não promove a ideia contra os avanços da ciência, e sim um olhar no sentido da valorização das raízes que fundamentaram o início de um núcleo social. Entender o processo evolutivo de expansão e permanência de uma comunidade em um determinado local, é vital para compreender e justificar sua própria existência.

Hoje, é praticamente impossível pensar em viver sem veículo motorizado, avião, energia elétrica, água encanada, celular, internet, etc. Neste tranco, a vida social foi se modificando, adequando-se as novas tendências.

Não podemos esquecer que, para chegar no estágio atual, muita gente trabalhou, inclusive dando a própria vida para que os filhos, netos e bisnetos pudessem hoje usufruir do conforto proporcionado pela modernidade.

Este Projeto tem duas origens independentes, mas convergentes. Uma com Marco Aurélio Angeli, durante a Semana Farroupilha de 2005, em Taquara, no CTG O Fogão Gaúcho. Marco teve a iniciativa de montar uma exposição de traíás e avios tropeiros e convidar as escolas de todas as redes (municipal, estadual e particular) para visitaçãõ. A notícia se espalhou e o público começou a participar. Atendiam as escolas nos dois turnos (manhã e tarde). No ano seguinte o sucesso foi maior e já com a presença de animais. O interesse e a curiosidade despertou uma demanda posterior pelas escolas, que começaram a solicitar mais informações. A primeira escola foi a EEEF Tristão Monteiro, cujo nome é em homenagem ao fundador de Taquara. Daí para frente várias escolas agendaram visitas ao seu sítio que possui um acervo considerável de equipamentos tropeiros e de animais. Em 2007, ocorre o 1º Acampamento Farroupilha do Vale do Paranhana, ampliando o projeto para as escolas da demais cidades que fazem parte desta região. Infelizmente desde 2015 o rancho tropeiro não faz mais parte do Evento.

Figura 2 – 5º Festejos Farroupilhas do Vale do Paranhana 2010. Marco Aurélio Angeli, Zoreia (montado na mula) e à direita falando às crianças



Fonte: acervo dos autores.

Outra vertente surge em Bom Jesus com a professora Lucila Maria Sgarbi Santos, que há tempo já vinha trabalhando o tema nas escolas, visto que, Bom Jesus é conhecida por ser a *Terra do Tropeirismo*. Em 2008, publica uma cartilha intitulada “Tropeirismo: Ensino Fundamental”, para que, tanto os alunos como os professores tivessem um material referencial com noções básica sobre o assunto.

A convergência de ideias ocorreu em 2010, quando a professora Lucila solicitou a Marco Aurélio Angeli, Claudio Silva Borges e Manoel Maria da Silva (Manoel Gaspar), que realizassem oficinas tropeiras nas escolas rurais do município de Bom Jesus.

Em 2015, já com minha participação, remodelamos todo o projeto a fim de proporcionar uma experiência mais ampla aos alunos, e desde então consagramos, o nome “Projeto Tropeirismo nas Escolas”. Neste ano trabalhamos três dias e atingimos 98 % dos alunos da rede municipal. Toda a estrutura foi montada no CTG Presilha do Rio Grande e as escolas se revezavam, divididas por faixa etária e por turnos (manhã, tarde e uma noite para EJA),

A metodologia pedagógica se desenvolveu em três momentos sequenciais mas distintos: 1- Introdução ao tema, utilizando recurso áudio visual, procurando relacionar personagens infantis já conhecido pelas crianças, criando assim, um ambiente e uma linguagem mais interativa, facilitando a compreensão e participação ativa delas na história do tropeirismo; 2- Visualização e contado na prática com materiais, equipamentos e um típico pouso tropeiro. Nesta fase é apresentado aos alunos o significado e a utilidade de várias peças expostas, bem como a importância econômica da atividade tropeira. Dois pontos que despertam maior curiosidade e uma alegria contagiante é a participação dos alunos de uma viagem imaginária dentro dos cestos e outra é a passagem por dentro do pouso. São eventos que ficarão registrado para sempre na memória destas crianças. Algo que mais tarde será repassado para seus futuros filhos; 3- Finalmente o contato com os animais, principais personagens do tropeirismo, onde é demonstrado na prática e detalhadamente o arreamento completo dos cargueiros. Além disso, é esclarecido algumas características e mitos do comportamento animal, sua docilidade e inteligência.

O resultado apareceu no SENATRO 2016, com uma linda amostra apresentada pelos alunos das escolas participantes do encontro de 2015. A exposição tinha maquetes, desenhos, colagens, entrevistas, história em quadrinhos, etc. Um espetáculo aparte do evento, ressaltando a prática como fixador de conteúdo.

Este modelo repetiu-se em 2019, com bastante êxito, desta vez, contando também com a participação de escolas da rede estadual (EEEF Conde

Afonso Celso). E alunos do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Frei Getúlio e Escola de Educação Infantil Ciranda do saber (particular).

Acreditamos que é nas escolas que os efeitos de autoestima e apropriação de um patrimônio imaterial local seja mais eficientemente resguardado, além de ter um poder multiplicador inesgotável, pois atinge a família em sua totalidade.

O Projeto Tropeirismo nas Escolas, nasce a partir de uma necessidade de retomada de valores e pertencimentos de uma identidade socioeconômica-cultural que está à beira do esquecimento e da extinção. Parece que muitas cidades esqueceram que surgiram e se desenvolveram através da atividade tropeira em suas múltiplas formas de ações.

Este projeto é disponibilizado para qualquer município que tenha interesse em desenvolvê-lo. Taquara, Igrejinha, São Francisco de Paula, Campo Bom, Cruz Alta e Rolante, parcialmente já se utilizam desde projeto, mas seria importante que mais cidades oferecessem aos seus alunos, uma retomada de suas raízes primárias, para que eles tenham a oportunidade de entenderem de onde vem, a origem de alguns costumes típicos de sua região, só assim sua identidade será revelada como um todo.

Figura 3 – 2ª edição do Tropeirismo nas Escolas em Bom Jesus/2019. E/D Lucila Maria Sgarbi Santos, Willian Marcelo dos Santos Goulart e Sinval Varela dos Santos



Fonte: acervo dos autores.



Mapas didáticos do ensino público no RS e outros dos caminhos tropeiros comparados com a cartografia primária

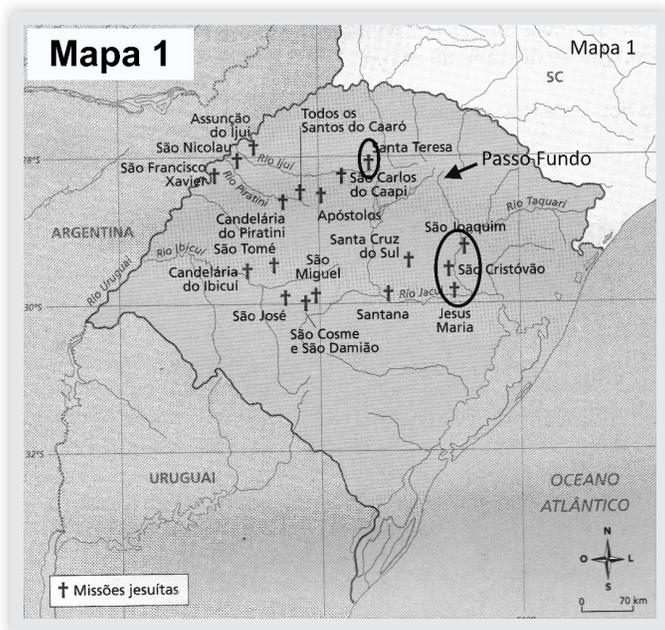
Valter Fraga Nunes

Biólogo, Mestre em Botânica e Pesquisador. Viamão/RS

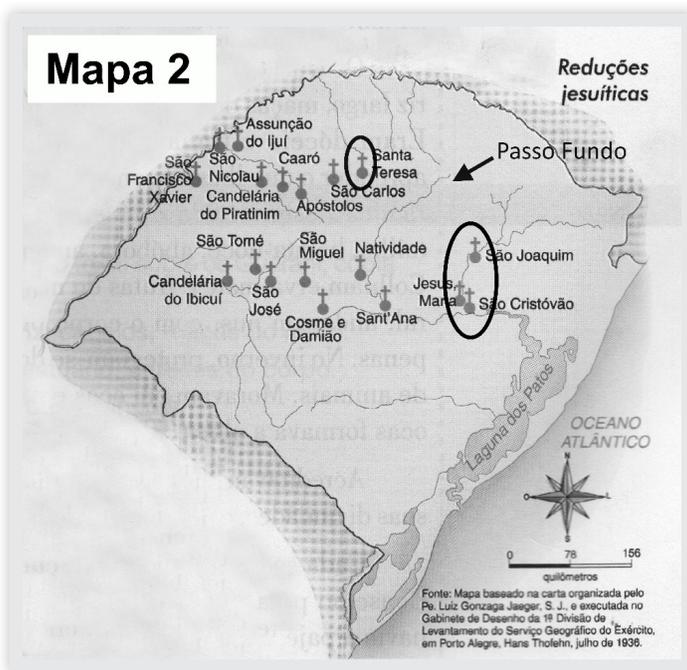
Faz algum tempo que se observa certa continuidade de uso de mapas didáticos, e outros criados para publicações referente às rotas tropeiras ou que possua elementos ligados ao tema, com várias deformidades de informações. Longe de ser críticas ofensivas ou de desmerecimento aquilo que já foi construído até agora, mas acredito que de tempos em tempos deve haver uma revisão, para ajustar possíveis enganos cometidos involuntariamente, provavelmente pela falta de material disponível ou difícil acesso aquelas existentes naquele momento, bem como a não consulta de pessoas mais experientes no assunto. “Ninguém se engana por que quer”. Atualmente existe a possibilidade de consulta a várias publicações que outrora eram praticamente impossíveis, graças a informatização virtual. Livros, documentos e cartografias antigas que até então ficavam “escondidas” nas prateleiras das bibliotecas ou em caixas dos arquivos de instituições públicas ou privada brasileiras ou de além fronteiras, agora podem ser visualizados online. Os mapas aqui expostos serão analisados e comentados do ponto de vista gráfico e não um estudo histórico aprofundado sobre os caminhos.

A cartografia primária numerada (Mapas: 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12), está referenciada no final e os demais são encontrados fartamente nos livros didáticos do RS e nas redes sociais e mídias virtuais.

Nestes dois primeiros mapas didáticos (1 e 2), não foram analisadas as Reduções a oeste, norte e sul, pois estão dentro dos limites aceitáveis entre os rios Uruguai (O e N) e Ibicuí - Jacuí (S), embora suas posições sejam discutíveis. No entanto, nas Reduções a leste, apresentam algumas inconformidades espaciais bem nítidas. Observem que São Cristóvão e Jesus Maria estão trocadas entre os dois mapas, sendo que o mapa 2, de acordo com as referências clássicas (PORTO, 1954, p. 95; BLAEU, 1965), é o que apresenta melhor configuração para este caso. Em ambos mapas, as duas Reduções acima citadas e mais a de São Joaquim, estão localizadas junto aos rios das Antas e Taquari. Nos mapas 3 e 4, verifica-se que estas Reduções foram construídas nas margens do Rio Pardo (Rio Iequi) e Pardinho.

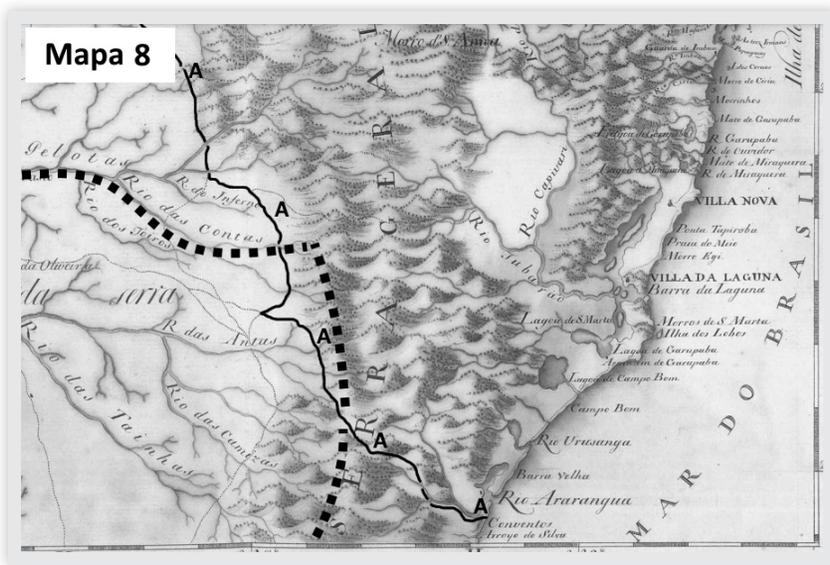


Fonte: acervo do autor.



Fonte: acervo do autor.

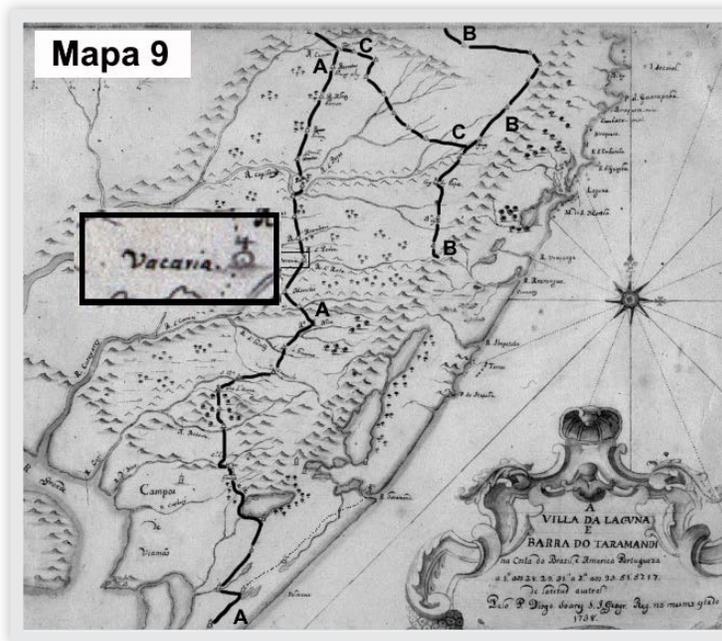
4ª - O suposto seguimento da linha B (Mapa 5) até o litoral, sugere que seja o Caminho dos Conventos iniciado por Francisco Souza e Faria em 1728 (SOUZA e FARIA, 1898, p. 238). No entanto, deveria passar primeiro na ponta do Rio Grande do Sul, hoje São José dos Ausentes (área pontilhada no Mapa 8), antes de seguir para Santa Catarina (linha A do Mapa 8). O Mapa 9 do Padre Diogo Soares de 1738, apresenta também parte do Caminho dos Conventos (B), entretanto, não aparece o trajeto de Araranguá até a chegada em cima da Serra, todavia mostra uma curvatura na extremidade inicial, levando a crer que existia a ligação com o litoral. Também é possível observar o atalho de Cristóvão Pereira de Abreu (C).



Fonte: acervo do autor.

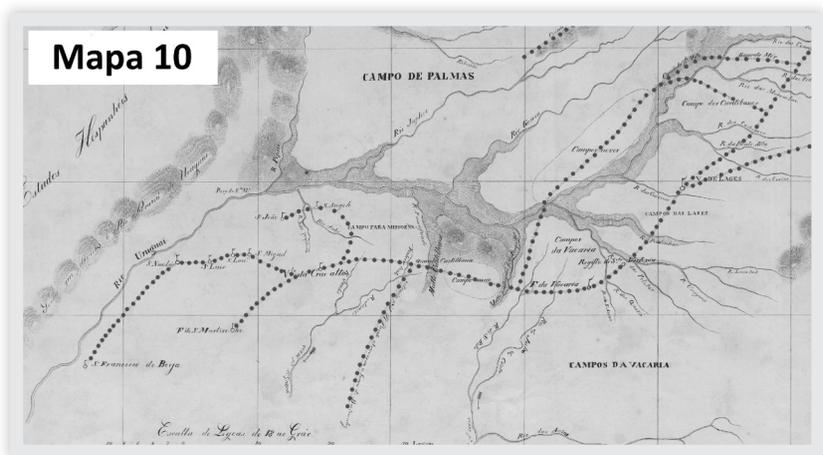
5ª - O Caminho de Viamão (Mapa 5, linha C), não iniciava na cidade de Viamão e sim onde hoje é Palmares do Sul (Mapa 6, linha A e Mapa 9, linha A), que recebia as tropas vindas do Sul pelo Caminho da Praia, passando por Capivari do Sul, Santo Antônio da Patrulha (Guarda/Registro) e São Francisco de Paula, onde a princípio, seguia próximo dos Aparados da Serra até encontrar com o de Caminho de Souza e Faria. Aos poucos foi se deslocando para o oeste, dentro dos Campos da Vacaria, atravessando o Rio Pelotas, provavelmente onde hoje é o Passo da Cadeia, depois o Passo de Santa Vitória e Passo dos Borges (Passo do Socorro). Nas primeiras décadas do Caminho do Viamão, em sua rota convencional, não passava pela Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira (Vacaria) como mostra no Mapa 6, linha A. Existia um caminho que vinha da Baquerias de los Pinares, linha

B do mesmo Mapa 6, que possivelmente tenha sido feito ainda pelos jesuítas e seus reduzidos para supervisionar sua gadaria. Embora no Mapa 9, de 1738, apareça escrito “vacaria” entre os rios das Antas e das Pedras, tudo leva a crer que se refere a um determinado ponto do Caminho do Viamão, onde havia muita gado, na qual era denominado de Campos da Vacaria. Segundo alguns pesquisadores (DOMINGUES, 1993, p. 48-58; RUSCHEL, 1993, p. 66-70), por volta daquela época (1738), havia grandes dificuldades de estabelecer um povoado onde hoje é a cidade de Vacaria, principalmente pelos constantes ataques dos nativos. Com a doação das primeiras sesmarias (1752-1758), estancieiros começaram a ocupar este lugar e após a criação da Capela Curada em 1761 e a elevação para freguesia em 1768, o povoado se fixou e cresceu, tornando-se um posto de fornecimento de gado e reposição de mantimentos para as tropas que passavam próximo. Este crescimento aumenta quando da passagem das tropas vindo da fronteira Oeste em direção ao Registro e Passo de Santa Vitória.



Fonte: acervo do autor.

6ª - A linha D do Mapa 5, correspondente ao Caminho das Missões, deveria continuar até Vacaria, como procedia nos primeiros momentos de uso, que provavelmente remota a 1808-1810 por João José de Barros (SOARES, 1974, p. 115-116; CAVALARI, 2004, p. 57) e 1816 por Atanagildo Pinto Martins (RODERJAN, 1992, p. 191-208), conforme mostra o Mapa 10.



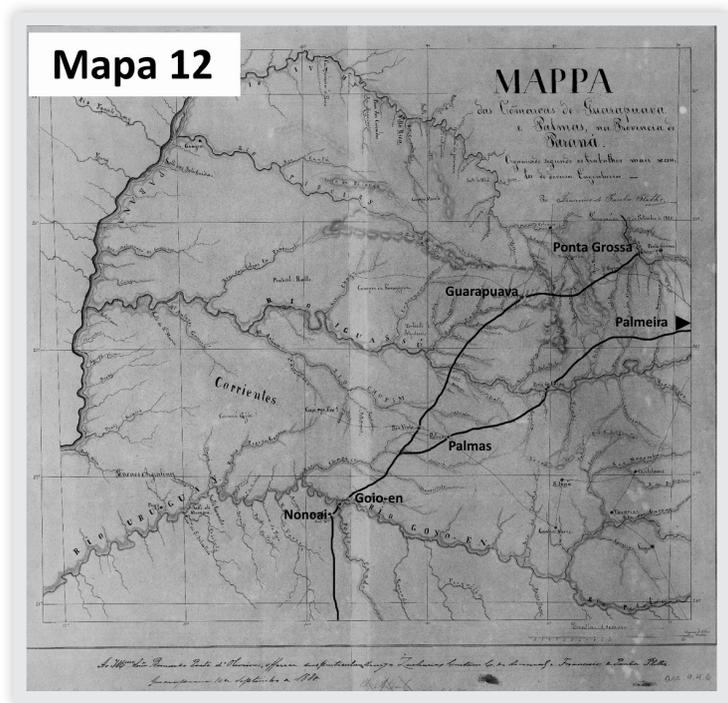
Fonte: acervo do autor.

7ª - A bifurcação próxima ao Rio Uruguai (Mapa 5, linha E), deveria ser bem antes, próximo a Lagoa Vermelha em direção ao norte, passando pelo Passo do Pontão. Tanto a linha F que chega após a cidade da Lapa, como a sequência da linha D até Lages, deveriam ser substituída por uma linha até Curitibaanos, conforme mostra o Mapa 11.



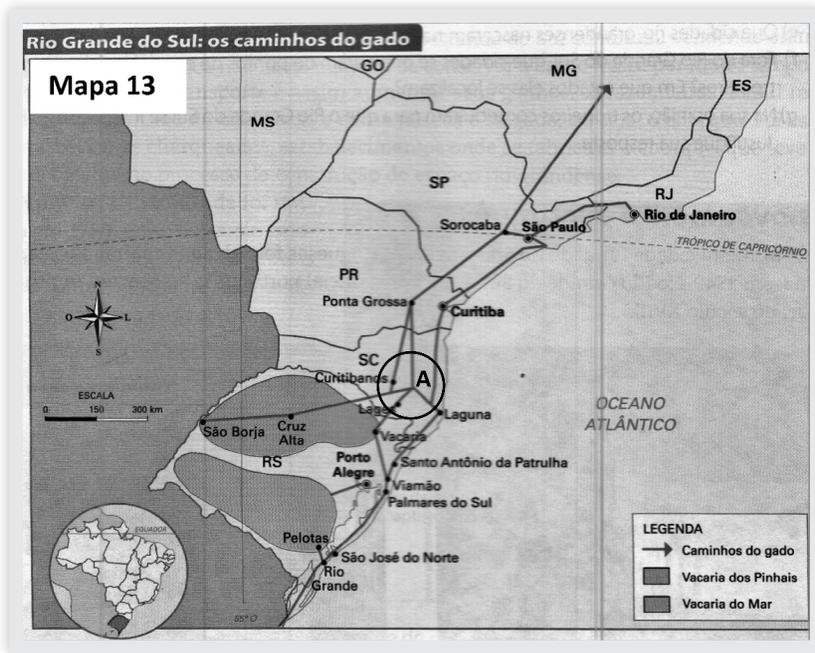
Fonte: acervo do autor.

8ª - Para finalizar no Mapa 5, resalto a supressão da última grande rota tropeira do Oeste sul-brasileiro, o Caminho de Palmas, que começou a ser utilizado a partir de 1845, desbravado por Francisco Ferreira da Rocha Loures (RODERJAN, 1992, p. 257-268). Este Caminho está representado no Mapa 12, sendo interessante observar que a bifurcação não se dá em Palmas e sim em uma coletoria após o Rio Chapecó.



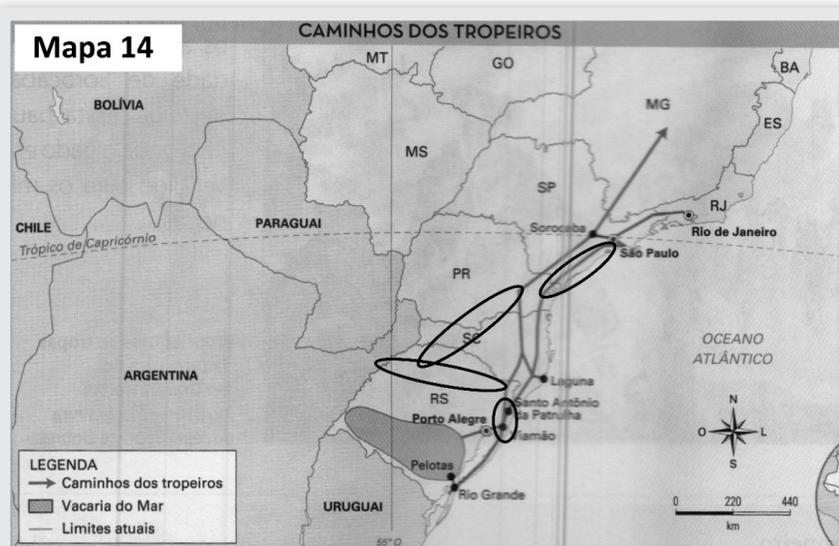
Fonte: acervo do autor.

O Mapa 13, além dos vários pontos discutíveis similares ao Mapa 5, apresenta um entroncamento muito curioso (**A**). Que localidade seria o ponto **A**, que recebe tropas vindas dos Caminhos do Viamão, Missões e Laguna e se ligava a Ponta Grossa no século XVIII e início do XIX? Faltou a ligação Lages com Curitiba.



Fonte: acervo do autor.

Outros mapas didáticos, do mesmo estilo, se repetem com os mesmos pontos discutíveis (áreas circuladas), como no Mapa 14.



Fonte: acervo do autor.

Na legenda do Mapa 14 aparece “Caminhos dos tropeiros”, o que me parece bem colocado, pois os tropeiros realmente transitaram por todos estas trilhas. Já no Mapa 15 aparece apenas o segmento **B** elencado como “Caminhos dos tropeiros”. Será que os demais não eram (**A** e **C**)!? Aqui acredito que haja uma confusão de terminologia entre os Caminhos. O segmento **B** representa o Caminho do Viamão, que entre tantos outros nomes, também ficou conhecido por Caminho das Tropas. A sugestão, para evitar confusão, é colocar Caminho do Viamão, não existe outro com esta denominação, enquanto, Estrada Real, Estrada ou Caminho das Tropas, Caminho do Sertão, Caminhos do Sul, Caminho da Mata, poderiam servir para outras rotas em locais diferentes.



Fonte: acervo do autor.

É provável que outros Estados tenham o mesmo problema sobre a elaboração de mapas didáticos, com referências às suas particularidades regionais, não sendo exclusividade aqui do RS. É importante que os Historiadores que revisam os livros da rede pública, tenham mais cuidado nestes pormenores. Podem até pensarem que são detalhes irrelevantes, mas a ilustração tem um poder imenso na fixação de conhecimento dos alunos nos primeiros anos de aprendizado. Portanto é interessante que eles sejam mais próximos da realidade, evitando conflitos de pensamentos futuros.

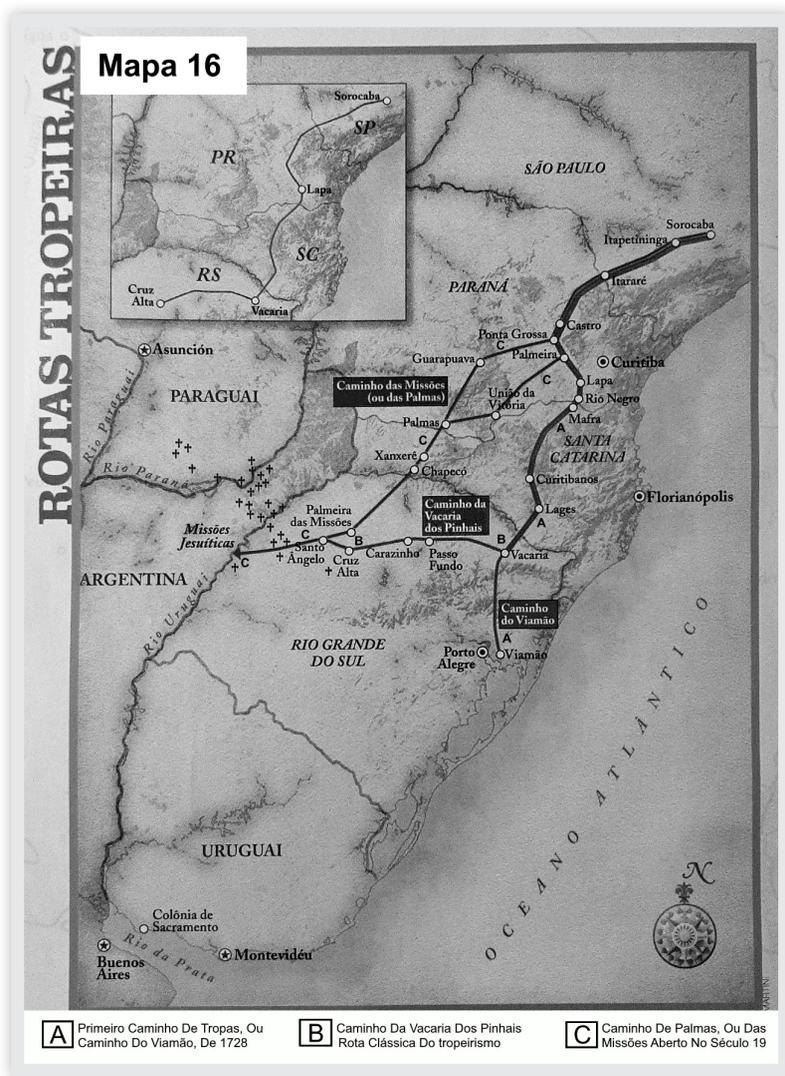
O Mapa 16 e os demais que se seguirão, foram feitos para publicações em revistas, jornais, artigos e/ou páginas na internet, apresentando os mesmos pontos discutíveis dos já observados nos Mapas didáticos.

Começando pelas legendas do Mapa 16, cujo caminhos estão representados originalmente por linhas coloridas, vermelho (**A**), verde (**B**) e azul (**C**):

Legenda **A**, “Primeiro Caminho de Tropa, ou Caminho do Viamão, de 1728”, tem duas sequências de informações duvidosas. Primeiro, não foi o primeiro caminho de tropas, antes era usado o Caminho da Praia e depois o Caminho dos Conventos (Souza e Faria). Segundo, a data de 1728 corresponde a abertura do Caminho dos Conventos e não o do Viamão. Além disso, o Caminho do Viamão não iniciava na cidade de Viamão e sim na altura de Palmares do Sul, como foi visto no Mapa 5 (5ª situação) e ratificados nos Mapas 6 e 9.

Legenda **B**, “Caminho da Vacaria dos Pinhais, Rota Clássica do Tropeirismo”, é outra denominação para o Caminho das Missões, que é bem mais amplo. Inicia em São Borja, passando também por São Miguel e vai no primeiro momento se juntar ao Caminho do Viamão, próximo do Registro de Santa Vitória. Posteriormente o trajeto foi desviado na altura do atual município de Lagoa Vermelha, até Curitibaanos, passando pelo Passo do Pontão (Mapa 10 e 11). O Mapa 16, demonstra um traçado menor, apenas de Cruz Alta a Vacaria.

Legenda **C**, “Caminho de Palmas, ou das Missões, Aberto no Século 19”, na realidade não iniciava em São Borja, que já estava interligado com o Caminho anterior, mas sim a partir de Santo Ângelo que tomava rumo para Nonoai. Logo em seguida, Cruz Alta, Passo Fundo e demais povoados da Região, também se conectaram com esta nova rota. A bifurcação ocorre antes de Palmas, no lado catarinense, como visto na situação 8ª do Mapa 5, confirmada no Mapa 12.

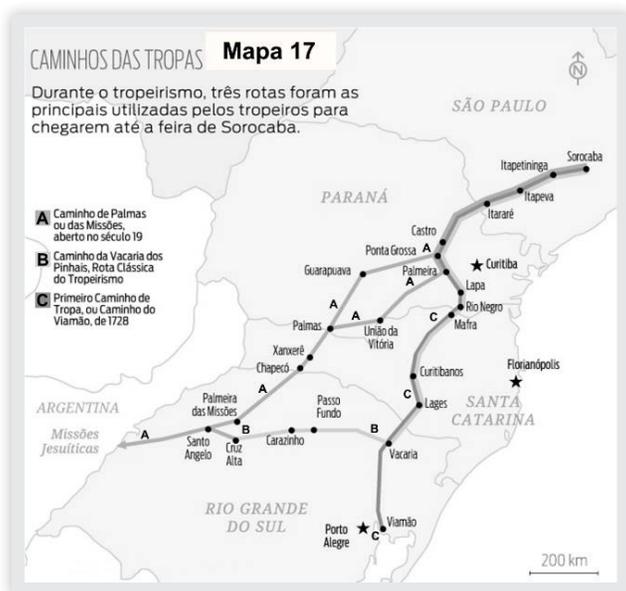


Fonte: acervo do autor.

O Mapa 17 mostra praticamente os mesmos traços do anterior, apenas em um fundo diferente. Portanto, valem as mesmas observações do Mapa 16.

O próximo, Mapa 18, é uma versão mais detalhada do anterior, mantem os Caminhos **A** e **B** (com as mesmas observações para o Mapa 16), acrescenta o Caminho de Souza e Faria (**C**) e o atalho de Cristóvão Pereira de Abreu (**D**) que corresponde bem ao Mapa do Padre Diogo Soares (Mapa 9). O Caminho do Viamão (**E**) muda seu início para Santo Antônio da

Patrulha, o que continua em desacordo com os Mapas 6 e 9 e a 5ª situação apresentada no Mapa 5. Além disso, apresenta uma sinuosidade estranha no início do trajeto.



Fonte: acervo do autor.



Fonte: acervo do autor.

Estes são alguns mapas que circulam na rede de ensino público e nas redes sociais, que se multiplicam rapidamente, sem nenhum critério de revisão. São estes detalhes observados ao longo desta publicação, que muitas vezes passam despercebidos em visualização rápida do leitor ou revisor de livros didáticos, causando no futuro possíveis confusões de informações, além de diminuir a qualidade do conteúdo desenvolvido pelos professores.

É compreensivo que, muitas vezes, talvez, a ideia é de fazer uma simples representação esquemática dos diversos caminhos que os tropeiros percorreram em suas jornadas, isto se justifica em demonstrações no quadro (negro, branco ou verde) em sala de aula. Nem todos os professores têm a obrigação de serem exímios desenhistas ou cartógrafos, mas a partir do momento que será feita uma publicação e circulará em vários meios de divulgação, deve-se ter uma atenção mais cuidadosa, pois haverá tempo para pesquisar e procurar se informar sobre o tema antes de publicar.

A Cartografia é uma excelente e essencial ferramenta para a compreensão da História, porém quando mal elaborada, causas enormes prejuízos educacionais. A Neurociência demonstra que a percepção de elementos visuais, são extremamente marcantes no processo de ensino aprendizagem. Segundo CURY (2007, p. 84): “A maioria de nossas impressões sobre o mundo e nossas memórias dele é baseado na visão. A informação visual domina nossas percepções e molda a maneira como pensamos”.

Como foi colocado no início deste artigo, não há intensão de julgar demérito nas imagens aqui apresentadas, mas sim de alertar que existem muitos pontos divergente do que nos informa a cartografia da época, as referências documentais e a historiografia consagrada.

Cartografias primárias

Mapa 3: BLAEU, Joan. *Paraquaria vulgo Paraguay*. Amstelodami [Amsterdam, Países Baixos]: Ioannes Blaeu exc., [1665]. 1 mapa, 45 x55cm em f. 49,5 x61. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart511917/cart511917.htm. Acesso em: 21 set. 2020.

Mapa 4: PORTO, Aurélio, *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 1954. v. 1, p. 95. Disponível também em: <https://archive.org/details/historiadasmisso01port>. Acesso em: 24 set. 2020.

Mapa 6: FARIA, José Custódio de Sá e. *Exemplo topographico da costa que se comprehende desde a ilha de S. Catherina, thé o cabo de S. maria & rio da Prata, thé a praça Nova Colonia do S.mo Sacram.to com o terreno adjacente a mesma costa [17--]*. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033422/cart1033422.html. Acesso em: 23 set. 2020.

Mapa 7: TAULOIS, Pedro Luiz. *Mappa de parte da provincia de Santa catharina, servindo para indicar os diversos pontos onde se achão collocadas as diversas colonias*, 1867. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart517177/cart517177.htm. Acesso em: 26 set. 2020.

Mapa 8: ROSCIO, Francisco José. *Mapas particulares extraídos da carta da capitania de Rio Grande de São Pedro e suas circunvizinhas até o rio da Prata [Manuscrito]*, 1783. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1095067/mss1095067.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

Mapa 9: SOARES, Padre Diogo. *A villa da Laguna e a barra de Taramandi, na costa do Brasil e America Portuguesa*. 1738. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/rede_memoria/projeto_resgate/iconografia_AHU/ahu-stc_1215/ahu-stc_1215.html. Acesso em: 27 set. 2020.

Mapas 10 e 11: BRITO, Tito Alves de. *Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territórios contíguos*. Rio de Janeiro, RJ: Lith. do Archivo militar, 1843. 1 mapa, 46,5 x 57,5cm em f. 48,7 x 64. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176716/cart176716.html. Acesso em: 3 out. 2020.

Mapa 12: PLETHZ, Francisco de Paula. *Mappa das comarcas de Guarapuava e Palmas na Província do Paraná. Organizado segundo os trabalhos mais recentes de diversos engenheiros Guarapuava*, 1880. Guarapuava, PR: [s.n.], 1880. 1 mapa, 48 x 54cm em folha de 57 x 62 cm. Escala 1:1.000.000 Acesso em: 3 out. 2020. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart525834/cart525834.html. Acesso em: 3 out. 2020.

Referências

CAVALARI, Rossano Viero. *A gênese da Cruz Alta*. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

CURY, Vera Cristina Sgambato. *Relações entre a neurociência e o ensino e aprendizagem das artes plásticas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Artes Plásticas) Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27131/tde-23072009-204411/pt-br.php>. Acesso em: 28 set. 2020.

DOMINGUES, Moacyr. O Caminho das Missões. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 48-58.

RODERJAN, Roselys Vellozo. *Os Curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (século XVI a XIX)*. Curitiba: IHGEP; Works Informática - Editoração Eletrônica, 1992.

RUSCHEL, Ruy Ruben. Ponderações sobre proto-história do Caminho Vacaria-Passo Fundo, In: BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). *Raízes de Lagoa Vermelha*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 66-70.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*: apontamento para a história de Palmeira das Missões, comemorativos do primeiro centenário de sua emancipação política. Porto Alegre: Bels, 1974.

SOUZA E FARIA, Francisco de. Notícia - 1ª prática. Dada ao R. P. Diogo Soares pelo sargento-mór da Cavallaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor e abridor do dito caminho. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 1898 v. 69, p. 237-243. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsQi1NUMhaY2txT28/view. Acesso em: 24 set. 2020.



O tropeirismo na base curricular das escolas de Bom Jesus/RS (entre a teoria e a prática): enraizamento, pertença, consciência, (re)conhecimento e orientações práticas de sala de aula

Véra Lucia Maciel Barroso

Historiadora e Socióloga. Porto Alegre/RS

Esta abordagem é destinada a toda a comunidade, mas, principalmente, aos professores e alunos dos anos de formação escolar básica. Trata-se de difundir saberes e experiências mais próximas, que devem ser somadas aos conhecimentos universais. Aprender com a experiência dos que nos precederam e saber valorizar a nossa herança cultural, é construir “o novo” sobre bases sólidas.

Os saberes e as experiências de vida de uma comunidade constituem parte fundamental da sua herança cultural e, como tal, integra seu patrimônio. Ou seja, o patrimônio não se resume aos objetos e monumentos representativos da memória nacional ou aos centros históricos consagrados e protegidos por órgãos públicos.

Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade como: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar, colher e comercializar, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças, as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais, as festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares... São múltiplos aspectos que podem assumir a cultura viva e presente de uma comunidade.

Todos os povos produzem cultura e cada um tem uma forma de expressar a *diversidade cultural*. Não existem culturas mais importantes que outras. Nunca como agora se fala tanto, em todos os meios, sobre patrimônio e cultura; na academia e fora dela.

Mas, o que é patrimônio? - pode ser um conjunto de bens de uma instituição, empresa, associação, família ou de pessoas: está associado a valores monetários, à riqueza; mas não só esse é o seu sentido.

É uma palavra de origem latina, derivada de *pater*, que significa pai, num sentido mais social do que a simples referência à paternidade física. Tem o sentido de herança, ou seja, de legado; aquilo que o pai deixa para os filhos.

Patrimônio também pode se referir ao conjunto de bens produzidos por outras gerações, ou seja, os bens resultantes da experiência coletiva que um grupo humano deseja manter como *perene* (preservar).

Nesse sentido, patrimônio supera a definição de um conjunto estático de objetos, construções, documentos, obras, etc. Pode ser, portanto, uma marca, um vestígio que identifica pessoas ou grupos sociais em momentos temporal e culturalmente distintos.

Portanto, patrimônio = herança/legado que identifica uma comunidade.

A seleção/a escolha do patrimônio de uma comunidade depende da atribuição de valor dado por ela. Este é ponto central para a noção de patrimônio.

Essa valoração, ou seja, a seleção de elementos materiais ou imateriais do passado passíveis de preservação, depende das concepções/compreensões/dos significados que as pessoas têm/atribuem em determinado tempo e contexto histórico.

No Brasil, desde o início da República, emergiram as discussões sobre a identidade nacional, que se expressaram e se firmaram com base no seu patrimônio cultural.

Em 1936, Mario de Andrade, a pedido do Ministro Capanema, elaborou anteprojeto de criação de um órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico nacional: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse projeto revela o caráter educativo e didático do patrimônio e a preocupação com a diversidade cultural: o respeito a todas as manifestações e o caráter de inclusão. O jurista Rodrigo Melo Franco de Andrade deu a configuração do projeto concretizado no Decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937: primeiro instrumento jurídico brasileiro sobre patrimônio. Esse decreto normatizou a atividade de preservação.

A Constituição do Brasil, de 1988, no seu artigo 216, tem a seguinte redação: Constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza ma-

terial e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Esse artigo deve ser transposto para os âmbitos regional e local

Bem cultural é o resultado da ação do homem, fruto da relação que ele estabelece com a natureza e com os outros homens. Quando o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, através do trabalho, ele produz objetos, cria instrumentos e utensílios, estabelece normas, elabora regras de convivência, expressa seus sentimentos e emoções, lida de diferentes formas com os elementos ao seu redor e organiza ritos, festas e celebrações para expressar suas crenças.

Os bens culturais herdados por uma comunidade de seus antepassados, expressam os saberes e as formas próprias que identificam aquela comunidade e que a faz ser diferente das outras.

O próprio, o diferente é o *original!*

Original tem a ver com as origens, com a herança herdada, com o respeito às raízes daquele lugar, daquela comunidade.

O que mais importa? É ser igual ou diferente?

O diferente é o próprio. É o original que vem da base, da raiz, do alicerce, da origem.

Um povo enraizado, não se deixa colonizar/dominar anulando seus valores, seus bens. O sentimento de pertença promove o protagonismo de cada um no lugar onde vive. É o sentido de fazer parte que estabelece a inclusão e o respeito à identidade.

Revisando...

Os bens culturais que recebemos de outras gerações contribuem para a formação de identidades de grupos e categorias sociais. Os bens culturais fazem parte da memória coletiva e, como tal, permitem-nos estabelecer elos de pertencimento com os nossos antepassados. Desconsiderar essa produção cultural herdada, é esquecer nossas raízes, é deletar nossas origens.

O sentimento de pertencer, de sentir-se parte de uma comunidade é consequência do conhecimento que se tenha dessa comunidade. Quanto

mais eu conhecê-la, mais vou valorizá-la e preservar seus valores. E mais vou amá-la e fazer por ela! A educação é o canal, é o meio.

Essa premissa foi pauta de vários documentos já na década de 1970 que postulam a necessidade de trabalhar as questões patrimoniais em todos os níveis de ensino, oportunizando a atribuição de significados aos bens culturais das gerações que nos antecederam.

Na Carta de Atenas (1981) está a recomendação de que “os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse de uma maneira geral [...]”

Educar para o passado!

O direito à memória! Um direito de cidadania!

Na década de 1980, no Brasil, a expressão Educação Patrimonial ganhou espaço e foram lançados os pressupostos de uma metodologia para implementar ações educativas voltadas ao respeito e preservação dos bens herdados do passado.

Entretanto, convivemos diariamente com a destruição do patrimônio cultural e com a omissão e o descaso, tanto dos poderes públicos quanto da comunidade.

Fotos, documentos, livros, objetos e mobiliário são descartados, pois muitos os consideram um incômodo, um estorvo ou elementos sem valor.

O novo é o que importa! A sociedade de consumo é sedutora.

Construções antigas são derrubadas na calada da noite para dar lugar “ao moderno”.

Mais do que isso. Estamos relegando ao esquecimento saberes, festas populares e religiosas, maneiras de cultivar, saberes do fazer, produções artesanais...

Nesse processo retiramos a luz, o ar e o alimento que mantêm vivas nossas raízes, e rompemos os elos que nos possibilitam estabelecer relações de pertencimento.

Não nos reconhecendo como parte da comunidade onde vivemos, perdemos pouco a pouco a memória... a identidade.

O que se constata nas nossas comunidades é o mal de Alzheimer cultural imperando: perda da memória dos bens - valores legados de nossos antepassados.

A herança cultural não pode gerar estranhamento ou indiferença.

“Um povo que leiloa sua identidade está condenando as futuras gerações não somente à pobreza espiritual, mas também à mais material das indigências.” (BOTELHO, José Francisco Hillar Tavares. *Patrimônio histórico: lucro ou prejuízo?* Correio do Povo, Porto Alegre, 14 fev. 2012, p. 8).

O trabalho educacional com as futuras gerações poderá reverter o des-caso para com o patrimônio e superar a postura de omissão frente ao legado das gerações que nos precederam.

No mundo em que vivemos, a escola tem um desafio: o de romper com os currículos monoculturais e manter diálogo com outras culturas, trabalhar com as diferenças e semelhanças, analisar e respeitar o que é próprio do lugar.

Em meio a tudo isso, a escola tem que achar um caminho possível para formar e informar o cidadão para o século XXI.

Que tipo de cidadão formar? Que conhecimentos deter? Que valores respeitar? O que valorizar? O que descartar? O que deletar?

Diante do imediatismo! Diante do pragmatismo! Diante do hedonismo! Diante da curtição! Diante do consumismo! Diante dos desvalores de toda a sorte!

É um grande desafio, que exige tomada de atitude, busca de conhecimento e ação!

A escola/a educação que pretenda formar cidadãos conscientes – não alienados e colonizados – não pode abrir mão do compromisso com a afirmação da identidade.

Então, concretamente, como construir uma proposta pedagógica que dê forma e conteúdo a esta escola/educação que tenha compromisso com a afirmação da identidade das pessoas com o seu lugar?

Para tanto é necessário conhecer a Metodologia da Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultural local.

A Educação Patrimonial consiste na implementação de ações educativas de investigação, apropriação e valorização do patrimônio cultural.

Investigação = conhecimento

Apropriação = pertencimento

Valorização = consciência

O trabalho com a produção cultural das gerações que nos antecederam permite reativar os processos de memória, descobrindo como nossos antepassados produziam a satisfação de suas necessidades, como resolviam seus problemas imediatos e como se organizavam socialmente.

Esse processo de reconhecimento, atribuição de significado e de identificação da herança cultural de nossa comunidade, nos faz entender o que somos hoje para definir o rumo futuro.

Um trabalho educativo que considere os bens culturais (como conteúdo escolar – currículo) pressupõe o envolvimento de toda a escola, de toda a comunidade. Portanto, não pode ficar restrito aos muros da Escola.

Associações, empresas, entidades de classe, autoridades públicas e família têm a responsabilidade, tanto de realizar ações dessa natureza, quanto de participar naquelas promovidas por qualquer segmento da sociedade.

Primeira dica prática!

A Metodologia que embasa as propostas de Educação Patrimonial têm como princípio a experiência direta (oficina) com os bens culturais. Ou seja, a investigação de qualquer elemento do patrimônio cultural deve ser efetivada no seu ambiente. A observação concreta, real e direta do objeto de investigação não pode ser substituída pelo discurso, pela fala do professor.

A Metodologia é um processo ativo de – investigação; - conhecimento; - descoberta.

O aluno deve ser estimulado a ser um detetive, um pesquisador/investigador e um sujeito ativo! Ou seja, a compreensão se constrói na prática.

Etapas da proposta metodológica:

- a) observação
- b) registro
- c) exploração
- d) apropriação

Mas, antes, o primeiro passo é o da organização e planejamento do trabalho educativo. E essa ação/esse 1º passo está ligado diretamente com o conhecimento do professor sobre o tema/sobre os bens culturais – legados/herança da comunidade.

O professor deve estabelecer e deixar claro e explícitos os seus objetivos e apresentar os conceitos que embasam seu trabalho e quais as habilidades que espera que os alunos desenvolvam.

Feito o planejamento, parte-se para o trabalho com os alunos, a cada etapa:

a) *Observação*: visa identificar o bem cultural que está em foco – analisado.

O professor deve organizar fichas de orientação para essa observação ou questionar os alunos no momento de sua realização.

b) *Registro*: consiste na descrição verbal ou escrita da observação, podendo usar imagens e mapas.

c) *Exploração*: é a etapa em que o bem cultural é contextualizado, envolvendo o levantamento de hipóteses, a discussão e a pesquisa de campo (entrevistas com avós) ou em livros (cartilha).

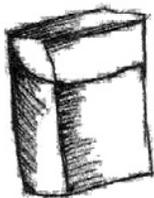
d) *Aplicação do conhecimento*: é a etapa da elaboração da síntese pelo aluno. É a etapa em que ele mostra por diferentes meios de expressão o que aprendeu.

O patrimônio cultural e o meio ambiente histórico em que os alunos estão inseridos oferecem oportunidades de provocar sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles.

A Metodologia da Educação Patrimonial pode levar os professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula ou nos próprios locais, onde são encontrados, como peças *chave* no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera ilustração das aulas.

Definido o objeto/tema de estudo, a ação educativa se desenvolverá nas etapas metodológicas, aqui demonstradas por um exemplo.

Objeto



Bruaca

a) Observação: exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparações, dedução, jogos de detetive.

Aspectos a observar	Outras perguntas
Aspectos físicos: o que parece ser este objeto	Que cor tem? Que cheiro tem? Que barulho faz? De que maneira é feito? O material é natural ou manufaturado? O objeto está completo? Foi alterado, adaptado ou conservado? Está usado?
Construção: como foi feito?	Onde foi feito? Foi feito a mão ou a máquina? Foi feito em uma peça única, ou em partes separadas? Com uso de molde ou modelado a mão? Como foi montado? (com paha? Vime? Corda? Couro?

Aspectos principais a observar	Outras perguntas
Função: para que serve?	Quem o fez? Para que finalidade? Como foi ou é usado? O uso inicial foi mudado?
Forma: o objeto tem uma boa forma? É bem desenhado?	De que maneira a forma indica a função? Ele é bem adequado para o uso pretendido? O material utilizado é adequado? É decorado, ornamentado? Como é a decoração? O que a forma e decoração indicam? Sua aparência lhe agrada?
Aspectos principais a observar	Outras perguntas
Valor: quanto vale este objeto?	Para que as pessoas a fabricaram? Para as pessoas que o usam? Ou usaram? Para as pessoas que a guardaram? Para as pessoas que a venderam? Para vocês? Para um banco? Para um museu?

Fonte: HORTA, 1999.

b) Registro das observações: - relato verbal (em roda, explosão de ideias); - desenho (cada um desenha o seu, e após mostra e descreve para os colegas).

c) Exploração e levantamento de hipóteses: - entrevista com avós/pais; - pesquisa na biblioteca; - visita ao museu e bate papo gravado ou filmado; - conversa com artesãos que produzem o objeto estudado.

d) Aplicação do conhecimento: - jogos de armar; - quebra-cabeças; - história em quadrinhos; - peça de teatro; - exposição; - vídeo.

Os alunos vivenciando a experiência concreta da observação, análise e registro, eles se integrarão aos bens culturais – objetos de estudo como instrumento de ensino, utilizando os resultados da observação, análise, registro e pesquisa, aplicados aos conteúdos programáticos em todas as disciplinas.

Importa resgatar a cultura do cotidiano, do contexto em que a criança é socializada e valorizar esses elementos, não como um recurso pedagógico, mas por serem eles parte da sua realidade social e emotiva, base referencial da sua identidade cultural.

Exemplo de Programa:

Bom Jesus é a terra do tropeirismo

- 1) A casa do tropeiro, os espaços e as mobílias
- 2) Documentos familiares
- 3) Indumentária das famílias e dos tropeiros
- 4) Instrumentos de trabalho familiar e do tropeiro
- 5) Cultivos familiares e alimentação do tropeiro nas tropeadas
- 6) Flora nativa da área das casas e dos caminhos tropeiros
- 7) Fauna nativa da área das casas e dos caminhos tropeiros
- 8) Água I - na casa e entorno
- 9) Água II - nos caminhos das tropas
- 10) Costumes da casa e do cotidiano dos tropeiros
- 11) Dificuldades nas viagens das tropas
- 12) Lazer em família e nas tropeadas

Bom trabalho! É possível? O primeiro passo é a tomada de consciência da necessidade da mudança, a partir da compreensão de que a educação é a opção do compromisso! Sem esta percepção, o continuísmo pedagógico segue em prejuízo da educação para a cidadania. Pobres comunidades, se essa for a opção!

Referências

GADOTTI, Moacir. *Educação e poder: introdução à Pedagogia do Conflito*. 8. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et al. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. *Educação Patrimonial: a experiência da quarta colônia*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial: orientações para professores do Ensino Fundamental e Médio*. Caxias do Sul: Maneco, 2004.



Valorização da cultura tropeira pela educação escolar

Amarildo Luiz Gaio

Engenheiro Agrônomo, Produtor Rural e Prefeito Municipal (2009 a 2016). Urupema/SC

Cultura e oportunidade para todos

A Prefeitura Municipal realiza, anualmente, eventos próprios ou em parcerias, para que a população urupemense possa divertir-se em suas horas de lazer. Nas quais acontecem torneios de laço, festas tradicionalistas, jogos, festivais, seminários, formaturas e outros. Investir em cultura é assegurar um futuro melhor para todos, por isso administração 2009-2016 implantou importantes projetos promovendo a cultura e a inclusão social, proporcionando aos urupemenses, o desenvolvimento de habilidades e talentos, antes escondidos e que agora vem fazendo a diferença em suas vidas. Mais de 150 pessoas, de idades variadas integram esses projetos e vem, desde 2009, realizando apresentações no município e em várias cidades do Estado de Santa Catarina. O calendário de eventos começa em janeiro com diversas festividades e se estende até dezembro.

Urupema Tropeira

Em maio de 2015, o município realizou em parceria com a ONG NATA, o I Encontro Nacional do Tropeirismo – I ENAT, com uma programação bastante rica envolvendo conhecedores do tema. Junho é o mês de aniversário, e a Prefeitura sempre prepara uma programação especial para comemorar a data.

Após o encerramento do I ENAT foi realizada uma Audiência Pública convocada pela Câmara de Vereadores para *Elaboração da Carta Tropeira de Urupema*, a qual foi realizada em parceria com integrantes do Núcleo de Amigos da Terra e Água- NATA, e teve significativo número de participantes da comunidade e convidados.

Figura 1 – Cartaz do I ENAT de Urupema



Fonte: Prefeitura Municipal de Urupema.

Foi ainda proposta a instituição de Lei específica criando a Semana e Dia do Tropeiro no município de Urupema, a qual foi aprovada pela Câmara de Vereadores, sancionada e promulgada pelo poder Executivo.

Semana e Dia do Tropeiro de Urupema/SC

LEI ORDINÁRIA Nº 944 DE 07 DE JULHO DE 2015.

Lei nº 944/2015 INSTITUI NO MUNICÍPIO DE URUPEMA A SEMANA E O DIA DO TROPEIRO.

AMARILDO LUIZ GAIO, Prefeito Municipal de Urupema/SC, faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei.

Art 1º - Fica instituído no Município de Urupema, a Semana do Tropeiro, a ser celebrada anualmente na última semana de mês de maio e o dia do Tropeiro no último dia do mesmo mês, e integrará o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art 2º - Compete ao Poder Executivo, por meio de recursos disponíveis, assim como a comunidade em geral promover eventos e palestras objetivando discussões sobre temas tradicionais sobre o Tropeirismo.

Parágrafo único: Sempre que possível, as atividades e manifestações descritas no caput, serão incorporadas nos demais eventos turísticos e/ou culturais, promovidos no Município.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Urupema em 07 de julho de 2015.

AMARILDO LUIZ GAIO

Prefeito de Urupema – SC

Festas Tradicionalistas

O Poder Executivo estimulou também a criação e comemoração da Semana Farroupilha em Urupema/SC.

Projeto de Levantamento de antigas trilhas equestres em Urupema

Em 2016, a prefeitura municipal de Urupema fez também parceria com a ONG NATA num projeto de avaliação e levantamento de antigas trilhas equestres, a maior parte delas oriundas do ciclo de tropeirismo regional.

Coral Municipal Cantos da Serra

Com atividades iniciadas em 2009, o grupo reúne-se semanalmente para ensaios sob a regência de Joed Jeffer Ferreira de Melo e é composta por jovens e adultos. Com um repertório variado contendo músicas eruditas, sacras, populares e tradicionalistas, o grupo já se apresentou em vários eventos municipais e intermunicipais como Encontros de Corais, em Florianópolis, Agrolândia, Alfredo Vagner e participação especial na Missa do Santuário de Santa Paulina em Nova Trento.

Grupo Municipal de Flauta Doce

Também implantado em 2009 e comandado pelo regente Joed, é formado por alunos de 9 a 15 anos de idade. O Grupo também tem várias apresentações realizadas no município e fora dele.

Invernada Artística Municipal

Como o município possui boa parte da população adepta ao tradicionalismo. A administração implantou aulas de danças com a contratação do instrutor Carlos Roberto Arruda, formando a Invernada Artística Mirim, Invernada Artística Infanto-Juvenil, Invernada Artística da Escola Infantil e a Chula.

Casa da Cultura Ana Paula da Silva Souza

Importante conquista para a cidade.

Urupema passou a oferecer mais um espaço de visitação e fonte de pesquisa com a implantação e inauguração da Casa da Cultura Ana Paula da Silva Souza. O espaço resgatou em forma de linha do tempo a evolução através de fotos e fatos históricos desde a fundação da Vila de Sant'Ana até a atualidade, apresentando também peças antigas e raras, disponibilizadas por moradores.

Fitoterápicos – um diferencial

Um benefício importante que o município oferece gratuitamente a população são os medicamentos de uso fitoterápicos, importantes na prevenção, promoção e recuperação da saúde.

Urupema em festa

A Prefeitura Municipal realiza, anualmente, eventos próprios ou em parcerias para que a população urupemense possa se divertir em suas horas de lazer. O calendário de eventos começa em janeiro com diversas festividades e se estende até dezembro, onde acontecem torneios de laço, festas, comemorações, jogos, festivais, seminários, formaturas e outros. Em maio de 2015 o município realizou o Encontro Nacional do Tropeirismo com uma programação bastante rica envolvendo conhecedores do tema. Junho é o mês de aniversário e a Prefeitura sempre prepara uma programação especial para comemorar a data. Para finalizar o calendário de eventos no mês de dezembro tem uma programação especial com o Natal na Praça que envolve toda a cidade. As ruas e residências ganham luzes e todas as crianças do município recebem um presentinho do “Papai Noel da Prefeitura”, e, posteriormente, aconteceu o Réveillon com muitos festejos e queima de fogos de artifícios.



O estudo do tropeirismo e da história regional na formação de professores: memória oral e objetos históricos

Edgar Bueno Silveira

Tradicionalista, Coordenador do Departamento Cultural do CTG Rancho da Integração, Pesquisador, Professor, Pedagogo, Especialista em Educação das Relações Étnico-raciais e Multiculturalismo e Tecnologias em Educação. Vacaria/RS

O presente trabalho foi elaborado com base em um artigo acadêmico referente a um projeto de ensino, exigência para colação de grau de Licenciatura em História. O tema escolhido para o Projeto de Ensino foi “O estudo do tropeirismo e da história regional com alunos do 2º ano do Ensino Médio: memória oral e objetos históricos”. Esse conteúdo normalmente consta nos livros didáticos de História do Ensino Médio, podendo ser adaptado para todas as etapas da Educação Básica. O trabalho apresenta aspectos teóricos, metodológicos, práticos, pesquisa bibliográfica e de campo. Sua apresentação no SENATRO visa contribuir para a formação de professores da educação básica, inspirando-os a desenvolverem práticas pedagógicas que valorizem a história local e regional, a história oral e a contribuições de

personagens anônimos da história do tropeirismo, e assim sendo, do tradicionalismo gaúcho.

O tropeirismo está presente na História mundial, da América, do Brasil, e muito fortemente na História local e regional de Vacaria. Foi uma prática que perpassou séculos e aconteceu em locais muito distintos no planeta.

Inúmeras fontes comprovam a atuação dos tropeiros na região conhecida como Campos de Cima da Serra, região esta onde está localizado município de Vacaria, foco principal deste trabalho. Essas fontes, tanto orais, escritas, nomes de acidentes geográficos, toponímia, surgimento e desenvolvimento de cidades, povoamento de localidades, mapas, entre outras, atestam a necessidade de se desenvolverem mais estudos a cerca do tema, bem como desenvolver conhecimentos com nossos alunos a respeito do mesmo.

Valendo-se de fontes escritas, a fundamentação teórica desde estudo vai corroborar com os relatos orais de tropeiros aposentados, que com grande empatia e cordialidade, deram seus relatos do tempo em que tropeavam. Os relatos orais comprovam aquilo que a literatura apresenta.

Muitos materiais e equipamentos utilizados ao longo dos tempos pelos tropeiros servem como documentos históricos e, conseqüentemente como fonte de estudo.

Inúmeros autores apontam para a importância da história local e regional, bem como para o uso de objetos históricos e de fontes orais como ponto de partida para pesquisas, bem como sua conclusão, além de destacarem a importância da valorização da história local e regional, micro-história, inserida num contexto global da macro-história.

As atividades propostas para serem desenvolvida com estudantes do segundo ano do Ensino Médio presentes neste estudo levam a esse caminho.

O presente projeto é de grande importância para a história local e regional dos Campos de Cima da Serra, em especial ao município de Vacaria. Apesar de ser de certa complexidade, é plenamente possível de ser colocado em prática, uma vez que os entrevistados que darão seu testemunhos orais, bem como mostrarão seus objetos utilizados quando eram tropeiros, já deram esse depoimento e mostraram esses objetos no Centro de Tradições Gaúchas Rancho da Integração, em Vacaria. Por se tratar do conteúdo do segundo ano do Ensino Médio, constando inclusive no livro didático dos alunos, certamente o projeto será bem aceito pelos estudantes.

O trabalho está direcionado para o ensino e a aprendizagem da história na educação básica, uma vez que o tropeirismo perpassou vários momentos da história do nosso país e da América como um todo. O projeto contempla a docência e a pesquisa, pois os alunos serão parte importante do processo,

uma vez que eles é que vão elaborar os questionários, filmar as entrevistas utilizando o celular e produzir os vídeos com softwares que dominam em seus computadores pessoais.

Estando plenamente relacionado com os conteúdos na disciplina de história, será possível desenvolver o conteúdo escolhido no segundo ano do Ensino Médio, embora se trabalhe a história do Brasil também no ensino fundamental, ambas etapas da educação básica.

Os limites de pesquisa e recorte histórico do projeto estão bem definidos. Apesar de o tropeirismo ter sido uma prática mundial, como na Rota da Seda na China Antiga e Medieval, com os Berberes e Beduínos no Saara Antigo, ou ainda com o transporte de ouro e prata na América Colonial. No Brasil, tropas de mula xucra, de mula de cargueiros, de gado e de outros animais foram uma constante, tanto no Brasil Colonial quanto Imperial, e posteriormente no Brasil Republicano.

Existe uma vasta bibliografia e outros materiais de fácil acesso para a elaboração do projeto e execução do mesmo. O tema consta nos livros didáticos, e muitos mapas encontram-se disponíveis em livros relacionados ao tema e mesmo na internet. Outros recursos, como os objetos históricos que serão utilizados, bem como o testemunho oral dos “tropeiros aposentados” são outras fontes de conhecimento de fácil acesso. É plenamente possível trabalhar com esses documentos históricos na educação básica, uma vez que os próprios PCN de História e livros didáticos destacam o tema e a utilização dos documentos escolhidos, além da valorização da história oral, local e regional.

Apesar de toda a relevância da temática, o tropeirismo é ainda pouco explorado no âmbito escolar. A história da região conhecida como Campos de Cima da Serra são intimamente ligados à atuação dos tropeiros. A História, as primeiras incursões e caminhos que ligavam a região à capital e a Santa Catarina também unem as estas cidades a um aspecto comum: a própria ocupação e povoamento da região. Há registros de que a primeira incursão de homens brancos na região de Vacaria foi liderada por Francisco de Sousa e Faria, que em 1729 chegou à região entrando pelos Aparados e deslocando-se até os Campos de Cima da Serra. Mais tarde, em 1738, Cristóvão Pereira de Abreu, o mais importante dos tropeiros já conhecido pela história gaúcha, fez o mesmo trajeto. Tal rota permitiu que chegassem à nossa região os primeiros habitantes não índios da história, uma vez que Francisco de Sousa e Faria e seus liderados não se fixaram nestes pagos. Por volta de 1730, uma nova rota para as tropas que saíam do Rio Grande do Sul chegassem até o sudeste brasileiro surgiu, passando por Vacaria, atravessando o rio Pelotas

no Passo de Santa Vitória, chegando a Lages, indo a Curitibaanos, Campo Largo e São José dos Pinhais. Era o *Caminho de Sorocaba*.

Em 1752, foram concedidas as quatro primeiras sesmarias do Distrito da Serra, como era conhecida a região. Entre os sesmeiros, estavam novamente Francisco de Sousa e Faria e Cristóvão Pereira de Abreu, que começava a expandir seus domínios e territórios pela localidade. Além de Vacaria, outras cidades se desenvolveram a partir de vilas que surgiram ao longo dos caminhos percorridos por estes tropeiros.

A integração econômica, cultural, os nomes de localidades, o surgimento e o desenvolvimento de varias cidades são apenas a ponta do iceberg quando se trata de tropeirismo. Há muito mais por ser pesquisado sobre o assunto. E a função da escola é justamente transmitir esses saberes historicamente acumulados aos nossos alunos.

Referencial teórico

De início, fundamenta-se a utilização de mapas, história oral e memória, objetos históricos e a valorização da Historia Local e Regional. Posteriormente, referencia-se a relevância do conteúdo histórico do tropeirismo, não apenas em âmbito local e regional, mas sim brasileiro internacional.

O uso de mapas, história oral e memória, objetos históricos e a valorização da história local e regional

Entre os diversos recursos que o presente projeto de ensino prevê serem utilizados, está o uso de mapas. Os mapas situam os fatos históricos abordados, tornando aos estudantes mais significativo o processo de aprendizagem. Da nada adianta dizer aos alunos que os tropeiros conduziam tropas de mulas desde o Rio Grande do Sul até Sorocaba. Mas por onde passavam? Quais caminhos eram trilhados? Que cidades hoje estão localizadas nesse percurso?

Pina, ao pesquisar sobre o uso de mapas no processo de ensino-aprendizagem, afirma que “o uso da cartografia em sala de aula não está tão consolidado na historiografia”. Para a autora, percebe-se “uma predominância da abordagem historiográfica relacionada à cartografia em detrimento da relação entre ensino de história e mapas”. (2017, p. 1). Em resumo, nem todos os professores estão atualmente preparados de maneira adequada para fazer uso desse importante recurso.

Essa autora destaca ainda que “os mapas são símbolos do mundo e não uma mera reprodução como em muito se tende a acreditar e cristalizar em

sala”. Assim sendo, “nenhum mapa é neutro e muito menos está fechado em si mesmo. O mapa pode legitimar, segregar, incluir e silenciar”. (PINA, 2017, p. 3). Muito mais que isso, os mapas auxiliam até mesmo a comprovar aquilo que o professor está explicando. Num exemplo prático, se um docente está explicando sobre a tomada de Monte Castelo pela FEB, ao utilizar um mapa físico da Itália, levará o aluno a compreender o local da batalha e a sua importância, já que era um dos poucos pontos onde tropas poderiam avançar com facilidade em meio a um relevo extremamente montanhoso e acidentado, e assim mudar o curso da guerra.

Dessa maneira o uso de mapas juntamente com outros documentos visuais, são “testemunhos concretos de um tempo, de uma mentalidade, da cultura, seja em seu caráter expansionista, político ou científico”. A autora acredita que “o professor deve se referir ao mapa como construção social”, pois trata-se de “um documento elaborado, muitas vezes, com objetivos específicos e permeados de interesses, sobretudo, econômicos e políticos”. (2017, p. 3).

Também defendido por Brodbeck, o “uso de mapas nas aulas de História é uma prática pedagógica obrigatória”. Isso porque os mapas podem “fornecer informações variadas que vão desde o aspecto físico de um determinado local até informações múltiplas sobre produtos, população, e inúmeros outros elementos”. O recurso é de tamanha importância que para “o historiador, além de um instrumento de localização, o mapa é também um documento de uma época, uma fonte histórica”. (2012, p. 40).

Mais um recurso didático que deve ser utilizado neste projeto de ensino são os documentos históricos. Utensílios utilizados pelos tropeiros serão mostrados aos estudantes, que poderão manipular os objetos e tecer hipóteses quanto à sua utilização, e posteriormente esclarecer dúvidas com os entrevistados.

Os museus são locais onde muitos objetos históricos estão reunidos. Silva e Porto acreditam que “[...] o estudo da *história do objeto* revelaria a *história no objeto*”. (Grifo dos autores). Fica claro nessa definição que há História nos objetos, sendo que eles podem confirmá-la e transmiti-la. (2012, p. 79). Os autores alertam os profissionais da educação que

De qualquer modo, a leitura do mundo por meio de objetos deve ser trabalhada previamente [...]. Assim, os estudantes vão desenvolver habilidades de “leitura” de objetos, ou seja, compreender que, por meio dos objetos, podemos conhecer um pouco da cultura, dos homens, da sociedade da qual fazemos parte. (SILVA; PORTO, 2012, p. 81).

A utilização dos objetos que servem de confirmação da História e de motivação para seu estudo compreende também a micro história, pois tratam-se de equipamentos, recursos, ferramentas e itens que eram muitas vezes utilizados por pessoas comuns, do povo, e não grandes personagens que entraram para a História por seus feitos. A micro história

Contempla temáticas ligadas ao cotidiano das comunidades, às biografias, muitas vezes de figuras anônimas, que passariam despercebidas na multidão, relacionadas à reconstituição de micro contextos. Dessa forma, recobra a dinâmica de vida de pessoas desconhecidas, restituindo-lhe uma vivacidade que a historiografia tendia a ver como homogênea e estática. (FERREIRA, 2009, p. 54).

Este projeto de ensino prevê ainda a realização de entrevistas e o recurso da oralidade como fonte de informações aos estudantes quanto à História de Vacaria e dos Campos de Cima da Serra, inserindo-a a partir da micro história num contexto maior, da macro-história ou História Geral.

Na visão de D'Ávila e Moura, a história local e regional ainda é pouco valorizada. Ao estudar a trajetória da cidade de Carazinho, no interior do Rio Grande do Sul, os autores afirmam que “A construção da própria História regional, quando não da própria História nacional, tem sido relegada a um plano secundário e à iniciativa abnegada de uns poucos pioneiros”. (2006, p. 27). Os autores alertam para a importância da história oral e da memória da comunidade para a construção da identidade e do conhecimento da região:

[...] a tomada de depoimentos orais dá condições de recolha do testemunho histórico de pessoas que de outra forma não o fariam. Assim sendo democratiza a construção da História permitindo o acesso de letrados e não-letrados, que contribuíram para ampliar e detalhar o conhecimento da história local, regional e inclusive nacional. (D'ÁVILA; MOURA, 2006, p. 28).

Note-se a importância da oralidade: mesmo os não-letrados podem contribuir com a construção histórica, fugindo assim da ideia positivista da valorização de documentos escritos. Oralidade e memória são patrimônio histórico de uma localidade.

Muitas vezes, os tropeiros viajavam em família. O pai era acompanhado dos filhos mais velhos, de irmãos, de sobrinhos, além de colegas de profissão. Para eles, era normal atravessar rios por dentro da água, realizar acampamentos conhecidos como pousos. Em suma, vivenciavam acontecimentos comuns, embora muitas vezes as tropas fossem completamente diferentes. Todos os entrevistados convidados para o projeto já deram seus depoimentos

no Centro de Tradições Gaúchas Rancho da Integração, em Vacaria. Mesmo sem nunca terem tropeado juntos, todos utilizam as mesmas expressões. Eles partilham de uma memória coletiva, relatando uma realidade de um tempo em que o meio de transporte para o ser humano era o cavalo e para mercadorias eram as mulas. De acordo com Oliveira, a “memória coletiva se desenvolve a partir de laços inscritos no interior de um grupo: escolar, familiar ou profissional”. (2012, p. 80).

A mesma autora destaca a importância, defende e dá orientações quanto ao uso da história oral e o trabalho com a memória, bem como o uso da história oral em sala de aula. (2012, p. 83-84). A docente inclusive orienta que uma sequência didática utilizando memórias e história oral seria de grande apreciação por parte dos alunos. (2012, p. 85).

Outra autora que defende o uso da história oral como recurso didático, Ferreira (2009) acredita que esta se divide em “três linhas de trabalho que, embora não sejam excludentes e estejam entrecruzadas em muitos casos, revelam abordagens distintas”: a primeira utiliza os “depoimentos orais como instrumentos para preencher lacunas deixadas pelas fontes escritas”; a segunda “privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história”; e a terceira é um “instrumento de intervenção social voltada especialmente para a recuperação da trajetória de segmentos excluídos e marginalizados”, ou seja, dos esquecidos (pobres, cidadãos comuns, trabalhadores, o soldado e não o general, o empregado e não o patrão). (2009, p. 92).

Relevância do conteúdo histórico do tropeirismo, em âmbito local, regional, brasileiro e internacional

Alves e Oliveira, em suas pesquisas específicas sobre o tropeirismo, apontam semelhanças e diferenças entre os tropeiros de diferentes regiões do país: “Em alguns aspectos existem semelhanças entre os *falatórios*, “*causos*”, *ditados* e *provérbios* incorporados à cultura popular, de Sul a Norte do Brasil”. (2018, p. 61, grifos dos autores).

As mesmas pesquisas acabam por corroborar com o entendimento da micro história: “No mundo *tropeiro*, onde existe uma combinação entre pessoas e animais, os falares, os ditados, paródias, prosas e causos já foram retratados pela arte musical ou literária”. (2018, p. 61).

Quanto ao tropeirismo na região dos Campos de Cima da Serra, os autores divulgaram os resultados obtidos nas pesquisas em Criúva, localidade pertencente a Caxias do Sul: “Aqui em nossa região, os vestígios culturais

paulistas são muitos nesta temática”. (2018, p. 66). Além disso, há uma localidade chamada de Mulada, fruto das tropas de mula que cruzavam a região. Saindo de Vacaria e viajando por Campestre da Serra, a Mulada fica a menos de 50 km de distância.

[...] na Criúva e no fundo da Mulada (hoje distrito de Caxias do Sul, (...)) [pesquisou-se e descobriu-se] nomes de rios, passos, morros e estradas antigas que tinham nomes vinculados ao tropeirismo. Inclui o CTG da localidade que tem o sugestivo nome de “Pouso dos Tropeiros” e um monumento em frente à Igreja com placa que homenageia os profissionais da época. [...] Ivã Machado, fundador e Presidente da Fundação Associação dos Muleiros da Serra Gaúcha, tem várias mulas [...]. (ALVES; OLIVEIRA, 2018, p. 66-67).

O mesmo pesquisador Luiz Antônio Alves, agora acompanhado da pesquisadora Sandra Alves, confirmam que “Os caminhos mais conhecidos no Rio Grande do Sul são aqueles abertos por Cristóvão Pereira de Abreu que inicia na Colônia do Sacramento (República Oriental do Uruguai)”, mostrando a atuação dos tropeiros fora do Brasil. Segundo os autores, os caminhos iniciados no Uruguai são os mesmos que acabaram “passando por Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula e Bom Jesus”. (ALVES; ALVES, 2018, p. 19).

Sobre Vacaria, aparece uma informação que vincula o tropeirismo e a História local com a Global: “Durante mais de um século, disputas com índios caingangue marcaram a história da região antes que fosse consolidado o Caminho dos Tropeiros, ligando a região do Prata com o Brasil”. (2018, p. 33).

Contudo, a conclusão mais impactante do tema é esta: “O tropeirismo é um elemento de todo um processo que inclui as formas de incorporar a memória e o patrimônio cultural de um povo”. (2018, p. 69).

Outro pesquisador, folclorista, tradicionalista e historiador, João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, cita em sua principal obra sobre os tropeiros as cidades que surgiram ou se desenvolveram em função desse fenômeno. Ele cita, entre outras, Lagoa Vermelha, Vacaria no Rio Grande do Sul, Lages e Curitiba em Santa Catarina, Guarapuava, Ponta Grossa e Castro no Paraná, Itapetininga e Sorocaba em São Paulo, além de citar a atuação tropeira em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. (PAIXÃO CÔRTEES, 2000, p. 20). Contudo, o autor destaca algumas peculiaridades regionais dos tropeiros:

Este cavaleiro transumante que caracteristicamente tinha seu viver pelas nossas paragens redobradas e densas matas Planalto Médio e campos do “Cimo” da Serra [...] possuíam hábitos e costumes diferentes do

Tropeiro da Fronteira acastelhanada, na condução, predominantemente de gado de corte e de ovinos, pelas límpidas planuras pampeanas [...] (PAIXÃO CÔRTEZ, 2000, p. 20).

Trajes e arreios de montaria, danças, música, culinária, religiosidade, crendices e superstições, tudo foi abordado nas pesquisas de Paixão Côrtes. Ao se referir a Cristóvão Pereira de Abreu, o mais importante de todos os tropeiros, acredita-se que ele tenha chegado por volta de 1736 no Rio Grande do Sul, pela região de Pelotas. Diversas rotas e caminhos, inclusive o da Serra, região de Vacaria, foram abertos por ele.

Já para o Biólogo, Mestre em Botânica e pesquisador sobre tropeirismo Valter Fraga Nunes, cinco anos antes Pereira de Abreu já atuava no Uruguai:

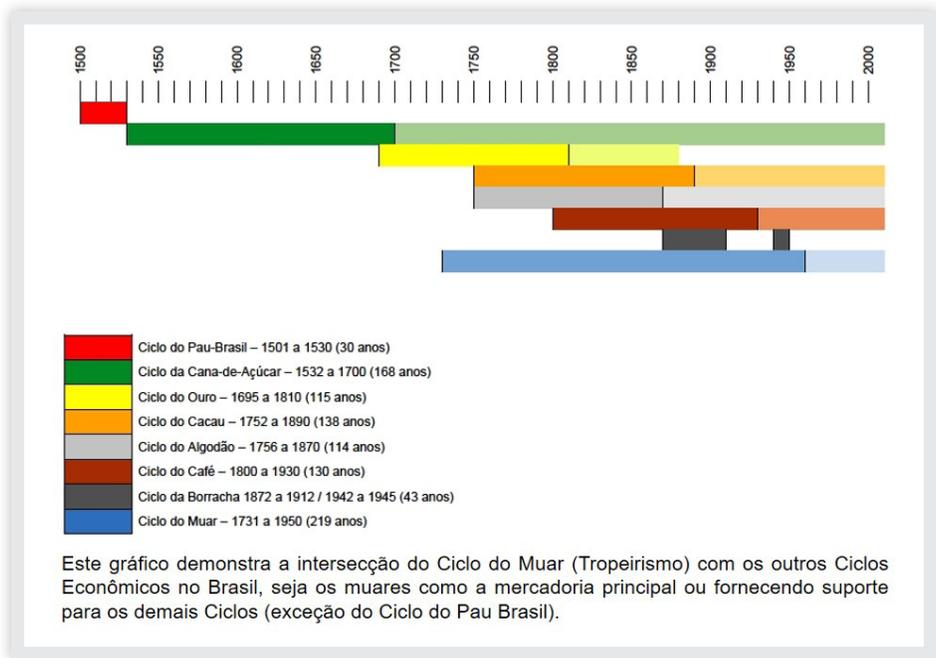
Considerarei o início do tropeirismo, quando se tem a primeira notícia que Cristóvão Pereira de Abreu teria saído de Sacramento com a primeira tropa de muares, aproximadamente em 1731. [...] É bem provável que existiu movimentação de tropas antes de 1731, mas sem boa documentação. [Existem] várias datas que poderiam representar o Ciclo, mas prefiro este que está no gráfico. Também quanto ao término do ciclo existem divergências. Acho que não tenha terminado com o surgimento do trem na região (1875), pois a feira de Sorocaba persistiu (mesmo com deficiência) até 1897. Após ainda teve feiras em Itapetininga, entrando no século XX, diminuindo aos pouco, principalmente pela construção e melhoramento das estradas de rodagem. Acredito que não tenha passado de 1950. No entanto, o tropeirismo de gado bovino está bem vivo, especialmente na Região Centro-Oeste do Brasil e em algumas localidades no RS. (Informação verbal, 2017).

Ainda em termos internacionais, Felipe Deveza comprovou suas em suas pesquisas a atuação dos tropeiros de mulas e de lhamas que levavam ouro e prata (extraídos na região da Cordilheira dos Andes, na Bolívia e Peru) para o porto de Arica (DEVEZA, p. 82).

Em termos nacionais, temos um mapa de Aldomar Rückert mostrando a divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde haviam os “passos”: locais onde os tropeiros e as tropas atravessavam os rios por dentro da água. (RÜCKERT, 1997).

Reportemos novamente nosso pensamento novamente para as pesquisas de Valter Fraga Nunes. Renomado pesquisador, apresentou trabalhos sobre o tema na Festa Campeira do Estado do Rio Grande do Sul (FECARS) em 2017, na cidade de Rolante, e em diversos Seminários Nacionais sobre Tropeirismo em Bom Jesus (SENATRO) O historiador criou um gráfico para demonstrar a atuação dos tropeiros ao longo de diferentes ciclos econômicos no Brasil:

Gráfico 1 – Principais ciclos econômicos do Brasil



Fonte: Gráfico de Valter Fraga Nunes (NUNES, 2016).

Em se tratando do tropeirismo local e regional, temos as pesquisas de FLORES (1998) que apontam a existência de legislações municipais para regulamentar a passagem das tropas por dentro do perímetro urbano de diversas cidades do Rio Grande do Sul. Tomemos como exemplo os municípios de Lagoa Vermelha, Santa Cruz do Sul e Rio Pardo, onde Câmaras Municipais “designavam as ruas e as praças por onde deveriam passar as tropas que entravam na povoação. Ainda resta na tradição a antiga ruas das tropas e das aguadas em cidades como Lagoa Vermelha, Lages e Sorocaba”. (p. 70-71). Em Lagoa Vermelha, a Rua das Tropas, citada por Moacyr Flores, onde hoje é localizada a Avenida Afonso Pena.

Como se pode perceber, o presente projeto de ensino está alicerçado em bases teóricas quanto ao uso de recursos e metodologias, bem como na relevância histórica do tema abordado. A elaboração do mesmo esteve baseada em teorias e pesquisas publicadas em livros e artigos na internet.

Objetivos

Objetivo Geral

- Identificar o tropeirismo como parte importante da História Local e Regional com a História do Brasil e do Mundo (geral);

Objetivos Específicos

- Relacionar a História Local e Regional com a História do Brasil e as influências de uma sobre a outra;
- Reconhecer mudanças e permanências na História Local e Regional frutos do tropeirismo;
- Valorizar a memória e oralidade de pessoas da comunidade de Vacaria e região, como fonte de conhecimento histórico;
- Oportunizar ao educando o protagonismo na pesquisa e na produção de conhecimentos acerca do tema proposto.

Problematização

Muito provavelmente iniciem-se as dúvidas e os questionamentos por parte dos alunos já na análise de textos do livro didático, baseado na explanação oral do professor e na interpretação das imagens que este traz.

Após a exposição do professor sobre o tema a respeito do vínculo da História local com o tropeirismo, passaremos a análise dos mapas. Nos mapas aparece a localização da cidade de Vacaria e de municípios vizinhos nas rotas dos tropeiros. Os mapas mostram que o tropeirismo ocorreu em diversas regiões da América e no Brasil também. Um dos mapas traz o nome de alguns tropeiros, bem como nomes dos *passos*. Além disso, Vacaria aparece ainda como *vila*. Essas informações podem causar dúvidas e indagações por parte dos alunos.

Após as observações de textos e dos mapas, passaremos a observar os objetos históricos emprestados pelos tropeiros aposentados que irão ser entrevistados. Tratam-se de cambonas, chicolateiras, cincerros, malas de garupa em couro, bruacas, surrões, entre outros. Nesse momento, os estudantes certamente irão criar hipóteses sobre qual a finalidade destes objetos. Por certo vão tecer suas próprias concepções a respeito da utilização desses materiais, mas irão questionar o professor sobre sua utilização. Nesse momento, o professor irá orientar a turma para a elaboração do questionário que será utilizado na entrevista.

É uma hipótese que os alunos consigam associar a história da região dos Campos de Cima da Serra com a atuação dos tropeiros, pois os mapas mostram isso. Além disso, um deles traz em seu título a referência à ocupação da

região. Trata-se do mesmo mapa que aponta os nomes dos passos e refere-se à Vacaria como vila.

As dúvidas, indagações, questionamentos e hipóteses não confirmadas no referencial teórico (livro didático e mapas) serão elencadas pelos estudantes para o questionário da entrevista com os tropeiros.

Todos os entrevistados já realizaram esse mesmo tipo de relato aos mesmos do Centro de Tradições Gaúchas Rancho da Integração, da cidade de Vacaria, em março de 2019. Levaram suas memórias e objetos históricos para o conhecimento daqueles tradicionalistas. Todos os entrevistados foram tropeiros e têm total conhecimento dos fatos os quais relatam e descrevem.

O processo de desenvolvimento

No primeiro momento, sendo duas aulas de 45 minutos cada, os estudantes farão a análise dos mapas impressos e do material disponível no livro didático. Com os textos e imagens, será realizada uma retomada de conteúdos desde a chegada dos espanhóis à América e sua exploração no próprio livro didático, onde aparece a atuação dos tropeiros. O livro didático traz, além dos textos é claro, um mapa sobre a exploração da América pelos espanhóis na página 152. Sobre o Brasil, temos textos e uma gravura que mostra um quadro de Debret, onde tropeiros, escravos e mulas atravessam um rio. Esse texto enfatiza também a pecuária, mostrando aos estudantes as tropas de mula e gado, na página 77. Mais adiante, na página 87, ao tratar sobre a revolta de Vila Rica e a exploração do ouro no país, temos um texto que aborda diretamente o tropeiro, com um box onde há a definição do vocábulo. Uma gravura mostra um quadro pintado por Henry Chamberlain, onde aparecem tropeiros de mulas, com seus trajes típicos e encilhas típicas de mulas arreadas. Mais adiante, na página 89, ao tratar da cota anual mínima de ouro que deveria ser extraído nas minas, o texto define o peso de uma arroba (15 quilos). As mulas transportavam até 6 arrobas (90 quilos, 45 de cada lado) de mercadoria. Essa informação normalmente é ressaltada pelos tropeiros. Por fim, utilizaremos três mapas que mostram a atuação dos tropeiros na América, no Brasil e especialmente na região dos Campos de Cima da Serra, onde se localiza Vacaria. Nessas duas aulas, os alunos deverão anotar as informações mais relevantes, seguindo a orientação do professor.

No segundo momento, em mais duas horas de aula de 45 minutos cada, iniciaremos observando novamente os mapas impressos utilizados na aula anterior que mostram a atuação dos tropeiros em nossa região. Posteriormente, passaremos à utilização dos materiais disponibilizados pelos entre-

vistados para levantamento de hipóteses, sobre como eram produzidos esses utensílios e quais eram suas finalidades. Tratam-se de cincerros, brucas, cambona, chicolateiras, mala de garupa em couro, cangalhas, surrões, brucas, canastras, entre outros. Vamos vincular o tropeirismo com a história de Vacaria e região. O professor irá coordenar a elaboração do questionário, onde estarão as dúvidas e perguntas direcionadas aos entrevistados.

No terceiro momento, composto novamente por mais duas aulas de 45 minutos cada uma, ocorrerão as entrevistas no salão da escola, com a presença dos quatro tropeiros convidados pelo professor. Cada grupo terá um tempo determinado, a fim de que todos possam interagir com os entrevistados, além de haver o controle da duração do evento, de modo que não sobre nem falte tempo durante a aula. Os estudantes estarão gravando as entrevistas com celulares.

No quarto momento, em mais duas aulas de 45 minutos cada uma, haverá a produção dos vídeos e entrega do questionário respondido ao professor. Os estudantes irão utilizar um ou mais notebook por grupo, de acordo com a disponibilidade dos alunos. Poderão utilizar o software que desejarem para editar os vídeos. Alguns alunos conseguem fazer isso no próprio telefone celular, mas os softwares mais desenvolvidos funcionam melhor em computadores e notebooks, por isso a orientação para que utilizem esse tipo de aparelho. Possivelmente, os vídeos terão em torno de 30 minutos cada um.

No último momento, nas últimas duas aulas de 45 minutos cada uma, teremos a apresentação dos vídeos produzidos pelos alunos e debate sobre os mesmos. Estudantes e professor irão conversar sobre a produção de cada grupo e quanto ao aprendizado de cada aluno, bem como suas impressões pessoais a respeito do tema e sua apreciação ao projeto desenvolvido.

Tempo para realização do projeto

O cronograma abaixo apresenta o planejamento de forma resumida. No Ensino Médio da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, a disciplina de História dispõe de duas horas/aula semanais. Normalmente, esses dois períodos (de 45 minutos cada) normalmente são

Figura 1 – Tropeiro João Idésio Fonseca da Silva



Fonte: acervo Edgar Bueno Silveira.

juntos, estando assim organizado pelas supervisões pedagógicas para auxiliar o trabalho dos professores.

Está é apenas uma sugestão de planejamento. Evidentemente, deverá ser adapta à realidade da etapa da educação básica para a qual o desenvolvimento do projeto se destina.

Tabela 1 – Sugestão de planejamento de aula

Tema: O estudo do tropeirismo e da história regional com alunos do 2º Ano do Ensino Médio: memória oral e objetos históricos.	
() Ensino Fundamental (X) Ensino Médio Ano Escolar: 2º ano	
Aula	Atividades
1ª aula Dois períodos de 45 min cada um	Análise dos mapas impressos e do material disponível no livro didático. Retomada de conteúdos da chegada dos espanhóis à América e sua exploração no próprio livro didático, onde aparece a atuação dos tropeiros.
2ª aula Dois períodos de 45 min cada um	Utilização dos materiais disponibilizados pelos entrevistados para levantamento de hipóteses. Vincular o tropeirismo com a história de Vacaria e região. Elaboração do questionário.
3ª aula Dois períodos de 45 min cada um	Entrevistas no salão da escola, com a presença dos quatro tropeiros convidados pelo professor.
4ª aula Dois períodos de 45 min cada um	Produção dos vídeos e entrega do questionário respondido ao professor.
5ª aula Dois períodos de 45 min cada um	Apresentação dos vídeos produzidos pelos alunos e debate sobre os mesmos.

Fonte: acervo Edgar Bueno da Silveira.

Recursos humanos e materiais

Os recursos materiais necessários para desenvolvimento do projeto serão o livro didático, mapas impressos, material de uso comum, folhas de ofício, celulares e notebook dos alunos. Também serão recursos materiais os objetos históricos pertencentes aos entrevistados: cincerros, bruacas, cambona, chicolateiras, mala de garupa em couro, entre outros.

As entrevistas deverão ocorrer no salão da escola. Quanto aos recursos humanos, serão entrevistados os senhores Ivan da Silva Vieira, Mário Píneiro de Oliveira, João Idésio Fonseca da Silva, Belmir Dal Molin.

As pessoas entrevistadas foram tropeiros na região dos Campos de Cima da Serra, conduzindo diferentes tipos de tropas.

Avaliação

A avaliação se dará ao longo de todo o processo. A participação dos estudantes nos momentos de análises de mapas e documentos históricos, bem como na elaboração do questionário serão levados em conta. Além disso, a participação dos estudantes nas entrevistas será de grande importância. Como sistematização do conhecimento, os estudantes, divididos em grupos com cinco alunos cada, deverão produzir um vídeo com o tempo que julgarem necessário. No vídeo deverão aparecer recortes das entrevistas, imagens dos objetos históricos e o relato de cada um dos integrantes do grupo, mencionando o que aprenderam. Cada grupo também deverá entregar ao professor a folha com a entrevista (questionário previamente elaborado) onde constam as respostas e informações obtidas com os entrevistados. É fundamental que os estudantes percebam que muitos nomes de locais em Vacaria, assim como o próprio desenvolvimento do município, se deu com base na atuação dos tropeiros, ou seja, ocorreram mudanças na região, porém ainda existem permanências. Outro fator fundamental é que em seus relatos os estudantes apontem para o fato de que o tropeirismo não ocorreu apenas na América e no Brasil, mas também na cidade onde residimos. A participação nas aulas terá peso de 30% da nota, o questionário escrito 20%, e o vídeo produzido pelos estudantes, onde aparecerá seu relato pessoal informando o que aprendeu, 50%.

Considerações finais

Evidentemente, não se podem tecer conclusões muito precisas a respeito de um tema tão amplo. Muitos teóricos da educação defendem que o conhecimento não é algo acabado, mas sim que se renova e se transforma a cada dia. Esse pensamento deve ser levado em conta sobretudo em História, pois a cada dia novas descobertas nos ensinam coisas novas.

O presente projeto teve por motivação maior mostrar aos nossos alunos através da micro história, que os acontecimentos ocorridos nos Campos de Cima da Serra, sobretudo na cidade de Vacaria, estão atrelados à macro história, uma vez que o tropeirismo foi uma prática não apenas brasileira, mas americana, espanhola e em outros pontos do mundo.

A microhistória também se valeu de relatos orais, onde pessoas que vivenciaram essa prática contam aos alunos os acontecimentos relacionados à prática tropeira.

Os objetos históricos serviram para demonstrar a realidade da época em que foram utilizados, além de despertar nos estudantes a curiosidade e o interesse pelo tema. Esses documentos históricos, sejam objetos ou relatos orais, atrelados a textos, imagens e mapas, acabam por entrelaçar a prática e a experiência vivenciada com as entrevistas aos conteúdos teóricos abordados nos livros didáticos. Além disso, servem como *provas* dos acontecimentos, se analisarmos a situação numa visão mais positivista da História, onde somente se algo comprova o fato ele se torna *histórico* e relevante.

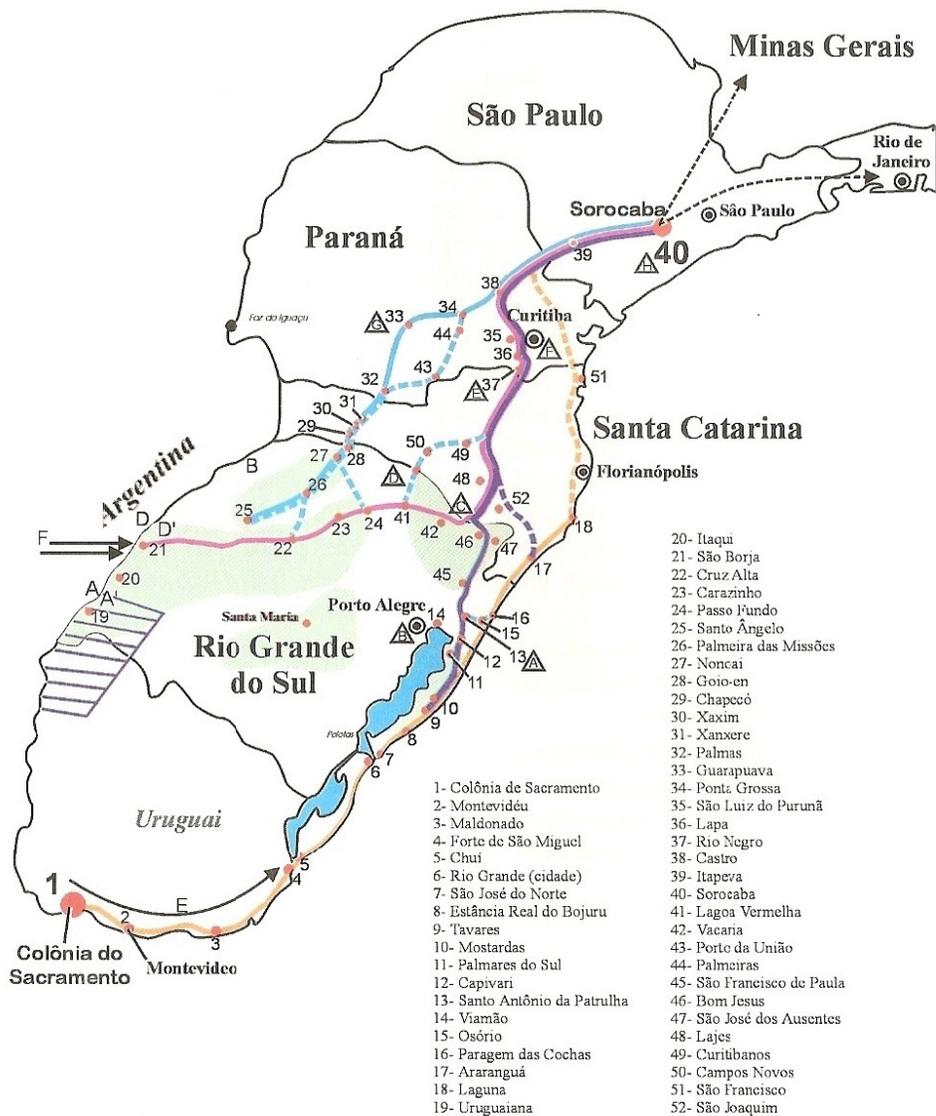
A utilização de telefone celular e notebook para a gravação e edição de vídeos foi algo pensado com fins didáticos, uma vez que a juventude da atualidade domina essas ferramentas, bem como os softwares para a edição de imagens. Além disso, é outro fator motivante, pois os estudantes apreciam a utilização desses equipamentos e recursos.

Se não conhecermos nossa História e nosso chão, as gerações futuras estarão fadadas ao desconhecimento e à desvalorização dos mesmos. Só amamos aquilo que conhecemos. Por isso a necessidade de conhecer a História de nossa localidade, de nossa gente, de nossa cultura, ou seja, a nossa própria História.

Referências

- ALVES, Luiz Antônio; ALVES, Sandra Maria Schmith. *Cidades tropeiras: região Sul do Brasil*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2018.
- ALVES, Luiz Antônio; OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. *Linguajar tropeiro*. Porto Alegre: EVANGRAF, 2018.
- BRODBECK, Marta de Souza Lima. *Vivenciando a história: metodologia de ensino de História*. Curitiba: Base Editorial, 2012.
- COTRIM, Gilberto. *História Global*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- D'ÁVILA, Ney Eduardo Possapp; MOURA, Silvana Santos de. *Memória carazinhense: catálogo de entrevistas de história oral*. Carazinho: FUNDATEC, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Aprendendo história: reflexão e ensino*. São Paulo: Ed. do Brasil, 2009;
- FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.
- NUNES, Valter Fraga. *O tropeirismo nos principais ciclos econômicos do Brasil*. Material elaborado para o SENATRO/Bom Jesus e FECARS/Rolante. Porto Alegre: MTG, 2016.
- OLIVEIRA, Regina Soares de. *História: reflexão e a prática no ensino*. São Paulo: Blucher, 2012.
- PAIXÃO CÔRTEZ, João Carlos. *Tropeirismo gaúcho: gente, caminhos, danças e canções*. Porto Alegre: CORAG, 2000.

Rotas de tropeiros



Mapa de rotas tropeiras, passando por Vacaria. (PAIXÃO CÔRTEZ, 2000, p. 52).

Ocupação e exploração da América Espanhola



Mapa mostrando a ocupação e exploração espanhola na América Colonial. (COTRIM, 2016, p. 152).

TEXTOS E IMAGENS DO LIVRO DIDÁTICO DOS ESTUDANTES

Texto e imagem sobre a pecuária no Rio Grande do Sul e tropeiros atravessando um rio.

Pecuária

O povoamento do sertão nordestino e do sul

A pecuária desempenhou importante papel na economia colonial. Além de abastecer a população de carne e couro, os animais serviam como força motriz e meio de transporte.

Ao contrário da produção de açúcar, voltada para o mercado externo, a pecuária atendia basicamente ao mercado interno. Assim, a pecuária escapava aos padrões predominantes que caracterizavam o sistema colonial mercantilista. Na prática, ela era pouco incentivada pela metrópole porque destinava à exportação apenas uma parte do couro produzido desde o Maranhão até a Bahia.

Pretendendo incentivar a lucrativa produção açucareira — cujos engenhos estendiam-se pelas áreas litorâneas —, a administração portuguesa chegou a proibir, em 1701, a criação de gado em uma faixa de 80 quilômetros a partir da costa. Os pecuaristas foram, então, obrigados a instalar suas fazendas de gado no interior, em áreas que não eram apropriadas à agricultura exportadora. Dessa forma, no período colonial, a pecuária desenvolveu-se principalmente em duas grandes zonas criatórias: a caatinga no nordeste e as campinas do sul.

Pecuária nordestina

Segundo historiadores, as primeiras criações de gado desenvolvidas no Brasil ocorreram no nordeste. Além de couro e carne fresca, os pecuaristas nordestinos forneciam carne-seca (salgada e seca ao sol), que, devido ao sal, se conservava por mais tempo, o que possibilitava sua comercialização em locais distantes.

Durante a expansão das fazendas de gado pelo interior nordestino, ocorreram muitos conflitos entre colonos e indígenas, que resistiram à invasão de suas terras. Ao final dessas lutas, muitos povos indígenas foram dizimados.

A partir do século XVIII, a atividade pecuária no nordeste entrou em declínio, devido à concorrência da criação de gado bovino em Minas

Gerais, que passou a abastecer as zonas mineradoras. As secas de 1791 e 1793 desferiram o golpe final na já decadente pecuária nordestina.

Pecuária sulina

Nas vastas campinas do atual estado do Rio Grande do Sul, a pecuária encontrou condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Em todo o período colonial, essa foi a atividade mais importante da região, fazendo nascer ali uma sociedade tipicamente pastoril.

Nas **estâncias**, o trabalho era realizado pelo capataz e pelos peões (na maioria das vezes, brancos, indígenas e mestiços assalariados). Em geral, o dono da estância e sua família administravam diretamente o trabalho pecuário, gerenciando as tarefas do dia a dia.

Estância. no Rio Grande do Sul, grande propriedade rural, geralmente dedicada à criação de gado.

Até fins do século XVIII, a principal finalidade da criação de gado bovino nessa região foi a produção de couro. A princípio, a maior parte da carne do gado abatido era desperdiçada, pois não havia quem a consumisse.



Gravura, feita em 1823 por Jean Baptiste Debret, com representação de embarcação feita de couro de boi. Esse tipo de embarcação, também chamada de pelota, era rebocada por um nadador. Foi empregada na travessia dos rios da província do Rio Grande. A gravura pertence ao acervo dos Museus Castro Maya, no Rio de Janeiro.

Texto sobre o peso de uma arroba, quantidade de quilos transportada pelas mulas.

Crise da mineração

O declínio da produção aurífera

Ao longo do século XVIII, com a intensa exploração aurífera, até mesmo as maiores jazidas da colônia foram se esgotando. Consequentemente, na segunda metade desse século, a produção de ouro diminuiu brutalmente.

O governo português, acreditando que a escassez do metal ocorria devido ao contrabando e à negligência com o trabalho, continuou aumentando as formas de controle sobre os mineradores.

As duas situações listadas a seguir ilustram como se dava essa pressão:

- **cota mínima anual** – em 1750, o soberano português determinou que a soma final do quinto deveria atingir pelo menos 100 **arrobas** de ouro por ano. Com o progressivo esgotamento das jazidas, os mineradores tiveram muita dificuldade em extrair ouro suficiente para cobrir essa cota mínima anual. A maioria não conseguiu pagar o tributo, o que contribuiu para o acúmulo de dívidas;
- **derrama** – em consequência, em 1765, o governo português decretou a derrama, isto é, a cobrança de todos os impostos atrasados. Na execução da derrama, as autoridades não pouparam nem mesmo os mineradores empobrecidos, que acabaram perdendo os poucos bens que lhes restavam. A insatisfação contra o peso dos tributos despertaria um clima de revolta em diferentes setores da sociedade colonial mineira. Foi o caso, por exemplo, do movimento conhecido como Conjuração Mineira, que veremos ao longo do nosso estudo.

Arroba: unidade de medida de peso equivalente a cerca de 15 quilos.

(COTRIM, 2016, p. 89).

Texto e imagem com definição do termo “tropeiro” e sua atuação em Vila Rica.

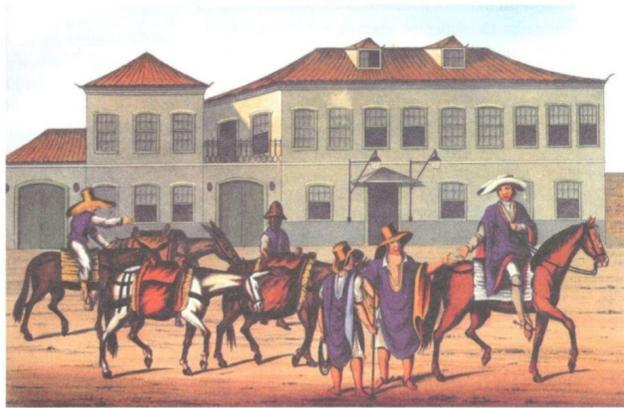
Revolta de Vila Rica

O anúncio da criação das Casas de Fundição causou insatisfação entre os mineradores. Eles consideravam que a medida dificultava a circulação e o comércio do ouro dentro da capitania, facilitando apenas a cobrança de impostos. Tal descontentamento acabou provocando a **Revolta de Vila Rica**, em 28 de junho de 1720.

Cerca de 2 mil revoltosos, comandados pelo **tropeiro** português Felipe dos Santos, conquistaram a cidade de Vila Rica. O grupo, que era composto de donos de grandes lavras e de parte da população, incluindo centenas de escravos armados por seus senhores, exigia do governador da capitania de Minas Gerais, Pedro de Almeida Portugal, o conde de Assumar, a extinção das Casas de Fundição.

Apanhado de surpresa, o governador fingiu aceitar as exigências e prometeu acabar com as Casas de Fundição, ganhando tempo para organizar tropas e reagir severamente. Pouco depois, os líderes do movimento foram presos, e Felipe dos Santos foi condenado, enforcado e esquartejado em praça pública, em 16 de julho de 1720.

Tropeiro: condutor de tropas de animais, especialmente de carga.



Tropeiros ou Arrieiros. Gravura em água-tinta de Henry Chamberlain, de 1822. Os muires eram utilizados no transporte de cargas a longa distância devido à sua resistência.

Intendência dos Diamantes

A partir de 1729, foram encontradas jazidas de diamantes no Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina. O governo português também teve dificuldade para controlar a cobrança de impostos sobre essas pedras preciosas. Grande quantidade delas era escondida da fiscalização pelos mineradores, que, assim, deixavam de pagar o quinto cobrado pela Fazenda Real.

Por esse motivo, em 1739, o governo português decidiu entregar a extração das pedras preciosas a particulares. A extração era permitida mediante um contrato de exploração, que estabelecia a figura de um contratador, responsável tanto pela exploração dos diamantes como pela entrega de parte da produção à Coroa.

O sistema durou até 1771, quando a Coroa portuguesa assumiu diretamente a extração diamantina e criou a **Intendência dos Diamantes**. Esse órgão passou a ter amplos poderes sobre a população do Distrito Diamantino. Seus fiscais podiam, por exemplo, confiscar bens e controlar a entrada e a saída de pessoas do distrito. Mas nem assim o contrabando de diamantes terminou.

Calcula-se que, apenas da capitania de Minas Gerais, foram extraídos aproximadamente 160 quilos de diamantes entre 1730 e 1830.

Elaboração de projetos pedagógicos tropeiristas nas escolas

Silvestre Alves Gomes

Professor, Escritor, Compositor e Pesquisador. Ponta Grossa/PR

O tempo passou e ficaram na história as grandes e inúmeras tropas que transpuseram as longas e penosas distâncias do sul do Brasil, em direção aos mercados que as destinavam ao transporte. Esse capítulo da formação do Brasil não se apagou da memória daqueles que entendem a importância do processo cultural que nunca foi estanque, mas uma preocupação ronda nossas mentes: que essa memória seja esquecida pelas gerações futuras. Hoje nossas crianças têm como maior referência os fatos de seu tempo – a vida presente, portanto, para garantir o reconhecimento dos feitos dos tropeiros e tudo que deixaram de legado, necessitamos de vasto conhecimento e conscientização, para que nossos jovens e crianças, em casa ou nas escolas, tenham bons exemplos e percebam em nós o cuidado e o apreço que temos e dedicamos a esse legado, despertando neles o reconhecimento de pertencimento à comunidade onde vive.

Pensando assim, achei oportuno apresentar em algumas palavras e imagens as experiências que tive ao longo dos últimos cinco anos com meu projeto de valorização do tropeirismo, tanto nas pousadas onde apresento um repertório autoral de tema tropeiro, como nas escolas, onde, além das canções, trabalho o tema em forma de oficinas que envolvem jogos educativos. Adiante apresento essas experiências como sugestões para os colegas de docência.

Com o Jogo do Tropeiro, os professores podem envolver os estudantes na confecção do tabuleiro do Jogo, oportunizando-lhes uma experiência concreta com pesquisa e visualização da geografia física e humana, pois ao pesquisarem e nomearem os pontinhos que representam os pousos ao longo do caminho, no tabuleiro, perceberão que muitos deles hoje são cidades. Perceberão as realidades sociais, como a religiosidade, os conflitos de ocupação. Ao orientá-los na confecção das cartas, seja do Jogo do Tropeiro, seja do Jogo da Mula, estarão provocando a imaginação e a pesquisa sobre os ofícios e fazeres da época, determinantes para os processos de construção e transformação social. Será uma experiência em que daremos a oportunidade para os questionamentos e tomadas de decisões, numa viagem no tempo e no espaço incrível, visto que a realidade e as experiências dos tropeiros

foram sempre diferentes, dependendo de cada região. A problemática acaba por desencadear a busca dos conhecimentos, a leitura, as entrevistas e confrontos de ideias para as conclusões razoáveis. A essa altura, o professor que coordenar a oficina, sem a perspectiva interdisciplinar, verá que não poderá dar sequência sem recorrer aos colegas de outras áreas para um resultado satisfatório.

Por essas razões, entendemos ser recomendável o desenvolvimento de projetos pedagógicos sobre tropeirismo na forma de oficinas com Jogos Educativos ou na forma de estudo de letras de canções que tratem do tema em questão, de modo que o professor poderá sugerir leituras, dramatizações com emprego da linguagem de época, apresentem descrições de topografia e de procedimentos, identificação de costumes, gastronomia, vestuário, natureza (fauna e flora). A descoberta de todos esses elementos fazendo parte da formação social e cultural da região em que vivem, levará os estudantes a desenvolverem o sentimento de pertencimento e à cidadania.

Observação: O autor possui material pedagógico de sua autoria para trabalhar com esse tema e até adaptá-los para outros assuntos



O tropeirismo como objeto de conhecimento na construção e implementação do referencial curricular da Secretaria Municipal de Educação de Cruz Alta

Sandra Denise Paula de Souza

Especialista em Psicopedagogia Institucional e Gestão em Educação: Supervisão e Orientação, Supervisora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Cruz Alta, Responsável pelo Programa de Formação Continuada de Professores da Rede Municipal de Cruz Alta (2019-2020). Cruz Alta/RS

Os desafios da contemporaneidade levam a sociedade a repensar as relações que envolvem os seres humanos e o mundo atual. Com o passar do tempo alteram-se as visões, o comportamento, a maneira de agir, os valores e, sobretudo, as formas sobre como as pessoas interagem e trocam informações. Dessa forma, podemos considerar a escola como um espaço não só de troca, mas de reflexão e construção de saberes, pois a

partir do entendimento do passado, surgem possibilidades na mudança da forma como o aluno compreende os elementos do mundo, bem como as relações que esses elementos estabelecem entre si. Entender o passado, as próprias origens, é fundamental para entender a si mesmo, entender o outro, proporcionando mudanças na maneira de ser e estar no mundo na atualidade.

É importante destacar que a Secretaria Municipal de Educação de Cruz Alta, designou uma equipe técnica, que a partir do pressuposto de cidade histórica com uma riqueza identitária, articulou junto a Rede Estadual e escolas particulares para, em conjunto com os professores, construir um documento orientador, onde o foco do trabalho era garantir que as especificidades locais fizessem parte desse documento de caráter normativo que, define o conjunto de aprendizagens que todos os alunos das redes Estadual Municipal e Privada de Educação Infantil e Ensino Fundamental devem desenvolver ao longo dessas etapas. Ainda, foram convidados representantes da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ; da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS; o historiador e Coordenador de Museus e Identidade Histórica de Cruz Alta, Rossano Viero Cavallari, com o intuito de enriquecer e dar qualidade ao trabalho através de profissionais e entidades renomadas. A avaliação do documento ficou na responsabilidade do Conselho Municipal de Educação - CME, do Fórum Municipal de Educação, da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Vereadores, que foram responsáveis pela análise final e aprovação do documento.

O trabalho foi organizado conforme o Programa de Formação Continuada da Rede, que contou com o engajamento dos professores para o estudo dos documentos norteadores, Base Nacional Comum Curricular – BNCC e Referencial Curricular Gaúcho – RCG, o qual a partir da análise e das discussões construíram habilidades, as quais configuram as especificidades do município no Referencial Curricular Municipal de Cruz Alta – RCM-CA.

Cabe ainda salientar a importância do trabalho dos professores de Ciências Humanas e Língua Portuguesa, responsáveis por garantir a contextualização histórica, geográfica e sociocultural do município fizesse parte do documento, que irá nortear o currículo das escolas, no formato de habilidades. Dentre estas, especificamente, elencou-se a questão do tropeirismo, importante ciclo social, cultural e econômico, responsável pela ocupação e integração nacional, através de caminhos e trilhas rudimentares, que desde o século XVII até as primeiras décadas do século XX, serviram para escoar o transporte de riquezas e necessidades da população em geral.

Por meio do tropeirismo, vimos o surgimento de inúmeros povoados, hoje cidades no país, inclusive Cruz Alta. O lugar tornou-se importante ponto de invernada e um grande pouso para milhares de tropeiros que se deslocavam de vários lugares do sul e sudeste a fim de comprarem tropas de muares nos criatórios da Argentina, para comercializá-las na Feira de Sorocaba em São Paulo. O local ficou conhecido desde o século XVIII como “Pouso da Cruz Alta”. Nesse constante deslocamento dos tropeiros, muitos deles já cansados pela lida e alquebrados pelo tempo, viram a oportunidade de adquirir terras nessa região e passaram a residir no local. A vida nesse novo espaço social, com a presença dos tropeiros, modificou substancialmente as relações sociais que existiam até então, havendo a necessidade da criação de ferrarias, armazéns e outras engrenagens que auxiliavam a tocar esse movimento no seu cotidiano.

Com a crescente demanda nesse novo sistema social, principalmente para prover os muitos moradores que já habitavam no emergente povoado, decidiram os moradores estabelecerem-se mais ao norte, onde hoje está a cidade de Cruz Alta, cuja fundação deu-se no dia 18 de agosto de 1821, em resposta a uma petição feita pelos moradores, cujos signatários eram, em sua maioria, tropeiros. O principal articulador da fundação de Cruz Alta foi o tropeiro curitibano João José de Barros, conhecido como “O Paulista”.

O tropeirismo faz parte do passado, mas também é elemento indissolúvel do presente, na constituição das identidades pessoais e sociais do nosso povo, na sua relação direta com a memória, fundamental para permitir que as novas gerações estabeleçam vínculos com as gerações anteriores, para compreensão de onde viemos e para onde pretendemos seguir. A escola muitas vezes serve como ponto de partida para tais reflexões, possibilitando o desenvolvimento de habilidades para aquisição de conhecimento e do pensamento histórico, a partir do confronto de opiniões, de atividades de pesquisa, mas principalmente da vivência com os espaços históricos materiais e imateriais da nossa terra. O tema do tropeirismo nas escolas, deverá ser trabalhado de forma interdisciplinar, tratando das características das paisagens, na geografia, relacionando com as expressões culturais da população que ali habitava, dentro de um contexto histórico, além é claro, das contribuições econômicas e políticas da época.

O Artigo 205 da Constituição Federal e o Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) afirmam que a Educação Nacional tem como finalidade o pleno desenvolvimento dos estudantes, preparando-os para exercitar a cidadania e qualificá-los para o trabalho. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) visa garantir os direitos de aprendi-

zagem dos alunos em todo o país. Os referenciais visam garantir a cada estudante o acesso a história local e, com a possibilidade de construir sua própria identidade e a ideia de pertencimento, sendo capaz de valorizar a cultura, as tradições, os espaços públicos e privados, pois entendemos que, não se trata apenas de desenvolvimento intelectual, mas do desenvolvimento integral do aluno, desde aspectos físicos como emocionais.

O Referencial Curricular Municipal, nos anos iniciais do Ensino Fundamental segue a linha da Base, pretendendo possibilitar ao aluno o desenvolvimento da concepção do *eu*, do *outro* e do *nós*, a partir da visão crítica associada à capacidade de entender os momentos e temporalidades de modos diversos. O grande desafio para implementação, será retirar dos objetos de conhecimento, atividades que proporcionem ao estudante um sentido para o desenvolvimento das habilidades. A criança deve compreender o significado de regionalidade. Sendo assim, as escolas deverão ter autonomia para trabalhar de acordo com as necessidades da comunidade escolar, proporcionando vivências significativas e desafiadoras, as quais façam o aluno pensar nas questões de temporalidade, estimulando-os a resolver composições que hoje interferem na sociedade e na vida da própria comunidade.

Portanto, é fundamental os profissionais de ensino utilizarem a história local, não apenas como fonte de informação, mas como objeto de conhecimento, estes levam o aluno a desenvolver habilidades fundamentais para a ampliação da capacidade de observar o seu entorno, para então compreender as relações sociais e econômicas existentes na atualidade, bem como, a presença de outros tempos e sua influência no cotidiano no qual está inserido.

Referências

CAVALARI, Rossano Viero. *A gênese da Cruz Alta*. Cruz Alta: Universidade de Cruz Alta, 2004.

Sites

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988. Brasília, DF, Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 14 jul. 2019

BRASIL, Congresso Nacional. *Lei nº 9394*. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 de Dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 14 jul. 2019.

CRUZ ALTA. *Lei Municipal 2627/15, de 18 de junho de 2015*. Institui o Plano Municipal de Educação – PNE e dá outras Providências. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/prefeitura/rs/cruzalta/categorias/meio-ambiente?p=1>. Acesso em: 14 jul.2019.

Figuras 1, 2 e 3 – Reuniões de estudos promovidas pela Secretaria de Educação de Cruz Alta/RS



Fonte: acervo da autora.



A cultura tropeira na educação escolar em Urupema/SC

Eleni Cássia Vieira

Escritora, Pesquisadora, Especialista em Patrimônio Cultural e Turismo Regional, Diretora Cultural da NATA. Urupema/SC

Introdução

O Ciclo do Tropeirismo foi responsável pelo desenvolvimento social e econômico dos estados do Sul e várias regiões do Brasil.

Além de contribuir para o surgimento e colonização de cidades, ampliou o comércio, os ofícios, ocupação territorial e divulgou suas tradições. Tropeiros foram comunicadores do tempo, traziam notícias, abriam caminhos e muitas vezes, estabeleciam residência, onde antes eram pousos de tropas.

Em Urupema, município situado na Serra Catarinense, não foi diferente. O legado cultural presente se deve ao fato de que seu território está inserido no primeiro Caminho de Tropas oficializado pelo governo português no Brasil, o Caminho dos Conventos, aberto entre 1728 e 1730.

Figura 1 – Caminhos tropeiros do sul do Brasil



Fonte: acervo de Carlos Roberto Solera.

O Tropeirismo gerou recursos para o crescimento econômico, desenvolvimento social e cultural, acolheu influências de traços culturais típicos do Sul como vestimentas, linguagem, costumes e sotaques, criando uma identidade própria.

Algumas expressões herdadas do Tropeirismo são percebidas no comportamento da comunidade, como hábitos alimentares, festas religiosas, cavalgadas, nomes de acidentes geográficos, ofícios, a musicalidade, medicina campeira, lendas, causos, o imaginário popular e outras manifestações que se acham interligadas à memória e com reconhecimento local.

Figura 2 – Horto Municipal – Plantio de ervas medicinais. Medicina campeira



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Urupema.

Figuras 3 a 6 – Valores culturais de Urupema



Fonte: acervo Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA.

Importância da Educação Patrimonial na Escola

No mundo globalizado em que vivemos há uma pasteurização dos hábitos e culturas.

Diante desse quadro, impossível trabalhar a cultura tropeira, sem antes realizar um projeto de Educação Patrimonial nas escolas.

Como afirma Canclini (1998), não há mais como pensar em sociedades e comunidades isoladas e puras em sua cultura. A tecnologia, a velocidade cada vez maior de informação, os processos de globalização da economia e as constantes migrações fazem com que práticas que existiam de forma isolada se combinem para gerar outras estruturas, no que o autor chama de “hibridização das culturas”.

Pelas razões citadas, é preciso ter em mente que uma ação continuada na formação de professores deve levar em conta esta característica multicultural.

A cada nova geração, os modos, comportamentos, expressões verbais e as histórias populares vão sendo esquecidas ou assumem novos significados.

Pensando na importância da ressignificação da história, o projeto de Educação Patrimonial junto às escolas buscou desenvolver a construção de mecanismos de preservação da cultura popular do município de Urupema, com forte embasamento nas atividades tropeiras.

Para tal, foram propostas ações para fortalecer o gosto, pertencimento e facilitar o reconhecimento dos valores locais como:

- Enfatizar a política de preservação do Patrimônio Cultural do município como responsabilidade compartilhada entre o poder público e a comunidade.

Reconhecer que a comunidade é a maior guardiã do seu patrimônio.

- Despertar em cada habitante um elo com a cidade, respeitando a relação de identidade construída e reconstruída por indivíduos, grupos ou comunidades.

- Cuidar que identidade passa pelo sentimento de pertencimento do sujeito ao lugar onde vive ou pelas escolhas que faz ao longo de sua história.

- Entender que a cidade nunca terá uma única identidade cultural, mas será um espaço permanente de construção coletiva.

- Possibilitar às gerações presentes e futuras, a compreensão do patrimônio como um componente ativo no processo do desenvolvimento.

Figura 7 – Convite de 26º aniversário do município e realização do I Encontro Nacional do Tropeirismo – I ENAT, em 2015



Fonte: acervo da Prefeitura Municipal de Urupema.

I Encontro Nacional do Tropeirismo – I ENAT de Urupema

Diante da importância histórica e cultural do Tropeirismo, observada nos hábitos dos moradores de Urupema, o Núcleo de Amigos da Terra e Água - NATA, através do Projeto Tropeiro Brasil, propôs a realização do I Encontro Nacional do Tropeirismo – I ENAT/2015, tendo como uma das atividades de relevância, o Varal Literário.

O evento, que contou com apoio do poder público local, plasmou sua diretriz em preservar e dinamizar uma cultura singular o que resultou em ações positivas. Conferiu significado abrangente, capaz de conter o universo que a cultura tropeira conseguiu codificar e simbolizar ao longo de tantos séculos. Como resultado, caminhos foram abertos possibilitando audacioso percurso rumo à revitalização da cultura.

Antes de elaborá-lo, o Núcleo de Amigos da Terra e Água - NATA entendeu que o passo inicial ao planejamento do Encontro seria envolver a rede de Educação local, tanto de âmbito municipal, estadual e federal.

Os objetivos buscavam compreender e identificar a importância do tema. Professores construíram formas de estudar o lugar, organização ter-

ritorial e descrever a herança cultural relacionada ao Tropeirismo. Vários estudiosos e pesquisadores se empenharam na identificação, valorização e fortalecimento da identidade tropeira local.

Numa visão sobre os resultados dos trabalhos, percebe-se a tomada de consciência do quanto é significativo pertencer a um local com identidade, sem deixar de tornar visíveis as transformações ocorridas ao longo dos anos.

Assim, os alunos começam a compreender muitas das mudanças e permanências registradas no município.

A educação escolar trabalha na preservação da herança cultural por meio de pesquisa, proteção e restauração do patrimônio histórico, paisagístico e arquitetônico ligados aos registros da memória da cultura tropeira.

O patrimônio de um povo também se encontra nos hábitos e costumes: o modo de contar suas histórias, a maneira de fazer a comida, brincadeiras, uso da linguagem e seus inúmeros significados no cotidiano, enfim, as formas criativas de ler e reler o mundo que nos cerca.

Aliados a estes esforços em manter viva a tradição, usos e costumes originários da Cultura Tropeira, há uma proposta para que as futuras gerações as reconheçam como parte da identidade local.

O olhar, neste sentido, intensifica o desenvolvimento de estratégias para que todos tenham acesso aos bens e conhecimentos da sua cidade, além de estimular e apoiar a criatividade e todas as formas livres de expressão voltadas à dinamização da cultura tropeira no município.

Atividades escolares propostas como fortalecimento da cultura tropeira

Coleta de dados e informações sobre o reconhecimento dos patrimônios relacionados à Cultura Tropeira em Urupema – relatos descritos por meio de pesquisas, entrevistas, vídeos com moradores, parentes e referências bibliográficas locais. Lembrando que os vídeos e maquetes seriam direcionados aos alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, com possibilidades de realizar este trabalho em grupos e fora da sala de aula.

Elaboração de maquete do território onde está Urupema com identificação de edificações, ruas, praças, caminhos e acidentes geográficos relacionados à cultura tropeira.

Desenhos e redações - trabalhados em sala de aula para que a autenticidade e criatividade fossem contabilizadas.

Desenhos – realizados por alunos do 1º ao 5º ano, considerando os traços de espontaneidade;

Redações – direcionadas aos alunos do 6º ao 9º ano, com ilustração livre e forma espontânea de trabalho, sem cópia de outras fontes.

Montagem do Rancho Tropeiro - homenagem a Manoel Pereira de Me-deiros, fundador da Vila de Santana (Santana Velha - Urupema).

Desfile das crianças do pré-educacional, com trajes típicos e montadas em cavalinhos de pau confeccionados artesanalmente pela escola, para a abertura do I Encontro Nacional do Tropeirismo – I ENAT de Urupema.

Criação, através de edital, da bandeira da Cultura Tropeira de Urupe-ma.

Temas sugeridos para pesquisas

Para o fortalecimento do sentido de pertencimento onde as raízes tropeiras passam a ser o foco principal, foram sugeridos os seguintes temas para os trabalhos: Cozinha das Tropas; Cantigas de Tropas; Causos e lendas do Tropeirismo; Presença do negro e índio nas Tropas; A religiosidade nas Tropas e os santos de devoção; A presença da mulher na Tropa; Nome de lugares, acidentes geográficos, rios de Urupema e região, relacionados com a cultura tropeira; Principais ofícios de origem tropeira (disponibilidade para trazer parentes e conhecidos que os desenvolvam); Provérbios e expressões de origem tropeira; Indumentária, objetos, fotos e gravuras com significados históricos relacionados à Cultura Tropeira; Imaginário popular, crenças e sua história; Medicina Campeira – rezas, benzeções e seus usos na cura do tropeiro e do animal.

Criação da Carta Tropeira de Urupema

A realização do I ENAT promoveu positivo impacto no seio da comunidade.

A NATA propôs à Câmara de Vereadores de Urupema, a convocação de uma Audiência Pública para discussão de temas relevantes ao fortalecimento e preservação da Cultura Tropeira, o que resultaria em documento oficial à continuidade de ações culturais.

O evento contou com significativa presença da comunidade e convidados. A coordenação dos trabalhos foi realizada em conjunto entre vereadores e integrantes da NATA.

Após sugestões e debates sobre temas propostos, chegou-se à elaboração de um marco conceitual de valorização à cultura do município

CARTA TROPEIRA DE URUPEMA

Através de Audiência Pública sob o tema “Urupema e o tropeirismo”, convocada pela Câmara de Vereadores de Urupema sob a presidência do vereador Edegar Muniz, realizada no dia 01 de julho de 2015, às 14 horas, na Sociedade Recreativa e Cultural 3 de Maio, em Urupema, estado de Santa Catarina, reuniram-se pessoas da comunidade e convidados, para debater a seguinte proposição: *Elaboração da Carta Tropeira de Urupema*.

Este documento será marco cultural para auxiliar o processo de resgate, preservação e valorização da história e demais atividades inerentes ao Ciclo Tropeiro no município.

A iniciativa conta com apoio do projeto *Tropeiro Brasil*, o Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA e a Universidade de Girona - UdG, Espanha.

Assim, os participantes da Audiência Pública reconhecem e validam o *tropeirismo* como fenômeno social, educacional, cultural, ambiental e econômico, importante para o desenvolvimento do município de Urupema/SC.

Declararam que sua importância é identificada na formação e desenvolvimento local, regional e do próprio estado de Santa Catarina, e também, nos hábitos e costumes da sociedade, na integração nacional e no enriquecimento histórico, cultural e econômico do Brasil.

Reconhecem, ainda, os benefícios do *tropeirismo* relacionados à sustentabilidade, ao manejo ambiental e valores sociais dos *Saberes e Fazeres*, sobretudo na gastronomia, arte, medicina campeira, ofícios, religiosidade e botânica, entre outros, difundidos pelo “movimento tropeiro” a partir do século XVIII.

E, considerando o valor histórico e cultural de Urupema como um núcleo tropeiro de Santa Catarina, apresentam e sugerem por meio da “Carta Tropeira de Urupema,” ações necessárias para resgate, manutenção e valorização do patrimônio Material e Imaterial do TROPEIRISMO no município, através do apoio da Câmara de Vereadores às propostas abaixo:

I. Criação da Frente Parlamentar em Apoio e Valorização do TROPEIRISMO;

II. Apoio para que o tema TROPEIRISMO seja considerado conteúdo nas matérias de História, Geografia e correlatas, na grade de Educação Básica municipal;

III. Realização de amplo Inventário Municipal sobre TROPEIRISMO;

IV. Instituir a Semana da Memória Tropeira na última semana de maio e data comemorativa em *31 de maio* como *Dia Municipal do Tropeiro de Uru-*

pema, conforme proposição já emanada do 1º Encontro Nacional de Tropeirismo (ENAT), realizado em 29 e 30 de maio de 2015, nesta cidade;

V. Dentro da Semana da Memória Tropeira de Urupema, nos anos ímpares acontecerão as edições do Encontro Nacional do Tropeirismo (ENAT); nos anos pares, serão realizadas atividades locais, como, oficinas, palestras, cursos, festivais, gincanas e outras, com a rede de Educação e Cultura, órgãos afins e a comunidade;

VI. Incentivo à inclusão da Cultura Tropeira nas festas culturais do município;

VII. Apoio à elaboração de livros, cartilhas e produtos audiovisuais, relacionados à temática tropeira;

VIII. Articulação para implantação de Circuitos Turísticos e Culturais dentro do município de Urupema e demais municípios da Serra Catarinense;

IX. Levantamento de antigas trilhas históricas de Tropeirismo no município, identificando-as para serem transformadas em atrativos turísticos e culturais, além de fontes de geração de renda e trabalho;

X. Sinalização das Trilhas Equestres e estímulo à capacitação dos operadores, guias, condutores, etc;

XI. Sinalização de outros pontos e atrativos turísticos relacionados ao *tropeirismo*;

XII. Identificação e articulação para resgate e preservação do patrimônio histórico de Urupema;

XIII. Identificação e valorização dos Ofícios, Saberes e Fazeres relacionados ao TROPEIRISMO;

XIV. Apoio à identificação, formação, capacitação e qualificação do artesanato voltado aos ícones da cultura tropeira;

XV. Criação de um Selo Histórico do *tropeirismo* em Urupema;

XVI. Estímulo à participação da Sociedade Civil na permanência e continuidade do projeto de *tropeirismo*;

XVII. Criação de um grupo de trabalho para pesquisa do TROPEIRISMO no município;

XVIII. Fomento junto ao IFSC, ou outras instituições de ensino, para criação de curso regular de capacitação em Ciências Equídeas;

XIX. Buscar o apoio dos meios de comunicação para divulgação do Tropeirismo.

Todos se comprometem em difundir os resultados da “Carta Tropeira de Urupema,” de forma ética e apartidária, exercendo seu papel de cidadão e representante de instituições cívicas, culturais, profissionais e associativas,

integrados à formação de uma verdadeira identidade cultural municipal relacionada a sua história tropeira.

Urupema, 01 de julho de 2015

Edegar Muniz

Presidente da Câmara de Vereadores de Urupema

Carlos Roberto Solera

Presidente do Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA

Eleni Cássia Vieira

Diretora Técnica do Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA

SEMANA E DIA DO TROPEIRO DE URUPEMA/SC

LEI ORDINÁRIA Nº 944 DE 07 DE JULHO DE 2015

Lei nº 944/2015 INSTITUI NO MUNICÍPIO DE URUPEMA A SEMANA E O DIA DO TROPEIRO

AMARILDO LUIZ GAIO, Prefeito Municipal de Urupema/SC, faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art 1º Fica instituído no Município de Urupema, a Semana do Tropeiro, a ser celebrada anualmente na última semana de mês de maio e o dia do Tropeiro no último dia do mesmo mês, e integrará o Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art 2º Compete ao Poder Executivo, por meio de recursos disponíveis, assim como a comunidade em geral promover eventos e palestras objetivando discussões sobre temas tradicionais sobre o Tropeirismo.

Parágrafo único: Sempre que possível, as atividades e manifestações descritas no caput, serão incorporadas nos demais eventos turísticos e/ou culturais, promovidos no Município.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Urupema em 07 de julho de 2015.

AMARILDO LUIZ GAIO

Prefeito de Urupema – SC

Projeto de Identificação e Levantamento de Trilhas Equestres para Rotas Turísticas e Culturais Tropeirismo – Urupema

Figuras 9 e 10 – Preparativos para avaliação de roteiros Trilhas Equestres de Urupema



Fonte: acervo NATA.

A antiga Vila de Sant’Ana, hoje município de Urupema, nasceu em pleno Planalto Catarinense, território, anteriormente, cortado, como passagem pelo Caminho dos Conventos, a partir de 1728.

Distanciada acerca de “10 léguas” de centros maiores, como a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lajens, hoje o município pólo de Lages, o mesmo tanto ou pouco mais, de sua comarca, a Vila de São Joaquim da Costa da Serra, hoje, São Joaquim, Urupema necessitou de comunicação com outros centros maiores. Assim, diversos caminhos foram abertos dentro de seu território, além de trilhas mais difíceis serem percorridas apenas por animais cavaleiros.

Estas trilhas, em grande parte, tornaram-se ramais de movimentação de tropas no intercâmbio comercial e de comunicação serra abaixo, serra acima, sentido planalto - litoral catarinense e vice-versa. E mais, foram também instrumentos de ligação com os Campos de Cima da Serra Gaúcha.

Os percursos guardaram sempre muita história relativa a passagens de tropas, inclusive com nomeação de rios, acidentes geográficos, endereços de antigos sesmeiros, etc.

Identificar e trazer de volta este rico acervo para uso nos setores de Educação, Cultura e Turismo municipal, estimulou a NATA a propor ao poder público local, apoio a um novo projeto cultural para o município, no ano de 2016, especialmente dentro do segmento de Turismo Equestre.

Após levantamentos preliminares com diversas ações de avaliação, o resultado foi muito interessante e o projeto aguarda agora algumas definições para sua implementação final.

A seguir algumas ações realizadas:

- Levantamento, documentação fotográfica, observação e avaliação “in loco” de possíveis trilhas e roteiros;
- Identificação de pontos positivos e negativos para implantação das trilhas;
- Entrevistas e conversas com pessoas das regiões em causa, interessadas no assunto do Turismo Equestre, Cavalgadas e Tropeirismo;
- Análise e entendimento da temática “Tropeirismo”, sua influência na história local de Urupema e no contexto regional da Serra Catarinense.

Para maior abrangência da proposta um dos passos seria envolver as escolas locais, alunos e professores, e para isso, a NATA propôs um conceito cultural e inovador ao projeto.

O sucesso do Turismo Equestre não mais descansa unicamente sobre o prazer de longos passeios na natureza, nem só sobre a felicidade de uma cumplicidade compartilhada entre o homem e a sua montaria, mas hoje, repousa também num programa de mergulho no passado e na história, tendo o Tropeirismo como foco deste movimento.

As rotas foram analisadas por integrantes do segmento de Turismo Equestre da NATA, inicialmente, quanto ao seu potencial de exploração turística e cultural, avaliadas em termos de percurso (de onde para onde e por onde), duração, altitude máxima, grau de dificuldade, atrativos principais, quem leva e trás, experiência necessária, etc..

Como proposta profissional para avaliação inicial, trabalharam-se as segmentações do Turismo Equestre:

Passeio a cavalo: cavalgar por lazer, porém com curta duração, no máximo até duas horas; *Cavalgada:* o montar a cavalo por mais de duas horas, sem competição e inclusão de pernoite dentro do percurso. Como atividade turística, pressupõe sempre um cavalgar com percurso planejado e acompanhamento por guia, condutor ou monitor de cavalgada;

Viagem a cavalo: o andar a cavalo além de oito horas e incluindo, pelo menos, um pernoite no percurso.

O projeto foi mais além, incluindo dentro da classificação, os graus de dificuldades:

- *Fácil:* sem obstáculos naturais significativos, deslocamento a passo e/ou marcha detríplice apoio nítido, 15 a 20 km;
- *Moderado:* com obstáculos naturais, passo e trote ou marcha, 02 a 08 horas, 15 a 40 km;

Difícil: com obstáculos naturais, passo, trote ou marcha e galope, 20 a 50 km por dia;

Muito difícil: com muitos obstáculos naturais, passo, trote ou marcha e galope, 35 a 60 km ao dia.

Apoios receptivos e culturais

Foram identificados diversos pontos que poderão ser trabalhados como receptivos de cavalgadas e também, com seus aspectos culturais para enriquecimento dos roteiros das trilhas equestres. Porém, estes tópicos necessitarão ser mais profundamente analisados e a mão de obra operacional, melhor capacitada.

Resultado final da avaliação preliminar

Dezesseis rotas avaliadas e, destas, apenas uma não foi aprovada.

O resultado revela o município de Urupema com grande potencial ao segmento de Turismo Equestre, não só pela geografia territorial, aspectos naturais, gastronomia, mas também pela rica história e cultura tropeira que guarda.

I Invernada de Capacitação Educacional, Cultural e Turística de Urupema/SC

Em 02 de junho de 2017, o Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA, através do Projeto Tropeiro Brasil, realizou a I Invernada Educacional, Cultural e Turística de Urupema/SC.

O objetivo central foi a discussão de proposições para continuidade do projeto de Educação Patrimonial nas escolas, com foco na preservação da memória tropeira de Urupema.

O evento contou com a participação de renomados profissionais da área de Educação, Cultura e Turismo do Brasil. Alunos e professores da rede escolar, agentes dos segmentos de Turismo e Cultura de Urupema compunham o quadro de participantes.

Casos de sucesso, conceitos, metodologias, novas oportunidades e ações necessárias ao prosseguimento de trabalhos realizados fizeram parte da apresentação de painelistas e palestrantes. Também, foi momento de inteiração e tomada de conhecimento aos novos dirigentes da administração municipal, sobre os projetos em andamento no âmbito escolar.

Na I Invernada, houve também o lançamento oficial do II Encontro Nacional de Tropeirismo de Urupema, programado para 28 e 30 de setembro de 2017.

Foram abordados temas voltados aos valores da identidade local, oficina de capacitação sobre Patrimônio Cultural para professores da rede de Educação, agentes do segmento do Turismo e Cultura e oficinas de introdução à história do tropeirismo para alunos da rede educacional de Urupema.

Durante o evento houve reunião de representantes do Projeto Tropeiro Brasil com dirigentes municipais dos setores de Educação, Turismo, Urbanismo e Esportes de Urupema, como finalidade de planejamento de duas atividades especiais a serem realizadas no II Encontro Nacional do Tropeirismo – II ENAT: Caminhada da Natureza e Cavalgada Histórica de Urupema - Tropeiro Brasil.

Para a I Caminhada da Natureza e I Cavalgada Histórica de Urupema-Tropeiro Brasil, ficou definido que no percurso seriam identificadas trilhas, trajetos e sinalização de pontos históricos e turísticos locais.

Com a supervisão de professores e integrantes do projeto Tropeiro Brasil, alunos da rede de Educação escolar foram convidados a elaborar e implantar plaquetas indicativas de aspectos geológicos, geográficos, fauna e flora atual, no trajeto do Caminho da Cascata Que Congela, antigo Caminho de Tropas, desde a praça municipal até o mirante do Morro do Campo Novo.

Figura 11 – Caminhada na Natureza com placa de identificação do percurso



Fonte: acervo do professor Vitor Cardoso Ribeiro.

Figura 12 – Caminhada na natureza

Fonte: acervo NATA.

Como parte das atividades escolares, definiu-se fazer levantamento, identificação e contato com antigos tropeiros de Urupema a serem gravados e os vídeos exibidos em setembro, durante o II Encontro Nacional do Tropeirismo – II ENAT. E ainda uma Mostra Cultural com desenhos e maquetes simbolizando antigos patrimônios edificados, urbanos e rurais do município.

A realização da I Invernada pelo Núcleo de Amigos da Terra e Água – NATA trouxe resultados bem positivos e contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Urupema/SC.

Figura 13 – Alunos produzindo maquete

Fonte: acervo professora Íris Melo.

Figura 14 – Prof. Vítor explicando o projeto do Tropeirismo e o contexto de elaboração de maquete aos alunos



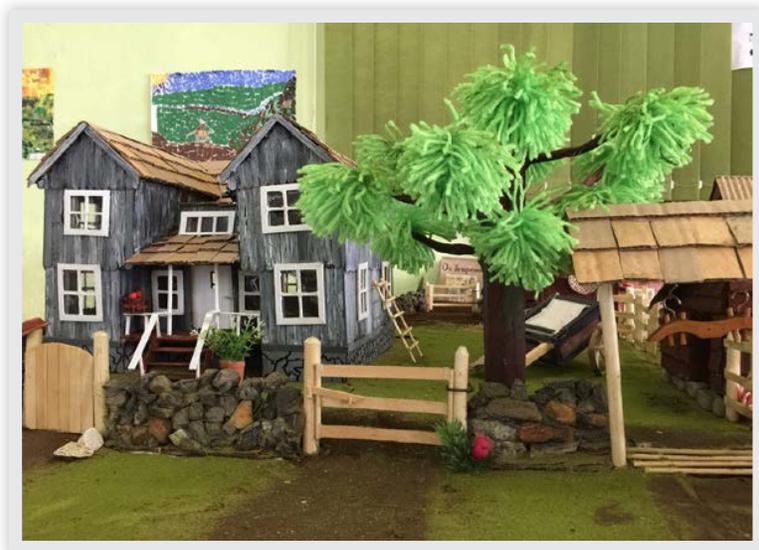
Fonte: acervo do professor Vítor Cardoso Ribeiro.

Figura 15 – Alunos apresentam maquete como resultado do projeto



Fonte: acervo do professor Vítor Cardoso Ribeiro.

Figura 16 – Representação em maquete da sede de uma fazenda na Coxilha Rica



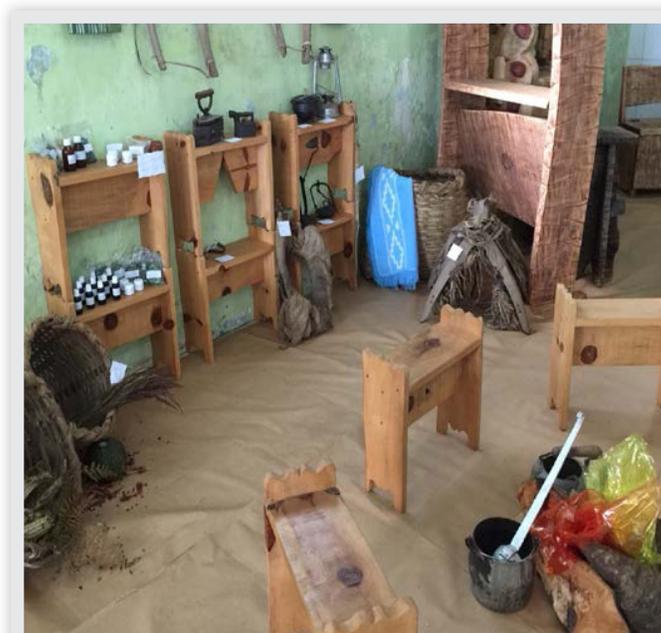
Fonte: acervo do professor Vítor Cardoso Ribeiro.

Figura 17 – Maquete feita pelos alunos do Ensino Médio



Fonte: acervo do professor Vítor Cardoso Ribeiro.

Figura 18 – Exposição de peças históricas das famílias locais e o uso dos chás representando a fazenda e pousos tropeiros



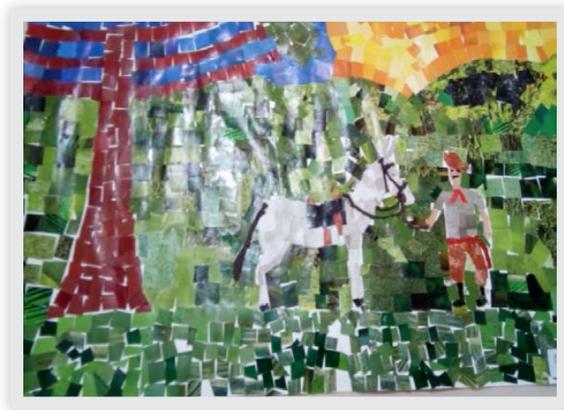
Fonte: acervo da E. E. B. Manoel Pereira de Medeiros.

Figura 19 – Representação em maquete de um galpão tropeiro feito em madeira



Fonte: alunos do Ensino Médio da E. E. B. Manoel Pereira de Medeiros.

Figuras 20 e 21 – O tropeiro e a mula. Representação em mosaico. Trabalho de alunos do Ensino Médio



Fonte: da E. E. B. Manoel Pereira de Medeiros.

Figura 22 – Maquete. Costumes da Culinária Tropeira



Fonte: acervo E. E. B. Manoel Pereira de Medeiros.

Figura 23 – Mostra Cultural das escolas da Rede Municipal de Ensino de Urupema sobre cultura tropeira



Fonte: Escola Argeu Alves de Andrade - Bossoroca e Escola Manoel Elias de Andrade. Cedro, bairros rurais do município.

Figura 24 – Encontro Municipal do Tropeirismo. Presença de alunos das escolas municipais e estadual de Urupema às palestras e exposição de trabalhos



Fonte: acervo da Secretaria Municipal de Educação de Urupema/SC.

Os trabalhos escolares do projeto de Educação Patrimonial, que foram expostos na I Mostra Cultural de Primavera de Urupema, realizada entre 27 e 29 de outubro de 2017, tiveram orientação dos professores de Artes, Geografia e História da Rede de Educação Municipal e Estadual de Urupema.

Cartilha Escolar abordando o Tropeirismo

Adaptada pela Secretária Municipal de Educação de Urupema, como currículo escolar, alunos da rede escolar municipal estudam sobre Tropeirismo e Cultura Tropeira através da Apostila do Sistema Aprende Brasil, da Editora Positivo.

Figuras 25 e 26 – Estudando Tropeirismo. Aluno João Otávio Melo Blaese da 4ª série da Escola. Núcleo Municipal Cedro - Urupema



Fonte: acervo professora Fabiana Fabre.

Projeto Identidade Social da Terceira Idade – Memória e Cultura Popular

Os idosos são autênticos livros vivos que guardam relíquias do passado. O trabalho de levantamento cultural do município buscou também a integração e parceria com esse segmento social, inclusive, por muitos deles terem seus netos, sobrinhos e afilhados, em ambiente escolar.

Para o desenvolvimento do trabalho, houve uma proposta metodológica da NATA ao grupo da Terceira Idade, ligado à secretaria de Ação Social de Urupema. Oficinas de valorização dos saberes e fazeres através da fala gravada ou escrita, dos causos, lendas, provérbios, ditados populares, crendices, histórias do imaginário popular, festas, celebrações.

E como resultado, o grupo da Terceira Idade, o Conviver apresentou, de forma clara, o convencimento de que o município de Urupema carrega em sua origem verdadeiros patrimônios da Cultura como fator preponderante de pertencimento, identidade e memória. Grande parte, oriundos de legados do tropeirismo.

Dentre tantas descobertas, surgem as velas de sebo de gado, algumas confeccionadas com ceras de abelhas, bordados em ponto cruz, pontinhos da vovó, ponto cheio, crivo, caseado, bonecas de pano, peneiras, cestos, chapéu de palha do trigo, arroz ou folha do butiá. Confeção artesanal de cangalha, chicote, cabresto, botas, laços, bruacas de couro, pelegos, baixeiros, cochonilhos da lã de carneiro, o uso do tear para produção do poncho, palas, blusas, etc.

Considerando a riqueza da cultura local, outras singularidades se aliam à presença de raízes tropeiras. As rodas de chimarrão, onde pinhões e espigas de milho eram assados ao sabor de inúmeros causos e lendas do imaginário popular, os meios de transporte em lombos de burros serra abaixo e serra acima, a imponência dos muros de taipa para demarcação de divisas e poteiros, as antigas trilhas e rotas utilizadas pelos tropeiros, cantigas, danças e instrumentos como a gaita, violão, rabeça e viola.

Figuras 27 e 28 – Reunião do Grupo Conviver - Secretaria de Ação Social de Urupema e confecção de trabalho



Fonte: Coordenação e acervo Solange Arruda.

Conclusão

Analisando as características de pertencimento, enraizadas e singulares, os projetos de *Desenvolvimento Local* não podem ser copiados de outras realidades.

A comunidade de Urupema tem que ser o sujeito ativo e não passivo, aproveitando as potencialidades e tomando-as como ponto de partida.

Assim, a *Educação e Cultura* ganham ponto relevante para não haver a dissolução da *identidade histórica*, local e legados da Cultura Tropeira, em sua formação municipal.

A conclusão não se encerra por si mesma. Continua cheia de possibilidades, modifica-se, às vezes, pelo correr do tempo ou pelo olhar imaginativo. Mas, uma coisa é certa: a trempe continua acesa em sua forma atemporal mantendo a chama tropeira.

Chama Tropeira - Eleni Cássia Vieira

O tição acende lembranças e nos aproxima do Fogo de Chão para saborear o vivido, o sonho, o imaginário recolhidos nas bruacas do cotidiano.

Cada palavra é trote da vida nas picadas e batidas das léguas do caminho.

Frente à importância da tropa, tropeiros tecem o valor dos homens no seu ofício, compromissos assumidos e o respeito à freguesia.

O pouso do olhar registra ações coletivas distribuídas nas cuias da solidariedade.

Tilintam fatos adormecidos e histórias guardadas, tesouros em canastras – correios do mundo.

A travessia reconstrói memórias afetivas que estimulam o reencontro com a saga tropeira.

Palavras interligam pontes, boqueirões, costumes, religiosidades, a cozinha da tropa; ofícios abrem trilhas de liberdades, vencendo montes, rios, correntezas, asperezas dos caminhos no convencimento da história, marcha da vida.

O ir e vir das tropas interligam mundos sem pressa de chegar serra abaixo, serra acima.

A tropa assegura o roteiro e carrega junto de si poetas, cantadores e trovadores. Era trato e sem perder o fio do bigode.

Por mais que o progresso tenha mudado o rumo da história, a madrinha segue ativa, o lote logo se firma no eco do peitoral de guia.

O som do cincerro continua a tilintar, ouvem-se os cantares dos tropeiros e na trempe, o fogo mantém a chama acesa.

Referências

- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na Formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- PIGNATARO, Ângelo; VIEIRA, Eleni Cássia. *Cadernos Tropeiros, n. 1*. Prefeitura Municipal de Itabira, 2003.
- POLLACK, Michael, Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 3-15, 1998.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória coletiva e social*. São Paulo: Annablume, 2002.
- SOLERA, Carlos Roberto. *Histórias e Bruacas*. Curitiba: Progressiva, 2006.
- SOLERA, Carlos Roberto. *O Alvorecer do Purunã*. Curitiba: Nouvelle, 2010.



18. SEMINÁRIOS E TROPEADAS

O primeiro Seminário Nacional sobre Tropeirismo: anotações sobre um caminho sem volta

Marília Daros

Professora, Arte-educadora, Pesquisadora e Escritora. Gramado/RS

“O Tropeirismo serviu como instrumento de abertura para a integração das raças que fizeram parte deste período histórico.”

“O Tropeiro tinha a verdadeira dimensão do tempo e da distância.”

Realizado de 23 a 26 de abril de 1992, o 1º Encontro foi um evento marcante para muitas pessoas que assistiram este *abrir das porteiras do conhecimento*, num assunto que se ouvia falar, mas que não se tinha o convívio, nem em literatura, nem em prática. A maior parte das comunidades vizinhas de minha terra, Gramado, sabia que eram espaços nascidos de pousos de tropeiros. As histórias orais eram unânimes neste sentido. Mas o que eram os *pousos dos tropeiros*, quem eram estes *tropeiros*, de onde vinham e para onde iam, por que se achegaram no espaço que hoje são nossas cidades? Tantas eram as perguntas quanto às curiosidades.

Assim foi que, para matar minha curiosidade, atendi o convite de uma amiga que havia feito nos Encontros dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha, nos dois anos anteriores. Lucila Maria Sgarbi dos Santos foi a animadora de minha curiosidade tropeira e foi através da iniciativa dela junto ao poder público de Bom Jesus daquela época, que, muitas pessoas como eu, que buscavam respostas, encontraram o caminho do conhecimento científico do tropeirismo e, especialmente, o conhecimento prático e informal que veio no reboque da tropa.

Saber que Gramado fazia parte do processo tropeiro era um conhecimento superficial. Mas saber que este processo alavancou uma história rica em humanidade e crescimento foi como integrar Gramado numa outra história regional e especialmente, nacional. Quando me sentei no auditório, depois de uma viagem de ônibus incômoda e longa de Gramado a Bom Jesus (parece mentira, mas é assim até hoje), e comeci a escutar os registros dos que palestravam sobre o tema, entendi que todo este novo conhecimento me faria compreender melhor a formação histórica de Gramado. Assim, como professora e como aluna, eu fui envolvida pela cantiga da ronda tropeira e

pelo sabor de sua culinária, fazendo com que eu me entendesse melhor também. Afinal, quem de nós sabe realmente, onde foi dado o pioneiro passo para a trajetória das nossas histórias municipais?

Tenho certeza de que não fui a única agraciada com tamanha benfeitoria. Não me parecia até justo que em tantos anos de vida, a gente não tivesse tido chance, nem nas escolas, de aprender mais sobre estes homens e mulheres que, andarilhando por nossas serras, fizeram o primeiro movimento migratório de muitas culturas diferentes, mesmo que os personagens não se deslocassem de suas terras. O tropeiro fez a ponte. O tropeiro fez o elo.

Nas diferenças e nas semelhanças, encontramos um denominador comum: o caminho do crescimento telúrico, que hoje, convenhamos, não tem mais o telurismo de outrora. E foi um caminho sem volta, pois tudo andou em frente, na simplicidade do andar. Se foram tropeiros de mulas, de gado, de ovelhas, de perus, de porcos, de erva mate, de pinhão, e até mesmo de cascas e carvão, não importa. Foram seres corajosos e desbravadores, tanto que alongaram caminhos curtos e empreenderam jornadas longas e saudáveis. Nem mau tempo, nem medos... Era um andar em frente. Corajoso, incerto, mas com rumo certo.

O I Seminário marcou então um comprometimento regional com um assunto apaixonante. Desvendar os caminhos tropeiros não visíveis e nunca estudados pelas comunidades serranas. E deu certo, pois estamos no décimo ano do evento, que corresponde na realidade a vinte anos de estudos. E de nacional passou a ser ainda do Cone Sul. A América do Sul está engajada fazem 14 anos. Encontrar uma municipalidade que investe em pesquisa e memória, não só de si mesma, mas de uma região e de um estado, é louvável e exemplar. Turismo, Educação, Cultura, Ação Social, todos buscando registros, que tenho certeza, poderiam estar perdidos hoje, se não houvesse acontecido este I Encontro, que alavancou um conjunto de ações abraçadas pela UCS, Universidade de Caxias do Sul.

Os habitantes todos que, naquela época, abriram as portas de suas casas para receber os convidados, pesquisadores e interessados no assunto, vindos de diversos lugares, merecem o nosso grande carinho neste momento histórico. A Família de Manoel Inácio Velho é o exemplo vivo e meu, deste afeto que perdura até hoje, nas nossas relações de amizade. E na pessoa do historiador Moacyr Domingues, deixo meu agradecimento por tantos historiadores dividirem comigo seus enormes conhecimentos que me fizeram uma pessoa melhor, mais centrada e atuante no rumo tropeiro da história de Gramado, em meio a sua região nordeste.

Estive em todos os encontros, sempre preparando algum trabalho de investigação sobre pessoas que estavam historicamente envolvidas com o Tropeirismo.

Se não aquele dos grandes caminhos americanos, mas aqueles de nossos recantos serranos que, a duras penas, cresceu sob este signo digno de nosso respeito.

E foi em 1º de abril de 1992, um pouco antes deste 1º Encontro, que minha família e eu fundamos o Arquivo Histórico Particular Hugo Daros, instituição sem fins lucrativos, que existe até hoje e que garantiu para Gramado dezenas de pesquisas que até então não teriam acontecido, sem os Seminários de Tropeirismo e sem a criação da instituição.

“Que a antiga lição de amor ao chão dos tropeiros seja revigorada todos os dias, com força e coragem, com criatividade e ética, para o enriquecimento de nossa história comum.

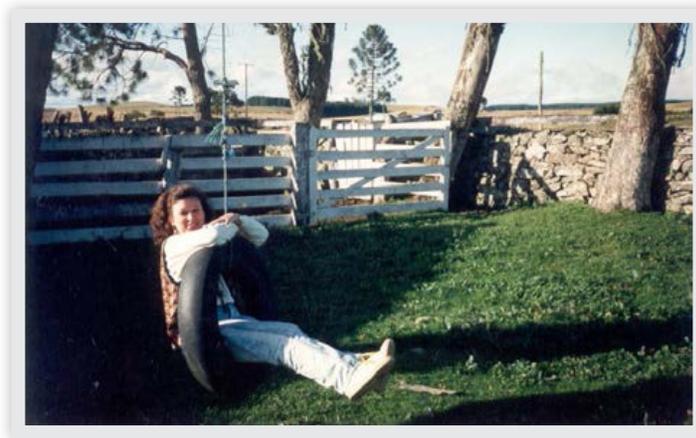
Obrigada Bom Jesus por esta ajuda do desvendar de nossa história regional.”

Figura 1 – Convívio de pesquisadores durante o II Senatro (1994). Da E para D: Ivone e Moacir Domingues, Marília Daros, (?) e Ângela Velho



Fonte: acervo da autora.

Figura 2 – Marília em momento de descontração durante o II Senatro (1994)



Fonte: acervo da autora.

História e reflexões acerca do Seminário Nacional e Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo – SENATRO (1992 a 2020)

Lucila Maria Sgarbi Santos

Pesquisadora de Memória Oral e Idealizadora do SENATRO. Bom Jesus/RS

A atividade tropeira sempre foi invisibilizada, pois os livros de história, mesmo os de História do Rio Grande do Sul, pouco ou nada tratam sobre o assunto.

Sabedores da importância desta atividade para o desenvolvimento dos povos em geral, e do Rio Grande do Sul em particular, e conhecedores da existência de trabalhos isolados sobre o assunto, após contato com historiadores e pesquisadores do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde este estudo já estava em fase bem adiantada, inclusive com mapeamento de caminhos e fazendas ligadas ao ciclo do tropeirismo, pesquisadores da Secretaria Municipal de Educação Cultura de Bom Jesus, sob a coordenação da professora Lucila Maria Sgarbi Santos, apoiados pela Secretária de Educação e Cultura Elaine Grazziotin Dutra e pelo Prefeito, Sr. Geraldo Spinelli Grazziotin, decidiram realizar estudos relativos a este movimento socioeconômico e cultural.

Citamos os profissionais que participaram da organização do I SENATRO: professor Riopardense de Macedo (In memoriam), professoras Véra Lucia Maciel Barroso e Norma Martini Moeche. Ao longo do tempo, outros pesquisadores juntaram-se a estes, contribuindo com suas experiências e conhecimentos. A produção do SENATRO sempre foi um trabalho de equipe. A todos externamos nosso agradecimento. Após várias reuniões ficou decidido que Bom Jesus deveria sediar um Seminário Nacional, cujo foco seria a atividade tropeira, a qual esteve ligada desde seus primórdios.

Decidida a dimensão do evento, precisávamos de parceiros para realizá-lo. Nossa primeira opção foi a Universidade de Caxias do Sul (UCS), pois estamos em sua área de influência educacional, e também por ser o centro de pesquisas históricas da mesma, e buscar a preservação sociocultural de suas regiões de abrangência. Tão logo entramos em contato com o pró-reitor de extensão, professor Armando Sachet, este nos deu seu aval, bem como as orientações que precisávamos.

Sendo o tropeirismo uma atividade vinculada aos homens ligados à terra, e o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) – a associação daqueles que pre-

zam nossas origens ligadas ao campo –, procuramos também a patronagem do CTG Presilha do Rio Grande, patrão Pedro Antônio Marcanzoni Tietböhl, que nos deu total apoio.

A partir da segunda edição, o SENATRO além da parceria com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), firmou também parceria com o CTG Presilha do Rio Grande.

Desde sua primeira edição, os objetivos básicos deste Seminário foram promover ciclos de estudos permanentes sobre *tropeirismo*, integrar os já existentes, divulgá-los e abrir espaço para o estudo de micro-histórias locais, concernentes às suas raízes tropeiras, que na maioria são desconhecidas.

Estes objetivos vêm mantendo-se através dos Seminários, e a estes são agregados os objetivos específicos de cada edição.

O Iº SENATRO realizou-se de 23 a 26 de abril de 1992 no Sport Club Santa Cruz.

No final do Iº SENATRO foram apresentadas e aprovadas várias moções, entre estas, foi pedida a instituição legal do SENATRO, em moção apresentada pelo Sr. João Lori de Abreu, e aprovada por unanimidade, garantindo, assim, sua continuidade após as mudanças administrativas, sendo legalmente efetivado sob a denominação de Seminário Nacional sobre Tropeirismo - SENATRO, através da Lei Municipal n.º 1537, de 12 de junho de 1992, ficando definida a sua realização a cada dois anos, na segunda quinzena de abril, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus.

De 21 a 24 de abril de 1994 realizou-se o II SENATRO, já na sede do CTG Presilha do Rio Grande. Encerrado o mesmo ficou clara a necessidade de publicar o livro com as pesquisas apresentadas, para que o objetivo básico fosse atingido. Ainda em 1994 foi editado o livro *Bom Jesus e o Tropeirismo no Brasil Meridional*, o qual se encontra quase esgotado.

O livro teve boa aceitação do público e ajudou muito na divulgação do evento.

De 19 a 23 de abril de 1996 aconteceu o III SENATRO, firmando-se como acontecimento importante para a história do Ciclo do Tropeirismo no Brasil.

O II e III SENATROs tiveram o apoio do Prefeito Municipal, Senhor Luiz Antônio de Oliveira Paim, e Secretária Municipal de Educação e Cultura, professora Maria Leda Costa Vianna.

A crescente procura de informações sobre o assunto tropeirismo, o conhecimento de que este é um ciclo que fez parte da vida da humanidade, em alguma época de seu desenvolvimento, levou a Comissão Organizadora a expandi-lo para os países do Cone Sul.

Em 1998 aconteceu o IV Seminário Nacional e I Encontro do Cone Sul Sobre Tropeirismo (IV SENATRO), com a participação do Uruguai e Argentina. No ano de 2000 foi a vez do V Seminário Nacional e II Encontro do Cone Sul Sobre Tropeirismo (V SENATRO), com a participação do Uruguai, Peru e Argentina.

Neste mesmo ano foi lançado o livro *Bom Jesus e o Tropeirismo no Cone Sul*, do qual restam poucos exemplares.

O IV (16 a 21/04/1998) E V (27/04 a 01/05/2000) SENATROs aconteceram na administração do Senhor Júlio Cesar Pannebecker e Secretárias Municipais de Educação e Cultura, Senhora Elusa Maria Silveira Rodrigues e Senhora Marilene Fávero Torres, sendo coordenadora do Departamento de Cultura Senhora Jussara Lisboa Madeira.

A programação do SENATRO prevê a participação de palestrantes, especialmente convidados, para falarem sobre aspectos predeterminados do tropeirismo, e comunicadores que apresentem minipalestras, oportunizando o aparecimento de novos pesquisadores e estudo das histórias locais e/ou regionais. Todos os trabalhos apresentados são editados na íntegra, inclusive os comunicados.

Assuntos e palestrantes, em geral, são indicados pelos participantes do evento e/ou pela comunidade acadêmica.

As palestras podem ser transformadas em painéis que aprofundam vários ângulos de um mesmo assunto.

Faz parte da programação a visita a um local histórico e/ou com potencial turístico, o que incentiva o *turismo cultural*.

Temos também programas paralelos como: exposições de artesanato e gastronomia local, bem como algumas exposições culturais trazidas pelos participantes, a tradicional *Noite de Integração*, aberta ao público, com variadas apresentações artísticas sob a responsabilidade das escolas estaduais, municipais e particulares, academias de dança, CTG, Associação de Teatro, declamadores, bailarinos de Bom Jesus e/ou visitantes. Quando possível são apresentados shows com artistas especialmente convidados. Nesta noite há momentos de total integração entre visitantes e comunidade local.

Em abril de 2002 foi realizado o VI Seminário Nacional e III Encontro do Cone Sul Sobre Tropeirismo (VI SENATRO) de 24/04 a 01/05/2002, com a participação de outras localidades da Argentina e Peru. A cada ano vem aumentando o número de participantes, e a inserção de novos enfoques do tropeirismo tem sido uma constante.

De 21 a 25 de abril de 2004, foi realizado VII seminário Nacional e V Encontro do Cone Sul Sobre Tropeirismo (VII SENATRO). Nesta edição

aumentou sensivelmente a participação de municípios gaúchos e de outros estados, e passamos a contar também com a presença de estudiosos do Rio de Janeiro.

O VI E VII SENATROs foram realizados na administração do senhor Geraldo Spinelli Grazziotin e Secretárias de Educação e Cultura, respectivamente, senhoras Gilce Maria Aver Leoni e Janete Maria Arcari Becker.

O VIII (19 a 23/04/2006) e IX SENATRO (13 a 17/04/2008) foram realizados na administração do Sr. José Paulo Almeida. Neste período respondiam pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, as Senhoras Elusa Maria Silveira Rodrigues, Adenair Pereira Velho e Cláudia Natalina Paim Almeida, estando o Departamento de Cultura sob a coordenação da Sra. Jussara Lisboa Madeira, sendo designada para coordenar a organização da programação a Senhora Lucila Maria Sgarbi Santos.

Fez parte da programação do IX Seminário Nacional e VI Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo, a I Mostra de Comida Tropeira e Campeira. Neste SENATRO foi realizada uma oficina de como fazer a paçoca de charque levada pelos tropeiros em suas andanças, tendo os participantes degustado a referida iguaria. Foi oficineiro o Senhor Ofredi Martins, o qual aprendeu com sua mãe como fazer uma boa paçoca.

O volume de correspondência recebida solicitando informações sobre o evento e afirmando interesse em participar do próximo, foi bem maior que em edições anteriores.

O X Seminário Nacional e VII Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e a I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu aconteceu de 20 a 23 de abril de 2010. Esta edição do SENATRO enfrentou algumas dificuldades, tendo inclusive sendo suspenso, pois, segundo o Prefeito Municipal não havia condições econômicas para realizá-lo, tendo em vista que estava atrasada a edição do 4º volume da Coleção Bom Jesus e o Tropeirismo, o qual estava pronto para ser enviado para gráfica; o Senhor Prefeito optou em editar o livro.

Após muitos pedidos dos interessados no assunto tropeirismo terem entrado em contato com o senhor José Paulo Almeida, Prefeito Municipal, foi acordado postergar a edição do livro, sendo então acertada a realização do X SENATRO, mas em menor nº de dias, sendo também retiradas da programação algumas atividades tradicionais do evento, tais como, roda de causos com antigos tropeiros e passeio em local histórico ligado ao tropeirismo.

Com a demora na decisão de realizar o X SENATRO, este ficou um pouco comprometido, pois o material de divulgação foi enviado muito próximo à data de realização do mesmo. Então, muitos interessados não puderam participar, pois não houve tempo hábil para poderem se organizar e participarem.

Considerando os problemas enfrentados, a afluência de menor número de participantes, o resultado foi satisfatório, sendo destacado como principal ponto positivo, a continuidade do evento, e a sua realização na mesma época e com a mesma periodicidade.

Foi solicitada a volta do passeio e a roda de causos, tendo sido aprovadas moções importantes para a região.

Durante o evento, foi realizada uma reunião entre os participantes que mais auxiliam e são presenças constantes no evento, alguns, desde sua primeira edição. Desta reunião resultou em uma segunda reunião com a formação de comissões que deverão auxiliar na organização e realização do XI SENATRO. Na primeira reunião realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, o senhor José Paulo, Prefeito Municipal, comprometeu-se a realizar o evento de 2012 e editar, ainda este ano, o 4º volume da coleção Bom Jesus e o Tropeirismo, o qual estava pronto para ser levado à gráfica.

As atas destas duas reuniões estão registradas no Livro de Atas das reuniões gerais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aberto em 16 de março de 1992, sob os números 01/2010 e 02/2010, páginas 52 v. e 54.

Neste evento estiveram presentes alunas do Curso de História da UCS, Campus de Vacaria, sob a coordenação da professora Daysi Lange Albeche.

De 17 a 21 de abril de 2012, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura Desporto e Lazer, realizou o XI Seminário Nacional e VIII Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e II Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu. No XI SENATRO era Prefeito Municipal o Sr. José Paulo Almeida, Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, a Sr.^a Claudia Natalina Paim de Almeida, Diretora de Cultura, Sr.^a Jussara Lisboa Madeira, tendo coordenado a programação a Senhora Lucila Maria Sgarbi Santos.

Paralelamente às palestras foi realizada a oficina *Música X Tropeirismo X Educação X Instrumentos* levados nas tropeadas. Esta foi desenvolvida por Silvestre Alves Gomes, especialista em atividades ligadas à música e ao tropeirismo.

Esta oficina despertou a atenção do público e quem participou achou muito boa e de utilidade na sala de aula.

Neste SENATRO, foi dedicada uma tarde ao Projeto Tropeiro Brasil, coordenado pelo pesquisador Carlos Roberto Solera, que tem como objetivo geral conseguir do IPHAN e da ONU o reconhecimento do Tropeiro Brasileiro como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Neste trabalho foram apresentados e discutidos os passos já percorridos pelo projeto e aqueles a percorrer.

Todas as palestras foram bem aceitas pelos participantes, mas a mesa redonda *Mulheres tropeando saudade*, onde as mulheres em pequenos gru-

pos relataram as suas experiências ligadas ao tropeirismo, quer como filhas, quer como esposas e mães de tropeiros, foi a que mais agradou o público presente. As conclusões dos grupos foram apresentadas pela coordenadora de cada grupo ao grande grupo, para que todos partilhassem as experiências dos Grupos de Trabalho.

As avaliações deixaram muito a desejar, pois do universo de participantes apenas 04 devolveram as fichas de avaliação. Isso aconteceu por não ter sido constantemente lembrada a necessidade e importância de entregar as mesmas.

Apesar da importância da aprovação de moções, as quais também balizam a realização e as tomadas de decisões para o próximo evento, neste SENATRO estas não foram apresentadas, por que o encerramento foi feito no almoço de confraternização do passeio, visto a necessidade de entregar o CTG para a organização do evento a realizar-se no dia 21 à noite.

Graças ao trabalho das responsáveis pelo protocolo, professoras Lúcia Rizzotto Sene e Osmarete Farias Zanella, foram respeitados os horários estabelecidos para as diversas atividades, o que ajudou muito no desenvolvimento da programação.

Das avaliações entregues resultou a opinião que o SENATRO estava bom. As sugestões referentes ao local do evento já vem sendo colocadas em prática.

Nas conversas mantidas ao longo do evento, a opinião foi que os palestrantes foram de ótimo nível, mas que precisa ser deixado mais tempo para os debates.

Neste evento os horários foram mantidos conforme a programação, o que satisfaz ao público.

A Arte no SENATRO agradou a todos, principalmente a apresentação do músico Adelar Bertussi, este juntamente com seu irmão Honeyde Bertussi foi responsável pela valorização da “Música Gaúcha” de raiz; este trabalho foi iniciado pelos idos de 1950.

O que desagradou grande parte dos participantes foi a falta de tempo para debates, uma vez que as palestras foram muito atrativas.

Na avaliação interna, também foi salientada a necessidade de deixar mais espaço para os debates. Outra conclusão é a de que deve ser encontrado um meio de trazer a comunidade para participar do evento. Foi dada ênfase à necessidade de trabalhar o tropeirismo nas escolas ao longo do ano. Este enfoque já havia sido levantado no X SENATRO de 2010. Na avaliação feita pela Comissão, e, em minha opinião particular, a divulgação do evento deveria iniciar o mais tardar em outubro do ano anterior, para que os interessados possam se programar com antecedência.

No XI SENATRO (17 a 21/04/2012) foi lançado o IV volume da série Bom Jesus e o Tropeirismo, sob o título *Bom Jesus e o desenvolvimento do tropeirismo nos caminhos do Cone Sul*.

As duas moções aprovadas no X SENATRO foram atendidas, ou seja, o retorno *do Tropeando saudades*, onde os/as envolvidos (as) com alguma atividade ligada ao tropeirismo relatam suas memórias, e o passeio turístico cultural, o qual foi em São José dos Ausentes, onde foram visitados o Museu do Silveira, o Monte Negro, com posterior almoço de confraternização na Pousada Monte Negro; este passeio atingiu plenamente os objetivos propostos.

O XII Seminário Nacional e IX Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e III Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XII SENATRO aconteceu de 28/04 a 02/05/2014.

O XIII Seminário Nacional e X Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e IV Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XIII SENATRO realizou-se de 14 A 18/04/2016.

Neste SENATRO, o dia 18 de abril foi dedicado exclusivamente à formação dos professores; esta faz parte do calendário escolar. Neste dia foram trabalhadas várias sugestões de como trabalhar o tema troperismo em sala de aula.

O XIV Seminário Nacional e XI Encontro do Cone Sul sobre Tropeirismo e V Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu – XIV SENATRO aconteceu de 11 a 14 de abril de 2018. O dia 14 foi também de formação para os professores, prevista em calendário escolar.

O XIV SENATRO aconteceu como o previsto, e sugerido pelas avaliações de XIII SENATRO. Foi oferecida a *Oficina Pedagógica: Tropeirismo em Jogos Educativos* pelo professor Silvestre Alves, a qual foi bem concorrida. Foram discutidas longamente as palestras referentes aos principais caminhos.

Em 2017 foi levantada a hipótese da localização do Caminho dos Conventos no trecho que chegava a Bom Jesus, o qual foi utilizado por muitos anos pelos bom-jesuenses, quer tropeiros ou como veranistas para descer até Araranguá e além. Convidamos os especialistas na área, Henrique Paulo Schmidlin e Geraldo Barfknecht para analisarem o referido caminho. Estes chegaram à conclusão de que este realmente era o trecho final entre a saída do vale do Araranguá até os Campos de Cima da Serra.

No encontro de 2018, o passeio turístico cultural proposto foi percorrer o referido caminho. Dadas às dificuldades da excursão, ficou livre a participação, assim mesmo foi bem expressiva a participação dos *senatristas*. Quem fez o passeio voltou muito cansado, pois é uma trilha de alta dificuldade. A grande maioria dos participantes não tem preparo para esta atividade, mas todos retornaram entusiasmados e dispostos a repetir a experiência.

O XII, XIII E XIV SENATROs foram realizados sob a administração Sr. Frederico Arcari Becker, Secretária de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, a Senhora Gilce Maria Aver Leoni e coordenadora do SENATRO, Lucila Maria Sgarbi Santos.

Sentindo a necessidade de envolver a comunidade escolar com o tema tropeirismo, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desenvolveu em 2010 a Oficina Pedagógica “Tropeirismo nas Escolas Rurais”, tendo como oficinairos os senhores Marco Aurélio Angeli (Zoreia), Manoel Maria da Silva, Manoel Gaspar e Claudio Silva Borges. Em 2015 passou a Projeto Pedagógico “Tropeirismo nas Escolas Municipais”. E a partir de 2019, o projeto envolveu todas as escolas de Bom Jesus, contemplando Educação Infantil e Ensino Fundamental. São trabalhados os fundamentos teóricos, bem como a prática, pois é apresentada toda a tralha tropeira e, inclusive, os participantes têm contato com o arrear e desarrear uma mula.

Oficinairos: Marco Aurélio Angeli (Zoreia), Valter Fraga Nunes, organizadores da *Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu* e os tropeiros Manoel Maria da Silva (Manoel Gaspar) e Wilian Marcelo dos Santos Goulart. A oficina tem a duração de quatro dias. Todos dedicam seu tempo gratuitamente em prol da cultura tropeira.

Em todos os SENATROs os visitantes movimentaram o comércio local, principalmente no que se refere ao artesanato e doces caseiros típicos da região.

Vale salientar que em todas as edições do SENATRO, as palestras, painéis, minipalestras e comunicados foram de alto nível.

As universidades estão demonstrando interesse em participar do evento, como a Universidade do Contestado que trouxe uma caravana com 27 alunos e professores em 2004, a UCS em 2010, e Universidade de Lages em 2018.

Recebemos um ofício do Consul do Chile pedindo informações sobre o evento, para programar a participação de pesquisadores de seu país.

Chamou a atenção o interesse demonstrado pelos meios de comunicação: jornais, rádios e TVs. O programa do Rui Biriva, *Paralelo Sul*, na TVE, para o dia 09/05/2004, foi gravado em Bom Jesus, e fomos notícia na RBS/TV.

Segundo sugestões dos participantes, deve ser dado mais tempo para palestras e debates, aprofundando os assuntos enfocados.

A partir do momento que o SENATRO firmou-se como um evento cultural, Bom Jesus passou a ser referência para quem pesquisa e/ou tem interesse no assunto tropeirismo.

Nos SENATRO tivemos um público médio de 300 pessoas, destas 50% eram visitantes. Se cada visitante gastou em média R\$ 500,00 por dia, na relação custo benefício, este foi bem maior.

Este é um evento que envolve toda comunidade, antes do mesmo, na sua realização e após o evento, pois os estudos continuam visando a adaptação dos trabalhos apresentados à realidade escolar.

Ainda para ano de 2006 foi pensada a produção de um livro referente ao tropeirismo adaptado à sala de aula. A idéia transformou-se em realidade. Este trabalho foi lançado com o título de *Tropeirismo-Educação Básica* no IX SENATRO em 2008.

Podemos afirmar que o SENATRO não se esgota em si mesmo, haja vista, as novas amizades com trocas de informações sobre vários aspectos do cotidiano dos visitantes e da comunidade local.

O SENATRO é uma oportunidade para conhecermos as nossas raízes tropeiras, além de aprofundar os estudos relativos a um ciclo de atividades que teve importante influência no desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como na integração do Rio Grande do Sul, como um todo, deste com o Brasil, bem como do Brasil com os países do Cone Sul.

Devemos lembrar que muitos ofícios foram desenvolvidos pelos tropeiros, surgindo da atividade tropeira várias profissões, hoje executadas, como artesanato, servindo, atualmente, como fonte de renda para muitas famílias.

Lembramos que ao longo do caminho das tropas surgiram núcleos que se transformaram em importantes cidades e, de maneira informal, os primeiros comunicadores, os primeiros carteiros foram os tropeiros, e, foram eles que realmente efetivaram o MERCOSUL.

Hoje, o Turismo Cultural é uma realidade, e, o Caminho das Tropas é produto altamente atrativo. No dia 14/05/2004 aconteceu uma reunião da Comissão de Turismo Integrado (CTI-Sul), que congrega os Estados do Sul, com a presença dos secretários de turismo desses estados, cuja pauta foi a formatação da Rota dos Tropeiros a partir de Viamão até São Paulo. Bom Jesus foi convidado a participar da referida reunião, e passou a integrar a Comissão que vai estudar a formatação deste Produto Turístico.

O Turismo Cultural avançou com o desenvolvimento do *Projeto Caminho dos Tropeiros*, o qual integra os municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Jaquirana, São José dos Ausentes, São Francisco de Paula e Vacaria, todos situados nos Campos de Cima da Serra. Este projeto turístico está sedimentado na cultura tropeira. A coordenação do projeto é do SEBRAE/RS, com apoio das prefeituras, e participação efetiva de diversos empreendedores dos municípios integrados ao projeto.

A *Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu* iniciou no X SENATRO, em 2010. Foi idealizada e organizada pelos Senhores Marco Aurélio Angeli – Zoreia, Sergio Aluísio Soares Barbosa – Sergio Gaudério e Valter Fraga Nunes, tendo como objetivo mostrar como eram as tropas no ciclo do tropeirismo. Esta tropeada é organizada conforme eram as tropas neste período. Só podem participar montados em mulas, acompanhando tropa arreada e solta. Chegam para a abertura do SENATRO, tendo anteriormente desfilado pela cidade.

Pela Lei Municipal nº 2.670, de 19 de agosto de 2010, fica instituído o dia 16 de julho como Dia do Tropeiro no âmbito do município de Bom Jesus. A lei foi proposta pelo vereador Cassiano Suzin Subtil

Pela Lei nº 14.115, de 29 de outubro de 2012, o município de Bom Jesus fica declarado Capital do Tropeirismo do Estado do Rio Grande do Sul. Esta lei foi proposta pelo Deputado Estadual Alceu Barbosa.

O Deputado Assis Mello propôs a lei que decreta Bom Jesus Capital Nacional do Tropeirismo, a qual já foi aprovada nas Comissões pertinentes.

Sentindo a necessidade de envolver a comunidade escolar com o tema tropeirismo, a SMEC propôs e vem desenvolvendo o Projeto Pedagógico *Tropeirismo nas Escolas*, Este projeto é desenvolvido através de oficinas, constando de uma parte tórica e outra prática. No módulo prático, os participantes têm contato com toda a *traia* (tralha) usada pelos tropeiros, incluindo uma demonstração prática de como arrear e desarrear um muar. Seu início aconteceu em março de 2010, sendo desenvolvido por Marco Aurélio Angeli (Zoreia), Claudio Silva Borges e Manoel Maria da Silva (Manoel Gapar). Teve continuidade, com novo formato e mais oficinairos em agosto de 2017, e também foi realizado em agosto de 2019, com previsão para ocorrer nos anos ímpares,

A avaliação do projeto foi muito positiva, tanto dos alunos, como dos professores e demais participantes.

O SENATRO é um evento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer-SMEC, com o apoio das demais secretarias, dentro de suas especificidades, Departamento Jurídico e a Câmara Municipal de Vereadores.

O XV SENATRO estava previsto para ser realizado, de 31 de março a 04 de abril de 2020, com palestrantes e comunicadores confirmados, e toda a programação pronta, faltando só realizar a compra das passagens aéreas para os palestrantes de outros estados e países. Porém, o Decreto Municipal nº 7205/2020 cancelou todos os eventos programados, em função da pandemia do Corona Virus-Covid 19. No entanto, foi acenada a possibilidade

de realizar o XV SENATRO on-line, no final do ano de 2020, o que não aconteceu.

Então, considerando *a importância dos assuntos que seriam abordados e qualificação dos palestrantes e comunicadores* decidimos recolher todos os trabalhos que seriam apresentados, com o objetivo de publicá-los, juntamente com os textos entregues dos eventos anteriores, não editados em livro.

Cabe salientar que no final de 2019, sentindo a necessidade de dar um novo formato ao SENATRO, por sugestão do Prefeito Municipal, Diogo Grazziotin Dutra propusemos criar uma comissão para a realização do mesmo em parceria com a Universidade de Caxias do Sul/UCS, Campus de Vacaria.

Na época, juntamente com a Secretária de Educação Maria Niza Almeida Hoffmann (SMEC) e Departamento de Cultura fomos recebidos pelo Diretor do Campus Universitário da UCS em Vacaria, o professor Marcelo Faoro de Abreu.

A sugestão foi muito bem aceita pelo Diretor. Na ocasião, ele nos informou que o Campus de Vacaria estaria iniciando em 2020 o mestrado em História, sendo a participação na organização do SENATRO interessante para o Campus de Vacaria.

A expectativa é que passando a pandemia, os resultados deste contato possam ser concretizados.

Fontes orais

Entrevistas realizadas entre 1992 e 1996

Adélia Kramer Araújo, Adelino Vargas de Andrade (Seu Loca), Alcebiades Grazziotin, Alcides De Boni, Alorino Francisco de Mello (Seu Loro), Álvaro Rocha, Alvina Hoffmann Finger, Anita Valmórbida Sgarbi, Benta Moreira Santos, Bento Jacoby, Boaventura Francisco Boeira (Seu Lamão), Boaventura Silveira de Almeida (Seu Boas), Carlinhos Jacoby, Clodomiro Sgarbi (Lilo), Clori Borges Barcelos, Edmundo Jacoby, Júlia Kramer Acauan, Manoel Maria da Silva (Manoel Gaspar), Nei Francisco Borges, Orizon Roque de Souza (Seu Doti), Osvaldo Maciel Martins (Vadico), Ovídio Pereira Fonseca e Vicente Ribeiro Hoffmann.

Fontes documentais

Livro de Atas da SMEC, 1992 a 2018.

Moções aprovadas nos SENATROs.

Programações dos SENATROs.

Protocolos dos SENATROs.



Bom Jesus/RS: Centro Brasileiro e do Cone Sul de Estudos e Produção do Conhecimento sobre o Tropeirismo

Véra Lucia Maciel Barroso

Historiadora e Socióloga. Porto Alegre/RS

Bom Jesus, um município serrano do Rio Grande do Sul, iniciou em 1992, uma trajetória de âmbito nacional devotada ao estudo de sua identidade cultural – o tropeirismo.

Este ousado desafio foi alavancado pela historiadora Lucila Maria Sgarbi Santos, com o total apoio da então Secretária Municipal de Educação e Cultura de Bom Jesus, Maria Leda Costa Vianna, ganhando por suas lideranças o apoio legal através de lei aprovada na Câmara, respaldando oficialmente a sua continuidade no município

Quem imaginaria, que no início da década de 1990 – já se passaram quase 30 anos – a pequena cidade serrana, então um núcleo com menos de 10 mil habitantes estaria iniciando uma jornada de caráter nacional, voltada ao tropeirismo – um fenômeno de caráter universal, formador de povoados e promotor de relações sociais, econômicas e culturais!

Sem dúvida, foi dado um passo gigantesco pela “tropeira-mor” – a historiadora Lucila, ao idealizar o SENATRO – Seminário Nacional sobre Tropeirismo.

Desde sua primeira edição, historiadores e pesquisadores do Rio Grande do Sul e do Brasil se deslocaram para Bom Jesus, para falarem de suas pesquisas, compartilharem suas investigações, fazerem trocas entre os pares devotados ao tema, e conviverem “a aura serrana” que Bom Jesus oferece aos seus visitantes. Todos foram sempre muito bem acolhidos e sentindo-se em casa. Óbvio, que a decisão de continuar foi firmada nas moções aprovadas pelos participantes ao final do evento. Foi um sucesso!

E, assim, sob a liderança ativa e firme da Lucila, em 1994, o SENATRO aconteceu na sua segunda edição. Ao término, ela informou aos participantes o compromisso de editar a primeira obra do SENATRO, com os trabalhos apresentados nas duas primeiras edições. E não deu outra! Em 1995 foi lançada a obra intitulada “Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional”. Com 184 páginas, o livro reúne textos de grade importância para a historiografia do tema, considerado de leitura fundamental para os que se dedicam ao movimento tropeiro nas diferentes e diversas regiões do Brasil.

Como a tropeira-mor não deixa a sua mula descansar, ela avançou o percurso e foi mais longe. Na 4ª edição do SENATRO, Lucila ampliou a geografia do seminário, chamando os historiadores do Cone Sul. Estava reafirmando o pioneirismo do Mercosul, através dos caminhos tropeiros que ligavam o extremo-sul da América ao centro brasileiro, desde o século XVIII.

E assim os resultados do 3º e 4º SENATROs ganharam a edição intitulada “Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul”, com 430 páginas; outro volume imperdível com trabalhos preciosos, nele editados.

Quando alguns pensavam que o tema estava esgotado, verificaram que era ledro engano quando receberam em 2004, o terceiro livro da série dos SENATROs, intitulado “Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul”, com 766 páginas.

E os Seminários e Encontros seguiram. Todavia iniciou uma fase de dificuldades para publicações. Mas, o que é bom, não tarda demais. E assim veio à luz, com o apoio da CORAG, o quarto livro, em grande formato (A4), no ano de 2012. Em 496 páginas afloram trabalhos que vieram ampliar ainda mais a historiografia sobre o tropeirismo.

Só por estes quatro livros, já se poderia afirmar, sem contraditar, que Bom Jesus se transformou no principal e maior centro de estudos sobre o tema, no Brasil e no Cone Sul. É que os pesquisadores, antes dispersos, tiveram naquele pequeno município guarida nos seminários, dando a eles e ao tema, maior visibilidade, e se diria respeito e reconhecimento acerca da sua importância na história de todos os estados brasileiros e países do mediterrâneo do Prata e cercanias.

E os seminários seguiram, sem interrupção, sempre ricos e movimentados, com larga participação nacional e dos vizinhos do Cone Sul. Mas, viabilizar a publicação das obras, se constituiu no maior desafio, dentre tantos, como o de organizar o evento, que se transformou no trabalho mais fácil de concretizar, como repete a tropeira-mor. Diante da carência de recursos, por mais batalhados e tentados que foram, a tropeira-mor não desistiu. Chegando os anos 2019, 2020, luzes acenderam a chama, indicando que o trabalho de recolha, formatação, padronização e organização da futura publicação poderia ser levado adiante.

Frente a esta possibilidade de continuar compartilhando conhecimento, este texto foi projetado para registrar uma breve e panorâmica análise do que foi produzido nos SENATROs – meio que um balanço geral, que a seguir se apresenta.

Um balanço dos SENATROs

No primeiro livro do SENATRO encontram-se 29 trabalhos; 12 do I Encontro e 17, do II. Alguns nomes chamam de imediato a atenção, como o da saudosa Roselys Vellozo Roderjan, pesquisadora do Paraná, que junto com o também saudoso Moacyr Domingues, de Porto Alegre, para além de suas profícuas palestras, promoveram rodas de trocas de informações, no sentido de juntar as pontas da emaranhada rede de caminhos entre as capitânicas do Sul. Outros nomes de proa nesta ocasião deram o seu contributo perenizado na obra. E do rol dos palestrantes, um destaque carinhoso para o veterano Irmão Jacob Parmagnani que envolvia a todos com suas representações cênicas no trato do tema que trazia aos participantes.

Ainda no primeiro livro, o segundo SENATRO revela sua abertura para outros autores que se juntaram aos da primeira hora.

O que se avalia desta obra é a preocupação com a definição dos caminhos do sul, a trajetória de tropeiros, o tropeirismo serrano, tipos de tropas e o turismo cultural potencializando o desenvolvimento regional. Ganharam também destaque, a Guarda Velha de Viamão, o garimpo de documentos sobre o tema, o papel da mulher, e, também, a literatura e a linguística influenciadas pelo tropeirismo.

O espelho geográfico de representação no II SENATRO está assim posto: Taquara, Passo Fundo, Porto Alegre, Curitiba, Gramado, Caxias do Sul, Três Forquilhas, Jaquirana, Santo Antônio da Patrulha, São José dos Ausentes, Curitiba, Ijuí, Lages, Vacaria, Ponta Grossa, Canela, Gramado, Novo Hamburgo, Augusto Pestana e Bom Jesus. E contou com a presença do Cônsul de Portugal no Rio Grande do Sul, Luiz Manuel Dias.

E a tropeada do conhecimento seguiu adiante.

Ao abrir-se o segundo livro do SENATRO, logo de imediato o registro de ausências, através das homenagens que ganharam por terem partido para o plano espiritual. Além do historiador representativo do município, Arthur Ferreira Filho, Honeyde Bertussi, Moacyr Domingues e Ruy Ruben Ruschel foram homenageados como participantes que inauguraram o maior evento do Brasil, em Bom Jesus. Deo gratias!

Este segundo livro tem doze capítulos, a saber: I – Caminhos e passos (6 trabalhos); II – O tropeirismo no século XVIII e a integração do Cone Sul (4 trabalhos, com 7 historiadores entre brasileiros e platinos); III – O tropeirismo do Uruguai a São Paulo (8 trabalhos); IV – Tropeirismo regional (13 trabalhos); V – Tropeiros e tropeadas (15 trabalhos); VI – Tropeirismo e vida material (4 trabalhos); VII – Folclore e tropeirismo (12 trabalhos); VIII –

Documentação e tropeirismo (3 trabalhos); IX – O tropeirismo em projetos (4 trabalhos). Total: 69 trabalhos! Um salto quântico respeitável.

Como participante assídua do SENATRO, logo veio à memória lembranças de rumores sobre dificuldades acerca da continuidade do evento em Bom Jesus, o que gerou uma mobilização, cujos resultados foram positivos, fortalecendo a sua realização, a ponto do livro seguinte quase dobrar o número de páginas.

O terceiro livro tem nove capítulos: I – Tropeiros, carreteiros e caixeiros viajantes (19 trabalhos); II – Caminhos, passos e registros (26 trabalhos); III – Cidades tropeiras do Cone Sul (11 trabalhos); IV – As etnias dos tropeiros (6 trabalhos, sendo que um deles reúne seis historiadores); V – Biografia de tropeiros (15 trabalhos); VI – Tropeirismo: usos e costumes (7 trabalhos); VII – Tropeirismo e literatura (7 trabalhos); VIII – Memória das tropas (5 trabalhos); IX – Tropeirismo e turismo (4 trabalhos). Sem dúvida, esta obra ampliou significativamente o conhecimento sobre o tema, com seus 99 trabalhos, o que significa que não são 99 os autores, pois há trabalhos com mais de um autor, e alguns deles são painéis com a participação de cinco a seis pesquisadores. Pode-se considerar esta obra, como um troféu do SENATRO, pois sua edição foi forjada na resistência contra as adversidades de sua realização.

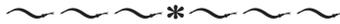
Os anos passaram, e os seminários seguiram acontecendo. A próxima edição de livro demorou a ser lançada, mas veio e se impôs, também, como uma obra exuberante pelo tamanho e qualidade dos trabalhos, aliás, como nas edições anteriores. As homenagens deram o tom de saudade dos saudosos amigos pesquisadores Irmão Jacob Parmagnani, Dr. Oly Alves de Medeiros, Roselys Vellozo Roderjan e Tio Flor.

O número de páginas da quarta obra pode ser dado como o dobro do anunciado (496 p.), pois o seu formato tem tamanho A4; portanto são 992 páginas onde o conhecimento produzido aflora e passeia aos olhos e mentes dos estudiosos ou curiosos sobre o tropeirismo, confirmando que o tema é inesgotável. Seus dez capítulos abordam: I – Tropeirismo e economia (8 trabalhos); II – Caminhos, passos e registros (13 trabalhos); III – Tropas, tropeiros e tropeadas (8 trabalhos); IV – As etnias e o tropeirismo (8 trabalhos); V – Tropeirismo, usos e costumes (7 trabalhos); VI – Tropeirismo e literatura (12 trabalhos); VII – Tropeirismo e memória (25 trabalhos); VIII – Tropeirismo e turismo (7 trabalhos); IX – Tropeirismo e a identificação de novos espaços (7 trabalhos); X – Tropeirismo e o papel da mulher (3 trabalhos). Total: 98 trabalhos, o que demonstra o vivo interesse na continuidade dos estudos sobre o tropeirismo.

Até aqui são 295 trabalhos já publicados, confirmando o título deste texto que ora se apresenta. Não é a academia e nem outros centros de estudos no Brasil e no Cone Sul que fomentam a produção de conhecimento, o interesse de pesquisa e a socialização dos estudos sobre o tropeirismo. É o pequeno-grande município do Rio Grande do Sul que a cada dois anos acolhe os estudiosos e chama a comunidade para fortalecer sua identidade cultural assentada na formação tropeira do povoado.

E, assim, a tropeada seguiu com os eventos demarcados pela riqueza das palestras, painéis e comunicados. E a tropeira-mor sempre na espreita de conseguir recursos suficientes, juntamente com a Secretaria de Educação e Cultural e o poder local, para editar os próximos livros.

Eis que ora se edita o próximo e alentado livro do SENATRO, o quinto, com a dimensão do gigantesco conjunto de trabalhos que nestes anos todos vêm sendo socializados nos eventos e que estavam à espera de sua perenidade. Afinal, um livro pereniza o conhecimento. E este quinto livro é um gigante! Tem a dimensão do fenômeno do tropeirismo.



I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu nos Campos de Cima da Serra Gaúcha (17-21/04/2010)

Marco Aurélio Angeli (Zoreia)

Empreendedor do Projeto Caminho das Tropas, Criador de mulas, um dos idealizadores do Projeto Tropeirismo nas Escolas e um dos idealizadores do Projeto I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu. Taquara/RS

Sergio Aluísio Soares Barbosa (Sérgio Gaudério)

Pesquisador, Tradicionalista e um dos idealizadores do Projeto I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu. São Francisco de Paula/RS

Valter Fraga Nunes

Biólogo, Pesquisador e um dos idealizadores do Projeto Tropeirismo nas Escolas e redator do texto de acordo com o depoimento dos dois idealizadores do Projeto. Viamão/RS

A ideia de organizar uma tropeada que chegasse junto com a abertura do SENATRO (Seminário Nacional sobre Tropeirismo) em Bom Jesus/RS, já vinha sendo mentalizada por Marco Aurélio Angeli – Zoreia (Taquara/RS) há alguns anos.

Em janeiro de 2001, Sérgio Barbosa (São Francisco de Paula/RS) organizou uma cavalgada para percorrer o caminho que Cristóvão Pereira de Abreu teria usado em meados do século XVIII para chegar a Lages/SC, usando para isso, as rotas apresentadas até a quinta edição do SENATRO. Como o trajeto era bem longo, cerca de 300 quilômetros, foi dividido em duas partes: primeira em janeiro de 2001, saindo de Capivari do Sul/RS até São Francisco de Paula; e a segunda em janeiro de 2002, de São Francisco de Paula até Lages.

Nesta segunda etapa, Marco Aurélio Angeli foi convidado a participar. Vendo alguns cargueiros, pensou que poderia ser feito algo parecido para a abertura do SENATRO, com mais animais soltos e arreados, formando uma tropa, o que complementaria o evento, deixando-o bem autêntico.

Alguns anos se passaram, mas esta imagem da chegada de uma tropa no SENATRO permanecia viva em sua memória. Até que em 2007, sua descendência tropeira falou mais forte e foi compartilhar esta ideia e buscar apoio de seu grande amigo e parceiro de cavalgadas e da Ordem dos Cavaleiros do Rio Grande do Sul – MTG/RS, Sérgio Barbosa, prontamente acolheu, começaram a alinhar um plano de ação para esta tropeada histórica. Foram três reuniões na casa do Marco Aurélio Angeli, em Taquara/RS, na localidade de Açouta Cavalo para ajustar a logística da tropeada.

No segundo semestre de 2007, levaram pela primeira vez a proposta para a Senhora Lucila Maria Sgarbi Santos (Bom Jesus/RS), Coordenadora do evento. A resposta foi negativa, pois temia que terminasse igual a muitas cavalgadas mal organizadas, com baderna, pessoas embriagadas, causando uma impressão muito ruim, o que não condizia com a boa imagem do evento. De certa forma, justifica este temor, afinal, eram inúmeros os casos que isso acontecia durante as cavalgadas populares.

Um fato importante que colaborou para estreitar as relações entre a Coordenação do SENATRO e os tropeiros foram os Festejos Farroupilhas do Paranhana, em Taquara/RS, idealizado pelo próprio Marco Aurélio Angeli, que logo em seguida tornou-se Lei, aprovado pela Câmara de Vereadores em 21 de junho de 2007 (Lei 3886/2007). O projeto, além de reunir tradicionalistas para cultuar as tradições gaúchas, contemplava também, trabalhos com alunos da rede escolar da região sobre nossos usos e costumes, através de oficinas, palestras, apresentações artísticas, teatro, etc.

Um dos locais mais visitados e que despertava curiosidade das crianças, era justamente o acampamento que o Zoreia montava com todas traíás usadas pelos tropeiros, além de inúmeras peças das lidas do homem do campo, que a maioria nunca tinha visto. Os animais (muares) era outra atração

concorrida, hora levando crianças na carreta, hora nos jacas. Também era dada uma atenção especial aos portadores de deficiência física e/ou mental. E para finalizar, uma conversa bem descontraída sobre tropeirismo. As crianças aprendiam brincando.

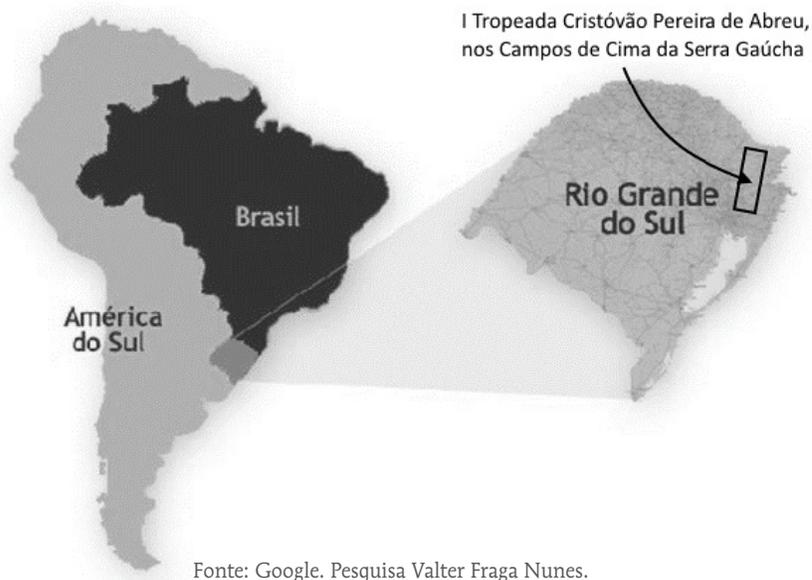
Todo este conjunto de atividades voluntárias desenvolvido no Paranhana foi levado ao conhecimento da Senhora Lucila, que ficou impressionada com este trabalho diferenciado que era realizado em Taquara. No interesse de compartilhamento de conhecimento, Zoreia sempre ficou à disposição para contribuir com o conhecimento prático que adquiriu ao longo de anos de trabalho.

Por ocasião do X SENATRO, em 2010, Marco Aurélio Angeli e Sergio Barbosa, levaram novamente a proposta da tropeada, e após muitas conversas e comprometimento dos dois tropeiros em manter o nível comportamental de seus companheiros, de acordo com os bons modos sociais, condizentes com a grandeza do SENATRO, foi autorizado de maneira experimental, que a tropeada se realizasse. Ela passou a se denominar I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu, nos Campos de Cima da Serra Gaúcha, em homenagem ao Patrono do Tropeirismo Brasileiro.

Ficou acertado também, que o Zoreia viria dias antes do evento (6 e 7 de abril) a Bom Jesus, para que, juntamente com outras duas grandes figuras do tropeirismo serrano, Claudio Silva Borges e Manoel Gaspar, realizassem oficinas tropeiras nas Escolas do meio rural. Uma espécie de programa de extensão do SENATRO.

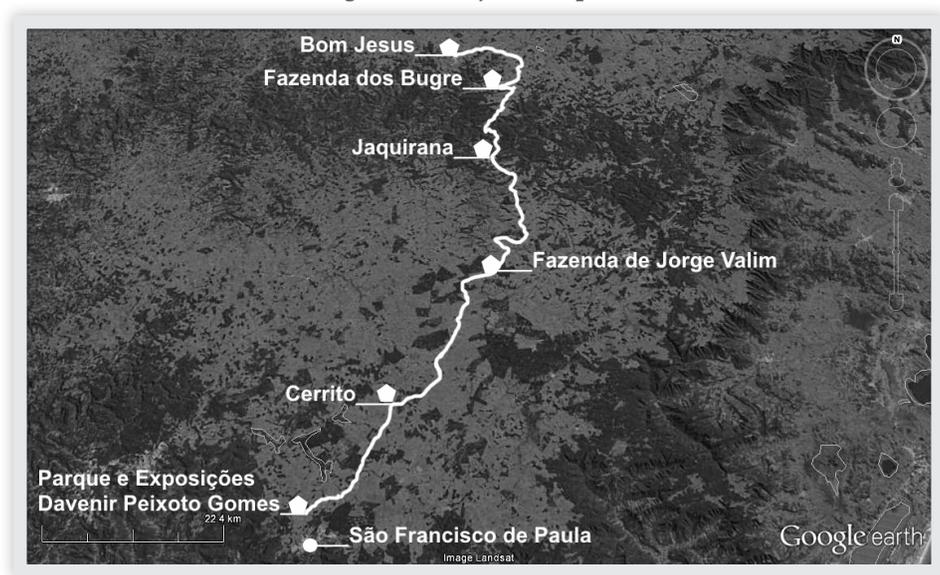
Após a concordância da Tropeada, os dois tropeiros começaram a trabalhar, estudando minuciosamente toda a logística para que tudo transcorresse da melhor maneira possível, deste o roteiro principal, calculando trajetos diários, entrando em contato e pedindo autorização para os proprietários das fazendas por onde iriam passar, bem como, dos possíveis pousos (Fig. 1 e 2). Alimentação (tanto animal como humana) necessária para completar a Tropeada. Caminhão e carro de apoio, etc.

Figura 1 – Localização da I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu, nos Campos de Cima da Serra Gaúcha



Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes.

Figura 2 – Trajeto completo



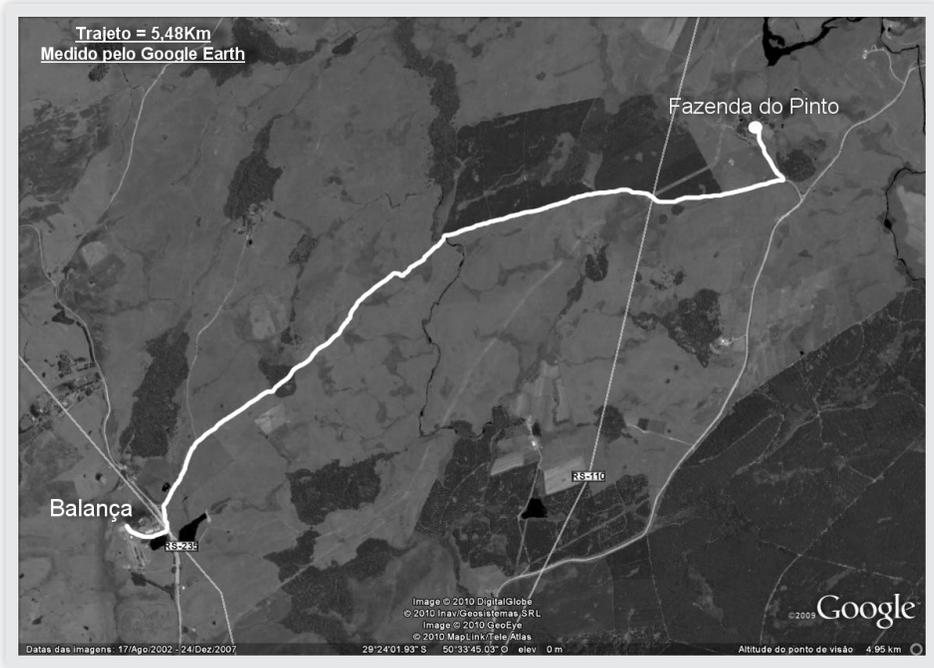
Fonte: Google. Pesquisa de Valter Fraga Nunes.

Assim, resumidamente transcorreu a I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu, nos Campos de Cima da Serra Gaúcha:

Na manhã do dia 17 de abril de 2010, os participantes se encontraram no Parque de Exposições Davenir Peixoto Gomes, mais conhecido por “Balança”, na cidade de São Francisco de Paula/RS. Estavam presentes: Auri Rodrigues Vieira, Ivan Machado, Jaime Feijó, Marcio Passani, Nadislau Capelão, Sergio Barbosa, Valmir Pereira dos Santos, Valter Fraga Nunes e Wernek Bandeira da Costa. No apoio Orlando Magalhães Tavares (caminhão) e Gilberto Chaves (Parati).

Almoçamos e por volta das 13h30min, partimos em direção a Fazenda do Pinto para nos encontrar com o senhor José Cardoso da Fonseca, que iria se integrar a comitiva como nosso Vaqueano (Fig. 3).

Figura 3 – Trajeto do Parque Davenir Peixoto Gomes (Balança) à Fazenda do Pinto



Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes.

No meio do percurso, passamos por um corredor em depressão denominado tecnicamente pelos pesquisadores de *caminho fundo*, onde enormes tropas de gado passavam com muita frequência, fazendo com que o solo ficasse solto e facilmente lixiviado pelas chuvas (Fig. 4).

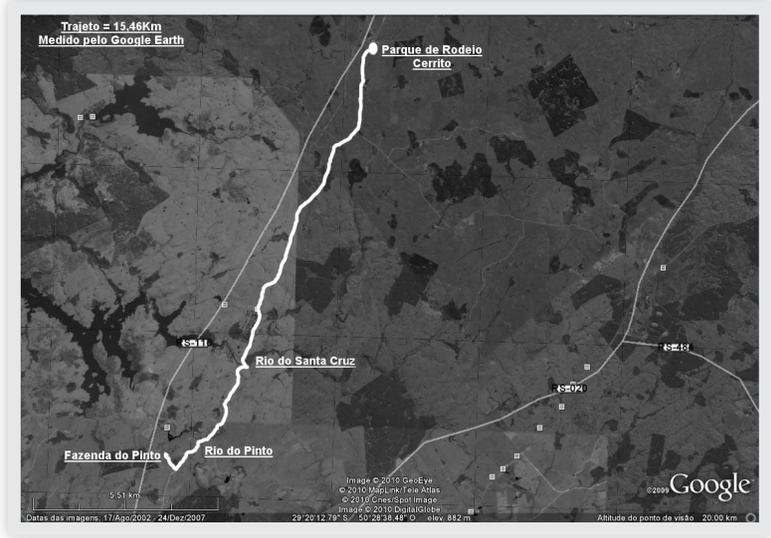
Figura 4 – Caminho Fundo. Da E para D: Sérgio Barbosa, Marcio Passani, Nadislau Capelão, Wernek Bandeira da Costa, Valmir Pereira dos Santos, Jaime Feijó, Auri Rodrigues Vieira



Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

Próxima parada, no Parque de Rodeios do Cerrito, ainda em São Francisco de Paula, no qual seria nosso primeiro pouso (Fig. 5).

Figura 5 – Trajeto da Fazenda do Pinto até o Parque de Rodeio do Cerrito



Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes. rios, Rio do Pinto

Até chegar ao destino, atravessamos dois rios: o Rio do Pinto (Fig. 6) e o Rio Santa Cruz (Fig. 7). Como os rios não estavam cheios, dispensamos as pontes e passamos por dentro, nos vaus conhecidos dos antigos tropeiros.

Figura 6 – Passagem do Rio do Pinto



Fonte: acervo de José Ferreira.

Figura 7 – Passagem do Rio Santa Cruz

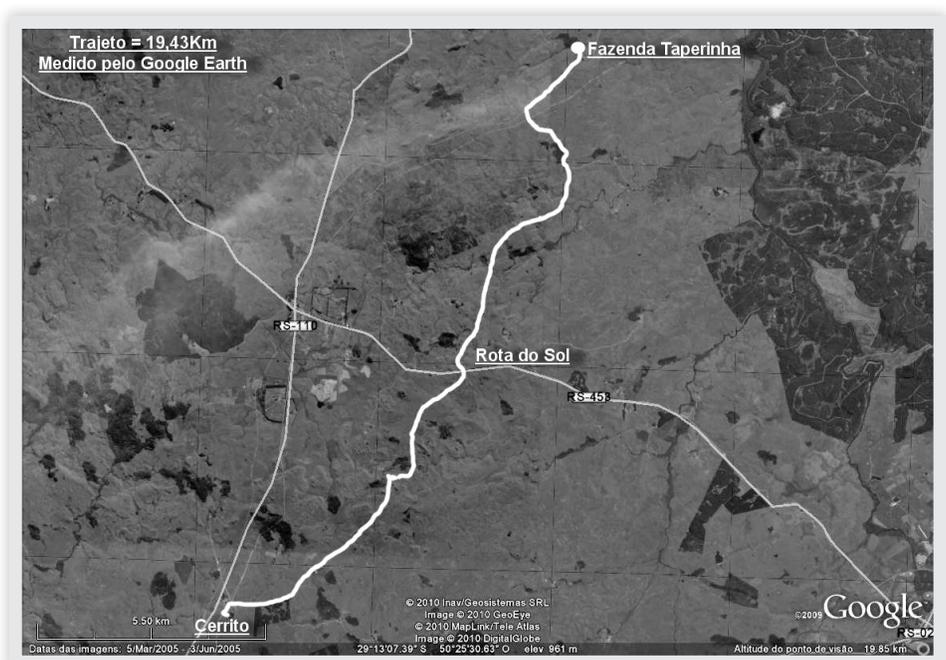


Fonte: acervo de Wernek Bandeira da Costa.

No Parque de Rodeios do Cerrito, nos encontramos com o segundo coordenador da Tropeada, Sr. Marco Aurélio Angeli, mais conhecido por Zoreia. Por motivos de pane em seu caminhão, quando ainda estava na cidade de Taquara não foi possível ele chegar a tempo no Parque da Balança para iniciarmos juntos a tropeada. Por ser o mais experiente e profundo conhecedor da região, também era o nosso comandante. Junto com ele estava sua esposa Elisabeth Angeli e sua amiga de inúmeras cavalgadas, Luciana Heitelvan. Agora a comitiva estava completa com 14 integrantes, 12 cavaleiros e 2 apoios.

No dia 18, nossa meta era chegar ao próximo pouso na propriedade do Senhor Jorge Valim, logo passando o Rio Tainhas pelo Passo do “S”, já no Município Jaquirana. Mas antes estava programada uma sesteada na Fazenda Taperinha (Fig. 8).

Figura 8 – Trajeto do Parque de Rodeios do Cerrito até a Fazenda Taperinha



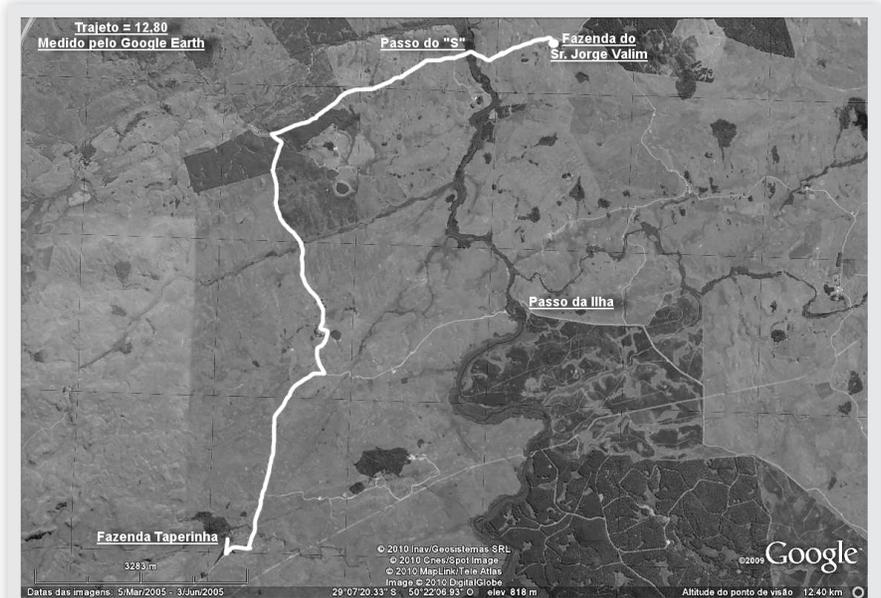
Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes.

Neste dia passamos pelas maiores extensões de campo até então, que se perdiam no horizonte, raramente interrompido por alguns capões de mata com araucária (Fig. 9).

Figura 9 – Campos de Cima da Serra Gaúcha, Jaquirana/RS

Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

Após a sesteada seguimos nosso caminho até a fazenda do Sr. Jorge Valim (Fig. 10), passando pelo Passo do “S”. Um vau de lajeado basáltico de aproximadamente 185 metros de largura dentro do rio Tainhas (Fig. 11).

Figura 10 – Trajeto da Fazenda Taperinha à Fazenda do Sr. Jorge Valim

Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes.

Figura 11 – Passo do “S”



Fonte: acervo de Wernek Bandeira da Costa.

A mesma distância rio abaixo existe uma cascata lindíssima, que ocupa toda a largura do rio e com uma altura aproximada de 20 metros (Fig. 12)

Figura 12 – Cascata do Passo do “S”



Fonte: acervo de Sérgio Barbosa.

Nosso pouso já estava próximo, pouco mais de 1 quilometro da travessia do Rio Tainhas.

Para o dia 19, nossa meta é chegar no Parque de Rodeios Dico Borges na Sede do Município de Jaquirana.

Neste dia tivemos a integração e acompanhamento dos cavaleiros locais, movimento liderado pela nossa parceira e querida amiga Ludimar Castilhos (Fig. 13).

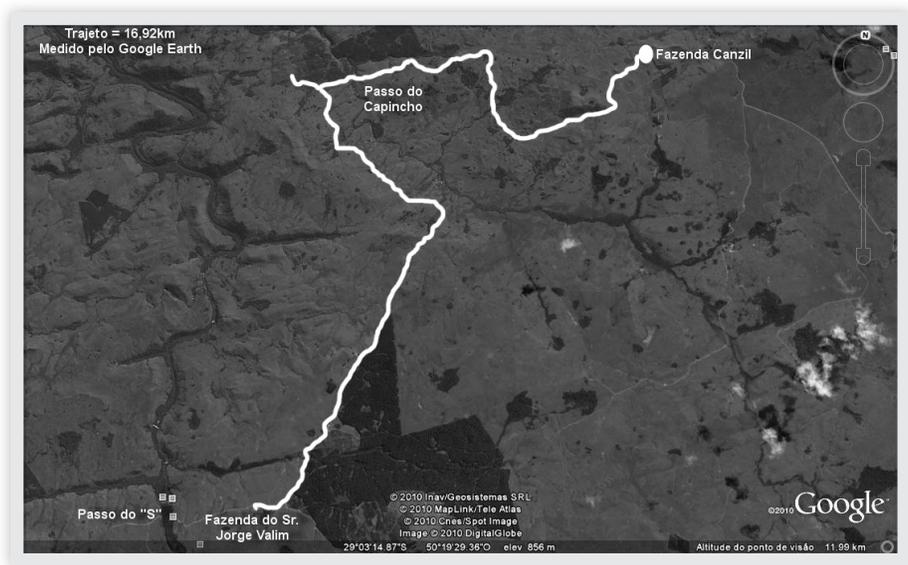
Figura 13 – Integração dos Cavaleiros de Jaquirana



Fonte: acervo de Wernek Bandeira da Costa.

No meio do caminho, passamos pela Fazenda do Canzil (Fig. 14) do nosso grande amigo Henrique Turella, que nos esperava com um “baita” almoço (Fig. 15).

Figura 14 – Trajeto da Fazenda do Senhor Jorge Valim até a Fazenda do Canzil



Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes.

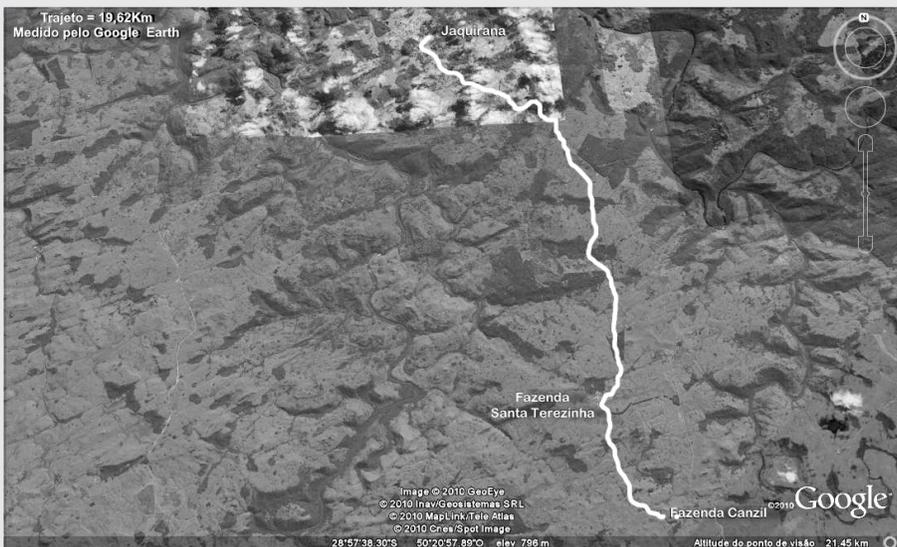
Figura 15 – Almoço na Fazenda do Canzil



Fonte: acervo de Wernek Bandeira da Costa.

À tarde, seguimos para o Parque de Rodeios Dico Borges para nosso terceiro pouso (Fig. 16).

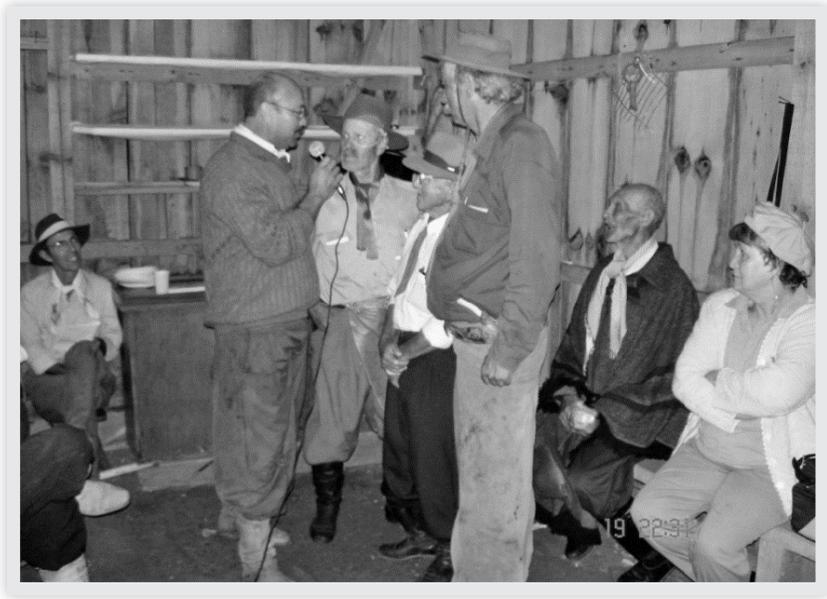
Figura 16 – Trajeto da Fazenda do Canzil até o Parque de Rodeios Dico Borges



Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes.

Na noite ocorreu uma roda de causos e histórias contadas pelos velhos tropeiros de Jaquirana. Foi um momento de muito enriquecimento cultural e histórico (Fig. 17).

Figura 17 – Roda de causos. Da E para D: Zaldo Castilhos (sentado), Marco Aurélio Angeli – Zoreia, Davenir Castilhos, Juvenil Castilhos (Tininho), Sérgio Barbosa, Adail Lopes (sentado) e Eulita Castilhos (sentada)

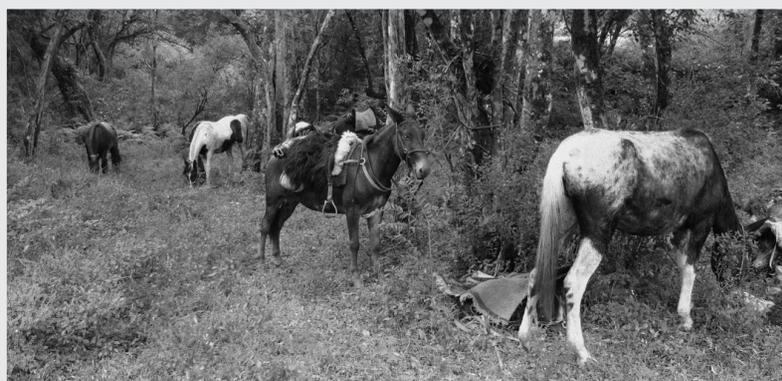


Fonte: acervo de Ludimar Castilhos.

Dia 20 foi o percurso mais cansativo e lento, embora não seja o mais longo em distância. Saímos de uma altitude de 900 metros do nível do mar, descemos até o Rio das Antas, na cota aproximada de 550 metros. Passamos pela ponte do Caraúno e subimos novamente para a altitude de quase 1000 metros, ou seja, descemos 350 metros e subimos 450 metros, num total aproximado de 800 metros de desnível. Os animais têm que estarem bem preparados para realizarem esta rota. Nosso objetivo é chegar antes do anoitecer na Fazenda do Bugre, já no município de Bom Jesus, arrendada pelo nosso grande amigo José Clenor da Silva, famoso narrador de rodeios, mais conhecido por Zé Ray Ban (Fig. 18).

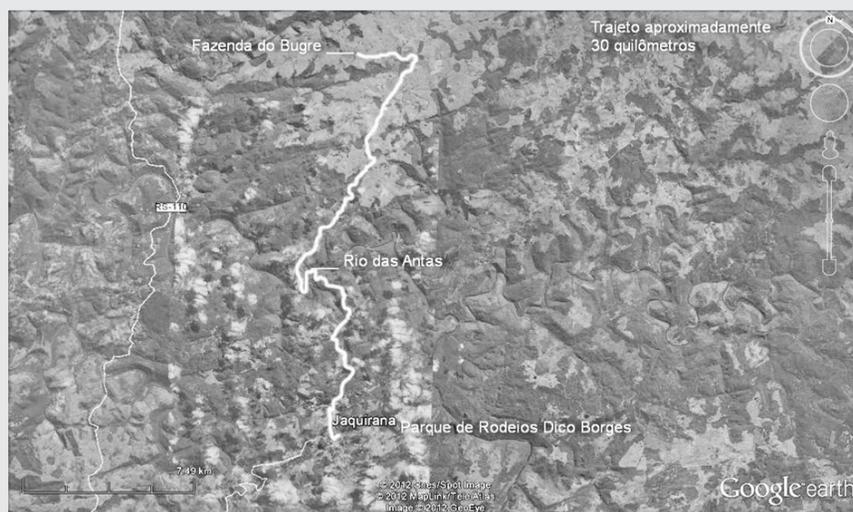
Nossa parada obrigatória para o descanso dos animais e sesteada foi na ponte do Caraúno, junto ao Rio das Antas (Fig. 19 e 20)

Figura 18 – Trajeto do Parque de Rodeios Dico Borges até a Fazenda dos Bugres



Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes.

Figura 19 – Descanso dos animais na ponte do Caraúno, divisa de Jaquirana com Bom Jesus



Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

Figura 20 – Comitiva sobre a Ponte do Caraúno Da E para D: Wernek Bandeira da Costa, José Cardoso Fonseca, Sérgio Gaudério Barbosa, Ivan Machado, Auri Rodrigues Vieira, Marco Aurélio Angeli (Zoreia), Elizabete Angeli (Bete), Valter Fraga Nunes, Luciana Heitelvan



Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

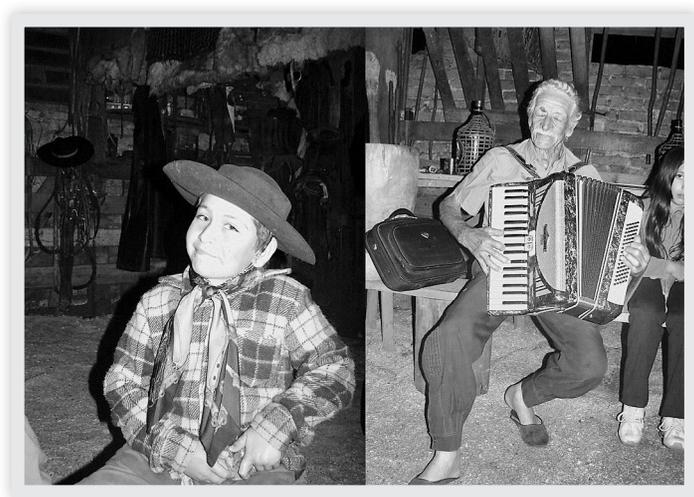
Como previsto, chegamos pouco antes de anoitecer. A família do Zé Rayban nos recepcionou com um delicioso churrasco de charque e uma tertúlia galponeira (Fig. 21 e 22)

Figura 21 – Janta na Fazenda do Bugre



Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

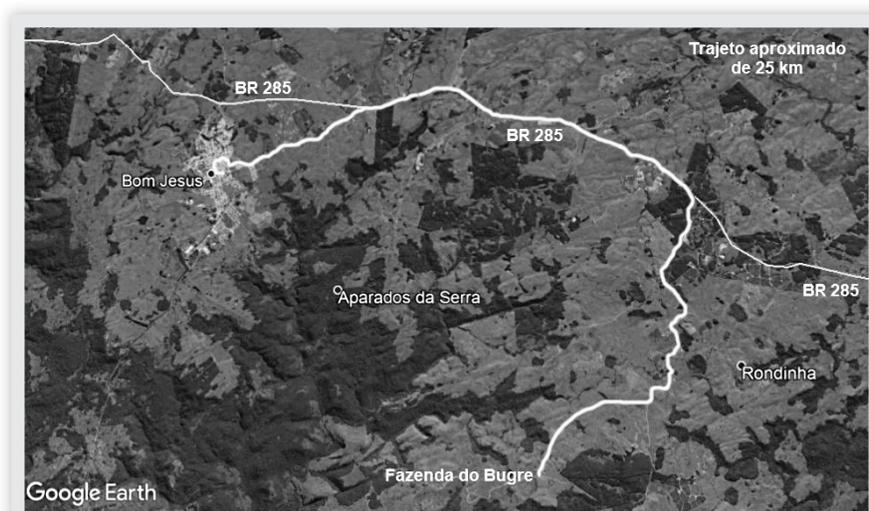
Figura 22 – Guri William de 8 anos declamando, e Senhor Vitor, pai do Zé Rayban, na gaita



Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

Dia 21 de abril, último dia de tropeada. Finalmente chegou a hora de cumprir nossa missão, após quase 150 quilômetros de bate casco. Choveu a noite toda e assim persistiu pelo resto do dia. Partimos abaixo d'água. Pela primeira vez iríamos cavalgar num trecho perigoso de asfalto pela BR 285 (Fig. 23).

Figura 23 – Trajeto da Fazenda do Bugre até Bom Jesus



Fonte: Google. Pesquisa Valter Fraga Nunes.

Saindo da BR 285, entramos na antiga estrada, ainda de chão batido, que ligava a cidade de Bom Jesus a São José dos Ausentes/RS. Neste trecho nos encontramos com nosso amigo Claudio Silva Borges, proprietário da Fazenda do Cílio que trouxe de seu criatório uma tropa de muares soltos e arriados para abrilhantar o desfile pela cidade e a chegada ao SENATRO. Foi o momento de grande emoção, parecia que estávamos revivendo aqueles tempos antigos, onde era comum a passagem de grandes tropas por esta região (Fig. 24).

Figura 24 – Tropa na antiga estrada de Bom Jesus a São José dos Ausentes



Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

Figura 25 – Desfile pelas ruas de Bom Jesus



Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

Fizemos uma parada na Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, para uma esticada nas pernas e aproveitar para comer paçoca de pinhão com vários tipos de carnes.

Por volta das duas horas, saímos para um desfile no centro da cidade (Fig. 25 e 26). Cada rua que se passava, via nos olhares das pessoas, principalmente as mais velhas, certa emoção, pois, provavelmente, quando crianças presenciaram a passagem das tropas e com isso lembranças de um tempo familiar que não volta mais.

Figura 26 - Desfile pelas ruas de Bom Jesus



Fonte: acervo de Valter Fraga Nunes.

Por fim chegamos na frente do CTG Presilha do Rio Grande, local da realização do SENATRO. Conta a própria Lucila, emocionada, que quando ouviu o tilintar do cincerro e o barulho do bate casco dos animais, indicando que a tropa estava chegando perto, largou tudo e saiu para nos receber e conferir que a tal proeza fora concluída com êxito, tudo de acordo com as normas estabelecidas, quando da aprovação da realização desta Tropeada. Atrás da Lucila, veio um povo curioso para saber o que estava acontecendo na rua e logo isso se transformou em uma grande confraternização entre tropeiros, pesquisadores, estudantes, tradicionalistas, políticos, etc., e o mais importante, a integração com os animais que são a razão deste Encontro, os muares. Tudo isso regado a uma chuvinha que, ao mesmo tempo em que molhava, misturava-se com nossa emoção facial (Fig. 27 e28).

27 – Chegada em frente ao CTG Presilha do Rio Grande. Foto Wernek. Confraternização entre os participantes do SENATRO e dos Coordenadores da Tropeada. Da E para D: Sergio Gaudério Barbosa, Zulema Cañas (Argentina), Carlos Solera, Henrique Paulo Schmidlin, Lucila Maria Sgarbi Santos, Marco Aurélio Angeli (Zoreia), Sérgio Beck



Fonte: acervo de Wernek Bandeira da Costa.

Figura 28 – Chegada em frente ao CTG Presilha do Rio Grande. Professora Lucila Maria Sgarbi Santos (C), Coordenadora do SENATRO. Ao seu lado Luciana Heitelvan (D) e Elizabete Angeli (E), reiterando a importância da mulher no tropeirismo



Fonte: acervo de Ludimar Castilhos.

Logo após a confraternização, embarcamos os animais que seguiram de volta aos seus locais de origem, juntamente com alguns participantes. Ficaram para assistir o SENATRO: Marco Aurélio Angeli, Elisabeth Angeli, Sergio Barbosa, Luciana Heitelvan, Wernek Bandeira da Costa, José Cardoso da Fonseca, Ivan Machado e Valter Fraga Nunes.

Estava selada e aprovada a tropeada e o mais importante, garantido que em 2012, novamente estaremos em movimento, para reverenciar a proeza de nossos antepassados, que com muita valentia superavam obstáculos para garantir a integridade da tropa. Podemos sentir isso em vários momentos de nossa tropeada, passamos por lugares que para uma pessoa o acesso já era difícil, imagina com centenas de animais soltos. As intempéries climáticas como chuva, neblina, frio, calor, etc., também contribuem para tornar a jornada mais problemática dos antigos tropeiros. Além disso, eles nem sempre conseguiam um pouso bem abrigado e confortável. Muitas vezes, tinham que dormir ao relento protegido por cangalhas e bruacas amontoadas, cobertas pelo ligal. A cama era feita com os pelegos sobre galhos de vassoura e cobriam-se com o pala ou capa. Era uma lida bruta.

Além de complementar o SENATRO, vivenciando a chegada de uma tropa com a presença dos personagens principais do tropeirismo, os muares, a tropeada também tem o objetivo de: percorrer e registrar os caminhos mais próximos do trajeto original de Cristóvão Pereira de Abreu; chamar a atenção para a potencialidade do Turismo Rural, aliado aos aspectos Históricos, Culturais, Ecológicos e Sociais de cada localidade; e de homenagear todos aqueles que se dedicam a este tema, principalmente estes, que por alguns dias, se voltam para Bom Jesus/RS para apresentar, debater, discutir, comunicar trabalhos que aos pouco dá forma a este imenso mosaico chamado Tropeirismo, integrando o Brasil e Países vizinhos.

A I Tropeada Cristóvão Pereira de Abreu pode ser revista no blog Tradição Gaúcha, (<http://tradicaogauchars.blogspot.com/2010/04/i-tropeada-cristovao-pereira-de-abreu.html>).



Moções

MOÇÕES – X SENATRO/2010

01 – Que se construa com a maior brevidade possível, pela sociedade civil organizada, com o apoio do poder público, uma ponte ligando o Rio das Antas, no Passo do Meio, no Governador, 2º distrito de Bom Jesus, os municípios de São Francisco de Paula e Bom Jesus. Desta forma será fomentado o turismo cultural e rural por essa região, aproximando o importante polo emissor da Região dos Vinhedos com o polo receptor dos Campos de Cima da Serra. *Assinada pelos presentes*

02 – Que sejam reconstruídos o brete e a mangueira do Passo do Meio, esse importante e tradicional ponto de passagem de diversos tipos de tropas de animais soltos e/ou arreados vindas de Lages/SC e dos municípios localizados à margem direita do Rio das Antas. As marcas físicas do Passo do Meio foram destruídas pela construção da Hidrelétrica Passo do Meio. Esse passo é tombado como Patrimônio Histórico de Bom Jesus, pelo Decreto nº 3813, de 25 de março de 1998. No IV SENATRO ele foi visitado pelos participantes. Mas, mesmo tombado, a construtora não respeitou o Decreto, por isso novamente estamos pedindo a reconstrução dessas marcas físicas com a maior brevidade possível. *Lucila Maria Sgarbi Santos*

03 – Que o SENATRO seja mantido com as modificações necessárias para melhorar a programação.

04 – Que seja promovido um roteiro turístico entre Caxias do Sul/Bom Jesus/Lages/SC pelos “Caminhos Tropeiros”.

05 – Que seja criado o Dia do Tropeiro em Bom Jesus.

06 – Que seja encaminhado ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, pedido para ser criado o Dia do Tropeiro no estado. Como Tiradentes foi tropeiro, sugere-se que seja no estado o dia 21 de abril.

07 – Que haja participação de jovens tradicionalistas nos painéis.

08 – Que após o jantar, o período da noite seja livre para convivência. *Carlos Roberto Solera, Eleni Cássia Vieira e Cláudia Valéria de Castro Perroni Leite Mello*

09 – Que seja determinada por lei a proibição de “Pinus Elliotti” e outras “culturas exóticas” nas proximidades de *atrativos turísticos e históricos*

do Brasil, *Corredores dos Tropeiros e Sítios Arqueológicos*. A distância tolerável deve ser de 500m e as pessoas que infringirem essa lei sejam multadas em R\$ 10.000,00 por hectare. E que o valor da multa seja depositado nos fundos municipais de turismo e cultura dos municípios afetados e a multa seja aplicada na elaboração de vídeos de turismo e cultura, tanto para divulgação promocional quanto para inclusão do conteúdo nas escolas, para formação do banco de imagens ou filmagens aéreas de atrativos turísticos e históricos dos municípios atingidos pela ação humana. *Assinada pelos presentes*

MOÇÕES – XII SENATRO/2014

01 – Que seja parabenizada e aplaudida a cidade de Bom Jesus por abrigar tão importante encontro. Aplauso e agradecimento a toda a organização na pessoa da professora Lucila, pela oportunidade a nós conferida para apresentação de nossos trabalhos. *Lia Carolina P. Alves Muriatto e Solange Barbosa de Taubaté/SP*

02 – Que devido a recorrente demora na publicação dos anais do evento no formato impresso, seja alteado o formato de publicação dos anais para o formato digital/eletrônico. Considerando a qualidade dos trabalhos apresentados, seria muito oportuno que estivessem disponíveis mais rapidamente. *Felipe Cordeiro de Souza Alгатão. Instituto de Estudos Valeparaibanos. São Paulo/SP*

03 – Que seja parabenizada a equipe da SMEC, pela organização, planejamento e envolvimento de toda a sua equipe. Foi um prazer participar pela primeira vez, aprendi muito e pretendo colaborar com estudos no próximo evento. *Professora Vera Morais*

04 – Que seja registrado um agradecimento especial à Sr^a Jaqueline Costa Vianna, que, espontaneamente, planejou, executou e doou as toalhas e apoiadores de texto para a mesa oficial. *Lucila Maria Sgarbi Santos*

05 – Que seja registrado um agradecimento à Universidade de Caxias do Sul/Campus Universitário de Vacaria que tem patrocinado o material gráfico do SENATRO. *Lucila Maria Sgarbi Santos*

06 – Que seja registrado o reconhecimento à professora Lucila e Secretária Gílcia pela organização do evento, agradecendo também os palestrantes pela qualidade de suas apresentações. E como sugestão, que sejam convidados mais palestrantes para contar a História do Rio Grande do Sul. Foi muito interessante o tema “O negro no tropeirismo”. *Vera Rocha*

07 – Que seja registrado o agradecimento a todos os palestrantes e em especial à professora Lucila que incansavelmente dedica sua vida ao trabalho do tropeirismo. Sou filha de uma tropeira – *Maria Bernardete Martins Castro*

08 – Que sejam registrados os meus sinceros agradecimentos aos organizadores, aos membros da administração pública, ao povo bom-jesuense, aos participantes, ouvintes e palestrantes, e em especial à Sra. Lucila Sgarbi Santos que conduziram este evento com a galhardia e fortaleza dos habitantes dos Campos de Cima da Serra. *Acácio Miranda da Silva*.

09 – Que sejam registrados os cumprimentos pela organização do evento que foi excelente. E também cumprimentos pelas atividades artísticas locais que, cada vez mais mostram seu potencial. E agradecida pelo excelente conteúdo do SENATRO. *Jaqueline Costa Vianna*

10 – Que nos anos ímpares quando não acontece o SENATRO, sejam organizadas excursões em locais ligados ao tropeirismo, ora num caminho, ora noutro. *Jaqueline Costa Vianna*

11 – Que sejam registrados os agradecimentos e congratulações a toda à equipe do SENATRO, por ter oportunizado à nossa família a participação de quatro gerações no evento. Primeiro viemos a minha avó, Alair Antônia da Silva, mulher que tropeou desde os cinco anos como madrinheira, acompanhando seu pai, e, posteriormente, também cozinhando para os tropeiros. Participou de mesa, mas não alcançou o lançamento do livro com sua história, foi o último editado. Minha mãe, Venina dos Santos Perotoni, filha de Alair, veio comigo ao lançamento do livro no XI SENATRO. Hoje trago comigo, meu filho Pedro Perotoni Gonçalves, de 45 dias, bisneto de tropeiros. *Jaqueline dos Santos Perotoni*

MOÇÕES – XIII SENATRO/2016

01 – Que sejam registrados os cumprimentos e congratulações pelo evento de imensa grandeza, com nível excepcional na área de pesquisa; pela ação efetiva de incluir o tema tropeirismo na grade curricular das Escolas Municipais de Bom Jesus; pelo trabalho incansável e de envolvimento de todos os profissionais da SMEC de Bom Jesus – um orgulho para toda a comunidade; pelo alto nível da formação dos professores no sábado. Inigualável! E que se estude a viabilidade de implantar o expediente “Ponto de Cultura”, e que quando efetivado seja contemplado com verbas do MinC. Que a ABAC seja fortalecida e transformada em fundação, com possibilidade real

de captar numerário. Que sejam sondados os órgãos afins do município e do Estado para parcerias financeiras, como: Sindicato Rural, FARSUL, SENAR, FETAG, entre outras. Parabéns por tudo! Perfeito! *Professora Vera Morais*

02 – Que todas as palestras, comunicados e exposições não sejam “palavras jogadas ao vento”; que perdurem e passem às gerações vindouras. Sugerimos: 1- Placas educativas nas estradas, encruzilhadas e divisas entre municípios. Em trechos de taipas centenárias e visíveis ao viandante, colocar uma placa em ferro sustentada por trilhos de trem, (para durarem anos sem manutenção), onde se indique o caminho e a distância até Bom Jesus. Ilustrar com a figura de um tropeiro, um boi franqueiro, uma araucária, uma seriema, uma camélia, mulas, enfim, em cada espaço colocar um símbolo da identidade dos Campos de Cima da Serra. *Helmut Weiblen*

03 – Que a cultura esteja à disposição de todos, pois ninguém preserva e ama o que não conhece. Que seja desenvolvido a nível municipal um projeto de valorização das coisas do município. Deixo como exemplo a confecção de mapas pelos alunos onde conste toda a rede hídrica do município, as rodovias e estradas municipais, os caminhos dos tropeiros, as fazendas e localidades históricas, os pontos de interesse turístico, as distâncias entre as localidades e distritos, entre outras. Lembranças de Bom Jesus, em diversos materiais, onde constem os símbolos de Bom Jesus. Usar em sala de aula materiais diversos produzidos por bom-jesuenses e/ou que lembrem Bom Jesus, como desenho e/ou fotos de objetos usados pelos tropeiros. Disponibilizar para a comunidade escolar e bom-jesuense, livros, textos e mapas que retratem Bom Jesus, os Campos de Cima da Serra, os Campos de altitude do Rio Grande do Sul, entre tantos outros. Plantar árvores nativas baseadas no rico trabalho do Dr. João Dutra. As sugestões e materiais são quase inesgotáveis. Trabalhar nas escolas o cuidado com a Ecologia e o meio Ambiente. *Helmut Weiblen*

MOÇÕES – XIV SENATRO/2018

01 – Que sejam providenciadas estratégias para cativar a comunidade a participar do SENATRO.

02 – Que os professores e alunos, principalmente professores, sejam motivados a valorizar o SENATRO, e que participem efetivamente de todo o evento.

03 – Que seja incluído o estudo do turismo no currículo das escolas municipais de Bom Jesus. *Discutido e aprovado pelos presentes.*

MOÇÕES – DIVERSOS SENATROS

- 01 – Que retorne na programação do evento a roda de causos.
- 02 – Que a comunidade seja incentivada a efetivamente participar e valorizar o SENATRO.
- 03 – Que seja previsto mais tempo para perguntas da plateia aos palestrantes.]
- 04 – Que as escolas sejam liberadas para participação de professores e alunos no SENATRO.
- 05 – Que haja preparo e treinamento constantes dos professores para trabalharem o tema tropeirismo. *Discutidos e aprovado pelos presentes.*



Posfácio

Agradecimento à comunidade de Bom Jesus/RS (1989-2021)

Lucila Maria Sgarbi Santos

Historiadora e Idealizadora do SENATRO. Bom Jesus/RS

No momento em que me despeço das minhas atividades, após 30 anos junto à Secretaria de Educação e Cultura do Município – SMEC de Bom Jesus, pondero “[...] sobre as íntimas relações entre memória e história e sobre os modos como as memórias são construídas e legitimadas” (PORTELLI, 2004, p. 45). Início meus agradecimentos refletindo, assim, sobre o legado de centenas de pessoas da comunidade de Bom Jesus, que auxiliaram no processo de construir uma história dessa comunidade.

No início da década de 1990, na administração do então Prefeito Geraldo Spinelli Grazziotin, a convite da Secretária de Educação e Cultura Elaine Grazziotin Dutra, assumi como Coordenadora da Cultura. Esse momento se constituiu em um divisor de águas no meu trabalho, até aquele momento vinculado tão somente à escola. A partir dessa oportunidade me propus a trabalhar em prol da cultura, entendida aqui de forma ampla, do município em que nasci.

Nesses mais de 30 anos, contei com o apoio de diferentes administrações que, independentemente de partidos, julgaram significativo e essencial o trabalho que desenvolvi em proteção e difusão da cultura local. Junto a inúmeros parceiros, amigos e profissionais competentes, nesse aspecto, tomo a liberdade de destacar a minha amiga e comadre, Leda Maria Costa Viana. Trabalhamos para a concretização de diversos sonhos. Foi a partir do compromisso de cada um que permitiu a construção e manutenção de um museu, repleto de objetos doados pela comunidade; de um arquivo, composto de documentos escritos, orais e iconográficos, e de uma biblioteca pública municipal. São esses espaços de memória, de história, de produção cultural e turística, que se constituíram, de forma ampla, em um compromisso social que têm, até os dias de hoje, o objetivo de envolver a comunidade, destacar suas idiossincrasias e seus aspectos comuns com os demais municípios dos chamados Campos de Cima as Serra.

Foi com a colaboração de inúmeras pessoas que pudemos concretizar alguns feitos por mim considerados importantes para a comunidade, entre

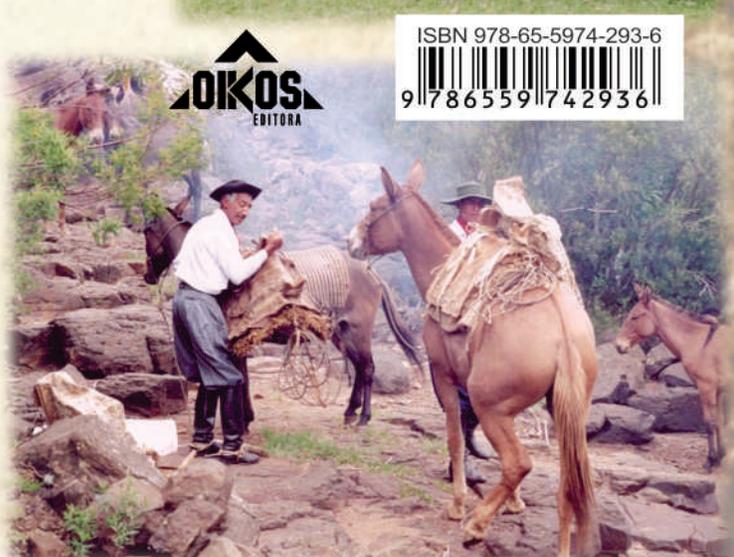
eles quero destacar alguns eventos, como: as Feiras do Livro, os Seminários de Tropeirismo e o “Raízes de Bom Jesus e São José dos Ausentes”, com a edição da sua obra, além do apoio às pesquisas arqueológicas, entre tantos outros movimentos realizados. Também chamo atenção para: *a edição de livros*, que contam a história da comunidade; *a sistematização da Biblioteca Pública Municipal*, que disponibiliza livros para comunidade; *as atividades pedagógicas*, que ampliaram o repertório cultural nas escolas; *as alternativas de lazer*, que contribuíram para o desenvolvimento do turismo; *a criação da Biblioteca do Arquivo*, para a preservação da memória e possibilidade de História da Educação; *o levantamento das práticas rurais*, que permitiu o resgate dos fazeres ancestrais; *os registros de memórias orais*, constituindo um proeminente acervo, assim como outras atividades menores, mas não menos importantes, que a necessidade de ser breve não possibilitaria aqui nomeá-las.

Outro importante aspecto, proporcionado pela salvaguarda de documentos, está relacionado às pesquisas acadêmicas e serviços de utilidade pública. No que diz respeito às pesquisas científicas de teor acadêmico, foram produzidas aproximadamente 4 teses de doutorado, 5 dissertações de mestrado e inúmeros trabalhos de conclusão de curso de graduação. No que tange ao serviço de utilidade pública, saliento realizadas mais de 600 pesquisas no acervo de documentações relativas ao INCRA e outras tantas de investigações de comprovação de frequência de escolarização na zona rural. Esses dois aspectos foram imprescindíveis no processo de aposentadoria de pessoas que, sem os quais, não teriam como comprovar seu vínculo rural e não poderiam averbar esse tempo para conseguir sua justa aposentadoria.

Nesse momento que tenho que me despedir desse trabalho, reforço que as razões aqui elencadas, entre outras tantas, trazem a mim o sentido de dever cumprido, embora não finalizado. Acrescento, nesse mesmo sentido, que embora distante da Secretaria de Educação e Cultura, estarei sempre disponível à nossa comunidade em defesa da educação e da cultura local.

Entendo que o trabalho realizado por mim, e por todos aqueles que junto comigo acreditaram e batalharam pelas conquistas dessa comunidade, proporcionou a construção do sentido de pertencimento, de identidade e de valorização cultural dos bom-jesuenses à sua terra. Entre muitas outras observações que eu poderia fazer, finalizo afirmando que sem a valorização da cultura, da preservação dos seus acervos históricos (arquivo, museu, biblioteca e bens edificados), e sem um trabalho sério da Secretaria da Educação Cultura e do Departamento de Cultura, a comunidade perde e se empobrece em todas as dimensões.

Obrigada!



OKOS
EDITORA

ISBN 978-65-5974-293-6



9 786559 1742936